

JOÃO PAULO COELHO DE SOUZA RODRIGUES

**A PÁTRIA E A FLOR: LÍNGUA, LITERATURA E
IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL, 1840-1930**

Tese de doutorado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Este exemplar corresponde à redação final
da Tese defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 10/12/2002.

BANCA

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (orientador)

Prof. Dr. Francisco Foot Hardman

Prof. Dra. Sílvia Hunold Lara

Profa. Dra. Martha Abreu

Prof. Dr. Robert W. Slenes

Prof. Dr. Jefferson Cano (suplente)

Prof. Dr. Leonardo A. de Miranda Pereira (suplente)

DEZEMBRO/2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

200304620

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	R 618 p
V	EX
TOMBO BCI	52091
PROC.	16-124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	12/02/03
Nº CPD	

CM00178025-3

BIB ID 276369

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

R 618 p Rodrigues, João Paulo Coelho de Souza
A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no
Brasil, 1840-1930 / João Paulo Coelho de Souza Rodrigues.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2002.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Filologia. 2. Língua portuguesa. 3. Língua tupi.
4. Identidade na literatura. 5. Língua portuguesa africanismos.
6. Língua portuguesa galicismos. 7. Brasil - História - II Reinado,
1840-1889. 8. Brasil - História - República Velha, 1889-1930.
I. Chalhoub, Sidney. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

RESUMO

Esta tese analisa os debates sobre problemas lingüísticos no Brasil do Segundo Reinado e da República Velha. Inseridos em seu tempo, esses debates mantinham estreitos contatos com as discussões sobre raça, cultura popular, língua nacional, regionalismo e nacionalismo literário, bem como com as teorias da lingüística européia e norte-americana, entre outros temas. Neste contexto, as idéias lingüísticas adquiriram significado social, e os demais temas que mobilizavam os homens de letras e cientistas ganharam novas interpretações com respeito ao problema da identidade nacional.

Essa interação envolveu um amplo campo de pensadores, desde literatos diletantes de província, até os grandes intelectuais do Rio de Janeiro, levando a várias conseqüências.

O indigenismo foi fortemente influenciado pela escolha da língua geral colônial como fator de atração dos índios. A ideologia imperial paternalista de integração social pacífica, calcada numa mitologia romântica recebeu justificativa na identificação do tupi como o grande idioma indígena brasileiro, resultado não só de estudos lingüísticos, mas do lugar da língua tupi na literatura. As noções de raças e de seus papéis na formação nacional foram também tributárias desse movimento, ao qual se acrescem os estudos sobre os brasileirismos e os falares regionais, nos quais a existência de elementos indígenas, africanos e portugueses embasou o questionamento sobre a existência de um dialeto ou de uma língua brasileira. Por outro lado, a forte presença de uma apologia da língua portuguesa mostrou que a língua também foi vista como uma resposta positiva para as teorias raciais estrangeiras que identificavam na formação racial brasileira a razão do atraso nacional, uma vez que permitia uma saída cultural por meio da identidade latina daquele idioma. Por fim, as idéias sobre cultura urbana, particularidades regionais e marcas raciais se juntaram através de um interesse pela representação na literatura, na dialetologia, na criminalística e no desenho humorístico de vários tipos de linguagens populares, criando uma imagem homogênea de uma língua não-culta tipicamente brasileira.

ABSTRACT

This thesis analyses the debate on Second Reign and Old Republic Brazil linguistic issues, which bore close contact with discussions on race, popular culture, national language, and literary regionalism and nationalism. These issues were as well in a context of widespread European and North American linguistic theories, among others. In this context, linguistic ideas acquired social meaning and the remained subjects that interested writers and scientists were reinterpreted in relation with national identity.

A large number of intellectuals, from provincial novelists to Rio de Janeiro great literati, were involved in this process, resulting, in consequence, in many important trends.

The choice of a *lingua geral* (Indian *lingua franca*) to attract Indian Nations was a major trend in Brazilian Indigenism. Imperial paternalistic ideology of peaceful social integration, based on romantic mythology, was justified by the identification of Tupi as the main Brazilian native language in result not only of linguistic researches, but also of the role of Tupi in literature. Notions of race and its importance to national identity derived from this historical frame as well, to which were connected studies on Brazilian and provincial vocabularies, full of African, Indian and Portuguese elements, giving way to the question on whether there was a Brazilian dialect or language. Besides, a high praise of Portuguese proved that language was seen as a positive response to foreign racial theories, which linked Brazilian backwardness to its racial formation, since Portuguese Latin identity could provide a cultural path out of it. Finally, ideas on urban culture, regional specifications, and ethnicity were gathered through the interest on criminology, dialectology, cartoon and literature, where various kinds of popular language were depicted. This created a homogeneous image of it as the typical non-literate Brazilian language.

SUMÁRIO

Agradecimentos	vii
Abreviações	ix
Introdução	1
1. Tupifilia	
Um tema imperial	15
Os jesuítas e a língua geral	16
Império, língua geral e civilização do índio	24
O Instituto Histórico e as línguas indígenas entre 1840 e 1860	35
Ecos dos passado: Gonçalves Dias e o tupi	37
Raças e línguas indígenas entre 1850 a 1870	50
Nheengatú, ou língua geral amazônica, ou o tupi transforma-se	59
O tupi no contexto internacional	67
Um morto-vivo: o tupi-nheengatú no início do século XX	70
2. Luso-bundo-guarani	
O problema da língua brasileira	83
Os primeiros sentimentos de alteridade lingüística	86
José de Alencar e a língua tupi	92
José de Alencar e o dialeto brasileiro	110
Tupi e formação nacional em Couto de Magalhães	115
Tupi e contribuição africana na década de 1870	121
Os brasileirismos entre 1880 e 1930	123
3. Por que me ufano da minha língua portuguesa	
Apologia lingüística no Brasil e em Portugal	139
É filha da latina	155
Mapa do tesouro: os dicionários como monumentos	166
O estado do idioma nos séculos XIX e XX	175
galofobia no Brasil e em Portugal	181
4. Direito de cidade	
Literatura, língua culta e linguagem popular	213
Coloquialidade nas “Memórias de um sargento de milícias”	218
A voz da cidade entre 1880 e 1920	224
Calão e gíria: linguagens marginais no Rio de Janeiro	230
O áfrico-português de José de Alencar	238
Língua de negro na literatura pré-modernista	244
Caipiras na Capitá Federá da Belle Époque	248
O dialeto caipira de São Paulo	253
Epílogo	269

Anexo 1	
Vocabulário de galicismos mais citados entre 1820 e 1920	277
Anexo 2	
Gírias de criminosos cariocas da Belle Époque	281
Anexo 3	
Caderno de ilustrações	289
Bibliografia e fontes	297

Agradecimentos

Uma das coisas que mais gosto de ler são agradecimentos, pois nos fornecem um outro ângulo – muitas vezes mais caloroso – do trabalho que o autor teve para finalizar sua pesquisa. No entanto, por serem textos curtos, me deixam sempre com um certo sentimento de curiosidade não totalmente esclarecida. É o que acho que o leitor sentirá agora, tendo que agradecer a tantas pessoas que contribuíram de formas diferentes para que eu tenha chegado ao ponto final desta tese.

Agradeço ao CNPq pela bolsa que me permitiu dedicar tempo integral a ela. Também agradeço a CAPES por me fornecer um ano de bolsa sanduíche para um ano fora do Brasil, sem a qual este trabalho estaria seriamente comprometido.

Sidney Chalhoub tem sido ao longo destes meus anos de formação um orientador cujas qualidades podem ser resumidas em algo fundamental: o equilíbrio. À liberdade de temas e problemas historiográficos, aliou-se a exigência de uma fundamentação documental bem articulada. Ao incentivo em perseguir as fontes que me pareciam mais apropriadas, dicas de leituras essenciais. E à leitura atenta de relatórios de pesquisa e das versões preliminares da tese, que a tornaram mais coerente, uma saudável abertura para que eu procurasse outros professores, com o fim de elucidar tópicos específicos e problemáticos. É um fato raro em uma academia muitas vezes tolhida pelas vaidades mesquinhas, uma lição que espero guardar ao longo de minha carreira.

Tenho dívidas de gratidão com vários destes professores: com Maria Clementina Pereira Cunha, por me fornecer um dos primeiros documentos desta pesquisa; com Martha Abreu, que me recebeu com tanta gentileza e interesse em suas aulas na pós-graduação da Universidade Federal Fluminense; com Marcos Bretas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que me indicou teses e fontes importantes; com John Monteiro, pela discussão de questões relativas aos estudos etno-lingüísticos; com Robert Slenes e com Sílvia Lara, também pela indicação de fontes e pelas judiciosas observações na banca de qualificação. Por fim, não tenho como me esquecer de David Treece, do King's College de Londres, que

não só me aceitou como seu aluno entre 2000 e 2001, como discutiu de forma enriquecedora uma versão preliminar dos dois primeiros capítulos. Apresentou-me, ainda, seu colega, prof. Abdoolkarim Vakil, que me introduziu ao universo intelectual português do final do século XIX.

Das várias bibliotecas que frequentei, guardo lembranças especiais do auxílio prestimoso das bibliotecárias do Real Gabinete Português de Leitura: Vera Almeida e Carla Martins Gonçalves. Luciana Barbeiro e Uliana Ferlin, do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult) foram de grande ajuda no tratamento das imagens desta tese.

Nestes últimos anos compartilhei com colegas e amigos da pós-graduação em história social da Unicamp de produtivos debates historiográficos, bem como os momentos de ócio e diversão, um importante contraponto ao trabalho acadêmico: Leonardo Pereira, Maria Leônia Resende, Antônio Negro, Paulo Fontes, Norberto Ferreras, Álvaro Nascimento, Fernando Mencarelli, Benito Schmidt, Henrique Espada, Alexandre Lazzari e Fabiane Popinigis. No Rio de Janeiro a experiência se repetiu com Flávia Sá Pedreira e Larissa Viana. Luigi Biondi e Edilene Toledo, bem como Marcelo Bressanin, me acolheram em São Paulo, e Gilberto Santoro e Gláucia Marcondes em Campinas, durante etapas finais da pesquisa. Agradeço ainda a Jefferson Cano por dicas preciosas de leitura, e a Guilherme Amaral Luz devo a cessão de apontamentos manuscritos e algumas observações sobre os estudos de língua geral.

Em Londres, tive o prazer de encontrar uma animada colônia brasileira, pronta a compartilhar as dúvidas e ansiedades das teses, bem como uma grande amizade: Apostolos Mikalas, Tanja Wowerhun e Rita Apsan. A este grupo se juntou também Camillia Cowling. Agradeço, por fim, à calorosa acolhida e aos galhos quebrados por Lúcia Helena Bogado.

Aos meus pais, Lígia e Paulo, e aos meus avós, Antônio e Maria, devo o constante interesse pelo tema e a ajuda material e afetiva que me permitiram finalizar a tese. Este inestimável ambiente de apoio envolveu ainda Ary, Fernanda, Rogério e Vera. Em Cabreúva fui bem recebido por Cida, Laurindo e André, minha nova família, adquirida em paralelo ao doutorado. Finalmente, nada teria ficado a contento, nem estes anos de estudo teriam tido o sentido de realização e a sensação de fluidez que tiveram, se não fosse a paciência, o companheirismo e a extraordinária capacidade de criar momentos felizes que só a Adriana sabe ser encantadoramente capaz.

Abreviações

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – ABN

Folha de S. Paulo – FSP

História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa ou *Memórias de Literatura Portuguesa Publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa* – MACL

Revista da Academia Brasileira de Letras – RABL

Revista Brasileira – RB

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB

INTRODUÇÃO

Com toda a certeza, há poucas expressões mais famosas no Brasil hoje do que a que nossa pátria é a língua portuguesa, ou dizer que esta é “a última flor do Lácio”. A afirmação, tirada uma de uma frase de Fernando Pessoa e outra de um verso de Olavo Bilac caíram, literalmente na boca do povo.¹ Um deputado conseguiu agitar o parlamento e os jornais com seu projeto de defesa do idioma nacional, citando ambos os poetas em sua argumentação. Caetano Veloso encontrou novos sentidos para a frase do poeta português em uma de suas canções, *Língua*, que diz, a certa altura: “A língua é minha Pátria/ Eu não tenho Pátria: tenho mátria/ Eu quero frátria”. Alguns dos maiores jornais do país ostentam a coluna semanal do consultor de língua culta, Pasquale Cipro Neto, intitulada “inculta e bela”, continuação do verso do parnasiano. Até mesmo no carnaval este surto de descoberta das excelências do vernáculo parece ter chegado: no desfile de 2002 a Unidos da Tijuca apresentou o enredo *O sol brilha eternamente sobre o mundo de língua portuguesa*. Uma das linhas do samba afirmava que... “a minha língua é minha pátria/é minha fé”. Isso sem mencionar as dezenas de programas, sobretudo das televisões públicas, que buscam um panorama desta língua que une Brasil e Portugal. Une?

As duas expressões tiveram em suas épocas, e ainda têm hoje, um forte cunho nacionalista. Quase um dístico, elas estatuíram com maestria o problema da língua em Portugal e no Brasil em um determinado contexto, quando a idéia de uma identidade nacional passava obrigatoriamente pela da identidade lingüística. No presente caso, tratava-se da exaltação de uma cultura luso-brasileira. Mas se este é o sentido mais abrangente das frases, por que elas são tão mais populares atualmente no Brasil do que em Portugal?

Portugal não anda muito interessado em reforçar seus laços culturais com suas ex-colônias, voltado que está para ser um autêntico parceiro da Comunidade Européia. Mas as autoridades brasileiras se apressam em fortalecer a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e a idéia da “lusofonia”, espécie de cópia da “francophonie” posta em prática

pela França a partir da sua descolonização da África, de forma a manter frutíferos laços econômicos com os novos países que se criavam. A ideologia salazarista da brandura do império português e da sua pendência para bem se misturar aos povos tropicais nada mais significa hoje em Portugal, a não ser para festejar seus feitos do passado, como se viu na autêntica comemoração lusa a que o Brasil se submeteu durante o ano de 2000. Quando o romancista português José Saramago ganhou o prêmio Nobel de literatura em 1998, um *frisson* percorreu os meios intelectuais brasileiros. Até mesmo o vice-presidente da República, Marco Maciel, em nome do chefe de Estado, se dirigiu ao escritor e à imprensa luso-brasileira para parabenizar o escritor e os dois países por finalmente terem recebido tal prêmio. E não só ele: literatos de todos os matizes, jornalistas, políticos, gramáticos e muitos outros se rejubilaram com o prêmio, notando que uma injustiça histórica finalmente tinha sido reparada ao ser dado um prêmio à língua portuguesa. Não fora um já renomado escritor europeu, português, comunista militante que chegara a fugir de seu país porque parte da sua *intelligentsia* o tinha repudiado, um romancista de fama internacional, que fora brindado com a honraria, depois de décadas de trabalho. Era a língua em si e, através dela, todos os seus falantes naturais que se encontravam em tal situação.²

O que levou a este frenesi? Decantando a questão: se era natural que a imprensa portuguesa festejasse o Nobel, por que a sua congênera brasileira apressou-se em acompanhá-la na comemoração? Mesmo levando-se em conta – segundo afirmou-se na época – que a própria Academia Sueca teria indicado Saramago ao prêmio com intenções políticas (desfazer a “injustiça” histórica cometida contra outros grandes escritores, como Fernando Pessoa; colocar no mesmo patamar a literatura em língua portuguesa frente a sua “eterna” rival, a literatura em língua espanhola, ganhadora de 10 nobéis³; incentivar o movimento pela independência de Timor Leste), por que toda a comunidade midiática, política e literária brasileira sentiu-se identificada com este pressuposto?

De certa maneira, esta tese visa fornecer subsídios para se responder ao estranhamento frente a este sentimento ufanista que tomou conta dos segmentos chamados de “formadores de opinião” neste e em outros episódios semelhantes. Na realidade, ela visa transformar atitudes como esta em estranhamento e analisá-lo criticamente, procurando, como os antropólogos, distanciar-se de atitudes tidas como

“naturais” a fim de desvendar-lhes os fundamentos. ⁴ Como não sou sociólogo ou antropólogo, vou tentar fornecer elementos históricos que desnaturalizem a questão.

Mas qual atitude é esta? Correndo o risco de simplificar por demais o problema, responderia que é a idéia de que a língua é fator essencial de definição da nacionalidade, idéia que se baseia em duas premissas: 1) cada povo possui determinadas características culturais que o diferenciam dos demais; 2) estas características são basicamente imutáveis na sua essência.

Numa análise superficial do vocabulário desta ideologia poderíamos encontrar a resposta para sua origem no romantismo europeu. Filósofos como Johann Gottfried Herder e Jean-Jacques Rousseau estiveram entre os primeiros a desenvolver a idéia resumida no parágrafo acima. Escritores como os irmãos Grimm aplicaram-na na prática, criando o que se convencionou chamar de *folclore*. ⁵ Academias como as Francesa e a Real Espanhola se apressaram a criar um *corpus* extenso e minucioso de palavras que comporiam a totalidade da língua e testemunhariam sua riqueza, beleza e outros atributos. Seus dicionários comporiam um espelho no qual todos os membros da nação veriam refletidos sua história, suas conquistas seus desejos, sua independência; enfim, sua maneira particular de estar no mundo.

Mas se o romantismo europeu elevou no final do século XVIII esta atitude à categoria de unanimidade, é muito antes disso que se pode recuperar o contexto que deu base para que ela vingasse. No século XIV, em Florença, um pequeno conjunto de pensadores e poetas, cujos maiores expoentes foram Giovanni Boccaccio, Francesco Petrarca e, sobretudo, Dante Alighiere, iniciaram o movimento pela adoção em toda a Itália – na época dividida em cidades-estados, reinos e províncias dominadas por outros países – de um único idioma literário. Lapidando o florentino, eles visavam fazê-lo vingar em três frentes: substituir o latim como língua da cultura; como diferenciador dos literatos peninsulares frente aos escritores estrangeiros; e, finalmente, como elemento superior às línguas locais (úmbrio, vêneto, napolitano, genovês, milanês, siciliano etc.). Vitorioso entre os intelectuais do Renascimento, o que levou a *Accademia della Crusca* publicar o primeiro dicionário de um vernáculo europeu, em 1612, o florentino só se tornaria efetivamente o italiano muitos séculos depois. Paralelamente ao nacionalismo que resultou na unificação do país na década de 1870, a nova língua se tornaria a oficial

da nova unidade política. Mas somente no início do século XX ela suplantaria os dialetos locais. Para tal foi preciso uma massiva popularização da imprensa, literatura e, sobretudo, ensino público, em italiano.⁶

Este movimento, que tinha tanto de político (senão mais) quanto de cultural, se repetiu em praticamente todas as nações modernas da Europa. Vale aqui destacar rapidamente apenas mais três casos latinos, posto que se tornaram os mais conhecidos: Espanha, França e Portugal. Começamos pelo último caso, pela precedência histórica que comporta.

No território do atual Portugal falava-se na Idade Média o que se chamou posteriormente de “galego-português”, além do castelhano em uma estreita faixa leste. O árabe era também uma língua corrente, fruto do domínio pluricentenário exercido pelos califas muçulmanos. Por volta da mesma época da expulsão dos árabes e da criação do Estado nacional, no século XIV, o galego do sul do rio Minho já se distanciara do galego propriamente dito, podendo ser identificado como o português, sendo então adotado como a língua oficial da burocracia. Pela primeira vez na história ocidental desde a Antigüidade Clássica, um Estado elevava um de seus vernáculos acima do latim, língua tida como universal tanto nas letras quanto na religião e na burocracia estatal. O galego foi sendo discriminado, até que fosse “expulso” para seu berço histórico, a Galícia espanhola, sobrevivendo apenas marginalmente no território montanhoso do norte lusitano.⁷

Na Espanha, o castelhano, língua da corte de Castela e Aragão, caminhou lado a lado com a subida ao trono de Fernando e Isabel em meados do século XV. Depois de unificada, a Espanha oficializou, como fizera seu vizinho ocidental, um de seus idiomas vulgares. Como resultado, o basco, o galego e o catalão sofreram um processo de exclusão e confinamento. É, aliás, bastante significativo que o ano que marca a definitiva expulsão dos mouros e a chegada de Colombo na América (e o início do império espanhol), seja também a data de publicação da primeira gramática ocidental de uma língua vernácula; a de Antonio de Nebrija. Embora o mesmo Nebrija tenha publicado em 1495 um dicionário espanhol-latim, somente séculos depois (entre 1726 e 1739) surge um monumento por todos aceito como parâmetro e modelo fixador do vocabulário castelhano: o dicionário da Academia Espanhola. E apenas com a redemocratização da

década de 1970 as línguas banidas foram de novo elevadas a idiomas oficiais de suas respectivas regiões.

Finalmente, no caso gaulês, a história se repetiu uma terceira vez. O francês, língua do centro-norte do país, foi desde cedo o idioma da corte dos primeiros reis. No entanto, devido à divisão política, que só terminou no século XVI, ele se restringiu, tal como o italiano, às camadas letradas. Mas mesmo assim, o provençal (ou *langue d'oc*), falado em quase todo o sul mediterrâneo, foi meio de expressão literária importante, compondo uma literatura que, no final da Idade Média, era até mesmo mais difundida do que sua contraparte nortista, como a poesia trovadoresca, que foi exportada para as penínsulas ibérica e italiana, e para a França setentrional. Em todo o caso, o francês foi difundido pelo novo Estado Nacional. No século XIX alguns dos *patois*, como o burgúndio e o próprio provençal desapareceram, e outros, como o basco, o catalão, o bretão e o corso, viram seus falantes adotar o francês como primeiro idioma. Apenas recentemente eles foram identificados pelas autoridades educacionais e pelo parlamento como em perigo de extinção e seu uso foi estimulado nas escolas.⁸

Logo no segundo parágrafo desta apresentação afirmei que os versos de Bilac e Pessoa eram a possível legenda para o problema da língua nacional em Portugal e no Brasil. Mas foi sempre assim? Afinal, uma das implicações desta formulação, sobretudo se contextualizada no panorama que acabei de esboçar, é a de que estes versos podem ser tomados como expressões de um movimento cuja única historicidade é dada de fora para dentro. Em outras palavras, a única divisão possível teria se dado entre um período medieval de predomínio do latim e desprezo das camadas letradas pelas línguas vulgares, um período moderno e renascentista de fortalecimento dos idiomas nacionais, e um período contemporâneo e romântico em que estes idiomas são tomados como entidades dotadas de vida espiritual que passa além do mero uso comunicativo ou burocrático. Ora, as reflexões sobre o problema das línguas são muito mais ricas, tanto no Brasil quanto na Europa, reunindo a gramática, a literatura, a crítica e a teoria literária, o ensaio sociológico, a historiografia, o folclore e a ciência da linguagem.⁹

Sem ter como esgotar o assunto e adentrar em todos os seus meandros, esta tese pretende se circunscrever a apenas um aspecto, de forma a contribuir para o problema mais amplo da relação entre os nacionalismos contemporâneos e seus contextos

históricos. O que pretendo mostrar é a forma pela qual se desenvolveu no Brasil uma reflexão sobre as línguas presentes ao longo de sua história. Espero poder provar que para o pensamento brasileiro (filologia, literatura, folclore, sociologia, antropologia, ideário político, historiografia) a sociedade era também definida através das línguas e as línguas através da sociedade. Neste percurso, algumas balizas precisam ser de imediato esclarecidas.

Em primeiro lugar, não me interessarei em fazer uma história da língua nacional no Brasil, no sentido da consolidação do português como idioma brasileiro. Embora em vários momentos existam referências à situação dos idiomas indígenas no país e aos trazidos por colonizadores e escravos africanos, submeterei tais referências à necessidade de esclarecer o contexto em que os testemunhos sobre línguas, políticas lingüísticas, concepções da história nacional e posicionamentos ideológicos assim o exigirem. Além disto, esta abordagem me parece estar por demais ligada a uma história dos nacionalismos que toma por pressuposto o fato de que estes nacionalismos seriam a expressão natural de sentimentos coletivos, e que estes sentimentos seriam a condição essencial para a formação de um corpo social tipicamente moderno: a nação. Prefiro alinhar-me com Benedict Anderson e Eric Hobsbawm,¹⁰ que identificam a necessidade que várias camadas sociais de determinados países europeus sentiram de criar uma ideologia que tornasse natural a idéia de que a base de uma sociedade moderna, próspera, e unida se baseava em um corpo de características raciais, culturais e históricas que independiam da vontade dos indivíduos ou dos agentes sociais. Ou seja, estes dois autores vêm a nação moderna como um projeto social e político que precisou se legitimar e que só quando conseguiu ter seu imaginário de símbolos, tradições e identidades aceito como um dado natural pôde finalmente se apresentar como uma realidade aparentemente definitiva. Neste sentido, a fórmula romântica de que a língua constitui o patrimônio mais íntimo da nação, na medida em que é a expressão máxima tanto das suas manifestações folclóricas populares quanto das manifestações do seu “gênio” literário e filosófico, mais restritas às camadas intelectuais, mostra que ela fazia parte de uma ideologia: o nacionalismo. Ainda que aceitando o fato de que a língua portuguesa possa servir como uma marca que identifica os brasileiros frente a outras nacionalidades, bem como a inexistência de um embate lingüístico nos moldes descritos acima para países como

Espanha, França ou Itália, é preciso entender porque e como surgiu a necessidade de muitos intelectuais brasileiros em firmar um campo de estudos e debates que pregava várias agendas políticas, econômicas e culturais baseadas em uma ou mais convicções lingüísticas.

Neste sentido, e sabendo que a afirmação soa pretenciosa, chega a ser mais instigante o fato de que um país já independente como é o Brasil de 1822 e que possui uma relativa unidade lingüística – ao menos entre as camadas dominantes das províncias – em comparação com a formação das antigas metrópoles européias tenha dedicado tanta tinta à questão da língua nacional como é o caso durante os séculos XIX e XX. De onde vem tal interesse? Quem eram estes interessados? Eram eles – interesses e interessados – sempre os mesmos? Estava este debate relacionado com outras preocupações das camadas letradas? A minha tese é que sim, e pretendo mostrar que foi fundamental para este período estudar o fenômeno lingüístico sob variados aspectos. Ao mesmo tempo, pretendo explicar porque certas vertentes foram escolhidas em detrimento de outras.

Esta inserção da questão da língua nos leva ao segundo e, seguidamente, ao terceiro aspecto desta tese. É preciso contextualizar esta questão entre os outros debates sobre a nacionalidade que, no presente caso, tiveram duas conseqüências extremamente importantes. O problema lingüístico dialogou constantemente com as noções de classe e, sobretudo, raça, e levou ao confronto com a lembrança inapagável de que o Brasil se formara tendo como pano de fundo o contato forçado entre línguas indígenas, africanas e européias. Conseqüentemente, o paralelo que se poderia procurar entre o contexto brasileiro e o europeu se torna mais complexo nesta originalidade “tupiniquim”, ponto que será elucidado na apresentação dos capítulos desta tese.

Chegamos ao último ponto que baliza o presente estudo: a cronologia. O núcleo da tese se restringe ao período entre 1840 e 1930, embora sejam feitas algumas escapadas para datas anteriores e posteriores, de forma a esclarecer o contexto principal e a postular hipóteses que só outros estudos poderão dirimir e corrigir. Voltando para o período que mais imediatamente me interessa, pode-se justificá-lo da seguinte forma: é de meados do século XIX o duplo surgimento de uma consciência da alteridade lingüística brasileira frente a Portugal e o início de novos estudos sobre as línguas indígenas que iriam privilegiar uma nova entidade – o “tupi”. Daí em diante a pauta foi se firmando, só vindo

a decair após a década de 1920. Depois disto, o contexto e o significado das posições sobre o problema da língua nacional mudaram, escapando às explicações formuladas nesta tese. Posso apenas postular hipóteses, expostas no Epílogo. De qualquer forma, a partir desta época, várias noções tornaram-se, paradoxalmente, lugares comuns – tudo isto, é claro, em alguns círculos. Podem-se citar, entre tantos exemplos, a afirmação de que a literatura e a lexicografia recolhem e dão foro de vernaculidade a jargões, gírias e outros falares particulares, o medo de que o idioma pátrio possa vir a se desnacionalizar ou se fragmentar pela importação de estrangeirismos, neologismos ou regionalismos, com a conseqüente conclusão que ele é um reduto a ser defendido – conclusão que, no fundo, é outra maneira de se afirmar que a língua é um patrimônio nacional congregador de nossas riquezas culturais e, em última instância, de nossa “alma”. Atestam isto recentes polêmicas sobre a nova edição, revista e aumentada do dicionário *Aurélio*, sobre a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (e mais especificamente sobre o papel e identidade de Brasil e Portugal frente à independência de Timor Leste), e sobre o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo sobre a defesa da língua portuguesa – todas, não coincidentemente, ocorridas na segunda metade da década de 90.¹¹ Sendo mais específico: embora estes fatos tenham suas próprias lógicas e explicações, pretendo que o leitor desta tese chegue a seu final com a mesma impressão que a minha – que eles possuem algumas raízes históricas.

A primeira destas raízes foi o súbito interesse verificado no início do Segundo Reinado pela chamada *língua geral* e pelo tupi. Pretendo deixar claro neste item que se a primeira serviu como argumento para a defesa da tese da inclusão pacífica, católica e produtiva dos índios na sociedade colonial e depois imperial, a segunda foi uma noção de língua indígena construída com intuítos distintos: investigar cientificamente a genealogia lingüística e étnica dos primitivos habitantes do continente, aproximando a filologia comparativa e as noções raciais do século XIX, e, principalmente, advogar a tese de que estes habitantes estavam confinados ao passado, não representando mais um problema na agenda política e cultural. Mesmo quando se destacava a sobrevivência de um representante tupi na Amazônia, o nheengatú, era para se ressaltar o definhamento desta raça e clamar pela pressa em recolher os últimos resquícios da nobre nação brasílica, para

que a antropologia e a lingüística pudessem classificar corretamente estes índios. No processo que moveu isto que eu chamo de *tupifilia*, dois sentidos foram dados ao idioma tupi: o poeticamente trágico, e o de fonte de conhecimento histórico e antropológico, ora valorizando-se, ora duvidando-se da civilização do Império do Brasil.

No capítulo 2, pretendo mostrar como na esteira desta *tupifilia* – aliás, como parte dela – surgiu efetivamente o problema da língua nacional. A partir de meados do Segundo Reinado, na pena de José de Alencar, o tupi foi reapropriado como modelo mitológico de uma pretensa formação étnica e cultural do Brasil. A raça e o idioma foram pela primeira vez interpretados como essenciais para o organismo nacional em si mesmo. É claro, como se verá aqui e ali ao longo da tese, que antes disto esta idéia mostrou sua face, mas somente nos romances indianistas de Alencar ela foi tomada conscientemente, desmontada e remontada e, finalmente, apresentada ao público leitor brasileiro como uma ideologia organicamente justificada.

Esta idéia de uma miscigenação racial e lingüística teve dois momentos. Primeiramente ela destacou somente dois elementos: o indígena e o europeu. Somente quando o romantismo alencariano é atacado pela chamada “geração de 1870”, trazendo para a agenda política e cultural o racismo científico e o abolicionismo, é que se planta a clássica interpretação de que o povo brasileiro é resultado do cruzamento de três raças: portugueses, africanos e índios. Paralelamente, surgiu a idéia de que também a língua nacional expressava esta história. Mais: ela teria sido responsável pela perfeita acomodação dos três elementos, com a vantagem de fornecer um modelo em que a herança cultural européia era melhorada e levava à dissipação dos problemas civilizatórios que a miscigenação étnica criara.

Nos desdobramentos deste movimento pela língua nacional verificou-se uma forte oscilação em favor de outros componentes da nacionalidade na virada do século XIX para o XX. A *tupifilia* em suas variadas facetas foi conseqüência e motor da ideologia de compromisso hierarquizado entre subordinados e dominantes, sendo desmontada por alguns críticos, e apropriada por uma maioria que, em várias vertentes, defendeu sua fusão com o elemento português e africano na formação de uma linguagem ou dialeto brasileiro, ou preferiu focar apenas o par tupi-português na formação de tipos étnico-lingüísticos que representariam parcelas deste nacional, como o gaúcho ou o paulista.

Mas em vez de tipos à parte, eles eram vistos como os brasileiros mais puros. Nesta nova fase, literatura, lexicografia e dialetologia dialogaram criticamente. Uma das versões retomou a figura do caipira e deu-lhe nova cara. A literatura regionalista paulista dos anos iniciais do século XX – que não será analisada extensivamente – tocou apenas de leve na herança africana e revalorizou indiretamente o ascendente indígena. O tupi voltou a ser moda, embora sem a força de antes, o que veio a calhar, pois uma nova onda de interesse pelo idioma ressurgia no norte do país.

Este capítulo também tratará de um elemento que começou a aparecer em meados dos oitocentos, mas que se tornou moda apenas entre 1880 e 1920 – os chamados brasileirismos, que reuniam as palavras de origem tupi ou africana que o Brasil preservara para enriquecer a língua portuguesa.

No capítulo 3 dedicarei especial atenção à língua portuguesa. Ao falar de caipiras, mulatos, escravos, brasileiros e suas linguagens, todos mantinham as vistas para o idioma base. Mas paralelamente a isto existia um movimento muito forte, o purismo, ou “gramaticalismo”, como o chamou Bilac.¹² Um dos aspectos marcantes do purismo foi o diagnóstico que a língua culta de Brasil e Portugal andava decadente, o que se relacionava com uma idealização da importância dos chamados clássicos da literatura portuguesa. Outro foi a *galofobia*, ou horror que escritores, latinistas, filólogos, gramáticos e simples professores de português tinham quanto ao uso de palavras francesas ou afrancesadas na literatura, oratória, jornalismo e “língua familiar” de Brasil e Portugal.

O último capítulo versará sobre um assunto que é uma variante de um problema tratado sob um ângulo diferente no capítulo 2 e aludido nos seguintes: qual o estatuto da linguagem popular? Gírias, calão, “língua de negro” e outras linguagens particulares, foram representadas em uma encruzilhada de sentidos, de acordo com fatores como o gênero literário em que surgiam, a relação dos enredos com as idéias dos autores sobre identidade nacional, e o momento histórico em que apareciam. Desta forma, a própria idéia de linguagem popular é polissêmica, sendo ora entendida como a mera deturpação da língua portuguesa, ora como um mosaico de variadas formas de falar, ora como um elemento unificador da população pobre e mestiça, ora como veículo para debates

políticos alheios as meras questões filológicas – entre outros temas que o capítulo em si deixará mais explícito.

Para terminar esta parte da apresentação, é preciso deixar claro a forma pela qual entendo a relação entre raça e língua, tema várias vezes citado nos parágrafos acima. Não pretendo defender a tese de que as formulações sobre língua e linguagem dependem das tecidas sobre raças, ou o oposto – que as teorias raciais refletem as teorias lingüísticas ou literárias. O tema não merece este tipo de simplificação – embora em alguns pontos específicos seja possível encontrar a gênese em um ou outro lado da relação. De certa forma, é possível aplicar aqui uma analogia com a própria filologia comparativa do século XIX. Como se verá com mais detalhes no capítulo 2, ela propôs o modelo da árvore genealógica, modelo depois seguido pelo darwinismo, para a classificação das línguas. Mas como não havia resposta definitiva para a origem de todos os ramos da árvore, nem mesmo para se havia uma ou mais de uma origem, e sabendo-se que o modelo apontava para uma constante e inacabável divisão lingüística, os filólogos e gramáticos só podiam filiar os idiomas até um determinado ponto. Por exemplo: ainda hoje se postula a existência de um proto-indo-europeu ¹³, idioma que teria existido há milhares de anos no planalto da Ásia Central, e que teria gerado as línguas arianas antigas (sânscrito, persa, grego, alto-germânico e outras), como uma mãe das atuais línguas européias. Mas se mesmo os lingüistas reconhecem que é impossível recuperar esta língua, posto que não deixou nenhum registro e o que dela se tem são construções hipotéticas, o que dizer de uma, ou várias línguas originais dos primeiros seres humanos? A analogia que faço caminha no mesmo sentido. O que é possível é recuperar uma parte da genealogia das idéias sobre línguas, privilegiando, de acordo com o problema histórico que se quer investigar, uma ou outra de suas várias vertentes e aplicações. Mas seria impossível abarcar toda a árvore, ou até mesmo encontrar sua gênese. A reflexão sobre as línguas e a sobre a evolução humana estiveram sempre em contato. Logo, uma história que contextualize a produção brasileira sobre este contato, mesmo que tentando valorizar um dos pólos mais do que o outro, não tem como desatar este nó, e deve ter a consciência de que o melhor que pode fazer é contribuir para um entendimento em duas direções: de um lado, para a história do desenvolvimento das idéias lingüísticas; de outro, para novas

perspectivas nos estudos sobre o contexto intelectual e suas conseqüências políticas e sociais. Ambos os pontos serão retomados no epílogo.

No meio brasileiro do século XIX e XX houve um constante diálogo criativo que seguiu vias paralelas às experimentadas em outros países. Ao mesmo tempo a relação raça-língua também se desdobrou em conclusões peculiares. Se ao final desta tese ficar provado que o problema das línguas foi mais importante do que se costuma pensar para as idéias sobre identidade nacional, dialogando com o racismo e com a categoria de classes (perigosas), o principal objetivo dela terá sido atingido. Sentirei ainda a mesma satisfação se conseguir questionar a forma de se imaginar um fato tido como “natural” e não como uma construção histórica: a premissa de que a língua é uma das âncoras imutáveis onde se fixa a unidade espiritual da nação.

NOTAS

¹ Na realidade, a oração de Pessoa é de um de seus heterônimos, Bernardo Soares. Ver: “Gosto de dizer. Direi melhor: gosto de palavrar”, in Jacinto do Prado Coelho, Maria Aliete Galhoz, e Teresa Sobral Cunha (org.), *Livro do desassossego por Bernardo Soares*. Vol. I. *Fernando Pessoa*. Lisboa: Ática, 1982. Já o verso bilaquiano será comentado no capítulo 3.

² A imprensa portuguesa se concentrou na primeira parte desta interpretação. Somente os políticos e escritores lusos ouvidos por jornais brasileiros buscaram aproximar Portugal e Brasil naquela “vitória”. Já os meios de comunicação diários brasileiros ecoaram unanimemente a participação dos dois países no prêmio da Academia de Estocolmo. Ver a título do exemplo: “Repercussão”, *FSP*, 09/10/98; Horácio Costa, “Saramago é o suco de barbatana da língua portuguesa”, *FSP*, 10/10/98; José Sarney, “Saramago e a língua portuguesa”, *FSP*, 16/10/98. Uma das poucas vozes a relativizar o Nobel foi a de Nelson Archer, “Prêmio merece celebração com ressalva”, *FSP*, 09/10/98.

³ Com a seguinte lista: os espanhóis José Echegaray y Eizaguirre, em 1904, Jacinto Benavente, em 1922, Juan Ramón Jiménez, em 1956, Vicente Aleixandre, em 1977, e Camilo José Cela, em 1989; com os chilenos Gabriela Mistral (pseudônimo de Lucila Godoy Y Alcayaga), em 1945, e Pablo Neruda, em 1971; com o guatemalteco Miguel Angel Asturias, em 1967; com o colombiano Gabriel García-Márquez, em 1982; e com o mexicano Octavio Paz, em 1990.

⁴ Para uma aplicação sucinta e clara do conceito de “estranhamento” na historiografia, ver: Robert Darnton, *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. Para o tipo de abordagem teórica e prática contemporânea da antropologia, deve-se recorrer aos autores mais conhecidos dos historiadores: Marshall Sahlins, *Islas de historia*. Barcelona: Gedisa, 1997; e Clifford Geertz, *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico, 1989.

⁵ Peter Burke, *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. Enquanto Burke tece um bom panorama geral, Prys Morgan fornece um minucioso estudo de caso ilustrativo, examinando os estudos folclóricos e lingüísticos no País de Gales entre os séculos XVIII e XIX: “From a death to a view: the hunt for the Welsh past in the romantic period”, in Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p.p. 43-100.

⁶ Em 1861, por volta de somente 3% dos habitantes entendiam italiano. A informação está em Jonathan Steinberg, “O historiador e a *questione della lingua*”, em Peter Burke e Roy Porter, *História social da linguagem*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 235. Ver ainda o artigo de Peter Burke na mesma coletânea, “Os usos da alfabetização no início da Itália moderna”. Uma boa análise do uso político e das necessidades burocráticas do Estado moderno que levaram ao fortalecimento de determinados dialetos

como línguas nacionais está em Benedict Anderson, *Imagined communities*. Londres e Nova York: Verso, 1999, p.p. 41-46 e 71-82.

⁷ Jorge Mattoso, “Língua e memória”, in J. Mattoso (org.), *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*, volume 3. Lisboa: Estampa, 1990, p.p. 357-364.

⁸ “Idiomas regionais perdem terreno”, *FSP*, 11/07/1999.

⁹ Excluo aqui a filosofia, pois ela se interessa pela dimensão comunicativa, ou de concatenação das idéias, ou ainda pela dimensão metafísica do fenômeno humano da linguagem, e não pelos processos de transformação dos sons articulados ou de divisão da linguagem em sistemas históricos, nem pela história de usos particulares e circunstanciados de sistemas gramaticais e/ou literários. No entanto, até o século XVIII um dos principais problemas da filosofia ocidental era lingüístico e metafísico, discutido por filósofos e gramáticos: qual a origem da linguagem humana? A partir daí e até meados do século XIX a questão migrou para a nascente ciência da linguagem e se tornou histórico, sendo debatido quase que exclusivamente por filólogos. Um bom exemplo deste descolamento e da cronologia acima esboçada é dado pela Sociedade de Lingüística de Paris (*Société Linguistique*), que na sua fundação, em 1870, estatuiu a proibição expressa de aceitar em congressos e publicações temas relacionados à origem da linguagem.

¹⁰ B. Anderson, *Imagined communities*; Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.

¹¹ Para um bom exemplo do projeto por detrás da CPLP e a forma como ela foi mobilizada em Portugal e no Brasil em prol da causa timorense, ver os artigos “Timor: uma causa do Brasil”, de José Aparecido de Oliveira (principal defensor e articulador da fundação da CPLP, em 1996), na *FSP*, 16/07/1998; Arnaldo Niskier, “Língua portuguesa e Timor Leste”, *FSP*, 24/09/1999. Quanto à polémica sobre o *Dicionário Aurélio século 21*, ver: Cláudio Abramo, “Dicionários, que horror”, caderno *Mais!*, *FSP*, 23/01/2000; Marina Ferreira e Margarida dos Anjos, “O horror da crítica e o valor dos dicionários”, caderno *Mais!*, *FSP*, 13/02/2000; Cláudio Abramo, “Fenômenos da Casa Grande”, caderno *Mais!*, *FSP*, 05/03/2000; Paulo Geiger, “Uma crítica inócua e o rigor dos dicionários”, caderno *Mais!*, *FSP*, 05/03/2000. Já o projeto de Aldo Rebelo (PC do B/SP) está em Congresso Nacional, *Projeto de lei nº 1.676, de 1999*. Brasília: Congresso Nacional, 2001. A polémica nos jornais, que resvalou para o tema da decadência do idioma, pode ser avaliada em: A. Rebelo, “Culta e bela”, *FSP*, 29/09/1999; Elio Gaspari, “Curso madame Natasha de piano e português”, *FSP*, 17/10/1999; Carlos Alberto Faraco, “Guerras em torno da língua”, *FSP*, 25/03/2001; A. Rebelo, “A intriga das línguas”, *FSP*, 15/04/2001; C. A. Faraco, “O maiúsculo e o minúsculo”, *FSP*, 13/05/2001; Luís Giron, “Crepúsculo dos gramáticos”, *CULT*, junho 2002, p.p. 36-43.

¹² Olavo Bilac, “Gramaticalismo”, crônica de 1896 na *Gazeta de Notícias*, reproduzida em *Vossa insolência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, 154-58.

¹³ Colin Renfrew, *Archaeology and Language*. London: Jonathan Cape, 1987.

Capítulo 1

TUPIFILIA

UM TEMA IMPERIAL

Quando Alfredo do Valle Cabral publicou em 1880 o seu *Bibliografia da língua tupi ou guarani, também chamada língua geral do Brasil*¹, os estudos lingüísticos sobre o tupi tinham atingido o seu auge. Desde o Imperador Pedro II, de quem se dizia ser versado naquela língua², passando pelo espaço privilegiado dedicado aos idiomas indígenas na revista trimestral do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, principal órgão da *intelligentsia* nacional, e pelas reedições dos dicionários e gramáticas dos séculos XVI, XVII e XVIII, até chegar aos trabalhos lingüísticos e à produção literária romântica, o indianismo, de maneira geral, e o tupi em particular, estavam na ordem do dia.

O que mais impressiona em um primeiro exame do opúsculo de Cabral é a extensão da lista. Cobrindo quase quatro séculos e misturando textos propriamente lingüísticos e uma variedade imensa de crônicas de viagens, tratados históricos e descrições etnográficas, a compilação ainda assim mantém um vívido interesse por revelar o quanto se dedicou de tinta a essas línguas. São, mais precisamente, 302 títulos, divididos, segundo Cabral, em 20 gramáticas, 19 dicionários ou vocabulários, 11 catecismos e 17 “obras várias”, em 124 textos de viajantes e outros autores estrangeiros que citam línguas nativas, e, finalmente, em 111 manuscritos guardados em arquivos e bibliotecas do Brasil, Portugal, Alemanha, Inglaterra e Itália.

Se esse número fosse tomado de forma bruta, se poderia afirmar sem medo de exageros que o tupi-guarani seria uma das três línguas não-européias mais estudadas desde o Renascimento, tendo boas chances de rivalizar com o hebraico e o sânscrito. No entanto, esse ímpeto “ufanista” deve ser abrandado por uma análise mais cuidadosa da lista. Das 124 obras de viagens ou de história coletadas, nenhuma se detém especificamente no tupi ou no guarani, contendo apenas breves apanhados sobre os

idiomas americanos de uma maneira geral, ou apresentando pequenos vocabulários indicados pelo nome da tribo na qual foram coletados – tribos que muitas vezes não pertenciam ao tronco tupi-guarani, mas que estavam ou viriam a estar em território brasileiro. Boa parte dos manuscritos se encontra em certa medida na mesma condição das obras de viagem ou história. Outra parte, são textos religiosos (a maior parte, jesuítas), escritos em língua geral, para a conversão dos índios, tal como catecismos ou autos teatrais, nos quais não há um “estudo” gramatical, sendo seu valor apenas documental. Se retirarmos da lista as 8 reedições de gramáticas jesuíticas dos séculos XVI e XVII e os 11 catecismos, mais uma vez por serem obras *em* língua geral e não *sobre* língua geral, teremos um número mais modesto de 48 títulos, indo de breves artigos a extensos dicionários, em quase quatro séculos. Ainda assim, o tupi-guarani era uma das modas intelectuais do século XIX brasileiro, sendo também a única contribuição brasileira de alcance internacional ao campo da filologia comparada.³

A maioria dos títulos listados por Valle Cabral pertence ao século XIX. Deve-se somar a eles ainda outros trabalhos produzidos depois de 1880. Mas como nosso interesse não é estatístico, o número exato não é tão importante. Basta para nosso objetivo reter uma ordem de grandeza de dezenas de artigos e livros produzidos entre meados da década de 1850 e fins da década de 1920. Esta bibliografia é responsável pela grande visibilidade que o tema “tupi” adquiriu na cultura brasileira – com o apoio da literatura romântica – e foi um dos principais veículos pelo qual o conhecimento antropológico sobre os nativos brasileiros se expressou até pelo menos os anos 40 do século XX. A literatura, a mitologia e simbologia indianista do Império, e os estudos lingüísticos e antropológicos se combinaram em um processo de procura pelas raízes da nacionalidade pelos homens letrados do Império e da República Velha. Seu desenvolvimento influenciou, ainda, o surgimento de uma lexicografia brasileira e o interesse pelo português no Brasil.

OS JESUÍTAS E A LÍNGUA GERAL

Costuma-se dizer que o Brasil possui por volta de 170 línguas indígenas, muitas não catalogadas e outras tantas à beira da extinção. Outra afirmação costumeira é a de

que em 1500 haveria em torno de 1000 idiomas dentro do que viria a ser nosso território. Na verdade, não há consenso sobre o assunto. As cifras variam e a classificação é frágil. Faltam gramáticas, estudos fonéticos e trabalhos comparativos. O mapa lingüístico brasileiro apresenta muitas dúvidas sobre se certas línguas são mesmo línguas ou variantes de outros idiomas, bem como a quais grupos lingüísticos pertencem. Comparações com outros idiomas sul-americanos também são escassas. Para complicar ainda mais, a ameaça de extinção de algumas etnias amazônicas ameaça levar consigo línguas não estudadas. Como uma espécie de consolo, a lingüística comparativa sul-americana não está muito mais avançada do que a brasileira, encontrando os mesmos problemas de classificação, agravados pelo maior número de línguas com que tem que lidar.⁴

O que se sabe é que quando os portugueses aportaram no litoral da Bahia, entraram em contato com os tupinambás. Estes índios dividiam a costa brasileira com dezenas de etnias que hoje são incluídas no grupo tupi-guarani, bem como com pertencentes a outras famílias lingüísticas, que até meados do século XIX eram agrupadas nos registros oficiais e religiosos em uma só identidade oposta, a dos tapuias. Não havia ainda a terminologia tupi, e mesmo guarani parece ter se fixado apenas no início do século XVII, vindo das colônias espanholas do Prata.⁵

A forma de dividir e compreender os povos indígenas do litoral e de poucas léguas do interior que os colonizadores penetraram variava muito, e nem sempre seguia princípios étnicos, mas políticos. Ao se aliarem aos colonos ou jesuítas, os índios eram passíveis de redenção e vistos como civilizáveis; ao se oporem, seja independentemente ou em aliança com franceses e holandeses, eram os bárbaros tapuias.⁶

Dentre os agentes da colonização, destacou-se a Companhia de Jesus. Seus membros, depois de longos debates, acharam por bem que a melhor forma de difundir a palavra de Deus entre os selvagens brasileiros seria nas suas próprias línguas. Como os padres inacianos de início entraram em contato com os tupinambás e outras etnias aparentadas, tentaram aprender como se comunicar com elas, optando por difundir mesmo entre não falantes o que era a língua de apenas um grupo. Assim, desenvolveu-se uma literatura sobre e em *língua geral* (da expressão “língua geral da costa do Brasil”). Poucos foram os outros idiomas que receberam o mesmo tratamento, como o cariri das

margens do baixo e médio rio São Francisco, como se vê em 1699 na *Gramática da língua brasílica da nação kariri*, de Luís Vincino Mamiani.

Não há ainda hoje uma noção precisa da relação entre a língua geral e o(s) idioma(s) que lhe teria(m) servido de base. a partir dos anos 30, estudiosos da Universidade de São Paulo identificaram-na com o que chamaram de tupi antigo, língua de um povo de mesmo nome que englobaria várias “tribos” do litoral, como tupinambás, tamoios, tupiniquins e outros.⁷ Alguns lingüistas atualmente afirmam que se trata de uma língua “inventada”, sem precisar muito o que isto realmente significa, apenas que não seria a usada pelos povos brasílicos de 1500.⁸ Recentemente, certos historiadores, conquanto notem a imprecisão dos etnônimos usados pelos testemunhos coloniais, bem como suas vagas informações lingüísticas, preferiram manter o termo tupi e apenas relativizar a propriedade da expressão língua geral, afirmando que existiram várias línguas gerais de fundo tupi-guarani em várias partes da América portuguesa e em épocas distintas, mas sem investigar até que ponto estas eram originais dos povos indígenas ou alterações criadas pelos jesuítas.⁹

O fato é que durante o período colonial e mesmo no Império, a expressão vinha no singular. E quase todos concordam que os religiosos adaptaram a língua a uma base gramatical latina, o que reforça a tese de que, no final das contas, a língua geral não pode ser tomada como espelho de uma língua indígena pré-existente ao contato com os portugueses, embora logo fosse disseminada pelos jesuítas entre os próprios índios. Nesta disseminação, como novas etnias eram contatadas e aldeadas sob a tutela de padres portugueses, espanhóis e italianos, acomodações provavelmente foram feitas na língua geral, quando não a criação de uma nova língua geral, como o guarani da região das missões. Como cada área teve os seus manuais, entre os quais mesmo a literatura do século XIX vê diferenças, pode ser que fossem ao mesmo tempo reflexo e criador de *línguas gerais*. Entre tantas obras, destacam-se: na área guarani, a obra de Antônio Ruiz de Montoya; para o litoral baiano, capixaba e fluminense, a gramática de José de Anchieta e o *Vocabulário na língua brasílica*, manuscrito anônimo com pelo menos 20 cópias e que só foi publicado no século XX; no litoral acima dessa faixa, a gramática de Luís Figueira, o catecismo de João Felipe Bettendorf e o *Dicionário português e brasiliano*, outro manuscrito anônimo que só muito posteriormente foi editado.¹⁰

O sistema catequético se encarregou de difundir tais idiomas. Nas aldeias os padres (não só jesuítas, mas também capuchinhos, franciscanos e carmelitas) ensinavam às crianças índias e mestiças o português e a língua geral respectiva da região. Nos Colégios de Salvador, São Vicente, Piratininga (hoje São Paulo) e Rio de Janeiro, criados respectivamente em 1549, 1550, 1554 e 1573, ensinavam-se aos futuros missionários as línguas “indígenas”, e aos alunos brancos gentios latim, grego e outras disciplinas de humanidades. Primeiro isto era feito de forma oral ou se valendo de manuscritos circulando de mão em mão. Só posteriormente é que gramáticas, dicionários e catecismos foram impressos. Se somarmos a isso o rápido despovoamento da costa e o desaparecimento de aldeias fora do circuito jesuítico ¹¹, não é de estranhar que as línguas gerais tenham assumido na prática, já no século XVII, o posto de línguas brasílicas.

Mas em meados do século XVIII a expulsão por Pombal dos padres da Companhia de Jesus, a destruição dos Setes Povos das Missões, e o conseqüente fechamento de seus colégios, ocorreram sob o mesmo impulso que levou à substituição do que José Horta Nunes e John Monteiro chamaram de “política lingüística” dos jesuítas por uma política lingüística do Estado português. Essa nova atitude determinava que, tanto na metrópole quanto nas colônias, o ensino de latim se desse por gramáticas de autores laicos, e através do vernáculo, não mais no próprio latim. Reformou-se a Universidade de Coimbra e criaram-se em Portugal e no Brasil as aulas régias de latim e retórica, com professores laicos e admitidos por concurso. No Brasil, as escolas e colégios, dirigidos agora diretamente pela Coroa, reforçaram o ensino de português, com o latim, geografia e história clássicas como disciplinas de humanidades auxiliares. O ensino das línguas gerais foi abolido. ¹²

No entanto, a chama das línguas gerais não se apagou. As mortandades por doenças e fome nos aldeamentos jesuítas da costa, a guerra, a redução à servidão e outros conflitos foram extinguindo os traços lingüísticos desses povos do litoral e fazendo declinar as missões já em fins do século XVII. Parte dos índios que viviam no que é hoje Paraíba e Pernambuco migraram pelo litoral norte e pelo interior, numa longa jornada que os levou, numa marcha, ao Maranhão e à foz do Amazonas, e em outra, ao alto Amazonas. As novas etnias formadas, como os tupinambaranas, junto com outras, como tapajós e mundurucus, foram objeto, ao longo do século XVII, tanto de descimentos para

aldeias religiosas, quanto de apresamento para trabalharem em feitorias da região e em fazendas no Pará, e ainda, de simples extermínio no contato com expedições de colonos e de tropas militares. Apesar da “proteção” dos jesuítas, a escravização de índios foi fator constante entre os séculos XVII e XIX, tanto na Amazônia, quanto na região do Araguaia-Tocantins e ainda em Goiás e Mato Grosso. A liberdade do selvagem era efetiva apenas na legislação. A situação era tal que, em algumas ocasiões, diretrizes foram passadas de Portugal permitindo “guerras justas”, inclusive durante o regime pombalino que, na teoria, impedia a escravidão indígena.

Além disso, a legislação do Marquês de Pombal, vigente entre 1759 e 1798, definia uma política indigenista com o olhar na Amazônia e no planalto central, onde a falta de colonos brancos e de escravos num meio que parecia fornecer as condições para uma extensa exploração comercial capitalista, baseada em complexos agro-extrativistas, levava a Metrópole a imaginar um ambicioso projeto de colonização. Os índios seriam pacificados, descidos para aldeias controladas por funcionário civil (as diretorias), onde, contra um salário ou a própria subsistência, trabalhariam a terra, criariam oficinas, ajudariam no comércio fluvial etc. A resistência local, a presença de missões religiosas e os constantes abusos dos colonos implodiram o projeto. Até mesmo a administração colonial se envolveu nas “guerras justas”, uma vez que muitas etnias, como os temidos Muras do rio Madeira, mantiveram sangrentas guerras de defesa de seus territórios ancestrais.¹³

Várias ordens religiosas competiam com os padres inacianos. A partir de 1755, elas incrementaram sua presença, sobretudo nesta vasta região norte e central. Sua atividade missionária serviu para mudar profundamente o quadro étnico da região. Afora o despovoamento de vastas áreas, a política de descimento de tribos levou a uma intensa mistura étnica nas margens do Amazonas, Tapajós, Madeira e rio Negro. Esses novos contingentes populacionais mestiços ficaram conhecidos como *tapuios* (nada a ver com os tapuias coloniais) e, mais tarde, como caboclos, índios destribilizados, resultado do contato entre brancos, mulatos e nativos de várias origens. Na Amazônia, esses índios destribilizados foram importante meio de contato entre funcionários militares, administrativos e religiosos e os índios do interior. Em Goiás, foram muitas vezes apreendidos e enviados para o mesmo trabalho a que eram submetidos os índios

“bravios”. Muitas vezes a metrópole enviava diretrizes expressas estimulando as uniões entre índios e não-índios.

Foi nesse novo contexto que pelo menos uma das línguas gerais dos séculos XVI e XVII foi estimulada como língua franca, sobreviveu, e, provavelmente, se transformou. Como se verá mais adiante pelos estudos feitos no Baixo e no Médio Amazonas e no Maranhão entre os tapuios e caboclos entre meados e final do século XIX, esta língua adquiriu o nome de *nheengatú*.

Somente em 1795, com o *Dicionário português e brasileiro*, reiniciaram-se as publicações sobre línguas indígenas ou brasílicas. O dicionário foi editado, anonimamente, em Lisboa. Pesquisas em arquivos feitas por Plínio Ayrosa e José Horta Nunes mostraram que a edição foi levada a cabo pelo frei franciscano José Mariano da Conceição Veloso, viajante e naturalista brasileiro, natural da atual Tiradentes (MG), que escreveu também um *Aviário brasileiro* (1800) e um *Flora fluminensis*, este nunca saído do prelo. A variada quantidade de manuscritos prévios, com diferenças significativas entre eles, e o método de criação coletiva e cumulativa de vocabulários entre os missionários indicou também que o frei não era o único autor, mas uma espécie de organizador. O que não se tem clareza é entre quais ordens religiosas os manuscritos circularam. Desta forma, acredita-se que a primeira forma do dicionário seja do início do século XVIII.¹⁴ Tratava-se de uma obra didática, para a conversão. O uso do *nheengatú*, ainda chamado de língua geral, era generalizado. No entanto, a expulsão dos jesuítas interrompeu a única fonte documental. Como o próprio frei Veloso admite, o manuscrito mais recente que ele compilou era de 1751. Assim, seu esforço é o primeiro que tenta suprir a lacuna deixada na segunda metade daquele século.

Apesar de dedicado ao trabalho religioso, o *Dicionário português e brasileiro* marca uma mudança. As línguas indígenas entram para o domínio da história. Junto com a intenção pedagógica, a coleção de palavras pretende ser um testemunho para o futuro, um guardião da sabedoria e engenhosidade dos índios, o registro de uma realidade passada. No prólogo temos um elogio inédito que esclarece esta outra intenção do frei:

Huma lingua que faltando-lhe quatro letras F, L, S, Z, os verbos auxiliares, a voz passiva dos verbos, os accidentes do nome, que não dobrando consoantes, nem ajuntando mutas (sic)...; que não tendo em tempo algum Grammaticos originaes, que a regulassem, Oradores, Poetas, Historiadores, que a illustrassem, e que a pezar de tudo isto della se predicão pelos doutos a *delicadeza, facilidade, suavidade, copia, elegancia, e*

que ultimamente se compara na *perfeição a Grega*,... merece sem duvida alguma ser conhecida por todos os que estimão os conhecimentos humanos...

E por este modo se transmittirá num monumento da antiga linguagem primitiva, e propria deste paiz, aos nossos vindouros, que não deixarão de nos agradecer este trabalho.¹⁵

Viajante, botânico, filólogo, editor e clérigo, Veloso conhecia os cronistas e gramáticos dos séculos XVI e XVII. Sua referência à ausência de certas letras remete à conhecida afirmação de Gabriel Soares de Souza que a língua dos índios da costa não possuíam três letras – *f*, *l* e *r* – porque não possuíam *nem*, *fé*, *nem lei*, *nem rei*, numa clara indicação de barbárie.¹⁶ Mas, ao contrário desta visão do século XVI, a ausência de letras servia como prova a mais da sua excelência. Veloso-invertia aqui um argumento clássico para a definição do grau de cultura de um idioma.

Os gregos cunharam o termo “bárbaro” para designar os povos vizinhos, especialmente os persas. Etimologicamente, o termo refere-se àqueles que não falam grego, vistos como seres que balbuciam ou grunhem, não lhes sendo atribuído o dom da palavra, ou ao menos, do bom uso da palavra. O termo passou logo a designar genericamente “rudeza”, “incivilidade”, falta de qualquer refinamento intelectual. Por analogia, foi empregado para todo e qualquer povo cuja cultura se considerasse inferior e selvagem. Do grego passou para o latim e desta língua para as línguas românicas e alguns outros idiomas, como o inglês.

Um dos primeiros autores europeus a relativizar a pecha de bárbaros atirada sobre os ameríndios foi, no século XVI, Michel de Montaigne. Baseando sua análise nas notícias que tinha do Brasil e no encontro com os tupiniquins enviados pelos corsários franceses à corte de Henrique IV, o aristocrata francês teceu uma defesa da língua destes indígenas: “leur langage, au demeurant, c’est un doux langage et qui a le son agreable, retirant aux terminaisons Grecques.”¹⁷ Montaigne, assim como Veloso, conhecia a etimologia de “bárbaro”, e as duas citações à bela sonoridade da língua geral e sua semelhança com o grego tinha, desta forma, um significado claro.¹⁸ Além disso, não é preciso lembrar que a referência ao grego não se deve apenas a ocasionais semelhanças gramaticais ou fonéticas, mas também ao fato de que se tratava de uma língua de cultura, ainda aprendida no século XVIII por religiosos, advogados, cientistas e homens de letras.

Seu dicionário, portanto, expressa em termos particulares a volta do projeto de cristianização com vistas a criar uma mão-de-obra sobre a qual gerar a riqueza da Coroa e

o engrandecimento da Fé, uma vez que defende o refinamento indígena, transformando-o assim em elemento passível de se tornar um bom súdito e fiel seguidor da Igreja. Ao mesmo tempo, insere uma interpretação mais de acordo com a idéia valorativa de uma especificidade da América portuguesa, vista de um ponto de vista americano.

O processo, identificado por José Horta Nunes, de transformação de um dos manuscritos encontrado no Maranhão em 1751 no *Dicionário* reforça esse ponto. Veloso procedeu a uma “limpeza”, na qual as palavras portuguesas ou aportuguesadas presentes na língua geral daquela região são retirados da edição impressa. Aliando isso ao prólogo citado acima, teria-se uma nova concepção. Não existem mais línguas francas de contato que misturam elementos tupi-guaranis sobre bases latinas, instrumentalizadas com formas, expressões e palavras híbridas do português, para a conversão do gentio. O que passa a ser considerado é a idéia de que o sujeito do contato inicial tinha desaparecido e que esse desaparecimento, em vez de fonte de lamento, era o fator que determinava a alteridade da colônia frente à Metrópole.¹⁹ Mais recentemente, David Treece apresentou hipótese parecida para os poemas de temática indianista dos árcades brasileiros (Santa Rita Durão e Basílio da Gama, entre outros).²⁰

Creio que a obra é ambígua, pois não se pode descartar o uso prático da língua geral ou do *nheengatú* na Amazônia, ou mesmo no Centro-Oeste, o que manuais feitos ainda em meados do século XIX atestam. De qualquer forma, talvez o dicionário seja o primeiro a visualizar a passagem do índio para a história, bem como o primeiro a tomar a *língua geral* (termo usado em alguns itens da obra) como sinônimo de *a língua indígena do Brasil*. Mas certamente limitar o significado de Veloso a isto seria um exagero, visto o contexto da política indigenista pós-pombalina.

Depois do *Dicionário português e brasileiro*, outros registros lingüísticos demoraram a aparecer, apesar dos anos seguintes serem marcados pela afluência de viajantes naturalistas através dos rios amazônicos, sertões goianos e mato-grossenses. O Primeiro Reinado e a Regência não desenvolveram uma política oficial para o problema indígena. A instabilidade política e ameaça de desmembramento do jovem país, tomaram a agenda nacional. A tentativa de José Bonifácio de Andrade e Silva na Constituinte de 1823 de reeditar o projeto de Pombal não encontrou apoio²¹ e as práticas de extermínio e guerra continuaram. A herança pombalina teve o paradoxal efeito de não substituir a

presença jesuítica nem no plano religioso. As ordens remanescentes nunca chegaram ao nível de organização e presença efetiva e numérica dos inacianos. As atribuições políticas do período foram, em certa medida, ainda responsáveis por um agravamento na relação entre brancos e índios. A participação cabocla e indígena na revolta do Pará de 1835, a conhecida Cabanagem, levou, por exemplo, a uma sangrenta repressão, que incluiu o massacre e escravização de comunidades muras. Seria preciso que a política conciliatória do Segundo Reinado, através da alternância de governos liberais e conservadores e de reformas constitucionais, fosse implementada para que o quadro mudasse. O sistema das diretorias foi substituído por uma política não oficial (é conhecida a escassez de legislação indigenista no século XIX) parecida com o projeto pombalino. Apesar da falta de financiamento oficial, estimularam-se os aldeamentos civis e religiosos de forma pacífica, através do contato, oferecimento de escolas, roças e oficinas, em troca do trabalho em projetos agrícolas ou comerciais. Isso, é claro, não impediu que fazendeiros ou pecuaristas criassem seguidos atritos e guerras particulares com índios, sobretudo na região do Centro-Oeste. De qualquer forma, uma tendência assimilacionista e tutelar foi se criando nos órgãos oficiais e entre os intelectuais, cujo auge coincidiu com a estabilização política do Segundo Reinado, em fins da década de 40.

IMPÉRIO, LÍNGUA GERAL E CIVILIZAÇÃO DO ÍNDIO

Do ponto de vista da vida intelectual, essa estabilização encontrou seu paralelo na criação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. O papel do IHGB como órgão responsável por coletar material histórico, cartográfico e etnográfico sobre o país, produzindo a imagem de uma nação civilizada nos trópicos, e seu perfil congregador da elite intelectual do Império, já foi habilmente analisada por outros.²² No entanto, um fator passou despercebido. A revista do Instituto não evidenciava apenas modelos ideológicos abstratos, mas se inseria em um novo contexto de debate político. O Império saía de seu pior momento político, das lutas do período regencial que tinham ameaçado a existência da monarquia e a unidade nacional, e um período de conciliação buscava assegurar, no círculo das elites agrárias e escravocratas, um regime inclusivo e pacífico,

liberal nas instituições do Estado, mas conservador nas suas relações sociais e econômicas. Como mostrou David Treece, parte da *intelligentsia* se aliou a este projeto e passou a debater atitudes concretas com relação aos índios. Essas medidas, que se imaginaram garantidas com o “Regulamento das missões”, de 1845, vieram junto com outras medidas que visaram assegurar a situação econômica e social. De um lado, o problema da mão-de-obra parecia ter sido postergado com a manutenção da escravidão pelas décadas seguintes. Por outro lado, assegurara-se que o modelo latifundiário não seria tocado. A conexão dessas questões fica clara quando ambas são “resolvidas” no mesmo ano de 1850, com a legislação abolindo o tráfico atlântico, ou Lei Eusébio de Queiroz, e a Lei de Terras. Nas páginas da revista do IHGB se imprimem várias intervenções sobre o assunto, bem como a maioria dos trabalhos lingüísticos entre 1839 e 1854. Sendo praticamente a voz oficial da monarquia, não é de estranhar que os artigos sobre indigenismo defendam uma aproximação filantrópica, católica e utilitarista do problema, o que reforçou o interesse pela língua geral que vinha surgindo desde o início do século, como vimos com o frei Veloso. Para ser exato e evidenciar o destaque da questão, é interessante notar que o primeiro artigo sobre o assunto sai já no número inaugural (1839), tratando especificamente da possibilidade de civilização do gentio num quadro ainda de introdução de mão-de-obra africana. Mesmo escritores normalmente associados a outros projetos para os selvagens apresentaram pontos de contato, através da revista. Em 1846, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que posteriormente argumentaria em favor da simples extinção dos índios, defendia a atração das tribos dos sertões para aldeias através do uso de línguas indígenas. Oito anos depois, Antônio Gonçalves Dias, que se filiará à importância da língua tupi para a formação da nação, em vez de instrumento de assimilação, reutilizava o *Dicionário português e brasileiro*, tentando-o adaptar ao uso contemporâneo amazônico através da inclusão de algumas palavras. Embora ele admitisse que só maiores estudos completariam o trabalho, o objetivo era atualizar a língua geral.²³

Um artigo, no entanto, se destaca nessa época: “Coleção de etimologias brasileiras”, do frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, estampado em um dos números de 1846.²⁴ Seu verdadeiro nome era Francisco Fernandes Pereira, português de nascimento e membro correspondente do Instituto. Entre 1812 e 1814 andara em viagens

pelo Maranhão, onde recolhera material sobre a língua lá usada. O fato de se ligar a essa província levou a que normalmente se adicionasse esse toponímico a seu nome. Prazeres escreveu também uma história da província. Essa história foi publicada apenas em 1891 sob o título de *Poranduba maranhense*, junto com um “Dicionário da língua geral do Brasil”, que se baseava no mesmo manuscrito de 1751 usado pelo frei Veloso.²⁵ O atraso se deveu à perda do manuscrito do *Poranduba*, que tinha sido colocado sob a guarda de Varnhagen. A singularidade da “Coleção” e, sobretudo, do *Poranduba*, está em que a variedade das línguas gerais é sepultada, tornando-se uma e de caráter nacional. E seu interesse não é mais como instrumento ativo de catequese, mas como um testemunho do passado, como a língua da maioria dos índios brasileiros até 1755, a partir de quando teria declinado rapidamente. O artigo de 1846 é o primeiro que reclama uma etimologia para a língua geral; as palavras são analisadas segundo sua formação histórica, tentando estabelecer uma forma correta e original. Como notou José Horta Nunes²⁶, cronistas e jesuítas dos séculos anteriores registravam palavras e frases indígenas com seus significados em português ou descrevendo os objetos aos quais se referiam, sem qualquer procedimento etimológico, ou sem tentar se corrigir uns aos outros. Já Prazeres estabelece um novo procedimento, iniciado, como vimos, com frei Veloso. Junto com sua predileção por nomes de plantas, animais e termos toponímicos, começa a fixar a importância histórica da língua geral de fundo tupinambá para a nacionalidade na medida em que ela deixa um legado formado por esse tipo de vocabulário. Ao mesmo tempo, ele procede à “purificação” da língua geral apresentada nos cronistas e nos jesuítas, que, tomada como realidade do passado, adquire um estatuto superior ao das línguas indígenas vivas, sobretudo do *nheengatú* em uso pelos caboclos. O que estaria na boca do *tapuio* maranhense era uma forma corrompida que misturava a língua geral, o português e dialetos africanos.

O processo de homogeneização das línguas gerais em apenas uma vertente antiga e morta não atingiu logo a todos da mesma forma. Em 1853, o padre Manoel Justiniano de Seixas, professor de língua geral do Seminário Episcopal do Pará, publicou um pequeno dicionário no qual ele explicava a necessidade da obra na medida em que não podia encontrar apoio para seu curso nos gramáticos jesuítas, pois a língua geral mudara muito.²⁷ Infelizmente para nós, ele não indica as tais grandes diferenças. A idéia de

apenas uma grande língua geral colonial é mantida. Contudo, ao clamar que a língua de Figueira e Anchieta sobrevivia na província do norte, o padre-professor admitia que ela tinha uma história viva. Sua preocupação principal era com o ensino de futuros salvadores de almas e civilizadores do gentio, e não com traçar etimologias, condição que seu pequeno livro de 66 páginas compartilhava com outro texto produzido para os estudantes do mesmo seminário. No *Compendio da língua Brasilica* de Francisco Raimundo Correia de Faria,²⁸ militar reformado e professor da mesma cadeira de língua geral, o autor concordava com o colega quanto às mudanças e quanto a seu uso cotidiano no interior, lamentando ainda o ataque que sofrera pela legislação pombalina. Já o baiano João Joaquim da Silva Guimarães, no *Dicionário da língua geral dos índios do Brasil*, de 1854,²⁹ não deixava totalmente claro se seu objeto se encontrava ainda vivo ou se estava confinado ao passado colonial, pois justificava sua obra relatando que obedecera a uma indicação do Imperador Pedro II para que o IHGB (do qual era membro) se dedicasse ao tema indianista, pelo que escolhera a melhor área, “a das linguagens dos seus naturaes habitantes”. Por que é que Guimarães utiliza o plural “as linguagens”? Estaria ele referindo-se à variedade idiomática contemporânea ou passada? De um lado, na parte principal da obra, a língua geral é “purificada”, tal qual em outros autores, o que o colocaria como adepto da idéia de uma língua indígena original e, talvez, desaparecida. De outro lado, o “Adendo” da obra apresenta uma série de pequenos vocabulários em que o autor pretende apresentar elementos para a história da nação ao mesmo tempo em que frisa que esses vocabulários, que misturam tribos desaparecidas, como os tupiniquins, com tribos ainda existentes, como os maxacalis, são sua contribuição para o contato e integração dos índios à civilização.³⁰ Apesar de Guimarães manter uma parte de seu foco no presente e na variedade lingüística, no que se aproxima dos artigos do IHGB dos anos 40 e 50, ele caracteriza a língua geral como uma entidade autônoma e nacional. Um passo além é dado em relação a Seixas e Faria, que se limitaram a instrumentalizar a língua geral na província paraense. E esse passo ganhou ainda um significado prático na intenção de que o conhecimento tanto da língua geral quanto dos dialetos do “Adendo” tivesse um sentido patriótico, na forma “de augmentar a nossa população com a raça indiana, que nos póde muito aproveitar,” o que só seria feito através da educação, embora

ele lamentasse que tivesse até então falhado onde mais poderia ter trazido resultados – no Pará.

Nas décadas de 1840 e 50, conforme argumenta Manuela Carneiro da Cunha, sentiu-se que o vazio da primeira metade do século tinha que ser preenchido, sobretudo nas províncias do oeste e norte, onde a presença africana era minoritária e as pressões do contato e guerras com os índios mais fortemente sentidos. O único foco de leve divisão era quanto à precedência na direção do processo. De um lado havia a defesa da mão religiosa; do outro da mão laica. Ambos tinham terreno comum na reedição do método de aldeamento e na premissa da tutela. A indecisão era quanto a quem competia dirigir as aldeias já estabelecidas, parte sob controle religioso, e parte (em menor número) sob controle de funcionários civis. Um dos grupos que defendia a primeira opção provinha do Pará, província que tinha sua questão social dividida entre a escravidão negra e a presença indígena forte no interior, questão que se unia no problema dos quilombos mistos de índios e ex-escravos. Não se deve esquecer o peso da recente Cabanagem para se entender a necessidade de resolução imediata dos conflitos sociais, necessidade que, do lado indigenista, se refletiu na defesa que o padre Antônio Manoel Sanches de Brito fez, em 1841, como inspetor geral das missões da província, de estímulo à delegação de poderes para os missionários controlarem os índios.³¹ Desta forma, entende-se também por este viés o aparecimento das obras de Justiniano de Seixas e de Correia de Faria e sua defesa de uma língua geral viva e necessária como instrumento religioso. Ambos dedicaram suas obras ao bispo do Pará, D. José Afonso de Moraes Torres, que, significativamente, era Conselheiro do Imperador, deputado da Assembléia Legislativa Geral, membro correspondente do IHGB e instituidor da cátedra de língua geral no referido seminário. Embora fosse costume durante a monarquia a dedicatória a membros destacados da política, era ainda mais comum que essa dedicatória fosse a contrapartida de favores recebidos, notadamente o de financiamento da edição dos próprios textos, que, desta forma oblíqua, ligavam o patrono à causa dos favorecido e dava sustentação a ela. E esta causa, no que concernia a esses três personagens específicos e sua relação com o projeto evangelizador, era resumida da seguinte forma por Correia de Faria, cuja posição como coronel encarregado de destacamentos militares e aldeias só reforçava a opinião de que o melhor método era o missionário.

Commovido o nosso exímio Prelado [D. José Torres] da necessidade que havia, de chamar ao gremio da Igreja essas hordas de selvagens, barbaras, ignorantes, embrutecidas, extraviadas, e sobretudo dignas de compaixão; espalhadas pelas nossas vastas e incultas florestas, sem conhecimento algum de Deos nem de nossas crenças; e sendo o meio mais apropriado o antigo methodo das Missões, julgou indispensavel, principalmente para aquelles candidatos que se propozerem ás Freguesias do interior, o conhecimento da Lingua Geral, adoptada pelos Jesuitas, e por meio da qual tudo havião conseguido n'aquelles tempos.³²

A proposta paternalista de tutela dos índios seria um dos grandes focos de debate nacional, com uma minoria defendendo seu simples extermínio, como Francisco Adolfo de Varnhagen, e uma maioria defendendo sua liberdade e, ao mesmo tempo, apropriação como mão-de-obra. Entre estes, havia uma parte filiada mais ou menos à linha de José Bonifácio e outra à linhagem jesuítica. Recusada oficialmente a atitude belicosa (o que na prática nunca se verificou totalmente), a engrenagem conciliadora típica do início do Segundo Reinado uniu a proposta “estatizante” com o argumento religioso. Não se pode esquecer de que a religião do Estado era a católica, sobre a qual a monarquia postara um de seus pilares ideológicos. Outro fator decisivo eram as dificuldades do Estado em manter suas próprias aldeias sem depender da ajuda das ordem religiosas. Como consequência, a única peça de legislação foi o “Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios”, de 1845, que mais regulava o sistema existente de fato do que pretendia instituir novas regras ou práticas. Mantinha-se o processo de aldeamento com o objetivo de assimilação, e, embora o estatuto dos padres fosse o de assessores de uma administração civil, aqueles que já dirigiam missões continuaram em seus postos. Muitos foram até mesmo sustentados pelos governos provinciais, pelo que muitas aldeias serviram de pontas de lança na apropriação de terra dos nativos. A prática de concentração e mistura de etnias, mesmo que em regiões distantes das originárias também seguiu inatacada.³³ De uma maneira geral, contudo, a desarticulação causada pela saída dos jesuítas um século antes não se resolveu satisfatoriamente, com escassez de missionários e diretores laicos, fracasso de muitas missões, desagregação da vida tribal de muitas etnias e resistência armada. Não é de estranhar, portanto, que os homens letrados ligados ao projeto imperial voltassem a defender a ressurreição do projeto missionário, quando se notou que as esperanças da década de 40 e 50 não produziram os resultados esperados. O lamento de João Guimarães, pronunciado já em 1854, se revelara profético.

Essa renovação do debate sobre a língua geral vinha no auge do romantismo indianista, que erigia o conceito de uma língua tupi, e terminava mais ou menos simultaneamente com o momento em que o panorama político e intelectual também mudava, com a substituição da questão indigenista pelo problema servil e com o sucesso das teorias positivistas e racistas, que retiraram a centralidade do tema indianista, passando-a para a do negro e, sobretudo, a da mestiçagem. Pois é nesse momento de transição, entre as décadas de 1860 e 80, que as últimas vozes propondo uma solução para os índios se manifestaram, antes do movimento pela criação do Serviço de Proteção ao Índio, liderado por Cândido Maria Rondon, no início do século XX.

O botânico e viajante alemão Karl Friederich von Martius, que viajou pelo interior amazônico e províncias de Goiás e Mato Grosso, estabeleceu na revista do IHGB a premissa básica da história oficial da nação como consistindo na produção de um tipo específico – o brasileiro – resultado da interação de três raças fundamentais: o negro, o branco e o índio. Como cada um desses três elementos possuía qualidades e aptidões próprias e irreduzíveis, estabelecia-se uma hierarquia, onde o branco era a parte civilizadora, o índio era a parte corrompida que precisava ser restituída a um estado mais elevado e o negro representava a parte perdida, impossível de ser redimida de sua selvageria.³⁴ Este modelo só seria retomado na totalidade décadas depois, quando o racismo científico encontrou solo apropriado entre os homens letrados. Contudo, ele refletia parte da ideologia imperial de assimilação do índio e estabelecia o parâmetro básico para a formulação do significado da língua geral. É bastante natural, portanto, que Martius direcionasse considerável parte de seus interesses para a questão lingüística, o que culminou com o seu monumental *Glossário de diversas línguas que se falam no Império do Brasil*, de 1863.³⁵ A obra possuía dois aspectos principais, que tornam suas ambigüidades, paradoxalmente, seus pontos fortes. De um lado, ele procura mapear as línguas indígenas sobreviventes, apresentando listas de verbetes e algumas classificações em grupos lingüísticos. De outro, propõe um objetivo político, econômico e moral para o Brasil, pelo qual sua definitiva civilização seria completa. Ou seja, por detrás da direção científica, havia um discurso voltado para o Estado e para os intelectuais brasileiros, e que está registrado na introdução, que tem o interessante título de “Advertência aos filantropos brasileiros que lerem este livro”.

Para Martius, a língua geral era uma fixação dos vários dialetos dos “antigos” povos tupis do litoral, levada a cabo pelos jesuítas, e cujo resultado foi sua gramatização e polimento, trabalho que devia ser louvado e prosseguido. Se não fosse por Anchieta e outros, a mudança dialetal teria sido de tal dimensão que acabaria com a unidade interna da língua, pois a característica essencial das línguas dos povos primitivos era de que sua gramática, seu nomadismo e seu atraso mental levavam a mudanças constantes e rápidas. Já a língua aperfeiçoada pelos jesuítas era mais evoluída e apresentava uma atração prática. Martius, relatando suas viagens com seu colega Spix pelos sertões, revelava o significado e as conseqüências dessa superioridade. A viagem era sempre mais agradável e a relação com os remadores e carregadores índios era mais harmoniosa quando estes sabiam usar a língua geral: todos cantavam, remavam e riam em uma comunhão que os estimulava a obedecer a suas ordens, sem tergiversar. O trabalho era respeitado naturalmente pelo gentio. Em contraste, quando a estes ajudantes se juntavam “alguns índios do mato” que não compreendiam a língua geral, o entendimento mútuo complicava-se e o clima ficava tenso. Se acontecia de todos os trabalhadores da expedição serem de tribos lingüisticamente diferentes, parecia-lhe que todos apenas aguardavam o momento oportuno para fugir.³⁶ Aqui, raça e língua se separam, pois os falantes de língua geral podiam ser de qualquer etnia – bastava que tivessem sido aldeados. Não há a presença imediata dos tupis, embora haja uma reutilização da antiga antinomia colonial: de um lado a imagem dos *tapuias* (os “índios do mato”) e, em oposição a eles, um gentio rude e primitivo, mas já encaminhado na boa trilha do amor ao trabalho e respeito à hierarquia, devido às aldeias missionárias e ao uso de uma língua franca.

Depois de tecer algumas considerações sobre o caráter bruto do selvagem ainda não civilizado pelo homem branco, sobre o papel positivo dos aldeamentos religiosos e sobre a condição de algumas nações das regiões das bacias dos rios Tocantins e Amazonas, o autor chega ao objetivo que o levou a publicar suas coleções. Parecia-lhe de extrema importância para o futuro do país que este conseguisse atrair os selvagens para os “domínios abençoados da civilização”, e este fim só seria alcançado através da difusão da língua geral entre todas as nações contatadas pelos brasileiros, entre outras iniciativas. Para isso ocorrer era necessário que antes se conhecessem as sutilezas e variações desta

língua geral e ter uma introdução aos outros idiomas brasílicos, de forma a facilitar o contato inicial. Sua coletânea visava preencher estas duas lacunas. Nesse sentido, era quase um panfleto em apoio à política oficial e à mitologia do Império de integrar harmoniosamente os índios no seio da nação. Uma política ainda por se completar, mas já iniciada com os jesuítas, beneditinos capuchinhos e outros. Martius mostrava estar em sintonia com o meio intelectual brasileiro da década de 1860, dominado por esse romantismo alencariano, que será analisado mais adiante. O Império era a continuação histórica da colônia, no sentido de ambos terem criado a civilização na América através dessa incorporação subordinada do índio em uma nação ocidental e civilizada. Mas o regime deveria alterar o antigo método dos missionários em duas frentes: a primeira deveria atingir os índios; a segunda, os brancos.

Desejaria que nos lugares mais proprios se formassem escolas da lingua geral Brazilica, para o uso daquelles brasileiros, que tem de tratar com os Indios.

Concebo em fim, que por este meio possa-se alcançar um augmento da civilização dos indigenas. Pois em quanto a experiencia demonstra que estes selvagens oppoem ao influxo das linguas europeas toda a indolencia refractaria do seu character, os successos dos antigos fundadores da lingua geral Brazilica provam o valor de um expediente adequado ao genio dos Indios. É verdade que alguns destes obedecem com presteza ás ordens, que lhes forão dadas em portuguez, mas nunca penetram na verdadeira intelligencia desta lingua, não apprendem falla-la correctamente e com facilidade, e forçal-os a pensar nesta lingua seria o mesmo, que forçal-os a tomar um natural alheio, desfazendo-se do seu proprio.

Estabelecendo então centros da instrução e industria destes povos e atrahindo os successivamente dos seus matos a vizinhança dos Brasileiros com doçura e suavidade, elles devem aprender o bemaventurado “ora et labora”, para viver em trabalho, socego e felicidade.

Com estas intençoens de philanthropo entrego o presente volume aos illustrados amigos do Brazil, e concluo fazendo votos os mais ardentes para a prosperidade daquelle bello Imperio, que, conduzido pela sabedoria de um Monarcha constitucional, esclarecido, magnanimo e verdadeiro amigo da sciencia, caminha de passo seguro para seu grande destino.³⁷

O interesse instrumental pelo idioma não se restringiu apenas a estas palavras de incentivo. Embora o grosso do *Glossário* estivesse dedicado a dialetos tupis e mesmo a línguas de outros ramos, ele aplicava de início o título de língua geral aos dialetos tupis do Pará e listava um “Dicionário da língua geral Brasílica: português e alemão”. Martius evidenciava a variedade lingüística brasileira e entendia o fracionamento e a sobrevivência dos idiomas tupi-guaranis. No entanto, no seu afã de conciliar a ciência com um projeto político conservador, conciliava também o modelo da língua tupi, modelo a ser analisado mais adiante, com o da antiga língua geral. Ou seja, apesar do fato de que ela não era um idioma indígena puro, a necessidade de que o Império provasse sua

vocação histórica levava a que a língua geral tivesse sua unidade e existência reforçada, com algumas adaptações exigidas pela evolução que ela sofrera nas províncias do norte. É interessante ainda notar que a obra deveria ser naquele momento movida por filantropos e visando uma civilização prática e de proveito econômico. Não era absolutamente necessário que a direção fosse religiosa e que a língua geral legitimasse a catequese.

Outro viajante, desta vez brasileiro, propôs um modelo integrador baseado na língua geral parecido com o de von Martius, mas com métodos mais detalhados e com uma visão menos preconceituosa. O discurso laico do naturalista alemão foi seguido por José Vieira Couto de Magalhães. Este membro do IHGB fora também político, militar, sertanista, empresário, banqueiro, filantropo, romancista, folclorista, etnógrafo e lingüista. Entre 1862 e 68 viajou por Goiás, Mato Grosso e Pará, sobretudo devido ao fato de que presidiu estas três províncias. Envolveu-se nessa época num trabalho de reorganização das aldeias do vale do Araguaia, e em 1871 patrocinou, na mesma região, o Colégio de Línguas Princesa Imperial Dona Isabel, em 1871. Com isso tudo, estimulava uma aproximação do tipo defendida por Martius, na qual crianças indígenas eram voluntariamente colocadas sob a tutela de um colégio que ensinava língua geral, português e ofícios mecânicos, em troca de ferramentas e outros utensílios. O colégio não progrediu, o que não impediu de entusiasmar o governo, que imaginou um ambicioso plano, nunca implementado, de extensão do exemplo para a Amazônia. Mas Couto não se deteve. Em 1874 o general voltou ao Pará para organizar um mapa lingüístico da província. Comissionado então pelo Imperador para escrever um tratado para a Biblioteca Americana da Exposição Universal da Filadélfia, comemorativa do primeiro centenário da Independência norte-americana, em 1876, exposição à qual Pedro II deveria comparecer em pessoa, apresentou ao Instituto Histórico e Geográfico o embrião do que viria a ser sua obra maior, *O selvagem*. Editada apressadamente em 1876 e reunindo alguns textos manuscritos e artigos já saídos na revista do IHGB, foi o último libelo que, ainda que em menor medida, trazia algum apelo em favor da língua geral.³⁸

A tese defendida por *O selvagem* é o de que a principal questão para o Brasil no final do século XIX era, se pudermos utilizar uma terminologia fora de contexto, mas apropriada ao se tratar de um militar, geo-política. De um lado, havia a necessidade de

ocupar as fronteiras. “Domesticar os selvagens ou fazer com que elles nos entendam, o que é a mesma cousa, equivale a fazermos a conquista pacifica de um territorio quasi do tamanho da Europa, e mais rico do que ella.”³⁹ Mas o sentido dessa ocupação não era apenas militar; traria ainda mais mão-de-obra nas vastas áreas do Centro-Oeste e a Amazônia. Nas suas contas, havia um milhão de membros da raça “vermelha” que sobreviviam nessa imensa parte desabitada do continente. Era necessário transformá-los de selvagens em “operários”. O sentido, obviamente, não era o de um proletariado urbano, mas o de força de trabalho manual, dedicadas às únicas indústrias possíveis e rentáveis na região, ligadas à terra e à natureza. Aliava-se, assim, a função estratégica com o aproveitamento econômico.

A paz e segurança de grande parte de nossas populações do interior, nossas comunicações internas, o aproveitamento de regiões fertilíssimas, a vida das unicas industrias productivas do interior – a pastoril, extractiva, a de transportes pelos rios que não tem navegação a vapor; são tantas razões de ordem social que sollicitam os esforços do Brazil em bem do amansamento de nossos selvagens.⁴⁰

As áreas ainda sub-povoadas do Brasil central e do norte punham sérios obstáculos à civilização: o clima e as matas eram inóspitos para os europeus, o que negava à imigração o caráter de saída miraculosa ao problema servil, e para os brasileiros brancos, que não se adaptavam, definhavam e morriam facilmente. A colonização com negros nem era aventada. Além do estigma da escravidão e das teorias racistas, aquele era um momento em que se tomava consciência da inevitabilidade do fim deste regime de trabalho, ao mesmo tempo em que a economia, baseada nas *plantations*, ainda dependia dele, seria impraticável desviar braços negros, que escasseavam, para novas fronteiras. A única saída era incorporar os índios de forma organizada e pacífica, na sociedade. Esse era o plano para o futuro. Mas como acreditar que ele era exequível?

Comparando sua experiência como organizador das aldeias religiosas da região do Araguaia no auge do Império e a dos jesuítas nos séculos XVI, XVII e XVIII, Magalhães concluiu que a catequese e o uso das línguas indígenas por funcionários treinados eram os melhores instrumentos de pacificação dos selvagens. O país já possuía destacamentos militares e missionários em postos avançados. Faltava uma categoria: os intérpretes. Retirados da Marinha e do Exército da própria região, o que implicava basicamente em serem mestiços ou mesmo índios destribalizados, eles seriam a figura chave em torno da

qual o aparato de atração dos selvagens circularia na primeira fase, até que estes tivessem aprendido português e aceito a cultura civilizada. Apesar de tudo, seria injusto se a pintura do projeto de Couto de Magalhães o apresentasse como um mero utilitarista. Os antigos objetivos filantrópicos encontravam abrigo nele. Era preciso evitar as guerras com os índios, também porque este tipo de conquista resultava apenas em sangue e no extermínio do mais fraco. “Por toda a parte onde quer que uma raça civilizada se pôz em contacto com uma raça barbara vio-se forçada: ou a exterminal-a, ou a aprender a sua lingua para com ella transmittir suas idéas.”⁴¹

No presente caso, isso se daria num segundo momento, depois que os intérpretes tivessem pacificado os índios usando a língua geral. Era a resposta do ponto de vista prático e humanista: salvava uns dos extermínio e fornecia a todos o engrandecimento e o enriquecimento da pátria.

Couto de Magalhães, baseado em sua experiência de viajante, sabia da magnitude da variedade lingüística brasileira e a tarefa hercúlea que seria treinar soldados em tantas línguas. Portanto, era preciso encontrar um atalho. Este se apresentava na forma de uma língua franca. A rigor, como se verá no capítulo seguinte, o general não advogava em todos os momentos do texto o uso da língua geral. Seu modelo propunha uma evolução das línguas tupi-guaranis, sobrevivendo na Amazônia e parte do Centro-Oeste como uma língua franca – o já citado *nheengatú*. Mas sua abordagem deste último tipo lingüístico era uma consequência da interpretação do que representara a língua geral jesuítica. A consequência disto foi que, quando alguém como Couto de Magalhães defendia um projeto de inclusão social do índio dentro do espectro ideológico imperial, acabava por reciclar o modelo de entendimento que mais se adequava a ele, e com isso, a língua geral impulsionava, pela última vez, o entendimento da realidade lingüística brasileira.

O INSTITUTO HISTÓRICO E AS LÍNGUAS INDÍGENAS ENTRE 1840 E 1860

O renascimento do interesse pelas línguas indígenas, no contexto de meados do século XIX, iria se expressar em outras vertentes além da instrumentalizante. Neste sentido, as línguas gerais coloniais ganharam outras configurações entre os estudiosos, dividindo-se, basicamente, entre testemunhos sobre a variedade lingüística

contemporânea e pesquisas em torno de uma língua geral antiga. Essa segunda vertente se revelaria extremamente popular e seria um dos pilares da definição da etnia tupi, entendida como raça, tanto no sentido romântico de “povo”, como no sentido biológico. Mais uma vez, as concepções sobre o idioma dos nativos dialogaram com a política indigenista, com a etnografia, com as idéias lingüísticas e, novidade em relação à produção anterior, com a literatura. Essa é a época em que surgem os primeiros trabalhos etnográficos brasileiros e surge um interesse pela classificação das línguas indígenas vivas, sobretudo através de pequenas listas vocabulares de tribos do interior. Ao mesmo tempo, é quando se estabelece a idéia de uma língua tupi desaparecida, mas cuja história é parte da história antiga do Brasil. A articulação desses dois movimentos, dentro do contexto do romantismo e do surgimento da filologia comparada na Europa ajuda a entender como e por que, de um lado, acumulou-se muito material lingüístico sobre várias etnias e, de outro, fixou-se a centralidade do tupi como a língua indígena por excelência. O ponto comum entre estas duas vertentes era a perspectiva científica. No caso do tupi, isto se expressava na tentativa de reconstruir uma língua antiga que permitisse conhecer a cultura do povo litorâneo. No caso das outras línguas e dialetos, no objetivo de reunir material para posterior sistematização, com o intuito de classificar estas línguas e os povos que as falavam. Em ambos, a finalidade era, ao mesmo tempo, filológica e etnológica. O que deu maior destaque ao tupi face as outras línguas foi a relação mantida com a mentalidade imperial e romântica, desviando-se do modelo missionário e utilitarista da língua geral.

A rigor, a idéia de que uma grande língua de fundo tupinambá, estivesse ela na forma de uma língua geral ou do tupi, importava para a história nacional, já estava presente em alguma medida no *Dicionário português e brasileiro*, quando o frei Veloso argumentava que a coleção de palavras transmitia o modo de pensar dos antigos índios e que isso era de valor para os historiadores. Estava mesmo em autores estrangeiros do início do século XIX, como, por exemplo, nos primeiros trabalhos de lingüística comparativa: no *Catálogo de las lenguas conocidas*, do padre jesuíta espanhol Lorenzo Hervás, e no *Atlas ethnographique du globe*, do italiano Adriano Balbi, que incluía uma certa sinonímia com o guarani.⁴² Ou seja, em certa medida, o termo tupi se confundia e derivava da língua geral. A diferença é que tupi passou a ser usado para se manter uma

exatidão etno-histórica, e língua geral se manteve para ressaltar os registros jesuíticos e criar uma tradição derivada destes estudos antigos. A ascensão desta nomenclatura acabou também por suplantando o interesse por outros idiomas.

Mais uma vez, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve um papel central. Nas páginas de sua revista se imprimem, além dos trabalhos sobre a língua geral, as únicas e poucas coleções vocabulares de idiomas não-tupis ou dialetos que não se sabia ainda como classificar. Inseridos em “notícias” históricas e de viagens, sua intenção é eminentemente etnográfica. Seus autores são geralmente funcionários públicos ou militares sem grandes conhecimentos lingüísticos ou etnológicos, o que os levava a fazerem descrições mais breves, onde as etnias são ignoradas, aparecendo às vezes apenas o nome de tribos. Caberia aos especialistas analisar o material.⁴³ Varnhagen, escrevendo em Madri sobre os seus trabalhos nos arquivos europeus, resumiu assim os objetivos deste tipo de estudo:

Cada vez me convenço mais de que para o estudo das raças indígenas nada nos póde ser de mais socorro do que o conhecimento das suas línguas. Por isso mesmo não me poupo o trabalho para juntar tudo impresso ou manuscrito que vou encontrando a tal respeito.⁴⁴

Entre 1840 e 1863, quando von Martius tentou a primeira classificação lingüística, o IHGB reinou sozinho neste campo. Esta intervenção e o auge da voga tupi tiveram o efeito de aumentar as contribuições durante o Império, que se dividiram entre línguas várias e tupi antigo.⁴⁵

ECOS DO PASSADO: GONÇALVES DIAS E O TUPI

David Treece analisou a ligação estreita da literatura indianista com três fenômenos históricos: a política indigenista, a formação do Estado-Nação e a construção ficcional da figura indígena no imaginário. Desta forma, desloca-se o foco da perspectiva tradicional, que identifica esta literatura com a criação de uma figura mítica do índio, adaptação no Brasil da estética e dos modelos medievalistas do romantismo europeu. Esta opção recusa um enfoque homogeneizante, no qual o movimento romântico é visto como um discurso autônomo e invariável, descontextualizado política e culturalmente. Em

oposição a isto, o autor consegue apresentar um rico quadro no qual, de um lado, os autores se enraízam no seu meio social e nos debates políticos e culturais, e, de outro, evidencia-se como o problema indígena foi uma questão crucial para o século XIX, seja em si mesma, seja na sua relação com os principais problemas experimentados pelo país, indo da escravidão africana até as ameaças à unidade nacional durante a Regência, passando pela exclusão das classes médias do poder e dos meios econômicos e a discriminação racial.

O grande e variado conjunto de escritos indianistas que acompanhou estes desenvolvimentos, longe de simplesmente representar um escapismo exótico, ou a procura por uma tradição nacional em algum paraíso perdido americano, constituiu uma arena dramática, imaginativa, na qual estas contradições poderiam ser encenadas. A exclusão de amplos setores da sociedade brasileira do acesso ao poder econômico e político podia ser identificada com a marginalização contemporânea das comunidades tribais da sociedade nacional. Por outro lado, a descrição de alianças imaginárias com os índios e sua bem-sucedida integração à sociedade branca podia proporcionar modelos ficcionais para um Estado-Nação harmonioso, onde os conflitos de raça, classe, e ideologia podiam ser absorvidos, e os antagonismos entre o centro do poder e a periferia, governo e oposição, senhor e escravo, podia ser mantida num perfeito equilíbrio.⁴⁶

Nesse debate sobre a formação da sociedade pós-colonial, a história e a etnografia ganharam um estatuto central. À sua maneira, a literatura se inseriu nesse debate, ficando entre os que só se preocupavam com a civilização do índio (portanto, com a língua geral) e os que queriam coletar material científico (portanto, com a variedade lingüística). É verdade que os literatos românticos não deixaram de fazer incursões em outros campos, notadamente, como mostra Treece, no da política indigenista. No entanto, no que concerne os estudos lingüísticos e a interpretação histórica, houve uma preferência por um caminho próprio.

Basicamente, a literatura incorporou uma leitura dos documentos coloniais sobre os índios da costa e suas línguas e ainda das fontes sobre a língua geral do fim do século XVIII e início do XIX, na qual desenvolveu uma nova interpretação baseada na inter-relação entre raça, história e língua. Isto é particularmente importante na obra dos dois maiores escritores românticos, Gonçalves Dias e José de Alencar. O documento que mais evidencia este interesse foi o *Dicionário da língua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil*, de Dias, que saiu em 1858.⁴⁷ Obra ambígua, seu interesse reside na maneira como constrói seu objeto, na qual se revelam vários sentidos históricos e sociais aplicados ao tupi.

O seu autor já era um literato laureado quando publicou o dicionário. Enquanto a maior parte de sua produção poética fora escrita entre 1843 e 1851, as décadas seguintes foram mais dedicadas a outras atividades. Em 1851 foi ao Ceará, Maranhão e Pará encarregado pelo governo de inspecionar a educação pública e recolher documentos nos arquivos provinciais. Em 1852 escreve o estudo antropológico e histórico *Brasil e Oceania*. Entre 1854 e 58 viaja pela Europa, mais uma vez encarregado pelo governo de coletar material referente ao Brasil em arquivos das principais capitais do continente, aproveitando a estadia na Alemanha para reeditar parte de sua obra e o próprio *Dicionário*. Apesar dessa divisão cronológica em sua carreira, não há contradição entre seus interesses. As duas facetas são complementares. Seus poemas, base de sua posição no pequeno mundo literário da época, revelam um alto grau de interesse pela história colonial e leitura das fontes dos séculos XVI, XVII e XVIII. O corte está em outra parte. Como David Treece apontou, Gonçalves Dias ocupa um lugar de destaque, não tanto pelo sucesso que alcançou na popularização do tema indianista na literatura, mas sobretudo pela sua ambigüidade.⁴⁸ Alcançando posição invejável no *mainstream* literário do período (membro do IHGB, protegido do Imperador, louvado por seus colegas), ainda assim ele não se mostrava à vontade num círculo literário basicamente composto de homens de origens abastadas e organizado em torno de favores e elogios ao regime vigente. Mais ainda: sua visão da própria sociedade monárquica era oposta, ainda que dissimuladamente, à mentalidade conciliadora imperante no reinado do segundo Pedro. Ao contrário de seus predecessores, que viam a Conquista como um processo violento mas justificado pela vitória da civilização, Dias tratou a história brasileira como um processo trágico, cujas conseqüências punham em cheque a estabilidade do Império e a possibilidade de integração dos elementos excluídos da vida social e política como o pé frágil sobre o qual este se assentava e com o qual ele em algum momento deveria se confrontar se quisesse (e Dias achava que deveria) se preservar. Em vez de um legado edificante, a nação fora construída sobre uma série de episódios que minavam a legitimidade da sociedade imperial. No rastro dessa história ficaram incontáveis vítimas, que, em vez de redimidas, impunham uma condenação moral ao edifício sobre o qual a ordem escravocrata se construíra. Em vez de inclusão, os desastres do passado criaram apenas seres exilados em sua própria terra. Se escravos africanos e homens livres pobres

eram os mais visíveis excluídos e fontes das maiores tensões sociais, os índios é que ofereciam o paradigma mais gritante desse exílio interno.

Algumas características gerais e recorrentes iriam posteriormente incidir sobre seus textos em prosa, incluindo o *Dicionário*. Em “O canto do Piaga”, por exemplo, um feiticeiro conta à sua tribo o angustiante sonho no qual o espírito maligno de Anhangá lhe revela um futuro sombrio de conquista, escravização e extermínio cultural. Impotente, mas acusadora, sua voz se levanta para o leitor do século XIX como uma lembrança do custo humano que a chegada das caravelas portuguesas trouxe para a América, ao mesmo tempo em que a concretude desse futuro sombrio permanece indecifrável para o próprio feiticeiro. Impotente, só lhe resta o lamento sobre algo que, ainda não completo, já pesa como uma tragédia incalculável. Esse trauma perpassa boa parte dos poemas de Gonçalves Dias: em “O canto do índio”, em que o destino dos povos nativos é contado como o martírio da sua liberdade para a construção da civilização branca; em “Os Timbiras”, no qual a voz do narrador se destaca para condenar o massacre das guerras justas que em pleno século do progresso ainda se abatiam sobre as tribos amazônicas. Mesmo no seu mais celebrado poema, “I-juca-pirama”, que trata mais da cultura indígena do que do processo de sua destruição, é este processo que motiva o lugar do índio na história: o guerreiro tupi que cai prisioneiro dos timbiras é o último de sua raça e o único modo de se reintegrar a seu mundo perdido é afirmando sua valentia e valor face a seus captores, e dando seu corpo para o repasto canibal que se seguirá; ou seja, mantendo a coesão social e a cosmogonia indígena na qual a antropofagia desenvolvia um papel tão central na interpretação sobre o ciclo da vida e morte e na determinação do lugar do indivíduo nele. Rompendo, portanto, com a tradição de se interpretar o canibalismo como uma prática bárbara, o poema contrasta a valorização do universo indígena com o pano de fundo de extinção dos tupis e, desta forma singular, apresenta a ruptura que a história colonial causou nessa comunidade.

Um dos aspectos mais interessantes da poesia de Gonçalves Dias é o uso feito da linguagem, o que lhe permite reforçar o lugar do índio na história: num passado mítico, cíclico e de valores culturais rígidos e simples. O fato de que seu destino seja trágico e que seu fantasma paire sobre a sociedade contemporânea como uma mácula indelével que se reproduz na constante exclusão não é incompatível com a descrição nostálgica de sua

cultura primitiva. Ao contrário: essa descrição, tanto ao nível da narração, quanto ao da linguagem, expõe o distúrbio traumático da colonização. De uma maneira geral, o índio é resumido a uma nova entidade: o tupi. Seja apresentado diretamente desta forma, seja recuperando termos e práticas tupinambás, esse tupi surge com um *ethos* de guerreiro valente e honrado. Ao redor dele se erige a sociedade tribal, orientada para a comunhão com a natureza e para uma cosmogonia orgânica e de eterno retorno – movimento que será rompido com a chegada do homem branco. Daí que a guerra e o canibalismo apareçam com tanta centralidade e sem nenhum tipo de condenação ou horror, mas como algo mitologicamente belo. Em “O canto do guerreiro”, por exemplo, é de se destacar a referência constante ao mundo natural. O valente chefe tupi é mestre não só de mil soldados, mas da própria floresta: ele fere a “presa, /com tanta certeza, /na altura arrojada”; seus inimigos pressentem e temem seus passos tal qual a “onça raivosa” e a “ave medrosa”; e ele guia seus homens pelas matas com menos ruídos que os sons da natureza (o vento, o roçar das plantas e o canto das aves).

Para valorizar essas qualidades, Gonçalves Dias não se limita a apresentar ao leitor apenas essas referências, o que, em certa medida, já constava do indianismo anterior. O tupi agora possui voz própria. Não se trata mais de uma imagem para o índio, mas de uma auto-imagem. A consequência é uma espécie de tentativa de transferência do poeta, que se apresenta não mais como o narrador branco vitorioso, mas como o meio pelo qual o índio se expressa em seus próprios termos. Desta forma, as estrofes se organizam sobre um ritmo ternário marcante e repetitivo, a anapaesta.⁴⁹ Um bom exemplo é a primeira delas:

Aqui na floresta
 Dos ventos batida,
 Façanhas de bravos
 Não geram escravos,
 Que estimem a vida
 Sem guerra e lidar.
 - Ouvi-me, Guerreiros,
 - Ouvi meu cantar.

Sua simplicidade, força e efeito mnemônico ecoam musicalmente o discurso orgulhoso e imponente do selvagem que domina seus companheiros, seus inimigos e a própria natureza. A idéia de circularidade e retorno são simbolicamente valorizadas por

esses versos que buscam a impressão de que se trata da oratória tupi. O poema reproduz no ritmo e por meio da versificação o que o guerreiro afirma através das palavras. Assim, a regularidade cíclica e hipnotizante da linguagem e da musicalidade encontram um paralelo de reforço mútuo na sua rígida organização. É como se, sob um tema e uma linguagem tão perfeitamente espelhados, a própria cultura tupi adquirisse uma lógica natural que a colocaria em um pólo oposto, mas não subordinado, ao da cultura civilizada. No conjunto, o poema se baseia numa estrofe de apresentação, em que, como vimos acima, o mundo tupi é definido como uma interminável guerra em um cenário natural, ao que se seguem 5 estrofes em que o orador canta suas impressionantes qualidades guerreiras, com dois versos finais em que formula um chamamento (como no exemplo acima) ou uma pergunta retórica (“Quem é mais valente/Mais forte quem é?”). A quinta estrofe objetiva essas qualidades no papel de liderança do narrador. Somando-se a isso, é a mais longa desta parte do poema, revelando um pico do discurso e focando as rimas de seus versos centrais, tal qual num *crescendo* rústico:

Se as matas estrujo
 Co os sons do Boré,
Mil arcos se encurvam,
Mil setas lá voam,
Mil gritos reboam,
Mil homens de pé.
 Eis surgem, respondem
 Aos sons do Boré!
 - Quem é mais valente,
 - Mais forte quem é? [grifos meus]

Aliviando essa afirmação exaltada, o orador continua com estrofes mais pausadas e suaves. A repetição tem uma leve suspensão de duas estrofes, nas quais estão ausentes as perguntas finais e o elenco de qualidades. Em vez disso o guerreiro descreve a devastação causada pelo ataque dos guerreiros que comanda. É como se a diminuição do ritmo e do tom desafiador servisse para contrastar a excepcionalidade do líder face a seus liderados. A última estrofe, com seus 12 versos, em vez dos anteriores 8, retoma o espírito anterior, imprimindo uma vertigem final e coroando os argumentos do guerreiro, como se sua grandiloquência se refletisse no seu incansável fôlego.

E então se de novo

Eu toco o Boré;
 Qual fonte que salta
 De rocha empinada,
 Que vai marulhosa,
 Fremente e queixosa,
 Que a raiva apagada
 De todo não é,
 Tal êles se escoam
 Aos sons do Boré.
 - Guerreiros, dizei-me,
 - Tão forte quem é?

Não é mero acaso que esta estrofe ecoe a que foi citada acima. O boré era um instrumento de sopro de poucas notas e de som áspero. Ou seja, é como se esta trompa “primitiva” representasse metalingüísticamente a rusticidade e vibração da oratória do guerreiro e a própria musicalidade do poema como um todo. As qualidades deste guerreiro, que não tem nome, são as qualidades do guerreiro tupi, algo inerente, imutável, cujo único propósito é sua própria perpetuação. O ritmo regular da anapaesta parece substanciar metaforicamente este significado.

A poesia de Gonçalves Dias não tem, obviamente, intenções científicas. Seu realismo é por verossimilhança, não é um retrato objetivo, límpido e meticulosamente organizado da vida indígena. Como romântico ele procura se travestir de revelador do “espírito” tupi. Ele traduz para o português a linguagem do índio, buscando recursos lingüísticos, musicais e métricos que se aproximem ao máximo de uma “alma” primitiva que não pode ser apontada concretamente em nenhum momento ou lugar preciso, somente num passado ideal e entre os membros de uma nação cuja identidade também era ideal, posto que a unidade tupi só se materializa na própria poesia. Desta forma, a linguagem do selvagem não é mero meio pelo qual se apresenta o que seria sua essência de guerreiro em harmonia com a natureza, mas é parte orgânica de sua cultura. Seus fonemas cortantes, sua sintaxe simples e objetiva e sua fraseologia metafórica são o resultado de seu modo de viver e pensar, o que permite, por sua vez, um acesso e esses modos de ser.

Os mesmos recursos estéticos de “O canto do guerreiro” se repetem, com variações, em outros poemas. O mais próximo é a “Canção do Tamoio”, no qual o paralelo vai além da linguagem e atinge o tema da exaltação da honra, força e valentia guerreira. Em “O canto do piaga”, tem-se o mesmo ritmo marcado (“Ó guerreiros da

Taba sagrada,/ Ó guerreiros da Tribo Tupi,/ Falam Deuses nos cantos do Piaga,/ Ó guerreiros, meus cantos ouvi”) e recurso ao vocabulário tupi, embora, desta vez sejam termos sagrados e cosmológicos, em vez de guerreiros, como *tupã* (aqui tomado como gênio do bem), *anhangá* (gênio do mal), *manitô* (fetiche), *piaga* (feiticeiro) e *maracá* (instrumento sagrado). Em “Deprecação”, o ritmo é menos marcante, mas tem-se a voz do indígena em discurso direto que se eleva aos seus deuses em forma de lamento incessante e repetitivo. Uma explicação pela tragédia do desaparecimento do povo tupi é pedida, o que é marcado principalmente pelas palavras “Tupã, ó Deus grande!”, que aparecem com regularidade ao longo do poema. No “I-juca-pirama”, o último dos bravos tupis segue o ritual antropofágico apresentando a seus captores seus feitos. Mais uma vez, o modelo se repete (“Meu canto de morte,/ Guerreiros, ouvi:/ Sou filho das selvas,/ Nas selvas cresci”) Mesmo em “Marabá”, em que uma índia com sangue branco (marabá, ou miry’ba, que quer dizer “mestiça”) lamenta languidamente a repulsa que causa aos varões tupis por não ter a beleza das outras índias, a voz da selvagem é revestida com seus atributos naturais, que como que diminuem os efeitos da língua portuguesa. Se o ritmo aqui não é tão destacado, a linguagem metafórica e analógica, e o recurso a palavras “tupis” é talvez a mais saliente dentre os outros da série.

Se ainda me escuta meus agros delírios:
 “És alva de lírios”,
 Sorrindo responde, “mas és Marabá”.
 Quero antes um rosto de jambo corado,
 Um rosto crestado
 Do sol do deserto, não flor de cajá.

Em todos estes exemplos, os versos são metricamente curtos e as estrofes uniformes e regulares ao extremo. Salta rapidamente aos olhos que esses paralelos se apresentam como “cantos”. A escolha não é aleatória. “Canto” significa aqui basicamente três aspectos em que a linguagem encontra a cultura tupi de forma a compor uma simbiose orgânica, em que forma e conteúdo se tornam indistintos: o aspecto musical primitivo, a eloquência direta e objetiva, e a expressão da voz de um sujeito. Em vez de expressarem um “canto” em uníssono, a maneira pela qual a coesão tupi é afirmada é através da afirmação do poder de um indivíduo que usa sua voz seguindo regras de expressão lingüística que são definidas pela cultura em que ele se insere. Este sujeito

ganha assim um lugar mitológico. O problema é que essa mitologia, pela forma como é construída, se apresenta como um choque, com a face do diferente. É a mitologia tupi que importa e que prevalece sobre um pano de fundo contemporâneo de guerras, de uma política oficial integracionista que não saía do papel e de um romantismo que, na voz de outros autores, apresentava a conquista como um sacrifício edificante para a necessária implantação da civilização. Se nesse contexto de meados do século XIX a cultura indígena nada importava, a poesia indianista de Gonçalves Dias surgia como um eco de um elo perdido entre os índios e a sociedade branca, entre a tragédia da história e a falsa mentalidade da integração nacional. A mitologia tupi, aqui, corroía a mitologia imperial. O papel dela portanto, residia na memória. A cultura e a linguagem tupi não podiam mais ser apropriadas. O sentimento de perda é tão forte que esta lição é sempre lembrada pelo lamento da raça extinta. Mas ao se expressar em seus próprios termos, ela ganha dignidade. Há uma fuga do silêncio da história. Os “cantos” ecoam na consciência moral da nação, tanto pelo que denunciam, como pelo fato de serem apresentados com uma roupagem “autêntica”. Essa característica cíclica, essa propriedade sonora de eco e esse lugar na memória dos “cantos” eram, por fim, reforçados por seu próprio modelo métrico, vocabular, sintático e temático.

A principal consequência para o imaginário da época é que se criava uma dualidade índio *versus* branco que jogava para segundo plano a antiga divisão colonial tupi *versus* tapuia. E no primeiro pólo dessa dualidade estava a identidade tupi. Não são necessários exemplos: a definição de que o universo indígena descrito é tupi está explícita na grande maioria dos poemas. Gonçalves Dias prefere mesmo a expressão “tribu tupi” a “nação”, “povo” ou “raça”, termos mais comuns na literatura histórica, antropológica e lingüística. Mesmo os timbiras e aimorés de “I-juca-pirama” e “Os timbiras” seguem o vocabulário e os rituais tupinambás, a ponto de, no primeiro poema, o guerreiro tupi canibalizado ser aceito organicamente no universo aimoré sem nenhum problema. Se a identidade indígena que importava era a tupi, pois ela permitia expressar ao mesmo tempo a tragédia colonial e a utopia da vida natural, a consequência mais imediata era de que não havia um horizonte provável de integração, ou mesmo de sobrevivência, do índio na sociedade imperial. A única reconciliação que se detectava era

interna ao universo indígena. E o único resgate possível, como em toda tragédia, era dos restos desta história.

Pois é precisamente um sentimento de resgate que passa ao *Dicionário*, o que já era em parte prenunciado pelas notas sobre vocábulos tupis que acompanhavam vários dos poemas indianistas. Se era preciso reconstruir esse universo perdido, de forma a que a nação se visse no espelho da história, não de uma elegia, mas de um drama real, era necessário que essa reconstrução seguisse a própria lógica indígena. Além disso, esta obra é como que uma extensão do interesse pela linguagem demonstrado nos poemas. E o fato de que foi publicada no último período da sua vida, quando se dedicava mais a obras etnoográficas e viagens de estudos pelo norte do país elucida vários de seus aspectos. O aspecto central é de que o dicionário foi imaginado como um instrumento, parte de um trabalho maior que não era fundamentalmente lingüístico. Se para os missionários de épocas anteriores dicionários serviam para ensinar a língua de contato com futuros cristãos, para Gonçalves Dias eram um trabalho de coleta de material histórico. No início da década de 1850 o IHGB, por proposta do imperador Pedro II, encomendou a Gonçalves Dias um estudo sobre a história indígena.

Cabia-me tratar dos caracteres intellectuaes e moraes dessas tribus; esse trabalho, porém não podia ser feito senão com o estudo previo da lingua que ellas fallavão, da qual tantos vestigios se encontrão, que não é de presumir que elles tenham em algum tempo de desaparecer completamente da nossa linguagem vulgar, nem mesmo da scientifica.⁵⁰

O caminho que Dias seguiu foi o de coletar notas vocabulares que ele encontrou em seis fontes: no vocabulário que segue o "Poranduba amazonense", na gramática de Luís Figueira, no *Dicionário português e brasileiro*, e em três manuscritos, um encontrado na biblioteca pública do Rio de Janeiro, um na biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, e o terceiro composto pelos cadernos de viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira, que visitou a Amazônia entre 1785 e 87.

A lista de palavras reúne um pouco mais de 4 mil verbetes, organizados de forma bilíngüe: tupi-português. Mesmo que no título haja a referência à *língua geral*, a identidade tupi, que vinha dos poemas de anos anteriores, é fixada a todo o momento no texto que explica os verbetes. Somente em algumas poucas ocasiões o uso de palavras em tribos ou etnias específicas é registrado. De uma maneira geral o dicionário é bastante

irregular, demonstrando uma certa falta de cuidado na preparação do material: não há indicação de gênero gramatical; alguns verbetes tem uma explicação muito mais detalhada do que outros, pois além da tradução ou explicação, seguem-se comentários etnográficos; muito poucas vezes há a etimologia dos termos; em outras ocasiões, como no verbete *capiuára/capivára*, nenhuma referência ao tipo de animal é feito, limitando-se a dados etnográficos. Estes defeitos, mais notáveis numa época em que os dicionários já não eram vistos somente como instrumentos de tradução ou de ensino de línguas, mas como trabalhos científicos preparados para o estudo comparativo das línguas, o que levaria à classificação genealógica de idiomas vivos e mortos, se explicam pela falta de treinamento especializado de Dias, pelo método adotado e objetivos desejados. Nas suas pesquisas bibliográficas, a coleção de notas se avolumou e o *Dicionário* reflete a reunião destas notas sem um maior trabalho de nova redação. Entretanto, estas características não diminuem a importância deste documento.

José Horta Nunes conclui que, junto com a *Crestomatia da língua brasileira*, de Ferreira França (1859), o *Dicionário* representa o momento em que o tupi é coroado como uma língua morta, cuja pureza original é preciso restaurar e que faz parte do processo de idealização dos índios brasileiros. Por outro lado, sua maneira de restaurar a divisão tupi *versus* tapuia, “liga o brasileiro historicamente, exaltando uma tradição de povo conquistador, com sua ‘infância’ primitiva.”⁵¹ Isso se expressaria na predileção por nomes de plantas, animais e toponímicos, que tinham ou poderiam ser, incorporados pelo português. No entanto, uma análise detalhada revela um quadro mais complexo e ambíguo. Tendo em mente que se trata de uma coleção de notas tomadas ao longo de leituras que visavam fornecer material para uma história do índios do Brasil, não se pode exigir uma coerência perfeita, o que pretende Nunes ao interpretá-lo como puramente uma peça do discurso lexicográfico brasileiro. Mas Dias não aproveita seu material para maiores comentários lingüísticos. Assim, o interesse reside nos verbetes.

Além das características citadas anteriormente, pode-se, através de alguns exemplos, notar que as irregularidades das notas fazem com que o tupi sirva de veículo para diferentes interpretações. Se, de um lado, nota-se realmente a existência de toponímicos, pode-se também argumentar que os oito casos (*abáetê*, *guajá*, *mahú*, *mamanguápe*, *mamúna*, *mari*, *mumuába*, *tacutú*) são um número muito pequeno para

constituírem um discurso que valoriza o tupi como fornecedor deste tipo de palavras para os brasileiros. Quanto aos nomes de plantas e animais, estes surgem com vários significados embutidos. Há os casos em que eles são registros etnográficos da vida indígena de locais específicos, como em *macucu-mirim*:

Arvore do Pará. Com a fusão da entrecasca desta arvore é que dão uma especie de mordente nas cuyas, sobre o qual assentão depois as tintas: usão deste mordente na falta de outro, que extrahem da arvore – Cumaty, que é melhor. Os pescadores mettem as linhas, com que hão de pescar, no succo resinoso, que extrahem da entrecasca desta arvore, afim de se lhe não desgastar tão depressa, como lhe succede quando lhes não fasem esta mão de obra. Nascem pelas margens dos rios com a raiz debaixo d’agua.

Em outros casos, os verbetes fornecem apenas uma curta descrição e o local de origem. Encontra-se também com regularidade plantas ou animais que entram no *Dicionário* através de seu uso no passado, como *uanixi*, “arvore, de cujas sementes os indigenas do Rio Branco fasião collares.”

O tupi pode, ainda, ser utilizado para carregar outras imagens. *Manacá*, flor do Pará, “é tambem o nome que se dá á moça mais bella de uma tribu, ou das que se achão juntas em alguma festa,” por exemplo, pode indicar uma língua ainda em uso entre os índios. Já *çobay*, “expressão com que designavão Portugal”, serviria para contenção da língua no passado. Mesmo a purificação do tupi é posta em cheque com o registro de vários termos portugueses, como *corda*, ou híbridos, como *tambóra*, forma de *tambor* “corrompida” pelos índios aldeados. Por outro lado, a interpretação de Horta Nunes de que Gonçalves Dias postula a importância do tupi por sua incorporação no idioma nacional é avalizado pela inclusão de verbetes que valorizam a etimologia, como *caapim*, “herva: donde nos vem o verbo capinar: em algumas provincias, e entre a gente baixa, capinar tem tambem a significação de furtar sem deixar nada.”

Por fim, Horta Nunes afirma que Dias evidencia um momento em que o discurso naturalista toma conta dos estudos tupinológicos, não só pela predileção pelos termos naturais, mas pelo fato de abolir a prática colonial de incluir frases ou expressões e observações sintáticas. No entanto, é preciso lembrar que ele se detém em várias análises gramaticais, especialmente morfológicas e que a questão do foco naturalista não é apenas uma questão numérica, mesmo porque a presença de verbetes relativos a outras

categorias, como verbos, adjetivos, advérbios e objetos de uso variado é mais marcante do que o de verbetes relativos à natureza.

Em vista de todas estas ponderações, a qual conclusão se pode chegar? Os limites que o próprio Gonçalves Dias se impôs apontam um caminho. A bibliografia e os manuscritos que ele usou são menos uma forma de montar uma imagem para o tupi do que o resultado de que na década de 1850 ele, junto com Francisco Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa, viajara pela Europa, sob financiamento imperial, para coletar documentos inéditos nos arquivos europeus que tratassem da história colonial. Desta forma, este fato, junto com as imperfeições técnicas tratadas acima, mostra que o *Dicionário* não pode ser tomado isoladamente. Ele precisa ser contextualizado junto aos trabalhos etnográficos e à poesia indianista. David Treece mostrou que no estudo que resultou do pedido do IHGB, *Brasil e Oceania*, uma comparação entre os selvagens dos destes dois lados do mundo, Gonçalves Dias tratou dos tupis como uma raça extinta, embora a presença indígena ainda fosse importante no cenário nacional, ao mesmo tempo em que demonstrava preocupação com o destino das tribos remanescentes. Dias era um advogado da causa integracionista, menos no sentido figurado comum à estética romântica e mais no sentido de políticas efetivas que ainda necessitavam ser postas em prática para evitar a continuação dos erros passados e não ameaçar o futuro do Império.⁵² Em seus poemas, como vimos, a linguagem tupi é usada para realçar a alteridade e o sentimento de alienação dos índios da vida nacional. Portanto, não há suporte tão sólido para se pensar o *Dicionário* como uma tentativa de ligar historicamente o tupi ao português, e de idealizar sua pureza original. A ambigüidade é a resposta, cuja expressão se dá nos sentidos variados identificáveis em seus verbetes. A questão indianista, ou indigenista (quando se trata do problema político), não é uma questão pacífica e incontroversa. Com tal consciência histórica, é possível imaginá-lo como uma obra em que se põe em movimento e encadeamento, desde um estado de originalidade cultural intocada, que é diferente em cada região, passando pela invasão de elementos portugueses, desaparecimento de muitos outros, e criação de uma herança, às vezes híbrida, às vezes pura, mas sempre destacando a alteridade e o sentimento de perda. É verdade que autores posteriores não o tomaram desta forma, mas Gonçalves Dias ainda não está construindo a noção de um português brasileiro que integra elementos tupis. Ele

mesmo admitira, no prefácio citado, que os vestígios estavam fadados a “desaparecer de nossa linguagem vulgar”. O fatalismo da sua poesia encontra aqui um eco. Contudo, ele certamente é um dos maiores responsáveis pela divulgação da idéia de uma unidade histórica chamada tupi. É dessa base que se lançarão outros autores. De ponto de chegada, tupi passou a ser ponto de partida.

RAÇAS E LÍNGUAS INDÍGENAS NAS DÉCADAS DE 1850 A 1870

Na produção etnográfica da primeira metade do século XIX faltavam obras que agrupassem o material coletado em teorias explicativas sobre as divisões étnicas dos índios. Quando isso começou a ser feito, um movimento de privilégio ao tupi se estendeu para a concepção lingüística e para a definição dos povos nativos.

Em 1849, quando na Europa copiando documentos em arquivos para serem enviados ao IHGB e usados em sua futura *História Geral do Brasil*, Varnhagen se interessou por uma proposta feita por outro sócio do Instituto, o botânico e médico do Imperador, Francisco Freire Alemão, que tinha especial interesse pela fixação da forma correta das palavras da antiga língua indígena. Alemão achava que os governos e assembléias provinciais deveriam enviar notícias minuciosas sobre as tribos indígenas, de forma a terminar com o uso indiscriminado de denominações tribais imprecisas e repetitivas que impediam a classificação dos nativos. Varnhagen aproveitava a ocasião e lembrava a seus colegas que, visto os selvagens americanos estarem todos no mesmo estágio de desenvolvimento e no mesmo tronco racial, com costumes quase iguais, era preciso um método definido de coleta de material de pesquisa. Seu conselho, que posteriormente foi seguido, não era uma total novidade para quem estivesse mais ou menos em dia com a filologia comparativa: uma lista de costumes que os estudiosos provinciais deveriam anotar e descrever para cada tribo, bem como uma lista de palavras em suas línguas que expressassem *sol, lua, fogo, água, terra, peixe, mel, branco, preto, pé, mão, rir, chorar, homem, mulher*, termos relativos a parentesco e numerais. Só assim, com comparação morfológicas e fonéticas, se poderia classificar os grupos étnicos e propor uma história para eles.

É neste momento que se revela como a interpretação dessa história e dessa divisão étnica era devedora de uma fonte romântica justificadora da ideologia imperial, dos estudos sobre a língua geral e, por fim, da antiga antinomia gentio *versus* tapuia. O método que os pesquisadores provincianos deveriam adotar poderia dar suporte à teoria de que os tupis não eram originalmente do litoral, mas de alguma área mais ao norte. O indício estava num singelo elemento de superioridade tupi, “cuja língua tão suave nenhuma comparação tinha com todas as outras que nas imediações do [Rio da] Prata se encontravam, sempre asperas e gutturaes como todas as línguas de paizes mais frios.” Como essa língua era aparentada ao guarani, que, por sua vez, mostrava muitas semelhanças com o omágua, língua do Alto Amazonas, era provável que tupis e guaranis tivessem vindo daquela área, tal como “os antigos Normandos d’esse territorio, os Jasons e Argonautas da sua mythologia.”⁵³ Essa analogia tinha um sentido diferente da imagem criada por Gonçalves Dias, o que acabou por moldá-la bem à ideologia conservadora do período, de defesa de uma integração mitológica do índio na formação da nação, tornando-o um elemento desaparecido, cuja submissão, antes que problemática, deveria ser celebrada.

Esta imagem do texto de Varnhagen logo encontrou eco entre os literatos interessados pela língua tupi e ajudou a identifica-la com uma raça de mesmo nome, superiora entre as selvagens. Em 1854, em um artigo saído no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Dutra⁵⁴ tecia uma teoria que mesmo para os padrões do tempo exagerava as possibilidades fornecidas pelas fontes: os tupis descenderiam dos egípcios e suas primeiras tribos seriam do interior brasileiro, de onde migraram para o Paraguai, região na qual se dividiram em dois povos; tupis, que voltaram para o litoral, e guaranis, que ficaram naquela área, sendo que os segundos eram relegados ao posto de derivados do primeiro. Isso lhe permitia um sinuoso percurso para provar a genealogia egípcia. Os tupis não deixaram monumentos, cidades ou artefatos para seu estudo. A única ferramenta que sobrevivera fora a língua. Através de algumas etimologias, ele procurava mostrar semelhanças de sentidos e de radicais entre palavras do egípcio antigo, do guarani e do tupi; mas até mesmo grego e quéchua eram mobilizados.

O curto artigo não é metodologicamente rigoroso mas é emblemático de um aspecto das atitudes com respeito ao tupi, que tentava engrandece-lo, ao mesmo tempo

que limitar sua posição. A opinião de Dutra foi seguida por Varnhagen, que se valeu da desprestigiada classificação lingüística do professor de Oxford, Friederich Max Müller, para defender que os tupis eram descendentes dos antigos egípcios. A lingüística histórica da época enfrentava vários problemas de classificação dos idiomas. A teoria dizia que as línguas européias se filiavam ao ramo ariano ou indo-europeu, e que as do norte da África e do Oriente Médio (com exceção do persa) se ligavam ao ramo semítico. Mas alguns representantes, como o basco, o finlandês, o húngaro e o egípcio fugiam a tal esquema, e não havia uma classificação para as demais línguas asiáticas, levando Müller a propor uma terceira família, a turaniana englobando todas.⁵⁵ Com relação aos tupis, surgiu a tendência de se descrevê-los como fazendo parte de uma antiga civilização que, ao chegar à América, já se encontrava em avançado estágio de decadência. Martius e Varnhagen defenderam esta interpretação com base em várias etimologias.⁵⁶ Esta idéia era atrativa, pois se para muitos servia para mostrar ao mundo que o Brasil poderia ser palco de grandes descobertas arqueológicas, para outros, como Varnhagen, servia à tese da degeneração dos índios, povos que por isso mereciam a conquista pelos portugueses. Ela também aprofundava um tema que o IHGB manteve vivo durante a década de 1840: o da existência no interior da Bahia de vestígios arqueológicos de uma antiga cidade de arquitetura e com inscrições em estilo clássico. O mito desta cidade pode ter caído no ridículo enquanto possibilidade arqueológica, mas se transferiu para os dados lingüísticos, nos quais a idéia de que o Brasil fora colônia de uma antiga civilização migrou de Roma para o Egito.⁵⁷

Outras hipóteses – mais bem sucedidas – apareceram em prol de uma teoria autóctone. O cônego da capela imperial, professor de retórica do Colégio Pedro II, membro do IHGB e autor de obras em várias áreas de história à poesia, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, tratando das migrações indígenas pré-cabralinas, mencionava a existência de uma “raça tupy”, que teria chegado ao Brasil através da floresta amazônica, vindo dos Andes e acabando por dominar o litoral.⁵⁸ Nação forte e guerreira, os tupis falavam, no entanto, vários dialetos que foram padronizados posteriormente pelos jesuítas. Portanto, não havia uma língua chamada tupi, mas dialetos de uma raça com esse nome. Ainda que nesse aspecto isso fosse um passo atrás em relação a outros autores, Pinheiro não questionava a existência de uma nação indígena homogênea. Além

disso, ele afirmava logo de início que a lingüística era a ciência que permitia precisar o desenvolvimento histórico dos povos primitivos da América do Sul. Esse comentário, aliado à forma como trata essa “raça”, tem o paradoxal efeito de retirar o foco da precisão dialetológica e jogá-lo para um nível acima, no qual, mantendo a idéia de que os tupis possuíam variantes na sua linguagem, se sobrepunha a imagem de uma unidade de *ethos*. “Raça”, para Pinheiro, não é um termo preciso como será mais tarde numa literatura científicista preocupada com as características físicas, fisiológicas e com as genealogias populacionais precisas. É o resultado do entrecruzamento de fatores sangüíneos (descendiam de povos asiáticos), lingüísticos (falavam linguagens semelhantes) e políticos (viviavam em uma confederação, unindo-se contra quéchuas e tapuias). Mas o que dava a noção exata dessa “raça” era o plano cultural.

Chegando às bordas do oceano, concebeu a audaciosa raça *tupy* o projecto de devassa-lo em suas grandes *pirogas*, nas quaes já haviam affrontado as aguas do Amazonas e do Orenoco. Dotados d’essa força de vontade que sobeja nos povos primitivos, eil-os de subito transformados em navegadores, e, novos normandos, levando a depredação às planuras do Atlantico.⁵⁹

Pinheiro projeta uma intenção histórica e um paralelo cultural e racial. A navegação e a aventura como movimento organizado e consciente, com resultados heróicos e grandiosos (a conquista de todo o litoral brasileiro!) permite uma metáfora com os vikings nórdicos (às vezes chamados de “normandos”, sentido aqui adotado por Pinheiro) que levanta importantes sentidos mitológicos. A imagem que tinha sido criada por Varnhagen circulava com desenvoltura. No entanto, ele divergia num ponto essencial. Ao comparar os tupis com os povos escandinavos que devassaram as ilhas britânicas, o mar Báltico, a costa da América do Norte e os rios da Europa oriental, Pinheiro lhes imputa uma identidade ao mesmo tempo primitiva e civilizada, retirando o sentido de origem racial. Os vikings (e pode-se facilmente deslizar o sentido para os povos germânicos de uma maneira geral) são os ancestrais de grandes nações européias, mas os tupis não, pois eles não existem mais, deixaram apenas exemplares misturados com outras etnias no norte do país. Foram exterminados em seu estado puro. Não nos legaram o valor de seu sangue heróico e guerreiro. Mas deixaram-nos algo no lugar: sua língua. Desta forma, a ausência de uma conexão racial entre os brasileiros e os tupis é compensada pela herança cultural da língua, herança não contemplada por Varnhagen,

que os vê como membros de uma civilização já degenerada em 1500. Pinheiro, então, critica o excessivo interesse idiomas estrangeiros, em face da existência no Brasil de um pertencente a “uma raça forte e inteligente que dominou outr’ora no paiz que hoje chamamos nosso”, e usado pelos descendentes desses tupis, que deixaram marca na nossa linguagem. Para quê tanto interesse pelas origens greco-latinas, “porque não faremos o mesmo relativamente ao *tupy*, que para nós outros brasileiros tem a categoria de língua-mãe?”⁶⁰ Aqui Pinheiro destoa tanto de Gonçalves Dias quanto de Varnhagen, filiando-se mais ao partido da teoria da mestiçagem, que tinha seus principais formuladores em Gonçalves de Magalhães e de José de Alencar, “partido” que dava a tônica dos defensores da alteridade do português brasileiro, como veremos no próximo capítulo. Apesar disto, a adoção da visão imperial do sacrifício inevitável no passado e da pacífica integração do presente é representada pela ausência da maneira pela qual os tupis foram varridos da face da terra e pela pintura de uma herança que cabe ao homem branco preservar na sua adaptação ao Novo Mundo.

Mesmo von Martius, que vimos pregar o uso da língua geral para a civilização dos índios, filiava-se, ainda que de uma maneira particular, a esta corrente. Seu *Glossário de diversas línguas que se falam no Império do Brasil* é uma série de longas listas vocabulares recolhidas por outros autores e pelo pesquisador bávaro nas suas viagens pela Amazônia, no contato direto com as populações nativas do interior, organizadas da seguinte forma: dialetos tupis do Pará, divididos em 7 povos e traduzidos para o latim; um dicionário de língua geral (aqui tomado como tupi)-português-alemão; um dicionário de verbos tupi-austral (provavelmente guarani)-alemão; um dicionário de línguas jês-latim, dividido pelos dialetos de 21 tribos; um dicionário de línguas goitacazes-latim, dividido pelos dialetos de 5 tribos; um dicionário de línguas guck-coco para o latim, dividido pelos dialetos de 26 tribos; um dicionário de 8 dialetos esparços-latim; um dicionário de 7 línguas do extremo norte (como omágua e quéchua)-latim; um vocabulário comparativo de 4 línguas caribenhas e das guianas; um dicionário galib-latim; um dicionário de nomes de plantas em tupi-latim; e um de nomes de animais. A presença do alemão e do latim não deve ser estranhada. Martius, publicou a obra no seu país de origem, visando ao mesmo tempo os públicos brasileiro e germânico, posto que era em universidades como a de Berlim e a de Jena que estavam os mais respeitados

lingüistas. Além disso, ele era um botânico, e o latim era a língua usada para a classificação das espécies animais e vegetais, procedimento que ele transportou para as línguas, ainda que isto não fosse mais comum no universo lexicográfico do século XIX.

Embora em pleno auge da lingüística histórica, seu glossário, publicado no principal centro mundial destes estudos, é claramente a obra de um naturalista pré-Darwin, e não o trabalho de um lingüista. Como mostraram Stephen Alter e Thomas Trautmann, a ciência da linguagem, que iniciara seu *boom* no final do século XVIII com a descoberta da linhagem das principais línguas européias com o sânscrito e o antigo parsi (ou persa), propusera pela primeira vez um modelo de desenvolvimento não mais linear ou progressivo, mas em linhagem ramificada, usando a imagem da árvore genealógica.⁶¹ Para os lingüistas do século XIX, as línguas funcionavam como organismos e sua proposta era de que estes organismos especiais funcionavam através de um modelo próprio. Os estudos comparativos de línguas vivas (européias e algumas asiáticas) e mortas (latim, grego, hebraico, e as antigas línguas sagradas da Índia e Pérsia) sugeriram uma explicação histórica, pela qual os idiomas estavam em constante transformação, cujo resultado era o aparecimento de novas formas. Desta maneira, as línguas se ligavam geneticamente, formando uma linhagem de pais e filhos. Cada língua tinha um ascendente e, desde que não se extinguisse, gerava descendentes. A idéia de evolução através de um padrão de ramificação genético e de um ancestral comum teve impacto tão profundo que até o aparecimento da teoria darwiniana, a *filologia comparativa* (termo preferido pelos ingleses), ou *ciência da linguagem* (adotado pelos alemães), ou ainda *lingüística* (título cunhado pelos franceses), foi a ciência que mais se destacou no panorama intelectual europeu. Ela forneceu não o modelo teórico, mas uma quase perfeita analogia para a teoria da evolução de Darwin. O naturalista inglês era ávido leitor dos especialistas na área e o paralelo entre sua proposta e a proposta lingüística fica evidente no apoio ilustrativo que retirou dela.⁶²

A *glotologia* (nome preferido por alguns portugueses) também influenciou a etnografia, pois era a única ciência a fornecer um parâmetro seguro e amplo para a história humana. De um lado, exprimia com clareza e acima de qualquer dúvida o modelo dominante entre fins do século XVIII e meados do XIX, pelo qual se estabelecia a relação entre todos os membros da árvore genealógica através da proximidade com um ancestral

comum. De outro, mostrava-se o processo pelo qual poderia-se chegar, na origem da árvore, a um e apenas um ancestral comum a todos os descendentes, o que reforçava a teoria monogenista do gênero humano, de fundo bíblico, que se adotara desde a Idade Média e que tinha sido ameaçada pela teoria poligenista da primeira metade do XIX. Por fim, a filologia comparativa propunha uma classificação específica das raças através do testemunho das línguas. Tributária em parte da idéia romântica de Rousseau, Herder, Humboldt e Schlegel, de que cada raça ou nação possuía uma língua, criara um modelo em que, por exemplo, os idiomas germânicos, eslavos e latinos descendiam do sânscrito, parente do antigo persa. Isto abria caminho para a defesa de que as raças arianas ou indo-européias provinham de um único povo da Ásia central, o que tinha o potencial de aproximar todas as raças humanas. Entretanto, a antropologia da segunda metade dos oitocentos, apoiada num modelo de escada, resultado de uma adaptação de certas idéias darwinistas para as sociedades humanas (o chamado darwinismo social), sepultou este elemento “igualitarista” da ciência da linguagem.⁶³

Essas características tornam a obra uma tentativa, a primeira, de se tentar fazer com os idiomas brasileiros o que a ciência da linguagem tinha feito com outros exemplares, agrupando-os, através de métodos comparativos, em grupos ordenados geneologicamente. No entanto, foi geralmente mal compreendido por alguns dos que lhe seguiram, excessivamente preocupados com o tupi e em apontar seus erros etimológicos, em vez de aprofundar alguns dos caminhos abertos, como, por exemplo, a identificação da família Jê.⁶⁴ A idéia de tentar montar um modelo histórico-comparativo, portanto, parece dirigir a organização de material tão vasto.

Para Martius, a língua geral era uma homogeneização jesuítica dos dialetos tupis do litoral. Isso significava dizer que havia uma raça tupi dona de um ramo lingüístico e não uma língua pura, o que se confirmava pelo fato de que o tupi não merecia elogios, tais como os feitos por Fernandes Pinheiro e outros, posto que era um instrumento primitivo e, por causa de suas características aglutinantes, inferior às línguas européias. Essa afirmação tenta conciliar idéias lingüísticas difundidas na Europa com antigos preconceitos, ao mesmo tempo que o surgimento do novo conceito tupi com a antiga língua geral. Apesar do modelo genealógico, a filologia comparativa nunca abandonou totalmente as antigas idéias de línguas primitivas e línguas civilizadas

Se, por um lado, o tupi era inferior ao português, ao menos era mais polido em relação aos idiomas dos outros povos, o que revivia a antiga antinomia *gentio versus tapuia*. Afinal, se estes outros nativos recusavam a mão estendida do homem branco, isso só poderia vir do seu atraso cultural e brutalidade, o que se refletia em suas “barbárie” (no duplo sentido de linguagem e civilização). Seus falantes eram ináptos ao aprendizado, pois nem mesmo a própria língua conseguiam regular.

Um exemplo mui saliente deste phenomeno as hordas na nação Gês (sic) nas margens do Rio Tocantins, as quases, a alguns (sic) decennios, entrando em trafico com os Brancos, ja não usam um sô (sic) puro dos dialectos da sua propria linguagem, antes sim fallam uma geringonça corumpida, profundamente mixturada de elementos muito diversos e sem regra aiguma. Maior corrupção ainda observa-se entre os difamados Canoeiros em Goiaz, os Muras e outras hordas sem domicilio certo e errantes. Estas não são descendentes de uma sô nação, mas uma mixtura de diversos Indios com Mulatos, Cabras, Negros e Brancos, que foram banidos da comunidade dos Christãos, desertores da ley e civilização. Estas sociedades ferozes, recrutando-se da escoria da humanidade, vivendo sem matrimonio, sem ley e sem peijo algum, do roubo, da pilhagem e do homicidio, flagelo da população pacifica limitrophe aos seus esconderijos, tem formado uma giria de ladroens, voluvel e sem fundamento grammatical, o que symboliza seu estado moral depravado. Não ha duvida, que estes inimigos da ordem ja se vem apertados pela expansão do dominio da ley, e em tempo não muito remoto hão de desaparecer, mas mesmo com a extinção delles os sertoenes hão de nutrir como na America do Norte, uma barbaria polyglotta, e a qual o amigo philanthropo do Brazil se sentirá instigado de traduzir nos dominios abençoados da civilização. ⁶⁵

O exemplo dos muras, que durante tanto tempo resistiram ao avanço colonial sobre suas terras, mostrava como não aceitar a civilização era prova de natureza irre recuperável, e uma das formas de se identificar este estado era pela língua. Logo, o seu destino natural era o desaparecimento, fato que não se devia lamentar, mas aproveitar para estudar logo a fim de servir de algum proveito para a civilização, na forma do conhecimento científico. Outra característica desse exemplo era o de defender uma integração que não era, nem deveria ser, racial, pois a mistura resultava no horror das “hordas sem domicilio certo e errantes”; ou seja, os tapuios ou caboclos. Os índios civilizáveis deveriam participar subordinadamente, em troca das benesses que tão generosamente lhes eram oferecidas.

Ao contrário daquelas “geringonças”, havia línguas indígenas puras e com gramática, como era o caso do tupi, ou melhor, dos dialetos tupis. No entanto, devido ao nomadismo, e à ausência de escrita, de um culto religioso ou político, suas “gírias” (note-se o termo depreciativo, como que a relativizar sua posição) sofriam constante mutação. Esta visão era uma interessante variação do “sem fé, sem lei, sem rei” colonial, sem, com

isso, classificar os tupis como bárbaros. Mas, com esta aproximação da história, Martius mostrava indecisão entre a fidelidade à língua geral e a adoção mais contemporânea da idéia de um idioma dos antigos tupis. Indecisão que aumentava também com as descrições de vários dialetos que, ainda por cima, não tinham desaparecido totalmente. Aqui, os tupis aparecem como mais preparados intelectualmente e moralmente para a submissão. A indecisão parece apenas se resolver quando ele convoca outros estudiosos, colonos e viajantes, a coletar diretamente junto aos índios o vocabulário tupi vivo para enriquecer a pesquisa comparativa e, ao mesmo tempo, a língua geral. Logo, de elemento central, o tupi, entendido como reunião de dialetos puros pré-descobrimento, passa a acessório. Ele tinha vantagens, mas não era o principal foco de interesse.

Bem ve-se, que estas considerações recommendam o estudo dos idiomas indianos em geral e o do tupi em particular mais por principios especulativos e de sciencia theoretica, do que pelas rasoens de utilidade pratica; porem com quanto ja tenha apelado para os sentimentos christãos e á humanidade dos meus bons amigos além do Oceano, os nobres Patriotas do Brazil, todavia ouzo lembrar, que por fim de contas qualquer conhecimento abstracto traz em certo tempo seus frutos uteis. Por essa rasão tambem não receio, que no Brazil faltarão homens sabios para semelhante estudo. Estou antes certo, que entre os literatos curiosos do paiz reconher-se-ha como salutar aprofundar o conhecimento desta lingua geral Brazilica, memoravel a tantos respeito, estabelecer a sua Grammatica segundo os principios da sciencia moderna, estender o cabedal das suas palavras, e enriquecel-o, aonde fôr conveniente, com elementos de outras linguas congeniaes.⁶⁶

A língua geral era um instrumento que tinha não só a vantagem da funcionalidade e do teste histórico, mas também de ser uma obra híbrida, paralelo perfeito da nação que se construía: natureza primitiva com um toque de civilização, permitindo com esse mínimo necessário um modelo único de conquista pacífica e produtiva. Já o tupi, sobretudo na forma de dialetos vivos, é retirado da visão de passado ideal. Existem índios civilizáveis que aceitam a língua geral, o trabalho e a religião, pois são menos primitivos, o que se mede através da língua com gramática regular. E existem os que não se podem recuperar: índios que usam língua extremamente pobre e que não conseguem nem manter a pureza de sangue. Ou seja, a fronteira não é racial, mas lingüística e o tupi não tem privilégios nela. Nesse sentido, a língua geral cumpria instrumentalmente aquilo que o tupi cumpria racialmente para outros autores: a prova de que a atitude da sociedade colonial e sua sucessora, a imperial, tinham o direito, a necessidade e a obrigação moral de atrair os índios. A política oficial era assim vindicada pelo *Glossário*, integrando

antigos modelos a novas interpretações, com um toque de ciência moderna e um exaustivo trabalho de campo.

Contudo, não se pode falar ainda de uma vitória total dessa corrente dominante, pois o perfil do que era o tupi mudaria mais uma vez. A língua geral seria relegada a curiosidade colonial, cuja importância deixaria até mesmo seu potencial civilizador do índio para descansar na história, como criação dos jesuítas.⁶⁷ A partir de 1870, um aprofundamento do estudo histórico de viés racista retirou o tupi da aura mitológica das matas e sertões do passado para pôsá-lo bem vivo naquela que era o protótipo da natureza exuberante e misteriosa do Brasil: a Amazônia.

NHEENGATÚ, OU LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA, OU O TUPI TRANSFORMA-SE

Dentre os autores que se dedicaram ao tema indianista no século XIX, Batista Caetano foi um dos mais prolíficos, publicando monografias, artigos especializados e documentos coloniais sobre as línguas indígenas, que ele acreditava possuírem uma unidade fundamental e uma história marcada pela interferência européia. Seu objetivo era coletar material que provasse a evolução lingüística, partindo de uma unidade inicial para uma divisão pós-descobrimento. Na sua obra de maior alcance, em que resume sua visão, e que é, curiosamente, sua primeira monografia, Batista Caetano deixava claro seus horizontes amplos e, ao mesmo tempo, uma indecisão: nos "Apontamentos sobre o abanheenga também chamado guarani ou tupi ou língua geral dos Brasis", assim como em outros textos posteriores, há uma oscilação entre os quatro termos acima. No entanto, essa imprecisão era combatida com um modelo de classificação que possuía um princípio básico: não havia várias línguas indígenas no Brasil. Tomando como modelo a família indo-européia, a correta visão filológica apontava para a unidade. Desta forma, ainda que havendo várias línguas americanas, estas deveriam, pela natureza mesmo da evolução da linguagem, pertencer a apenas alguns núcleos, tal como na família ariana (ramos sânscrito, latino, germânico, eslavo etc.). Dos núcleos americanos (em número de 11), ao Brasil cabia um tronco, e é esse tronco que ele encontra dificuldade inicial em nomear, como que a sentir ainda o peso da extensa bibliografia que o precedia.

Batista Caetano segue os passos do abade Hervás, que tinha adotado como fontes para as línguas sul americanas os relatos dos catequizadores espanhóis, seus contemporâneos.⁶⁸ Hervás, optou por “guarani”, termo que Caetano às vezes usa para se referir ao idioma brasílico. Mas o que ele realmente prefere é *abanheenga*, um aportuguesamento da palavra paraguaia *abañeê* significando “língua de gente”, sendo “gente” (*abá*) o índio, em oposição a *karaiñeê*, a “fala de branco”.⁶⁹ O uso dessa nova palavra lhe permite jogar com tupi e guarani de forma mais livre e esboçar um singular panorama lingüístico.

O *abanheenga* seria a língua indígena original de dois terços da América do Sul. Os povos americanos se dividiram em centenas de tribos e nações, mas a língua dessa parte do continente era uma só, tendo se restringido, depois de três séculos de presença européia, ao interior do Brasil e ao Paraguai. Apesar dessa visão simples e coerente, Caetano não conseguia se desvencilhar dos termos comuns à época e se referia a “tupi” quando tratava do *abanheenga* no Brasil e em “guarani” quando tratava da língua indígena do Paraguai. Para tornar a situação ainda mais complexa, o próprio termo *tupi* era submetido por ele à análise etimológica, para averiguar sua validade. “O nome TUPI por si só sem suffixo algum não é nem póde ser nome de povo”, posto que nem existia esta palavra entre os índios.⁷⁰ Baseando-se nos autores do século XVI, encontrar-se-iam apenas tribos cujos nomes continham tal partícula, como “tupiniquins” e “tupinambás”. Essa partícula só adquiriu independência, denuncia Batista Caetano, quando “historiadores” (leia-se Frei Vicente do Salvador e Varnhagen) “quizeram abranger n’uma só designação as diversas tribus da mesma raça e que fallavam a mesma lingua”.⁷¹ Portanto, embora uma palavra inventada pelo homem branco, ela descrevia uma realidade palpável: uma grande raça nativa que, nos tempos coloniais, falava dialetos de uma língua espalhada por quase toda a América do Sul.

No quadro acima, surgem duas evoluções do *abanheenga* primitivo: o guarani paraguaio e os dialetos indígenas brasileiros, divididos basicamente em *nheengatú* (baixo Amazona e Pará) e *abanheenga* (alto Amazonas). O *abanheenga* primitivo teria sido deturpado por espanholismos, resultando no guarani, e lusitanismos, resultando no *nheengatú*, devido à influência dos catequizadores coloniais. Isto resultou numa

separação que distanciou os dois dialetos na mesma proporção da existente entre o português e o castelhano.

O abanheenga, termo que nenhum outro autor adotou, era mais do que mero rótulo, representando um entendimento mais fluído daquele idioma indígena, que não ficava estagnado no tempo, mas evoluía através da dialetização. Isso lhe permitia preservar a *língua geral* apenas no título de seus trabalhos, abandonando a idéia de que representasse a língua dos índios na sua essência. Não seria somente através dos jesuítas que se conheceria o abanheenga. Embora eles não tivessem inventado uma nova língua, mantendo fidelidade à gramática indígena, era preciso lê-los com cuidado e criticamente, sobretudo em relação ao vocabulário e à fonética, pois suas obras não representavam “os factos da língua”.⁷² O abanheenga tinha suas variedades regionais, como qualquer outra língua, mantendo, contudo, uma conformidade gramatical homogênea que permitia ser entendido em quase toda a América do Sul. Com a chegada dos europeus, o contato com novas línguas e as migrações, essa grande língua americana teria se fracionado. Os novos dialetos criados, mais distantes entre si do que os dialetos pré-conquista, ainda podiam ser encarados como um todo homogêneo em razão da raiz comum, tal como, por exemplo, o português e o francês poderiam ser encarados como variantes de uma mesma língua em comparação com línguas de outras famílias. Caetano conseguiu, portanto, harmonizar a antiga visão da unidade tupi com as novas influências da filologia comparativa européia, apontando também para as idéias de que o abanheenga tinha uma história própria.

O cuidado de Batista Caetano levou a que ele evitasse a filiação do abanheenga a famílias lingüísticas não-americanas. Ele achava provável que todas as línguas aborígenes fossem filhas de um proto-sul-americano, que se dividira no abanheenga e no aymara num primeiro estágio, e num segundo (que durava até a atualidade) em abanheenga, aymara, araucano e quéchua. O passo seguinte - procurar origens junto a troncos de outras línguas - é que estava fora de questão no estado das pesquisas da época. Era preciso mais do que algumas semelhanças de sentido entre alguns vocábulos para se provar as teorias heteróctones. Ele criticava especialmente o mito de que o quéchua fosse uma língua ariana, descendente do sânscrito, aproximação que era feita de forma superficial, na base de algumas etimologias isoladas.⁷³

O modelo mais elaborado da origem e dialetologia do abanheenga era um modelo primeiramente lingüístico. Mas as lições e a importância dele se faziam sentir ainda em outros campos: política indigenista ⁷⁴ e, sobretudo, antropologia. Na realidade, no contexto da época, pode-se afirmar que o trabalho de Batista Caetano é tão etnográfico quanto lingüístico, uma vez que as duas ciências se filiavam, a primeira sendo o objetivo final e a segunda o instrumento e o método para se alcançar este objetivo. Se na época era impossível afirmar que os idiomas americanos descendiam de troncos euro-asiáticos, nada impedia que o futuro reservasse a comprovação de que essa genealogia existisse.

Mas então é porque nesse caso já se pode provar *scientificamente* que houve um único Adam e confirmar a tradição bíblica com os dados fornecidos pela sciencia. Então os dados fornecidos pela comparação das linguas terão chegado á mais alta precisão, dando a synthese da sciencia linguistica. É definitivo que a questão ethnographica póde ser decidida pela sentença final de uma origem unica de todas as linguas. ⁷⁵

A importância do modelo interpretativo sobre a dialetologia abanheenga, com sua divisão em guarani, nheengatú e abanheenga moderno do Amazonas, é o de esmiuçar o desenvolvimento histórico da raça tupi. O princípio antropológico (uma raça nativa brasileira) é testada e matizada – mas comprovada – pela ciência da linguagem. O quadro lingüístico, portanto, tem “magno valor historico e ethnographico”. ⁷⁶

O abanheenga primitivo e seus derivados ajudavam a comprovar a unidade racial indígena. A novidade é que os tupis ganhavam uma evolução histórica como todos os povos. Uma das lições que os lingüistas do século XIX mais insistiam é que não havia língua que não se modificasse ao longo dos séculos, seguindo um modelo de dialetização no qual cada variante local se distanciava até formar uma nova língua. Durante boa parte do XIX, também se achava que esse modelo era válido para a espécie humana e que a cada raça correspondia uma língua. Logo, detectando-se a evolução de um idioma, poderia-se traçar também a de uma raça. Se para as décadas de 40 a 60 os tupis eram encarados como uma entidade estagnada, presa ao passado, para lingüistas como Batista Caetano eles adquiriam movimento. O interesse não residia em um *ethos* romântico. Ele passava a constituir parte orgânica da nação. Na literatura da década de 70 em diante, o selvagem tinha uma história viva, embora subordinada, e ainda em movimento, seja na sua própria língua, como vemos aqui, seja com relação ao português, como veremos no capítulo que segue.

Se Batista Caetano foi o patrono do abanheenga, o general Couto de Magalhães foi o patrocinador do *nheengatú*. Este termo, que viria a ter melhor sorte e maior popularidade, apareceu pela primeira vez na literatura lingüística, ironicamente, no mesmo ano de 1876, em *O selvagem*. Neste livro, o tupi aparece como uma espécie de reencarnação da língua geral, no sentido de ser a língua homogênea conhecida tanto por seus naturais falantes quanto pelos tapuias. A disseminação do tupi e a necessidade de se encontrar um idioma adequado para o serviço de tradutores militares seriam tais, que Couto de Magalhães se deixa levar por arroubos grandiloqüentes e afirma que era a língua a ocupar a maior extensão territorial de todos os tempos – mais do que o latim, mais do que o sânscrito! Seria, portanto, “uma das maiores línguas da terra, se não a maior”. Ele afirmava ainda mais:

Pelo lado da perfeição ella é admiravel; suas fórmãs grammaticaes, embora em mais de um ponto embrionarias, são contudo tão engenhosas que, na opinião de quantos a estudaram, póde ser comparada ás mais celebres.⁷⁷

Magalhães se aproveitava da tradição para reforçar a idéia da unidade racial dos índios que primeiro foram contatados e para induzir o leitor a aceitar seu projeto assimilacionista através de uma língua franca amazônica de origem tupi, o *nheengatú*. Apesar de tupi não ser um termo adequado, pois era a designação para a tribo costeira dos tempos coloniais, é usado para se referir ao *nheengatú* em alguns trechos. De qualquer forma, haveria uma continuidade histórica: O tupi, língua e povo, se dividira em tupi do sul, ou guarani, e em tupi propriamente dito, que foi sistematizado pelos jesuítas, se encontrava no litoral e era a língua original, mãe do guarani. Diferenciavam-se na mesma proporção que o português do castelhano. E enquanto o primeiro sobreviveu no Paraguai e partes do Rio Grande do Sul e norte da Argentina, o segundo já se extinguiu. Mais simples do que a classificação de Batista Caetano, este modelo era coroado ainda com uma explicação etimológica para o nome que ele adotava para as formas vivas do tupi e do guarani, respectivamente *nheengatú* e *abanheenga*. Um viria de *nhehengatú*, ou “língua boa”; o outro de *aua nhehen*, significando “língua de gente”.⁷⁸ Tupi ficava, desta forma, mais a vontade como a tribo antiga desaparecida na sua pureza original. Já o *nheengatú* restringia-se ao domínio lingüístico.

O abanheenga aqui apresentado está diametralmente afastado da localização determinada por Batista Caetano (Amazônia). Portanto, os dois autores usam o mesmo termo para descrever dialetos diferentes. O outro descendente, o nheengatú, não seria exatamente uma língua, mas uma série de dialetos estreitamente relacionados e falados nas aldeias ao norte de Manaus e no Pará. “No estado actual dos nossos conhecimentos, impossível é dizer qual dessas línguas tupis é mais primitiva, e ainda mais difícil é dizer qual a língua de onde ellas vieram”.⁷⁹ Mas esse não era um problema grave. O importante é que a distância entre esses dialetos era mínima, uma vez que o entendimento mútuo era amplo e que a filiação e a gramática eram as mesmas. Sendo o objetivo primordial a definição de uma política indigenista de integração total dos índios, e sabendo-se que havia um efetivo meio de comunicação ao alcance do homem branco para contatar e atrair o selvagem, ficava em segundo plano o estudo minucioso de uma dialetologia amazônica. Até mesmo mestiços e alguns negros a usavam como primeiro idioma. O nheengatú podia ser descrito como língua amazônica, não a única, mas certamente a mais difundida, estando presente como língua franca, conhecida também por tribos de outras famílias. Ao ser tomado num *continuum* com o tupi antigo tinha seu significado etnológico restaurado. Magalhães adotava o ponto de vista comum à lingüística da década anterior (a partir de 1870 essa visão já era muito criticada na Europa) de que língua e raça caminhavam passo a passo. Para

a classificação das raças os vestígios deixados pelas línguas [são] documentos de incontestável valor. [...] Quando a anthropologia estiver mais adiantada, a linguística; sua filha primogenita, ha de fixar regras de uma classificação mais profunda das línguas, e muito provavelmente esta classificação [...] ha de auxiliar a classificação das famílias humanas e vice-versa.⁸⁰

Mais de 10 anos depois do extenso trabalho de Martius um tupi puro no passado ainda chamava a atenção. As outras línguas indígenas continuavam esperando para sair do silêncio.

Outro grande tupinólogo da segunda metade do século XIX foi o botânico João Barbosa Rodrigues. Sua obra é a tentativa de harmonizar seus dois grandes antecessores citados acima, e de condenar a língua geral. O problema é que, em vista de tantas descrições sobre o tupi e tantos termos criados para ele, Barbosa Rodrigues é o autor que deixa mais claro que os diferentes termos podiam causar mais confusão do que

esclarecimento, se não fossem tomados com cuidado e caso não se evitasse o mito da grande língua brasílica indivisível. Há o risco, portanto, de se cair numa armadilha e avaliar o trabalho dele como incongruente, deixando escapar o testemunho que suas idas e vindas fornecem.

A posição de Barbosa Rodrigues incorpora a idéia de um abanheenga original e de uma dialetização que gerou o nheengatú. Todo o problema era que ele não conseguia se desvencilhar da visão jesuítica da língua geral, nem da idéia romântica do tupi. Seu *Poranduba amazonense*⁸¹, de 1890, segue a classificação de Batista Caetano: o abanheenga era a língua original da “grande nação” tupi, dividida em tupi e guarani (nos tempos coloniais) e nheengatú (século XIX), este último presente no norte do país, dividido nas variantes do Pará e do Amazonas, província esta em que ele estaria mais “viciado” pelo português. No entanto, as imprecisões estão presentes em toda a obra. Ora ele se refere ao abanheenga como *língua geral*, ora é o nheengatú que é chamado assim. Mais adiante abanheenga aparece como sinônimo de nheengatú, termos aos quais dá as mesmas etimologias que Batista Caetano e Couto de Magalhães: “*língua do índio*” e “*língua boa*”.⁸² Em outro momento, lê-se que essa língua geral original se dividira artificialmente em quatro ramos: o tupi, o guarani, o tupi austral e o omágua, o primeiro influenciado pelo português, o segundo pelo espanhol, o terceiro pelo português e espanhol e o último pelo francês. Em uma quarta passagem, lê-se que o nheengatú era o tupi modernizado. Havia apenas uma língua, seja no passado, seja no presente, mas “quem conhece o *guarani* não conhece o *tupi* moderno e vice-versa, posto que sejam ambos uma só língua.”⁸³

Em um texto posterior, apresentado como uma continuação do *Poranduba amazonense*, o *Vocabulário indígena comparado*⁸⁴, o esquema é mais coerente e harmônico, filiado a Batista Caetano, quanto ao abanheenga, e a Couto de Magalhães, quanto ao nheengatú. A classificação é tão mais matizada que há mesmo uma ruptura no seio do tupi original. O abanheenga teria se dividido em três: na região norte, ainda que ressentindo certa presença alienígena, na forma do nheengatú, versão mais pura, uma “falla boa primitiva e adulterada por aportuguesamento e cruzamentos; o *tupi-portuguez* ou *do sul*, língua viciada pela pronuncia e pela escripta; *tupi-espanhol* ou *guarany*, língua transformada pela pronuncia e escripta hespanhola”. Esses dois tupis eram “línguas

artificiais”, sendo a espanhola mais preservada que a portuguesa.⁸⁵ O abandono da justaposição descuidada de nomes para o uso preciso deles de acordo com uma teoria histórica pode insinuar que o segundo texto corrige o primeiro, mas essa não seria uma leitura condizente com a estratégia argumentativa de ambos.

Os dois trabalhos são visualizados como um só. A data em que foram entregues à Biblioteca Nacional para publicação em seus *Anais* é a mesma, 1887. Embora o *Poranduba* tenha saído em 1890, pertencia ao volume de 86-87. O *Vocabulário comparado* saía no volume de 87-88, que só foi publicado em 1892. Sendo assim, o que explica as discrepâncias? É difícil imaginar que Barbosa Rodrigues submetesse um texto a uma publicação tão respeitada no período como eram os *Anais* sem proceder a um revisão. Mesmo que se aceite que o excessivo uso de diferentes termos com variados significados tenha justificativa em um certo desprezo inicial pela acurácia na classificação lingüística, é preciso ter em mente que o *Poranduba* é primeiramente uma coleção de lendas amazônicas e que é o *Vocabulário* que cumpre o papel de obra filológica e gramatical. Desta forma, a introdução lingüística do *Poranduba* tem a função apenas de atentar o leitor para a existência de uma língua tupi ainda fortemente presente no norte do país. Isso não explica, entretanto, porque era necessário deixar a evolução do idioma e de todos os seus ramos e o papel dos jesuítas para a segunda parte da obra. Só a brevidade e pressa da introdução não dá conta desse lapso. Este deve ser creditado à saturação do modelo do “abanheenga-língua-original, nheengatú-igual-a-tupi-sobrevivente-na-Amazônia”, que no fundo via tudo como uma entidade só, um modelo que dependia ainda de estudos baseados nas gramáticas das línguas gerais. É provável que Barbosa Rodrigues tenha tentado no primeiro texto dar conta de todos os termos em voga sem perder de vista a unidade lingüística, histórica e geográfica do tupi. O preço que pagou foi esse uso indiscriminado – e muitas vezes confuso – de termos.

Se por um lado Barbosa Rodrigues mostrou essa fragilidade, por outro foi o mais profundo estudioso do nheengatú amazônico. Ao contrário de Couto de Magalhães que se satisfaz em delinear apenas sua diferença com o abanheenga e ressaltar a própria existência viva de um idioma tupi difundido na Amazônia, o autor do *Poranduba* procedeu a uma análise mais minuciosa de sua fonética e de sua morfologia. Seu *Vocabulário comparado* contém não apenas um vocabulário, mas uma introdução que, se

não é uma gramática completa, ao menos é o texto do século XIX mais próximo disso sobre um idioma indígena vivo. Portanto, em um campo em que a imagem de um superidioma de uma grande e homogênea raça era ainda inescapável, Barbosa Rodrigues era o melhor exemplo de que a acurácia empírica tinha alguma margem de manobra dentro do modelo vigente.

O TUPI NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Depois destes autores, que eram contemporâneos ou imediatamente posteriores ao período em que o tupi fazia sucesso na literatura e na mitologia imperial, ainda se verificaram vários testemunhos de que este idioma continuava vivo nas florestas amazônicas. Até o fim da década de 1920, gramáticas e outros trabalhos sobre este tupi-nheengatú, visavam, sobretudo, torná-lo objeto da ciência, retirando-o da esfera romântica. Alguns autores, contudo, o descreviam em vias de desaparecer, como que repetindo o julgamento de Martius – que, é bom lembrar, escreveu seu glossário também para o público especializado europeu. Se somarmos a ele o livro de Varnhagen sobre a origem turaniana dos tupis, escrito em francês e editado em Viena, veremos que já havia desde a década de 1870 a tentativa de apresentar para a comunidade científica internacional a existência de uma terceira grande língua americana antiga e praticamente desaparecida (as outras eram o mexicano e o quéchua). O significativo é que também neste caso se sentisse a ambigüidade de uma língua estudada ainda viva (com exceção de Varnhagen), mas que todos vaticinavam em vias de extinção.

A primeira iniciativa vinda de um autor estrangeiro partiu do professor de geologia da Universidade de Cornell, em Ithaca, nos Estados Unidos, Charles Frederik Hartt, que esteve na região amazônica várias vezes. Em 1865, ele participou da expedição liderada pelo famoso antropólogo Louis Agassiz. A seguir, organizou sua própria excursão pelo rio Tapajós e baixo Amazonas (1869-70). Finalmente, em 1874, recebeu o cargo de chefe da Comissão Geológica do Império. Tudo leva a crer que esta ligação de Hartt com a Amazônia iria se aprofundar. Infelizmente, o jovem viajante morreu em 1878, com apenas 38 anos.

Entre sua segunda e terceira estadias no Brasil, Hartt deixou de lado seus interesses profissionais e escreveu um artigo de pretensões lingüísticas. Em “Notas sobre a língua geral ou tupi moderno do Amazonas”, publicado originalmente em inglês nas *Transactions of the American Philological Association*, em 1872, ele defendia a genealogia de uma grande raça tupi-guarani original do centro da América do Sul que se dividira depois de migrar para o sul e leste em várias tribos, sendo a língua geral apenas o tupi da costa modificado. Já na época do viajante, o tupi moderno se dividia em alguns dialetos, ainda sem uma gramática comparada. Este trabalho deveria começar logo, pois “por todo o rio [Amazonas] e nas cidades o Português o substitue rapidamente, e com o veloz progresso da civilização o Tupí deverá morrer em breve.”⁸⁶

Logo a seguir, na já citada obra de Couto de Magalhães, a via interpretativa de Varnhagen era reforçada. Couto achava que a América do Sul possuía duas grandes famílias lingüísticas, que reproduziam parte da oposição ocorrida no resto do mundo: um grupo de idioma arianos, cujo representante principal era o quéchuá; e um grupo turaniano, representando sobretudo pelo tupi e pelo guarani, mas que englobava ainda todas as línguas brasílicas. E, seguindo o “descobridor” da família turaniana, Max Müller, Couto afirmava que o tupi era um idioma de “aglutinação”⁸⁷ – conceito que explicarei mais adiante.

A seguir, mais um brasileiro tentou conciliar o interesse nacional com a ciência mundial. O conselheiro Amaro Cavalcanti, que tinha feito carreira na instrução pública do Ceará, era professor do Colégio Pedro II, e que, na República, chegaria a ministro do Supremo Tribunal Federal, ministro da Fazenda e da Justiça, além de prefeito da Capital Federal, retomava o aspecto morfológico do problema. Em livro escrito em inglês, com financiamento oficial e dedicado ao imperador, Cavalcanti buscava dar sustentação a um fato notado desde os jesuítas, mas ainda não classificado: a característica aglutinante do tupi-guarani.⁸⁸

Abro aqui um parênteses para explicar este conceito: a filologia comparativa encarava todas as línguas como gramaticalmente ordenadas e fazendo parte de uma mesma árvore genealógica, rompendo a antiga imagem da escada evolutiva entre línguas “bárbaras” e desordenadas e línguas “ricas”, “belas” e superiores. Apesar disto, ela não escapara aos preconceitos eurocentristas em relação aos povos taxados de primitivos. O

filósofo e lingüista Wilhelm von Humboldt propôs uma segunda maneira de se classificar morfologicamente as línguas, não mais diacronicamente, mas em sincronia, dividindo-as em *isolantes*, *aglutinantes* e *flexionais*. As línguas isolantes se caracterizariam por raiz e palavra serem a mesma coisa. Já uma língua aglutinante comporia suas palavras juntando duas ou mais raízes. Apesar de compartilharem com as isolantes a ausência de adendos fonéticos transformadores das raízes, seriam capazes de criar palavras simplesmente colando raízes. Finalmente, os idiomas flexionais teriam a capacidade de adicionar às raízes afixos, sendo que estes afixos, isoladamente, nada significariam, somente adquirindo sentido no processo morfológico. A aglutinação seria um processo falho, uma flexão incompleta. Ele achava que haveria um grau de complexidade crescente, do processo isolante, passando pelo aglutinante, até chegar ao flexional. As línguas não pertenceriam rigidamente a uma ou outra categoria, mas elas deveriam ser classificadas a partir da predominância de um dentre os três processos.⁸⁹ Max Müller, professor de Oxford, propôs uma teoria evolutiva, na qual cada representante infleccional teria sido antes aglutinante, e cada aglutinante teria sido antes monossilábico, até se cristalizarem no último estágio.⁹⁰

Embora a maioria dos lingüistas não advogasse claramente a superioridade do ramo indo-europeu sobre as outras famílias, a idéia de que havia níveis de complexidade na expressão do pensamento insinuava uma hierarquia. Além disto, a constante afirmação de que as línguas isolantes, na base desta escada, não possuíam uma gramática, só fazia reforçar a idéia. No entanto, para complicar mais as coisas, a teoria tinha uma porta aberta para a evolução, pelo que os idiomas poderiam passar de um nível de complexidade para outro. O interessante para entender a tupifilia, é que este aspecto foi deixado de lado. Ora, apresentando o tupi como uma língua aglutinante, mas sem citar a possibilidade de que, passando a flexional ela se inserisse na família ariana, ficava selado o seu destino de grandeza decadente. De certa forma, é como se a interpretação degenerativa de Varnhagen fosse mais forte do que a filantropia de Couto de Magalhães.

A teoria da classificação morfológica foi testada por Amaro Cavalcanti nas "línguas brasileiras", cujos maiores e mais importantes representantes eram o tupi e o guarani. O conceito da aglutinação fazia do tupi-guarani um representante intermediário na escala evolutiva. Somando-se a isso o fato de que o autor frisava que alguns de seus

dialetos coloniais estavam extintos, que sobreviviam representantes apenas na Amazônia, e que a língua portuguesa reinava hegemônica e sem ameaças, vê-se que este trabalho feito para o público estrangeiro tentava conciliar a ciência, que obrigava Cavalcanti a reconhecer a presença do tupi, com os imperativos ideológicos, que imprimiam uma inferioridade a si e um destino de constante desaparecimento.

Na República, como se verá no capítulo que segue, a tupifilia foi incorporada ao interesse pela identidade racial e lingüística do brasileiro. Entretanto, o interesse pelo idioma tupi isolado, ainda não incorporado ao corpo e alma da nacionalidade, se manteve ligado a algumas tentativas tardias de catequese e a uma espécie de descoberta sobre a vitalidade desta linguagem, muito embora sua nação original tivesse desaparecido.

UM MORTO-VIVO: O TUPI-NHEENGATÚ NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Este idioma foi fossilizado definitivamente quando da criação da cátedra de tupi antigo na Universidade de São Paulo em 1934, pelo professor Plínio Ayrosa, o que coroava não só a tupifilia imperial, mas também o interesse pela figura do Bandeirante e pela história de São Paulo, como se verá logo adiante. Como mostramos páginas acima, o fim do império testemunhou um declínio nos estudos lingüísticos e antropológicos sobre o índio como movimento hegemônico e incontestado. Mas se a tupifilia recebera um forte baque, não morrera de todo. Sobrevivia entre as comunidades de homens letrados de alguns estados, que, pela primeira vez, advogavam independência frente ao predomínio do Rio de Janeiro, e em artigos da revista do IHGB dedicados às línguas indígenas.⁹¹ Nas esferas ligadas mais estreitamente ao contato com os índios ainda havia quem acreditasse que o tupi era uma importante ferramenta de trabalho⁹² e que fosse o único remanescente de um antigo e bravo povo, desarticulado para a fundação da nação brasileira. Embora a ideologia imperial não tivesse mais razão de ser, a imagem continuou a circular, com os estudiosos aplicando-a ao teste de realidade. O ressurgimento de que trato aqui ocorreu em um contexto específico que, se não se liga diretamente ao Império, acabou por coroar as idas e vindas sobre o lugar do índio na história nacional – ou seja, como elemento que ora se integrava totalmente, ora desaparecia, deixando sua língua como único vestígio para a ciência.

Com o *boom* da borracha entre 1880 e 1910 na Amazônia, o contato com os índios se intensificou. A região cresceu em importância na economia nacional, tornando-se no imaginário um novo Eldorado. A estrada de ferro Madeira-Mamoré e as expedições do coronel Rondon só fizeram intensificar este processo, o que reavivou a questão da integração do indígena e das formas de contata-lo. Obviamente, o problema lingüístico ganhou relevância, e o *nheengatú* nova importância. Não só empresários, aventureiros e mão-de-obra barata nordestina imigraram para a floresta e para Manaus, mas também alguns viajantes, que contataram homens de letras e cientistas locais.⁹³ Foram estes homens que deixaram registros sobre o *nheengatú*, apesar de expressar a convicção de que ela estava se tornando coisa do passado, sendo abandonado pelos próprios falantes naturais.

De início, quando o ciclo da borracha estava em seu auge, por volta de 1900, ainda era possível estudar aquela língua como uma entidade em pleno uso, como o fez Vicente Chermont de Miranda⁹⁴, político paraense, colega do famoso botânico Emílio Goeldi e organizador de expedições pela bacia amazônica. Sua visão do índio era bastante negativa, e sua oposição ao mito romântico, ainda em voga, segundo ele, evidente.

Está agora na moda, com um sentimentalismo piegas peculiar à nossa raça, elevar às nuvens a língua tupi; todos os tupinistas, tanto antigos como modernos, extasiavam-se ante a "língua suave, elegante, copiosa", ante a sua "delicadeza, facilidade, suavidade, cópia e elegância", chegando a aberração ao ponto de compararem-na na perfeição à grega, quando na verdade é ela de uma pobreza desoladora logo que se trata de exprimir qualquer conceito moral, qualquer predicado de alma.

O índio, ou tapuio, ainda não estava desaparecido e era um problema bastante palpável. O estudo do *nheengatú*, que se distinguiu do antigo tupi (embora na crítica fossem identificadas como um só), mostrava que era uma língua aglutinativa, por isso pobre, e, apesar de seu primitivismo, importante por que meio espécie de língua franca da Amazônia. Mas Miranda parecia mesmo era desejar sua pronta substituição pela língua do "conquistador", língua "já herdada dos cultos romanos, com a sua invejável riqueza e aptidão para exprimir os sentimentos os mais elevados, cogitações as mais filosóficas que à humanidade é dado conhecer".⁹⁵

Nas décadas que se seguiram, o nheengatú foi descrito, com a exceção de autores que parecem só ter entrado em contato com ele pelos livros, como corrompido. Acuado pelo avanço do homem branco e pela perda da cultura indígena pelos próprios índios ou caboclos – assim ele foi descrito por Ermano di Stradelli, viajante italiano que viveu na região e fez amizade com Barbosa Rodrigues, na época diretor do Museu Botânico de Manaus. Stradelli lembrava ainda que, por ser esta linguagem uma mistura, não poderia ser tomada como um idioma original de alguma tribo. Portanto, bom destino não poderia ter.⁹⁶

Já em São Paulo, a história foi diferente. Segundo Antônio Celso Ferreira e Tânia de Luca⁹⁷, o rápido desenvolvimento econômico e o crescimento populacional de São Paulo a partir de 1870, resultou no surgimento de uma classe de literatos e cientistas fortemente vinculados à oligarquia estadual que logo começaram a se articular em instituições, movimentos literários, grupos de pesquisa e publicações, com o objetivo de estudar, entender e promover o papel de São Paulo na formação nacional. Fenômeno sobretudo da República Velha, e desenvolvendo-se mais acentuadamente entre 1910 e 1932, havia, entre tantos fatores, um denominador comum aos vários autores e tendências nas quais se expressou este regionalismo: o foco no problema étnico.

Paulatinamente, desde 1870, os intelectuais da província buscaram valorizar a sua história, criando, com isso, o sentimento de uma identidade calcada nas glórias do passado, que se refletiam no progresso do presente. Nesta valorização da história, ressalta um imbricamento com a etnografia, marcando um gênero de estudos: os costumes, etnônimos, e a língua dos índios da antiga Piratininga. E ocorre com os paulistas das duas décadas finais da monarquia o mesmo que ocorria no nível nacional: a escolha e valorização do tupi como modelo de bravura e coragem, que prefigurariam o papel dos paulistas nas bandeiras que conquistaram grande parte do território do Brasil. Esboçaria-se neste momento, segundo Antônio Celso Ferreira, a mitologização da figura do bandeirante e da São Paulo dos séculos XVI e XVII, epicentro da vida nacional e modelo da grandeza do país. A partir do final dos anos 90, sem deixar de lado formas e modelos ligados à tupifilia imperial e à valorização romântica do passado, surgiram grupos que acrescentaram uma perspectiva científica, o que se expressou sobretudo na fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Museu Paulista.⁹⁸

Uma das vias pelas quais esse movimento tomou corpo foram os estudos sobre a língua tupi, iniciados em 1895, por estímulo do IHGSP. Em 1897, um evento sintomático mostrava esta apropriação especial da tradição imperial: Couto de Magalhães foi convidado a conferenciar no IHGSP no tricentenário da morte de José de Anchieta. Por motivo de doença (viria a morrer no ano seguinte), Couto não proferiu o discurso, que foi, contudo, impresso.⁹⁹ O opúsculo é um testemunho rico da dificuldade de sepultar-se a tupifilia, que parecia metamorfosear-se constantemente nas respostas aos desafios impostos pelas vogas científicas e novos contextos sociais e políticos. Tal como em passagens de *O selvagem* que examinarei no próximo capítulo, era dito claramente que os tupis eram os “americanos” por excelência, mas que estavam praticamente extintos, sendo o estudo de sua língua uma obra de ciência, sobre o passado do país e as raças aborígenes. Em alguns momentos, Couto expressava como a antiga tupifilia não era exatamente igual aos propósitos ideológicos da intelectualidade paulista: ele reclamava que havia ainda muitos índios no estado, ocupando grandes áreas, e o governo não investia em uma política de aproximação pacífica. Ele inseria ainda uma acusação, que para os leitores paulistas tinha um sentido bem preciso: as violências dos índios eram apenas respostas legítimas de um povo acuado e maltratado pelos portugueses, bandeirantes e brasileiros.¹⁰⁰

No legado tupi de São Paulo, a língua foi o elemento mais destacado.¹⁰¹ Ela era vista tal como a tupifilia imperial a vira: uma língua morta, testemunho do passado colonial do desaparecimento paulatino do índio em prol do bandeirante, que a herdou e cujo resultado final foram os achados “arqueológicos” atuais. Além disso, ela não era documento apenas do indígena, mas também do mameluco e do homem branco. Neste aspecto, é interessante fazer um contraste com o interesse pelo nheengatú que se desenvolvia nos estados do norte do país. Enquanto nestes o tupi era apresentado como tendo se modificado e como instrumento ainda valioso de incorporação do índio, em São Paulo o tupi era usado como barreira para a admissão dos problemas ainda latentes trazidos pelo contato nas fronteiras agrícolas com várias etnias, como os caingangues, tratados como bárbaros empecilhos à civilização, que deveriam ser suplantados, pura e simplesmente – pela força, se preciso fosse.¹⁰² A conferência de Couto de Magalhães ilustra bem a tensão entre a imagem do índio como problema efetivo, parte da

experiência de antigos políticos do Império, e o desejo de novas elites, como a paulista, de que ele fosse dado como desaparecido, de forma a reconfortá-las e permitir a elas fazer uso de sua imagem a seu bel-prazer. O mapa que acompanha a edição do discurso, feito a quatro mãos junto com o geólogo e lingüista Teodoro Sampaio, baiano de nascimento, mas paulista por opção, ilustra esta segunda opção. Como se vê no *Caderno de ilustrações* (figura 11), ao final da tese, ele ilustra talvez até mais intensamente do que todos os livros e artigos que vimos ao longo deste capítulo, a imagem de super-raça indígena que o tupi adquiriu. Com exceção dos gucks no extremo norte amazônico, dos parecis do oeste do Mato Grosso e dos jês do Planalto Central, todo o resto do Brasil é recoberto seja por denominações claramente filiadas àquele grupo (“tupis do norte”, “tupis centraes”, “tupis occidentaes”, “tupis do sul”), seja por antigas tribos dos tempos coloniais (guaianás, carijós, tamoios, tupinambás, potiguaras etc.). Além disso, outros dois recursos pictóricos realçam essa quase onipresença. De um lado, a adoção de “Pindorama” para nomear o Brasil pré-cabralino, como se os tupis assim tivessem chamado sua terra, uma nação independente moderna. De outro, a indicação do movimento de conquista desta terra, feita de três núcleos originais: duas frentes saindo dos Andes bolivianos, uma dirigida para o alto Amazonas e outra que se alojou entre os rios Paraná e Paraguai, para, a seguir, conquistar os pampas gaúchos, o litoral de São Paulo e Rio e, daí, o resto do litoral brasileiro até a ilha de Marajó; uma frente saindo do sul da Amazônia para se juntar aos tupis vindo dos Andes; e uma última frente vinda da foz do Tocantins, que atravessou o território Jê para também se juntar ao ramo andino.

Teodoro Sampaio foi figura destacada desta intelectualidade paulista e sua presença como co-autor do mapa não foi fortuita. Embora numa famosa polêmica para determinar se os guaianás de São Paulo contatados pelos jesuítas eram tupis ou tapuias ele tenha sido defensor de que eram tapuias¹⁰³, o que fragilizava a idéia de que os antigos paulistas só tinham se misturado a tupis, ele acabou por se filiar ao indianismo de seus colegas. Além de autor de vários estudos sobre os primórdios da colonização e das tribos de São Paulo, coroou sua carreira de homem de letras com *O tupi na geografia nacional*.¹⁰⁴ Nesta obra, Sampaio identificava o tupi como uma língua perdida em sua pureza original. O que se podia acessar era a língua geral, falada por jesuítas, brasileiros brancos e mamelucos a partir do século XVI, responsável por polir o tupi de sua rudeza natural

(tanto que seu auge fora no século XVIII, quando se tornara eufônica). Mais: tinham sido os catequizadores e os bandeirantes que unificaram os vários dialetos e expandiram a língua por todo o Brasil. Desta forma, é quase como se o tupi fosse obra dos lusopaulistas. Por fim, o próprio objeto do livro – e seu sucesso ¹⁰⁵ – revela o significado daquele idioma, fosse qual fosse seu caráter indígena: o de um esplendor findo e em ruínas, só podendo ser reconstruído pela história e pela lingüística e cujos resquícios não passavam de um amplo vocabulário, porém limitado aos nomes de localidades e acidentes geográficos, sobretudo do interior do país.

Esta abordagem pode ser vista em outros estudos que se popularizaram a nas três primeiras décadas do século XX em São Paulo, como no *Dicionário geográfico da província de São Paulo*, de João Mendes de Almeida, em alguns artigos de Plínio Salgado, e no *Vocabulário nheengatú*, de Afonso de Freitas. ¹⁰⁶ O mesmo Freitas tinha sido professor de tupi em aulas livres no IHGSP em 1925. Antes disso, uma efêmera Sociedade de Etnografia e Civilização dos Índios (1901) lançou uma proposta indigenista baseada na valorização da língua tupi, no uso de religiosos e na transformação dos índios em mão-de-obra efetiva. Em vista de tudo isso, não estranha, portanto, que décadas após a tupifilia imperial, a USP criasse sua cátedra de tupi antigo, a cargo de Ayrosa, estudioso que já publicara sobre aquela língua e sobre a etnologia de São Paulo desde o início do século.

O interesse pelo tupi-nheengatú na República Velha representou o reforço da idéia imperial de que havia apenas uma representante digna de estudo e de que ela, apesar de suas variações dialetais no tempo e espaço, possuía a mesma essência histórica, sendo, neste sentido, também um releitura que a aproximava da antiga língua geral ou do tupi colonial (é preciso lembrar sempre que todos os autores comparavam seus dados com os coletados anteriormente). O que faltou a estes estudiosos, naturalmente, foi a mentalidade integracionista e romântica. No entanto, partilharam com seus antecessores o alívio de que o indígena, de cultura inferior à luso-brasileira, estava desaparecendo, e de que sua língua era coisa mais do passado do que do presente. Neste sentido, a Amazônia foi apresentada como campo que reproduzia as condições étnicas e lingüísticas do litoral nos séculos anteriores, e São Paulo o local em que só havia índios bárbaros, sem relação com

os antigos guaianás de Piratininga. O problema indigenista se apresentava quase igual. Mas, na Amazônia – ao menos no discurso – falava-se em um tom que repetia os pontos principais da política assimilacionista do Império. Podia-se propor a reutilização da estratégia do contato através da língua “mais falada”, mesmo que esta fosse inferior ao português ou em vias de extinção. Já em São Paulo, nada restava etnica-lingüísticamente, do tupi. Portanto, podia-se estudá-lo como relíquia que testemunhava com orgulho o papel de São Paulo na formação do Brasil.

Extinção ou integração? Apresentados às vezes como termos complementares pela tupifilia, eles remetem a uma outra preocupação, que caminhou lado a lado com o interesse pelas raças e línguas indígenas – em que medida o tupi influenciou a língua falada pelos brasileiros? É o que veremos.

NOTAS

¹ Alfredo do Valle Cabral, *Bibliographia da lingua tupi ou guarani, também chamada lingua geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

² O monarca é o autor do verbete sobre o tupi de *La Grande Encyclopédie*, que foi posteriormente incluído por E. Levasseur em uma separata intitulada *Le Brésil*, publicada pelo Sindicato Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris em 1889: “Algumas notas sobre a língua tupi”, in E. Levasseur, *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2000, p.p. 172-175.

³ Don Lorenzo Hervás, *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas*. Madri: Administracion del Real Arbitrio de Beneficiencia, 1800-05; Johann Christoph Adelung, *Mithridates oder allgemeine sprachenkunde*. Berlim, 1812-16; “A grammar and vocabulary of the tupi language partly collected and partly translated from the works of Anchieta and Figueira noted Brazilian missionaris [sic] by John Luccock – Rio de Janeiro – 1818”, manuscrito publicado na *RIHGB*, 43, 1880: 263-344 e 44, 1881: 1-130; Adrien [Adriano] Balbi, *Atlas ethnographique du globe*. Paris: Rey et Gravier, 1826; “Noticia sobre os botocudos acompanhada de um vocabulário de seu idioma e de algumas observações: por M. Jomard, membro honorario do Instituto”, *RIHGB*, 9, 1847: 107-13 (tradução de artigo do *Bulletin de la Société de Géographie de Paris*, 6, 1846); L. F. Jéhan, *Dictionnaire de linguistique et de philologie comparée*. Paris: J.-P. Migne, 1858; Alfred Demersay, “Recherches philologiques sur la langue guaranie”, *Bulletin de la Société Géographique de Paris*, 18, 1859; Robert Latham, *Elements of Comparative Philology*. Londres: Walton and Maberly, 1862; Karl Friedrich Philip von Martius, *Glossarios de diversas lingoas e dialectos que fallao os indios no Imperio do Brazil*. Erlangen: Druck von Junge & Sohn, 1863; Charles F. Hartt, “Notes on the lingoa geral, or modern tupi of the Amazonas”, *Transactions of the American Philological Association*, Nova Iorque, 1872, reeditado como “Notas sobre a lingua geral ou tupi moderno do Amazonas”, *ABN*, 51, 1929: 303-90; Ferdinand Denis, *Rapport sur quelques ouvrages de linguistique brésilienne publiés en ce derniers temps*. Paris: Bouchard-Houzard & Jules Tremblay, 1877; François Lucien Adam, *Matériaux pour servir à l'établissement d'une grammaire comparée des dialectes de la famille tupi*. Paris: J. Maisonneuve, 1896; F. L. Adam, *Matériaux pour servir à l'établissement d'une grammaire comparée des dialectes de la famille kariri*. Paris: J. Maisonneuve, 1897.

⁴ As classificações mais respeitadas dos últimos 40 anos variam entre algumas dezenas e 117 “grupos”. Mary Key, “A résumé of comparative studies in South American Indian languages”, in Mary Key (org.), *Language change in South American Indian languages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991, p.p. 8-9; Jociney dos Santos, “A atual situação do campo de línguas indígenas brasileiras”, *Philologus*, 17, 2001: 13-17. O número de línguas indígenas em 1500 está em Aryon Dall’Igna Rodrigues,

“Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas”, *D.E.L.T.A.*, (9) 1: 83-103. Para classificações recentes, consultar: Ruth Montserrat, “Línguas indígenas no Brasil contemporâneo”, in Luís Grupioni (org.), *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p.p. 93-104; Greg Urban, “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas”, in Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p.p. 87-102.

⁵ John Monteiro, *Negros da terra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

⁶ Luciana Picchio, “Cannibals of Brazil: the problem of the ‘other’”, *Portuguese Studies*, 6, 1990: 71-84; Ronald Raminelli, *Imagens da colonização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. São Paulo: Edusp; FAPESP, 1996; Maria Regina C. de Almeida, *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2000. A discussão mais ampla do processo de homogeneização étnica ocorrida na América portuguesa, fruto das estratégias políticas de portugueses e índios, está em J. Monteiro, *Tupis, tapuias e historiadores*. Tese de livre docência em etnologia, Universidade Estadual de Campinas, 2001, especialmente p.p. 57-69.

⁷ Em 1934 se criou na USP a cátedra de Tupi Antigo, a cargo de Plínio Ayrosa, que reeditou várias obras dos jesuítas, determinou autorias, e tentou dirimir as divergências de vocabulário e gramática entre estes autores. Entre os historiadores que fizeram a mesma identificação, estão Sérgio Buarque de Hollanda, “A língua-geral em São Paulo”, *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984, p.p. 88-96, Pedro Puntoni, *A guerra dos bárbaros*. São Paulo: EdUSP; Hucitec, 2002, p.p. 61-71 e M. R. C. Almeida, *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial*, p. 132.

⁸ José Horta Nunes, *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil*. Tese de doutorado em Lingüística, Universidade Estadual de Campinas, 1996; Eni Orlandi, *Terra à vista!* Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Cortez, 1990, p.p. 73-100. J. H. Nunes, conquanto siga neste ponto Orlandi, se remete por vezes à existência de várias línguas gerais.

⁹ Luís Villalta, “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”, in Laura de Mello e Souza (org.), *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, pp. 331-386 e J. Monteiro, *Tupis, tapuias e historiadores*, p.p. 37-46. Como que a resumir as possibilidades listadas acima, Nataniel Gomes se mostra indefinido quanto a haver uma única língua do grupo tupi-guarani na costa, o tupinambá, ou uma maior variedade, e ainda quanto ao papel jesuíta: “A língua tupinambá”, *Philologus*, 14, 2000: 7-8 e “Breve histórico dos estudos das línguas indígenas brasileiras”, *Philologus*, 12, 1999: 48-53.

¹⁰ Antonio Ruiz de Montoya, *Arte y vocabulario de la lengua guarani*. Madri: Juan Sanchez, 1639; José de Anchieta, *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, Coimbra, Antonio Mariz, 1595; Luís Figueira, *Arte da lingua brasileira*. Lisboa: Manual da Silva, 1621, e *Compendio da doutrina christã*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1678; Frei Veloso, *Diccionario portuguez, e brasileiro*. Lisboa: Officina Patriarcal, 1795. Já Anchieta notara diferenças lingüísticas ao longo da costa (p.p. 1-12, 48 e 53). Também Figueira e Bettendorf apontaram diferenças entre a língua geral que usavam e a exposta na gramática de Anchieta.

¹¹ Beatriz Dantas, José A. Sampaio e Maria R. de Carvalho, “Os povos indígenas no nordeste brasileiro. Um esboço histórico”, in M. C. Cunha, *História dos índios do Brasil*, p.p. 431-56; J. Monteiro, *Negros da terra*; Luís Grupioni, *Índios no Brasil*.

¹² J. H. Nunes, *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil*, p.p. 87 e 130-133. J. Monteiro (*Tupis, tapuias e historiadores*, p. 37) se refere apenas à atitude jesuítica, não tratando do Estado português. A apresentação que se segue sobre o contexto do contato entre brancos e índios no interior norte e central do Brasil, bem como da política indigenista tem como base a série de capítulos da *História dos índios do Brasil*, organizada por M. C. Cunha.

¹³ David Treece, “Introdução crítica à *Muhraida*”, *ABN*, 109, 1989: 205-225.

¹⁴ J. H. Nunes, *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil*, p.p. 91-92 e 134.

¹⁵ “Por prologo se offerece o seguinte”, in Frei Veloso, *Diccionario portuguez, e brasileiro*.

¹⁶ Gabriel Soares de Souza, *Noticias do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989, cap. CL, p. 218. O mesmo fato está registrado em Pero Magalhães de Gândavo, *História da provincia de Santa Cruz*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984, cap. 10. O tratado de Soares de Souza é de 1587. A obra de Gândavo é de 1576. Também Anchieta indicou a ausência destas e de outras letras na língua geral.

¹⁷ Michel de Montaigne, “Des cannibales”, in *Essais*. Paris: Flammarion, 1969, p. 262.

¹⁸ Sobre esta questão etimológica em Montaigne, ver Luciana Picchio, “Cannibals of Brazil...”, p. 81.

- ¹⁹ J. H. Nunes, *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil*, p.p. 134-137. O termo língua geral aparece no "Diccionario portuguez, e brasiliano, ou da lingua geral do Brasil", Frei Veloso, *Diccionario portuguez, e brasiliano*, p.p. 1-79.
- ²⁰ D. Treece, *Exiles, allies, rebels*. Londres e Westport: Greenwood Press, 2000, p. p. 42-65.
- ²¹ José Bonifácio de Andrade e Silva, *Apontamentos para a civilização dos indios bravos do Império do Brasil*. Santos: Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Santos; Instituto de Estudos Políticos, 1965.
- ²² Manoel L. S. Guimarães, "Nação e civilização nos trópicos", *Estudos Históricos*, I (1), 1988: 5-27; Lilia M. Schwarcz, *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p.p. 99-117.
- ²³ Januário da Cunha Barbosa, "Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embarça a civilização dos nossos indígenas", *RIHGB*, 1, 1839: 145-152; Francisco Adolfo de Varnhagen, "Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das linguas indigenas do Brasil", *RIHGB*, 3, 1841: 53-63; Antônio Gonçalves Dias, "Vocabulario da lingua geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas", *RIHGB*, 16, 1854: 553-576.
- ²⁴ "Collecção de etymologias brazilicas, por Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão, membro correspondente do Instituto", *RIHGB*, 8, 1846: 69-81.
- ²⁵ Francisco de N. Sra. dos Prazeres, "Poranduba maranhense ou relação historica da Provincia do Maranhão", *RIHGB*, 54, 1891: 5-281.
- ²⁶ J. H. Nunes, *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil*.
- ²⁷ Manoel Justiniano de Seixas, *Vocabulario da lingua indigena geral para o uso do seminario Episcopal do Pará*. Belém: Mattos, 1853.
- ²⁸ Francisco Raimundo Correia de Faria, *Compendio da lingua brazilica*. Belém: Santos & Filhos, 1858.
- ²⁹ João Joaquim da Silva Guimarães, *Diccionario da lingua geral dos indios do Brasil*. Salvador: Camillo Lellis Masson, 1854.
- ³⁰ Os vocabulários de várias tribos são listados depois do "Adendo", com nova paginação, num total de 33 páginas. As etnias citadas são (na ortografia do autor): tribos várias do Pará; botocudo; camacam "civilizada"; camacam mongoyos; maconi; mamali; patachó; tupinambá; tamoyo; tupiniquim; jupuróca; quató; machakali; mandacarú; mucury; itapucurú; macamecron; molopaque; nheengaibas; purí; tabajara; timbira; xumana.
- ³¹ M. C. Cunha, "Política indigenista no século XIX", in *História dos indios do Brasil*, p.p. 138-140.
- ³² F. R. C. Faria, *Compendio da lingua brazilica*, p. I.
- ³³ M. C. Cunha, "Política indigenista no século XIX", p.p. 139-144.
- ³⁴ K. F. von Martius, "Como se deve escrever a história do Brasil", 7, 1844: 381-403.
- ³⁵ K. F. von Martius, *Glossarios de diversas lingoas*.
- ³⁶ K. F. von Martius, *Glossarios de diversas lingoas*, p.p. IX-X.
- ³⁷ Idem, *ibidem*, p. XVIII. Sua adesão era tão convicta que um pouco antes da edição do livro ele enviou uma carta ao IHGB resumindo suas idéias, chegando a defender a substituição da mão-de-obra escrava pelos: "Carta do Dr. Carlos F. de Martius contendo observações sobre botanica, vocabulos tupis e origem das tribus americanas", *RIHGB*, 58, 1895: 59-68.
- ³⁸ Couto de Magalhães, *O selvagem*. Rio de Janeiro: Reforma, 1876. O livro reúne uma série de textos escritos em diferentes momentos. O aspecto é mais de uma coleção, tanto que a paginação é irregular, assim como os títulos das partes do livro. Na folha de rosto, após o título, segue: "Trabalho preparatorio para aproveitamento do selvagem e do solo por elle occupado no Brazil; I – Curso da lingua geral segundo Ollendorf comprehendendo o texto original de lendas tupis; II – Origens, costumes, região selvagem, methodo a empregar para amansal-o por intermedio das colonias militares e do interprete militar". No livro em si, há um "Curso de lingua tupí viva ou nheengatu" (que inclui capítulos de gramática e coleção de lendas amazônicas; p.p. 1 a 281); as "Origens, costumes e região selvagem" (texto corrigido e aumentado de opúsculo lido no IHGB e editado em 1874 sob o título "Região e raças selvagens"; p.p. 1 a 186); e um "Appendice – mostrando qual é a posição do indio em presença da raça conquistadora (carta a Joaquim Serra)" (p.p. 187 a 194).
- ³⁹ Idem, *ibidem*, p. VIII.
- ⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. XIII.
- ⁴¹ Idem, *ibidem*, p. XXXII.
- ⁴² L. Hervás, *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas*; A. Balbi, *Atlas ethnographique du Globe*.
- ⁴³ "Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava. Escripta pelo Padre Francisco de Chagas Lima, 1º Capellão da Expedição em 1809, e Vigario collado da Freguezia de N. S. do Belém", *RIHGB*, 4,

1842: 43-64 e 5, 1843: 69-72; “Memoria sobre os usos, costumes e linguagem dos Appiacás, e descobrimento de novas minas na Provincia de Mato Grosso”, *RIHGB*, 6, 1844: 297-317; “Viagem ás villas de Caravellas, Viçosa, Porto Alegre, e aos rios Mucury, e Peruhipe”, *RIHGB*, 8, 1846: 425-452; “Noticia sobre os botocudos acompanhada de um vocabulario de seu idioma e de algumas observações...”; “Vocabulario da lingua bugre”, *RIHGB*, 15, 1852: 60-75.

⁴⁴ F. A. Varnhagen, “Ethnographia indigena, linguas, emigrações, e archeologia. Padrões de marmore dos primeiros descobridores”, *RIHGB*, 12, 1849: 368.

⁴⁵ Alfredo d’E. Taunay, “Vocabulário da lingua guaná ou chané (provincia do Matto Grosso)”, 38, 1875: 143-162; Antônio M. G. Tocantins, “Estudos sobre a tribu Munducurú”, 40, 1877: 73-161; J. Luccock, “A grammar and vocabulary of the tupi”; Francisco F. Alemão, “Questões propostas sobre alguns vocabulos da lingua geral brasileira”, 45, 1882: 351-361; Braz da Costa Rubim, “Vocabulos indigenas e outros introduzidos no uzo vulgar”, 45, 1882: 363-390; A. Taunay, “Vocabulário do dialecto caingang (coroados de Guarapuava) Provincia do Paraná”, suplemento 51, 1888: 285-310; “Vocabulário puri – Palavras colhidas pelo engenheiro Alberto Noronha Torrezão”, 52, 1889: 511-514.

⁴⁶ D. Treece, *Exiles, allies, rebels*, p. 11 (tradução minha).

⁴⁷ Gonçalves Dias, *Diccionario da lingua tupy chamada lingua geral dos indigenas do Brazil*. Leipzig: F. A. Bockhaus, 1858. É bom recordar que alguns anos antes o poeta ainda preferia “língua geral”: “Vocabulario da lingua geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas”, *RIHGB*, 17, 1854: 553-576.

⁴⁸ D. Treece, *Exiles, allies, rebels*, p.p. 107-141.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 132.

⁵⁰ Dias, *Diccionario da lingua tupy*, p.p. V-VI.

⁵¹ J. H. Nunes, *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil*, p. 149.

⁵² D. Treece, *Exiles, allies, rebels*, p.p. 117-118 e 136.

⁵³ F. A. Varnhagen, “Ethnographia indigena”, p. 373. A necessidade de se resolver as contradições e lacunas das contribuições sobre o tupi ainda continuou sendo sentida durante muito tempo, como atesta B. C. Rubim, “Parecer sobre o dictionario tupico-portuguez e portuguez-tupico”, *RIHGB*, 29, 1866: 397-399.

⁵⁴ Francisco Pereira Dutra, “Investigação sobre a origem da raça tupi, sua linguagem, tradições, mythos e costumes”, *Jornal do Commercio*, 05/12/1854.

⁵⁵ Max Müller apresentou a teoria em uma obra para explicar o panorama lingüístico da Guerra da Criméia, *The languages of the seat of war in the East*. Londres: Williams and Norgate, 1855 (2ª edição), mas só se popularizou após suas famosas palestras proferidas em 1861 em Londres (*Lectures on the science of language*. Londres: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1861).

⁵⁶ “Carta do Dr. Carlos F. de Martius contendo observações sobre botânica, vocabulos tupis e origem das tribus americanas”; Visconde do Porto Seguro (Varnhagen), *L’origine touranienne des américains tupi-caribes et des anciens égyptiens indiquée principalement par la philologie comparée*. Viena: Faesy & Frick, 1876. A procura por vestígios que filiassem os tupis a uma grande antiga civilização foi lembrada pelo parecer da comissão que premiou Martius. (*RIHGB*, 9, 1847: 281-82). Tentativa similar de filiar os Incas aos povos arianos foi uma voga da época e pode ter influenciado Varnhagen: Brasseur de Boubourg, *Grammaire de la langue quichè mise en paralelle avec ces deux dialectes chaque-chiquel et zutuul, comprenant les sources principales du quichè comparées aux langues germaniques*. Paris, 1862; Fidel Lopes, *Les races aryennes du Pérou*. Buenos Aires, 1871; José Fernandes Nodal, *Elementos de grammatica quichua, ó idioma de los yncas*. Cuzco, 1872; Victor Henry, *Le Quichua, est-il une langue aryenne?* Nancy, 1878.

⁵⁷ Consultar: Johnni Langer, “A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império”, *Revista Brasileira de História*, 43, 2002: 127-52. O caso da cidade baiana, mesmo impopular no Brasil após 1850, continuou a granjear curiosos, como se vê em Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, “Parecer sobre a memoria do Sr. Conde de la Hure, relativa ás inscrições achadas nas ruinas d’uma cidade incognita, que se diz existente nos sertões da Bahia”, *RIHGB*, 29, 1866: 373-390.

⁵⁸ J. C. F. Pinheiro, “Estudos ethnographicos – os tups”, *Revista Popular*, março de 1862, p.p. 286-9.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 287 (grifos no original).

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 288.

⁶¹ Stephen Alter, *Darwinism and the linguistic image*. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1999; Thomas Trautmann, *Aryans and British India*. Berkeley, Londres e Los Angeles: University of California Press, 1997.

⁶² S. Alter, *Darwinism and the linguistic image*.

- ⁶³ T. Trautmann, *Aryans and British India*. Sobre o darwinismo social e classificações etnológicas, consultar Thomas Skidmore, *Black into white*. Londres e Durham: Duke University Press, 1993, p.p. 48-53
- ⁶⁴ Martius é criticado por praticamente todos os autores posteriores citados ao longo do presente capítulo. O visconde de Beaurepaire-Rohan, por exemplo, afirmou que “como etymologista (Martius) claudicou de um modo lamentável”, prestando “verdadeiro desserviço à linguística”; in *Diccionario de vocabulos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. IX. Vicente Chermont de Miranda criticou seu vocabulário por ser uma mistura de nheêngatú, abanheênga, tupi vivo e tupi antigo, além de conter muitas palavras sem valor – o que significava dizer mal transcritas, de forma que não se conseguia identificá-las e catalogá-las corretamente. Ver a coletânea póstuma: *Estudos sobre o nheêngatú*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p.p. 32 e 33.
- ⁶⁵ Martius, *Glossarios de diversas lingoas*, p. XI.
- ⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. XVII.
- ⁶⁷ Alguns poucos tomaram a língua geral como sinônimo de tupi nessa fase pós-1870, como F. Denis, *Rapport sur quelques ouvrages*; Valle Cabral, *Bibliographia da lingua tupi*; e Teodoro Sampaio, *O tupi na geographia nacional* (2ª edição). São Paulo: O Pensamento, 1914.
- ⁶⁸ L. Hervás, *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas*.
- ⁶⁹ Batista Caetano de Almeida Nogueira, “Apontamentos sobre o Abaíeenga também chamado Guarani ou Tupi ou Lingua Geral dos Brasis”, *Ensaio de Sciencia por Diversos Amadores*, I, março de 1876, p.p. 9 e 19.
- ⁷⁰ B. Caetano, “Apontamentos”, *Ensaio de Sciencia por Diversos Amadores*, II, julho de 1876, p. 7.
- ⁷¹ Idem, *ibidem*, p.p. 7 e 8.
- ⁷² “Manuscripto guarani da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sôbre a primitiva catechese dos indios das Missões composto em castelhano pelo P. Antonio Ruiz Montoya, vertido para guarani por outro padre jesuita, e agora publicado com a tradução portugueza, notas e um esboço grammatical do abaíeê pelo Dr. Baptista Caetano de Almeida Nogueira”, *ABN*, 6, 1878-79: XIV.
- ⁷³ B. Caetano, “Apontamentos”, *Ensaio de Sciencia por Diversos Amadores*, março de 1876, p.p. 15-16 e 36; e “A etymologia da palavra emboaba”, *Revista Brasileira*, 15/11/1879: 361-363, e 01/01/1880: 24-27. Sobre a filiação do quéchua, ver nota 56.
- ⁷⁴ Batista Caetano defendia a civilização do índio, pois embora selvagem, não era bárbaro e se mostrava menos degradado do que boa parte da população brasileira: “Apontamentos”, *Ensaio de Sciencia por Diversos Amadores*, julho de 1876, p. 9.
- ⁷⁵ B. Caetano, “Apontamentos”, *Ensaio de Sciencia por Diversos Amadores*, março de 1876, p. 36.
- ⁷⁶ Idem, “Manuscripto guarani da Biblioteca Nacional”: VII.
- ⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. XXXVI.
- ⁷⁸ Couto de Magalhães, *O selvagem*, p. XXXIX.
- ⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. XXXIX.
- ⁸⁰ Idem, “Origens, costumes e região selvagem”, *O selvagem*, p.p. 41 e 43.
- ⁸¹ Barbosa Rodrigues, “Poranduba amazonense ou Kochiyima-uara porandub”, *ABN*, 14, 1886-87. Poranduba é o aportuguesamento de *porandub*, contração das palavras *poro* (indicativo de superlativo) + *andu* (notícias) + *aub* (fantástico), que traduzido seria “histórias fantásticas”, “lendas”, “fábulas” (p. II). A monografia, acompanhada de uma análise lingüística, era a reunião de 16 lendas indígenas, junto com a tradução portuguesa, além de duas dezenas de canções.
- ⁸² Em oposição à língua do homem branco, o *nheengaib*, ou “fala má”: idem, *ibidem*, p. VI.
- ⁸³ Idem, *ibidem*, p. II. Em um outro opúsculo, toma-se tupi por sinônimo de língua geral e abanheenga: Barbosa Rodrigues, *Vocabulario indigena com a orthographia correcta (complemento da Poranduba Amazonense)*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1894.
- ⁸⁴ “Vocabulario indigena comparado para mostrar a adulteração da lingua (complemento ao Poranduba Amazonense)”, *ABN*, 15, 1887-88: 1-83.
- ⁸⁵ “Vocabulario indigena comparado”: 31-34. Pode-se encontrar a mesma classificação em outro artigo seu: “A lingua geral do Amazonas e o guarany. Observações sobre o alphabeto indigena”, *RIHGB*, 51, suplemento, 1888: 73-110.
- ⁸⁶ C. F. Hartt, “Notes on the lingoa geral”, p. 308.
- ⁸⁷ C. de Magalhães, *O selvagem*, p.p. 41-47 (do item II, “Origens, costumes e região selvagem”).
- ⁸⁸ Amaro Cavalcanti, *The Brazilian language and its agglutination*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

⁸⁹ Wilhelm von Humboldt, *The Diversity of Human Language-Structure and its Influence on the Mental Development of Mankind* (trad. de *Über die Verschiedenheit des Menschlichen Sprachbaues und Ihren Einfluss auf die Geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*). Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p.p. 100-124 e 216. Sistemas parecidos foram propostos por: Friederich Bopp, *Grammaire comparée des langues indo-européennes* (original alemão de 1833). Paris: Imprimerie Impériale, 1866-74, p. 230; August Schleicher, *A Compendium of the comparative grammar of the Indo-European, Sanskrit, Greek and Latin languages* (original alemão de 1861). Londres: Trübner, 1874, p.p. 2-3.

⁹⁰ Friederich Max Müller, *Lecture on the Stratification of Language*. Londres: Longman, Green, Reader, and Dyer, 1868, p.p. 13-19. No seu primeiro livro teórico (*Lectures on the Science of Language*, p.p. 263-73 e 312-28) Müller propôs uma 4ª categoria, incorporando o tronco americano: a das línguas *polissintéticas* ou *incorporativas*. Desta forma, ele restringia as aglutinativas àquelas nas quais duas raízes formam um palavra, sendo que, neste composto, uma das partes perde sua independência. Nos idiomas polissintéticos as raízes se juntam em um só vocábulo, perdendo ambas sua autonomia. Outro grande teórico, Archibald Henry Sayce, seguiu este modelo: *Introduction to the Science of Language*. Londres: C. Kegan, 1880, p.p. 122-32 e 380-81.

⁹¹ Eduardo Artur Sócrates, “Vocabulários indígenas”, *RIHGB*, 56, 1892: 87-96; Pablo Restivo, “Partículas de la lengua guaraní”, 58, 1895: 101-199; Benjamin G. da Cruz, “Palavras guaranis”, 60, 1897: 145-147; Basílio de Magalhães, “Vocabulário da língua dos borôros-coroados do Estado do Mato-Grosso”, 83, 1918: 5-67; Rodolfo Garcia, “Glossario das palavras e frases da língua tupi, contidas na *Histoire de la mission des pères capucins en l’isle de Maragnan et terres circonvoisines*, do padre Claude d’Abbeville”, 94, 1923: 5-100; Antônio B. de Amorim, “Lendas em nheengatú e em português”, 100, 1926: 3-475; B. de Magalhães, “Algumas notas sobre os xerentes”, 101, 1927: 5-30; Urbino Viana, “Akuen ou xerente”, 101, 1927: 49-95.

⁹² Como um missionário francês que publicou uma gramática e catecismo: J.-B. Parissier, *Essai de lingua geral ou tupi*. Abbeville: F. Paillart. Paris: Procure Générale, 1903. Parissier adotava um tom laudatório ao tratar das qualidades do tupi, fato original no período republicano.

⁹³ Embora não trate nem da questão econômica, nem do contexto social da floresta, Ana Daou, em *A Belle Époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, fornece um panorama da modernização de Belém e Manaus que foram o pano de fundo da criação do Museu Botânico e do Museu Paraense, aos quais se vincularam vários estudiosos do nheengatú, como João Barbosa Rodrigues, Ermano di Stradelli e Vicente Chermont de Miranda.

⁹⁴ *Glossario paraense*, Belém, 1905, e *Estudos sobre o nheengatú*.

⁹⁵ Ambas as citações de *Estudos sobre o nheengatú*, p. 38.

⁹⁶ Ermano di Stradelli, “Vocabulários da língua geral: português-nheengatú e nheengatú-português”, *RIHGB*, 104, 1928 (textos de 1920): 5-768. Ver ainda seu colega A. B. Amorim, “Lendas em nheengatú e em português”. A exceção foi Quintino do Valle (*Da influência do tupi no português*. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1926), que não diferenciou o idioma amazônico do tupi, tomando-os como iguais.

⁹⁷ Antônio Celso Ferreira, *A epopéia bandeirante*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002; Tânia de Luca, *A Revista do Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

⁹⁸ A. C. Ferreira, *A epopéia bandeirante*, p.p. 44-45 e 61-65.

⁹⁹ Couto de Magalhães, *Anchieta, as raças e línguas indígenas*. São Paulo: Carlos Gerke, s.d.

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 13. Em *O selvagem* os ataques indígenas são somente citados, sem nenhuma razão, nem condenação.

¹⁰¹ A. C. Ferreira, *A epopéia bandeirante*, p. 143.

¹⁰² Sobre o problema posto pelos caingangues, consultar J. Monteiro, *Tupis, tapuias e historiadores*. Monteiro também é da opinião que os paulistas se vinculavam à tradição filantrópica da política indigenista do Império, condenando, ao menos na política oficial e no discurso dos cientistas, a guerra (p.p. 111-12). No entanto, como tento argumentar, houve ao menos duas diferenças significativas que mesmo o indigenismo imperial não previa: a guerra aos tapuias e o uso instrumental do tupi, na forma da antiga da língua geral ou moderna do nheengatú, para atrair pacificamente os índios resistentes. Monteiro também argumenta que o privilégio dado ao tupi foi uma forma de valorizar a mão-de-obra cabocla em vista da entrada de imigrantes europeus em São Paulo

¹⁰³ Quanto a esta questão em particular, remeto-me a John Monteiro, que também discute este período de construção da identidade paulista: *Tupis, tapuias e historiadores*. Tese de livre docência em etnologia,

Unicamp, 2001, p.p. 104-12 e 180-88. Boa parte da polêmica rodava em torno de dados lingüísticos (A. C. Ferreira, *A epopéia bandeirante*, p.p. 140-42).

¹⁰⁴ Teodoro Sampaio, *O tupi na geographia nacional*. São Paulo: O Pensamento, 1914.

¹⁰⁵ Na edição que tive acesso (a 2ª), Sampaio repete várias vezes que recebia cartas de leitores, de companhias de estradas de ferro, de câmaras de vereadores de cidades do interior para dirimir discussões sobre a correta etimologia de nomes próprios e geográficos de origem tupi, e até para verter nomes portugueses de locais para um equivalente em tupi. A obra teve, pelo menos, cinco edições, como se vê na bibliografia de A. C. Ferreira, *A epopéia bandeirante*.

¹⁰⁶ João Mendes de Almeida, *Diccionario geographico da provincia de S. Paulo*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1902; Plínio Salgado, "A língua tupy", *Revista de Antropofagia*, 1, maio 1928: 6, e 2, junho 1928: 7; Afonso de Freitas, *Vocabulario nheengatu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Mendes de Almeida tinha em 1882 (J. Monteiro, *Tupis, tapuias e historiadores*, p. 181) defendido que os guaianás não dominavam o planalto paulista quando da chegada dos portugueses. No entanto, no *Diccionario geographico* dedicou-se quase exclusivamente ao tupi e seu papel toponímico.

Capítulo 2

LUSO-BUNDO-GUARANI

O PROBLEMA DA LÍNGUA BRASILEIRA

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911) Lima Barreto satiriza o meio político e intelectual dos primeiros anos da República. O herói do título, um militar que passara sua carreira em funções burocráticas na administração do Exército, é pintado como um ingênuo e inicialmente arrogante – posteriormente desiludido e ressentido – patriota, que dedica sua vida ao conhecimento do Brasil a fim de encontrar fórmulas para aproveitar suas potencialidades e vencer o que ele vê como um complexo nacional de inferioridade frente à Europa. O romance tanto satiriza o major Quaresma e suas tentativas vãs, quanto todos aqueles que o ridicularizam, manipulam ou combatem suas idéias sobre nossa superioridade. Lima Barreto apresenta este patriotismo como algo sem sentido e vazio em um momento histórico marcado pelo oportunismo e carreirismo político, guerra civil (durante o governo de Floriano Peixoto), desinteresse social e estagnação econômica. Ou seja, o ridículo de Quaresma e a baixeza dos interesses das classes médias e dos dirigentes políticos é dada pelo contraste entre seus mirabolantes projetos e os fracassos que ele enfrenta ao tentar mobilizar a sociedade.

Logo ao início do livro, o protagonista, que passara a vida debruçado sobre a historiografia, crônicas coloniais, relatos de viagens, tratados de geografia, bem como toda a literatura nacional, decide se especializar no tupi-guarani. Patriota exaltado, Policarpo logo começa a levar suas teorias para a repartição pública onde trabalhava, dissertando sobre o tema e “catequizando” seus colegas, que, minimamente interessados em assuntos intelectualmente exigentes, passam a se aborrecer e alcunham-no ironicamente de “Ubirajara” – nome do protagonista do romance indianista de mesmo título de José de Alencar. Este interesse surgira da constatação de que o folclore brasileiro, que deveria atestar o caráter nacional e a vitalidade do povo, não era autêntico, mas europeu. Apesar de um encantamento inicial com as modinhas, cantigas e lendas

populares, logo se decepciona. “Tornava-se, portanto, preciso arranjar alguma coisa própria, original, uma criação da nossa terra e dos nossos ares.”¹ Foi essa procura por uma raiz mais profunda que o leva ao tupi e a organizar uma lista de costumes típicos descritos nos relatos coloniais. Feito isso, passa à sua campanha pela recuperação desta herança. Além de passar a receber amigos e familiares aos prantos, o que, obviamente, assusta a todos, que não compreendem seu ímpeto patriótico, Quaresma passa a elogiar e louvar sempre que pode signos da cultura dos “caboclos”, como seus instrumentos musicais. Mais uma vez surpreendem-se com o impetuoso major.

O espanto de seus íntimos não refreou os ânimos do quixotesco major. Os anos e anos de estudos e de procura por uma bandeira, por um achado que lhe dissesse que era chegado o momento de agir em prol da nação encontraram sua razão de ser neste indianismo ultra-romântico. No meio de um turbilhão de idéias, Policarpo envia então um requerimento à Câmara de Deputados, que é lido em sessão e provoca imediatamente um mar de risos e gargalhadas que vai do presidente da mesa, ao contínuo e aos repórteres que cobriam a sessão. O motivo? Quaresma pedia que o Congresso Nacional decretasse o tupi-guarani como língua nacional do Brasil. O requerimento é ridicularizado não só pelo despropósito do tema, mas pela própria redação, em que se misturam lugares comuns de filosofia da linguagem, como o de que “a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original”, e um confuso jargão da filologia comparativa.

Demais, Senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas a que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal – controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura literária, científica e filosófica.²

No dia seguinte todos os jornais publicam o requerimento seguidos de comentários cômicos. O acontecimento vira assunto de todas as conversas de botequins e cafés. Revistas semanais de humor elegem Policarpo como a pilhéria do momento. Finalmente, ele discute com o diretor de sua sessão administrativa por causa da entrega de uma minuta escrita sem querer em tupi. O fato causa sua suspensão temporária, a

primeira na carreira. Toda esta pressão o desgasta e deprime, pelo que é internado em um hospício.

O personagem de Lima Barreto não é, obviamente, a pintura de nenhum lingüista em particular do final do século XIX, nem ilustra nenhum movimento ultra-nacionalista que tenha realmente existido. No entanto, por debaixo de todos os exageros cômicos, Policarpo Quaresma possui algumas das características dos homens letrados da segunda metade do século XIX interessados pelo tupi. Ele trata do caboclo, o índio destribalizado da Amazônia ou mestiço do norte e Centro-Oeste, o que encontra paralelo no interesse pelo nheengatú a partir da década de 70. Ele descreve ainda o tupi como uma língua que faz parte da alma nacional, algo perdido em algum recanto da alma nacional que cabe reviver – uma espécie de romantismo saudoso de uma pureza perdida. O problema de Policarpo é que o período para estas fantasias já tinha passado: seus termos particulares não são mais os da cultura letrada da virada do século XIX para XX. Lima Barreto não quer atingir especificamente os estudos sobre tupi, mas Policarpo Quaresma pode servir como alegoria de uma proposta de estudos que saiu de moda.

A tupifilia foi um fenômeno eminentemente imperial, embora a República não testemunhasse sua morte definitiva. Críticas foram lançadas entre 1865 e 75 contra a apropriação do índio e a exaltação do tupi. Depois disto, nos anos 80 e no contexto intelectual e político republicano, a tupifilia voltou, mas passou de roteiro principal para encenação secundária. O tupi, às vezes o índio de uma maneira geral, não reinou mais sozinho e incontestado, encontrando o negro e, principalmente, o mestiço. Declinaram sensivelmente os estudos sobre o tupi antigo, sobre o nheengatú e até mesmo sobre outros idiomas indígenas. Tomando como exemplo a revista do IHGB, vê-se que após o auge dos anos 80 (8 artigos, sendo 4 sobre tupi, língua geral ou nheengatú), o fôlego diminuiu um pouco nos 90 (5 artigos, apenas 1 não tratando da família tupi-guarani), para decair bastante até 1922 (2 artigos, sobre outras línguas).

Neste novo contexto, iniciado mais ou menos em 1890, as línguas indígenas apresentaram menos atrativos na sua pureza original, enquanto objetos científicos *per se*. As diferenças entre tupi, abanheenga e nheengatú diminuíram sensivelmente de importância. A forma de adaptação do índio à sociedade nacional passava a ser um debate restrito a esferas políticas e às sociedades de alguns poucos estados. Surgiram

correntes literárias e lingüísticas que, mesmo tendo algumas origens alheias ao debate, reciclaram os achados destes estudos, nem sempre pagando o devido tributo a seus antecessores. Foi o caso da lexicografia sobre os brasileirismos, do regionalismo literário e de parte do modernismo.

A procura, agora, era por um falar nacional, caracterizado por uma sintaxe, fonética e, sobretudo um vocabulário genuinamente brasileiro, ou seja, congregando elementos das três raças que compunham o povo: brancos, índios e negros. Língua brasileira, dialeto brasileiro ou variante do português? Surgiram também propostas estéticas que focavam unidades deste nacional, mantendo, contudo, o cordão umbilical com o problema da língua brasileira, na medida em que se permanecia o pressuposto da miscigenação (embora apenas de índios e brancos) como fator de identidade, e se apresentava o resultado disto como uma identidade dentro da identidade nacional.

Mas antes de entrarmos nestas várias expressões, seria interessante uma passada em revista no surgimento da questão.

OS PRIMEIROS SENTIMENTOS DE ALTERIDADE LINGÜÍSTICA

Após a Independência, a idéia de que se formava no Brasil uma linguagem ou uma língua diferente da portuguesa era desarticulada. Havia a necessidade da diferenciação frente a Portugal, mas as particularidades lingüísticas eram apreendidas a um nível superficial. Entre 1822 e 1840, o país passou por uma série de fortes abalos institucionais, políticos, sociais e militares. Tendo todo este quadro em vista, e sabendo-se que os literatos e pensadores do período saíam, em sua imensa maioria, das elites envolvidas em tais embates, pode-se ter uma idéia das limitações a uma discussão sobre a identidade cultural da jovem nação.

Guerras de secessão ou civis nas províncias puseram em xeque a unidade nacional, com a perspectiva de um fracionamento nos moldes do que ocorrera com as ex-colônias espanholas, e revelaram demandas populares que assustaram as classes dirigentes. Revoltas e conspirações de escravos, como a dos Malês em 1835, levaram a uma onda de pânico de que se repetisse no Brasil uma revolução do tipo haitiana. O medo de complôs fez com que se vigiasse várias etnias, cujas manifestações culturais, incluindo

a comunicação em suas línguas africanas, pareciam indícios de conspirações.³ Estudos sobre línguas africanas estavam descartados, embora muitas fossem cotidianamente ouvidas pelas ruas das grandes cidades brasileiras, e mesmo em certas áreas do interior.⁴ Talvez os únicos documentos que atestam algum interesse no aprendizado de idiomas africanos por parte dos senhores, certamente como forma de evitar a articulação de revoltas e forma de facilitar o comando, são manuscritos descobertos apenas no século XX – uma sobre língua mina usada no sul de Minas Gerais, e outra sobre o nagô usado no Recife. Mas mesmos estes documentos são anteriores à Independência.⁵

Aliado a isso, havia as lutas cotidianas no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado em torno do controle do povo e deste para alcançar liberdade e cidadania. Formou-se o que se chamava de “Partido Brasileiro” e “Partido Português”, que, como mostra Gladys Ribeiro, não representava um alinhamento por nascimento, mas teias compostas por etnia, cor e classe social. A grosso modo, de um lado havia negros e mulatos livres, além de homens brancos pobres (muitos portugueses inclusive). De outro, os altos comerciantes e imigrantes de várias nacionalidades – estes, identificados, no meio do fogo cruzado entre os “brasileiros” e os “portugueses”, com os segundos. Além destes, havia as milícias policiais tentando controlar os de baixo – “brasileiros” – e evitar a recolonização pelos de cima – “portugueses”.⁶

É sintomático que, na ausência de estudos lingüísticos ou filológicos, o primeiro “dicionário” tenha sido um panfleto político de 12 páginas contra os partidários da uma Coroa forte e de um projeto imperial de reunião com Portugal, o *Dicionário carcondático*, escrito ainda antes da separação entre colônia e metrópole.⁷ Seu autor, o 2º tenente da Armada José Joaquim Lopes de Lima, elencava “verbetes” com os pontos principais do discurso político e da retórica dos unionistas, de forma a satirizá-los. Já quando apenas se visualizava a possibilidade de uma nova nação, a linguagem era instrumentalizada com fortes significados políticos.⁸

Pode-se citar ainda as rivalidades entre setores das classes dominantes, muitos dos quais ligados econômica ou sentimentalmente a Portugal, que colocaram ainda em disputa a própria independência, uma vez que até a abdicação de D. Pedro I em 1831, havia um forte partido pelo reatamento dos laços com a antiga metrópole, com vistas à construção de um império luso-brasileiro.⁹

Por fim, há que se lembrar que os modelos de estudos fonológicos de transformação das línguas feitos na Europa, que viriam a influenciar os estudos dialetológicos em todo o mundo, estavam ainda sendo feitos.

Mas há testemunhos, que, visto o quadro social brasileiro, parecem deslocados – e talvez estivessem, tal o silêncio que pesou sobre eles. A primeira destas contribuições foi a do Barão de Pedra Branca, já em 1826. Embaixador brasileiro em Paris, o barão foi inquirido por Adriano Balbi sobre o português do Brasil, a quem ele deu algumas parcas e desconexas informações. No entanto, no contexto das informações disponíveis e do tipo de interesse da nascente filologia comparativa do início do século XIX, Balbi aproveitou a coleta e incluiu um breve capítulo na introdução ao seu *Atlas etnográfico* sobre o tema. Pedra Branca lhe informou que a suavidade de nosso clima e do caráter de nosso povo deram amenidade ao português falado nos trópicos. Teríamos mais expressões para os sentimentos ternos, modificáramos o sentido de várias palavras (há uma lista anexa a estas considerações que não vale a pena reproduzir). Mas um dos fatos interessante é a parte em que Pedra Branca listava para o linguista 50 palavras novas incorporada ao linguajar do brasileiro e desconhecidas em Portugal – sendo que boa parte era de origem africana, embora ele as apresentasse como sendo de origem indígena.¹⁰ Ou seja, apesar de já haver elementos para se argumentar em favor de um português abrigado englobando os elementos europeu (além de arcaísmos, Pedra Branca lista espanholismos como munheca e cangote), africano e americano, o que fica registrada é a influência indígena. Outro fato interessante é que o barão só tenha deixado seu testemunho em uma obra estrangeira, onde pôde elogiar o português falado no Brasil. Não deixa de ser significativo que tenha feito isso longe do país, de seus escravos africanos e de seus embates anti-lusitanos.

A original contribuição do nobre brasileiro pode até ter despertado a curiosidade dos leitores europeus, mas passou em brancas nuvens no Brasil. Não se encontram referências a ele. Contudo, um outro autor desenvolveu suas próprias idéias. Luís Maria da Silva Pinto, escrevendo de Minas Gerais, foi o primeiro a falar em uma língua brasileira. Apesar da novidade, seu *Dicionário* não causou impacto, talvez porque naqueles anos iniciais da jovem nação, nem mesmo a sua unidade estava garantida. De qualquer forma, cria-se pela primeira vez a diferença entre o idioma brasileiro do idioma

indígena, pois seu dicionário era “compreensivo das palavras, e frases entre nós geralmente adoptadas, e não somente d’aquellas que proferem os Indios, como se presumira”.¹¹

No entanto, ele parece ter consciência de que pisava em terreno controverso, pois qual o significado de língua? Silva Pinto, ao se limitar ao léxico, sem maiores explicações sobre qual o nível de independência do brasileiro para com a língua portuguesa, só indicava ao leitor quais locuções e palavras eram comuns no Brasil, o que incluía um amplo vocabulário português.

Parece que o novo ambiente conciliador inaugurado com a Maioridade (1840) e consolidado nos anos seguintes, com as anistias aos Liberais paulistas e mineiros e aos Farrapos do Rio Grande do Sul, marcou também o tom na esfera cultural. Além da intensificação do romantismo sob a proteção do jovem imperador, adensaram-se os estudos lingüísticos. Uns ressaltavam os elementos indígenas. Outros os indígenas e africanos. Outros maldiziam estes elementos. E quase todos ainda se voltavam para a língua portuguesa. Até 1855, tais contribuições, se não se caracterizam pela continuidade ou pretensão teórica, mostram que a idéia circulava desde os primeiros tempos da independência do país. E mostram que a questão não apontava necessariamente para a valorização de um dialeto ou de uma língua brasileira.

Estes primeiros interessados no problema podem ser divididos de duas formas: tanto em opinativos e em coletores de material, quanto em defensores do falar nacional e críticos dele. Mas nenhum pregava a existência no Brasil de nada além de um português com novas características de pronúncia e vocabulário, mesmo quando a (posteriormente tão controversa) expressão “língua brasileira” era utilizada.

O mesmo deslize semântico de Silva Pinto é sentido na bem humorada defesa da “língua brasileira” pelo poeta, historiador da literatura e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Norberto de Souza Silva. Uma das coisas que mais passou a incomodar os escritores românticos como ele e José de Alencar era o desprezo dos literatos portugueses à existência de uma literatura independente no Brasil. Respondendo a isso, Souza Silva escreveu um artigo na grande revista de meados do século, *O Guanabara*, em que, de forma bastante coloquial e irônica, afirmava que tal independência já se dera, pois o brasileiro pensava de forma diferente e com um

horizonte distinto do português. A comunidade de língua não era barreira, pois não impedia veicular outros sentimentos.

Mas o artigo se chamava “Língua brasileira”. Havia, portanto, algo a mais a tratar. Na base da recusa dos portugueses estava a de que havia uma comunidade de língua. Souza Silva reconhecia isso, mas também lembrava que havia diferenças. O Brasil recebera de Portugal, entre outras coisas, seu idioma, mas o clima, o meio, os vocábulos e costumes dos índios e dos colonos portugueses criaram uma variante. Com isso, tínhamos uma dupla identidade, em que o português e o brasileiro não se anulavam, convivendo normalmente no mesmo ser. Se pudéssemos nos transplantar para aquele tempo, usaríamos talvez o termo dialeto para abarcar o sentido que o escritor aplicava a língua.

Tratando-se de um texto curto que se propõe a encarar um problema novo, não cabia uma análise específica deste falar nacional, mas ele indica algumas variantes fonética (uso do ditongo oi em vez de ou em *coisa*, *doido*, *oiro* e *tesoiro*), vagas alusões à doçura, ternura e suavidade da linguagem de baianos e cariocas, bem como alguns termos indígenas. Ao final, em brejeiro, ele reafirmava este enraizamento do português no novo meio, criando o tal idioma:

A Tijuca perdeu as suas matas, e breve aquelas venerandas rochas saltarão ao aceno do cavouqueiro! As matas, as belas matas da Tijuca substituídas não por uma plantação, como diríamos em língua portuguesa, mas por uma roça, como dizemos em língua brasileira, de *milho* e *feijão*, onde todos os anos temos *coivaras!*...¹²

Esta preferência pelo léxico novo que o Brasil criara era comum a outros autores da década de 1850. O historiador e também membro do IHGB, Brás da Costa Rubim, traçou um quadro de uma língua portuguesa modificada com a introdução de palavras africanas e indígenas – o que fica claro já no título: *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*.¹³ A obra inseria em palavras portuguesas (a maioria) os novos significados adquiridos no Brasil, e reservava a maior parte do léxico indígena para frutas, plantas, animais e, sobretudo, etnônimos. Mas não fornecia a origem precisa dos vocábulos africanos, tais como *bunda*, *caçula*, *quilombola* e *zungu*, ou indígenas. Alguns termos resultantes da adaptação fonética do português também encontram abrigo, como *iaiá*, *ioiô*, *nhonhô*, *sinhá*, *sinhazinha* e *sinhozinho*. O fato de ser a primeira obra no gênero e de Rubim dar a ela um caráter mais de coleta do

que de análise dos verbetes foi sentido pelo próprio autor, que esclareceu no prefácio que se tratava de trabalho incompleto, que esperava futuros lexicógrafos a melhorá-lo.¹⁴

Mas o panorama não foi feito só dos que viam esta limitada (embora original) língua brasileira. Mostrando como os anos 50 começavam a agitar o debate lingüístico, o padre Lopes Gama, comentando a linguagem dos recifenses, lamentava que se usasse tanto uma “geringonça luso-africana” não só pelos de baixa classe, mas até por gente “de hierarquia elevada”.

Já não tratarei da prosódia ou acentuação da voz, pela qual estendem tudo que deve ser breve, e formam desta arte uma linguagem tão morosa que enfastia e quase dá sono. Vemos muitas vezes uma menina galante, viva e espirituosa. Mas em falando é uma miséria; e o mais é que, se alguém lhe diz que se corrija de falar tão descansada e preguiçosamente, arrebita o nariz, chofra-se e responde desdenhosa: ‘Eu nasci no Brasil, e não sei falar língua de marinheiro’.

Sua birra se dirigia diretamente contra a influência africana, posto que mesmo palavras de origem indígena ele interpretava como de tal origem. Lopes Gama lastimava o papel das amas na educação das crianças, o que levava a tantas palavras bárbaras e uma pronúncia viciada: “muitos declaram guerra ao *r* finais, e dizem sempre mandá, buscá, comê, dormi, singulá, etc.”.¹⁵

A fonte de incômodos causada por um português arrevesado não se dirigia apenas aos africanos. Na opinião de João Francisco Lisboa, expressa em meados da década de 1850, a escravidão de índios e negros fora nefasta para o Brasil porque corrompera a raça conquistadora. O exemplo utilizado era o estrago feito na língua portuguesa em Belém do Pará e em São Luís do Maranhão, onde ou se misturava ou era suplantada pelo tupi.¹⁶

Mas nem todos eram tão pessimistas. Dois dos mais respeitados homens de letras da Império defendiam um panorama positivo. Francisco Adolfo de Varnhagen defendia, por exemplo, no “Prólogo” ao *Florilégio da poesia brasileira*, de 1850, o português dos brasileiros. Tentando achar critérios que definissem o que vinha a ser uma literatura genuinamente brasileira, o historiador em início de carreira se perguntava retoricamente se “é, por ventura, tão verdadeira, tão estrita” a “identidade da língua” do Brasil e de Portugal?”¹⁷ Sua resposta adotava um subterfúgio, em que na realidade tanto fazia – embora ele não negasse nem aqui, nem em outra parte – logo ele, valorizador da herança portuguesa no sangue e nas instituições do país – o uso da língua do antigo colonizador.

Longe de nós consignar a idéia de que no Brasil não se deve, e muito estudar os clássicos portugueses e a gramática. – Pelo contrário, reputamos essa necessidade urgentíssima, ao vermos que os nossos melhores escritores, - os que mais agradam no Brasil os que mais os folhearam.¹⁸

O que importava era haver literatura sendo escrita no Brasil, que, tinha liberdade para se compor como bem quisesse, o que se notava, inclusive, pela adoção de alguns termos indígenas, como *jacarandá* e *ipiranga*.

Indo um pouco mais longe, mas na mesma direção, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro afirmava contra os céticos que o futuro do Brasil estava garantido por causa de sua integração, pois estavam “ligadas as suas diversas partes pela comunidade de interesses, de língua, de Religião.”¹⁹

A situação se mantinha neste pequeno debate, feito de trabalhos limitados e opiniões menores em obras que tratavam de outros problemas. Embora já sendo agitada e com partidos mais ou menos definidos (língua portuguesa pura x língua brasileira como enriquecimento da portuguesa), a questão da autonomia lingüística iria ganhar um salto somente na década de 1860, depois do impacto da obra de José de Alencar.

JOSÉ DE ALENCAR E A LÍNGUA TUPI

Entre 1865 e 1875 o nacionalismo lingüístico encontrou um aliado na literatura indianista, especialmente em José de Alencar, que se tornou, na interpretação de seus críticos, uma espécie de protótipo de Policarpo Quaresma. Mas, ao contrário do personagem de Lima Barreto, o escritor cearense nunca advogou a adoção do tupi, mas se envolveu num debate sobre a língua brasileira, em que o sentimento difuso do início do século de que o português brasileiro era diferente do europeu por causa de uma incorporação indígena recebe uma nova roupagem.

Segundo David Treece, o romantismo dominante a partir de 1850 produziu uma mitologia conservadora que se adaptou bem ao espírito político (estava-se no momento dos ministérios de conciliação entre Liberais e Conservadores), na qual a sociedade imperial era justificada por um modelo de relações entre brancos e índios baseado no auto-sacrifício dos índios, de forma a deixar os brasileiros livres para seguirem sua história, onde só poderia haver um lamento sem culpa por um ente confinado num

passado mítico. O maior representante dessa época foi José de Alencar, que ainda introduziu o tema da miscigenação como fator de formação da sociedade colonial, única forma de adaptação da civilização européia na América e que, por sua vez, lançou as bases para a ruptura com a sociedade medieval e absolutista portuguesa. Treece define *Iracema*, por exemplo, como “um novo evangelho conservador”, caracterização que poderia servir para seus romances indianistas de uma maneira geral.²⁰ Segundo este autor, por exemplo, *O guarani*, veio ao encontro de uma ideologia dominante de tolerância liberal servindo ao interesse de uma sociedade pós-colonial escravista e que mantinha o acesso ao poder político e econômico sob forma extremamente regulada e controlada. Peri é o extremado guardião da segurança e bem estar da jovem Cecília, filha do fidalgo português D. Antônio de Mariz, que, na época da União Ibérica com a Espanha, vem ao Brasil e se estabelece nas margens do rio Paraíba com sua família e vassalos de forma a manter espiritualmente viva a independência de Portugal. Neste microcosmos do patriarcalismo medieval, Peri não possui outro desejo e meta do que proteger e agradar a jovem, que o trata quase como um animal de estimação. O guarani, conquanto encarado pelo próprio D. Mariz como um “cavaleiro na pele de um selvagem”, é visto por todos como um ente hierarquicamente inferior e definido por si próprio como servo de Ceci. Ele não teme pela vida, que de bom grado sacrificaria mesmo que fosse para satisfazer o mais fútil desejo da heroína – e não são poucos os momentos em que este sacrifício quase é completado. Os dois poderiam ser descritos, de forma um tanto quanto simplificada, como arquétipos: Peri como o “bom selvagem” e escravo por vontade própria; D. Mariz como o colonizador dos quinhentos. Além destes, temos ainda os traiçoeiros aimorés, que, ao quererem a todo custo acabar com os colonos do Paquequer, fazem o papel de bárbaros tapuias, e o vil Loredano, o aventureiro que também quer matar a todos para se apoderar de um mítico tesouro e desposar Cecília à força, pelo que faz o papel da desordem, daquele que quer por fim à autoridade do nobre lusitano pela força. Neste drama de perigos e aventuras, o final em que o Paquequer é destruído com toda a família e soldados de D. Mariz, além dos aimorés e de Loredano, pinta um quadro alegórico do fracasso de um tipo de projeto colonizador. A cena final de aceitação de Peri por parte de Ceci, vagando no meio de uma enxurrada do rio Paraíba, quando ela descobre que ama o guerreiro e decide viver com ele na floresta, é uma

resposta, também alegórica, ao impasse da situação anterior, como que o renascimento da colonização sob a diretriz de integração à exuberante beleza. A união entre a branca e o índio, que não é descrita, mas indicada, propõe um mito fundador da nação, em que a criação de uma civilização nos trópicos dependeu da adaptação do europeu, do abrandamento de suas tendências autoritárias e exclusivistas. E este processo só foi possível através da miscigenação com os naturais americanos. Ao mesmo tempo, Alencar parece estar interpretando a sociedade escravista que surgiu com e sobreviveu à sociedade colonial, interpretação baseada na idéia de um compromisso entre servos e senhores, no qual está ausente a violência e a coerção. O modelo alegórico do romance é o de um escravo que se sacrifica voluntariamente e em tom de epopéia – portanto esteticamente belo – para o sucesso do projeto civilizador de seu senhor. A história da escravidão africana e do massacre dos índios fica assim resolvida, e os problemas pelos quais o Império passava ao longo do século XIX (formação de um Estado liberal em um país de exclusão dos meios de produção e da liberdade para a imensa maioria da população) adaptados no patamar da cultura de forma a justificar o modelo adotado.²¹

Se neste primeiro romance Alencar postulou nos contornos gerais suas idéias sobre a mitologia nacional, nos dois enredos indianistas que se seguiram ele aprofundou aspectos específicos da relação entre índios e homens brancos, e entre as próprias comunidades indígenas. Em *Iracema*, de 1865, Alencar retomou o tema da paixão inter-étnica, só que, neste caso, entre um conquistador, Martim, e a filha do pajé tabajara Araquém que dá nome à estória. Repete-se aqui o tema da dedicação irrefreável do índio ao colonizador. A “virgem dos lábios de mel” encontra o perdido Martim na mata e imediatamente se apaixona, levando-o para a cabana de seu pai. No entanto, os portugueses eram aliados dos inimigos pitiguaras,²² e o chefe Irapuã, que almeja desposar a jovem, só não mata o mancebo em respeito às leis que mandam tratar bem os hóspedes estrangeiros. Certa noite, Iracema dá ao estrangeiro a jurema, a “bebida de Tupã”, cujo segredo só ela conhecia e servia em ocasiões especiais para os guerreiros da tribo, entregando-se em seguida a ele, apesar de proibida de pertencer a qualquer homem. Com isso, rompe duplamente com as regras de sua tribo. Além do mais, ela sabe que ele é esperado por uma noiva em sua terra e que ele nunca poderá aceitá-la como nada mais do que uma amante passageira. Apesar disto, ajuda-o a fugir rumo aos potiguaras, e assiste à

derrota em batalha de sua gente. Por fim, estabelece-se em uma praia deserta do Ceará (sua tribo vivia na serra de Ibiapaba), onde gesta e cuida do filho do amado, até que este volte das lutas contra os tabajaras, apenas para morrer, deixando-o livre para cumprir seu destino como conquistador. Iracema, portanto, realiza o sacrifício que nem o dedicado Peri foi submetido.

O outro tema que reaparece é o do porvenir mestiço, em que, sob o desaparecimento do indígena, o filho da “terra selvagem” representa o sucesso da empresa portuguesa na América e o passo seguinte à própria adaptação do valoroso Martim, que, embora soldado medieval como D. Antônio de Mariz, o pai de Cecília em *O guarani*, é mostrado como mais integrado ao ambiente do Novo Mundo. Martim é amigo de Poti, chefe potiguara, fala sua língua e vive meses nas florestas tal como um guerreiro tupi. Mas seu empenho em destruir os tabajaras, aliados dos franceses, e a saudade dos seus conterrâneos, especialmente da anônima virgem branca que o espera, ainda ligavam-no à empresa colonial. É o resultado de sua relação com Iracema, este filho da pureza das selvas com a impetuosidade e valentia do além-mar que paira ao final do romance como resultado daquela atribulada união. Até mesmo as cenas finais se repetem: assim como Peri e Ceci vagam pela enxurrada diluviana que transforma o rio Paraíba em mar, Martim e seu filho navegam pela costa cearense depois de deixar a terra dos potiguaras. Nos dois casos, as águas marcam a ruptura com os primeiros conflitos entre os personagens portugueses e indígenas, indicando o momento subsequente de confraternização, trazida pela auto-anulação dos segundos e a adaptação e perda da rigidez patriarcal e medieval dos primeiros. Há como que uma justificativa – de resto presente nas suas peças sobre a escravidão, analisadas no último capítulo – do paternalismo que caracterizaria benignamente a sociedade brasileira.

Mas estes elementos recorrentes não escondem duas grandes inovações na literatura alencariana. De um lado, há um sentimento de angústia e incômodo.²³ De outro, há uma prosa metafórica e figurada que tem “pretensões a um poema”²⁴, como a ecoar o recitativo de uma lenda exótica, que usa os detalhes lingüísticos e fonéticos para parecer a transmissão oral de um mito que deve ser memorizado. Ambas qualidades são pares que se reforçam: uma não se explica sem a outra.

Há um ponto de união nos dois romances quando se foca o par Iracema e Peri, pois neste caso ambos os indígenas se submetem imediatamente à extraordinária e intensa atração pela raça invasora, atração que resulta somente na total auto-obnubilação e dedicação aos amados. Mas em *O guarani* a união é espiritual, não ficando consumada no romance. A cena final apenas aponta para a futura fundação de uma nova ordem e de um novo tipo híbrido na América portuguesa. Ceci aceita Peri apenas depois que se rompem todos os laços dela com a cultura lusitana patriarcal e cavalheiresca, momento em que ela pode elevar Peri de mero escravo para, ainda que hierarquicamente inferior, companheiro. Já Iracema entrega sua virgindade a Martim nos momentos iniciais, mais precisamente no capítulo XV de forma explícita, ao menos para os padrões da época. Martim deseja sua salvadora ardentemente, mas sabe que se a tomar, estará desgraçando a cabana de seus protetores. A bela virgem também arde em desejo, mas não teme pela possível desonra que causaria, e apenas lamenta-se que Martim tenha uma prometida. O impasse só é resolvido com o cinismo de Martim, que pede que, para atenuar sua vergonha, Iracema lhe embriague com o *cauim* (bebida fermentada de mandioca, caju ou outras frutas) sagrado, a jurema.

Agora podia viver com Iracema, e colher em seus lábios o beijo, que ali viçava entre sorrisos, como o fruto na corola da flor. Podia amá-la e sugar desse amor o mel e o perfume, sem deixar veneno no seio da virgem.

O gozo era vida, pois o sentia mais forte e intenso; o mal era sonho e ilusão, que da virgem não possuía senão a imagem.

Iracema afastara-se opressa e suspirosa.

Abriam-se os braços do guerreiro adormecido e seus lábios; o nome da virgem ressoou docemente.

A juruti, que divaga pela floresta, ouve o terno arrulho do companheiro; bate as asas e voa a aconchegar-se ao tépido ninho. Assim a virgem do sertão aninhou-se nos braços do guerreiro.

Quando veio a manhã, ainda achou Iracema ali debruçada, qual borboleta que dormiu no seio do formoso cacto. Em seu lindo semblante acendia o pejo vivos rubores; e, como entre os arrebóis da manhã cintila o primeiro raio do sol, em suas faces incendidas rutilava o primeiro sorriso da esposa, aurora de fruído amor.

25

A contrastar com esta doce figura, Martim demonstra sua insensibilidade e egoísmo: saciado, logo que acorda impede que ela continue com as carícias e lhe diz:

- Os beijos de Iracema são doces no sonho; o guerreiro branco encheu deles sua alma. Na vida, os lábios da virgem de Tupã amargam e doem como o espinho da jurema.

A filha de Araquém escondeu no coração a sua ventura. Ficou tímida e inquieta, como a ave que pressente a borrasca no horizonte. Afastou-se rápida e partiu.

As águas do rio banharam o corpo casto da recente esposa.

Tupã já não tinha sua virgem na terra dos tabajaras.²⁶

Livre de culpa e de consciência, Martim se satisfaz, enquanto Iracema prova do amor de forma conflituosa, angustiada e resignada por saber estar sendo apenas usada e estar maculando os ritos ancestrais de seu povo, o que a levaria inevitavelmente a romper com sua tribo e, sem comunidade e sem companheiro, pois Martim partiria certamente para os braços da jovem loira de além-mar, a um fim trágico. Neste duplo sacrifício se representa a mesma entrega que Peri fez para abrir passagem para uma nova ordem vitoriosa. O extermínio colonial é, desta forma, mascarado sob um simples abandono que não macula nenhum dos dois lados. Nas palavras de David Treece, “the alienation that is already gnawing at the relationship between Martim and Iracema symbolizes the broader, fundamental alienation of white and Indian”, sendo o índio sempre o parceiro fiel e apaixonado, que é sacrificado e abandonado.²⁷ Neste sentido, a imagem do exílio é central ao romance: Iracema abandonada em uma cabana de uma praia distante de sua terra; pai e filho que partem em uma frágil canoa atrás dos outros colonos portugueses – cena aliás, que abre e conclui o livro; cena que o narrador, no primeiro capítulo, apresenta com a estranheza que pede esclarecimento, procedimento estético que transforma o exílio em uma questão.

Onde vai como branca alcione buscando o rochedo pátrio nas solidões do oceano? [...] Que deixara ele na terra do exílio?

Uma história que me contaram nas lindas várzeas onde nasci, à calada da noite, quando a lua passeava no céu argenteando os campos, e a brisa rugitava nos palmares. [...] Enquanto vogas assim à discrição do vento, airoso barco, volta às brancas areias a saudade, que te acompanha, mas não se parte da terra onde revoa.²⁸

O exílio de Martim em terras tupinambás é momentâneo. Sua luta para voltar ao convívio dos seus, limpar a terra dos índios bravios e dos piratas franceses, e ali instaurar uma colônia se completa como uma recompensa inevitável. Como explicita o “Argumento histórico” do livro,²⁹ esta é uma ficção sobre a história da conquista do Ceará por Martim Soares Moreno, que fundou a primeira povoação portuguesa, o que se deveu, em parte, à sua aliança com os índios do litoral, liderados por Jacaúna e Poti. A conclusão do drama relata em linguagem pretensamente do ponto de vista potiguara, este estabelecimento da colônia liderada por Martim. Tendo em mente que seu filho mestiço é

o protótipo do que seria o Ceará, e, no limite, o Brasil que resultou do contato entre os soldados de além mar e as índias da tribo de Jacaúna e Poti, o exílio do homem branco nas florestas tropicais é um processo purificador, que o adapta, de forma a permitir-lhe aceitar que seu futuro não reside na mera transplantação da sociedade portuguesa na América, mas numa acomodação e enraizamento em solo tropical. Ao saber que Iracema gera seu descendente, Martim exclama: “o guerreiro branco não quer mais outra pátria, senão a pátria de seu filho e de seu coração”.³⁰

O problema é que nessa adaptação alguém é sacrificado. Os índios tabajaras foram exterminados, e os potiguaras se submeteram aos portugueses, sobrevivendo apenas na mistura com o “sangue” europeu, na expressão típica do século XIX. Essa mistura, preludiada pelo filho da virgem com o herói branco, é ainda antecipada pela conversão dos chefes guerreiros ao catolicismo e a adoção da língua e nome portugueses por parte de Poti, daí em diante conhecido como Antônio Felipe Camarão. Ou seja, obnubilando-se voluntariamente, exilando-se na sua própria terra, os índios dão sua “contribuição” para a construção de um novo povo. A auto-anulação de Poti, que desde o início do enredo transfere a sua vontade para Martim, se destaca na proteção, demonstração de amor fraterno e constante busca por servir aos propósitos do colonizador, é o lado belo do sacrifício indígena. Já o caso de Iracema é mais perturbador. Sua sensualidade faz par com sua integração à natureza. Mas a partir do momento em que encontra o guerreiro branco e hesita em matá-lo, seu destino parece selado: apaixona-se, literalmente, perdidamente. A heroína torna-se então um ser bem mais complexo do que seu paralelo Peri, por exemplo. Ora é a determinação que a guia para salvar Martim; ora é o dever que faz com que lembre ao amado o impedimento que sua condição de filha de pajé lhe impõe; ora é o rancor, ao dizer diretamente ao soldado branco que ele pretende abandoná-la, apesar de jurar seu amor; ora é a alegria, quando tem seu amor correspondido; ora ela adquire, finalmente, um tom queixoso, tornando-a uma mulher torturada porque sofre com o abandono mas é incapaz de romper com Martim ou lutar por seu afeto. Este último aspecto é o mais interessante, pois vai se tornando o traço principal de Iracema. As cenas em que ela aparece triste se avolumam (com a exceção dos momentos em que ela, Poti e Martim constroem a cabana na praia e vivem sua lua-de-mel). Sabendo da impossibilidade de se entregar ao estrangeiro sem

romper com seus ritos ancestrais e com sua família, e notando a insensibilidade do futuro companheiro frente à gravidade do sacrifício de todo seu mundo, posto que movido apenas por suas fantasias eróticas, Iracema expressa um sentimento de fatalismo. Ela aceita passiva dar tudo a seu amante – carícias, proteção, a liberdade de sua comunidade, um filho e, por fim, sua vida, para que ele se veja livre para consumir seu destino de conquistador dos tabajaras – enquanto este não lhe é recíproco. Ela não recua do seu destino de instrumento das vontades de Martim. Mas isso não a impede de registrar seu lamento, a sua “divina resignação”, na feliz expressão de Machado de Assis.³¹ O diálogo com seu parceiro, em que ele a questiona sobre o porquê de sua depressão, é um bom exemplo. Iracema mostra singular clareza, afirmando que sabe que Martim só pensa na “virgem branca”; apesar de suas negativas. Encerrando a conversa, ela exclama:

Quando tu passas no tabuleiro, teus olhos fogem do fruto do jenipapo e buscam a flor do espinheiro; a fruta é saborosa, mas tem a cor dos tabajaras; a flor tem a cor das faces da virgem branca. Se cantam as aves, teu ouvido não gosta já de escutar o canto mavioso da graúna, mas tua alma se abre para o grito do japim, porque ele tem as penas douradas como os cabelos daquela que tu amas! (...) Quando teu filho deixar o seio de Iracema, ela morrerá, como o abati depois que deu seu fruto. Então o guerreiro branco não terá mais quem o prenda na terra estrangeira. (...) Não vêem teus olhos lá o formoso jacarandá, que vai subindo às nuvens? A seus pés ainda está a seca raiz da murta frondosa, que todos os invernos se cobria de rama e bagos vermelhos, para abraçar o tronco irmão. Se ela não morresse, o jacarandá não teria sol para crescer tão alto. Iracema é a folha escura que faz sombra em tua alma; deve cair, para que a alegria alumie teu seio.
32

Desta forma, algo da tragicidade dos poemas de Gonçalves Dias, algo do sentimento de deslocamento e perturbação histórica, surge nessa nova lenda sobre a gênese nacional. Símbolo de um continente corrompido em sua pureza edênica, Iracema, significativamente anagrama de *América*, gera Moacir, que na etimologia alencariana do tupi significa “filho do sofrimento”.³³ Sem ser ainda uma maldição, este filho carrega nas costas a mácula de ser fruto da ruptura da ordem natural do mundo indígena pela submissão ao invasor. Assim, quando seu pai o leva na jangada que parte das praias onde nasceu e viu sua mãe morrer, o narrador se pergunta se isso não lhe impõe um amargo destino: “o primeiro cearense, ainda no berço, emigrava da terra da pátria. Havia aí a predestinação de uma raça?”³⁴

Esta é a primeira inovação de *Iracema* em relação a *O guarani*. A segunda, que também lida com o tema do hibridismo, foi mais comentada e deu fruto a muitas recriminações contra o autor.

A linguagem de *Iracema*, parecida com a de Gonçalves Dias, apesar da ausência do ritmo marcante deste, era uma novidade em termos de prosa. Alencar mascarou-a por detrás da justificativa de que ele pretendia escrever um poema sobre as tradições indígenas.³⁵ De um lado, a estética alencariana visa adequar-se a uma visão interna do universo primitivo, na medida em que o estilo do narrador mimetiza o da fala tupi, identificando a estória com um mito indígena. De outro, não é este universo cultural em si que é o centro do drama, mas o choque com a civilização e sua inadaptabilidade a ela. Alencar explora a explicação para o resultado desse choque, aponta para o paradoxo que o marca e propõe a saída que pode conciliar vencedores e vencidos: estes, ainda assim, participam da geração da nação brasileira, no sangue de seus filhos e no espírito perturbado de quem tem a genealogia fundada num crime, contradição e obstáculo que só pode se resolver se a nação transformar esta história em lenda e, mais ainda, moldar esta lenda através de um instrumento ao mesmo tempo português e indígena – uma nova linguagem. Por isso, o estilo prosa-poema. Num paralelo arriscado, poderia-se dizer que assim como Moacir é a mistura do sangue branco e vermelho, o drama funde lenda e história, a narrativa é um híbrido de romance e poesia e a linguagem mistura tupi e português.

No posfácio a *Iracema* aparece a definição de seu projeto, no qual ele dá um destaque especial à necessidade de nacionalização da literatura através também da roupagem, problema introduzido na crítica a Gonçalves Dias.

Entretanto, os selvagens de seu poema [*Os timbiras*] falam uma linguagem clássica, [...]: eles exprimem idéias próprias do homem civilizado, e que não é verossímil tivessem no estado da natureza. Sem dúvida que o poeta brasileiro tem de traduzir em sua língua as idéias, embora rudes e grosseiras, dos índios; mas nessa tradução está a grande dificuldade; é preciso que a língua civilizada se molde quanto possa à singeleza primitiva da língua bárbara; e não represente as imagens e pensamentos indígenas senão por termos e frases que ao leitor pareçam naturais na boca do selvagem. O conhecimento de língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo como também as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito e até as menores particularidades de sua vida.³⁶

A roupagem, portanto, não é mero adereço decorativo ou atrativo exótico: é o meio que deve estar dotado de tal originalidade que possa adquirir o poder de, enlevando, revelar uma alternativa aliviante para a mentalidade nacional culpabilizada pelo passado colonial, ao mesmo tempo que testemunho da inovação brasileira entre as nações

civilizadas. É como se a beleza surgida de um amálgama entre os dois agentes históricos pudesse redimir os crimes sobre os quais ela se cria. Afinal, é a “língua civilizada”, a portuguesa, que deve se moldar “à língua bárbara”, o tupi – e não o inverso.

Tanto em *Iracema* quanto em *Ubirajara*, o terceiro e último romance indianista da série (1874), estas são as marcas mais visíveis de sua abordagem na recuperação do índio. A linguagem do narrador e dos personagens apresentam uma sintaxe e fraseologia que buscam traduzir no português o pensamento e o espírito selvagem. Desta forma, a super-abundância de metáforas naturais indicam o ponto de referência quase único das noções de moral, beleza, valentia e destreza física, fraternidade, e simbiose entre sentimentos e o funcionamento do mundo. Pode-se dizer que o apoio em metáforas como único recurso retórico do tupi faz com que o leitor identifique os índios como uma metáfora da natureza americana, como bem notou Machado de Assis.³⁷ É como se Alencar mobilizasse uma espécie de teoria da influência do meio sobre o homem. Os indígenas são o solo e o meio fértil e exuberante, obediente e maleável, de forma a permitir germinar a semente européia. *Iracema*, por exemplo, tem as qualidades da natureza à sua volta: “os cabelos mais negros do que a asa da graúna”; era ainda “mais rápida que a ema selvagem”; e seu encontro com Martim se dá num cenário em que a tabajara parece se fundir com o meio tropical, pois ela

repousava em um claro da floresta. Banhava-lhe o corpo a sombra da oiticica, mais fresca do que o orvalho da noite. Os ramos da acácia silvestre esparziam flores sobre os úmidos cabelos. Escondidos na folhagem os pássaros ameigavam o canto.

Iracema saiu do banho: o alfôjar d’água ainda a roreja, como à doce mangaba que corou em manhã de chuva. Enquanto repousa, empluma das penas do gará as flechas de seu arco, e concerta com o sabiá da mata, pousado no galho próximo, o canto agreste.

A graciosa ará, sua companheira e amiga, brinca junto dela. Às vezes sobre aos ramos da árvore e de lá chama a virgem pelo nome; outras remexe o uru de palha matizada, onde traz a selvagem seus perfumes, os alvos fios do crautá, as agulhas da juçara com que tece a renda, e as tintas de que matiza o algodão.³⁸

A forma de reproduzir a comunicação também busca esta sensação de verossimilhança. Em *Ubirajara*, Alencar foi mais fundo no retrato não só da mentalidade selvagem, mas também de seus costumes primitivos, pelo que, leitor das fontes coloniais e de von Martius, insiste em descrever a *moranduba*, ou “relato”, no qual os guerreiros contavam para a taba sua história, origens, feitos e vitórias.³⁹ Outro recurso: muitos diálogos quase não são conversas – são discursos. É quase como se os personagens

fossem todos oradores, cômicos de que cada fala deve carregar a força de uma declaração, num registro que prima pela eloquência como principal valor. No último livro da série tal característica é levada a seus extremos, bem como o recurso às metáforas naturais, o uso da 3ª pessoa do singular quando os personagens referem-se a si próprios, e o hábito de contar a razão e a origem dos hábitos que balizam seus atos, em que a explicação antropológica migra de função do narrador para a fala tupi. O personagem título se vale destes recursos a quase todo o instante, como quando, logo no início da estória, é interpelado pelo guerreiro tocantim Pojucã, a quem havia tomado como prisioneiro, sobre por que demorava sua execução segundo os costumes tupis, morte honrosa para os cativos de guerra. Assim responde o bravo araguaia:

- Ubirajara não recusa ao bravo chefe tocantim, seu terrível inimigo, o suplício, que não negaria a qualquer guerreiro valente. Ele esperava que tua ferida se fechasse de todo, para que o grande Pojucã possa, no dia do último combate, sustentar a fama de seu nome, e a glória de um varão que só foi vencido por Ubirajara.

O grande chefe dos aragaias levou aos lábios a inúbia de Camacã [o chefe ancião e seu pai]; a voz do mando reboou pelo vasto âmbito da taba.

Apareceram vinte jovens guerreiros, a quem ele ordenou que chamassem a conselho os anciãos.

Depois tornou ao chefe tocantim:

- Os aragaias receberam de seus avós os costumes das nações que Tupã criou. Eles destinam ao prisioneiro a mais bela e a mais ilustre de todas as virgens da taba, para que ela conserve o sangue generoso do herói inimigo e aumente a nobreza e o valor de sua nação.

“É esta também a lei, que os guerreiros tocantins observam em suas tabas.

“A mais bela e a mais nobre de todas as virgens aragaias, aquela que se ergue como a palmeira no meio da campina coberta de flores é Jandira, a filha de Majé, que tem no seio os doces favos da abelha.” (...)

Jandira, que ouviu espavorida aquelas palavras, quis fugir; porém a mão do chefe araguaia a reteve.

- Ubirajara parte, mas ele voltará para assistir a teu suplício e vibrar-te o último golpe. Pojucã terá a glória de morrer pela mão do mais valente guerreiro.⁴⁰

Por fim, elemento que os gramáticos do tupi iriam rejeitar de todo em Alencar, há nas duas obras um imenso interesse pelo vocabulário encontrado nos cronistas e viajantes coloniais e nos dicionários tupis do século XIX. Aqui entramos numa característica que parece querer fugir aos limites do mero acessório. Como num texto paralelo, Alencar constrói nas notas de rodapé um dicionário tupi-português, ao estilo de Gonçalves Dias, ou seja, sem procedimento “científico”, ora registrando a decomposição das palavras para definir o sentido encontrado, ora se preocupando em descrever os objetos referidos, ora comentando os costumes indígenas, ora fazendo uma leitura crítica das fontes coloniais. Recuando um pouco das intenções estéticas, Alencar criou neste espaço que está nas

bordas do texto literário uma suspensão da lenda, na qual é a história que domina. Da verossimilhança passa-se à “verdade”. Isto, no entanto, tem o contrastante efeito de reforçar a própria lenda, pois o registro das notas nada tem a ver com a linguagem da lenda, o que faz com que pareça que só aquelas tenham autor e que os romances sejam realmente a reprodução de mitos na própria linguagem indígena. Desta forma, é criado um artifício ficcional que permite a Alencar postular mais facilmente um lugar na memória coletiva da nação para suas estórias.⁴¹

Em *Iracema* são 126 notas, mas 3 são para explicar a etimologia ou o uso de palavras portuguesas e duas para esclarecer metáforas. Já *Ubirajara* possui 66 notas, sendo que algumas desenvolvem comentários sobre vocábulos não presentes no corpo do texto, além de uma explicação etimológica introdutória sobre a palavra título do livro. Mas a principal distinção, que determinará o perfil delas, é que enquanto em *Iracema* o objetivo é o esclarecimento puramente lingüístico, em *Ubirajara* o interesse é principalmente antropológico. Isto faz com que as notas do primeiro romance sejam menos extensas. Mas por que no segundo há este outro interesse mais pronunciado? Alencar pretendia estudar a “alma brasileira”, “o berço de nossa nacionalidade”, ressaltando sua “magnanimidade”, contrapondo-se a um preconceito que ele julga encontrar nos cronistas coloniais, que não teriam visto nos índios suas “coisas mais poéticas, os traços mais generosos e cavalheirescos do caráter dos selvagens, os sentimentos mais nobres desses filhos da natureza”. Enfim, era preciso separar os fatos dos comentários sobre os “costumes e índole dos selvagens”.⁴² Era necessário que a ficção transmitisse ao mesmo tempo o espírito e ambiente destes primeiros brasileiros, o que só a arte alcançaria, e a verdade sobre fatos específicos da vida destes. Daí o corte entre a prosa-poesia e o teor historicista das notas.

E como se desenvolve a exposição deste universo lendário?

Jaguarê é o jovem e viril caçador araguaia sedento de glórias guerreiras. Ao encontrar durante uma caçada o chefe inimigo tocantim Pojucã, o derrota e o aprisiona, devido a sua destreza com a lança. De volta à aldeia, na festa dos guerreiros, o mais novo membro entre eles canta seu feito e adquire o nome de Ubirajara (“senhor da lança”). Também Pojucã, em preparo para o ritual antropofágico, canta seu valor e a força de seu oponente. Na mesma noite Camacã, o velho chefe e pai do herói, oferece o arco da tribo

para aquele que conseguir vergá-lo. Quem o fizesse seria o chefe. Ubirajara lança uma flecha e é aclamado o novo líder.

Ubirajara também encontrara Araci, uma índia tocantim, e se apaixonara por ela, o que causa ciúmes em Jandira, sua prometida. Mostrando a mudança de seus humores amorosos, Ubirajara oferece ao prisioneiro, segundo os costumes tupis, a ex-noiva e parte em busca da outra virgem. Chegando à cabana do chefe ancião Itaquê, o “senhor da lança”, que não se apresenta como um araguaia, é acolhido. Mais uma vez os costumes se impunham e cabia que se escolhesse um novo nome para o recém chegado. Decide-se por Jurandir (“trazido pela luz do céu”). Araci, que o reconhece e tinha se apaixonado à primeira vista, não revela o segredo de sua origem. Por seu lado, Jurandir revela a Itaquê o interesse em Araci, que é filha do chefe. Mas ela só pertenceria, segundo preceitos ancestrais, ao mais valoroso guerreiro. Desta forma, organiza-se a competição, que testa todas as habilidades dos homens da tribo (força, destreza, perseverança, constância e imunidade à dor). Jurandir vence todas as provas e recebe Araci das mãos de Itaquê. Mas isto mudava seu *status* e ele precisa se apresentar, cantar sua história. Ubirajara então revela quem era e o imperativo de sua volta à aldeia original para matar Pojucã. Itaquê, abatido, revela então que Pojucã era seu filho. Impedido pelos deveres da hospedagem, o chefe tocantim promete a imunidade a Ubirajara enquanto este estiver em suas terras, mas informa que assim que ele partir delas, será perseguido por seus guerreiros.

De volta à taba de origem, o protagonista liberta Pojucã para que este tenha a glória de morrer pelas suas mãos, segundo a tradição, mas liderando sua tribo, o que honrava o prisioneiro e aumentaria a glória do “senhor da lança”. Mas ao se dirigir aos tocantins, encontra-os cercados por índios tapuias. O chefe araguaia espera o resultado do combate para lutar contra o vencedor. Itaquê, cegado por uma seta inimiga, oferece a liderança a Pojucã, mas este não é capaz de vergar o arco do chefe. Portanto, Itaquê chama Ubirajara e promete que se ele carregar o arco e conduzir seu povo à vitória, conquistará sua nação. O guerreiro então, num arroubo de força e conciliação, junta os arcos sagrados tocantim e araguaia em uma só arma, escolhe mil guerreiros de cada tribo e lidera esta tropa mista em grande vitória. O livro finaliza com o chefe recebendo Araci e Jandira como esposas e com a criação da tribo dos ubirajaras.

Como se vê, não se toca neste romance no problema da criação histórica ou mitológica da nação, ao menos no que se refere ao momento em que se firmaria seu pacto fundador, mas daquilo que seria uma pré-história. Miscigenação, culpa e angústia; são todos temas que desaparecem do horizonte. Nem mesmo a identificação do índio com a natureza é tão presente. No lugar, fica uma visão quase idílica das comunidades indígenas e este “senhor da lança”, quase um super-homem. Alencar mergulhou mais fundo na sua mitologia, mantendo os recursos lingüísticos e estilísticos de *Iracema* e retirando o fundo histórico. Tomando como ponto de partida o romance de 1865, ele parece partir do pressuposto da introjeção na memória nacional do universo ficcional indianista. Por isto é que, embora o vocabulário de fundo tupi seja de igual ordem de importância em ambos os casos, é quase só em *Iracema* que ele recorre a notas.

Na estória da virgem tabajara há 38 notas explicando os tipos de plantas e animais que cita no texto, sendo que em 20 ainda procede a uma análise morfológica das palavras tupis.⁴³ São 5 as referências à cosmologia indígena, com a explicação dos componentes destes termos.⁴⁴ São 9 notas a respeito de palavras cujo significado liga-se aos costumes tupis, sendo que 4 recebem a análise morfológica.⁴⁵ Todos os nomes de personagens recebem seu significado.⁴⁶ Há ainda 13 entradas para utensílios ou objetos típicos, que podemos dividir nas em que apenas descreve-os (4) e nas que analisa lingüisticamente (9).⁴⁷ Por fim, há 34 notas relativas à toponímia cearense, melhor exemplo de como Alencar respalda o mito com a geografia e a história, dando-lhe temporalidade e limites precisos.⁴⁸ Esta profusão de termos é mobilizada de forma a legitimar a idéia de verossimilhança da lenda, de fidelidade dos personagens e situações com o universo tupi.

Mas não é só a inserção de termos de origem tupi que tem este efeito, mas também a forma de encadeá-los e de explicá-los nas notas. Em algumas poucas ocasiões Alencar escolhe explicar expressões ou palavras tupis que ele só insere nos rodapés, tendo preferido o registro em português no corpo do texto. Este é o caso, por exemplo, do trecho em que Iracema, seu irmão, e Martim se preparam para partir às escondidas da aldeia tabajara e levar o guerreiro branco a salvo até os potiguaras: “O dia vai ficar triste – disse Caubi. – A sombra caminha para a noite. É tempo de partir.”⁴⁹

A expressão “o dia vai ficar triste” é colocada em nota: “os tupis chamavam a tarde *caruca*, segundo o dicionário. Segundo Léry, *che caruc acy* significa ‘estou triste’.

Qual destes era o sentido figurado da palavra? Tiraram a imagem da tristeza, da sombra da tarde, ou imagem do crepúsculo, do torvamento do espírito?”⁵⁰ Por que Alencar não colocou na boca de Caubi algo como “está anoitecendo”, “está escurecendo”, “o sol está se pondo” ou algo assim – ainda mais que o autor revela incerteza quanto à correta etimologia tupi para o crepúsculo? Porque seu interesse é explorar o lado poético da simplicidade, primitivismo e vínculo indígena com a natureza. Optando por revelar ao leitor sua tradução literal da palavra (*caruca* = tristeza = “o dia vai ficar triste”), em vez de uma tradução que busque o sentido, transplantando para o português a fraseologia tupi, ele fixa no leitor a idéia de que os índios pensavam por simbologia. Mais interessante ainda: a expressão “o senhor do caminho” não só é explicada em nota (“assim designavam os indígenas ao guia, de *py* – caminho, e *guara* – senhor”⁵¹), como o artifício estilístico é elucidado pelo autor no posfácio.

Sem dúvida que o poeta brasileiro tem de traduzir em sua língua as idéias, embora rudes e grosseiras dos índios; mas nessa tradução está a grande dificuldade; é preciso que a língua civilizada se molde quanto possa à singeleza primitiva da língua bárbara; e não represente as imagens e pensamentos indígenas senão por termos e frases que ao leitor pareçam naturais na boca do selvagem. O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo como também as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito e até as menores particularidades de sua vida.⁵²

Mas seria isso estilisticamente viável? Seria belo? Os leitores apreciariam e entenderiam?

Ocorre-me um exemplo tirado deste livro. Guia. Chamavam os indígenas, senhor do caminho, *pinguara*. A beleza da expressões selvagem, em sua tradução literal e etimológica, me parece bem saliente. Não diziam sabedor, embora tivessem termo próprio, *couab*, porque essa frase não exprimiria a energia de seu pensamento. O caminho no estado selvagem não existe; não é coisa de saber; faz-se na ocasião da marcha através da floresta ou do campo, e em certa direção; aquele que o tem e o dá é realmente senhor do caminho.

Não é bonito? Não está aí uma jóia da poesia nacional?

E conclui Alencar: alguns “se inclinaram à palavra guia, como mais simples e natural em português, embora não corresponda ao pensamento do selvagem”.⁵³

Este tipo de nota não difere em essência das notas para palavras tupis, pois ao decompô-las, o autor busca revelar o significado de cada radical ou raiz e mostrar como o resultado da união destes radicais forma, através de um processo de “singeleza primitiva”

uma nova palavra que se suporta em um sentido figurado. Um bom exemplo é dado quando Irapuã, o chefe tabajara, exige que Araquém lhe entregue o hóspede estrangeiro amigo dos potiguaras. Durante a discussão, Iracema sai em defesa do amado, que fora acusado de tê-la possuído (um crime grave, como vimos), e exclama: “tua boca mente como o ronco da jibóia”. Em nota, Alencar dissecou o nome do ofídio: “cobra conhecida; de *gi* – machado, e *bóia* – cobra. O nome foi tirado da maneira por que a serpente lança o bote, semelhante ao golpe do machado; pode traduzir-se bem: cobra de arremesso.”⁵⁴ Vê-se assim o procedimento pelo qual a linguagem metafórica dos personagens é dissecada e legitimada por uma morfologia ela mesma baseada num pensamento selvagem essencialmente metafórico.

Em *Ubirajara*, há importantes mudanças. A linguagem metafórica continua, o vocabulário “típico” idem, mas as notas não. Aqui se dá um passo adiante: aprofunda-se a linguagem “poética”, posto que todo o enredo se dá no universo primitivo, esquecendo-se ou sublimando-se o problema do trauma da conquista, havendo ainda a pretensão de que se acomoda a língua portuguesa e a literatura brasileira ao totem indígena. Em primeiro lugar, são apenas 22 notas para flora e fauna, sobre termos do universo religioso tupi, objetos de algum tipo e toponímicos.⁵⁵ A contrastar com esse declínio está a grande quantidade de notas sobre costumes e mentalidade tupis, algumas contendo vários parágrafos. Talvez o melhor exemplo seja sua defesa da antropofagia. Analisando Hans Staden, Gabriel Soares de Souza e Simão de Vasconcelos, Alencar rejeita a justificativa de que os índios praticavam o canibalismo por selvageria, vingança ou fome. Ele descreve todo o ritual, a possibilidade do prisioneiro se vangloriar e se defender, o modo de preparo da carne e a cerimônia coletiva de banquete. Ele ressalta ainda a dupla glória que isso conferia ao executado e ao executor. E finaliza:

Transportemo-nos agora, não como homens e cristãos, mas como artistas, aos seios das florestas seculares, às tabas dos povos guerreiros que dominavam a pátria selvagem; e quem haverá tão severo que negue a fera nobreza desse bárbaro e tremendo sacrifício?

A idéia repugna; mas o banquete selvagem tem uma grandeza que não se encontra no festim dos Atridas; e está bem longe de inspirar o horror dessa atrocidade, que entretanto não foi desdenhada pela musa clássica. No Brasil é que se tem desenvolvido, da parte de certa gente, uma aversão para o elemento indígena de nossa literatura, a ponto de o eliminarem absolutamente. Contra esta extravagante pretensão, lavra mais um protesto o presente livro.⁵⁶

São 24 notas, que refletem o aprofundamento de Alencar no tema e sua tentativa de fincar mais fundo a mitologia indígena na literatura. É como se ele desse por fixado o vocabulário básico de origem tupi que o indianismo tinha à mão e que o público já reconheceria, sem precisar mais da ajuda do escritor. A memória nacional já estaria familiarizada com a “singeleza” poética que o primitivismo indígena fornecia para uma genuína literatura nacional. Nas palavras de Machado de Assis, escritas em 1875, “é cioso explicar em notas o sentido desta palavra [*cauim*] e de outras, como *pocema*, *muçurana*, *tangapema*, *canitar*, com as quais todo o leitor brasileiro está já familiarizado, graças ao uso que delas têm feito poetas e prosadores.”⁵⁷

Portanto, em *Ubirajara* faltava apenas guiar o leitor não mais pela forma de pensar desta raça extinta, mas pelo labirinto de suas ações típicas e da forma de sua sociedade se organizar. Esta mudança de perspectiva não nega ou contradiz os dois romances anteriores, mas os aprofunda justamente quando o indianismo entrava em crise. Não só isso: o próprio Império deixava seu auge e a questão da emancipação dos escravos e as lutas por maior participação política de setores antes excluídos que se expressavam em movimentos como o republicano, minavam a ideologia da conciliação nacional e de estabilidade social do regime. Por causa disto, Alencar se isolava mais na mitologia, de forma a escapar do jogo em que se pusera ao justificar a sociedade imperial através de um modelo de sacrifício voluntário e pacífico dos subalternos em prol da civilização que todos os brasileiros teoricamente usufruíam. Afinal, não se deve esquecer que como parlamentar e ministro ele fora contra a Lei do Ventre Livre, de 1871. Entende-se assim o porquê de *Ubirajara* romper superficialmente com o presente: o exemplo, a inspiração e a simpatia com os tupis só surge do ponto de vista da cultura, e não mais organicamente através da mestiçagem entre índios e brancos. Se não houvesse o indianismo, os tupis, raça extinta, estariam extintos também na imaginação, objetos apenas da ciência. Com obras como esta, o selvagem surgia não como base orgânica da nação, como ocorria em nos dois romances anteriores, mas como material passivo para uma nova arte.

O contexto no qual este derradeiro livro do indianismo alencariano apareceu era bem diferente do das décadas anteriores. Assistia-se neste momento a liberais e conservadores enterrarem a conciliação política. O regime servil via seus dias contados e

a importância deste problema ofuscava qualquer tentativa de se por na ordem do dia um projeto privilegiando políticas indigenistas. A falência do mito de que os índios vinham sendo incorporados pacificamente à civilização começava a aparecer, posto que mesmo os lingüistas e etnologistas admitiam o rápido desaparecimento dos remanescentes dos tupis e admitiam que o interior era majoritariamente dominado por populações mestiças. Por fim, o darwinismo social que pregava a inferioridade natural das raças africanas e americanas (dentre outras) passou a ser a grande preocupação e horizonte intelectual da “geração de 1870”, arma usada pelos jovens literatos no ataque aos antigos ídolos. Desta forma, o índio ia aos poucos perdendo seus atrativos. A distância dele para o público urbano aumentava. A saída foi tentar reforçar os vínculos aprofundando a idéia de conciliação pacífica (Ubirajara unindo Araci e Jandira e araguaia e tocantins, sem vencidos ou vencedores), circularidade (os ciclos de vida e morte que os rituais tupis expressavam) e auto-sacrifício (Itaquê encontrando uma saída gloriosa e honrada ao entregar destino e independência de sua tribo ao chefe araguaia).

Alencar, como vários de sua geração, deplorava sinceramente qualquer mudança radical ou violenta do *status quo* e gostava de imaginar que as estruturas sociais e políticas não eram obra da história, mas algo “natural”. *Ubirajara* leva ao último extremo esta idéia e defendê-la num universo pré-descobrimento era uma forma radical de afirmar que a arte revelava isto à nação porque podia perscrutar sua consciência ao recriar suas lendas e descobrir a essência de sua alma. Num momento em que os mitos de que a nação nascera de uma mistura apenas entre brancos e índios, sem a presença africana, e de que os escravos “amavam” seus senhores não se sustentavam mais tão seguramente, só se podia pleitear que, se a mudança viesse realmente, ao menos se seguisse o modelo que se coadunava com o espírito e a essência nacional, ou seja, que a classe dirigente e o regime da época não fossem destronados repentinamente e violentamente, mas que se deixasse que desaparecessem seguindo seu ciclo natural de vida e que, desta forma, gerassem outra sociedade, juntando-se com elementos apropriados e adaptados ao meio brasileiro. *Ubirajara*, neste sentido, não deixa de ser um último suspiro criativo da ideologia imperial.

Criatividade esta que, se não foi bem sucedida literariamente ou politicamente, ao menos encontrou eco – mesmo que às vezes negativo – na reflexão sobre o problema

lingüístico. Como já se disse antes, do ponto de vista da linguagem, acusou-se Alencar de querer criar uma nova língua. Vamos ver agora em que estas críticas motivaram o romancista a teorizar sobre a relação entre literatura, linguagem da arte e língua nacional.

JOSÉ DE ALENCAR E O DIALETO BRASILEIRO

A esta relação Alencar iria se dedicar com mais afinco no seu período final de vida, sobretudo entre 1870 e 75, mas que se liga fortemente a seus romances indianistas. De início, suas obras aplicavam apenas à linguagem literária o híbrido tupi-português, com o segundo se adaptando ao espírito do primeiro. Devido sobretudo a ataques recebidos do historiador português Manuel Pinheiro Chagas, do filólogo Antônio Henrique Leal, e do escritor Franklin Távora, o romancista acabou por expressar uma série de opiniões sobre a realidade lingüística brasileira e sua relação com a literatura. Ao fazer isso, Alencar repetiu o modelo de um tupi morto para dar lugar a um português adaptado ao meio americano.

Os críticos afirmavam que não sabia a gramática do português e que, junto com outros escritores, a língua brasileira que estava inventando não era mais do que incorreção.⁵⁸ A reação do escritor cearense foi mais dúbia do que uma primeira leitura normalmente revela e é preciso cuidado ao tentar dar a ela um determinado sentido. A melhor forma é conjugar suas respostas com o que efetivamente aplicou em suas obras. Sem esta atenção cai-se no simplismo de se afirmar que Alencar defendia a existência ou que usava uma “língua brasileira”, quando sua relação com a questão era mais ambígua, como falharam em perceber vários autores.⁵⁹

Ao sair *Diva*, em 1864, Alencar foi acusado de abusar de galicismos (“patrulhamento” costumeiro na época, como se verá no capítulo 3). Compreensivelmente irritado, ele que tanto se empenhava pela bandeira do nacionalismo literário, resolveu responder, adicionando à 2ª edição, de 1865, uma “nota” respondendo às críticas, como argumento de que eram palavras de legítimas fontes latinas.⁶⁰

Nos anos seguintes Alencar aprofundou o tema do uso da língua pelos escritores. Neles se esboçava um esquema que, se lido sem o véu de preconceito contra a aplicação destes princípios nos romances indianistas, era bastante comum na época. O princípio

geral era o de que “a língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo”⁶¹, se comportando como organismo vivo, pelo que seguia a lei do progresso. Mas, ao contrário dos lingüistas, que viam essa mudança como fruto de leis fonéticas determinadas por sua “linhagem” genética e não pelo grau de polimento ou de civilização, Alencar se preocupava com o vínculo ao “progresso das idéias”. Neste sentido, as línguas deveriam incorporar novas formas de locução, desde que não fossem contra a “índole” ou contra seu “organismo”. Isto fazia parte do seu mecanismo interno e evitava sua fossilização. Desta forma, eram nocivos aqueles que pregavam a manutenção rígida das formas antigas da linguagem, ou os que propunham mudanças radicais – sobretudo os que incluíam estrangeirismos sem avaliar se adaptavam-se bem ao espírito do vernáculo. O meio termo era o correto. Sendo assim, qual a margem de ação do escritor? De um lado, os limites impostos pelo organismo lingüístico, de outro a liberdade de sua posição especial. O literato usava uma forma que não era a mesma da língua usada no cotidiano e nas ruas: “a primeira é uma arte, a segunda é simples mister”.⁶² A diferença não era fundamental, apenas na forma e expressão. Conseqüentemente ele não podia impedir que a língua estacionasse ou retrocedesse. Mas como artista, poderia compreender mais do que outros a sua riqueza e possibilidades e intuir o caminho que iria seguir.

O gênio, por isso mesmo que paira em uma esfera superior, pode atravessar uma época sem que ela o compreenda, nem mesmo o conheça; mas adiante está a posteridade que o vingará. Ora, se em vez de avançar para o futuro, ele retrai-se ao passado, quem o há de ler e apreciar? Os túmulos das gerações transidas? Eis por que o gênio pode criar uma língua, uma arte, mas não fazê-la retroceder.⁶³

Estava o trecho se referindo ao próprio trabalho do escritor cearense? Não parece haver dúvidas. Com isso estava lançado o ataque à idéia de que a literatura brasileira deveria manter uma linguagem fiel aos clássicos portugueses. Afinal, o trabalho do artista, tal como um artesão, era o de se inspirar no “público, e as depurar de sua vulgaridade.” Em troca, este público avaliaria a felicidade do seu “gênio” e sua voz seria a sancionadora, no presente ou no futuro, do seu sucesso em seguir aquela lei do meio termo no progresso das línguas. E como Alencar acreditava que estas seguiam também as idéias e tendências dos povos, era natural que achasse que haveria um cisma entre Brasil e Portugal.

A polêmica sobre a escrita de Alencar se tornou praxe, embora poucos críticos tenha debatido estas questões teóricas, preferindo apontar erros em suas obras. O pós-escrito à segunda edição (1870) de *Iracema* apresenta de início uma defesa do português usado no romance, com uma discussão de alguns aspectos ortográficos e gramaticais. Um argumento é o de que se há inovações, elas se devem a uma lei das línguas, em que o modo rude pelo qual o povo cria a gramática é posteriormente polido e modificado pelos homens de letras. Como se verá, esta é uma posição tradicional, sendo usada pelos puristas, muito embora Alencar os critique por engessar a linguagem literária. Outro argumento é o de que ele estaria apenas registrando mudanças na língua portuguesa no Brasil. É quando aparece pela primeira vez uma defesa, de sua parte, do modo brasileiro. Alencar aponta para o futuro um alargamento da distância idiomática, pois se tratava de dois povos com “sentimentos” e “costumes”⁶⁴ distintos, e a língua refletia estas diferentes individualidades.

E como podia ser de outra forma, quando o americano se acha no seio de uma natureza virgem e opulenta, sujeito a impressões novas ainda não traduzidas em outra língua, em face de magnificências para as quais não há ainda verbo humano?

Cumpra não esquecer que o filho do Novo Mundo recebe as tradições das raças indígenas e vive ao contato de quase todas as raças civilizadas que aportam a suas plagas trazidas pela emigração.⁶⁵

Desta forma, o que se testemunharia era ainda um estágio embrionário de uma futura língua. No presente, contudo, ainda era, na essência, o português. E como Alencar se preocupa mais com a sua liberdade literária, busca na gramática e mesmo nos clássicos a resposta aos críticos puristas, críticas que não passaram e resultaram, em 1873, na célebre “Questão filológica” com Henrique Leal. Os pontos principais, mais uma vez, se referiam à gramática e à correção da língua culta.

Com todos estes ataques, sua visão, de resto partilhada por muitos outros escritores, do papel primordial do homem de letras na apresentação da língua nacional, e a constatação, também partilhada por vários autores, de que havia uma forma de português particular ao Brasil, colocava-se um novo problema: estava já dada a definitiva separação. Alencar não pensava que em terras do continente americano já não se falava mais a língua portuguesa no sentido organicista do termo, tal como concebido pela ciência da linguagem do tempo. No entanto, uma coisa era certa: já não se usava mais a

forma do tempo de Camões, posto que um corte incurável fora feito entre as duas nações e, do ponto de vista da arte, o futuro já podia ser vislumbrado. O artista já tinha material para esculpir os primeiros contornos do que poderia vir a ser uma nova língua. Estando ainda ligado às fontes clássicas da língua, mas já num meio em que novas idéias e uma nova alma nascia, ele podia – e deveria – fazer o serviço de parteiro, ainda que limitado à esfera literária. É desta convicção que surge a provocação que tantos entenderam como uma proposta revolucionária, ainda mais que precedida do recurso a dois dos maiores lingüistas do século XIX:

Estando provado pelas mais sábias e profundas investigações começadas por Jacob Grimm, e ultimamente desenvolvidas por Max Müller, a respeito da apofonia, que a transformação mecânica das línguas se opera pela modificação dos órgãos da fala, pergunto eu, e não se riam, que é mui séria a questão: O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera? ⁶⁶

A língua ainda era a mesma, mas um outro meio e clima, que testemunhara a gestação de um povo híbrido, assistia a fatos lingüísticos novos, fatos estes que se expressavam na boca do povo. O interesse de Alencar pelo folclore popular se dirige em grande medida neste sentido, além de fornecedor de material literário. Em “O nosso cancionero”, série de cartas dirigidas ao jornalista e político Joaquim Serra e publicada no jornal carioca *O Globo*, em 1874, alguns destes fatos lingüísticos são citados e servem para Alencar aprofundar suas idéias. Com um tom iconoclasta, o escritor abandona algumas vezes o recurso aos clássicos e à gramática, defendendo as “insurreições contra a esquadria dessa cousa chamada vernaculidade”. ⁶⁷ Estas insurreições se baseavam numa recusa ao poder regulador dos clássicos portugueses. Aos brasileiros caberia legislar sobre a forma que falavam, sem que isso significasse (ainda) um rompimento total.

Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhe traduz os usos e sentimentos. Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inauferível direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abraileirando o instrumento das idéias. ⁶⁸

O instrumento em questão é a língua portuguesa. A “língua brasileira” – expressão usada pela primeira vez pelo escritor – é o resultado de “franquezas” que a enriqueceram frente aos clássicos. Do outro lado do Atlântico, os portugueses também a

enriqueciam, mas em outro rumo.⁶⁹ O azar da fortuna crítica de Alencar foi, contudo, o uso pouco cuidadoso desta expressão, mesmo que uma leitura mais atenta revele seu sentido menos lato. Tanto é assim que ele, mais adiante, deixa explícito que o que o incomoda é seus críticos não enxergarem o simples fato “da revolução fatal que a língua tem de sofrer no solo americano para onde foi transplantada: revolução da qual já se notam os primeiros e vivos traços, no que já se pode chamar o dialeto brasileiro”.⁷⁰ Ao futuro estava reservada a verdadeira e definitiva nacionalização do instrumento lingüístico. Por enquanto – e é o que vimos Alencar fazer em *Iracema* e *Ubirajara* – tudo que havia, além do dialeto popular, eram escritores que deveriam polir este falar do povo, o que resultaria primeiramente nos melhores autores tornando-se os clássicos da nação.

O desejo não foi atendido. A última polêmica sobre o tema, ocorrida nas páginas de *O Globo* entre outubro e novembro de 1875, voltou a focar, entre vários assuntos, a linguagem. Movida por Joaquim Nabuco, resultaram em mútuos reparos por pretensão mau uso da língua portuguesa e da francesa (Alencar foi particularmente irônico quanto ao “francesismo” de Nabuco). Embora estivesse em jogo a competência do escritor para criar uma linguagem literária brasileira, Nabuco vendeu aos leitores a imagem de que seu oponente pretendia ser o patrono de uma nova língua – o que era facilitado por já anos de opiniões públicas sobre o tema.

Essa literatura indígena tem certa pretensão a tornar-se a literatura brasileira. Sem dúvida quem estuda os dialetos selvagens, a religião grosseira, os mitos confusos, os costumes rudes dos nossos indígenas, presta um serviço à ciência, e mesmo à arte. O que porém é impossível, é querer-se fazer dos selvagens a raça, de cuja civilização a nossa literatura deve ser o monumento.

Nós somos brasileiros, não somos guaranis; a língua que falamos, é ainda o português. Com o tempo, com a influência lenta, mas poderosa, do meio exterior, há de se tornar cada vez mais sensível a divergência que já começa de manifestar-se entre a nossa literatura e de Portugal.

São precisos porém séculos para que se venha a falar no Brasil uma língua diversa da portuguesa; o Sr. J. de Alencar deseja encurtar êsse prazo, e quer era por si só criar uma língua nacional, que se possa adaptar aos órgãos da fala [...].⁷¹

O interessante da afirmação é que ele não nega a dialetização, colocando-se na mesma posição teórica do oponente, o que não o impediu de recorrer à crítica. De um lado, o futuro abolicionista se referiu ao vocabulário tupi e, de outro, atacou o estilo metafórico e a sintaxe musical presente em *Iracema* e *Ubirajara*. Neste sentido, Alencar procuraria excessivamente a melodia e o ritmo, mudando palavras e sacrificando tudo o mais a este totem, como se não fosse um escritor, mas um “regente de orquestra”. Para

alcançar isto, ele abusava dos termos tupis, criando, assim, uma linguagem artificial, que não guardava paralelo com a língua bárbara e extinta dos índios, mas com o Brasil que ele queria descrever. Conseqüentemente, só restava

essa língua tôda individual do escritor e a cadência dos seus períodos evidentemente solfejados antes de escritos, para corresponderem a uma certa melodia tropical, que parece a única ambição do Sr. J. de Alencar e de sua escola. A idéia de arte que se pode encontrar em tôdas as obras do nosso compatriota é a dessa toada monótona, ao som da qual os negros poderiam talvez dançar; o seu estilo, as suas composições correspondem à música, não pela harmonia [...] mas pela melodia; a música, porém, é uma arte completa [...] ao passo que a prosa rítmica precisa de alguma coisa mais do que da forma, da idéia. É essa a arte do Sr. J. de Alencar; a sua estética literária, e por isso a natureza americana, de que êle tanto fala, não é em seus livros senão um monótono sussurro.⁷²

Contudo, Nabuco afirmava algo que provavelmente seu oponente subscreveria não se tratasse de uma polêmica: que no futuro o Brasil teria sua própria língua, posto que a nação era composta da mistura de várias raças cujo resultado não se sabia ainda qual seria.⁷³ Afinal, este era o mesmo Alencar que recorria às fontes mais profundas do português – o latim – e argumentava com as regras gramaticais, para formar novas palavras que defendia seguirem fielmente o gênio do idioma.

A fortuna crítica negativa tanto das teorizações quanto das tentativas práticas de instaurar uma nova linguagem literária baseada no indianismo e, mais profundamente, num vocabulário e numa poética tupi, ficou sob o peso do estigma criado pela nova geração, mas isso não significou seu fim definitivo. Isso talvez tenha levado a que a sutileza e imprecisão da forma pela qual autores como Alencar, Norberto da Souza Silva e Luís da Silva Pinto se referiram à língua ou dialeto brasileiro tenha permanecido obscura, ao mesmo que sendo reutilizada, tanto com os sentidos nacionalistas vistos acima, quanto com novas acepções e importância para a identidade nacional.

TUPI E FORMAÇÃO NACIONAL EM COUTO DE MAGALHÃES

A proposta romântica de Alencar encontrou nas vogas realista e naturalista do final do século XIX adversários que sepultaram seu aproveitamento do tupi. Isto não significou, contudo, que a idéia de uma língua nacional não continuasse a ser atrativa, nem que o papel do tupi passasse a ser menosprezado por todos. Pelo contrário, a

especificidade brasileira foi exaltada por um autor em especial, tendo como base uma mistura de racismo, de teoria de adaptação dos povos ao meio, e de idealismo romântico, o que resultou numa singular teoria sobre a formação nacional e sua relação com a língua.

Couto de Magalhães foi talvez o maior discípulo da teoria da formação histórica de uma raça brasileira mestiça na vertente alencariana, que valorizava a integração pacífica e consensual do índio. A diferença era que o general não a confinava ao passado, apresentando-a em vez disso como um processo ainda em curso e que podia ser, além do mais, direcionado pelo Estado Imperial. Como consequência, o índio não era um ente sacrificado e o modelo do tupi colonial não se apresentava fossilizado. O futuro ia neste sentido, mas o presente ainda era distinto.

Já vimos anteriormente a proposta de integração nacional que ele formulou em *O selvagem*. Cabe aqui esclarecer a razão pela qual ele se norteava ao formular sua espécie de “plano desenvolvimentista” antes do tempo. Seu argumento era de que a natureza da composição nacional determinava o caminho a seguir. O cerne da resposta, o nó que se deveria desatar, era a questão racial. E não deixa de chamar a atenção que, antes que Sílvio Romero e Nina Rodrigues, os mais importantes pensadores da miscigenação na virada dos séculos XIX e XX, viessem a privilegiar a mistura entre brancos e negros, o general-viajante já propusesse um outro binômio:

Este grande colosso, que se fórma ainda com o nome de Brazil, é um immenso cadinho onde o sangue europeu se veio fundir com o sangue americano.

A futura população – operaria – do Brazil não será uma, nem outra cousa.

Como na America do norte o anglo-saxonio, fundindo-se com o pelle vermelha, produzio o Yank, representante de uma nova civilização; assim o latino, fundindo-se com o tupi, produzio essa raça energica que constitue a quasi totalidade da população de S. Paulo e Rio Grande, e a maioria do povo do imperio.

Grande parte de nossos compatriotas ainda não quer acreditar que o problema da população só será satisfatoriamente resolvido quando attendermos aos dous elementos: o europeu e o americano.⁷⁴

Desta forma, o que tinha que ser feito era aproveitar-se o caminho natural das coisas, apenas controlando-as. Num primeiro momento o elemento europeu imigrado deveria ser recebido nas cidades e províncias litorâneas; já o americano seria conquistado pacificamente e organizado racionalmente de forma a ser aproveitado no vasto e desocupado interior. Numa segunda etapa, infelizmente não detalhada por Couto e que se esperava ocorrer naturalmente ou com um empurrão do Estado, veria-se a repetição do que tinha sido até então a história do Brasil: a progressiva mistura entre aqueles dois

elementos. Afinal, fora esta mistura que resultara no povo brasileiro e era responsável pela colonização das áreas já ocupadas. Couto planejava o índio pacificado não só para o trabalho, mas como um fator de transição étnica na direção do amálgama com o branco, que já resultava no mestiço – a “população-operária” do interior. Era puro sonho imaginar que deveria-se livrar dos índios e povoar todo o Brasil com europeus, pois o meio impedia. A verdade é que eles não sobreviviam a nossas condições naturais e climáticas, e nossa civilização seria feita multiplicando aquilo que já tinha dado certo: o mestiço. Afinal, tirando a elite, que ele identifica nos “altos cargos, as funções públicas, os salões, os theatros, as cidades”, o mestiço do campo, “decendente do índio, o mestiço do índio, do branco e do preto”,⁷⁵ era quem compunha o grosso de nossa população, em muito maior número do que as outras raças em estado puro.

Couto de Magalhães buscava ser objetivo, valorizando o papel do índio, do mestiço e do negro como mão-de-obra que gerava a riqueza do país. No entanto, Couto era um humanista, não um igualitarista. Era um político próximo ao Imperador. Conseqüentemente, ele apelava para um sentido prático: nossa história e nosso povo eram resultados da mistura de sangues e nosso solo só aceitava de imediato esse híbrido étnico. Deveria-se seguir, portanto, o rumo natural, apenas direcionando-o em proveito daqueles que poderiam controlar nosso destino. Até então, aos poucos brancos, baseados nas cidades e através do controle do aparelho do Estado e do mais alto estágio civilizacional, cabia dirigir a nação. “Às raças crioulas” cabia colonizar e trabalhar. Nossas principais riquezas vinham da agricultura, na zona litorânea, e das atividades pastoris e extrativistas no resto do país. Nesse interior e para essas atividades só se adaptava o “gaúcho”, o “caipira”, o caburé”, o “caboclo”, o “mameluco”, o “tapuío” – termos distintos e regionais para o mesmo tipo racial.⁷⁶

Mas a questão não se resolvia aí. Seria então o Brasil um país para sempre tão racialmente misturado? Não exatamente: no modelo proposto em *O selvagem*, já se vê uma resposta que se tornaria mais comum no início do século XX, ou seja, o modelo do branqueamento gradual da população, devido à superioridade do sangue branco sobre os restantes.

Não devemos conservar pois apprehensões e receios a respeito dos futuros habitantes do Brasil. Cumpre apenas não turbar, partindo de prejuízos de raças, o processo lento, porém sabio, da natureza. Nosso grande

reservatório de população é a Europa; não continuamos a importar africanos; os indígenas, por uma lei de seleção natural, não de cedo ou tarde desaparecer; mas, se formos previdentes e humanos, eles não desaparecerão antes de haver confundido parte do seu sangue com o nosso, comunicando-nos as imunidades para resistir a acção deletéria do clima intertropical que predomina no Brasil.⁷⁷

Ou seja, toda a valorização de negros, índios e mestiços se submete a esta visão aliviadora de que, afinal, eles não triunfariam. Mas como eles transmitiam algo ao homem europeu, era preciso mostrar que não eram inferiores – ao menos não tão inferiores que pudessem perturbar o tipo branco resultante dos seguidos cruzamentos.

Na dicotomia deste modelo, as etnias indígenas, cuja variedade Couto devia conhecer tão bem nos aldeamentos do sul do Pará e nas suas viagens pelo Mato Grosso, desapareciam debaixo do sangue mestiço. O indígena representava um tipo humano e seu protótipo, membro mais antigo e espalhado pelo território era o tupi. Desta forma, ele deixava de ser uma tribo ou nação para ser uma raça ou família. Além disso, ele se imbricava com o nheengatú através da noção difundida no período – e da qual já tratamos anteriormente - de que o estudo lingüístico estava na base do estudo antropológico, pois determinava a genealogia humana. Ou seja, o estudo do nheengatú revelava o grau evolutivo da raça tupi, bem como sua filiação com outros povos indígenas e raças de outros continentes. O tupi puro desaparecera, ficando em seu lugar apenas seus familiares distantes (todas as outras tribos) ou seus descendentes já meio degenerados. Da mesma forma o tupi encontrado por Anchieta morrera, vivendo apenas um de seus filhos – o nheengatú.

Couto de Magalhães adotava a interpretação de que na América do Sul havia dois troncos lingüísticos: o tupi e o quéchua. O quéchua seria uma língua, ou família, ariana, devido à semelhança com o sânscrito. Já o tupi-nheengatú precisava de uma classificação, daí a necessidade de estudos.⁷⁸ Os dados lingüísticos eram essenciais, mas não únicos. Portanto, o autor se dedicava também a uma análise física dos índios, dividindo-os de acordo com cor da pele e estatura. Isso permitia delinear uma etnografia dos selvagens e explicar algumas das qualidades mentais, físicas e morais das tribos brasileiras. O mesmo modelo, se aplicado à população, revelava também a filiação de “mamelucos”, “cafuzos”, “caborés” com seus ancestrais brancos, africanos e indígenas e avaliar os efeitos positivos e negativos da mistura de sangue que os originou. Por fim, invertendo a mão que os lingüistas costumavam seguir, Couto de Magalhães tomava sua análise racial para

explicar a realidade lingüística. “O cruzamento d’estas raças, ao passo que misturou os sangues, cruzou tambem (se nos é lícito servirmos-nos d’essa expressão) a lingua portugueza, sobretudo a linguagem popular.” Mistura étnica e lingüística andavam par a par, uma evidenciando e dando o caráter da outra. E ambas determinando a cultura. “Este facto mostra que o cruzamento physico de duas raças deixa vestigios moraes, não menos importantes do que os do sangue.”⁷⁹ Mas quais vestígios eram esses que caracterizariam o povo brasileiro?

Além da adaptabilidade aos trópicos, fator mais físico do que “moral”, havia a “coragem, sobriedade, espirito de iniciativa, constancia e resignação em soffrer trabalhos e privações”. Ou seja, a mão-de-obra perfeita para uma nação que sonhava se civilizar e não podia prescindir de seus elementos que certas correntes científicas classificavam como inferiores. O povo brasileiro não só provava que a mistura não degenerava as raças, mas permitia a adaptação física e revelava características culturais positivas no contexto do meio em que se dava essa mistura. Com relação à língua, Couto de Magalhães achava mesmo que o tupi legara ao português um vocabulário rico e formas de expressão até mesmo superiores do que o português. O tupi

enriqueceu a lingua popular dos habitantes do interior do Brazil, lingua ás vezes rude não o contestamos, mas ás vezes tambem de uma energia e elegancia de que só póde fazer idéa, aquelle que tem estado em uma roda de gaúchos folgazãos a ouvil-os contar á historia de seus amôres, suas façanhas de valentia, ou as lendas, as vezes tão tocantes e poeticas de suas superstições, metade christãs, metade indigenas.⁸⁰

Não é de estranhar, portanto, que a importância do estudo do nheengatú seja tão ardentemente defendida por Couto de Magalhães. Não bastassem todas as razões expressas anteriormente, somava-se este argumento civilizador: a língua do índio apurara a língua do colonizador. Caminhando para desaparecer, ainda mais se o projeto assimilador de Couto ganhasse efetividade, o nheengatú sobrevivia ao sangue tupi. A língua portuguesa no Brasil evoluía por mestiçamento, tal qual o mestiço em relação ao europeu. Couto não defendia, evidentemente, a superioridade racial ou lingüística do mestiço em termos absolutos. A saída que ele encontrou – a de que etnicamente o brasileiro embranqueceria, revela isto. Mas ele rejeitava terminantemente as teorias racistas. Sua posição era relativista: a avaliação da evolução de uma raça ou da riqueza de um idioma se media de acordo com seu meio. Os troncos humanos possuem a capacidade

de se adaptar e isso se dá, entre outras formas, pela mistura de sangue. Além disso, as diferenças físicas, que são estruturais, não correspondem a hierarquias intelectuais. A ignorância e a barbárie eram fenômenos culturais, deviam-se à (falta de) educação. Todas as raças podiam ser aperfeiçoadas. No Brasil, a Bahia era o melhor exemplo: apesar do preconceito que os mulatos sofriam, relegados a uma estado de miséria e sem instrução, conseguiam destacar-se na vida intelectual de todo o Império. Não havia razão, portanto, para sentimento de inferioridade, em nenhum campo. A nação caminhava para o mestiçamento quase total (excetuava-se a elite branca, que permaneceria intacta). Isso era positivo e desejável. Pertencia à ordem natural das coisas e era vantajoso, socialmente, economicamente e culturalmente.

O portuguez do Brazil está irremediavelmente modificado pelo tupí, e, ao passo que os annos se forem accumulando, essa modificação ha de cada vez ser mais sensivel, porque os germens modificadores são [...] dotados de força propria e continuam a operar muito depois do desaparecimento da causa que, para nos servirmos de uma expressão physica, os infiltrou no organismo da lingua que sobrevive.⁸¹

Couto de Magalhães pode ter sido o especialista em tupi-nheengatú menos preparado em termos de teoria lingüística, conhecimento das fontes jesuíticas e dialetologia amazônica. Suas afirmativas sobre a classificação dos dialetos do tupi, sobre aspectos fonéticos desses dialetos, a confissão de que passara a estudar o assunto apenas um pouco antes de escrever *O Selvagem*, evidenciam que seus conhecimentos eram sobretudo retirados da experiência empírica. Ele não era um lingüista. Por outro lado, ele não era apenas um coletor de material, como Manoel Justiniano de Seixas, Correia de Faria ou até mesmo von Martius. O general compensou suas fraquezas teóricas com o pensamento mais organicamente estruturado dos autores brasileiros do século XIX que refletiram sobre linguagem, raças e nacionalidade. Sua maneira de encadear a relação entre estas questões encontrou poucos – ou nenhum – paralelo entre outros intelectuais do XIX. Sua teoria do branqueamento, apenas subentendia e não totalmente desenvolvida em Alencar e outros românticos, só seria retomada no início do século XX. Isso não significou, entretanto, que a tupifilia tivesse se esgotado, ou que a questão não reservasse outras contribuições originais.

TUPI E CONTRIBUIÇÃO AFRICANA NA DÉCADA DE 1870

Um bom exemplo neste sentido é o de Batista Caetano. Embora menos afeito aos grandes vôos do que seu colega militar, este autor possuía melhores credenciais como lingüista. E é de um ponto de vista eminentemente científico que ele buscou mostrar a importância do abanheenga-nheengatú para os estudos sobre a língua nacional, pois era uma linhagem da qual esta língua se originara. Para Batista Caetano, os tupis legaram ao país duas heranças: as línguas descendentes do abanheenga original, faladas em aldeias de norte a sul no interior (onde se destacava o decadente nheengatú); e elementos no próprio português. Esses elementos viviam em paralelo a uma terceira herança. Como vimos, encarava-se o processo lingüístico e o etnográfico através do mesmo modelo evolutivo e organicista, sendo que o lingüístico era sintoma de etnográfico. Assim, se o abanheenga influenciara o português era porque era uma das origens do nosso idioma nacional. Havia várias provas disto. Os matutos do interior conservavam muitos elementos fonéticos e sintáticos do tupi, pois descendiam dele. Mais importante: os civilizados adotaram suas palavras, “phraseados, idiotismos e cacoetes”. O brasileiro “come” letras, simplificando sílabas finais das palavras, como “botá”, “chovê”, “ardê” e “subr”; confunde os pronomes recíproco e o relativo (*se* e *si*), utilizando-os indistintamente para a segunda pessoa: “falo consigo, é para si que trago isto”.⁸² Esses e outros elementos nos foram passados pelos tupis. Embora alguns possam ser mais particulares de determinada região ou estrato social, haveria, neste tipo de argumento, um conjunto de características que possuiriam a mesma origem indígena e que dariam uma identidade distinta ao português brasileiro. Desta forma, o próprio brasileiro ganhava um diferencial. Em Batista Caetano este diferencial ainda era eminentemente lingüístico. Apesar da aproximação entre ciência da linguagem e antropologia, não era pronunciada a questão da mistura racial. Seu referencial teórico lhe permitiria afirmar uma identidade mestiça baseado numa linguagem misturada, mas ele não ia muito longe. O tupi não lhe parecia um elemento racialmente desejável na formação do Brasil. Sua contribuição restringia-se ao caipira ou ao “matuto”, que comporia um fundo importante, pois ao desaparecimento definitivo dos índios seguiria-se a hegemonia dos caboclos – sem, contudo, alcançar o todo da nação. Quando atingia o homem branco era apenas culturalmente, numa espécie de eco romântico do tupi como marca de uma civilização

americana que aperfeiçoava a principal herança, a européia. O tupi nos legava “os idiotismos e phrases usados na linguagem dos matutos, que de algum modo influem no portuguez que se falla no Brazil, e que, não sei si em bem ou si em mal, contrabalançam o afrancezamento do portuguez usado nas capitaes e pela gente do bom tom.”⁸³

Nem todos pensavam assim. Alguns poucos abandonaram este apego à tupifilia e tentaram introduzir um terceiro fator: o africano. Olhando para sua contribuição pela primeira vez como algo positivo, escritores como João Salomé Queiroga e lexicógrafos como Antônio Joaquim de Macedo Soares.

O poeta e folclorista Salomé Queiroga concebeu um projeto bastante particular de exaltação da poesia popular, tentando incorporá-la à literatura. Sua posição é também singular por que se situa ainda na vigência da tupifilia. Publicando intensamente apenas no início da década de 1870, o escritor esclareceu sua visão da língua nacional apenas no prólogo a seu terceiro livro, *Arremedos*, de 73. E ela não podia ser mais clara, entusiasmada, eivada de um novo tipo de nacionalismo.

O europeu e o indígena produziram e continuam a produzir alguns grandes homens que nos honram aqui e na Europa. Se a estes dois elementos reunirmos o elemento africano a mente pasma à vista dos brilhantes resultados da mistura da raça entre nós.⁸⁴

A nova nação daí resultante não podia de ser menos forte, inovadora e jovem em todos seus aspectos. Um deles, que se destaca para o leitor moderno pelo inusitado para o tempo, é a exaltação da mulata e de um aspecto que, relacionado a ela, se estenderia para todo o povo: “O povo mais ou menos todo êle é sensual: o nosso porém é sensualíssimo, por ser o transunto de três raças cada qual mais sensual.”⁸⁵ Suas observações neste sentido são dignas de nota não só porque influíram em sua visão da língua nacional, mas porque possuem uma clareza excepcional, em uma época que apenas via se esboçarem os primeiros passos do darwinismo social no Brasil.

Em que aproveita a população brasileira dizer que ela é de raça pura? Sempre ficará sendo o que é na realidade. O brasileiro amante de seu país não deve olhar para isso, nem fazer cabedal de raça pura; pelo contrário deve orgulhar-se de sua raça misturada que é a melhor do globo.⁸⁶

Desta forma, a diferença com Portugal era total. Não se podia crer, portanto que se falasse a língua de Camões; os brasileiros falam a “linguagem brasileira”, linguagem

que se afeita ao clima e aos usos e costumes derivados do mestiçamento. A mistura racial, sendo uma melhoria dos sangues puros, criava toda uma nova cultura.

Pintura, poesia, música, tôdas as artes, todos os estudos, tôdas as idéias vão sendo levadas pela benéfica corrente do progresso; a língua é uma das primeiras cousas de que ela se apodera. Em um momento enche-se e transborda de neologismos. Seu velho terreno português desaparece inteiramente debaixo de um montão sonoro e simpático de vocábulos compostos de português, bundo e guarani. Esta língua nova é bela, ornada, agradável, copiosa e inesgotável em formas. A língua portuguesa, filha da latina e esta da grega dois mananciais antigos das ciências e belas artes, enfeitada e enriquecida com a africana e guarani misturadas, que mina inesgotável para enriquecer as artes e estudos brasileiros.⁸⁷

Se esta língua popular, que ele não se cansa de elogiar, era nova, não havia razão para o artista que escrevia para o povo se alhear dela. “Mais de uma vez tenho escrito que compondo para o povo de meu país faço estudo, e direi garbo, de escrever em linguagem brasileira: se isso é deturpar a língua portuguesa, devo ser excomungado pelos fariseus luso-brasileiros. Escrevo em nosso idioma, que é luso-bundo-guarani.”⁸⁸

Este orgulho foi absolutamente original durante várias décadas em diante. Em primeiro lugar, por não tergiversar (talvez apenas na escolha ocasional do termo “linguagem”) em afirmar que o Brasil tinha uma língua própria. Em segundo lugar, e mais importante, por destacar a contribuição africana. Ora, na época os escritores, políticos e cientistas brasileiros omitiam por completo o papel étnico e cultural africano na formação nacional. Os escravos e os negros desta origem só importavam do ponto de vista do controle da força de trabalho do país. Além do mais, as recentes teorias do determinismo racial, que não só hierarquizavam as raças como condenavam os mestiços como tipos degenerados, involuções frente aos seus ascendentes de sangue puro, embaraçavam as perspectivas do país, inegavelmente marcado pela mestiagem.

Mas, apesar disto, a consciência de que havia uma presença africana a se considerar no estudo da língua ou dialeto brasileiro logo surgiu e teve que lutar arduamente para se manter à tona, pois a tupifilia se transformava, mas não morria.

OS BRASILEIRISMOS ENTRE 1880 E 1930

A década de 1880 testemunhou o *boom* do interesse pela questão: afinal, o Brasil possui uma nova língua ou apenas usa um, ou mais, dialetos da língua portuguesa? A ela

se dedicaram em diferentes níveis de atenção e de constância quase todos os mais importantes intelectuais do período – e muitos filólogos e dialetologistas profissionais e amadores que, normalmente, não são incluídos neste grupo seletivo. O período coberto se encaixa justamente no auge de popularidade das teorias racistas, bem como no início de fortes contestações a elas.

O elemento que iria demandar a maior parte da atenção foi o vocabulário. Assim é que se destaca logo de início a figura do magistrado, político e jurista, Antônio Joaquim de Macedo Soares, que entre 1879 e 1881 remeteu à *Revista Brasileira*, do Rio de Janeiro, uma série de estudos chamados “Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro”, que formaram a base para seu inacabado *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. A série desencadeou uma onda de artigos sobre a etimologia dos chamados *brasileirismos*. De início, o problema debatido era sobre a origem e significado original de palavras tupis, mas logo palavras bantós foram incluídas. Sobre estas, citadas *en passant* por Macedo Soares em seu primeiro artigo⁸⁹, opinou Batista Caetano que não eram angolanas, como aquele afirmara, mas tupis que tinham sido transportadas à África pelo portugueses.⁹⁰

Macedo Soares logo revelou um interesse por vocábulos com ascendência nos três elementos levantados por Salomé Queiroga: *capão* e *capoeira* (tupi), *chapadão* e *peão* (português), entre outros; e *banguê*, *batuque*, *bunda*, *caçula*, *cacimba*, *cafuné*, *canga*, *catanga*, *dengo*, *jongo*, *milonga*, *mucama* e *samba*, dentre dezenas de outros, além de alguns termos de origem hoje controvertida, como *cafajeste*, todos classificados como africanos, ou, mais especificamente, angolanos (hoje sabe-se que a maioria veio do quimbundo).⁹¹

Esta afeição ao vocabulário resultou em 1888 no dicionário de *brasileirismos*. Talvez por seu autor viajar muito (entre outras coisas porque foi também diplomata), talvez com pouco tempo para os estudos etimológicos, o dicionário só abrange de *A* a *Candeeiro*, e foi publicado inicialmente nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, para depois receber uma separata.⁹² Em ambos os casos não há nenhuma introdução, prefácio ou prólogo, capítulos comuns nos dicionários de então e que seria de se esperar na primeira obra do gênero no Brasil. Mas há uma singular frase estampada no frontispício: “já é tempo de os brasileiros escreverem como se falla no Brazil, e não como

se escreve em Portugal”. Como programa e divisa, ela inspira várias interpretações sobre qual o nível de independência que a idéia de “escrever como se fala” num determinado lugar indica.

Nova língua? Ainda não. Mas “não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o lexicon brasileiro não ha de ser mais o lexicon português”.⁹³ Macedo Soares levanta, na realidade, um pedido por mais naturalidade e honestidade, uma recusa ao classicismo impenitente ou ao purismo ortodoxo. Isto é o que efetivamente se vê nas suas etimologias de palavras portuguesas (maioria, aliás), em que se revela uma consciência que a questão não era a postura iconoclasta de romper por romper com qualquer indício de vínculo com Portugal. O uso do termo dialeto é feito por eliminação, pois ele, corretamente, se deu conta que na ciência da linguagem a definição de dialeto era imprecisa.⁹⁴ Dialeto era menos incorreto, pois língua era um exagero. Este dialeto por si só se modificaria, e um trabalho como o seu servia para descobrir e indicar o caminho separatista que ele ia tomando.

E qual a forma desta futura língua, já que se tratava de um futuro não tão distante? Macedo Soares não deu uma resposta explícita, mas indiretamente podemos aferir o tipo de língua que ele imaginava. O caminho do esclarecimento era o estudo das etimologias indígenas e africanas, como forma de entender não só seu papel lingüístico, mas como estes dois elementos contribuíram para a formação nacional. Este trabalho seria um reforço e uma validação das teorias de miscigenação que Soares encontrou em Couto de Magalhães e Batista Caetano.

Nestas leituras ele pendeu, ao fim e ao cabo, para o lado do general-sertanista, embora o racismo viesse de outras fontes. A língua e a nação não eram luso-bundo-guaranis, mas algo como luso-brasileiros. Era certo que o “elemento negro não deixou de contribuir, posto que mais parcamente ainda que o indio, para a formação do dialecto brasileiro. E que mais podia fazer, attenta a inferioridade da raça, e sobretudo, já não a inferioridade, mas a profunda baixeza de sua miserrima condição social?”⁹⁵ Não é preciso muita criatividade para se dar conta que, apesar da novidade de sua preocupação com o “elemento negro” e mesmo com a idéia de uma mistura, a identidade futura do país se ligava ao lado superior e europeu. Com isso, o lexicógrafo se adiantava em alguns anos aos principais autores (folcloristas, etnólogos, médicos etc.) que, a partir de 1890 –

mas sobretudo após 1910 – começaram a contestar o veredicto determinista de degeneração dos povos mestiços, com a defesa que estes povos na realidade permitiam o clareamento das raças “escuras”, resultando em novos povos “arianos”.⁹⁶

A importância da questão da formação do dialeto brasileiro nos anos 80 fica evidente na aliança muitas vezes feita com a tupifilia. Em certa medida, o problema da língua nacional foi mais um dos movimentos que tomou aspectos do interesse pelo tupi para oferecer uma resposta centrada no universo da cultura aos modelos históricos e raciais europeus. Até a revista do IHGB participou disto, imprimindo dois artigos sobre o tema.⁹⁷ O mais elaborado, do crítico literário paraense José Veríssimo, ilustra bem a leitura feita do problema da língua nacional sob o prisma do contato de povos distintos.

É justamente este fenômeno que faz a nossa originalidade, se a temos, livrando-nos de ser uma simples colônia européia, apenas politicamente emancipada, para formar com os elementos de lá recebidos e de cá aceitos, um povo que não é nem português, nem brasílio-guarani, nem tão pouco africano.⁹⁸

Isto não significava, contudo, que o Brasil estivesse fossilizado neste caldeamento. Devido à hierarquia entre as raças, a natureza se encarregava sempre de fazer triunfar a representante superiora, que absorvia as demais. O exemplo que ele conhecia mais diretamente – a Amazônia – lhe fornecia a prova: o tupi marcava no léxico a língua portuguesa. Mesmo que, ao contrário dos outros autores dedicados ao tema, a Veríssimo pouco importasse o nome dado ao resultado (língua, dialeto), pois este resultado só era sentido na fala e não alterava a identidade lingüística fundamental com Portugal. O resultado frisava tanto a posição nacional junto dos povos mais avançados que, uma vez que a evolução era sempre no sentido do progresso, a vertente lingüística brasileira acabaria por se tornar a dominante.

Assim como é atualmente enorme a superioridade material do Brasil sobre a antiga metrópole, tempo virá em que essa proeminência passará á ordem moral também, porque a nossa nacionalidade crescendo em número crescerá igualmente em importância política e civilização, e então não é impossível que a língua falada por cinquenta milhões de homens atue fortemente sobre a língua falada por cinco, dez ou mesmo quinze milhões.⁹⁹

Na mesma época, Sílvio Romero esposava posição parecida quanto ao resultado da dialetização, mas similar à de Macedo Soares quanto aos elementos desta dialetização. Não é preciso aqui tratar a fundo do papel deste notório polígrafo e polemista no destaque

ao papel da mestiçagem entre portugueses, índios e africanos na formação do povo brasileiro, nem das idas e vindas do seu pensamento, que ora valorizava a raça híbrida resultante, ora condenava-o ao atraso e a ser mero degrau na definitiva vitória do homem branco, raça superiora que se adaptaria por meio do mulato e do caboclo.¹⁰⁰ De qualquer forma, o resultado encontrado na língua falada no Brasil era exatamente paralelo ao ocorrido no nível etnológico e cultural: assim como o sangue e as expressões folclóricas se tinha se misturado, mantendo como substrato as formas lusitanas, também a língua portuguesa se dialetizara sob o mesmo princípio.

Já em 1879 Romero defendia esta posição, dando os louros a Alencar por ter sido o primeiro a notar o caráter de dialeto da linguagem popular brasileira. É interessante, desviando um pouco do assunto, notar que apesar das ressalvas feitas pelos críticos da geração de 1870 quanto à artificialidade e inocência do indianismo romântico, estes mesmos críticos tenham valorizado a posição alencariana pró-dialeto, o que se entende por ser esta uma leitura similar quanto à valorização da nacionalidade, ao mesmo tempo em que, por motivos diferentes, coincide na manutenção do caráter civilizado desta nacionalidade, uma vez que a ancestralidade européia mantém sua hegemonia.¹⁰¹ Em 1888, nos *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, retomando o tema depois de novas leituras (os dados dele eram quase todos de outros autores), Romero sistematizava melhor o que vinha a ser este dialeto.

Em primeiro lugar, recusava a identificação de “dialeto” com forma inferior de linguagem. Não poderia ser também adotado no sentido auferido por alguns lingüistas; ou seja, como língua. Tratava-se, portanto, de um sentido particular, de uma subdivisão do idioma, em paralelo com a subdivisão do povo. Por causa disto, não fazia sentido a ainda insistente condenação de tal fato, uma vez que haveria também um dialeto lusitano.

Em segundo lugar, o dialeto brasileiro ainda não estava totalmente formado. Assim como a mestiçagem, a dialetização era um processo dinâmico, em que se fazia sentir antes de completa (se é que se completaria um dia).

À língua portuguesa na América juntaram-se elementos tais, aos colonizadores uniram-se raças tão outras, tão distintas, que os *nossos brasileirismos* podem ser considerados, por assim dizer, os *proto-plasmas* de um *futuro dialeto*, porque eles tendem a multiplicar-se e acentuar-se cada vez mais, ao ponto de modificarem a fisionomia geral da língua. Se, pois, é uma exagero afirmar em absoluto que o *lusobrasileiro* é já desde agora um dialeto determinado; não o é menos negar que temos os elementos dessa

transformação necessária e indispensável, quando não para outra coisa, ao menos para coibir a monomania de *ridículo purismo* de que se acham afetados certos pretensiosos do Rio de Janeiro.¹⁰²

Em terceiro lugar, era preciso ter em mente que uma unidade seria alcançada. O processo de dialetização, tal como visto na época pelas gramáticas comparativas, levava à constante fragmentação das línguas, cuja melhor imagem foi a árvore genealógica. Mas no Brasil havia e só poderiam haver provincianismos, pois as diversas regiões eram incapazes de produzir tipos raciais distintos entre si (posição que posteriormente Romero matizaria) e literaturas autônomas que dessem suporte a línguas próprias. No máximo, as províncias tinham vários termos particulares e uma ou outra diferença prosódica.

Significava isto que a ausência de um dialeto formado determinaria a postergação do seu estudo? Uma resposta positiva iria contra o espírito taxonomista de Romero, pois lhe retiraria preciosos elementos para traçar a fisionomia do povo brasileiro, de o filiar a africanos, tupis e portugueses, ao mesmo tempo que atacar toda a noção de pureza sem base científica, criada artificialmente. Desta forma, era preciso proceder a uma classificação acurada dos compostos que estavam formando o dialeto. Estes se dividiam em vocabulário, fonética e sintaxe, com nítida vantagem para os dois primeiros.

O vocabulário reunia palavras tupis, africanas, de origem incerta e de modificações lexicológicas da língua portuguesa. As listas apresentadas, com o significado acoplado, dão nítida vantagem para as três primeiras, além de ressaltarem que os termos usados pelo indianismo romântico não “passaram à viva linguagem popular”.

¹⁰³

Quanto à fonética e à sintaxe, Romero se vale de outros autores, reunindo os comentários que vimos – ou veremos em seguida – de Batista Caetano, Pacheco Júnior e Paranhos da Silva, além de comentários menores de Alencar e de Varnhagen. Sua única contribuição neste ponto foi notar a inclusão de vogais em grupos consonantais iniciais com *l* (*quelêmcia*, em vez de *clemência*) e o uso da terminação *ia* no lugar de *a* (*diferencia*).¹⁰⁴

O folclorista sergipano, ao se limitar neste ponto a uma grande compilação, deixou estrategicamente de se aprofundar no problema da origem destas alterações na língua portuguesa. Assim como outros autores da virada do século, limitou-se a dar um papel vocabular positivo para africanos e tupis, numa posição equânime para ambos, nem

tão tupifilica como Alencar, Batista Caetano ou Couto de Magalhães, nem tão igualitária quanto Salomé Queiroga. Sua única incursão pelas línguas africanas, fruto, aliás, de uma indignação pela falta de interesse pela contribuição do negro na formação nacional, como, por exemplo, estudos dos remanescentes de africanos no Brasil (“nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas *cozinhas*”), é um minúsculo dicionário cabinda-português, que, de certa forma, deixa claro o papel limitado do negro.

Esta língua de aspecto primitivo e rudimentar, contribuiu para avolumar com alguns vocábulos o português do Brasil. Por ela tive o ensejo de ver e observar o fenômeno do cruzamento de uma língua com outra, fato em que a língua mais culta tende afinal a triunfar, sem deixar contudo de sofrer grandes alterações.¹⁰⁵

Talvez a causa da brevidade dos itens não lexicológicos esteja não só no recurso a autores que também não atribuíram origens específicas à particularidades sintáticas e, especialmente, fonéticas, mas no modelo em que, conquistados, passivos e aculturados, africanos e tupis foram agentes menores na formação cultural da nação. Se do ponto de vista do sangue tinham dado muito, no resto não podiam competir com o folclore, língua e idéias dos mais avançados portugueses que, além do mais, possuíam um substrato europeu superior.¹⁰⁶ Outra razão que se pode levantar era a falta de testemunhos do uso de línguas africanas no Brasil, bem como os poucos estudos disponíveis sobre as mesma na própria África, ou ainda da permanência de mitos e cantos em tupi entre o povo mestiço. Romero lembrou anos mais tarde que só se conseguiu coligir canções populares que incluíam alguns trechos nestas línguas, como certos versos de uma “genuína negra baiana crioula”, filha de africanos.¹⁰⁷

Ou então, pode-se argumentar junto com Cláudia Mattos que o procedimento analítico que demandaria uma etimologia e uma análise fonética para conseguir isolar os elementos africanos ou indígenas não se adapta bem a uma abordagem que vem, antes de tudo, da antropologia física, e que privilegia este tipo tão polifacetado que é o mestiço, com todas suas variantes (matuto, caboclo, mulato etc.).¹⁰⁸

Este trabalho de garimpagem ficaria para outros autores. A partir dos anos 80 vários se sentiram estimulados a publicar suas contribuições sobre a etimologia de palavras tupis e de brasileirismos, o que, por seu turno, acabou se revelando um veículo para o debate sobre o estágio da dialetização no Brasil. E com o avolumar desta literatura,

outros elementos além do vocabulário foram levantados como características importantes, embora o privilégio sempre recaísse sobre o léxico. De uma maneira geral, nestas outras características destacaram-se dois assuntos.

Um era a pronúncia viciada do “povo inculto”, para usar a expressão do filólogo e professor do Colégio Pedro II Manuel Pacheco da Silva Júnior, que elencou seus traços: a prostético (*arrevolver*); metátese do r (*estrupe*); apócope do r (*comê*); troca do l pelo r (*carma*); o fechado soando como u (*achádu*); e fechado soando como i (*subméti*); acentuação de sílabas subordinadas, e não das tônicas; lh soando como i (*muiê*); só ocorre em São Paulo e Minas Gerais); troca de a por e na terceira pessoa do plural do pretérito perfeito (*nós chegemos*).¹⁰⁹

Outro era a colocação pronominal. Uma das principais críticas dos puristas – como no caso envolvendo José de Alencar – era o do uso inapropriado dos pronomes oblíquos átonos (*me, te, se, nos, vos* etc.). Sem entrar em detalhes sobre qual a diferença que marcava seu uso entre portugueses e brasileiros, Batista Caetano e Paranhos da Silva, no início da década de 1880, afirmavam, respectivamente, ser este fato de natureza distinta, portanto não cabendo a alcunha de erro, e que a peculiaridade brasileira era privilegiar a colocação antes do verbo, o que estava de acordo com o latim e a gramática das línguas neo-latinas.¹¹⁰ Embora um ou outro autor desse exemplos de próclise, o que chamava mesmo a atenção era a ênclise. O filólogo, ensaísta, crítico literário e professor do Colégio Pedro II, João Ribeiro, chegava mesmo a defender que era a feição mais característica do falar brasileiro, posto que espelhava o espírito de seu povo.

O exame psicológico dos pronomes vai dar-nos uma exemplificação curiosa.

O brasileiro diz comumente:

- Me diga... me faça o favor.

É esse um modo de dizer de grande suavidade e doçura, ao passo que o “diga-me” e o “faça-me” são duros e imperativos.

O modo brasileiro é um pedido; o modo português é uma ordem.

Em “me diga” pede-se; em “diga-me” ordena-se. Assim, pois, somos inimigos da ênfase e mais inclinados às intimidades.

E se quisermos uma prova decisiva nesta matéria, temo-la no uso chamado português que também fazemos, quando há necessidades imperativas de mando ou de ênfase. Então, nesses casos, praticamos sem o saber, a vernaculidade dos pronomes. [...]

Que interesse temos, pois, em reduzir duas fórmulas a uma única e em comprimir dois sentimentos diversos numa só expressão?

Em geral todas as mutilações por amor da vernaculidade (ou antes do portuguesismo) envolvem qualquer sacrifício d'alma, destrói os meios-tons, e os matizes criados sob a luz e o céu americano.¹¹¹

A maioria das contribuições se concentrou nos brasileirismos, feição que acabou marcando o dialeto brasileiro ou a linguagem luso-brasileira. Mas fora a definição dada pela origem, o que eram estes brasileirismos? Na definição da época, eram palavras e modos de falar peculiares conhecidos somente no Brasil, incluindo provincianismos usados somente em certas partes do país. Das listas elencadas vê-se ainda que este vocabulário cobria algumas áreas em especial: botânica e zoologia; etnônimos e topônimos; utensílios, vestimentas e atos ligados a atividades tipicamente brasileiras, como o pastoreio de gaúchos e sertanejos, passos de danças ou formas de cozinhar; estados de espírito e atividades do corpo humano.¹¹² Deste léxico, conquanto amplo e variado, não se podia tirar uma nova língua, apenas mostrar que a língua européia, base de todo o processo dialetológico, era o elemento principal e que a mistura acabava por enriquecê-la.

No início do século XX surgiram duas novas formas de apresentar estes brasileirismos. De um lado, buscava-se um novo *status*, posto que os defensores do dialeto brasileiro ainda tinham a oposição dos puristas. Em vez da forma de verbetes em dicionários ou listas incluídas em gramáticas, uma análise mais detida sobre algumas palavras e formas de expressão mais pitorescas ou desconhecidas, o que levava a discussões etimológicas e a um pasweio pela história e pela cultura popular, dando relevância e enraizamento aos brasileirismos. O historiador e folclorista pernambucano Alfredo de Carvalho foi talvez o primeiro a trilhar este caminho, em 1906, mas aquele que marcou esta tática foi João Ribeiro, que em 1921 publicou o marcante e panfletário *A língua nacional*.¹¹³ Além de incluir mais termos e, como vimos na citação acima sobre o uso de pronomes, um tom mais militante, a obra se destaca por uma atenção à contribuição africana similar à de Sílvio Romero, bem como à apresentação de uma língua que, conquanto portuguesa na essência, possui uma riqueza única por congregar ditados e expressões de vários cantos do mundo. As fontes de brasileirismos são equilibradas: sete são arcaísmos lusitanos ou modificações da língua portuguesa; oito são de origem tupi-guarani; seis vêm de Angola (*por dentro molambo só, papagaio come o milho e periquito leva a fama, calundu, quijila, quilombo e mucama*); dez são de outras origens, como do árabe, do castelhano, do hindí, ou expressões medievais européias que se perderam no tempo); uma é uma mistura ariano-tupi (*macaco velho não mete a mão*

em cumbuca); e uma mistura tupi-angolano (*quilombola*). Apesar disto, Ribeiro afirma que o tupi foi o elemento principal deste processo de enriquecimento e abrandamento do idioma de Camões.¹¹⁴

A outra novidade foi a descoberta dos regionalismos. De um lado, havia um certo sentimento de alteridade, particularmente forte em São Paulo e no Rio Grande do Sul¹¹⁵, mas que não conseguia romper totalmente com a unidade maior do nacional. Como se verá melhor no último capítulo, no caso paulista o regionalismo postulou uma identidade que saía do estado para cobrir toda a nação. De outro lado, havia uma ausência deste sentimento, expressa de várias formas. Em primeiro lugar, a grande maioria dos estados não produziu tal sentimento nativista: somente Pernambuco produziu uma literatura – ainda que pequena – que teve algum impacto fora do estado – e ela não era, nem se inseriu em movimento, orgulhosa de alguma profunda especificidade da qual se orgulhava.¹¹⁶ Em segundo lugar, as particularidades estaduais – mesmo em São Paulo ou no Rio Grande – eram apresentadas como pitorescas, sem afirmação de grande independência, e sem estudos mais amplos sobre as possíveis razões das diferenças lingüísticas em questão (a própria exclusividade dada ao léxico já era um sintoma disto). Estas distinções tinham um efeito ambíguo: se davam vazão a certa percepção da originalidade na leitura mais atenta de cada verbete, também mostravam algumas feições de uniformidade – seja na simples coincidência de termos entre autores e áreas de uso, seja em parcas tentativas de esquemas dialetológicos que ressaltavam unidades maiores do que a dos estados, como se vê em Rodolfo Garcia¹¹⁷. Por fim, outra tendência a terminar por aproximar as várias partes do país foi o interesse pela influência tupi nos toponímicos, como se vê em *O tupi na corografia pernambucana*, de Alfredo de Carvalho, e no *Dicionário geográfico da província de São Paulo*, de João Mendes de Almeida.¹¹⁸

Apesar disto, a identidade lingüística nacional ganhou algumas fissuras que merecem uma análise um pouco mais detida. Uma vez que isso nos leva a outros temas e a um aprofundamento do período pós-1920, em que a idéia da língua brasileira se enfraqueceu, é preferível deixar sua abordagem para outro capítulo. Vamos, antes disso, entrar no terceiro movimento iniciado em meados do século XIX que tratou do problema do idioma nacional, um movimento que rechaçou por completo as questões de

mestiçagem, de valorização da alteridade brasileira e de apropriação do léxico ou da pronúncia africana ou tupi. Ainda com marcas na atualidade, trata-se da valorização inflamada da pureza do idioma de Camões na boca e na pena dos brasileiros.

NOTAS

¹ Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1990, p. 34.

² Idem, *ibidem*, p. 48.

³ João Reis, *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, e “Magia jeje na Bahia: a invasão do calundu do Pasto de Cachoeira, 1785”, *Revista Brasileira de História*, 8, mar-ago. 1988.

⁴ Ao silêncio brasileiro sobre este fato contrastam os testemunhos de viajantes estrangeiros, como Alexander Caldeleugh, Thomas Ender, Otto von Kotzbue, Auguste de Saint-Hilaire e C. Schlichthorst. Ver Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p.p. 54-56 e 293-95, e José Honório Rodrigues, *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p.p. 141-43.

⁵ Luís Silveira (org.), *Obra nova de lingua geral de mina*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945. O manuscrito é analisado no contexto do escravismo colonial por Sílvia Lara, “Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII”, in Miguel Vale de Almeida et al., *Trânsitos coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p.p. 205-225. Um historiador nigeriano também analisou o texto, mas do ponto de vista lingüístico, comparando-o com o “vocabulário nagô” do Recife. Consultar: Olabiyi Yai, “Texts of enslavement: Fon and Yoruba vocabularies from eighteenth and nineteenth-century Brazil”, in Paul Lovejoy, *Identity in the shadow of slavery*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2000, p.p. 102-112.

⁶ Gladys Ribeiro, “Pés-de-chumbo e garrafeiros: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831)”, *Revista Brasileira de História*, 12, set. 1991-ago. 1992: 141-165.

⁷ José Joaquim Lopes de Lima, *Diccionario carcundatico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

⁸ Para uma análise do papel político da linguagem no início do Primeiro Reinado, consultar Isabel Lustosa, *Insultos impressos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

⁹ Para um bom resumo do processo da Independência e dos projetos políticos envolvidos, consultar: Iara Lis Souza, *A Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. É sintomático que um dos que a início acalentou a idéia da reunião luso-brasileira tenha sido um dos raros a deixar registrado seu apreço pela língua portuguesa: José Bonifácio, “Ode primeira das Olímpicas de Píndaro: Advertência (1825)”, in Edith Pinto, *O português do Brasil*, vol. I. São Paulo: EdUSP, 1978, p.p. 9-11.

¹⁰ Como, entre outros, as palavras vindas do quimbundo: caçula, calunda, molambo e muxingueira, além do nome da etnia mandinga. Adrien Balbi, *Atlas Ethnographique du Globe*. Paris: Rey et Gravier, 1826, p.p. 173-175.

¹¹ Luís Maria da Silva Pinto, *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, “Prologo”.

¹² Joaquim Norberto da Souza Silva, “A língua brasileira”, *O Guanabara* (1855), in *História da literatura brasileira* (org. de Roberto Acízelo de Souza). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro; Zé Mário, 2001, p. 348 (itálicos no original).

¹³ Brás da Costa Rubim, *Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionários da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro, 1853.

¹⁴ Idem, *ibidem*, “Duas palavras”. A afirmação não é exatamente original; quase todos os dicionários da língua portuguesa no século XIX mantêm esta postura humilde. Mas em se tratando desta obra pioneira, ganha um sentido de que Rubim esperava que o tema despertasse mais interessados. Aparentemente poucos se sentiram atraídos pelo tema, como Gonçalves Dias (“Carta ao dr. Pedro Nunes Leal, 1857”, in Edith Pinto, *O português do Brasil*, p.p. 36-38), ou Antônio Álvares Pereira Coruja, autor da “Collecção de vocabulos e frases usados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul”, *RIHGB*, 15, 1852: 206. O artigo despertou o interesse da comunidade especializada internacional, vindo a ser publicado em 1856 pela editora Trübner de Londres, dedicada à literatura lingüística.

- ¹⁴ Lopes Gama, *O carapuceiro*, apud Ivana Lima, *Cores, marcas e falas*. Niterói: Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2000, p.p. 130-31.
- ¹⁵ João Francisco Lisboa, *A escravidão e Varnhagen*, apud Ivana Lima, *Cores, marcas e falas*, p. 132.
- ¹⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen, "Prólogo", de 1847, de *Florilégio da poesia brasileira*, in Maria Eunice Moreira e Regina Zilberman, *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 227.
- ¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 228.
- ¹⁹ Opinião expressa no início da década de 1850 nas páginas da revista *Guanabara*; apud I. S. Lima, *Cores, marcas e falas*, p. 130.
- ²⁰ David Treece, *Exiles, allies, rebels*. Londres e Westport: Greenwood Press, 2000, p. 193. Logo após José de Alencar começar a tratar da mestiçagem, outro literato romântico fez o mesmo, embora se tratasse de trabalho científico: Gonçalves de Magalhães, "Os indígenas do Brasil perante a historia", *RIHGB*, 23, 1860: 3-66.
- ²¹ D. Treece, *Exiles, allies, rebels*, p.p. 180-193.
- ²² Estes índios tupis do litoral dos atuais estados do Rio Grande do Norte e Ceará passaram a ser mais conhecidos como potiguaras. Segundo Alencar, os próprios se chamavam de *pitiguaras*, significando "senhores dos vales", sendo o apelido de *potiguaras*, "comedores de camarão", dado pelos tabajaras de forma pejorativa. José de Alencar, *Iracema*. Porto Alegre: L&PM, 1997, p. 59.
- ²³ Aqui divergimos um pouco de Treece, que identifica no romance uma tentativa de internalização e superação do sacrifício indígena e da capacidade européia para a violência e o crime, para que a consciência brasileira se reconcilie consigo mesma. D. Treece, *Exiles, allies, rebels*, p.p. 177 e 194.
- ²⁴ José de Alencar, "Carta ao Dr. Jaguaribe", *Iracema*, p. 136.
- ²⁵ Idem, *ibidem*, p.p. 71-72.
- ²⁶ Idem, *ibidem*, p.p. 72-73.
- ²⁷ D. Treece, *Exiles, allies, rebels*, p. 199. A interpretação aqui feita dos personagens e da simbologia do romance está melhor analisada no livro deste autor, especialmente p.p. 193-203.
- ²⁸ Alencar, op. cit., p.p. 20-21.
- ²⁹ Alencar, "Argumento histórico", *Iracema*, op. cit., p.p. 15-18.
- ³⁰ Idem, *ibidem*, p. 102.
- ³¹ Machado de Assis, crônica de 23/1/1866, em *Crítica e variedades*. São Paulo: Globo, 1997, p. 87.
- ³² Idem, *ibidem*, p.p. 116-119.
- ³³ Idem, *ibidem*, p. 122.
- ³⁴ Idem, *ibidem*, p. 132.
- ³⁵ Alencar confessou durante sua polêmica com Joaquim Nabuco, em 1875, que nunca pensara a sério sobre o assunto (Afrânio Coutinho, *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965, p. 178). A alegação do posfácio a *Iracema* seria apenas uma forma de valorizar o romance, pretendendo para ele algo inédito na literatura brasileira. Mas mesmo assim a incorporação de recursos poéticos é evidente na obra, como veremos. Alencar, *Iracema*, p. 118.
- ³⁶ "Carta ao dr. Jaguaribe", *Iracema*, p. 138.
- ³⁷ "Realça-lhe a beleza nativa a poderosa paixão do amor selvagem, do amor que procede da virgindade da natureza, participa da independência dos bosques, cresce na solidão, alenta-se do ar agreste da montanha. [...] Eis o que é *Iracema* criatura copiada da natureza, idealizada pela arte, mostrando através da rusticidade dos costumes uma alma própria para amar e para sentir". Machado de Assis, *Crítica e variedades*, p. 86.
- ³⁸ J. Alencar, *Iracema*, p.p. 22-23.
- ³⁹ J. Alencar, *Ubirajara*. São Paulo: Ática, 1996, especialmente p.p. 22-23 e 38-39. Alencar usa ainda o termo *maranduba*, que é como grafa o que outros preferem como *moranduba* ou *poranduba*, para o momento em que se dá uma situação que é claramente regida por algum código social, código este que é recitado por um dos personagens. Ver p. 59.
- ⁴⁰ Idem, *ibidem*, p.p. 30-31. Há ainda um refrão usado pelo herói que resume a transformação da linguagem tupi em recitativo de atributos, em auto-elogio: "Eu sou Ubirajara, o senhor da lança, o guerreiro invencível que tem por arma a serpente". Ver p.p. 20, 23 e 69.
- ⁴¹ Anos depois, em 1875, assim Alencar teorizou esta relação: "O domínio da arte na história é a penumbra em que esta deixou os acontecimentos, e da qual a imaginação surge por uma admirável intuição, por uma como exumação do pretérito, a imagem da sociedade extinta. Só aí é que a arte pode criar; e que o poeta tem direito de inventar; mas o fato autêntico, não se altera sem mentir à história". Ver A. Coutinho, *A polêmica Alencar-Nabuco*, p. 29.

⁴² J. Alencar, *Ubirajara*, p.p. 12-13.

⁴³ Estas 20 são: boicininga, ubaia, jandaia, inhuma, guará, graúna, gará, ará, jibóia, sucuri, caititus, jaguar, acauã, jatobá, jurema, irapuã, jacaúna, âmbar, “folha escura” e cupim. As demais são: jati, oiticica, crautá, juçara, oitibó, andira, andiroba, anajê, maracajá, saí, cuandu, abati, jatobá (que também é uma localidade cearense), monguba, imbu, japim, piau e manacá.

⁴⁴ Anhangá, curupira, jurupari, jaci, e a expressão “suas estrelas eram muitas”.

⁴⁵ Estas 4 são: pocema, “à cintura da virgem”, jurema, “vieste”. Os outros costumes são: “quebrar a flecha da paz”, “mulheres para hóspedes”, “ouvir o trovão” de Tupã, “seu colar de guerra” e “carbeto”.

⁴⁶ Além do próprio Martim e Iracema, Batuireté, Irapuã, Jacaúna, Japi, “gavião branco” (uma das alcunhas de Martim) e Coatiabo (nome tupi que Martim recebe após se pintar como potiguara e declarar que sua terra seria o Ceará) e Moacir. Só Poti e Caubi ficam de fora.

⁴⁷ Respectivamente: jirau, uru, boré, inúbia; e igaçaba, maracá, uiraçaba, camucim, ubiratã, carioba; “fogos da alegria”, bucã e maracatim.

⁴⁸ Ipu, Ibiapaba, Jaguaribe, Acaracu, Ceará, Mocaripe. Ibiapina, Meruoca, Mundaú, Potengi, “as saborosas traíras” (rio Trairi), Piroquara, Soipé (ou Siupé), Cauiçã, “rio que forma um braço do mar” (o Parnaíba), Jatobá, Batuireté (além de personagem, uma serra), Quixeramobim, “caminho das garças” (Acarape), Maranguape, Pirapora, Porangaba, Jereraú, Sapiranga, Muritiapua, Aratanha, Guaiúba, Pacatuba, Mecejana, Monguba, Jacarecanga, “enseada dos papagaios” (Jericoacara), Tauape, “velha taba” (*tapui-tapera*: grande aldeia tupinambá do Maranhão). Todos estes rios, cidades, rios e praias têm seus nomes decompostos e suas partes analisadas para se retirar o primitivo significado.

⁴⁹ J. Alencar, *Iracema*, op. cit., p. 47.

⁵⁰ Idem, ibidem, nota 47, p. 47.

⁵¹ Idem, ibidem, nota 46, p. 46.

⁵² Idem, ibidem, p. 138.

⁵³ Idem, ibidem, p.p. 139-140.

⁵⁴ Idem, ibidem, nota 54, p. 53. Como vimos, a principal característica notada no tupi era a da “aglutinação”, pela qual as palavras eram formadas pela composição de radicais, com algumas alterações fonéticas, e as línguas assim classificadas eram colocadas em um patamar evolutivo intermediário. Só se pode especular até que ponto os leitores de Alencar eram versados nestes assuntos.

⁵⁵ Respectivamente: jaguarê, “coqueiro”, jabuti, manati, pirijá, jandira, craúba e guanumbi; “jaguarê agradece a Tupã” e araci; “lançadeira”, uiraçaba, “lan÷a”, canitar, tacape, ubiratã, uru e pahã; Taari, Araguaia, Tocantim e Pará.

⁵⁶ J. Alencar, *Ubirajara*, nota 36, p. 86.

⁵⁷ Machado de Assis, *Crisálidas, Falenas e Americanas*. São Paulo: Globo, 1997, nota K, p. 238. O poema ao qual a nota se refere “Potira”, como outros de temática indianista do livro, não possuem a linguagem mimética de Gonçalves Dias ou Alencar, mas há várias notas históricas, antropológicas e lingüísticas. É ainda interessante notar uma genealogia vocabular: tomando apenas os exemplos aludidos por Machado, vemos que “pocema” está presente em *Iracema*, “muçurana” é usada por Gonçalves Dias em “I-juca-pirama” e “canitar” é usada em *Ubirajara* e “I-juca-pirama”. Outras duas palavras que merecem notas por parte de Machado são “cauim”, vista em “I-juca-pirama”, “anajê”, já presente em *Iracema*, e “anhangá”, encontrada no mesmo poema de Dias e ainda em “O canto do piaga”.

⁵⁸ Ver resumos destas críticas em D. Treece, *Exiles, allies, rebels*, p. 202, em Araripe Júnior, “José de Alencar”, *Obra crítica de Araripe Júnior, volume I: 1868-1887*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958, p.p. 246-49, e em Cláudia Neiva de Mattos, *A poesia popular na república das letras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Funarte, 1994, p. 59.

⁵⁹ “Alencar e a língua brasileira”, artigo de 1958 de Brito Broca em *Teatro das letras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p.p. 98-102; Tânia Serra, “Língua brasileira e nacionalismo no romance romântico de José de Alencar”, *Cadernos do Colloque International Lusographie/Lusophonie*. Rennes: Université Rennes 2, vol. 2, setembro 1994, p.p. 151-158.

⁶⁰ J. de Alencar, *Senhora Diva*. São Paulo: Dicapel, s.d., p. 334.

⁶¹ J. Alencar, *Senhora Diva*, p. 327.

⁶² Idem, ibidem, p. 328.

⁶³ Idem, ibidem, p.p. 328-329.

⁶⁴ José de Alencar, “Pós-escrito”, in E. Pinto, *O português do Brasil*, p. 75.

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 76.

- ⁶⁶ J. Alencar, *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d. [1872], p. 19.
- ⁶⁷ Idem, *O nosso cancionero*. Campinas: Pontes, 1993, p. 25.
- ⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 26.
- ⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 27.
- ⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 56.
- ⁷¹ Joaquim Nabuco, "Aos domingos", 14/11/1875, in A. Coutinho, *A polêmica Alencar-Nabuco*, p.p. 190-191.
- ⁷¹ J. Nabuco, "Aos domingos", 21/11/1875, in A. Coutinho, *A polêmica Alencar-Nabuco*, p. 210.
- ⁷³ J. Nabuco, "Aos domingos", 14/11/1875, in A. Coutinho, *A polêmica Alencar-Nabuco*, p. 191. Na resposta a este ataque, Alencar, talvez para demonstrar proficiência na literatura lingüística e não dar o braço a torcer – espécie de regra não escrita de toda boa polêmica do século XIX – revidou afirmando que ele se referia na passagem das frutas à lei de Grimm sobre a diferença dos sons guturais típicos dos povos de regiões frias dos sons mais abertos e linguais dos povos de regiões quentes. Grimm não era um teórico do desenvolvimento geral das línguas, apenas o descobridor da 1ª lei prática mudança histórica de alguns fonemas no alemão, pelo que indicou a forma pela qual os idiomas evoluíam, algo que a descoberta do sânscrito já apontava, mas sem a demonstração do caminho pelo qual dele saíra sua descendência. Neste sentido, Alencar exagera na interpretação, mas seu fundo reside menos no conhecimento especializado e mais no caráter alusivo da passagem.
- ⁷⁴ Couto de Magalhães, *O selvagem*, Rio de Janeiro: Reforma, 1876, p. XX. Ver ainda o item "Origens, costumes e região selvagem", p.p. 82-93 e 101.
- ⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. XXII. Ver também o item "Origens, costumes e região selvagem", p. 100.
- ⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. XXVI.
- ⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 101 ("Origens, costumes e região selvagem").
- ⁷⁸ Idem, *ibidem*, p.p. 43 a 47 (*idem*).
- ⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 76 (*idem*).
- ⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 77 (*idem*).
- ⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 143-44. Sobre os mulatos baianos e os "prejuizos sociaes" contra eles, ver p. 103.
- ⁸² Batista Caetano, "Apontamentos sobre o Abaíenga também chamado Guarani ou Tupi ou Lingua Geral dos Brasis", *Ensaio de Sciencia por Diversos Amadores*, I, março de 1876., pp. 30-32.
- ⁸³ Idem, "A etymologia da palavra emboaba", *Revista Brasileira*, 15/11/1879: 359.
- ⁸⁴ João Salomé Queiroga, "Carta a Stockler" (9/12/1871), in Afrânio Coutinho (org.), *Textos que interessam à história do romantismo*, vol. 1. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1960, p. 40.
- ⁸⁵ Idem, "Prólogo", in A. Coutinho, *Textos que interessam à história do romantismo*, p. 34.
- ⁸⁶ Idem, *ibidem*, p. 37.
- ⁸⁷ Idem, "Carta a Stockler", in A. Coutinho, *Textos que interessam à história do romantismo*, p. 43.
- ⁸⁸ Idem, "Prólogo", in A. Coutinho, *Textos que interessam à história do romantismo*, p. 34.
- ⁸⁹ Macedo Soares, "Sobre a etymologia da palavra boava ou emboaba", *RB*, 15/09/1879: 587-94.
- ⁹⁰ Batista Caetano, "A etymologia da palavra emboaba", *RB*, 01/01/1880, p.p. 35-36. A resposta de Caetano se iniciara no número de 15/11/1879: 348-66. Macedo Soares listara como palavras angolanas ou congolanas, entre outras, *mbirimbau*, *mbunda*, *ngana* e *ngola*: "Sobre a etymologia da palavra boava ou emboaba", p. 592. O artigo deste autor motivou ainda um comentário sobre outras palavras tupis por parte de Henrique de Beaurepaire Rohan, "Sobre a etymologia do vocabulo brasileiro capoeira", *RB*, 15/03/1880: 390-92.
- ⁹¹ Macedo Soares, "Estudos lexicographicos do dialecto brasileiro", *RB*, 15/01/1880 (p.p. 118-23), 15/02/1880 (p.p. 224-33), 01/12/1880 (p.p. 385-404), 01/03/1881 (p.p. 367-79) e 15/04/1881 (p.p. 118-26), além de "Sobre algumas palavras africanas introduzidas no portuguez que se fala no Brazil", *RB*, 15/05/1880: 243-71.
- ⁹² Macedo Soares, "Diccionario brasileiro da lingua portugueza", *ABN*, XIII (1885-86), 1888: 1-147; *Diccionario brasileiro da lingua portugueza: 1875-1888*, 1889.
- ⁹³ Idem, "Sobre algumas palavras africanas introduzidas no portuguez que se fala no Brazil", p. 270.
- ⁹⁴ Max Müller defendia a teoria da regeneração dialetal, pela qual as línguas nacionais teriam se formado depois de um período de existência de vários dialetos. Neste sentido, dialetos não eram desdobramentos de uma língua original, mas formas primitivas. *Lectures on the science of language*. Londres: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1861, p.p. 47-55 e 59-61. A mesma posição era esposada por Ernest Renan, em *De l'origine du langage*. Paris: Michel Lévy Frères 1858 [1ª edição de 1848], p.p. 175-86. Para o norte-

americano William Whitney todas as línguas são dialetos de uma comunidade que tem, por sua vez, parentesco com outras comunidades; nenhuma deixa de ser uma língua, no sentido de que é o meio de comunicação de uma parte da humanidade que segue suas necessidades e capacidades. A política e a história levam a rotular uma de língua e outras de dialeto. A dificuldade de divisão é parecida com estabelecer a distinção biológica entre “variedades” e “espécies”. Para Whitney, as diferenças dialetais (pronúncia, frases, significados etc.) estão presentes em toda a história da linguagem, mesmo depois das línguas nacionais formadas. Ver: *Language and the study of language*. Nova York: Charles Scribner, 1867, p.p. 175 e 177-81; *Max Müller and the science of language*. Nova York: D. Appleton, 1892, p.p. 49-52; e Archibald Sayce, *Introduction to the science of language*. Londres: C. Kegan, 1880, p.p. 210-19. Apesar do debate, as genealogias feitas mostravam dialetos como variedades menores e dependentes das línguas. Consultar: Friedrich Bopp, *A comparative grammar of the Sanscrit, Zend, Greek, Latin, Lithuanian, Gothic, German, and Slavonic languages*. Londres: Madden and Malcom, 1845-50 (original alemão de 1833); August Schleicher, *A compendium of the comparative grammar of the Indo-European, Sanskrit, Greek and Latin languages*. Londres, Trübner & Co., 1874 (original alemão de 1861); W. Whitney, *A Sanskrit Grammar*. Leipzig, Breitkopf and Härtel, 1879; Robert Cust, *A sketch of the modern languages of Africa*. Londres: Trübner & Co., 1883; Wilhelm Bleek, *The languages of Mosambique*. Londres: Harrison and Sons, 1856, e *A comparative grammar of South African languages*. Londres e Cidade do Cabo: Trübner & Co., 1862.

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 259.

⁹⁶ Thomas Skidmore, *Black into white*. Londres e Durham: Duke University Press, 1993.

⁹⁷ José Veríssimo, “As populações indígenas da Amazonia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes”, *RHGB*, 50, 1887: 295-390; B. C. Rubim, “Vocabulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar”, 45, 1882: 363-390.

⁹⁸ J. Veríssimo, “As populações indígenas da Amazonia...”, p. 315.

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p.p. 318-19. Neste final dos anos 80, mesmo autores que não tratavam especificamente dos brasileirismos ou das contribuições afro-tupis acabaram opinando sobre o problema dialetal. O líder positivista Miguel Lemos, por exemplo, apoiava a idéia de um dialeto brasileiro (*Ortografia positiva*. Rio de Janeiro: Sede do Apostolado Positivista do Brasil, 1888, p.p. XI-XII). Já José Jorge Paranhos da Silva tinha uma teoria original: o português do século XV, ainda usado no Brasil, era ligeiramente distinto do castelhano, tendo em Portugal se dialetado em um idioma distinto. Conseqüentemente, a língua portuguesa era inferior à língua “brasileira” (*O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brazil*. Rio de Janeiro: Lourenço Winter, 1879).

¹⁰⁰ Para esta discussão, remeto-me a Roberto Ventura, *Estilo tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, C. N. Mattos, *A poesia popular na república das letras*, e T. Skidmore, *Black into white*.

¹⁰¹ Este elogio pode ser notado claramente em Araripe Júnior, “José de Alencar”, *Obra crítica de Araripe Júnior, volume I*, e a série de artigos publicado na revista *Novidades* em 1888: “Aluísio Azevedo, o romance no Brasil”, “Estilo tropical, a fórmula do naturalismo brasileiro” e “Ao sr. Carlos de Laet”, in *Obra crítica de Araripe Júnior, volume II: 1888-1894*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960, respectivamente p.p. 65-68, 68-73 e 97-102. Araripe, no entanto, adota uma posição “climatológica”, como veremos adiante. Para os elogios de Sílvio Romero, consultar: *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977, p.p. 131-39 (saído originalmente na *Revista Brasileira* em 1879 e editado em separado em 1888).

¹⁰² S. Romero, *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, p. 236 (itálicos no original).

¹⁰³ Idem, *ibidem*, p. 240. As listas estão nas p.p. 237-40.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 241.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, p.p. 35-36 (nota de rodapé 6). A citação anterior (entre parênteses) está na p. 34.

¹⁰⁶ Idem, “Tradições populares; cantos e contos anônimos; alterações da língua portuguesa no Brasil” (1888), in E. Pinto, *O português do Brasil*, p.p. 313-15.

¹⁰⁷ S. Romero, “Novas contribuições para o estudo do folclore brasileiro” (1910-11), in E. Pinto, *O português do Brasil*, p. 319. Ver ainda os *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, p. 147.

¹⁰⁸ C. N. Mattos, *A poesia popular na república das letras*, p. 78.

¹⁰⁹ Pacheco Júnior, “O dialecto brasileiro”, *RB*, 15/09/1880: 488-89. Alguns destes elementos são citados por Ernesto Carneiro Ribeiro, *Serões grammaticaes* (1915), in E. Pinto, *O português do Brasil*, p. 361. Uma forma marginal na literatura especializada aqui examinada foi apresentar cantigas populares transcritas em ortografia fonética, imitando a pronúncia popular. Consultar: José Leite de Vasconcelos,

Dialecto brasileiro. Porto: A. J. da Silva Teixeira, 1883, p.p. 9-10; S. Romero, *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, p.p.109-115, 154, 169-173, 176, 180 e 189 (apenas algumas palavras).

¹¹⁰ B. Caetano, "Colocação dos pronomes", *Rascunhos sobre a grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: A. dos Santos, 1881, p.p. 3-11; Manuel Pacheco da Silva Júnior e L. L. Fernandes Pinheiro Júnior, "A collocação dos pronomes", *RB*, 15/09/1880: 496-501 (este volume da revista ostentou mais três artigos sobre a colocação pronominal, todos condenando a feição brasileira: p.p. 71-496).

¹¹¹ João Ribeiro, *A lingua nacional*. Petrópolis: Vozes, 1979 (original de 1921), p. 53. O dialetologista português José Leite de Vasconcelos, concordava com a identificação do fato, que "denuncia immediatamente um escrito brasileiro": *Dialecto brasileiro*. Porto: A.J. da Silva Teixeira, 1883, p. 23. Exemplos de próclise na linguagem brasileira estão em E. C. Ribeiro, *Serões grammaticaes*, in E. Pinto, *O português do Brasil*, p. 360.

¹¹² Beaurepaire Rohan, *Diccionario de vocabulos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889; J. Ribeiro, *Diccionario grammatical*. Rio de Janeiro: Alves, 1889, p.p. 63-76, 84-85, 118, 369-380; M. Pacheco Jr. e Lameira de Andrade, *Grammatica da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: Alves, 1894 (2ª edição), p.p. 56-64; As listas estão em "Dicionário de brasileirismos", *RABL*, out. 1910: 378-421; continuadas nas edições de: jan. 1911: 98-125; abril 1911: 390-411; jul. 1911: 134-169; out. 1911: 382-410; e abril 1912: 339-342; E. C. Ribeiro, *Serões grammaticaes*, in E. Pinto, *O português do Brasil*, p. 843.

¹¹³ Alfredo de Carvalho, *Phrases e palavras*. Recife: J. W. de Medeiros, 1906; J. Ribeiro, *A lingua nacional*.

¹¹⁴ J. Ribeiro, *A lingua nacional*, p. 114. Outro autor dos anos 20 que privilegiou o tupi foi Quintino do Valle, *Da influência do tupi no português*. Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1926. Solidônio Leite, por outro lado, levantou a teoria que os aspectos fonéticos brasileiros eram influência dos dialetos indo-portugueses do oceano Índico (*A lingua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1922).

¹¹⁵ A. A. P. Coruja, "Collecção de vocabulos e frases usados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul" (1852); J. Romaguera Correia, *Vocabulario sul rio-grandense*. Pelotas e Porto Alegre: Carlos Echenique, 1898; Roque Callage, *Vocabulario gaúcho*. Porto Alegre: O Globo, 1926; Carlos Teschauer, *Porandúba riograndense*. Porto Alegre: O Globo, 1929.

¹¹⁶ Pude reunir uma pequena bibliografia sobre os regionalismos pernambucanos: A. de Carvalho, *Phrases e palavras*, e *O tupi na chorographia pernambucana*. Recife: Jornal do Recife 1907; Rodolfo Garcia, *Diccionario de brasileirismos (peculiaridades pernambucanas)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915 (saiu primeiro na *RIHGB*, 76, 1913); Francisco Pereira da Costa, *Vocabulário pernambucano*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1976 (1ª edição de 1916). Como se viu no capítulo precedente e neste, no Amazonas e no Pará os olhos se voltavam para o nheengatú. No Ceará e no Rio de Janeiro pude recolher um ou outro estudo, como veremos no capítulo 4. É possível que as revistas dos institutos históricos, geográficos e arqueológicos estaduais tenham no período publicado algo na área.

¹¹⁷ R. Garcia, *Diccionario de brasileirismos*. Outro exemplo da atração pelo universo mas amplo dos brasileirismos é o do padre Teschauer, que apesar de se dedicar ao folclore gaúcho, publicou uma série de obras mais amplas: *Apostillas ao "Diccionario de vocabulos brasileiros"*. Petrópolis: Vozes, 1912; *Novo vocabulario brasileiro: 2ª serie das apostillas ao Diccionario de vocabulos brasileiros*. Petrópolis: Vozes, 1918; *Novo vocabulario nacional: 3ª serie das apostillas ao Diccionario de vocabulos brasileiros*. Porto Alegre, 1923.

¹¹⁸ Alfredo M. Pinto, *Apontamentos para o diccionario geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1887-88; João Mendes de Almeida, *Diccionario geographico da provincia de S. Paulo*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1902; A. Carvalho, *O tupi na chorographia pernambucana*; Sebastião Galvão, *Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

Capítulo 3

PORQUE ME UFANO DA MINHA LÍNGUA PORTUGUESA

APOLOGIA LINGÜÍSTICA NO BRASIL E EM PORTUGAL

O caminho trilhado pela idéia de uma autonomia lingüística brasileira não se dividiu apenas em várias vertentes. Ele teve que enfrentar também a concorrência dos que contradiziam esta pretensa autonomia. Entre 1840 e 1870, no auge do indianismo literário e lingüístico, pouco interesse existiu pela língua portuguesa, exclusividade dos gramáticos, lexicógrafos e beletistas portugueses. À parte o dicionário de Antônio Morais Silva, que, apesar de editado em Lisboa, era de um brasileiro, uma ou outra gramática escolar ou obra inexpressiva sobre aspectos menores do “idioma de Camões”, havia um silêncio, cúmplice da tupifilia imperial. Silêncio curioso, quando se lembra a ideologia oficial de que o fator predominante na civilização brasileira era o elemento português.¹

Mas, ao final da década de 1870, os brasileiros despertaram para o tema. A mesma década que viu nascer a geração do racismo científico, do darwinismo social, do elogio irrestrito aos poderes dissecadores da ciência moderna, da difusão do realismo literário e das teorias positivistas, e do ataque à base de sustentação simbólica e política da monarquia, notou, com muito menos alarde e aparente desinteresse, o surgimento de uma nova vertente em torno do problema da língua nacional. Iniciava-se um longo período de preocupação com os rumos do português e de mobilização pela sua salvação, cujo ápice se deu no início do século XX, decaindo na década de 1930.

O que torna este movimento interessante é que, ao mesmo tempo em que se apresenta na superfície como uma preocupação autônoma, na qual ecoam vozes que remontam aos gramáticos, filólogos, lexicógrafos e escritores portugueses dos séculos XVI ao XIX, convive e dialoga com as novas versões da tupifilia, com o questionamento de nossa independência lingüística e com as teorias racistas sobre a formação nacional.

Desta corrida que, ora sem a intenção, ora com ela, busca superar o interesse pelos idiomas indígenas e pela “língua brasileira”, tratarei neste capítulo.

Do outro lado do Atlântico a preocupação com a língua portuguesa era bem mais antiga. A literatura portuguesa sobre o tema deixou suas marcas no debate brasileiro. Pode-se dizer até mesmo que o debate se tornou bilateral. Havia, por certo, particularidades, mas o diálogo permanecia, o que nos levará não só a Portugal, mas a alguns recuos cronológicos.

As primeiras obras sobre a língua portuguesa (séculos XVI e XVII) tinham traços de um certo sentimento de inferioridade lusa frente ao latim e às outras grandes línguas nacionais européias, em especial à vizinha castelhana. Como parte do Renascimento em Portugal, os primeiros gramáticos procuraram codificar uma língua nacional, criar fontes de bom uso e, ainda por cima, defender seu papel de instrumento de cultura na mesma conformidade que o latim, que ocupava um posto de destaque como veículo da religião, das ciências e das artes, bem como fonte de aprendizagem da gramática dita universal, que ensinava a arte de falar corretamente. Junto a esta língua, apenas o grego e o hebraico mereciam atenção similar, por serem os idiomas originais das Escrituras e dos tempos bíblicos.² Defrontados com a ausência de textos que explicassem o funcionamento da língua portuguesa, com a sua adoção pela burocracia do Estado monárquico e com a existência de uma incipiente literatura, eles sentiram a necessidade de fornecer instrumentos simples, claros e diretos de descrição deste vernáculo. Esta novidade resultou numa afirmação da superioridade do idioma, postura que, aliada à rivalidade com a Espanha, centro de cultura com maior reconhecimento e com pretensões anexadoras, influenciou os estudiosos a ressaltar sua ascendência latina e sua superioridade, destacando algumas características em especial: brevidade, originalidade, riqueza vocabular e complexidade, além da filiação ao latim.³

Na passagem dos quinhentos para os seiscentos uma obra de outro gênero se destacou: *Poemas lusitanos*, de Antônio Ferreira. Morto com apenas 41 anos na grande peste que assolou Lisboa em 1569, suas odes, cantos, sonetos e o drama “Inês de Castro” só foram publicados em 1598 por seu filho. Cantando os feitos portugueses, não foi tão louvado como Luís de Camões. No entanto, a partir do fim do século XVIII, os *Poemas lusitanos* foram recuperados, e Ferreira passou a ser lembrado mais do que nunca. O

interesse nele reside numa leitura na qual os lexicógrafos buscaram um exemplo de um antigo e tradicional patriotismo lusitano, dando a Ferreira o posto de descobridor da centralidade cultural da língua para a nação; ou seja, como protótipo da atitude que estes lexicógrafos queriam transmitir a seus leitores no tratamento do problema da língua nacional.

De um início sutil, com a reedição dos *Poemas* por Pedro José da Fonseca, em 1771, passou-se a um uso mais explícito da figura de Ferreira, quando o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa, em 1793 incluiu como epígrafe de uma de suas apresentações os seguintes versos da Carta III, do Livro I:

Floresça, falle, cante, ouçase, e viva
A portugueza lingoa, e já onde for,
Senhora vá de si, soberba, e altiva.
Se téqui esteve baixa, e sem louvor,
Culpa he dos que a mal exercitirão,
Esquecimento nosso e desamor.⁴

O uso da passagem filia o dicionário a uma preocupação com o engrandecimento da língua. No mesmo sentido foi a escolha feita por Francisco de São Luís, quando inseriu como epígrafe de seu ensaio sobre os galicismos outro trecho da mesma carta:

Do que se antigamente mais prezáram
Todos os que escreveram, foy honrar
A propria lingua, e nisso trabalháram.⁵

Na seqüência vários gramáticos e lexicógrafos passaram a usar a estrofe da Carta III, bem como outros versos de Ferreira, em epígrafes de suas próprias obras.⁶ Com isto, criou-se uma linhagem ligando o século XVI a 1770 e aos séculos XIX e XX, na qual um poeta quinhentista é recuperado como símbolo de um patriotismo lingüístico. Ferreira surge como um congraçador, conclamando especialistas e público a respeitarem, estudarem, admirarem e louvarem a língua portuguesa. O curioso é que Ferreira tinha outros poemas que já faziam isso, inclusive engrandecendo a origem latina da língua. Entre versos genericamente patrióticos, como os acima, e versos mais claramente ufanistas com relação ao idioma, os lexicógrafos brasileiros e portugueses optaram pela primeira opção. A razão? Muito provavelmente porque a sombra de Camões, poeta preferido pelo nacionalismo lusitano do século XIX, pesou na hora da escolha.

Mas o uso que se fez de Ferreira tem, ainda assim, um grande valor, pois é parte inegável de um amplo processo que tomou curso ainda no início do século XVIII, para se tornar hegemônico no século XIX, até decair a partir de 1920. Com significados, intensidades e objetivos distintos ao longo dos anos e em cada país (Brasil ou Portugal), o ufanismo da língua portuguesa, ainda assim, mantém uma certa unidade nesta necessidade de valorização do vernáculo e de afirmação de sua posição central para a nacionalidade.

Voltemos, portanto, ao início do que ficou conhecido como “o século das Luzes”, quando se imprimiu a primeira grande obra do gênero em Portugal, o primeiro monumento ao idioma luso. Este recuo nos ajudará a entender as modificações no processo. Chegamos assim ao elegante dicionário do padre Rafael Bluteau, de 1712.⁷ Em seus oito grandes e pesados volumes, acrescidos em 1728 de mais dois tomos suplementares⁸, o *Vocabulário* é marcado pela ponderação, estando ausente a linguagem superlativa que marcava as obras anteriores de apologia ao idioma, embora presente a preocupação com o castelhano. Para o religioso anglo-francês⁹ todas as línguas civilizadas são boas, posto que emanações do Espírito Santo e instrumentos da fé. Todas são belas, desde que bem usadas. O problema é que cada um acha a sua a melhor. “Mas por serem humas lingoas mais abundantes, & entendidas, que outras, não por isso sam essencialmente melhores, porque o caso mais que a razão ajuntou as syllabas, & formou as palavras, para declarar o conceito, & para quem com ellas se criou, todas sam igualmente boas”.¹⁰ Neste sentido, a riqueza lexical não é um privilégio luso. É menos um reflexo da grandiosidade da nação do que fato comum de várias (não todas, note-se) línguas. Excluídos os argumentos da riqueza deste tesouro ou da apreciação estética, sobravam apenas os costumeiros: a origem e a apreciação subjetiva de suas qualidades.

Não tenho a nossa lingoa, por grosseira, nem por bons os argumentos, com que alguns querem provar, que he esta. Antes he branda para declarar; grave para encarecer; eficaz para mover; doce para pronunciar; breve para resolver; & accommodada às matérias mais importantes da pratica, & escritura. Para fallar he engraçada com um modo senhoril; para cantar he suave, cõ um certo sentimento, que favorece a Musica; para pregar he substanciosa com uma gravidade, que autoriza as razoens, & as sentenças; para escrever cartas nem tem infinita copia, que dane, nem brevidade estéril, que a limite; para historias nem he tam florida, que se derrame; nem tam seca, que busque o favor das alheas. A pronunciaçam não obriga a ferir o ceo da boca, com aspereza; nem a arrancar as palavras com vehemencia do gargalo. [...] Tem de todas as línguas o melhor, a pronunciação da Latina; a origem da Grega¹¹; a familiaridade da Castelhana; a brandura da Franceza; a elegância da Italiana.¹²

Estas palavras serviam como um levantar de ânimos, um espantar de complexos, um aviso que o português nada devia aos seus irmãos mais famosos, estando, ao fim e ao cabo, no mesmo pé de igualdade quanto à história e quanto às qualidades estéticas e gramaticais. Uma vez estabelecida a igualdade de honras e galas das línguas, a ode de Bluteau só poderia ser lida como uma libertação da condição de prima pobre. O coletor do tesouro da língua – o *Vocabulário* – era justificado, dentre outras razões, porque se a obra não tivesse aparecido “era por agora huma especie de suffocação, e morte para a lingua Portugueza, lingua hoje viva, e tão viva, que com ventagem à lingua Latina morta, cada dia com novas expressões se amplifica”, tornando-se assim mais “elegante” e chegando a um ponto em que as mais “ricas” não tinham mais um “cabedal” como ela.¹³

Ainda que ambígua, a posição de Bluteau permaneceu através do século XVIII, como se vê na afirmação do frei franciscano, vivendo no Alentejo, Bernardo de Lima e Melo Bacelar, que desdenhava a importância da questão da riqueza do idioma português.¹⁴ Também o primeiro brasileiro a tratar do problema, Antônio de Moraes Silva, limitou-se a recusar a “accusação, que contra a Lingua Portugueza formão os que nunca a estudarão, taixando-a por isso de pobre, rude, e aspera, quando se bem a conhecessem acharião, que em riqueza, magestade, e harmonia nada tem que invejar ás mais cultas da Europa”.¹⁵ Posições ainda na defensiva, como se vê.

No século seguinte, a louvação começou contida, como foi o caso de Francisco de São Luiz, nome religioso adotado por Francisco Justiniano Saraiva,¹⁶ o que não evitou que um outro frei franciscano, exilado político por anos em Londres e Paris, e polígrafo, José Inácio Roquete, criticasse os gramáticos e o público por permitirem que o português ficasse na condição de que “mais se louva do que se estuda”.¹⁷

Alguns anos depois, Francisco Antônio de Campos, o Visconde de Vila Nova de Fozcoa, político importante das décadas de 1820-30 e sócio da Academia de Ciência de Lisboa, também iria se levantar em prol da grandeza lingüística, baseado na filiação latina, embora o português mantivesse sobre esta língua “uma superioridade incalculavel”.¹⁸ Um fato que lhe chamou a atenção é a característica transpositiva do latim, ou seja, a possibilidade das palavras serem arranjadas livremente na frase, sem alterar o significado da mesma, enquanto o português possui restrições. Já o italiano e o inglês têm mais liberdade, e o francês menos,

vindo assim a nossa lingua a tomar um meio termo, que sem seguir a marcha relugal [sic] e monotona do francez, pôde variar as construcções com elegancia, sem prejuizo da clareza e da ligação das idéas; o que nem sempre acontece no inglez e no italiano. Neste ponto refiro-me aos discursos didacticos e historicos; porque na poesia são permittidas inversões mais ousadas, como se pôde ver nos nossos grandes poetas, em que a lingua brilha com uma elevação e nobreza, talvez superior a tudo quanto se tem escrito nas linguas mais perfectas.¹⁹

Como se vê, o tom não muito exaltado está limitado pela necessidade do recurso à literatura como a forma que dá superioridade ao idioma. Sozinho, sua condição é apenas relativa, timidamente melhor do que as outras línguas.

O panorama iria mudar na segunda metade do século XIX, marcado pelo grande número de adjetivos e superlativos no gênero da expressão “riquissima lingua” empregada pelo filho de família nobre, jornalista e político do partido miguelista, Francisco de Pina Manique, em 1856²⁰. Além da insistência na riqueza vocabular, há um reforço de características ainda mais subjetivas, pois se ao menos o léxico pode ser contado, o que dizer de fatos como a suavidade dos fonemas, a expressividade das construções ou a clareza de suas expressões?

O militar português Francisco Evaristo Leoni é quem talvez melhor expressou estas concepções do papel das línguas para as nacionalidades. É preciso lembrar que o século XIX foi uma época de fortes movimentos nacionalistas, sendo o romantismo e a manipulação das línguas nacionais, algumas de suas expressões.²¹ Para Leoni, o ponto era o da identidade de “gênios” entre “mãe” e “filha”, o que provava a latinidade da nação lusitana e indicava sua importância histórica através do brasão clássico. Na ausência de glórias presentes, a procura por um berço fornecedor de uma essência histórica (“alma”, “gênio”, “espírito”, “caráter”, no linguajar da época) dava um alento e um alívio. Nos dois volumes do *Gênio da lingua portuguesa*, Leoni é um bom exemplo dos amplos esforços dispensados. Além das longas comparações gramaticais entre a língua antiga e a nova, existem outros argumentos a ligar ambas à nacionalidade. Sobre a base da afirmação da latinidade, sobrepunha-se a própria evolução do português, o que lhe dava uma enorme superioridade. Aos que viam algumas semelhanças com o hebraico, por exemplo, Leoni, respondia altivamente que “ignoram o quanto o genio imitativo da lingua portugueza tende a servir-se de tudo o quanto é capaz de dar grandeza e relevo a uma idéa, sem ir mendigar o ouro escasso de uma lingua pobrissima, como é a dos hebreos”.²²

Mas como o gênio da língua se ligava à nação? Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a linguagem é a “pintura” do pensamento, sendo, no entanto, diferente em cada lugar do mundo. Nesta concepção, não há divórcio entre a expressão e o que é expressado, e por isso é que o instrumento do pensamento acaba revelando na sua estrutura as capacidades intelectuais de quem usa esse instrumento. Uma concepção bastante parecida com as de Rousseau e Herder.²³ Nas palavras de Leoni, a língua “faz parte do espírito, do gênio, e do pensar do povo que a fala”.²⁴ Ou seja, ela reflete o povo.

O povo, por sua vez, era fruto do solo, do meio e do clima. Filósofos como Herder e Rousseau caminhavam neste sentido. Outros pensadores, como Buffon e Montesquieu, também se interessaram pelo papel do clima, do solo, e da natureza sobre a organização dos povos.²⁵ Conseqüentemente, se a língua segue o temperamento de seus falantes, é porque as condições que a geraram vieram do local em que ela germinou. Povo e língua nascem juntos. Como se vê, esta é uma opinião bastante discordante das propostas da lingüística histórica, que procurava na estrutura interna de funcionamento a chave para uma genealogia das línguas, o que resultou na separação entre nações, raças ou povos e suas línguas. Estas estavam submetidas a leis próprias, tornando-se assim organismos cuja evolução se dava em um ritmo desigual ao de formação de seus falantes enquanto corpo social e cultural autônomo. Já na visão romântica, a língua francesa, por exemplo, segue a alegria e inquietude do seu povo, de fala rápida e frases e palavras curtas, fato que não se repete na portuguesa, de “gênio mais tranqüilo, mais grave, e as idéas menos volúveis e fugaces”.²⁶ Se os franceses perderam as formas sonoras do latim e os portugueses não, é porque estes eram conforme os romanos, usando frases longas e com acentuação diversificada (oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, esta última ausente do francês). Com isso, era possível variar o discurso e a sonoridade, tornando o idioma mais harmônico, prosódico e enérgico.

Havia ainda outras conseqüências do postulado do paralelo entre a formação nacional, o meio, a herança histórica e a formação lingüística: a emoção que se expressava naturalmente através do idioma.

Outra propriedade tem a língua portuguesa, que a torna sumamente energética e expressiva; qual é a de ser *accentuada e prosódica*; propriedade que lhe provém, sem dúvida, de terem os portugueses uma alma *pathetica e apaixonada*; por cujo motivo modularam as palavras *accentuando e afinando* as vogais pelo *tom* mais ou menos intenso, mais ou menos *pathetic* e *vehemente* das fibras do coração que os

varios affectos lhe faziam vibrar. – D'esta propriedade que a lingua possui de ser accentuada lhe vem o poder admitir nos versos o metro latino, que, em verdade, não sabemos até que ponto chega a imitar; porque também ignoramos hoje o verdadeiro modo de pronunciar dos romanos, e o quanto a harmonia de nossos accentos prosodicos póde competir com o encanto que era proprio da *quantidade*.

Todavia, é certo que d'esta imitação, quando mesmo imperfeita, é susceptivel a lingua portugueza. – E, por ser mais uma das propriedades que a distinguem, a não devemos omitir; antes nos parece accertado dar aqui alguma idéa do hexametro portuguez, em que varios engenhos nossos se teem exercitado, e que, segundo o entender de um illustre poeta, que as musas ha pouco perderam, póde ainda apperfeiçoar-se muito.²⁷

Esta abordagem que recusava a moderna ciência da linguagem em prol do nacionalismo lingüístico de cunho romântico, não representa em toda extensão o pensamento da época, mas revela os pressupostos que balizavam boa parte da apologia à língua portuguesa. Tanto que, mesmo aqueles que se insurgiram contra a ignorância dos que recusavam os avanços da ciência moderna, se rendiam vez ou outra aos apelos sedutores desta teoria ao mesmo tempo mesológica, aristocrática, romântica, e até mesmo metafísica, da superioridade e nobreza do idioma luso. Afinal, a constatação da decadência portuguesa frente a outros países europeus, alguns até mesmo latinos, a procura de tábuas de salvação²⁸, o velho complexo de se ver confundido com o inimigo castelhano e a vontade de seduzir o público leitor de Portugal e Brasil para o estudo do idioma, levaram muitos gramáticos, lexicógrafos, professores, escritores e diletantes de vários quilates a usar dos argumentos apologéticos como reforços de suas intenções pedagógicas, políticas ou estéticas.

O melhor exemplo da força desta visão romântica da língua é dado dez anos após o *Gênio da língua portuguesa* com o mais importante representante português da abordagem cientificista e organicista sobre as línguas em Portugal: Francisco Adolfo Coelho, da chamada “geração de 70” em Portugal. Apesar de ser encarado com menor destaque pela historiografia²⁹, Coelho foi dos mais afinados com o cientificismo de seu tempo. No entanto, ele tinha “recaídas”, como quando analisou as diferenças entre o latim dos autores clássicos e o latim vulgar usado pelo povo de Roma e das províncias do império romano.

Todas as **riquezas** grammaticaes por que o latim classico se distingue das linguas romanas [neo-latinas] existiam no latim popular, mas de cada vez mais obscurecidas pela pronuncia desleixada das classe baixas, tendendo sem cessar a serem supprimidas por processos analyticos que dessem á phrase a **clareza** que a alteração phonologica lhes tirava.³⁰

É bem verdade, deve-se reconhecer, que a filologia comparativa também incorria constantemente nestas pequenas incoerências, evidenciando que seus clamores de ciência esbarravam em velhos preconceitos que iam de encontro a alguns de seus pressupostos mais queridos, como o de que todo sistema gramatical era completo como sistema de comunicação e expressão do pensamento, e o de que a evolução das línguas não dizia respeito a posições hierárquicas, mas ao simples ciclo orgânico de nascimento e morte das línguas. Coelho também cometeu estes deslizes, sobretudo neste seu primeiro livro. Coelho, por exemplo, ainda se refere ao português, junto com as demais línguas românicas, como “superior” ao latim.³¹ Como não creio que as idéias simplesmente voem de um livro para outro (embora use figuras de linguagem neste sentido), ou que sejam recebidas acriticamente, deve-se perguntar o porquê deste posicionamento singular. Parece-me que o jovem lingüista, que nunca foi um polemista – em uma geração de tantos debatedores exaltados – paga um tributo. É como se ele fizesse uma concessão a uma idéia que tinha bastante força entre alguns de seus contemporâneos, como os homens de letras e gramáticos.³²

Por outro lado, pode-se também atribuir este fato a uma razão que me soa mais interessante, porque torna menos opostas uma visão romântica da língua e a ciência da linguagem que teoricamente se situa em um patamar desapaixonado, neutro e, portanto, objetivo. Como vimos acima, a lingüística histórica não rejeitou totalmente antigos preconceitos e era perfeitamente aceitável que caminhasse par a par com suas árvores genealógicas considerações subjetivas sobre o valor de cultura de determinadas línguas ou famílias lingüísticas, o que é o caso aqui de Adolfo Coelho.

Desta visão romântica que buscava provar a grandeza de Portugal na civilização resultou também um certo interesse pelo Brasil, que, por suas próprias razões, como veremos, retribuiu os acenos com mais calor. Pode-se afirmar que havia uma relação de atração e repulsa. Da segunda já tivemos uma idéia nos capítulos precedentes. Da primeira teremos neste.

Como vimos no capítulo anterior, os portugueses recriminavam os brasileiros por corromper o idioma comum e estes respondiam que o tinham enriquecido. Alguns, como José Veríssimo³³ chegaram a defender que os direitos de posse passaram ao Brasil, que possuía mais falantes e se desenvolvia mais do que o decadente Portugal, representando

melhor no mundo a língua portuguesa. Neste sentido, poderia-se falar de uma disputa sobre uma herança ou patrimônio familiar. Mas também havia um sentimento de comunhão, de um mesmo ideal, da necessidade de uma aliança por um objeto comum, objeto este que descortinava para os dois lados a existência um do outro, criando assim um desejo de aproximação.

O dicionário do frei agostiniano Domingos Vieira, aparecido em Lisboa em 1871, não se inclui entre as maiores apologias ao idioma nacional. No entanto, a dedicatória ao imperador D. Pedro II, escrita pelos editores Ernesto Chardron e Bartolomeu Morais³⁴, leva a imaginar um vínculo entre a grandeza da língua não só com a nação portuguesa, mas também com a brasileira.

Esta sutil inclusão do Brasil na mesma identidade de Portugal é o novo fator deste fim de século. Almeida Garret já havia, em 1825, desejado, em vista da decadência portuguesa, que o “generoso Amazonas” recebesse em seu seio o legado lusitano na forma da língua, como veremos melhor mais adiante. Mas a idéia estava deslocada tanto no contexto português, envolvido em guerra civil em parte desencadeada pela perda da antiga colônia americana, quanto no brasileiro, em que esta mesma independência ainda não estava consolidada. Por isso, só quando Brasil e Portugal puderam olhar um para o outro como parceiros de uma grande civilização em a língua jogava um papel central, o desejo de Garret encontrou defensores.

Já na primeira metade do XIX, alguns autores brasileiros davam seu quinhão de elogios ao idioma³⁵, mas não há nada a indicar que isso criasse laços entre as duas nações. A partir do terceiro quarto do século o interesse parece finalmente se espriar pelo Brasil, que adota o tom nacionalista como forma de criar uma identidade européia, civilizada e branca, tanto em oposição à tupifilia imperial quanto às teorias deterministas que viam na mestiçagem um empecilho ao desenvolvimento humano, teorias estas que, de uma forma ou de outra, foram discutidas pela “geração de 1870”.³⁶ O medo da aproximação com Portugal foi superado através do avolumar de obras que se ufanavam do idioma luso e através do patrulhamento dos gramáticos, como vimos ocorrer com José de Alencar. Enquanto isto, em Portugal, uma postura mais distanciada, fruto da ação de alguns lingüistas, rivalizava em importância com o ufanismo do período anterior. O sentimento de decadência gerou em alguns intelectuais portugueses uma postura cética e

de procura das razões históricas da trajetória portuguesa, tornando o discurso apologético uma ilusão. No entanto, por seu apelo nacionalista, este discurso não desapareceu totalmente.

Em 1877, Joaquim Norberto de Souza Silva publicou uma coletânea de galicismos cujo uso condenava. Na introdução há a reprodução de uma “Epístola sobre o estudo da língua e dos bons modelos, e meios de evitar o francezismo”,³⁷ do poeta árcade lusitano Francisco Manuel do Nascimento, mais conhecido pelo pseudônimo de Filinto Elísio. Esta inclusão, pelo teor da carta, revela um intento valorizador da pureza e da riqueza do idioma. Algumas de suas especificidades, contudo, recomendam que eu deixe uma análise mais detida delas para o final deste capítulo.

O receio e a circunspeção dos brasileiros foram aos poucos dominados. Assis Pinheiro, em 1905, lembrava o tom adotado cinquenta anos antes por Leoni:

Parece realmente que um povo ou nação adapta á sua lingua a phonetica propria, conforme o logar onde nasceu e onde vive. Se o sólo é accidentado, agreste e rude, será retrahida, sacudida e aspera com sons cavos.

Mas, se o logar tem as delicias de um paraiso, povoado de aves canoras, a linguagem d’esse povo reveste-se de uma harmonia suave, meiga e doce.³⁸

Conseqüentemente, era possível colocar esta linguagem em um posto privilegiado, pois “em outras linguas não se encontram palavras que tanto caem no coração humano”.³⁹ Este tipo de justificação mesológica, que em meados do XIX ainda parecia lógica e factível, mas que no alvorecer do XX já estava ultrapassada, seduzia Pinheiro de forma a procurar nela todas as qualidades do português, criando uma história idílica e mitológica.

Foi á doce sombra do roble altivo e da enflorada cerejeira, a escutar as maviosidades do rouxinol e todo o concerto de sons d’essa natureza privilegiada de bellezas, que lhes percutia a sensibilidade auditiva, que os portuguezes tiraram a doce e fina accentuação phonetica para as suas incomparaveis onomatopeias e mimosos diminutivos.⁴⁰

As condições que regeram o surgimento de tal entidade levam a que ela se sobressaia a outras ainda em outro ponto.

Se ouvirdes fallar um alemão, um russo ou um francez notareis que do nariz e da garganta tiram sons tão profundos, asperos e carregados, como saludos da caverna de Caco.

Repare bem agora como o portuguez é fallado.

Dos lábios, da lingua, do paladar da garganta e fossas nazaes, sahem branda, espontaneamente, sem o menor esforço, vibrações delicadas, accordãos de alaude afinado, como de finissima, tenue lamina metalica.⁴¹

O extremismo deste tipo de ufanismo lembra o tom apaixonado das teorias mesológicas e sobre os sentimentos de Rousseau e Herder, invertendo a positividade para os climas quentes e para a emoção como fatores de qualidades e situação histórica superiores. Também a preocupação de Leoni com o gênio “patético” dos portugueses, e os elogios de Bluteau e de outros se reúnem em Assis Pinheiro.

Considerando a questão do nacionalismo lingüístico, é possível redimensionar a busca da identidade nacional no Brasil do fim do Segundo Reinado e no da República Velha. Como vimos no capítulo precedente, houve um diálogo com as idéias racistas nos estudos sobre línguas indígenas e sobre o português brasileiro. No presente capítulo, o quadro muda um pouco. Se antes havia uma confluência na certeza de que a especificidade brasileira, para o bem ou para o mal, se devia à mestiçagem ou ao papel das suas várias raças, aqui é a pureza e a falta de mistura que dão o tom. Logo, não é surpresa que tenha havido uma grande proximidade entre os autores brasileiros e portugueses. A simbiose de idéias entre os dois lados do Atlântico, mesmo que em tempos e termos ligeiramente distintos (geralmente com o Brasil desenvolvendo a literatura ufanista depois de Portugal, mas sem produzir tantos dicionários), leva ao que se pode chamar de atração entre ex-metrópole e ex-colônia. É como se podem classificar as dedicatórias de dois dicionários portugueses a D. Pedro II – o de Domingos Vieira e a edição carioca do dicionário de Eduardo de Faria.⁴² Pode ser que fosse uma estratégia de sedução do público brasileiro, mas também pode-se imaginar que fosse a ilustração da identidade em comum e do futuro brasileiro da língua, como que concordando com o suspiro lamentoso de Luís de Camões nos versos de Almeida Garret, de resto bastante conhecidos:

Onde levas tuas aguas, Tejo aurifero?
 Onde, a que máres? Ja teu nome ignora
 Neptuno, que tremeu de outrora ouvi-lo.
 Suberbo Tejo, nem padrão ao menos
 Ficará de tua glória? Nem herdeiro
 De teu renome?... Sim, recebe-o, guarda-o,
Generoso Amasonas, o legado

De honra, de fama, e brio: não se acabe
 A lingua, o nome portuguez na terra.
 Prole de Lusos, peija-vos o nome
 De Lusitanos? Que fazeis? Se extincto
 O paterno casal cahir de todo,
 Ingratos filhos, a memoria antiga
 Não guardareis do patrio, honrado nome?

Oh patria! oh minha patria!... ⁴³

A idéia contida no trecho não teve muito impacto em seu tempo em Portugal, mas no Brasil, a partir da década de 1850, os versos foram recebidos alegremente, como se vê pela citação a eles feita por Souza Silva em um artigo que trata da língua brasileira, onde ele defende que o português é uma herança para o Brasil, sobre o qual, por isso, tinha o direito de legislar. ⁴⁴

A tal ponto circulou esta proposta de identidade, que até mesmo os meninos e meninas aprenderam que eram um povo irmão dos portugueses. Uma cartilha publicada no início do século XX na Bahia por um professor primário ditava que

Brasil – Portugal
 São duas nações unidas,
 Do mesmo sangue nascidas,
 Falando a mesma linguagem:
 Respira o Brasil perfumes,
 Que brotam dos bons costumes
 Da lusitana linhagem. ⁴⁵

Circulava, portanto, a idéia contrária à examinada no capítulo precedente, que via os brasileiros como corruptores do idioma. Em contrapartida a este aceno, alguns brasileiros se submeteram docilmente à identidade lusa. No dia 10 de junho de 1880, aniversário da morte de Camões, assim se expressava o jovem líder abolicionista Joaquim Nabuco:

Si o dia de hoje é o dia de Portugal, não é melhor para elle que a sua festa nacional seja considerada entre nós uma festa de familia? Si é o dia da lingua Portugueza, não é esta tambem a que fallam dez milhões de Brasileiros? [...] Não foi o Brazil descoberto, colonizado, povoado por Portuguezes? Não foi uma colonia Portugueza durante tres seculos, que se manteve Portugueza pela força das suas armas, combatendo a Hollanda, até que, pela lei da desagregação dos Estados, e pela formação de uma consciencia Brasileira e Americana no seo seo, assumio naturalmente a sua independencia, e corôou seo Imperador ao proprio herdeiro da Monarchia? Depois deste facto, apesar dos preconceitos hoje extinctos, não tem sido o Brazil a segunda patria dos Portuguezes? Não vivem elles connosco sempre na mais completa communhão de bens, n'um entrelaçamento de familia, que tornaria a separação dos interesses quasi impossivel?

Afinal, concluía Nabuco, não eram brasileiros e portugueses do século XIX “tão bons herdeiros [...] dos contemporâneos de Camões”?⁴⁶

Vimos que o século XIX cria em Portugal uma tradição de recuperação de termos, imagens e figuras de linguagem da poesia do século XVI com o intuito de mostrar a continuidade com o que era considerado o período auge da literatura portuguesa, estabelecendo com o avolumar de referências ufanistas, um vínculo interno entre estes quatro séculos e entre estes e a origem latina. Cria-se um cânone, em que Antônio Ferreira e Luís de Camões são elevados a representantes máximos da literatura, da língua e da atitude nacionalista que se queria ver propagar por Portugal e Brasil. Além das constantes referências já vistas, é de se lembrar o famoso tricentenário do autor dos *Lusíadas*, em 1880, e seus ecos no Brasil. A tomada de Camões como símbolo da autonomia, liberdade, expansionismo e orgulho português, ao mesmo tempo que de um certo fatalismo saudosista, tinha se iniciado com o poema épico de Almeida Garret e passou da geração romântica para a “geração de 70” portuguesa, em que ele se tornou símbolo da recusa à pequenez histórica, da resistência ao estrangeiro e até mesmo de um certo republicanismo. Num momento de ameaça de perda do império colonial africano e de submissão à Grã-Bretanha, os intelectuais portugueses mais proeminentes se mobilizaram para as comemorações, que produziram festas, discursos, livros e opúsculos como não mais se viu nos aniversários do vate.⁴⁷ No Brasil também se teceram loas, e a comemoração foi organizada pelo Gabinete Português de Leitura com o apoio da família imperial, presente na data solene (10 de junho) no Teatro São Pedro, o mais importante do Rio de Janeiro, em um programa que contou com a apresentação de obras dos mais respeitados artistas brasileiros (uma peça de Machado de Assis, marchas e hinos de Carlos Gomes, Leopoldo Miguez e Artur Napoleão). O ponto alto da festa seria o discurso de Joaquim Nabuco, que já tinha publicado por ocasião do tricentenário dos *Lusíadas*, em 1872, um livro sobre o assunto (*Camões e os Lusíadas*), e viria ainda a discursar na inauguração do novo prédio do Gabinete Português, em 1888.⁴⁸ A presença de Nabuco é expressiva do significado da comemoração. No início da luta abolicionista, finalmente o país se defrontava com o problema do destino da sua mão-de-obra servil, de origem africana. Ao mesmo tempo, o determinismo darwinista já havia causado seu impacto no universo intelectual com o vaticínio do atraso brasileiro, em vista de sua

composição racial. E Nabuco era um dos que mais sentia o peso desta idéia, desvinculando a luta pela emancipação de uma valorização do sangue e da cultura africana, que ele preferia ver aos poucos desaparecer.⁴⁹ As comemorações do tricentenário expressam uma dupla tentativa: de sepultamento da antiga animosidade, bem como de superação do complexo de inferioridade pela mestiçagem.

Não foi só o político pernambucano que participou deste início de mudança. Boa parte dos escritores do período seguiu as homenagens. A edição de 10 de junho de 1880 da mais prestigiosa revista literária da época, a *Revista Brasileira*, foi toda dedicada ao vate, contando dezenas de poemas em sua homenagem, alguns antigos e outros compostos especialmente para a ocasião. Entre outros, estavam presentes Afonso Celso, Melo Morais Filho, Machado de Assis, Luís Guimarães Júnior, Carlos de Laet, Norberto de Souza e Silva, Sílvio Romero, Antônio de Castro Lopes, Valentim Magalhães, e Alberto de Oliveira. A elegia continuará, depois dessa época, sendo constante.

Mas a mais conhecida apreciação veio de um poeta. No famoso soneto "Língua portuguesa", Olavo Bilac teve uma liberdade que a prosa, meio dos outros apologistas, não poderia lhes conceder tão facilmente: seguidas antíteses que acabam fazendo com que mesmo os defeitos ou aspectos limitadores do idioma sejam apresentados como motivo de orgulho para o poeta e para o leitor.

Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela.

Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: "meu filho!"
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!⁵⁰

O amor despertado no poeta é paternalista, pois ele se apresenta condescendente com as "falhas" de seu instrumento de trabalho, vendo-o com um candor algo

melancólico, bastante apartado do entusiasmo de outros autores. Mas esta apresentação formal esconde uma cilada, pois há um nítido tom elegíaco subjacente ao tema. São justamente suas imperfeições que tornam tão atraente a língua. Ela não é uma criação irreal, sagrada ou ideal; ela surge como uma matéria de natureza mundana, levando o leitor a ter empatia tanto com ela quanto com o poeta, pois este leitor identifica nos versos as dificuldades e dúvidas que acometem qualquer um ao se defrontar com o uso da norma culta. Neste sentido, a louvação recupera o sentido, e a língua seu lugar especial, que é o de ser admirada.

A habilidade dos versos parnasianos reside ainda na mobilização dos predicados mais comuns no ufanismo lingüístico, como a filiação latina, a beleza, a referência à riqueza (“Ouro nativo”) e à presença dominante de Camões⁵¹, a sonoridade às vezes suave, às vezes eloqüente (“Tuba de alto clangor, lira singela/ Que tens o trom e o silvo da procela/E o arrollo da saudade e da ternura!”), e, por fim, a expressão da alma nacional luso-brasileira (“...o teu viço agreste e o teu aroma/De virgens selvas e de oceano largo!”).

Bilac talvez tenha articulado como ninguém os elementos da apologia lingüística, ao menos no caso brasileiro. Na década de 1910, exaltou seguidamente a pureza da língua, inclusive para platéias lusitanas. Uma das primeiras récitas, aliás, de “Língua portuguesa”, foi em 1916, na recepção ao poeta como sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.

A ação do “príncipe dos poetas” teve um forte apelo e encontrou eco entre gramáticos, escritores e intelectuais dos anos 10 e 20, que se esforçaram por seguir o mestre na inclusão da nacionalidade na grandiosidade da língua, como duas entidades mutuamente dependentes e vinculadas a Portugal. Foi o caso de Laudelino Freire, da revitalização das colunas sobre gramática nos jornais por uma nova geração de gramáticos, como Mário Barreto, que escrevia em grandes jornais como o *Correio da Manhã*, e uma série de obras que ainda citaremos ao longo deste capítulo.⁵²

Como já foi dito, o ufanismo lingüístico luso-brasileiro vinculava boa parte destas qualidades às condições nas quais elas nasceram. Desta forma, mesmo sendo o meio um fator tão importante, não se negava que sua superioridade estava vinculada também à família, na qual se sobressaía sua “mãe”, a língua do Lácio da qual fala Bilac. É desta

preocupação com a latinidade, que, é bom lembrar, aparecia quase sempre ao lado das exaltações mostradas acima, que trato a seguir.

É FILHA DA LATINA

No canto I, estrofe 33 da, ainda hoje para muitos, maior obra em língua portuguesa, Luís de Camões inseriu dois versos em que, para dar uma idéia da grandeza e do impacto da expansão portuguesa pelos oceanos, traçava uma linhagem que seria no século XIX motivo de muitas paráfrases e citações. Em *Os lusíadas*, somos introduzidos ao Olimpo, no qual os deuses pagãos se perguntam o que leva os portugueses a se jogarem aos mares, enfrentarem perigos nunca vistos por nenhum povo e chegar a terras nunca conquistadas. No debate que segue, Baco duvida da força dos navegadores, desencadeando uma defesa por parte de outra deusa grega.

Sustentava contra elle Venus bella,
Afeiçoada aa gente Lusitana,
Por quantas qualidades via nella,
Da antiga tam amada sua Romana,
Nos fortes corações, na grande estrella,
Que mostrarão na terra Tingitana:
E na lingoa, na qual, quando imagina,
Com pouca corrupção cre que he a Latina.

É interessante notar que a imagem acima teve grande popularidade entre os homens de letras do século XVI. Foi citada pela primeira vez por João de Barros em 1540, em quem possivelmente Camões se inspirou: “E porque [...] por sermos filhos da Lingua Latina temos tanta conformidade com éla, que convém usarmos dos seus termos [declinações], principalmente em coisas que tem seus proprios nomes, dos quães nam devemos fogir”.⁵³ A seguir, foi usada pelo poeta Antônio Ferreira.

Docemente suspira, doce canta
a portuguesa Musa, filha, herdeira
da grega, e da latina, que assi espanta.⁵⁴

Mas é a utilização dos versos entre 1830 e 1920 que chamou minha atenção para o trecho em questão, pois serviu para criar um elo entre a grandeza literária e a histórica da

língua, ao mostrar que o maior poeta português já tinha consciência da importância do brasão latino, iniciando desta forma uma longa tradição. As duas últimas linhas da estrofe de *Os lusíadas* circularam amplamente nos dois lados do Atlântico como forma de se ressaltar a nobreza da língua, seja em epígrafes, seja citadas em várias obras do período.

55

Isto, aliado ao fato de que o português é efetivamente um idioma latino, não impediu que houvesse quem pusesse em xeque a sua origem. A questão não era apenas lingüística, o que fazia com que deixasse de ser um assunto especificamente erudito para se tornar foco de um debate sobre o papel, as condições e o potencial da língua para a civilização de Portugal e Brasil.

Bacelar foi o primeiro a questionar a latinidade, ao defender, em 1783, no seu *Dicionário da língua portuguesa*, a filiação ao grego.⁵⁶ O segundo autor, e o principal, foi Francisco de S. Luís (Saraiva), político liberal, membro da Academia de Ciências de Lisboa, e homem da Igreja e do Estado dos mais importantes da primeira metade do século XIX português.⁵⁷ Saraiva, além destas atividades, se interessava por problemas lingüísticos e foi o principal propugnador da chamada corrente céltica. O melhor exemplo é dado já no fim da vida, quando publicou um opúsculo em que defendia uma origem autóctone para o português, ou seja, na (ou nas, pois ele não era preciso neste ponto) língua(s) lusitana(s) prevalecente(s) antes da chegada dos romanos. Na *Memória em que se pretende mostrar que a língua portuguesa não é filha da latina*,⁵⁸ Saraiva criticava os adversários, entre outras coisas, por sobrevalorizarem a presença romana no território lusitano, esquecendo que na realidade o “genio, indole e caracter” do português e do latim eram muito diversos. Erigira-se um totem a Roma, e seus construtores “deixarão-se porventura levar de uma espécie de admiração e respeito supersticioso para com os Romanos, e talvez assentarão que era glorioso á língua portuguesa tirar a sua origem de um povo que subjugára tantos outros, e que em toda parte fizera temidas as suas armas e obedecidas as suas leis”, o que “mais parecia lisonjear a vaidade nacional” do que refletir a realidade.⁵⁹

O terceiro, e talvez último, a tentar desacreditar a origem latina foi o militante e fundador do Partido Socialista Português, José Correia Nobre França. Embora não se filie a Saraiva, França também defendia com unhas e dentes a filiação céltica.⁶⁰

O principal traço da defesa da latinidade do idioma nacional seria, portanto, uma resposta a uma ameaçadora “corrente céltica”? Adolfo Coelho chegou a criticar a existência de uma “celto-mania” em Portugal, liderada por Saraiva e pelo tradutor e professor, membro da Academia Céltica de Paris e da Academia de Ciências de Lisboa, Antônio Ribeiro dos Santos.⁶¹ Mas Santos, precedendo Saraiva, não chegou a publicar nada neste sentido, deixando apenas manuscritos, como *Da conservação da antiga lingua geral da Hespanha em todo o tempo do senhorio dos Romanos*, *Origens celtas da antiga povoação de Hespanha e de seus actuaes dialectos*, e *Das origens celtas da mesma lingua declaradas pelo vasconço*.

Apesar da oposição, o ufanismo latinizante se impôs com força em Portugal entre 1820 e, pelo menos, 1860. Sua linha condutora era uma opção pela imobilidade gramatical do idioma, daí o recurso constante a seus autores clássicos.

Aquele que deu novo sentido à expressão da filiação latina como fonte de identidade foi o primeiro romântico português: Almeida Garret. Polígrafo e homem de intensa participação política ao lado dos liberais, ele sentia profundamente a crise por que Portugal passou a partir das Guerras Napoleônicas, que se aprofundou na dependência da Grã-Bretanha, na guerra civil, na perda do Brasil e na reação absolutista do partido de D. Miguel, irmão de Pedro I. Pena e ativismo foram nele parte de um só movimento. A filiação ao romantismo apreendido no exílio inglês (1823-1826) resultou numa prosa e numa poesia saudosista, em que o sentimento de decadência nacional é penosamente expresso, entre outros recursos, através da exposição da figura do escritor como um ser vitimado pelos poderosos e pela incompreensão pública, ao mesmo tempo em que mantém a lucidez para dar um testemunho de seu tempo, sem, contudo, descreer do espírito nacional. Portugal possui grandeza histórica, forças para grandes feitos, mas se encontra perdido e sua redenção está não na cópia dos feitos do passado, mas numa redescoberta interna criativa, em que a alma da nação deve ser libertada da prisão na qual a história a colocara.

É, em parte, neste sentido que caminha a sua primeira grande obra, o poema elegíaco *Camões*, de 1825, uma espécie de biografia poética, que trata a incompreensão e a perseguição ao grande vate, atingido pela profunda tristeza de testemunhar o desmanche do sonho imperial de Portugal. Para dar a dimensão desta tragédia, Garret

recupera uma imagem dos *Lusiadas* que transmite a idéia da estatura histórica do país e que tem um sabor romântico na vinculação entre nação e língua. Parte da alma nacional se encontra na língua, uma vez que ela é liame entre o período auge do país, Camões e a latinidade. O poeta que representa o “fado” português é, não coincidentemente, o grande nome da língua. A referência a ela é destacada na obra, como quando os versos dos *Lusiadas* são recuperados.

No largo Oceano, em próspera bonança
 As atrevidas naus vão navegando.
 Dos ceos o alto poder sublime, e dino
 A conselho as menores potestades
 Sôbre tammanha emprêsa convocava.
 Cuidas ver la n'um throno de diamante
 Sentado o pae dos numes; por seus labios
 Fulge o louvor da lusitana gente,
 Pasma, e terror do mundo. É seu propósito
 De mor glória lhe dar no ignoto oriente.
 De Nysa o vencedor zeloso impugna
 A sentença do numen. Quem sustenta
 A heroica Lysia? É Venus, Vénus bella,
 Affeiçãoada a um povo, das romanas
 Qualidades herdeiro, e cuja lingua
 Com pouca corrupção crê que é latina;
 Um povo tam zeloso de seu culto,
 Tam devoto amator de seus altares.
 O fado o decretou; Jove o confirma;
 Abrão-se as portas do oriente aos Lusos. ⁶²

É bem verdade que, menos de um ano depois, essa genealogia latina seria matizada, mas, neste caso, se tratava de uma obra mais erudita e menos literária. Em *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*, ⁶³ Garret propõe como origem os idioma ibéricos, que se misturaram ao latim, ao grego, às línguas godas e ao árabe.

Em qual posição acreditava Garret? O poeta visava, na segunda obra, separar culturalmente Portugal da Espanha. A idéia expressa em *Camões* não é contraditória à do *Bosquejo*, pois em ambos há um profundo ufanismo lingüístico, cuja diferença de abordagem se dá pelo veículo que os expressa. O poema exige o sentimento nostálgico, o orgulho ferido da nação em perigo expondo seus brasões nobiliárquicos e o culto do pouco que sobrou: a língua, a poesia e o espírito guerreiro. O resumo de história pede, ao contrário, a ponderação, a análise histórica, mesmo que a mando daquele orgulho. O foco do poema não é a língua, e Garret possui a liberdade de jogar com imagens, mesmo que

inexatas, que lhe sirvam para, esteticamente, despertar um sentimento. Já o objetivo da memória é uma maior precisão de conhecimentos com vista a um limitado período histórico: o da formação política e literária de Portugal, em que a origem do caráter nacional não jogava um papel importante. Além disso, no *Bosquejo* o inimigo é o sentimento de inferioridade, movido pela interpretação de que língua e literatura portuguesas fossem confundidas com a espanhola. “Erro é comum, e geral mesmo entre os nacionais, pela maior parte pouco versados em nossas coisas, o pensar que a língua portuguesa é um dialeto da castelhana, ou espanhola segundo hoje inexatamente se diz.” Antes, são “gêmeas”, sendo, portanto, igualmente dignas.⁶⁴ O mesmo ocorre com suas literaturas. E como ambas caminham lado a lado, natural que a história de Garret não se importe com a origem latina, chegando, ao contrário, a aludir a um início de grande mistura. A literatura é o centro de suas preocupações e é ela quem eleva a língua e, conseqüentemente, a pátria. Por isso, embora reconheça que o primeiro idioma cultivado da Europa tenha sido o provençal, o relega a um segundo plano, pois não se aperfeiçoou e estagnou. Os idiomas ibéricos, como o catalão e o galego, nem chegaram a se polir. Já o português e o castelhano foram os únicos a terem uma “literatura própria e perfeita, linguagem comum e científica, tudo enfim quanto possui e caracteriza (se é lícita a expressão) a *independência* de uma língua”.⁶⁵

Garret marca uma inflexão que viria lentamente e, quando começava a se acelerar, migraria de Portugal para o Brasil.

Destacaram-se ainda no período romântico a resposta ao cardeal Saraiva, *A língua portuguesa é filha da latina*, de Francisco Antônio de Campos (1843), a coleção de provérbios populares e frases célebres de Francisco Pina Manique (1856), e o *Gênio da língua portuguesa*, de Francisco Evaristo Leoni (1858).⁶⁶ Todos, de uma maneira ou de outra, recusavam a corrente céltica e afirmavam que o português era a língua mais próxima ao latim. *O ensaio* de Manique, por exemplo, ostentava uma carta introdutória de Antônio de Abreu, que acreditava que

Faz um grande serviço á lingua portugueza, quem por longos trabalhos e fadigas, explorando a vasta guarda-roupa e antigos contadores desta princeza das linguas modernas, consegue inventariar ao menos uma parte não só das riquezas que em legado lhe deixaram a ella a lingua arabe e a celtica, mas tambem do grande patrimonio e joias que por herança materna lhe couberam da nobre lingua de Lacio, á qual o foro da princeza das cidades deve honras e glorias, quantas ainda possui na admiração dos homens.⁶⁷

Havia, é claro, muitas diferenças entre mãe e filha, mas elas, segundo Leoni, não eram de ordem a “depôr contra a identidade do genio da lingua latina e portugueza”, posto que “n’esta especie de edificio, não só as pedras sam talhadas pelo *modulo* romano, senão a mesma argamaça, que as conjuncta e liga, é da fabrica e composição d’aquelles sabios estructores; vindo, consequentemente, a architectura de todo o edificio a ter as proporções, a natureza e o gosto da romana”.⁶⁸

Mesmo quem não participou do período romântico compartilhou em algum momento desta visão sobre o tema, como é o caso de Francisco Adolfo Coelho. Em 1868 o jovem entusiasta de todas as ciências que vinham da Alemanha, e especialista em história e em filologia comparativa, publicou um pequeno livro que não está entre os mais citados de sua extensa obra. *A lingua portuguesa*⁶⁹ é, no entanto, a primeira incursão de fôlego de Coelho na área em que mais se destacou. Isto o leva a uma abordagem técnica do assunto, sem preconceitos e adstrita ao exame das leis e fatos que moldaram o idioma contemporâneo. O exame da família indo-européia, portanto, não é fora de propósito e visa a saída dos limites costumeiros do latim. Contudo, talvez por desconhecer o persa, o sânscrito e outras línguas antigas, Coelho se “limita” (as fronteiras são bem mais amplas que a maioria de seus antecessores e contemporâneos) a examinar as fontes latinas, germânicas e árabes. Para todo o resto ele apenas apresenta a genealogia indo-européia, retirada dos melhores autores da época. Além disso ele também expõe, sem entrar em detalhes, o panorama lingüístico ibérico pré-romano. E é a novidade da abordagem cientificista de Adolfo Coelho que o leva, ainda que timidamente, a reforçar o ufanismo latino. Talvez por ser ainda um jovem aspirante ao mundo intelectual, a visão saudosista e romântica dava suas caras numa breve passagem sobre a origem do português ser “considerado como um objecto de orgulho nacional”.⁷⁰

Este orgulho continuou a motivar homens de letras e erudição. Mas a partir da década de 1870, por razões que fogem ao nosso tema, o ufanismo baseado na latinidade deixou de ditar o tom em Portugal. Ao contrário do Brasil, naquele país a lingüística histórica e a gramática comparativa encontraram vários e importantes seguidores, como Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos e o professor de sânscrito Gustavo Vasconcelos Abreu. Com isso surgiram estudos que remetiam a questão da origem a muito além do latim; a etimologia isoladamente não bastava mais para reconhecer uma genealogia

(porque incidia sobre o vocabulário e não sobre o mecanismo de sua utilização); as línguas românicas (como então se chamava o universo das línguas neo-latinas) se tornaram apenas um ramo de uma grande família, onde precedências, pureza e corrupção nada explicavam sobre a história e o funcionamento das transformação lingüísticas.⁷¹ Portugal sentiu isso na forma de seguidos dicionários e outros estudos sobre o português, que tratavam todo o problema de forma neutra, sem defender prioridades ou noções de superioridade.⁷² A origem latina foi um fato que para muitos não era motivo de maiores júbilos. No máximo, para vários autores das décadas de 1870 a 1900, servia como corretivo ortográfico ou dissecador de significados etimológicos. Antônio Francisco Barata, curioso autodidata português, que de barbeiro passou a dramaturgo, historiador e bibliotecário em Évora, sintetiza bem esta corrente, na qual a origem importa bem menos do que o puro interesse científico e pedagógico: “sem embargo de alguns pareceres contrários, e não a admittindo absolutamente filha da latina, d’elle procede sem duvida na sua maxima parte”.⁷³

Em contraste, deu-se no Brasil, a partir do final da década de 1860, o adensamento do sentimento de atração pelo latim. Em 1869, o professor de retórica, gramática, poética e literatura brasileira do colégio Pedro II, figura de relevo entre os literatos próximos ao imperador Pedro II, e que na década de 1850 se interessara pelo problema da origem do povo tupi, cômego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, prefaciava o livro do alemão radicado em Porto Alegre, Karl Hoefler, sobre algumas etimologias latinas do português, chamando estas etimologias de “brasões heráldicos” do idioma.⁷⁴ Em 1877, seria a vez de Joaquim Norberto de Souza Silva se juntar ao grupo, e coletar trechos apologéticos ao idioma nacional na literatura luso-brasileira. No mais extenso deles, a já citada carta de Filinto Elísio, lembrava-se a perda dos termos vindos “de nossa mãe latina” com a corrupção da língua pelos bárbaros invasores da Lusitânia e reincorporados ao português no século XVI, tornando-o “nobre”.⁷⁵ Filinto, ao atacar os galicismos, fazia ainda uma singela referência a Camões:

Nunca nariz francez em lusa cara
Que é filha da latina, e so latinas
Feições lhe quadram.⁷⁶

Seguiram-lhes nos anos seguintes vários autores, como o professor primário e autor de livros pedagógicos e manuais escolares, Antônio da Costa e Cunha, o jornalista, político, e também membro do IHGB, João Manuel Pereira da Silva, o gramático Lameira de Andrade ⁷⁷, e Mário Barreto, professor e um dos principais gramáticos da primeira metade do século XX, famoso pelas colunas de consultas gramaticais nos jornais do Rio de Janeiro. Barreto afirmava que a língua era “tão rica e bem dotada como filha primogenita da latina”. ⁷⁸

Tendo como pano de fundo esta tradição, é possível voltar ao soneto de Bilac, tanto para reforçar a interpretação do seu significado, quanto para analisar mais amplamente o período histórico do ufanismo lingüístico no Brasil. O primeiro verso afirma que a língua portuguesa é “a última flor do Lácio”, querendo com isso mostrar a ambigüidade existente na sua posição. *Lácio*, de onde vem o termo *latino*, como se sabe, é a região onde se situa Roma. De um lado, pode-se entender “última” como descrição do fato que, por sua posição geográfica, o idioma de Portugal teria sido o mais recente a se formar entre os românicos. De outro, pode-se entender a mesma expressão no sentido etimológico de “supremo”, “sumo”, ou ainda, “definitivo”. No primeiro caso, o leitor é defrontado por um poeta que se sente atraído pela língua, solidário com seu humilde *status*, humildade que, em contrapartida, é o próprio posicionamento do poeta face a ela. No segundo, há um nítido orgulho que transforma o português em legítimo possuidor do brasão romano. Nos dois casos, a identidade latina é o destaque e o que define, já no início do poema, o caráter da língua.

O que levou Bilac a descobrir nesta época, e não antes, as galas e a importância do tema? Podemos inserir esta mudança de comportamento no ativismo nacionalista que emergiu no Brasil junto com a 1ª Guerra Mundial. Segundo Thomas Skidmore, tal despertar foi fruto da constatação que, em vista da barbárie européia, as potências dominantes representavam uma ameaça, que o Brasil não estava preparado para se defender adequadamente, e que a tão propalada superioridade das raças puras arianas ou caucasianas escondia projetos imperialistas. Criou-se então a Liga de Defesa Nacional, sendo Bilac um de seus grandes patronos, e que influenciou a fundação de várias associações semelhantes nos estados. ⁷⁹ O civismo daí derivado pregava idéias higienistas, militaristas e de popularização da educação, de forma a criar um povo

preparado para o confronto com a nova realidade mundial. Pregava também a valorização das tradições nacionais como forma de criar os fortes laços de união entre os brasileiros que lhes dariam a devida consciência de união nacional. E Bilac, entre elas, escolheu a língua, pois ela não só era sua ferramenta de trabalho, como oferecia argumentos interessantes.

Ao eclodir a guerra, em 1914, um tema surgiu nas imprensas francesa e brasileira: o da barbárie dos germânicos, que queriam aniquilar os países latinos. A imensa maioria dos intelectuais, jornalistas e políticos se alinhou imediata e incondicionalmente do lado dos Aliados.⁸⁰ Uns poucos e, obviamente, a colônia alemã, defenderam as Potências Centrais. O tema caiu como uma luva num momento em que o antigo apego ao vaticínio da degeneração das raças superiores no intercâmbio genético com as inferiores nos trópicos já começara a ser posta em questão pela idéia de que, pelo contrário, a mistura acabava por apagar os traços das raças inferiores. O determinismo racial podia ser solapado com a guerra européia, na medida em que se via os tão propalados arianos em explícita demonstração de selvageria. Os alemães chegaram a ser chamados de “hunos”, numa referência depreciativa que os distanciava da imagem superiora dos arianos, além de fazer referência a que apenas os latinos tinham sido capazes de derrotá-los (nominalmente, pois na época, 451 D.C., as tropas de Roma eram em grande parte compostas de mercenários germânicos). No entanto, isto não significou o abandono completo do racismo ou do darwinismo social. Apesar da valorização da miscigenação e do seu resultado no Brasil, uma “teoria do branqueamento”, nas palavras de Thomas Skidmore⁸¹ foi posta em marcha para rebater o eterno atraso de degeneração a que o brasileiro fora condenado. Assim, defendia-se a próxima chegada da civilização ao país através da natural purificação do seu sangue.

Mas qual civilização? A ariana? Obviamente não mais. No mesmo ano em que Bilac lia “Língua portuguesa” para admiradas platéias lisboetas, iniciava-se um surto de “latinidade” entre os intelectuais brasileiros.⁸² Com relação ao idioma, por exemplo, no mesmo ano de 1916 Domingos de Castro Lopes, que seguia os passos de seu pai, Antônio de Castro Lopes, famoso e controvertido inventor de palavras do final do século XIX, discursava para uma audiência de Belo Horizonte que “atinge o portuguez, vasado

nesses moldes clássicos, o grau de polimento e beleza, que tanto o aproxima da sua nobre e pulchra genitora”.⁸³

David Brookshaw chamou este surto, ocorrido durante a chamada *Belle Époque*, de construção de uma “identidade clássica”.⁸⁴ A literatura do período teria como uma de suas principais marcas a tentativa de mostrar que a alternativa para o atraso representado pela mácula do sangue africano era a valorização da herança portuguesa como depositária da civilização latina, o que trazia uma força genética e cultural positiva desprezada pelos áulicos do papel degenerativo dos componentes raciais inferiores. Independente do amálgama confuso feito entre Roma e Grécia nesta visão de um patrimônio clássico, havia o sentimento de que a salvação seria a recuperação e valorização de suas fontes, fontes maiores da nacionalidade. Se para alguns racistas do período, como Sílvio Romero, bastava lembrar que um pouco especificado sangue branco venceria o negro e o vermelho através da miscigenação, para outros havia a particularidade de que a especificidade brasileira estava em ser uma nova civilização greco-latina na América. Há em Brookshaw e outros autores um viés de estranhamento frente a esta corrente, que seria explicada pelo mimetismo típico da *Belle Époque*. A saída classicista de uma realidade racial inferior proposta na literatura seria apenas um paralelo com a voga neoclássica que grassava pelas artes-plásticas e arquitetura acadêmicas, e que teria sua origem na influência acrítica dos modismos franceses. A pregação por uma identidade latina, iniciada na França na década de 1860 como parte da rivalidade que a opunha à Prússia (depois à Alemanha) e à Inglaterra⁸⁵, respondeu também aos complexos de povos ainda mais ameaçados pela condenação da mancha “negróide” e “vermelha”, como os latino-americanos.

Como vimos até aqui, a requisição da latinidade é anterior a este período e, mais do que proposta estética, era afirmada como componente orgânico da nação. Longe de querer esgotar aqui o assunto, tema para um estudo especial, creio que a longa história da apologia à língua portuguesa levanta dois novos dados para a análise do problema.

Em primeiro lugar, há um componente organicista presente nas idéias do idioma como essencialmente latino e portando certas qualidades meridionais superiores. Não se pedem ou almejam reformas, nem novas tendências ou rumos, mas afirma-se com

orgulho e segurança que a civilização latina está inscrita na alma nacional. Não se trata de possibilidades ou desejos que dependam de uma ação, mas de uma realidade concreta.

Em segundo lugar, a apologia liga-se à ideologia imperial, ao mesmo tempo que diverge dela na recusa à tupifilia. Ou seja, percorre apenas uma das vias do romantismo: ignorando a incorporação das contribuições indígenas valorizadas por certos autores em prol da pureza latina, filia-se à vertente que via o Brasil como a continuação da civilização portuguesa nos trópicos. Desta forma, o ufanismo lingüístico se sobressai no Brasil como a melhor resposta ao problema racial. Daí que a apologia ao idioma só tenha ganho relevância passado o período do Primeiro Reinado e da Regência (1822-1840), em que o anti-lusitanismo e a necessidade de uma independência espiritual da ex-metrópole eram mais sentidos. Foi somente a partir daí que a herança portuguesa pode ser valorizada sem perigo, com o novo significado de regeneração cultural, ou seja, como garantia e prova de que a nação não era atrasada, mas detentora de um patrimônio civilizador único, a língua. Mas como entre 1850 e 70 o apelo indianista foi mais forte, somente depois de 75, com a pressão exercida pelo determinismo racista, é que os literatos, gramáticos, historiadores e outros se voltaram para Portugal. Desta forma, somente após uma ampla perspectiva histórica é possível aceitar a razão apresentada por Brookshaw para esta adoração pelas civilizações clássicas, dominante até que os modernistas a atacassem, na década de 1920.

Bilac foi sem dúvida o maior representante desta adoração. Quando tratou de Gonçalves Dias, por exemplo, conciliou o cânone literário brasileiro com um ideal de pureza lingüística, afirmando que o poeta romântico se apegava aos clássicos portugueses e que estudava e mantinha admiração pela língua recebida da Europa. “A velha mãe sagrada remoçou aos beijos do filho mais moço”.⁸⁶ Em outro discurso em Portugal, defendeu que os povos dos dois países pertenciam à mesma civilização e que deveriam, por isso, valorizar o vernáculo. Aos paranaenses arengou para que os imigrantes fossem logo integrados, sendo o cuidado com a não proliferação de suas línguas uma das principais preocupações a serem mantidas.⁸⁷ Mas o sentido que ligava raça e língua na latinidade já vinha de antes da década de 10. Na recepção a Afonso Arinos na Academia Brasileira de Letras, em 1903, Bilac apresentava o Brasil em termos inequívocos:

As raças vão sendo absorvidas, como as águas das chuvas que regam os campos; e a raça futura (se é possível ainda em ilações tão claras como esta, adiantar alguma cousa sobre o futuro) será uma raça fortemente brasileira, conservando a doce e amada língua que tratamos.⁸⁸

MAPA DO TESOURO: OS DICIONÁRIOS COMO MONUMENTOS

Desde o século XVI a língua foi suficientemente louvada em trechos apologéticos espalhados em vários tipos de obras para que fosse necessária mais alguma ajuda. Para quê o idioma nacional precisaria de outras formas de valorização? Pode-se esperar então que nada mais tenha sido publicado neste sentido? Talvez sim, mas o fato é que as simples afirmações transcritas acima não podiam incutir nos seus leitores o amor pelo idioma sem exemplos amplos e repetitivos nos quais se pudesse constatar sua veracidade. Uma entidade tão importante como a “língua pátria” não se contentava apenas com elogios. Sua posição hierárquica e a adoração à qual era submetida levaram a que se colocasse o problema da construção de monumentos em sua homenagem.

O primeiro deles foi o dicionário de Rafael Bluteau, que afirmou que “entronizei nestas folhas a lingua Portugueza com tanta magestade”.⁸⁹ Mas o *Vocabulário* não só é de um período anterior, como se insere numa rede de significados que, ligados ao Iluminismo e ao papel da monarquia absolutista, escapa aos nossos interesses.⁹⁰ O mesmo se dá com o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa, que, saindo em 1793, tem seu posto de monumento minado por cobrir apenas um volume (A-Az). Dali em diante os trabalhos patinaram e quase não avançaram.⁹¹

Razões parecidas poderiam ser levantadas com relação ao primeiro dicionário escrito por um brasileiro, mas vou me deter nele tanto por este critério de nacionalidade quanto porque iria ser elevado por seus sucessores, ao contrário do que ocorreu com Bluteau, à categoria de monumento. Embora menos erudito e original no embasamento teórico do que outros, o dicionário de Moraes, como ficou conhecido, é um, senão o, maior sucesso editorial da lexicografia luso-brasileira. Desde que saiu pela primeira vez do prelo no duplamente revolucionário ano de 1789, teve mais 10 edições nos dois lados do Atlântico.⁹²

Seu autor, Antônio de Moraes Silva, nasceu no Rio de Janeiro em 1755. Estudou em Coimbra, onde se bacharelou em direito. Fugiu de Portugal por problemas com a

Inquisição, viajando pela Europa. Indultado, fixou-se em Lisboa, onde se incorporou ao meio literário. Escreveu e publicou algumas obras de história e traduções. Em 1794, já casado, se mudou para Salvador, onde foi advogado, Juiz de Fora e Provedor dos Ausentes, se fixando depois em Recife, em 1796. Comprou então um engenho do sogro, onde viveu até morrer, em 1824. Temos, portanto, um homem do mundo, bem educado e em contato com os movimentos intelectuais do seu tempo. Se, de um lado, a inclusão de significados dados só no Brasil e de palavras indígenas e bantos serve para aproximá-lo da lexicografia brasileira, é mais forte sua vinculação a Portugal, na medida em que não há em sua vida e em seus escritos nenhum enunciado nacionalista, nenhuma reivindicação de uma especificidade lingüística brasileira. Morais é muito mais um homem ilustrado da Europa que se vale de suas origens americanas para enriquecer o idioma lusitano, do que o iniciador de uma tradição brasileira.⁹³

O dicionário de Morais bem que tentou escapar ao caráter monumentalizante e elegíaco, pois há um aspecto essencial que transforma a lexicografia luso-brasileira ao menos pelos cem anos seguintes: embora com um certo pendor enciclopédico, Morais opta pela síntese, levando a uma obra menor, mais compacta e editada em dois volumes. Em vez de um grande e definitivo dicionário, Morais parece ter aprendido a lição de Bluteau que o idioma é maleável e mutante, sendo impossível engessá-lo em uma obra definitiva. Desta forma, ele incorpora poucas abonações e nenhuma etimologia, embora inclua vários arcaísmos, centrando-se no significado dos verbetes. Como bem frisam os editores de 1813, a obra visava tanto a “honra nacional” quanto a utilidade, ou, em termos mais atuais, a praticidade.⁹⁴

Mas se afirmei acima que Morais foi elevado ao posto de monumento, de onde vinha esta característica? Em primeiro lugar, da falha de outros autores. O *Vocabulário* de Bluteau, como era natural em uma obra que só foi revista uma vez, e pelo próprio autor (no *Suplemento* de 1728), teve um envelhecimento natural, parecendo às gerações do século XIX uma obra datada e que perdera o passo da língua. O dicionário de Bacelar não conseguiu alcançar a fama, nem articular um discurso aceito e bem sucedido como seu antecessor. A estapafúrdia afirmação da origem grega, a ausência de uma dedicatória ao rei e a falta de uma ponte entre a nação, a monarquia e a língua selaram seu destino. E o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa não saiu da letra A, ficando só como

promessa e motivo de chacota por mais de um século. Em segundo lugar, foi justamente a inovação de um dicionário compacto, em dois volumes, sem prolixidade ou erudição que acabou fazendo o sucesso de Moraes. Até mesmo o fato dos lexicógrafos seguintes terem criticado ajudou a que ele fosse alçado ao posto de grande dicionário do século XIX, ponto de partida e consulta de todos os que pela língua se interessavam.⁹⁵

De uma certa maneira, o século XIX viu enfraquecer esta visão de que a recolha do vocabulário poderia resultar em um monumento. A idéia permaneceu presente aqui e ali, mas os lexicógrafos perderam o fôlego de um Bluteau ou da Academia de Ciências. A principal característica dos dicionários do século XIX e XX, é a síntese e a manuseabilidade, ao contrário do caso francês, em que às reedições do dicionário da Academia somou-se o aparecimento do monumental dicionário de Émile Littré, ou do caso espanhol, cuja academia foi, das européias, a que mais se dedicou à correção e ampliação de sua obra; ou ainda do caso inglês, onde uma imensa equipe executou o ambicioso, custoso, demorado e maior de todos os projetos lexicográficos, o *Oxford English Dictionary*, cujos trabalhos se iniciaram em 1879 e só foram terminar em 1928. A sensação de uma inexperiência por parte de Bluteau e de Moraes, e de que o fracasso ou desinteresse da Academia de Ciências não deram os frutos esperados se juntaram à constatação de que a língua era ignorada, maltratada e estava nas mãos de dois povos iletrados. Cabia então uma certa urgência na qual amplos e minuciosos dicionários eram duplamente contraproducentes: demorariam a chegar e não alcançariam as camadas que mais precisavam deles, sobretudo os estudantes. Resultou desta ânsia uma longa série de dicionários em um ou dois volumes, a maioria dispensando uma ou mais das características hoje tão comuns nos melhores dicionários brasileiros e portugueses: transcrição fonética, etimologia e abono literário. Por fim, a limitação do espaço levou a que, obviamente, certas escolhas fossem feitas quanto aos termos que fariam parte do “tesouro” da língua.

Mas o que levou então à monumentalização do idioma? Na realidade, seria incorreto afirmar que isso ocorreu estrito senso nos dicionários – à parte um ou outro caso. O que se retira de uma análise das intenções dos lexicógrafos do período é que seu trabalho deveria servir como base para um dicionário completo futuro. Eles queriam sobretudo ver consagrados seus métodos e as definições para os vocábulos escolhidos.

Enquanto a redenção que recolheria todo o “ouro” da língua, na expressão de Bilac, não vinha, eles se limitavam às pepitas de maior valor. A monumentalização é dada, portanto, no conjunto destes dicionários, como se cada um fosse uma pedra da grande obra que se almejava ver completa um dia. O século XIX e as primeiras décadas do XX testemunharam a publicação de pelo menos dezoito dicionários gerais (incluindo Morais, uma vez que a edição de 1813 é a que se popularizou), além de por volta de uma dezena de outros dedicados a áreas específicas do vocabulário.⁹⁶ Tomados assim, percebe-se que quase nenhuma área foi deixada de lado. A própria impaciência dos lexicógrafos com sua própria classe e com o resultado do trabalho de seus pares é um sintoma desta ânsia por monumentalizar o idioma, fixá-lo em bronze em todo seu esplendor e, nos termos da época, “riqueza”.

Pode-se dividir os dicionários, grosso modo, em dois tipos: os muitos que participam do trabalho de preparação para um futuro monumento e os poucos que se pretendem monumentos semelhantes a Bluteau.⁹⁷

As obras que se encaixam no primeiro caso se concentram na virada dos oitocentos para os novecentos e nas duas décadas seguintes. Algumas cobrem áreas específicas do vocabulário, como o *Dicionário da maior parte do termos homônimos e equívocos da língua portuguesa*.⁹⁸ Outras englobam o conjunto deste léxico. Estas vão desde o *Dicionário da língua portuguesa* de José da Fonseca e de José Inácio Roquete, que teve diferentes versões entre 1830 e 1881,⁹⁹ e que prefere a síntese, através de edições de bolso (a primeira deste tipo em apenas um volume), até o *Dicionário etimológico, prosódico e ortográfico da língua portuguesa*, de Silva Bastos, de 1912, também em um volume, que, como os demais, estava mais preocupado com os neologismos da língua do que com qualquer outra coisa, uma vez que almejava principalmente ajudar os leitores a aprenderem facilmente os significados das palavras mais comuns.¹⁰⁰

Entre os exemplares que se pretendem monumentos, o primeiro é o caso do frei franciscano Joaquim de Santa Rosa, que incluiu em seu sobrenome o nome da cidade italiana de Viterbo. O *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*, primeiro e último dicionário de arcaísmos da língua portuguesa, foi publicada em 1798-99.¹⁰¹ O dicionário teve em 1825 uma versão reduzida a cargo da

Universidade de Coimbra e em 1865 a versão original foi reeditada pelo crítico, escritor e biógrafo Inocêncio Francisco da Silva. As duas variantes tomadas em conjunto são o primeiro e único caso de dicionário que paga tributo à língua portuguesa sem pretender alcançar sua totalidade, subvertendo uma premissa básica de Bluteau, de Moraes e da Academia, pela qual um monumento alcançava sua grandeza e seu efeito sobre o público porque ao abarcar todo o vocabulário, transmitia fielmente a idéia de riqueza. Descobrimo preciosidades perdidas, o *Elucidário* postulava que a superioridade do idioma pátrio também se dava pelo valor intrínseco de cada parte do léxico, posto que cada uma destas partes agregava valor ao conjunto do idioma. O autor e o editor agiram como descobridores de pequenas pepitas já esquecidas: as duas versões do dicionário permitem o conhecimento dos “mais preciosos Monumentos, que nos rest[am] ainda antes dos principios da Monarchia”, contribuição única, uma vez que os dicionários gerais não revelavam a “Lingua antiga” de Portugal.¹⁰² Neste sentido, há uma certa intenção de complementaridade, como se Viterbo quisesse contribuir para outros incluírem esta “língua antiga” em um “Tesouro”. Mas isso não impedia que o trabalho do frei já fosse em si mesmo uma obra memorável. Inocêncio Francisco da Silva considerava, por exemplo, que “qualquer nação culta e illustrada” devia ter um glossário completo das palavras usadas em outras épocas.¹⁰³ Além disso, Viterbo vinculava nação, língua e monarquia. O *Elucidário* era dedicado ao príncipe regente D. João. De qualquer forma, o dicionário se justificava na explicação das palavras de um tempo em que a língua “á sombra das nossas armas havia retumbado nas quatro partes do mundo”. Já desusadas, cabia uma reparação que elevasse o idioma a seu devido posto, para ser admirada em “eternal memoria” do trono.¹⁰⁴

A vinculação com a monarquia continuou no avançado ano de 1849. Fidalgo da casa real portuguesa e cavaleiro da Ordem de Cristo, o jornalista Eduardo de Faria dava a lume seu *Novo dicionário contendo todas as vozes da lingua portugueza antigas e modernas*. Mas o que interessa são as edições subseqüentes da década de 1850 (uma delas no Rio de Janeiro), nas quais a obra seria bastante ampliada, passando de dois para quatro volumes, e passando a chamar-se *Novo dicionário da lingua portugueza*. Se o título diminuía, o mesmo não se dava com os detalhes das novas edições:

O mais exacto e mais completo de todos os dictionarios até hoje publicados. Contendo todas as vozes da lingua portugueza, antigas ou modernas, com as suas varias accepções, accentuadas conforme á melhor pronuncia, e com a indicação dos termos antiquados, latinos, barbaros ou viciosos. Os nomes proprios da geographia antiga e moderna. Todos os termos proprios das sciencias, artes e officios, etc., e sua definição analytica. Seguido de um dictionario de synonymos.

Esta espécie de subtítulo registra clara e sinteticamente que todo o léxico está incluído, junto com a etimologia; refere-se à modernidade que a língua devia constantemente incluir; também a posição superior deste dicionário era, logo de início, fixada. Para um tesouro, um novo monumento. É bem verdade que na década anterior o também intitulado *Novo dicionário* de Francisco Solano Constâncio incluía um subtítulo ainda mais extenso e detalhista que o de Faria.¹⁰⁵

Novo dictionario critico e etymologico da lingua portugueza, comprehendendo: 1º. Todos os vocabulos da lingua usual, dos quaes muitos se não encontram em Bluteau e Moraes, com a definição clara e concisa de cada hum e suas diversas accepções, justificadas por citações dos auctores classicos quando o caso o pede; 2º. Os termos os mais usados de sciencias, artes e officios; 3º. Os mais notaveis termos antigos e obsoletos cujo conhecimentos he indispensavel para a intelligencia dos documentos antigos; 4º. A synonymia, com reflexões criticas; 5ª. A etymologia analytica de todos os termos radicaes, expondo o sentido rigoroso das raizes primitivas latinas, gregas, etc.; 6º. Os prefixos, sufixos, desinencias ou terminações analysadas e explicadas; 7º. Observações sobre a orthographia e pronuncia dos vocábulos; precedido de huma introdução grammatical.

A aparência engana. O detalhismo de Constâncio, se o levava a certas vantagens frente a Faria, era em outras áreas somenos para um monumento, como a ortografia e o destaque dado aos afixos. Além disso, a prolixidade plantava armadilhas: enquanto Faria deixava claro que incluía todas as palavras (e se fez efetivamente isso é menos importante para a imagem de monumento do que a postulação deste fato), Constâncio ressaltava que, embora todo o léxico vivo estivesse presente, só vocábulos “mais usados de sciencias, artes e officios” e “os mais notaveis termos antigos e obsoletos” recebiam guarita. Nem mesmo se pode argumentar a favor de uma monumentalização da obra de Constâncio com o fato de que ele inclui uma gramática resumida e abonos literários aos verbetes, posto que a ausência de referência a isso no subtítulo do *Novo dicionário* de Faria é compensada pela sua inclusão efetiva na obra. Constâncio ocupa uma posição dúbia, o que, na ausência do reconhecimento de outros, basta para lhe retirar qualquer pretensão.

O dicionário do cavaleiro da corte lisboeta é em quatro volumes, rompendo com a norma que começava a se formar de dois volumes. O *Novo dicionário* não era um recurso prático e acessível, mas um livro imponente, para ser folheado com cuidado e na espera de explicações eruditas. Afinal, a língua evoluíra desde Bluteau e era preciso corrigir seus erros e incluir os novos termos ou significados que haviam surgido desde então, posto que esse tipo de tarefa era a melhor forma para se conhecer uma língua e formar a “mais sólida base de toda a literatura e augmenta[r] a gloria literaria d’um paiz”.¹⁰⁶

Este nacionalismo, contudo, já era diferente do presenciado em Bluteau ou no dicionário da Academia. Apesar da epígrafe ao rei de Portugal, a coleção de palavras de 1849 desvinculava a memória monárquica da superioridade da língua. Esta não era mais vista como uma estátua de mármore polida pela ação da realeza sobre a sociedade. Ao pesquisar os testemunhos literários e documentais, bem como a linguagem viva cotidiana, Faria encontrou não mais um ser ideal, mas algo “que todos os dias vai enriquecendo com alguma nova conquista”.¹⁰⁷ Vivendo em tempos de liberalismo em Portugal, um dicionário era um monumento não mais a uma sociedade estamental:

todas as classes deviam ser n’ella representadas [...]. Um dicionario não deve ser unicamente um livro de *boa sociedade*, destinado ao uso das salas, [...] para a mocidade que se destina á carreira das letras. Não: o Diccionario de uma lingua, esse primeiro livro de uma nação civilisada, é o livro de toda a gente. Expressão completa do mundo social, deve contar todas as palavras que são do uso de todos. A língua não é exclusivamente destinada a expressar as operações do espírito e os movimentos do coração, serve tambem para exprimir a extensão da acção do homem sobre o universo [...].¹⁰⁸

Pois é precisamente como obra de tal envergadura que o *Novo dicionário* se apresentava. Um novo tipo de monumento: ao progresso nacional, a todas as classes, à coroa liberal. O problema é que isto minava a base da perenidade do monumento. Uma obra como a de Faria já apresentava as condições para sua superação, pois era feita menos para o futuro, e mais para o presente, para ser admirado enquanto a língua permanecesse como fora descrita no dicionário. A língua nacional continua a ser um tesouro, mas de meados do século XIX em diante, seria impossível propor um monumento definitivo. Seria aceitável, entretanto, uma série de monumentos menos pomposos, cuja grandiosidade se daria historicamente e pela sua capacidade de regeneração, na forma de sua constante superação por novos representantes.

Não demorou mais do que 22 anos para que a coleção de palavras de Faria fosse considerada ultrapassada. E mais uma vez foi um religioso quem interveio. Os cinco volumes do com justiça chamado *Grande dicionário português ou Tesouro da língua portuguesa*, que saíram no Porto entre 1871 e 1874, do frei Domingos Vieira, foi, mais uma vez, dedicado a um membro da coroa. Mas, desta vez, era um membro da família imperial brasileira, mais precisamente o imperador D. Pedro II. A esta dedicatória os editores, Ernesto Chardron e Bartolomeu de Morais, adicionaram uma outra de próprio cunho, como vimos páginas atrás, o que levava a pensar pela primeira vez em um vínculo entre Brasil e Portugal.

A obra se insere nesse processo monumentalizante com duas novidades. Como o frei deixou o dicionário inacabado, os editores contrataram dois dos maiores especialistas em suas áreas para escrever duas longas introduções: uma sobre a história, fonologia e morfologia da língua, de Francisco Adolfo Coelho, e outra sobre a história da literatura portuguesa, de Teófilo Braga.¹⁰⁹ A modernidade, esboçada no dicionário de Faria, tomava assento neste *Tesouro* com a inclusão em destaque das abordagens científicas da língua e da literatura feitas por Coelho e Braga.

O último a tentar um monumento para a língua representou um passo adiante nesta união. O diretor da Biblioteca Pública de São Paulo, Jerônimo Azevedo, foi apenas o terceiro lexicógrafo brasileiro a escrever um dicionário amplo da língua portuguesa. Antes dele tivemos Morais, em 1789, que se contextualiza melhor na tradição lusitana, e Silva Pinto, em 1832 (ver capítulo anterior). Talvez consciente desta posição, Azevedo se deixou tomar por um sentimento de extremo otimismo, misturado com certa arrogância que, entre outras coisas, já se revela no título.

Repertorio lexicographico da lingua portuguesa ou Diccionario dos diccionarios organizado sobre um plano inteiramente novo comprehendendo: todo o vocabulario registrado nos diversos e melhores diccionarios, accrescido das novas acceções, que têm muitissimas palavras, que ainda se acham anachronicamente definidas, e illustrado com grande copia de exemplos elucidativos, extrahidos dos classicos, antigos e modernos, bem como seguido da figuração da melhor pronuncia emprégada entre nós pelas pessoas cultas; os synonymos; os termos technicos das sciencias, artes e officios; a gíria portugueza e brazileira; os archaismos; as palavras obsoletas; os idiotismos; os neologismos; as locuções proverbiaes e familiares; os verbos irregulares, conjugados com a figuração nos tempos em que a respectiva prosodia offerece dúvidas; a solução de todas as difficuldades gramaticaes; e a indicação das principaes palavras do latim e outras linguas estrangeiras, empregadas commumente no moderno fallar e escrever.

Não é preciso muita comparação com os autores abordados anteriormente para ver que, excetuando-se o fato de Azevedo não incluir uma gramática ou uma história da língua portuguesa, estão aqui as outras características: a auto-designação de maior e melhor dicionário; a inclusão de todas as áreas do vocabulário, com um aumento ainda de significados, abonos e etimologias; e a referência aos “termos” que trazem a modernidade ao idioma. Até mesmo o nome deste tipo de obra o entusiasmado Azevedo quis mudar: de dicionário, passou para o pomposo *repertório lexicográfico*! A justificativa esclarece sobremaneira o estatuto que Azevedo via nesta obra singular: “vasto monumento erigido agora ao bello idioma luso-brasileiro”.¹¹⁰

Esta grandiloquência, que contrastava com a limitação do dicionário a um volume somente, continuava ainda na dedicatória. Saíam os membros de famílias reais e a memória monárquica e entravam os próprios cultores da língua.

À memória de Luiz de Camões, Antonio Vieira e Alexandre Herculano – O genio portuguez, o mestre da palavra, o historiador judicioso, a quem principalmente deve a nossa raça a construção da sua linguagem burilada de Antonio Gonçalves Dias – O maior dos poetas brasileiros – de Raphael Bluteau – O paciente iniciador da lexicographia portugueza e de Antonio Moraes Silva – “O mais respeitavel dos nossos dicionaristas, cuja obra foi, relativamente aos principios deste seculo, um invejavel titulo de gloria.”

A Candido de Figueiredo – O mestre preclaro, que ha já bastante annos professa, com refulgente erudição, e exepcional preseverança [sic], um curso regular de linguagem pratica, onde applica, com espirito não vulgar, o *utile dulci* horaciano.

A Silvio de Almeida – O mais affectuoso dos meus amigos de outr’ora, e o unico philologo, que dispõe actualmente de solido preparo philosophico.

A Gonçalves Vianna – O eruditissimo romancista portuguez, e um dos mais autorizados propagandistas da simplificação orthographica.

A João Ribeiro, Ernesto Carneiro Ribeiro, Carolina Michaëlis; a todos, emfim, que concorreram e concorrem, para opulentar o idioma luso-brasileiro.

À saudosa memoria do Dr. Cezario Motta Junior – Uma grande alma e um patriota bem intencionado, cujos serviços estes versos synthetizam:

Eu d’esta gloria só fico contente,

Que a minha terra amei, e a minha gente¹¹¹

Ao Exmo. Sr. Dr. Bernardino de Campos – Tributo respeitoso de indelevel gratidão e, sempre cordial, velha amizade.

A Francisco Germano Medeiros – Em penhor de affecto e animo agradecido.

Com exceção de Cesário Júnior e de Germano Medeiros, amigos do autor, de Bernardino de Campos, presidente de São Paulo, e de Sílvio de Almeida, gramático influente naquele estado, todos, portanto, incluídos aqui por motivos pessoais, a dedicatória é quase um memorial aos maiores cultores e especialistas na língua portuguesa no Brasil e em Portugal. Para usar de uma analogia, é como uma placa de

bronze fixada na base de uma estátua alegórica, típica daquele início de século XX, em um Brasil muito dado às imitações ditas “clássicas” nas belas-artes.

O século XIX, recheado de dicionários, legou ao século XX esta indefinição. Nenhum dos lexicógrafos se fez aceito totalmente, e nenhuma obra coletiva prosperou. No período em questão neste capítulo, isto gerou uma certa angústia coletiva, expressa na quantidade de obras acessórias e nas críticas mútuas.¹¹² É preciso citar ainda a recorrente afirmação de que cabia a uma instituição como a Academia de Ciências a publicação de um dicionário definitivo.¹¹³ Talvez em razão da sua inatividade, tantos dicionários tenham brotado desta angústia e indignação. Afinal, os editores e os lexicógrafos encaravam a tarefa como essencial para Brasil e Portugal, sendo, segundo Eduardo de Faria, em exemplo já citado acima, o “primeiro livro de uma nação civilizada”.¹¹⁴ O que a sentença tem de exagerada para os padrões atuais, tinha de compreensível no contexto das preocupações lingüísticas do final do século XVIII até início do XX, sem que, contudo, impedisse o incômodo da conclusão que, por não possuírem o tal “primeiro livro”, Brasil e Portugal não eram nações cultas e avançadas.

O ESTADO DO IDIOMA NOS SÉCULOS XIX E XX

Até aqui, a apologia tratava da essência, estirpe superior e imagem de imutabilidade da língua portuguesa. Em outros momentos, contudo, ela era interpretada em termos menos otimistas. Tendo como pano de fundo o amor pelo idioma e a certeza de sua posição especial, muitos autores notaram que a natureza da língua se chocava com seu uso diário, o que os assustava. Este diagnóstico indignado se dirigia a dois agentes: contra a pena de literatos e homens cultos, e contra a boca do povo. Aqui vou examinar a noção de decadência literária e do bom estilo na linguagem familiar e culta. Apenas no próximo capítulo irei analisar a aproximação dos críticos à linguagem popular.

Na segunda metade do século XVIII, os poetas árcades portugueses e os membros da Academia de Ciências dão vazão a um purismo lingüístico, paralelo ao classicismo manifesto na estética poética. Seu objetivo era difundir a idéia do melhor uso das boas palavras do vernáculo e evitar a decadência do estilo, tendo como espelho os grandes nomes da literatura nacional e dos autores gregos e latinos. Os modelos portugueses eram

todos autores situados entre a segunda metade do século XVI e meados do século XVII.

115

Os autores desta época acreditavam que havia uma “índole” do idioma, e que essa índole, tal como um ser à deriva, não estava a salvo. E cabia aos letrados, recolhendo as melhores fontes, recuperar o tesouro do idioma e restituí-lo à sua melhor forma. Era seu dever, no que chamavam de “política ilustrada”, recuperar seu “caracter” e sua antiga beleza.¹¹⁶ Ou seja, sem culpar ninguém, nem acusar diretamente uma situação de decadência, os membros da mais alta instituição letrada e científica portuguesa insinuavam que algo andava errado.

Mas é somente no início do século XIX que, no meio da idealização do passado lusitano, este sentimento de perda ganha uma conotação mais aguda¹¹⁷, embora ainda não tão aguda quanto a verificada nas décadas posteriores ao romantismo. Mais uma vez, Almeida Garret se apresenta. O primeiro grande autor a abrir a via do nacionalismo lingüístico do século XIX consolida a nostalgia de um passado glorioso, seu lamento de oportunidades perdidas e um certo gosto mórbido pelo sofrimento coletivo dos portugueses, ao proceder à primeira história das literaturas brasileira e lusitana escrita em língua portuguesa. No já citado “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, introdução ao *Parnaso lusitano*, coleção de poesias de dezenas de autores publicada em 1826, há uma rígida periodização em seis épocas que dão sentido à coletânea que lhe segue. Há um perfeito paralelo entre a história da poesia e a história da língua. O leitor tem a impressão que por “língua” se entende “linguagem poética”. Para Garret, a única língua de valor, digna de registro, e que expressa o fundo da nacionalidade é a codificada e polida pelos literatos. É por isso que as conclusões que ele tira de cada época literária se aplicam também para a língua. E é a segunda época, que vai do início do século XVI ao início do XVII, a da idade de ouro, tanto do vernáculo quanto da poesia.

Aprefeiçoou-se a língua, enriqueceu-se, adquiriu então aquela solenidade clássica que a distingue de todas as outras vivas, seus períodos se arredondaram ao modo latino, suas vozes tomaram muito da eufonia grega; dum e doutro desses idiomas lhe vieram as muitas [figuras], e principalmente da grega os muitos hipérbatos; com o que vai rica, livre e majestosa por todas as províncias da literatura, que tem decorrido, não havendo aí gênero de composição, para o qual, ou por doce demais como o toscano, não seja própria, - ou por mui áspera e guindada como o castelhano, se não adapte, - por curta como o francês, não chegue, - por inflexível e ríspida como o alemão e inglês, se não amolde.

Claro é que a história, a oratória, todas as artes do discurso deviam de florescer com tal aumento.¹¹⁸

Embora Garret tecesse algumas críticas aos autores do período, o privilégio dado, entre tantos poetas, a Antônio Ferreira e Luís de Camões ilustra a sua centralidade. Garret lembra o espírito de liberdade e de moral que movia Ferreira e sua oposição ao versejar em outro idioma, chamando-o de “português verdadeiro, ardente amador da língua”, o que lhe permitiu enriquecê-la, mantendo a “pureza da frase”.¹¹⁹ É, contudo, Camões quem marca a época, de tal modo que nenhum poeta, em língua alguma, poderia se comparar a ele. O auge que se chegava com *Os lusíadas* não era apenas português, mas também da arte e da civilização modernas.

Esse homem levantou a cabeça lá das extremidades da Ásia, e viu tudo pequeno à roda de si, todos os poetas pigmeus, todos acanhados com as línguas modernas ainda mal feitas, escravos da imitação clássica, incertos e entalados todos entre o cego respeito da Antigüidade e as novas precisões que as novas idéias, que o novo estado do mundo requeria. Teve ânimo para conceber e força para executar um rasgado e necessário atrevimento de se abrir caminho novo, de criar enfim a poesia moderna, dar não só a Portugal, mas à Europa toda um grande exemplo, e constituir-se o Homero das línguas vivas.¹²⁰

A partir de meados do século XVII o “gosto” e a língua corromperam-se. Em rigoroso paralelo com o que ocorria com a crise política e do império, a língua e a poesia entravam em longa decadência, sendo que o século XIX apresentava um elemento novo corrompendo-as: o apego aos galicismos.¹²¹

É interessante notar que o *Bosquejo* inaugura esta outra vertente do nacionalismo lingüístico, pelo qual o português é ainda louvado, mas com a inserção de um elemento historicista que abala parte da estrutura dessas loas. É como se a paixão pela língua portuguesa fosse tamanha que doesse ver que a cultura nacional, reflexo da decadência geral do país, não a merecesse. Neste caso, a língua não era porta de saída ou tábua de salvação, mas o resquício de um passado perdido e desperdiçado, idéia que se afeiçoa bem a certos aspectos pessimistas do romantismo.

Ao longo do século manteve-se a sensação de que se vivia numa época de total decadência e de contínuos maltratos à língua portuguesa. O maior representante da revolta causada entre os que se arvoravam o título de “cultores” da língua foi o lexicógrafo Cândido de Figueiredo, que pintava um quadro catastrófico.

Dizem que, entre os elementos de uma nacionalidade qualquér, ocupa a *língua* um dos primeiros lugares; e se da decadência da *língua* é lícito inferir a decadência da respectiva nacionalidade, Portugal tem decaído muito.

Que o nosso idioma, representado aliás em monumentos de imperecível glória, tem resvalado na mais confusa anarquia, sintática e morfológica, é facto que não exige demonstração. As causas são complexas, mas entrevêem-se facilmente no desamôr ás línguas clássicas; no amôr exclusivo aos interesses materiaes; na desinvolução absorvente dos estudos fisico-naturais; no prurido inconsciente de gloriolas fáceis; na rápida transição das bancadas escolares para o jornalismo, para o parlamento, para a direcção enfim de uma sociedade pequena e infermiça, que descança beatificamente, na supposição de que, em regiões superiores, alguém trabalha e pensa por ella.¹²²

Entretanto, em Portugal, a passagem para o século XX foi também a época de dois autores que não compartilharam tanto deste pessimismo: Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos. Este, eminente filólogo e dialetologista português, procurava distingüir a atitude ufanista da científica.¹²³ Colocados em campos diferentes, o ufanista, que nada mais é do que o filólogo no sentido clássico do termo, e o lingüista não se confundem, pois o primeiro “vae atrás da elegancia das expressões, do classicismo dos vocabulos”, enquanto o segundo “deseja unicamente surpreender a vida da linguagem, tanto quanto possivel entregue a si mesma”.¹²⁴ Como um dos poucos que tentou exercitar a gramática comparativa em Portugal, ele sutilmente deslegitimava a figura do gramático normativo, pois a língua em si não é afetada pelas regras tiradas dos Clássicos, uma vez que sua matéria é feita alhures, no uso social dela e no seu código genético, algo só atingido pelo lingüista. De certa forma, foi esta visão singular, compartilhada quase que somente por seu colega Francisco Adolfo Coelho, que os levou a entrarem em seguidos atritos com os “puristas”.¹²⁵

Por volta da mesma época, deu-se também no Brasil a certeza de que os anos mais ou menos circunscritos entre os reinados de D. João III (1521-1557) e D. João IV (1640-1656) representaram o período de ouro da prosa, da poesia, da oratória e, conseqüentemente, da língua portuguesa, unindo-se a isto um sentimento de decadência. Isto incomodava, porque fragilizava todo o projeto de tornar a língua o bastião de defesa cultural do alto grau de civilização do Brasil e de sua posição como nação latina.

O visconde de Taunay, por exemplo, esclarece como poucos a maneira como os ditos clássicos eram encarados pelos literatos brasileiros. O estudo de suas obras trazia grande proveito, sendo importante neles a forma e não os temas ou os conteúdos. Estava-se de frente a modelos de boa linguagem, e só.

Pena e muito pena, é, de certo, que esses notaveis stylistas, que devassavam como que instinctiva e innatamente os menores segredos da nossa bella e complicada lingua, empregassem a graciosa e artezoada

dicção em assumptos aridos, seccos, mais ou menos despidos de interesse intrínseco e tão infantis na pluralidade dos casos; de maneira que para os lêrmos hoje, se torna preciso não só ter tempo que desperdiçar, como espirito despreoccupado, ou antes inclinado aos estudos philologicos. O que vamos buscar n'esses classicos é menos a informação historica proficua, ou o simples deleite e entretenimento, do que quasi exclusivamente a lição phraseologica e gramatical e a amenidade de estylo a revestir de galas e prestigio reflexões de discutivel valor, narrações inverossimeis, argucias theologicas e observações ou conceitos de ingenua puerilidade.¹²⁶

Esta visão dos clássicos continuou até pelo menos 1930, mas é provável que tenha ido mais adiante. De qualquer forma, foi repetida por autores como Pereira da Silva, Assis Pinheiro, Ramiz Galvão e Domingos de Castro Lopes.¹²⁷ Mas quem mais apaixonadamente defendeu a centralidade dos mestres dos princípios da literatura lusa foi um dos principais filólogos do período, o sergipano João Ribeiro. Como vimos, Ribeiro foi um dos principais estudiosos do dialeto brasileiro nos anos 20. Mas esta preocupação foi precedida em sua trajetória por um purismo quanto à língua portuguesa. De início, engatinhava, imperfeita e desleixada. Mas

afinal [...] vieram os clássicos que traçaram as formas definitivas e perfeitas, apagaram o mais das indecisões e incertezas, deram contornos fixos às palavras e distribuíram as luzes e as sombras por onde haviam de estar, com o que se ganhou relevo e solidez na expressão. E essa fisionomia e formosura, que a tanto custo se alcançara, se tornou imortal e perene, desde quando lhe infundiram o sopro vital os Camões e os Vieiras.¹²⁸

Desta forma, o modelo do correto estilo e da linguagem de bom gosto, bases fundamentais da expressão escrita, estava no estudo atento das obras antigas. Mas mais do que a simples leitura destas, era preciso adentrar no espírito de sua época. Fazendo-se isso, sentir-se-ia a atmosfera do tempo e a voz do escritor seria inteligível. “Não há outro endereço mais do que o do amor e respeito aos modelos eternos da linguagem.”¹²⁹ Ou seja, Ribeiro se posicionava, de certa forma, diferentemente de Taunay e da maioria dos autores contemporâneos, que procuravam nos clássicos apenas a forma literária. Aqui, se tratava de uma imersão mais profunda, não só estética, mas moral. Em ambos, contudo, a língua (e aqui também a literatura) era vista carregando como que um código genético necessário para civilizar a nação.

Porque muito maior que as civilizações que se sepultam com as suas ciências e vaidades, é aquela que ama e se reproduz e se revê nos filhos e na eternidade da história.

E como, pois, dizer que a língua dessas almas e dessas energias, à qual (como dizia João de Barros) pertenciam ‘a monarquia do mar e o tributo dos infieis’ não é mais digna do progresso e do presente?¹³⁰

Apesar disso, há ao longo do século XIX, primeiro em Portugal, e depois também no Brasil, sobretudo a partir de suas duas últimas décadas, um certo gosto, uma voz que insiste em repetir as reclamações rabugentas contra toda a classe literária, que não cuidava de sua ferramenta de trabalho. Esta verve recriminadora entrou pelas três primeiras décadas do século XX.

Em Portugal se destacam José Inácio Roquete,¹³¹ e, sobretudo, Cândido de Figueiredo, para quem esta situação possuía razões precisas: a imprensa diária, os escritores menores, “iconoclastas da língua de Camões”, e a educação pública falha. Tudo isto levou à degeneração da língua, tornada uma “manta esfrangalhada”.¹³²

Este lamento parece ter chegado ao Brasil no final do século XIX¹³³, aumentando de volume apenas na década de 1920. Poucos se mostravam menos pessimistas, como o gramático carioca Mário Barreto, ao afirmar que o futuro da língua parecia contar com melhores dias. Escrevendo em 1927, dizia que sua missão era estar entre

os autores que velam pelos foros do nosso idioma e que se me afiguram necessários, e mais nesta época de turbulência geral em que a nossa belíssima língua é ultrajada sem piedade. Contra os que maltratam a linguagem serão sempre mui nobres as cruzadas que se empreenderem e por isso observo prazenteiro como cresce o número dos que se dedicam ao estudo da língua. Está em moda a gramática. Fundam-se revistas destinadas ao cultivo esmerado da Língua nacional e lidas com interesse pela sociedade elegante. Nas colunas dos diários aparecem artigos relativos ao léxico e à gramática, o que mostra a simpatia que ao público geral do nosso país merecem os assuntos de linguagem. Críticos de grande voga fazem conferências sobre este árido tema. Romancistas notáveis dão à luz obras de gramática, tratados consagrados à arte de escrever, edições comentadas dos nossos grandes escritores, e outras coisas mais agradáveis que a gramática, mas que de muito perto le dizem respeito.¹³⁴

Mas, como se vê, o presente ainda era avaliado negativamente. O primeiro quarto do século XX foi um tempo de contínuas recriminações contra os literatos brasileiros. João Ribeiro alertava para o perigo da decadência da língua portuguesa, afirmando que “a verdade é que nós e o presente não somos mais dignos dela”.¹³⁵ Também o famoso filólogo, jornalista, político, professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro e diretor da *Revista da Língua Portuguesa*, Laudelino Freire seguia a mesma vertente, lamentando que “os nossos escriptores, precisamente os que formam a nata da intellectualidade, em regra desadoram a boa expressão e claudicam lamentavelmente”.¹³⁶

Mas por que, no caso do Brasil, este desgosto foi relativamente intenso nas três primeiras décadas do século XX? As pistas apontam exatamente para o próprio ufanismo

lingüístico em contraste com as saídas que ele apresentava para o problema racial e para o da identidade nacional. As recriminações contra os que deturpavam a língua de Camões certamente veio do choque entre a idealização do passado e do seu papel para a nacionalidade contra um meio literário em constante ebulição, com escolas estéticas na prosa e na poesia que escapavam totalmente ao controle dos gramáticos – isso sem contar as vertentes que pregavam linguagem mais ou menos radicais, como o indianismo, o regionalismo e o modernismo. Além disto, a massificação da literatura e do jornalismo, cativando o público leitor com seus folhetins e gêneros afins, causaram má impressão nos puristas. De qualquer forma, fica claro que a constatação dos constantes desvios do que se via como um modelo imutável, um cânone que jogava sua sombra paternal sobre todos, vinha de uma angústia causada pela necessidade de garantir a centralidade ao idioma português – latino, polido e engrandecido na mesma época que outras línguas européias, levado aos quatro cantos do mundo pelos portugueses do século XVI – em um país que não só discutia há tempos se tinha ou não um dialeto próprio, se ia ou não embranquecer, se os idiomas indígenas sobreviveriam ou não, mas que também já estava marcado pelas vagas de imigração italiana, alemã, espanhola, árabe, polonesa, japonesa e de tantas outras nacionalidades.

A questão fica em aberto. A única certeza é que se poucos citaram diretamente a entrada destes imigrantes, muitos identificaram um enorme perigo numa língua praticamente ausente entre os recém-chegados: o francês.

GALOFOBIA NO BRASIL E EM PORTUGAL

As fontes citadas deixam transparecer uma insistente paranóia com a deformação causada pelo gosto pela literatura francesa. Não só a leitura dela era vista como um perigo, mas também as traduções feitas pelas casas editoras do Porto, de Lisboa ou do Rio de Janeiro, e pelos jornais brasileiros e portugueses eram uma ameaça à pureza do idioma nacional. Por este raciocínio, mais grave do que o desleixo com o estilo e a decadência da boa linguagem, que poderiam ser sanados com uma rápida consulta aos modelos clássicos, a substituição de palavras e da sintaxe “tipicamente” portugueses por palavras e fraseados franceses tornava a situação mais grave. Enquanto o simples

esquecimento dos clássicos só tornava a linguagem literária mais pobre, a adoção de termos estrangeiros ia mais adiante, num passo grave: desnacionalizava a língua como um todo, fosse ela culta, popular, usada em romances, em jornais, nos discursos parlamentares, ou, por fim, na conversação cotidiana. A própria nação se via subjugada por uma cultura alienígena. Era necessário e urgente, portanto, denunciar este processo e corrigi-lo o quanto antes.

De uma maneira geral, os autores inculcavam a culpa ao francesismo cultural de Brasil e Portugal na importação e na tradução desenfreada de livros franceses. A reclamação já é ouvida no século XVIII, mas apenas três escritores portugueses do período; Antônio das Neves Pereira, Francisco José Freire e Francisco Manuel do Nascimento se levantaram contra esta tendência. Foram vozes roucas, devido a fatores como a falta de repercussão ou de publicação dos manuscritos por décadas. Ou seja, a galofobia até podia circular entre os literatos setecentistas, mas o foi de forma muito restrita e só se tornou um movimento atuante e uma consciência crítica muito posteriormente. A recuperação do ataque aos galicismos dos dois poetas árcades, enquanto Neves Pereira¹³⁷ ficou esquecido, é uma evidência desta contextualização. Neste sentido, as contribuições destes autores ganham mais sentido no ambiente do século XIX, como uma tentativa dos anti-franceses para mostrar que o problema era de gravidade tal que já vinha há tempos corroendo as bases literárias e lingüísticas da nação. Alguns neo-clássicos até podem ter sentido algo parecido, mas seu isolamento reflete o fato de que a galofobia foi algo significativo e mobilizador apenas para as gerações literárias posteriores.

Francisco José Freire nem sequer deu destaque especial aos galicismos. Em um breve capítulo de suas *Reflexões sobre a língua portuguesa*, só publicadas em 1842, intitulado “Sobre alguns vocábulos franceses e italianos novamente introduzidos na língua portuguesa”, o literato listava um pouco mais de duas dezenas de estrangeirismos, a maioria franceses. Sem a eloquência apaixonada da maioria dos galofóbicos do século XIX, ele partia da constatação de que havia um debate entre os que proibiam a presença de qualquer palavra nova trazida de outros idiomas e os que afirmavam que esta importação era comum a todas as línguas e era preciso deixar o português livre para enriquecer seu vocabulário. E ditava uma norma que se tornaria a profissão de fé de

quase todos os autores que trataram do problema no séculos XIX e XX: o meio termo, pelo qual “escrupulosos” e “indulgentes” estavam corretos.

Os escrupulosos, porque é certo, que havendo para exprimir qualquer cousa termo nacional, e usado pelos Auctores, que são textos, não se deve adoptar um novo; porque de outro modo nunca se verificaria que um Escriptor é de linguagem mais pura do que outro, e seria vão o nome de Classico, que se dá áquelles Auctores que o mereceram.

Porém estes escrupulosos peccão muitas vezes por excesso, sentencendo por vozes novas, e introduzidas pela moda, que reina na presente Litteratura do nosso seculo, a algumas que tem já muitos annos, e tambem seculos de antiguidade.¹³⁸

Por outro lado, seus oponentes têm “razão em procurarem, á maneira das outras Nações, e vivamente protegerem a introducção de vocabulos expressivòs, e precisos, quando não podemos exprimir uma cousa, senão por longa e tediosa circumlocução.” No entanto, às vezes exageram, permitindo a entrada de vocábulos que possuem equivalentes práticos e ágeis no vernáculo lusitano. E as importações deste tipo são condenáveis “porque se oppoem áquella pureza de fallar de que em todas as outras Nações se faz especial apreço”.¹³⁹ De qualquer forma, ele não adota um tom catastrofista, frisando o meio termo em que se coloca, o que se reflete na absolvição que dá a oito galicismos (*cadete*, no sentido de caçula, *insignificante*, *pedante*, *reproche*, *responsável*, *suplantar*, *suscetível* e *surpreender*), entre os trinta e três que lista, uma porcentagem extremamente alta em comparação aos autores que lhe seguirão. Além disso, ele só condena expressamente seis dos restantes. Os demais dezenove são apresentados como sendo recusados pelos “escrupulosos”, a quem, é preciso ter em mente, ele chamara de exagerados em seu purismo.

Num sentido mais radical vai a “Carta ao senhor F**, J**, M**, de B**.”, dirigida ao secretário da embaixada portuguesa em Paris, Francisco José Maria de Brito, por seu apadrinhado, Francisco Manuel do Nascimento, sob o pseudônimo de Filinto Elísio. No entanto, ela foi impressa tardiamente, quando Saraiva, como veremos, já se tornara o principal representante do ataque aos galicismos, ofuscando todos que vieram antes dele. A epístola foi publicada no fim da vida do autor, entre 1817-1819, no exílio parisiense, quando organizou suas obras completas. Os extensos versos da “Carta”, de tom violento e ácido, acusam os neófitos que relegam às sombras os Clássicos de

responsáveis pela decadência da linguagem, sobretudo a literária e, mais ainda, a poética. Ao tratar da influência da literatura francesa, o autor afirma:

Sacudamos das fallas, dos escriptos
Toda a phrase estrangeira, e fraudulagem
D'essa tinha, que comichona afeia
O gesto airoso do idioma luso.
[...]
Nunca nariz francez em lusa cara
Que é filha da latina, e so latinas
Feições lhe quadram.¹⁴⁰

A longa carta-poema, todavia, permaneceu pouco comentada nas décadas subsequentes. Ela só foi recuperada muito tempo depois, sobretudo no Brasil. O primeiro verso da passagem citada acima foi usada por professores ginasiais de, respectivamente, Vitória e Porto Alegre, já no século XX.¹⁴¹ Mas seu primeiro impacto foi com sua reedição na coletânea – da qual trataremos mais adiante – organizada por Norberto de Souza Silva.

Em 1816, a Academia de Ciências de Lisboa imprimiu nas suas *Memórias* um dos primeiros trabalhos de Francisco Justiniano Saraiva: o “Glossário das palavras e frases da língua francesa que, por descuido, ignorância ou necessidade, se têm introduzido na locução portuguesa moderna”.¹⁴² Esta foi a primeira obra a coletar ao modo de um dicionário os galicismos usados na literatura, na oratória e no gênero epistolar, indicando as palavras francesas que os originaram, seu sentido e os equivalentes em português que deveriam prevalecer. Vez ou outra indicam-se os que podem pedir cidadania, ou os que já estão adaptados. Em vez da pouca dezena de exemplos, como nos textos árcades vistos acima, temos centenas de verbetes (ver *Anexo I*). Isto o torna o primeiro texto do gênero a repercutir. Em boa medida, os que vierem depois dele se basearão em críticas ou apoios ao “Glossário”. A boa acolhida do alerta soado pelo futuro patriarca de Lisboa pode ser medido pelas seguidas edições que teve. Depois das *Memórias da Academia*, ganhou uma separata em 1826 e outra em 1846, teve uma impressão à parte no Rio de Janeiro, em 1835, e mais uma em Paris no ano seguinte – sem contar a constante no oitavo volume da edição das obras completas do religioso, de 1878. Foi a intervenção mais importante da primeira metade do século XIX – praticamente a única – acerca desta ameaça que pairava sobre a língua portuguesa.

Para o religioso eram “numerosos os termos e expressões francezas, com que se acha desfigurada a natural formosura da nossa linguagem”.¹⁴³ O que mais o preocupava não eram os galicismos em si, mas um certo “pensar francez” que alterava a “forma original do idioma”, conferindo-lhe um “colorido estrangeiro, e alheio da sua natureza”, ou, em palavras típicas da época e do assunto, à “indole, genio e caracter da lingua portugueza”.¹⁴⁴ Os galicismos eram a maior expressão deste fenômeno, pelo que deveriam ser combatidos. Mas ficava implícito que só isso não era tudo, que algo mais consistente deveria ser feito para mudar a mentalidade imitadora dos portugueses.

Seu linguajar é ponderado, sem o alarmismo e certo tom histérico de autores posteriores, mas já se vê no *Glossário* o tema da volta às origens; ou seja, o da adoção de um purismo restritivo a qualquer renovação por empréstimo. Em autores posteriores, neologismos de base portuguesa, grega ou latina serão criados para substituir os galicismos. Também nestes o patrulhamento será maior. Por enquanto, contudo, a saída era menos radical e de mais fácil alcance, menos sujeita ao controle dos lexicógrafos. O remédio, enfim, era ler os clássicos

que melhor possuirão a nossa lingua, e nella escreverão. Nelles acharão hum thesouro de vocabulos e frases, com que possão exprimir não só exactamente, mas até com desenfastiada e elegante variedade, as suas idéas e conceitos, sem mendigarem dos estranhos o que tem de superabundancia na sua propria patria. Nelles aprenderão a maneira verdadeiramente portugueza de tecer o discurso, de ordenar e arranjar todas as partes d'elle, e de ornamental-o com aquellas graças, e modos graves e desafectados, que são proprios do idioma, e que o fazem igual aos melhores da Europa, e superior a alguns dos mais copiosos e polidos. Por elles enfim chegarão a formar huma idéa adequada das relevantes qualidades da nossa lingua; a dar-lhe a estima e preferênciã, que ella merece; e a restituir-lhe a sua natural belleza e formosura, desacompanhando-a dos ornamentos e modos estrangeiros, que tanto a tem desfigurado.¹⁴⁵

Saraiva não aparenta muita ansiedade com a situação. Parece-lhe que o remédio é fácil, apesar do adiantamento da doença. Os galicismos são vistos como penduricalhos que podem facilmente ser extirpados, bastando estudo e a refutação da influência francesa. Saraiva, enfim, reinou sozinho na primeira metade do século XIX e parte da segunda. Outros autores apenas reforçaram o ponto essencial marcado por ele, sem se sobressaírem ao *Glossário* ou mesmo trazerem elementos novos. Um silêncio cobriu então o problema, que só foi rompido na década de 1870, com a novidade da presença também de autores brasileiros, que passaram a engrossar o coro.

O primeiro a tratar seriamente do assunto foi Adolfo Coelho, na introdução ao dicionário de frei Domingos Vieira.¹⁴⁶ Em posição logo superada pelo *frenesi* anti-francês, o eminente lingüista incorporava os estrangeirismos dentro do movimento normal de evolução da língua, uma das maneiras pelas quais surgem os neologismos que a renovam. Coelho parecia desdenhar tanto o perigo dos estrangeirismos como a influência dos gramáticos em evitar sua adoção.

Mas a lingua escuta muito pouco esses conselhos dos puristas; não é ás regras academicas que ella obedece; acceita ou repelle não em virtude de principios expostos claramente no que se póde chamar a sua consciencia, mas em virtude das suas tendencias naturaes e espontaneas. O meio, isto é, os individuos que a fallam com todas as suas opiniões e modos de vêr particulares, as condições sociaes d'esses individuos influem sobre ella, mas a resultante d'essas forças modificadoras não é uma regra academica, mas sim um momento de transformação inconsciente e fatal.

Os puristas são forças conservadoras que actuam sobre a linguagem; mas ainda que elles trabalhassem todos n'uma direcção uniforme, e tivessem exclusivamente nas suas mãos o ensino da lingua, e o déssem a todos os individuos que a fallam, as forças innovadoras da linguagem havião de poder sempre mais do que elles.

As mudanças nas instituições, nos costumes, nas idéas, os descobrimentos, o progresso das sciencias e industrias, o commercio com as outras nações, a moda trazem consigo necessariamente a introdução de neologismos.¹⁴⁷

Nunca parada, sempre em metamorfose, as línguas possuem vários processos que a impelem constantemente a novas feições. Dentre eles, o recurso a palavras de outras línguas é um fato corriqueiro e inserido na própria natureza da linguagem. Não há por onde os chamados puristas tentarem impor restrições ou regras a algo que é decidido cotidianamente pelos falantes, em acordos tácitos regulados pela adequação dos estrangeirismos à sintaxe e à fonética do idioma, bem como ao gosto e à necessidade de expressão dos falantes. A lição de Adolfo Coelho, todavia, não era compartilhada por seus colegas portugueses, muito menos pelos distantes intelectuais brasileiros.

Além do aspecto já tratado na famosa polêmica entre José de Alencar e Joaquim Nabuco, durante os meses finais de 1875, houve um ponto que se inclui no tema do presente capítulo. Boa parte da defesa de Alencar se baseou na inversão da acusação feita por Nabuco, ou seja, no recurso à mesma arma, só que com o sentido inverso. O criador de Ceci e Peri denunciou seu oponente por seu excessivo francesismo, fruto de seu dandismo aristocrático de filho de rica família pernambucana, com predileção por tudo que viesse de Paris. Desta abrangente troca de farpas passaram logo para ataques mais específicos, em um fastidioso debate sobre o significado de palavras como “frisa”, “friso”

e “frisos”. Nabuco imputara a Alencar o uso destes galicismos, ao que este respondeu com longas perorações etimológicas para mostrar serem autênticos lusitanismos, vindos diretamente do latim.¹⁴⁸ Por fim, dando a palavra final na polêmica, Alencar reconhecia o uso de galicismos, embora não os apontados pelo seu oponente, o que se configurava em mais um exemplo da ignorância de Nabuco. Mas isso não representava uma rendição: a razão estava em que ele, Alencar, aportuguesava os estrangeirismos.

Desde que termos estrangeiros são introduzidos em um país pela necessidade e tornam-se indispensáveis nas relações civis, a língua, que os recebe em seu vocabulário, reage por uma lei natural sobre a composição etimológica para imprimir-lhe o seu próprio caráter morfológico. A pronúncia e a ortografia alteram-se, em alguns casos profundamente; mas sempre conforme leis fonéticas, estudadas por Jacob Grimm e seus continuadores.¹⁴⁹

Alguém tinha que tomar a iniciativa da nacionalização, ser responsável por dar o aval para a transposição: por que não um escritor? Até mesmo jornalistas podiam proceder à chancela aos estrangeirismos, fosse adaptando-os, fosse rejeitando os termos impróprios e substituindo-os por portugueses.¹⁵⁰ O argumento deslegitimador dos galicismos era, desta forma, neutralizado. Embora ficasse reconhecido que, em si, eram maléficos para a língua, com uma nova roupagem eles eram rapidamente transformados em mais uma fonte de enriquecimento literário. Portanto, o assunto ficava liquidado, num meio-termo entre o respeito às leis lingüísticas e o apego ao nacionalismo.

Segundo Roberto Ventura, este tipo de argumentação voltada para conhecimentos gramaticais era parte essencial da dinâmica das polêmicas literárias do final do século XIX no Brasil, nas quais a noção de honra movia os duelistas em um vórtice de ataques cada vez mais violentos que prescindiam muitas vezes da lógica ou de fatos, importando muito mais a verbosidade e o ataque pessoal. Tomando os leitores como árbitros, os polemistas visavam ganhar seu favor tentando mostrar mais hombridade e erudição que seus adversários, pelo que muitas vezes se esqueciam dos motivos principais da polêmica, focando questões menores.¹⁵¹ Estas considerações ajudam a entender a instrumentalização da questão dos galicismos nesta polêmica, mas elas só explicam o mecanismo da polêmica. É entendendo a questão debatida e o significado a ela atribuída por Alencar e Nabuco, sob o pano de fundo do contexto dos debates lingüísticos e identitários do período, que vamos descortinar a razão de tanta preocupação das duas

partes com a pureza do idioma nacional. Por que, afinal, o apego à língua portuguesa passava por esta recusa dos galicismos?

Não há muito mistério ou dificuldade em responder à questão: basicamente, porque se acreditava que os galicismos estavam deturpando a língua portuguesa. Causa e efeito, eles eram responsáveis pela decadência literária, da oratória e da conversação familiar, ao mesmo tempo que sintoma de um mal maior, ou seja, de um francesismo que fazia brasileiros e portugueses desprezar sua história, origens e tradições em prol dos modismos parisienses.

Mas estou adiantando um pouco o passo, pois estamos ainda nos primeiros anos da galofobia. Volto, portanto, à década de 1870. Logo após a polêmica Alencar-Nabuco, um conhecido de ambos, Norberto da Souza Silva, publicou uma coletânea de textos que atacavam os galicismos. Lá estão os versos de Filinto Elísio, o capítulo de Cândido Lusitano, o glossário de Saraiva, além de artigos ou trechos de memórias de autores menos conhecidos como o supracitado Antônio das Neves Pereira. Há ainda uma introdução, pelo político e historiador português José Silvestre Ribeiro, na qual se recupera a idéia principal de Saraiva. Se, por um lado, as palavras importadas da França parecem ser o foco principal do ataque, posto que são classificadas como um “terrível cancro que ia devorando a nossa boa linguagem, e tornando-a desengraçada, barbara e mal soante”,¹⁵² por outro, é algo maior que ameaça a todos: a temida e já centenária influência francesa.

Até onde se estendeu essa influência? – Não so até ao ponto de introduzirmos na nossa língua um grande numero de vocabulos francezes, mas tambem de *tomarmos do francez um modo particular de tecer o discurso. E um certo ar, geito ou estillo de fallar e escrever, que é proprio d'aquella lingua, e que não conforma com a indole, genio e character da lingua portugueza.*¹⁵³

A coletânea publicada em 1877 apresenta muitos elementos significativos da extrema importância que o medo da desfiguração causada por elementos franceses estaria causando na língua. Em primeiro lugar, há o claro sentido de criar uma tradição de condenação a eles, servindo-se da autoridade de escritores passados. Em segundo lugar, a presença de uma introdução escrita por um português proeminente reforçava o sentido de comunhão a ser guardada entre Brasil e Portugal na defesa de uma herança comum. Em terceiro lugar, o volume foi o primeiro (e até onde sei, único) de uma coleção intitulada

“Lusitânia: Biblioteca Manual e Consultiva da Língua Portuguesa”. Por fim, o autor, Souza Silva, participava de uma sociedade – de vida aparentemente efêmera – destinada a estudar e defender o “idioma pátrio”, composta ainda de outros bem situados homens do Império, como José Liberato Barroso (conselheiro, presidente de província e ministro), José Agostinho Moreira Guimarães (também conselheiro), Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque (jurista, político e alto funcionário do Ministério do Interior), Domingos Jaci Monteiro (dramaturgo, presidente de província, jornalista, professor do Colégio Pedro II e membro do Conselho Superior de Instrução Pública), Franklin Távora (político, escritor e fundador da *Revista Brasileira*) e Francisco Manuel Álvares de Araújo (oficial da Marinha, explorador, jornalista, dramaturgo e membro do IHGB). A reunião destes componentes ao teor condenatório do livro indicam o quão importante se tornara o problema da influência francesa aos olhos da comunidade literária do Brasil.

A partir daí a galofobia correu solta, tanto no Brasil quanto em Portugal. Algumas referências menores ao problema o mantiveram na ordem do dia na passagem da década de 1870 para a de 1880 ¹⁵⁴, até que em 1883 Antônio Estevão da Costa e Cunha, professor de gramática no Rio de Janeiro e autor de várias obras didáticas, afirmava:

In medio virtus: nem a admissão ás cegas do vocabulario peregrino inutil, desnecessario e em discordancia com o genio de nosso idioma, o que seria ignorancia ou desamor á formosa lingua de nossos maiores; nem um purismo exagerado, ainda contra a lei da necessidade e regras do bom gosto, porque torna-se precaução pueril e inutil a que o *uso* não atenderá, como tem demonstrado em todos os tempos. ¹⁵⁵

Há uma grande dose de voluntarismo na afirmação acima, pelo que o tipo de ponderação de um Adolfo Coelho é posta de lado em benefício de outra atitude que se tornará padrão daí em diante. Sempre que se falar na adoção de uma postura equilibrada com relação aos estrangeirismos, leia-se que se deve rejeitar a imensa maioria. Os autores que se filiarão a esta ojeriza apresentarão uma enorme resistência a este “uso” frisado por Costa e Cunha. Somente quando ele for avassalador e quando os gramáticos avaliarem ser totalmente inútil a reforma, é que aceitarão a inclusão de determinados peregrinismos. Mas sempre que puderem, condenarão tal “uso”, e a balança acabará pendendo para o outro lado. Em outras palavras, nada de *in medio virtus*. Caberia ao purismo a maior parte

das virtudes lexicais (como se vê, no *Anexo 1*, no volume muito maior de galicismos condenados do que aceitos).

Um fato singelo da mesma época ilustra bem o padrão que se formava. Já fazia décadas que o serviço público responsável pela coleta e cuidado dos cadáveres de mortos sem reclamantes ou cujas famílias não tinham recursos para um sepultamento particular, de pessoas assassinadas ou ainda à espera de reconhecimento, era tratado no Brasil e em Portugal pelo francês *morgue* (palavra existente também no espanhol e no inglês). Mas ocorreu com o vocábulo um fato interessante, daqueles que normalmente ilustram seções de curiosidades etimológicas. Sua origem vem do nome do prédio em que se situava a guarda dos cadáveres parisienses: “La morgue”. Provavelmente baseado em tal exemplo, e já havendo o termo *morgue* para tratar genericamente deste tipo de local, o presidente da Câmara do Rio de Janeiro passou a procurar um nome especial para a nova sede do serviço carioca. Era o ano de 1873 e o visconde de Taunay acabou incumbido de nomeá-la. Foi então que se expressou a forma que se tornaria comum na criação de neologismos que substituíam galicismos. O famoso político e romancista recorreu ao grego, inventando uma nova palavra: *necrotério*, que ele compôs juntando ao radical *νεκρος* (morto) o sufixo *τηριον* (lugar), o que lhe pareceu adequado porque, ainda por cima, o resultado soava parecido com *cemitério*. Final da história: ainda que escrito de forma errada (*necrosterio*), o novo vocábulo apareceu na fachada do prédio e aos poucos passou a tomar o lugar do velho *morgue*, tomando o significado genérico atual.¹⁵⁶

Taunay, aliás, era um moderado. Embora não fosse muito amigo dos galicismos, a obra que o revelou para o universo literário brasileiro foi escrito originalmente na língua de seus ancestrais: *A retirada da Laguna* (*La retraite de Laguna*, 1871). De um lado, ele expressava a típica posição de aceitar os estrangeirismos apenas no caso de não haver equivalentes em português e somente se adaptáveis à índole do idioma, através da chancela dos gramáticos. De outro lado, ele demonstrava o mesmo ceticismo de Adolfo Coelho para com o purismo em linguagem. Taunay creditava a presença de tantos galicismos menos à fraqueza nacional, como outros, e mais à superioridade intelectual e literária francesa, influente em todo o globo. Além disso, o próprio progresso tecnológico e científico do século XIX, em boa parte originário da França, marcara as línguas, com

um novo e imenso vocabulário. Uma consciência do limite de ação dos gramáticos era então necessária.

Forão então dous povos, cada qual por seu lado, a modificar, em sua litteratura, quer por descuido quer pelas necessidades da vida hodierna, muito mais complexa e scientifica do que a dos seculos transactos, o idioma de que ambos se servem, apezar dos protestos e esforços de alguns espiritos bem intencionados e puristas que, aqui entre nós como no velho continente, bradam contra as innovações impuras e os *neologismos* dispensaveis ou viciosos, e apellam para os grandes modelos da lingua, os prosadores do seculo decimo sexto e principios do decimo setimo.¹⁵⁷

O resultado disto era a invasão dos galicismos, que era tanto mais reprovável quanto era possível encontrar equivalentes na língua portuguesa.

Quando o portuguez é opulentissimo em sua synonymia, por tal fórma se foi restringindo e reduzindo o vocabulario usual, que de presente é limitadissimo o numero de palavras á disposição do escriptor ou do orador, tendo elle que gyrar em apertado circulo de termos e phrases, se quizer ser lido ou ouvido, sem incorrer na desagradavel pecha de pedante.

Abramos, no emtanto, o mais falho dicionario, e em qualquer pagina veremos a riqueza e energia de expressões que estão esquecidas, atiradas á margem e nunca mais talvez entrarão na circulação, a prestar serviços ao pensamento. D'esse ponto de vista, é a lingua portugueza vastissimo cemiterio, em que jazem no mais pesado olvido preciosos vocabulos que dariam comtudo grande magia, brilho e concisão á phrase, dispensando muitos circumloquios.¹⁵⁸

Mas a questão principal não era o estímulo de volta às origens, aos clássicos ou aos dicionários. Não era um problema de atitude intelectual. “O uso é que é o poder superior. Assim, não se torna improvavel que vejamos acceitas as detestaveis derivações *evoluir* e *explodir*, provindas de *evolução* e *explosão*.”¹⁵⁹ A consciência de que havia palavras genuinamente portuguesas aptas a substituir estes neologismos, e que levava a este sentimento de horror, poderia existir, mas não deveria obliterar uma outra consciência: era impossível combater as importações de forma microscópica, ou seja, num julgamento termo a termo – muito menos impor isto à sociedade. Daí, por exemplo, sua crítica aos neologismos inventados por Antônio de Castro Lopes, curioso personagem que examinarei mais adiante.¹⁶⁰ A preocupação maior deveria ser com o fraseado e com o estilo dos escritores, onde a influência francesa era mais nefasta. A preocupação com as filigranas dos galicismos levava a uma mitificação, a um exagero, pois muitos deles eram perfeitamente adaptáveis. Ou então, eram lusitanismos puros. Podiam, ainda, acabar por suprir lacunas, sendo, portanto, bem-vindos. Mas ao se avolumarem, acabavam por criar dificuldades para a literatura em língua portuguesa manter um estilo adaptado à sua

índole. Taunay adotava uma certa dubiedade: se o diagnóstico era alarmante, a consciência da impotência parecia não o preocupar. Mais ainda: destoando deste mesmo horror a tanta importação de termos franceses, o escritor se mostrava bastante tolerante com vários deles em particular.

É ou não deturpar por gosto e desrespeitar conscientemente uma língua que pôde ser tida em conta de perfeita e própria para todas as necessidades e manifestações da intelligencia humana? Não me julguem, contudo por isso no numero d'aquelles que nos mais indispensaveis neologismos veem um insulto á pureza e integridade do idioma vernaculo. Acho que devemos aceita-los de bom grado, quando justificados pela lei do progresso, sirvam para ajudar á prompta e lucida enunciação das nossas idéas. Estamos n'um seculo apressado em sua marcha, e não podemos gastar tempo a esmiuçar, se esta ou aquella palavra é de procedencia incontestada e n'este ou n'aquelle classico já foi citado.¹⁶¹

Uma lição de praticidade, de verdadeira ponderação, que o leva a aceitar a adaptação de um bom número de galicismos atacados por outros (ver *Anexo I*).

Em oposição a Taunay estava um latinista de renome nas duas últimas décadas do século XIX, que acabou por colecionar mais derrotas do que vitórias em sua cruzada quixotesca contra os galicismos. Antônio de Castro Lopes teve uma carreira bastante singular. Médico, foi um dos primeiros homeopatas brasileiros. Foi ainda banqueiro, deputado provincial e funcionário público, ligado sobretudo à instrução pública. Deu ainda aulas de latim no Colégio Pedro II, por curto período. Mas a faceta que mais lhe rendeu efetiva popularidade e que se ligou a seu nome foi o interesse pela língua portuguesa, primeiramente demonstrado em colunas no *Jornal do Commercio* durante a década de 1880. Ele uniu seus conhecimentos de latim e a percepção de que haveria amplo campo para inovações lexicais, de forma a substituírem os estrangeirismos. O único termo que vingou foi *cardápio*, substituindo *menu*. Mas todas as dezenas de outra invenções, como *ancemúbio* (para *piquenique*) e *nasóculos* (para *pince-nez*), foram retumbantes fracassos. Na realidade, é bem possível que Castro Lopes seja um dos maiores responsáveis pelo avanço da galofobia, na medida da visibilidade que deu ao tema. O irônico é que o resultado acabou por ser o oposto do que queria, uma vez que suas invenções acabavam amealhando mais repulsa do que os próprios galicismos que combatia, como o sarcasmo com que foi tratado por Machado de Assis.¹⁶²

Este combate se iniciava exatamente contra o tipo de atitude ponderada de Adolfo Coelho e de Taunay.

Argumentão, para sustentar a deturpação do idioma vernaculo, dizendo que a lei do progresso deve tudo reger, e que por consequencia a linguagem deve passar tambem por essa evolução, que en todos os ramos do saber humano se manifesta.

Confundem progresso com desnaturação. Os archaismos, os vocabulos obsolétos cahem, como as folhas velhas das arvores, na bella e immortal comparação de Horacio.

Não é de desenterrar palavras mortas e sepultadas, que se tracta; mas de limpar, de expurgar a linguagem vernacula de vozes barbaras, de construcções contrarias à indolea d'aquella, e de crear com bons elementos termos, que no idioma portuguez falten para traduzir os exóticos.

É isto o que se deve chamar progresso; esta é que é a verdadeira evolução na vida de ãa lingua. ¹⁶³

Esta tarefa caberia aos eruditos. É mesmo possível tomarmos o argumento usado em favor de sua ortografia particular (cujo trecho acima é um bom exemplo) como um modelo de seu pensamento acerca da autoridade dos puristas.

Na Republica das letras ha tambem Auctoridades; que são os Philologos, os Grammaticos, os Mestres da linguagen.

Essas Auctoridades, pelas leis que decretão, dêven ser respeitadas pela plebe insurgente, e ignorante; aliás nessa Republica prevalecerá a anarchia.

Si tudo pôde o *uso popular* no modo de escrever, e de falar, não se escrevão mais grammaticas, não se comphonão mais codigos orthographicos: fale, e escreva câda um como lhe aprouver. ¹⁶⁴

E dentre os vícios desse “uso”, as baterias do eminente latinista escolheram um especial. Como consequência, nas 172 páginas do seu *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis* está a maior lista de galicismos “condenados” desde o *Glossário* de Saraiva (ver *Anexo 1* para alguns exemplos).

A partir dele mais e mais vozes se levantaram contra o abastardamento que a língua portuguesa sofria na mão de tantos galicismos, desde a reunião de artigos de vários autores intitulada *Aprende a língua vernácula*, de 1893, em que se destacava uma lista de galicismos editada muito antes na revista lusitana *Archivo Pittoresco* pelo escritor, jornalista, sócio da Academia de Ciências e funcionário da Biblioteca Nacional de Lisboa, Antônio da Silva Túlio, ¹⁶⁵ até o alentado opúsculo do professor de português Elpídio Pimentel, que se via como “paladino dos brios e vernacularidade da lingua portuguesa”. ¹⁶⁶

Vale, então, a pena examinar a linguagem de condenação em si, como uma ferramenta de convencimento que expressava o nível do nacionalismo lingüístico e da fobia aos francesismos. Alguns poucos exemplos de Cândido de Figueiredo servirão.

Cadeau é usado por “francelhos de má morte”. O resultado? “Que a palermice, elevada ao quadrado, tem por produto a inconsistência. Para a inconsistência seria

crueldade o ferro em brasa; antes o ridículo, ou o manicómio.”¹⁶⁷ O recurso a *Institutrice* evidencia o quanto “copiar servilmente o vocábulo francês é pobreza que faz vergonha”.¹⁶⁸ Também *Rendez-vous* “já não é pobreza fingida: é alarde de idiota.”¹⁶⁹ *Tapisserie* é um dos galicismos que mais indigna: “que um jornal português semeia á tôa locuções francesas nas suas colunas é já revelação de um estado mórbido, com que a psiquiatria tem mais que entender do que a gramática.”¹⁷⁰ Mas certos termos são perdoados: *reclame*, por exemplo, “é coisa que se absolve”.¹⁷¹ O aportuguesamento de certos termos, como *nuança*, de *nuance*, por seu turno, se não é “pecado mortal”, é um “pecado venial”, pois há equivalentes: *gradação*, *meia-tintas*, *claro-escuro*; *matiz* e *cambiante*.¹⁷² Já *Fetiche* e *fetichismo* são especialmente detestados por que se originaram do português *feitoço*. Quando os viajantes franceses chegaram à África tomaram esta palavra para descrever as religiões locais. É, portanto, um lusitanismo no francês. “Mas nunca é tarde para se reconhecer a leviandade ou a ignorância, com que temos dado entrada a mercancias avariadas e a contrabandos de torna-viagem”. O que não impede uma ironia. “Em esperteza, somos realmente uns alhos. Mas que fazer agora? A asneira está feita e já lhe não vejo remédio. O que podemos fazer, os mais escrupulosos, é servirmo-nos daquilo o menos que seja possível.”¹⁷³

Cândido está entre os que mais contribuíram para a paranóia da descaracterização idiomática. Talvez tenha sido o mais aplicado deles, o que contrasta com suas posições muito mais equilibradas em temas também polêmicos, como a inclusão de regionalismos e gírias populares em dicionários, e como o problema da reforma ortográfica – sobre a qual era favorável. Não que ele fosse avesso a polêmicas e posicionamentos extremados, como mostraram seus embates com José Leite de Vasconcelos. Mas nas suas colunas em jornais cariocas e lisboetas ele adotava uma postura totalmente afinada com o purismo em questões de linguagem. E, no meio delas, destacavam-se as referentes aos galicismos.

Um bom indício da importância deles para Cândido é dado na coletânea que ele próprio fez das colunas publicadas entre 1900 e 1905 ou 1906 diariamente no *Diario de Noticias*, de Lisboa, e duas vezes por semana no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, rápidos comentários e respostas a perguntas enviadas por leitores de várias partes de Portugal e do Brasil, em um texto curto e direto. A coletânea *Falar e escrever* saiu em três volumes, em 1906.¹⁷⁴ Dos duzentos e treze itens do primeiro volume, vinte e três são

dedicados a um ou mais galicismos; no segundo volume são duzentos e cinquenta e cinco itens, trinta e seis dos quais galicismos; no terceiro volume, entre duzentos e setenta e um itens, vinte e seis se referem aos galicismos. Os números se tornam mais significativos se tivermos em mente as dezenas de tópicos possíveis de serem perguntados e abordados em uma coluna que não visava estabelecer ou explicar a fundo regras gerais da gramática, mas tirar pequenas dúvidas de ortografia, pronúncia, sintaxe, adequação de vocabulário, linguagem polida, uso de neologismos, de arcaísmos, de termos técnicos e científicos, de expressões e de ditados populares, sobre a origem e história de palavras, sobre o significado de vocábulos, concordância verbal, entre tantos outros. Além disso, se compararmos o quanto de espaço é dedicado a outros estrangeirismos, o realce fica mais claro: termos vindos do inglês são tratados em apenas quinze itens nos três volumes do livro; do italiano, são tratados em cinco itens; e do alemão em somente um item. Até mesmo o fato de que em algumas colunas se repetem análises de galicismos já tratados antes reforça o fato de que, para Cândido de Figueiredo, em particular, eles representavam um horror de grandes proporções.

Tomando apenas o caso de palavras surgidas nos últimos duzentos anos, o que exclui antigos termos emprestados do castelhano, é bem verdade que a língua portuguesa ostenta – e na época ostentava ainda mais do que hoje – mais termos vindos do francês do que de qualquer outra língua, embora atualmente o inglês o esteja superando, para desespero de novos defensores apocalípticos da pureza do idioma pátrio. Segundo o escritor, diplomata e membro da Academia Brasileira de Letras, Sérgio Corrêa da Costa, o francês tem mais termos e expressões seus adotados por outros idiomas.¹⁷⁵ Fruto de causas que não importa aqui esclarecer, ainda assim é preciso explicar por que os galicismos ganharam tanta (má) fama entre, principalmente, 1870 e 1930. Apontar seu grande volume não é a razão, mas a condição que permitiu o avanço da galofobia. Afinal, é absolutamente natural que um grande número de estrangeirismos de determinada origem (seja lá como se defina o que vem a ser esta quantidade) implique numa onda contrária à sua presença? Embora a atual perseguição aos anglicismos pareça indicar uma resposta afirmativa à pergunta, sou de opinião negativa, pois cada época e cada país dá significado e alcance distintos ao problema. Não me parece, embora não esteja completamente certo, que em Portugal, hoje em dia, se dê tanta importância à influência

norte-americana na linguagem. Deixando de lado a onda brasileira contemporânea de caça aos estrangeirismos, posso apenas situar a galofobia dentro do quadro da apologia lingüística dos séculos XIX e XX.

Cândido de Figueiredo se destaca por sua paranóia anti-francesa. Se Saraiva era tranqüilo, Taunay equilibrado e Castro Lopes excêntrico, pode-se dizer que Figueiredo era exaltado. Outros, como se verá, adotaram um tom parecido, mas ninguém dedicou tanta tinta, nem usou de tantas imagens de extrema repulsa quanto o popular gramático e lexicógrafo lusitano. Outros levantaram mais galicismos do que ele, mas Cândido os superou, coligindo mais exemplos retirados da imprensa e da literatura, bem como dedicou mais linhas a cada um destes exemplos. Apesar disto, ele inicia a coletânea que reúne suas colunas sobre galicismos, de 1902, com aquele aparente bom senso contraditória com as análises específicas de cada caso.

Uns [estrangeirismos] são imprescindíveis, e fazem parte do idioma nacional; outros convenientes, e do seu discreto emprêgo podem advir vantagens; outros, ainda, são apenas toleráveis, e procede louvavelmente quem os dispensa; e muitos há, muitíssimos até, que só se empregam por indesculpável ignorância ou por condenável desafecto á pureza da língua.¹⁷⁶

Até aqui, há uma tentativa de não condenar antes de analisar. Galicismo, portanto, não é um palavrão, mas acabará se tornando, visto a enorme quantidade que é condenada, bem como as expressões depreciativas que o autor usa para caracterizar seu uso. O peso desproporcional dos “absolutamente disparatados ou ridículos” sobre os que “fazem parte integrante” da língua portuguesa desmonta esta atitude inicial de certo distanciamento e ponderação.

De uma maneira geral, o que move suas respostas a consulentes nas colunas de jornais é um sentimento quase missionário. Se no dicionário ele se apresentava apenas como receptáculo dos fatos da linguagem, como aquele que revelava ao público algo que não tencionava controlar, em atitude submissa, nas colunas a atitude é a do guardião, do controlador, daquele que decide, permite o que é bom e o que não é bom. A língua não é mais feita pelo povo – pelo “uso” – mas pelos gramáticos. Daí a abundância das figuras “português puro” ou “bom português” quando palavras são explicadas e sancionadas.¹⁷⁷ É claro que Cândido postulava ser apenas um transmissor ou revelador das regras da gramática, mas como boa parte dela é controlada pelos grandes escritores, esta gramática

fica na dependência da ação de puristas como Cândido, cuja tarefa é evitar sua corrupção. Logo, a gramática não é tão autônoma assim, ficando submetida à regulação dos estudiosos e especialistas.

A visão dos galicismos obedece esta lógica elitista para os padrões de hoje, mas encarada na *Belle Époque* como o seu oposto, pois aqueles são vistos como populares, no sentido de disseminados na linguagem corrente da imprensa, da literatura, da oratória, da burocracia, e mesmo nos anúncios de produtos e nos letreiros de lojas. E como esta linguagem é desde a dos caixeiros de lojas de roupas, até a dos parlamentares, passando pela das colunas sociais dos jornais, dentre outros, cabe aos puristas a posição de verdadeira elite (expressão que eles prefeririam trocar por *escol*, uma vez que *elite* se trata de um galicismo) no que se refere à autoridade sobre questões gramaticais. Tanto o povo quanto a burguesia são desprezados, pois são igualmente fúteis, volúveis e corruptores. São estes novos missionários que devem restaurar a boa linguagem que, segundo o nacionalismo, se liga à origem e essência da língua e não ao progresso vindo da França.

É infinita, porém, a seara dessas plantas daninhas e exóticas, e a tal ponto se enraizaram algumas delas, que, para lhes pôr ao sol a raiz será mestér que nesta obra benemérita coopere o mais acendrado patriotismo do [sic] nós todos, e a resistente enxada de caturras mais pertinazes e robustos do que eu.¹⁷⁸

Para Cândido de Figueiredo, a culpa estava no gosto pela literatura francesa e desprezo pela literatura portuguesa.

Mas o pior não foi isso: foi que a turba-multa dos petulantes e dos ineptos, a que o Filinto [Elísio] chamava pinturescamente *galiciparlas*, entraram de mascarar o seu idioma, enxertando, a torto e a direito, no velho e robusto tronco da língua de Camões, uma gafaria de francesismos, que fariam rir um morto, se não fôsse o enjôo que causam e o dano que têm feito.¹⁷⁹

De certa forma, é como se o que se devesse atacar não fosse a “praga de galicismos, [...] mais numerosa e nociva, que a dos gafanhotos bíblicos”, mas a mentalidade galicizante daqueles que difundiam a ignorância, a imitação e a importação desregrada de tudo o que vinha da França, pois “afinal as culpas são todas nossas. Êles exportam o que têm; nós importamos o que poucas vezes nos é preciso, e fingimos de pobres, sendo talvez mais ricos do que êles.”¹⁸⁰

De qualquer forma, era por meio da condenação sistemática de termos e expressões que o objetivo seria alcançado. As colunas de jornais, a reunião das mesmas em volumes especiais (como *Os estrangeirismos*) e o elogio a outros “caturras”¹⁸¹ como ele, mesmo que tivessem seus erros, eram os meios mais eficazes de atingir e expurgar esta mentalidade. A lembrança de outros puristas visava criar uma tradição, mostrar que havia um sentimento de insatisfação entre os homens letrados e especialistas quanto à linguagem de brasileiros e portugueses; enfim, ressaltar a sua autoridade no assunto.

Depois de Cândido de Figueiredo, talvez mesmo por causa de sua influência, filólogos importantes se uniram na condenação, destacando-se, nas décadas de 1920 e 30, os brasileiros Laudelino Freire e Carlos Góes. Com o segundo continuou a atitude inflexível, de extrema vigilância e de regras estritas.¹⁸² O autor chegou a descrever quinze regras de adaptação de palavras francesas, bem como classificar os galicismos em cinco tipos. Mas o que impressiona mais é a extensa lista de quase mil e quinhentas importações inoportunas presentes no seu *Dicionário de galicismos*. Sem a verve radical de Figueiredo, ao menos Góes excedeu o colega português no número de condenações e adaptações, de longe a maior lista.¹⁸³

Laudelino Freire se situava num meio termo entre a frieza de um Saraiva ou de um Taunay e a indignação de Cândido de Figueiredo, ao mesmo tempo em que concordava com o diagnóstico de que todo o problema residia no abandono dos clássicos, na influência francesa, e na falta de patriotismo. De um lado, ele admitia que era bom ter à mão alguns galicismos e que as línguas trocavam palavras entre si. De outro, ele só reconhecia como princípio geral o purismo em matéria de linguagem. E, excetuando-se os gramáticos ou estudiosos, todos desrespeitavam esta noção. Seu dicionário de apenas 129 páginas e seiscentos e quarenta e oito verbetes fora planejado para leigos, aos quais

não será inútil o terem á mão certo numero de gallicismos defesos, que não devem ser incorporados á lingua, para que não venham enxertá-la de vocabulos impuros, que lhe deslustrem o brilho e lhe pervertam a indole.

Dei-me por isso ao trabalho dessa compilação, na qual tenho em mira alphabetar os gallicismos, que certamente não usará toda linguagem que pretenda revertir-se de propriedade, correcção e limpo aspecto. Já de muito vae subindo o numero delles, para gaudio dos galliciparlas; e com elles medrando vae a indiferença dos que meneiam a penna, embebendo-a da tinta espuria e alheia, de alheio emprestimo, como se á nossa opção se não offerecessem recursos opimos e quasi inexhauriveis de um vocabulario tal, que o não excede outro de romanicas linguas. É bem de ver que me não dirijo aos doutos, de cujo numero, aliás tirante certa parte, a maior ha mister de muita lição nos segredos da linguagem. Quero ser util áquelles a quem, a falta de lazer e occupações teem servido de justa causa ao desamor do bem dizer. É innegavel que

se não tem em grande preço entre nós o valimento da lingua. Havemo-nos culpavelmente no descuido della, e escrevemos por assim dizer, acintemente á vernaculidade, á pureza e á intelligencia do idioma. Os nossos escriptores, precisamente os que formam a nata da intellectualidade, em regra desadoram a boa expressão e claudicam lamentavelmente.¹⁸⁴

Por causa desta incompetência da sociedade, que incluía até mesmo aqueles que deveriam zelar pela língua nacional, os “doutos” deveriam corrigir sem medo ou parcimônia os desvios, fossem estes corriqueiros ou únicos. Tratava-se de uma luta sem tréguas e sem quartel, contra um inimigo numeroso e insistente. Tanto era assim que, ainda naqueles anos iniciais da década de 20, Góes e Freire se sentiam impelidos a continuar o trabalho de denúncia de seus antecessores.

Nos anos seguintes, contudo, algo mudou. Contabilizam-se apenas as reedições de *Os estrangeirismos*, assim como um esgotamento de novas contribuições. O ímpeto diminuiu entre os galófobos e surgiu, pela primeira vez, uma oposição a eles, representada pelo professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro e filólogo Mário Barreto e pelo gramático e lente do Colégio Pedro II João Ribeiro.

Em uma reunião de artigos de 1923, Ribeiro comentou a presença de anglicismos no vocabulário esportivo brasileiro, uma novidade que mostrava que a França começava a perder terreno entre os países “exportadores”. Embora não se refira a estes galicismos, já se vê um indício de defesa dos estrangeirismos, pois Cândido de Figueiredo tinha, em 1902, destacado entre os poucos anglicismos que o preocupavam justamente os ligados às atividades físicas ao ar livre. Segundo Ribeiro “o vocabulario inglês dos nossos desportos dá graça, força e vigôr, e, acima de tudo, encerra certa expressão de elegancia que vence todos os obstaculos.”¹⁸⁵ Curiosamente, a Cândido causava repulsa justamente esta pretensão.

Uma só palavra, *sport*, que os Ingleses nos mandaram e que nós adoptámos, sem quarentena nem outras convenientes restrições, foi o arauto de um esquadrão de anglicismos, que são as delícias da alta roda e o verniz do noticiário elegante.

Ora vejam: *cricket*, *five-óclock-tea* [sic], *foot-ball* [sic], *garden-party*, *jockey*, *match*, *sportman* [sic], *break*, *rout*, *record*, *toast*, *high-life*, etc., etc.

[...] Como se sabe, o termo inglês *sport*, significa recreio ou diversão, especialmente diversão ao ar livre [sic], compreendendo os exercícios da caça, da pesca, da esgrima, da velocipedia, etc.

Por um contrassenso, que só a moda explica, não designa entre nós os jogos populares ao ar livre, como o jôgo da *bola*, o jôgo da *barra*, o jôgo do *homem*, o jôgo da *choca*, o *chinquilha*, etc.; e aplica-se geralmente aos passatempos e diversões de gente fina, ou do *high-life*, como dizem os anglicistas, ou da *élite*, como dizem os francesistas.¹⁸⁶

Em um espírito mais tolerante, contudo, adaptações como “bola-pé” é que pareciam ridículas ao gramático brasileiro, resultado de interferências exageradas de “uma casta de grammaticos intransigentes que combate com estranhada ferocidade todos os peregrinismos que invadem a lingua vernacula”. Afinal, se era fato comum o empréstimo de palavras para se suprirem lacunas, por que contradizer a constatação com o seu expurgo? “Não ha lingua nenhuma que não seja uma Babel de outras linguas. Essa interpenetração de todos os idiomas é um dos aspectos do progresso e da solidariedade humana. Porque fechar a porta a tão interessantes hospedes?”¹⁸⁷

Desta postura inicial de crítica aos puristas, passou-se a uma defesa mais direta dos gallicismos. Embora houvesse uma concordância com o diagnóstico de que havia uma forma “francesa” de se pensar incrustada entre os literatos brasileiros e portugueses, isso não parecia incomodar mais de forma tão aguda. Pode-se dizer mesmo que havia uma desproporção entre o problema desta mentalidade imitadora, mais sério, e o da presença de palavras impuras na língua.

Um dos temas mais apurados da grammatica militante é o dos gallicismos. Ha um horror inexplicavel deante de qualquer expressão suspeita de francezismo. Esquecem, porém, o principal de todos os gallicismos e que basta para explicar todos os outros e é o do pensamento e do estilo, que governam sem contraste a lingua moderna.¹⁸⁸

Diante disto, a dimensão do problema perdia seu peso, passava a ser algo de menor monta, responsável mesmo pela perda de foco. Muitos lusitanismos acabaram sendo condenados por que se pareciam com expressões francesas. Além disso, a costumeira opção de se substituírem as importações por neologismos não era invenção totalmente original. “Os numerosos hellenismos, acatados por todos, são de pura sciencia... franceza. Não inventamos mais que dous ou tres, de uso nacional (necroterio, sylogeu).”¹⁸⁹ A conclusão inevitável era uma só: toda a preocupação com este tipo de purismo era contraproducente, sobretudo para certa classe de pessoas. “É guerra inutil a que, contra si proprios, poderiam fazer os escriptores mais escrupulosos. Equivaleria a quebrar os proprios moldes do pensamento.”¹⁹⁰ Em vez da perda de tempo com a constante patrulha estética, que tolhia a criatividade e o curso normal da literatura, o melhor era esquecer a paranóia toda.

Ela, obviamente, não desapareceria tão rapidamente, mas já perdia sua força. O gramático Mário Barreto, que também fez fama nas colunas de periódicos, escreveu em uma delas que não era um “conservador exaltado” e que, por isso, usava de estrangeirismos. Moderadamente, é claro: os “galicismos supérfluos”¹⁹¹ eram recusados. Contudo, ele concordava com João Ribeiro sobre o crescimento e desenvolvimento das línguas com os empréstimos lexicais. E ia mais além: antes podia-se admitir que isso ocorresse, mas não sem um sentimento de desgosto; aqui reconhecia-se que as línguas precisavam deste fenômeno. O único cuidado a manter era uma postura moderada, deixando o processo ocorrer naturalmente: Fora a ausência disto que levava a tantos “ortodoxos” fanáticos condenar expressões e palavras puras, com medo que fossem odiados peregrinismos.¹⁹²

O que devemos ser, é mais liberaes e mais indulgentes. Com esta liberdade é que se enriquecem de vocabulos as linguas vivas. [...] Claro é que, n'este acolhimento as termos alienigenas, se faz preciso certo tacto: não peccar por excessiva condescendencia, como os outros peccam por excessivo rigor. Se todas as coisas teem um meio, escolhamos um entre esses dois pólos, para que não erremos. Fiquemos no *mezzo termine*, no *juste milieu*, que é onde se acha a virtude.¹⁹³

Como se vê, é uma posição bastante similar à expressa por Estevão da Costa e Cunha em 1883. No entanto, algo começava a mudar. Um indício é o curioso uso das duas expressões acima, uma em italiano e outra em francês, contrariando um princípio básico dos puristas: na presença de uma expressão portuguesa, nunca usar uma importada. Ou seja, em lugar das anotadas na passagem, poderia-se muito bem “meio termo” ou similar. O próprio Mário afirmava, em 1911: “Fora dos limites do necessário e do útil, são altamente condenáveis, e hão-se de castigar sem misericórdia, palavras estrangeiras que intentam roubar o pôsto a palavras nossas antigas e vivas, precisas, limpidas, comuns”.¹⁹⁴

O que o levava então a este deslize? Estava Mário Barreto mudando de lado? Em parte, sim. A impressão que se tem é de que na consciência ele permanecia um purista, mas tinha o tino suficientemente realista para enxergar que os galicismos não estavam acabando com a língua, mesmo que lhe dessem um aspecto que ele desgostava. Ele admitia que as palavras sozinhas não mudam um idioma, atrelando-se à visão que remetia

ao cardeal Saraiva de que era na sintaxe afrancesada que morava o perigo, na introdução do “jeito de período avêso á indole do idioma”.¹⁹⁵

A adoção de uma atitude desarmada quanto aos galicismos só se completou na década seguinte.

É tão considerável a influência que cada vez mais exerce o francês na nossa língua, que os amantes da pureza e interidade do idioma e os encarregados de o manter limpo e esplendoroso, se crêem obrigados a exagerar a sua missão em detrimento da língua pátria. Bem está que se desterrem vocábulos como *bouquet* e outros galicismos frívolos que procuram pintalgar o idioma nacional e cujos equivalente registam [sic] os nossos dicionários autorizados; mas não se negue hospitalidade, em absoluto, a tôda palavra francesa, pelo mero facto de o ser, quando o nosso idioma a necessitar, como o fazem ainda alguns dos nosso puristas que, desprovidos de cultura lingüística geral, em vez de encararem de maneira histórico-crítica o problema do galicismo, mais delicado do que à primeira vista poderá parecer a uns censores de linguagem que têm surgido por aí fora como os cogumelos depois dum chuveiro, preferem condená-lo de antemão e a esta altura do século continuam a crer no *Glossário* de francesismos do célebre Cardial Saraiva como num evangelho e só vêem máculas em modos de dizer que o uso veio finalmente a consagrar: - aportuguesaram-se ineductívelmente pelo uso e nisso é que está o busilis.¹⁹⁶

O irônico é que em meio a este arrazoado contra os puristas, que só “crêem” ter a missão de defender a língua, que contrariam o árbitro soberano, o “uso”, o professor do Colégio Militar tenha dado como exemplo dos poucos casos em que o purismo tinha validade – ou seja, de um galicismo condenável – uma palavra que acabou por ser incorporada ao vocabulário brasileiro: *buquê*. De qualquer forma, era possível notar nele uma dose de autocrítica, mostrando o quanto, na década de 20 a galofobia perdia rapidamente sua razão de ser. Respondendo a um consulente, ele afirmava:

Em matéria de galicismos, meu senhor, todos pecamos, porque os mamámos com o leite. Ainda sabendo que são galicismos, êles escorrem-nos pela pena sem darmos fé. Nem os escritores mais puros logram livrar-se do extenso contágio francês que nos rodeia. Não podemos ser inimigos sistemáticos do galicismo. Alguns são necessários, e outros, menos úteis, estão já tão difundidos que hão de sobreviver aos furibundos puristas que os condenam.¹⁹⁷

NOTAS

¹ Ideologia expressa pelo IHGB, defendida pela monarquia e cujos fundamentos estão nas obras de Martius (“Como se deve escrever a história do Brasil”, *RIHGB*, VII (24): 381-403) e Varnhagen (*História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, s.d.). para uma análise de seus aspectos, consultar: Nilo Odalia, *As formas do mesmo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997; Ricardo Salles, *Nostalgia imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; Lília Schwarcz, *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993; David Treece, *Exiles, allies, rebels*. Londres e Westport: Greenwood Press, 2000.

² Sobre o interesse pelo hebraico, consultar: Maurice Olender, *The languages of paradise*. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1992, p.p. 1-3.

³ Leonor Fávero, *As concepções linguísticas no século XVIII*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996; Maria Leonor Buesco, *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Ministério da Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1978.

⁴ Academia Real das Ciências de Lisboa, *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina da mesma Academia, 1793, p. I.

⁵ Francisco de São Luís, “Glossario das palavras e frases da lingua franceza que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na locução portugueza moderna; com o juízo critico das que são adoptaveis nella”, *MACL*, 1816, 4, parte II: 1-146.

⁶ João Nunes de Andrade a usou em duas ocasiões: *Noções geraes de orthographia elementar da lingua portugueza*. Lisboa: Coelho e Comp., 1843; e *Novo diccionario classico portuguez das palavras acabadas em Ç e dous SS*. Rio de Janeiro: Nicoláo Lobo Vianna Junior, 1852. Já Antônio Maria do Couto optou pelos versos “Eu só desta vida fico contente, / Que a minha terra amei, e minha gente” no “Preambulo” a seu *Diccionario da maior parte dos termos homónimos, e equivocos da lingua portugueza*. Lisboa: Antonio Joze da Rocha, 1842. Os versos são parte da epígrafe aos *Poemas lusitanos*, e são do próprio Ferreira. Também Jerônimo Azevedo se utilizou deles em seu dicionário, como se verá mais adiante em outro item deste capítulo.

⁷ Rafael Bluteau, *Vocabulário portuguez, e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

⁸ R. Bluteau, *Supplemento ao Vocabulário portuguez, e latino*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727-28.

⁹ Bluteau nasceu em 1638 na Inglaterra de pais franceses católicos.. Clérigo regular teatino (pertencente à ordem fundada por São Caetano de Tiene e Gian Pietro Caraffa, que se tornou o Papa Paulo IV), foi designado para Portugal, onde chegou em 1668, entrando para o círculo da rainha D. Maria. Residiu no reino lusitano até sua morte, com 96 anos.

¹⁰ R. Bluteau, *Vocabulário portuguez, e latino*, “Ao leitor estrangeiro”.

¹¹ Até o aparecimento da moderna lingüística histórica no século XIX, a teoria mais difundida afirmava que o latim viera do grego. Mas o primeiro se tornara mais perfeito, sonoro, complexo, belo e rico do que o segundo.

¹² R. Bluteau, *Vocabulário portuguez, e latino*, “Ao leitor estrangeiro”. A resposta à acusação de que o português tomaria muitos vocábulos de outras línguas é de que seriam “innocentes usurpações, & discretos latrocínios de Palavras” (“Dedicatória”).

¹³ Idem, *ibidem*, “Dedicatória”.

¹⁴ Bernardo de Melo e Lima Bacelar, *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: José de Aquino Bulhoens, 1783, p. III. Mais adiante ele tece alguns elogios à língua, um pouco mais exaltados que Rafael Bluteau: p. VIII.

¹⁵ Antônio de Moraes Silva, *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. IV. A primeira edição é de 1789. Veja-se ainda a coletânea de trechos elogiosos de autores dos séculos XVI e XVII nas “Memorias e louvores da lingua portugueza, que se achão em diversos autores”, do *Diccionario da lingua portugueza*, da Academia de Ciências de Lisboa, p.p. XXI-XLI.

¹⁶ F. S. Luís, “Glossario das palavras e frases da lingua franceza...”.

¹⁷ José Inácio Roquete, *Diccionario da lingua portugueza de José da Fonseca*. Paris: J. P. Aillaud, Guillard & C., 1852, p. VI.

¹⁸ Francisco Antônio de Campos, *A lingua portugueza é filha da latina, ou Refutação da memoria em que o senhor patriarcha eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*. Lisboa: M. J. Coelho, 1843, p. 25.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 26.

²⁰ Francisco de Pina Manique, *Ensaio phraseologico, ou Collecção de phrases metaphoricas, elegancias, idiotismos, sentenças, proverbios e anexins da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia da Nação, 1856, p. 8.

²¹ Sobre a língua como fator ideológico do nacionalismo do século XIX, consultar Benedict Anderson, *Imagined communities*. Londres e Nova York: Verso, 1999, p.p. 67-75 e 83-92.

²² Francisco Evaristo Leoni, *Genio da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1858, vol. II, p. 279.

²³ Jean-Jacques Rousseau, “Ensaio sobre a origem das línguas, no qual se fala da melodia e da imitação musical”, in *Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes*. 3ª edição. São Paulo:

Abril Cultural, 1983; Johann Gottfried Herder, "Essay on the origin of language", in Jean-Jacques Rousseau & Johann Gottfried Herder, *Two Essays on the Origin of Language*, Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1966 (originalmente publicado em alemão em 1772).

²⁴ F. E. Leoni, *Genio da lingua portuguesa*, vol. II, p. 241.

²⁵ Roberto Ventura, *Estilo tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991, p.p. 19-29.

²⁶ F. E. Leoni, *Genio da lingua portuguesa*, vol. II, p. 241.

²⁷ Idem, *ibidem*, vol. II, p. 276.

²⁸ Sobre a preocupação com a decadência, ver Fernando Catroga et alli, *História da história em Portugal*. Lisboa: Temas & Debates, 1998, p.p. 103-104, e António M. Bettencourt Machado Pires, *A ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1980.

²⁹ Álvaro Manuel Machado, *A geração de 70 - uma revolução cultural e literária*. Lisboa: Ministério da Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986; Fernando Catroga, *História da história em Portugal*, p.p. 101-134.

³⁰ Francisco Adolfo Coelho, *A lingua portuguesa: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868, p. 19 (grifos meus).

³¹ Idem, *ibidem*, p. 26.

³² Para exemplos posteriores, consultar: Cândido de Figueiredo, *Nôvo dictionario da lingua portugüesa*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899, p. VII; J. T. da Silva Bastos, *Diccionario etymologico, prosodico e orthographico da lingua portuguesa*. Lisboa: Antonio Maria Pereira, 1912, p. V. Ver ainda os versos até recentemente desconhecidos de outro grande poeta, Fernando Pessoa: "A nossa magna lingua portuguesa/ De nobres sons é um thesouro", in Ivo Castro (org.), *Poemas de Fernando Pessoa, 1921-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2001. O poema está datado, segundo manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, de 26/08/1930.

³³ José Veríssimo, "As populações indígenas e mestiças da Amazonia - sua linguagem, suas crenças e seus costumes", *RIHGB*, 50, 1887: 318-19.

³⁴ Frei Domingos Vieira, *Grande dictionario portuguez ou Thesouro da lingua portuguesa*. Porto: Ernesto Chardron e Batholomeu H. de Moraes, 1871, p. IV.

³⁵ José Bonifácio, "Ode primeira das Olímpicas de Píndaro: Advertência (1825)", e Junqueira Freire, "Pureza (1852)", in Edith Pinto, *O português do Brasil*, volume I. São Paulo: EdUSP, 1978, respectivamente p.p. 9-11 e 23-25.

³⁶ R. Ventura, *Estilo tropical*; L. Schwarcz, *O espetáculo das raças*; Thomas Skidmore, *Black into white*. Durham e Londres: Duke University Press, 1998; Cláudia Mattos, *A poesia popular na república das letras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Funarte, 1994; Martha Abreu, "Mello Moraes Filho: festas, tradições populares e identidade nacional", in Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso Pereira, *A história contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.p. 171-193; N. Odalia, *As formas do mesmo*; S. Chalhoub, "What are noses for? Paternalism, social Darwinism and race science in Machado de Assis", *Journal of Latin American Cultural Studies*, 10 (2), 2001: 171-191.

³⁷ Joaquim Norberto de Souza Silva, *Galicismos: palavras e phrases da lingua franceza introduzidas por descuido, ignorancia ou necessidade na lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877, p.p. 39-105.

³⁸ Assis Pinheiro, *A physiologia, a psychologia, a phonologia e a esthetica da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: Imprensa Gutenberg, 1905, p. 7.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 6.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 6.

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 15.

⁴² D. Vieira, *Grande dictionario portuguez*; Eduardo de Faria, *Novo dictionario da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1859. O dicionário de Caldas Aulete (*Diccionario contemporaneo da lingua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881) não apresenta epígrafe, mas na página de rosto há o brasão da casa real de Portugal ao lado do brasão imperial do Brasil.

⁴³ A. Garret, *Camões*. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira, 1825, p.p. 187-188, canto I (grifos meus).

⁴⁴ J. N. Souza Silva, "A língua brasileira", *O Guanabara* (1855), in *História da literatura brasileira* (org. de Roberto Acízelo de Souza). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro; Zé Mário, 2001, p.p. 342-43. Também Machado de Assis usou os versos para defender o papel brasileiro na defesa do idioma da Camões, como se vê num discurso feito à Academia Brasileira de Letras, em 1897: *Discursos acadêmicos (1897-1906)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934, p.p. 26-27.

⁴⁵ F. L. Valverde, *Novo methodo de leitura para a infancia brasileira aprender a ler em breve espaço de tempo sem pronunciar syllabas vazias de sentido*. Santo Amaro (Bahia): Imprensa Municipal, 1916 (2ª edição), p. 22.

⁴⁶ Joaquim Nabuco, *Camões*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980, p.p. 9-10.

⁴⁷ Alan Freeland, "The people and the poet: Portuguese national identity and the Camões tercentenary (1880)", in Clare Mar-Molinero e Angel Smith (org.), *Nationalism and the nation in Iberian Peninsula*. Oxford: Berg, 1996, p.p. 53-67; F. Catroga, *História da História em Portugal*, p. 129. Sobre o impacto da ameaça de perda do império africano para os ingleses sobre os políticos e intelectuais portugueses, consultar: Ângela Guimarães, *Uma corrente do colonialismo português*. Porto: Horizonte, 1984.

⁴⁸ O abolicionista iria ainda conferenciar três vezes sobre o vate enquanto exercia o cargo de embaixador em Washington, nas universidades de Cornell e Yale, e no Vassar College. Ver o resumo das comemorações e do interesse de Nabuco por Camões na apresentação de Maximiano de Carvalho e Silva: "Joaquim Nabuco e as comemorações caminianas de 1880", J. Nabuco, *Camões*, p.p. 9-26.

⁴⁹ R. Ventura, *Estilo tropical*, p.p. 44-47 e 62-63; T. Skidmore, *Black into white*, p.p. 21-27. Um dos grandes teóricos do determinismo racial foi Arthur de Gobineau (*Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Firmin Didot, 1853-55), que esteve como embaixador no Brasil, avaliando-o da pior forma possível, em vista da sua formação racial mestiça (Georges Raeders, *O conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996).

⁵⁰ Olavo Bilac, *Ultimas conferencias e discursos*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo: Francisco Alves, s.d., p.p. 310-11. O soneto saiu originalmente no livro *A Tarde*, de 1919.

⁵¹ A fixação por este poeta pode ser vista na mesma época em: "Discurso proferido pelo sr. Oliveira Lima em nome da Academia Brasileira na inauguração do monumento em Paris a Camões", *RABL*, out. 1912, p.p. 249-252.

⁵² Consultar, por exemplo, Tânia de Luca, *A Revista do Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p.p. 239-46, sobre a presença dos puristas e defensores da língua portuguesa nas páginas da prestigiada publicação de Monteiro Lobato (1916-25).

⁵³ João de Barros, *Grammatica da lingua portuguesa*, p. 311, apud Fávero, *As concepções lingüísticas no século XVIII*, p. 37.

⁵⁴ Antônio Ferreira, "A D. Simão da Silveira", in *Poemas lusitanos* (org. de T. F. Earle). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 361.

⁵⁵ Como epígrafe, ver: Francisco Solano Constâncio, *Novo dictionario critico e etymologico da lingua portugueza*. Paris: Casimir, 1836; e J. N. Andrade, *Novo dictionario classico portuguez*. As citações estão em: Tristão da Cunha Portugal, *Orthographia da lingua portugueza*. Paris: J. P. Aillaud, 1837, p. 4; José da Fonseca e José Inácio Roquete, *Diccionario dos synonymos poetico e de epithetos da lingua portugueza*. Lisboa: Bertrand. Paris: Aillaud, s.d., p. XIII (introdução de 1848); Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, "Parecer", in Carlos (Karl) Hoefler, *Por que alterações e transformações passarão as letras da lingua latina quando delas se formou a lingua portugueza? Ensaio etymologico offerecido aos cultores da lingua*. Rio de Janeiro: Pinheiro & C., 1869, p. V; Assis Pinheiro, *A physiologia, a psychologia, a phonologia e a esthetica da lingua portugueza*, p. 3; Alexandre Fontes, *A escripta nacional ou a orthographia portugueza etymologica e tradicional*. Lisboa: Anuario Commercial, 1910 (2ª edição), p. 7.

⁵⁶ Bacelar, *Diccionario da lingua portugueza*, p. VI, nota (t) e p.p. 3-4.

⁵⁷ Saraiva ordenou-se beneditino e formou-se em Coimbra, onde foi ainda professor e reitor. Lutou contra as tropas napoleônicas e, a seguir, participou da Junta Provisional que se seguiu à Revolução do Porto de 1820. Passou a deputado e membro da regência nomeada pelas Cortes. Chegou a presidente da câmara de deputados em 1826, mas se exilou quando do período miguelista, só voltando à cadeira em 1834. Terminou a política como ministro de Estado entre 1834 e 35. Depois disso limitou-se à Igreja, vindo a ser o Patriarca de Lisboa em 1843, e cardeal.

⁵⁸ F. S. Luís, "Memoria em que se pretende mostrar que a lingua portugueza não he filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos", in *Obras completas do cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz), patriarca de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880, tomo IX, p.p. 163-208. A "Memória" foi publicada originalmente nas *MACL*, 12, parte I, 1837: 1-44. Saraiva já tinha desenvolvido sua posição anti-latina de um ponto de vista mais histórico, inserindo o caso português no contexto ibérico e analisando documentos antigos e a literatura medieval na "Nota sobre as linguas vulgares da Hespanha" (1828), in *Obras completas do cardeal Saraiva*, t. IX, 1880, p.p. 209-283. Mas foi o opúsculo sobre o português que encontrou maior eco.

- ⁵⁹ F. S. Luís, “Memoria em que se pretende mostrar que a lingua portugueza não he filha da latina”, p. 183. Ver ainda as nove diferenças entre o português e o latim que impediam a filiação, p.p. 185-194.
- ⁶⁰ José Correia Nobre França, *A philologia perante a historia*. Porto: A. F. Vasconcellos, 1890-91.
- ⁶¹ F. A. Coelho, “Sobre a lingua portugueza”, in D. Vieira, *Grande dictionario portuguez*, p. X. O ensaio foi posteriormente publicado em separado, com acréscimos, como *Questões da lingua portugueza. Primeira parte: preliminares, o lexico, o consonantismo*. Braga e Porto: Chardron, 1874.
- ⁶² A. Garret, *Camões*, p.p. 132-133.
- ⁶³ Idem, “Bosquejo da história da poesia e língua portugueza”, in Maria Moreira e Regina Zilberman, *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p.p. 29-73.
- ⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 29.
- ⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 30 (itálico no original).
- ⁶⁶ F. A. Campos, *A lingua portugueza é filha da latina*; F. P. Manique, *Ensaio phraseologico*; F. E. Leoni, *Genio da lingua portugueza*.
- ⁶⁷ “Carta do Illmo. Sr. Dr. Antonio Joaquim Ribeiro Gomes D’Abreu dirigiu ao A. ácerca da presente obra”, in F. P. Manique, *Ensaio phraseologico*, p. 4.
- ⁶⁸ F. E. Leoni, *Genio da lingua portugueza*, respectivamente p.p. XIV e XVI.
- ⁶⁹ F. A. Coelho, *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*.
- ⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. XIV.
- ⁷¹ No entanto, nenhum estudo se dirigiu neste período especificamente às fontes não latinas, interesse que parece ter tido algum apelo na primeira metade do século XIX, como se vê em João de Souza, *Vestígios da lingua árábica em Portugal*. Lisboa: Real Academia de Ciências de Lisboa, 1830. Somente fora de Portugal tal tipo de estudo foi feito: W. A. Engelmann, *Glossaire des mots espagnols et portugais derivés de l’arab*. Leyde: E. J. Brill, 1863 (a edição de 1869, com co-autoria de R. Dozy, inclui um maior vocabulário português). Algo semelhante ocorreu no caso brasileiro: Fausto Carlos Barreto, *Themas e raízes*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1883, p.p. 40-47; João Ribeiro, *Estudos philologicos*. Rio de Janeiro: Gazeta de Noticias, 1884, p.p. 25-28; Ramiz Galvão, *Vocabulario etymologico, orthographico e prosodico das palavras portuguezas derivadas da lingua grega*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo: Francisco Alves, 1909; Antenor Nascentes, *Um ensaio de phonetica differencial luso-castelhana*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1919, p.p. 7 e 97-149; José de Oliveira China, “Palavras portuguesas de origem desconhecida. Influência do árabe sôbre a língua portuguesa”, *Brasiliana*, vol. 15, IV, julho 1928: 49-58.
- ⁷² D. Vieira, *Grande dictionario portuguez*, p.p. X-XVI e XXXIV-CLXXI; F. A. Coelho, *Questões da lingua portugueza*, p.p. 1-13 e 84-189; F. A. Coelho, *A lingua portugueza: noções de glottologia geral e especial portugueza*. Porto: Magalhães e Moniz, 1881, p.p. 93-194; C. Aulete, *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*, p.p. XVI-XVII; F. A. Coelho, *Diccionario manual etymologico da lingua portugueza*. Lisboa: P. Plantier, 1890, p. VIII; José Leite de Vasconcelos, *Estudos de philologia mirandesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900-01, vol. 2, p.p. 3-25; Júlio Moreira, *Estudos da lingua portuguesa*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1907. Alguns autores brasileiros também adotaram esta via interpretativa: Pacheco da Silva Júnior, *Estudos da lingua vernacula*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1877, p.p. 9-116; Francisco Lino S. de Andrade *Palavras alteradas pela etymologia e mudanças de significação*. Rio de Janeiro: Machado & C., 1880, p.p. 6-9; Bernardo Teixeira de Carvalho, *These de concurso*. Rio de Janeiro: José Dias de Oliveira, 1883, p.p. 41-49; João José P. de Azusara, *Themas e raízes*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1883, p.p. 19-28 e 36-55; F. C. Barreto, *Themas e raízes*, p.p. 29-37; J. Ribeiro, *Estudos philologicos*; Alfredo Gomes, *Lições de portuguez*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1889, p.p. 60-68; Antônio Trajano, *Estudo da lingua vernacula*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903, p.p. 7-50; Carlos Góes, *Diccionario de affixos, desinencias e outros elementos de composição*. Rio de Janeiro: Briguier, 1913; A. Nascentes, *Um ensaio de phonetica differencial luso-castelhana*, p.p. 3-6; Manuel Said Ali, *Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico*. São Paulo, Cayeiras e Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1923, p.p. 161-164.
- ⁷³ Antônio Francisco Barata, *Advertências curiosas sobre a lingua portugueza*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1870, p. 5. Curiosamente, o único exemplo de ufanismo pela origem latina que encontrei para o período pós-1860 é dado por Leite de Vasconcelos, *Dialectos interammenses*. Porto: A. J. da Silva Teixeira, 1885. Significativamente, este é um dos primeiros opúsculos do autor.
- ⁷⁴ C. Hoefler, *Por que alterações e transformações passarão as letras da lingua latina ...*, p. V.
- ⁷⁵ J. N. Souza Silva, *Gallicismos*, p. 43.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 89.

⁷⁷ Antônio Estevão da Costa e Cunha, *Manual do examinando de portuguez*. Rio de Janeiro: J. Azevedo. Paris: Pillet et Dumoulin, 1883, p.p. 24-31; João Manuel Pereira da Silva, *Nacionalidade, lingua e litteratura de Portugal e Brazil*. Paris: Guillard, Aillaud & C., 1884, p.p. 114-127; Lameira de Andrade, *Philologia portugueza*. Vassouras: Vassourense, 1885, p. 12.

⁷⁸ Mário Barreto, *Estudos da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Azevedo & C., 1903, p. 7. Ver interpretação similar e até mesmo aprofundada em A. Pinheiro, *A physiologia, a psychologia, a phonologia e a esthetica da lingua portugueza*, p. 6, e em Manuel de Oliveira Lima, *La langue portugaise. La littérature brésilienne*. Antuérpia: Ch. Thibaut, 1909, especialmente p. 7.

⁷⁹ T. Skidmore, *Black into white*, p.p. 149-72; Tania de Luca destaca o papel do movimento em São Paulo, em *A Revista do Brasil*, p.p. 41-42 e 88-98.

⁸⁰ T. Skidmore, *Black into white*, p.p. 149-52; Brito Broca, *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956, p.p. 253-59.

⁸¹ Thomas Skidmore, *Black into white*, p.p. 64-84. Tania de Luca identifica a popularização desta teoria em São Paulo na passagem dos anos 10 para os anos 20: *A Revista do Brasil*, p.p. 170-77.

⁸² Idem, *ibidem*, p.p. 165-67.

⁸³ Domingos de Castro Lopes, *Erros de prosodia*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1917, p. 3.

⁸⁴ David Brookshaw, *Race and color in Brazilian literature*. Londres e Metchsen: The Scarecrow Press, 1986, p.p. 57-59. Brito Broca (*A vida literária no Brasil*, p.p. 101-107) foi o primeiro a notar o fenômeno, mas deteve-se apenas em parte de sua expressão, a “helenofilia”. Jeffrey Needell (*Belle Époque tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993) seguiu a ambos.

⁸⁵ J. Needell, *Belle Époque tropical*, p.p. 234-235. Na realidade, o problema na França era mais complexo, pois Gobineau, defendia que a nacionalidade francesa se dividia em um estrato celta-latino, presente na burguesia e no campesinato, representando um elemento selvagem, desagregador e revolucionário (portanto inferior), e em um estrato ariano ou germânico, presente na aristocracia, representando o elemento de civilização. Por fim, é preciso levar em conta o desconforto da questão racial na França tendo em vista o anti-semitismo, tão bem expresso no caso Dreyfuss. Sobre a posição de Gobineau, ver: *Essai sur l'inegalité des races humaines*. Para um panorama geral das idéias anti-semitas, examinar: Eugen Weber, *França fin-de-siècle*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.p. 161-68. Um bom exemplo de aliança do anti-semitismo e da desvalorização da herança latina está em Renan: “Les origines de la langue française” (1853), in *Oeuvres complètes de Ernest Renan*. Paris: Calman-Lévy, 1948, tomo II, p.p. 461-68, e *Histoire générale et système comparé des langues sémitiques*. Paris: Imprimerie Impériale, 1855.

⁸⁶ O. Bilac, “Gonçalves Dias (na Academia Brasileira)”, in *Obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. 551.

⁸⁷ Idem, “Aos homens de letras de Portugal” e “A língua portuguesa”, *Ultimas conferencias e discursos*, p.p. 163-65 e 208-10

⁸⁸ Idem “Resposta do sr. Olavo Bilac”, in *Discursos acadêmicos*, p. 180.

⁸⁹ R. Bluteau, *Vocabulario portugueza, e latino*, “Ao leitor portuguez”.

⁹⁰ Sobre a inserção do dicionário no Iluminismo ibérico, ver Rita Marquilhas, “Em torno do *Vocabulario* de Bluteau: o reformismo e o prestígio da norma no século XVIII”, e Maria Lucília G. Pires, “Verney e a língua portuguesa”, in Maria Helena Mateus (org.), *Caminhos do português*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, respectivamente p.p. 105-131 e 135-48. Para uma introdução ao problema do papel dos dicionários como locais da memória nacional, os casos francês e inglês entre os séculos XVII e XIX são interessantes: Alain Rey, “Les trésors de la langue”, in P. Nora (org.), *Les lieux de la mémoire II. La nation*. Paris: Gallimard, 1986, p.p. 627-32; Simon Winchester, *O professor e o demente*. Rio de Janeiro: Record, 1999, especialmente p.p. 91-110; e Pascale Casanova, *A república mundial das letras*, São Paulo: Espaço Liberdade, 2002, p.p. 68-98.

⁹¹ A Academia formou no século XIX várias comissões com a incumbência de finalizar o dicionário, o que não se realizou. Ver: *Relatorio da comissão encarregada de propor á Academia Real das Sciencias de Lisboa o modo de levar a efeito a publicação do dictionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia, 1870; e *Relatorio apresentado á Academia Real das Sciencias de Lisboa ácerca do dictionario da lingua portugueza por José Maria Latino Coelho, director da publicação*. Lisboa: Typographia da Academia, 1887. Somente em 1976 uma nova comissão se formou, e em 2001 o dicionário da Academia foi finalmente publicado.

⁹² Tirando um sem data definida: 1813 (a mais famosa e a única revista pelo próprio Morais), 1823, 1831, 1844, 1858, 1877-78, 1891, 1922 e 1949.

⁹³ Este é o caso de José Horta Nunes, em *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil*. Campinas: Tese de doutorado em Lingüística, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

⁹⁴ A. Morais Silva, *Diccionario da lingua portugueza*, p. V.

⁹⁵ Há como que uma tradição entre os lexicógrafos luso-brasileiros de atacar o trabalho de seus antecessores com alguns alvos prioritários. Assim, no século XIX Bluteau e Morais eram nomes assíduos nestas críticas. Sobre Morais, consultar: F. S. Luís, "Reflexões criticas sobre o diccionario de Moraes, da 4ª edição e sobre o uso de alguns vocabulos da lingua portugueza", in *Obras completas do cardeal Saraiva*, t. IX, 1880 p.p. 285-363; F. S. Constâncio, *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza*, p. V-VI; E. Faria, *Novo diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: José Carlos D'Aguiar Viana, 1850, p. V; C. Aulete, *Diccionario contemporaneo*, pp. II-XV; R. Galvão, *Vocabulario etymologico, orthographico e prosodico*, p.p. II-III; Afonso d'Escragnolle Taunay, *Lexico de termos technicos e scientificos ainda não apontados nos dictionarios da lingua portugueza*. São Paulo, 1909, p. XI; Sebastião Dalgado, *Glossário luso-asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919, p.p. XXXI-XXXIX.

⁹⁶ Além do sucesso editorial de Morais, pude identificar reedições dos seguintes dicionários: Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1798 (segunda edição em 1865 pela editora de A. J. Fernandes Lopes; em 1825 surgiu em versão condensada: *Diccionario portatil das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1825); F. S. Constâncio, *Novo diccionario*, 1836 (três edições seguintes em 1844, 1845 e 1852); Gaspar Marques, *Vocabulario orthographico da lingua portugueza*. Lisboa: Universal, 1873 (3ª edição; a 1ª é aparentemente de 1866); F. A. Coelho, *Diccionario manual etymologico* (com pelo menos duas edições: 1890 e 1897). Há alguns casos especiais, pela variedade de casas editoras e desmembramento das obras. Um dos mais significativos do período é o das reorganizações do dicionário de José da Fonseca, do qual trataremos mais adiante. Já a obra de Antônio José de Carvalho e João de Deus, *Diccionario prosodico de Portugal e Brasil*. Lisboa: Pacheco & Barbosa, 1877, sofreu uma disputa editorial: teve uma segunda edição em 1878, em Lisboa e no Rio de Janeiro, por Pacheco & Barbosa e Lopes do Couto & Filhos. Após esta, segue-se uma miríade de impressões confusas feitas no Porto: há uma sem data da casa Universal, que se informa ser a terceira edição; outra em 1885 da Typographia Occidental, em que não consta no nome de J. de Deus; uma de 1890, de Lopes e Cia., que se diz a quarta (a editora publicou uma nona edição em 1907); uma de 1895, saída também no Rio, que se diz a quinta; uma 11ª edição de 1911, pela Companhia Porto Editora, que também publicou uma edição em 1916. O *Novo dicionário* de Eduardo de Faria apareceu originalmente em dois volumes em 1849 com o título de *Novo diccionario contendo todas as vozes da lingua portugueza antigas e modernas*, e foi reeditado em 1850-53 (quatro volumes), em 1855-57 (idem), e em 1858-59 (dois volumes) em Lisboa. Em 1860 foi impresso em fascículos no Rio de Janeiro, para onde o autor emigrara, pela Villeneuve & C.. A edição ficou incompleta. Com dívidas e sem terminar a publicação, Faria teve que sair do país, indo a Londres, onde morreu no mesmo ano. Por fim, há a modificação da obra de D. José Maria de Almeida e Araújo Correia de Lacerda, *Diccionario encyclopedico ou Novo diccionario da lingua portugueza para uso dos portuguezes e brasileiros*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1859, que teve as seguintes impressões: uma 2ª em 1860, uma 3ª em 1868, uma 4ª em 1874 e uma 5ª entre 1875 e 1879. A partir desta 2ª edição, adiciona-se um *Diccionario de synonymos*, que saiu em volume a parte como *Novissimo diccionario dos synonymos da lingua portugueza*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1860.

⁹⁷ Alguns fogem totalmente a estas categorias, sendo marcados pela modéstia e por uma concepção da língua em movimento, impedida de ser gravada em sua totalidade. Tal é o caso de Caldas Aulete, *Diccionario contemporaneo*, e de Cândido de Figueiredo, *Nôvo diccionario da lingua portuguesa*.

⁹⁸ A. M. Couto, *Diccionario da maior parte dos termos homónimos*. Outros dicionários deste grupo são: S. Dalgado, *Glossário luso-asiático*; J. N. Andrade, *Novo diccionario classico*; F. A. Coelho, *Diccionario manual etymologico*; Augusto Duarte de Vasconcelos, *Diccionario homophonologico da lingua portuguesa*. Porto: Antônio Figueirinhas, 1901; R. Galvão, *Vocabulario etymologico, orthographico e prosodico*; Saraiva, "Glossario de vocabulos portugueses derivados das linguas orientaes e africanas", *Obras completas do cardeal Saraiva*, t. VIII, 1878, p.p. 209-317 (originalmente publicado pela Academia de Ciências de Lisboa em 1837); Afonso d'Escragnolle Taunay, *Lexico de termos technicos e scientificos*; C. Góes, *Diccionario de affixos*.

⁹⁹ José da Fonseca, que viveu quase a vida toda em Paris como escritor, historiador e editor da casa Aillaud, publicou em 1829 seu *Diccionario da lingua portugueza, recopilado de todos os que até o presente se tem dado á luz*, com um segundo tomo, o *Diccionario de synonymos portuguezes*. Em 1830 houve uma nova tiragem, sob o título: *Novo diccionario da lingua portugueza: seguido de um diccionario completo dos synonymos portuguezes*. Paris: J. P. Aillaud, com reedições em 1831, 1836, 1837 e 1840. A seguir, o padre miguelista exilado na Cidade Luz, José Inácio Roquete, tomou a obra sob seus cuidados, depois de adendos e modificações. Em 1848 apareceu o *Diccionario da lingua portugueza de Fonseca, feito inteiramente novo e consideravelmente augmentado por J. I. Roquette*. Paris: J.-P. Aillaud, com reedições em 1858, 1861 e 1867. Em 1852, 1881 e 1885 o dicionário foi impresso pelas editoras Aillaud e Guillard. Todas essas edições tinham um segundo volume composto pelo *Diccionario de synonymos da lingua portugueza, por J. I. Roquette* e pelo *Diccionario poetico e de epithetos, por J. da Fonseca*. A partir da década de 1850 várias edições saíram desmembradas ou com títulos diversos: *Diccionario dos synonymos poetico e de epithetos da lingua portugueza*. Lisboa e Paris: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1850, reeditado em 1852 pela Aillaud e em 1869 pela Aillaud & Guillard; *Diccionario da lingua portugueza e diccionario de synonymos, seguido do diccionario poetico e de epithetos*. Paris: J. P. Aillaud, Guillard, 1863, que saiu ainda em 1869.

¹⁰⁰ J. T. da Silva Bastos, *Diccionario etymologico*, p.p. V-VI. Ver ainda o *Diccionario geral da lingua portugueza, de algibeira. Por tres literatos nacionaes*. Lisboa: Imprensa Regia, 1818-19, as obras de Lacerda (*Diccionario encyclopedico*), de A. J. Carvalho e J. Deus (*Diccionario prosodico*), de A. A. Cortesão, *Subsidios para um diccionario completo (histórico-etymológico) da lingua português*. Coimbra: França Amado, 1900, e as *Apostilas aos dicionários portugueses* (Lisboa: A. M. Teixeira, 1906), de Gonçalves Viana.

¹⁰¹ Há um outro representante deste gênero, mas não totalmente dedicado aos arcaísmos: Henrique Brunswick, *Diccionario da antiga linguagem portugueza*. Lisboa: Lusitana, s.d. (1910).

¹⁰² Viterbo, *Diccionario portatil*, p. II.

¹⁰³ Viterbo, *Elucidario*, p. I.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, p.p. 1-2. Ver também a história apologetica que o autor traça da relação entre os reis e o idioma nacional (p.p. 3-10).

¹⁰⁵ F. S. Constâncio, *Novo diccionario*.

¹⁰⁶ E. Faria, *Novo diccionario*, "Prologo".

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, "Prologo".

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, "Prologo".

¹⁰⁹ Respectivamente: "Sobre a lingua portugueza" (pp. IX-CCVI) e "Sobre a litteratura portugueza" (pp. CCIX-CCXLVIII), D. Vieira, *Grande diccionario portuguez*.

¹¹⁰ Jerônimo Azevedo, *Repertorio lexicographico da lingua portugueza ou Diccionario dos dictionarios*. São Paulo: F. Machado, 1911, p. XVI.

¹¹¹ Versos de Antônio Ferreira (ver nota 6).

¹¹² A elas podemos juntar as sofridas por Cândido de Figueiredo (Afonso d'Escragnolle Taunay, *Insufficiencia e deficiencia dos grandes dictionarios portuguezes. Polemica com o Snr. Candido de Figueiredo*. Tours: Arnault, 1928).

¹¹³ F. A. Coelho, *O relatorio do Sr. Latino Coelho ácerca do diccionario da Academia*. Lisboa: Lallemand & Frères, 1870 e *Diccionario manual etymologico*, p. V, e C. Aulete, *Diccionario contemporaneo*, p. I.

¹¹⁴ E. Faria, *Novo diccionario*. José Inácio Roquete, na introdução, datada de 1848, de suas várias reedições do dicionário de José da Fonseca, iniciava com a mesma frase: *Diccionario da lingua portugueza de José da Fonseca*, p. V. Para afirmação parecida, consultar a "Advertencia preliminar" escrita por Inocêncio Francisco da Silva à edição de 1865 do *Elucidario* de Viterbo.

¹¹⁵ Antônio das Neves Pereira, "Ensaio critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do século XV, e XVI", *MACL*, 4 (1793): 339-467, e 5 (1794): 152-252; Cândido Lusitano (pseud. de Francisco José Freire), *Diccionario poetico*. Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1765, e *Reflexões sobre a lingua portugueza*. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842, p.p. 5-21 (no "Discurso preliminar" ao *Diccionario poetico*, Lusitano informava que estava, por volta de 1765, preparando as tais *Reflexões*); Miguel do Couto Guerreiro, *Diccionario de consoantes*. Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1784. Ver ainda o caso de Filinto Elísio, citado mais adiante. Para uma informação geral sobre o interesse árcaico por este tipo de dicionários e pelo bom uso das palavras, ver: Günter Holtus, Michael Metzeltin e Christian Schmitt (org.), *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, VI (2), 1994, p.p. 7-8. Em 1799, a Academia publicou um *Catalogo dos livros, que se hão de ler para a continuação do*

diccionario da lingua portugueza (Lisboa: Typographia da mesma Academia), em que se listam mais ou menos dois mil títulos, dos quais já não há uma preponderância dos autores clássicos. Muitas obras de vários tipos, incluindo sobre a língua portuguesa, são posteriores a 1620, chegando até a 1770.

¹¹⁶ Academia Real das Sciencias de Lisboa, *Diccionario da lingua portugueza*, p.p. I-II.

¹¹⁷ Ver, por exemplo, o *Diccionario geral da lingua portugueza, de algibeira*, p.p. 3-5.

¹¹⁸ A. Garret, "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa", p.p. 34-35.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p.p. 37-38.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. 40.

¹²¹ Idem, *ibidem*, p.p. 51-72.

¹²² Cândido de Figueiredo, *Lições práticas da lingua portugueza*. Lisboa: Ferreira, 1891 (2ª edição), p. 7. Ver mais reclamações em: Eduardo de Faria, *Novo diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: José Carlos D'Aguiar Viana, 1850, "Prologo"; F. P. Manique, *Ensaio phraseologico*, p. 7; C. Figueiredo, *Nôvo diccionario da lingua portuguesa*, p. XXVII; A. D. Vasconcelos, *Diccionario homophonologico da lingua portuguesa*, p.p. V-VI.

¹²³ Um outro exemplo de ceticismo quanto aos clássicos é o de F. A. Campos, *A lingua portugueza é filha da latina*, 1843, p. 7.

¹²⁴ Leite de Vasconcelos, "Dialectos alemtejanos (contribuições para o estudo da dialectologia portuguesa)", *Revista Lusitana*, III, 1894: 2.

¹²⁵ Consultar a crítica mais ampla de Adolfo Coelho ao ambiente intelectual português em *Sobre a necessidade da introdução do ensino da glottica em Portugal*. Lisboa: Lallemand Frères, 1870, bem como no opúsculo mais específico *O relatorio do sr. Latino Coelho acerca do diccionario da Academia*. Lisboa: Lallemand Frères, 1870. Veja-se ainda a polémica entre Leite de Vasconcelos e Cândido de Figueiredo nas páginas do jornal *O Dia*, (agosto e novembro de 1891). Os artigos de Cândido foram reunidos nas *Lições de linguagem portugueza* (mais conhecido pelas edições subsequentes, com o título de *Lições práticas da lingua portugueza*), o que prolongou a polémica. Ver: Leite de Vasconcelos, *As lições de linguagem do Sr. Candido de Figueiredo*. Lisboa, 1891 (2ª edição no Porto: Magalhães e Moniz, 1893); Caturra Júnior (C. de Figueiredo), *Tosquia de um grammático*. Lisboa: O Dia, 1891 (teve duas edições no mesmo ano), e *O golpe de misericordia: execução literaria de Zé filólogo Leite de Vasconcellos acusado de varios delitos contra a grammatica, o bom senso e a salubridade publica*. Lisboa, 1892 (3ª edição); Leite de Vasconcelos, *O gralho depennado: réplica às "caturrices" philologicas do sr. Candido de Figueiredo*. Porto: Magalhães & Moniz, 1894 (3ª edição).

¹²⁶ Sylvio Dinarte (pseudônimo de Alfredo d'Escragnoille Taunay), *Estudos criticos*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1883, p. 155.

¹²⁷ J. M. Pereira da Silva, *Nacionalidade, lingua e litteratura da Portugal e Brazil*; Assis Pinheiro, *A physiologia, a psychologia, a phonologia e a esthetica da lingua portugueza*, p. 13; R. Galvão, *Vocabulario etymologico, orthographico e prosodico das palavras portuguezas derivadas da lingua grega*, p. I; D. de Castro Lopes, *Erros de prosodia*, p. 3.

¹²⁸ João Ribeiro, *Paginas de esthetica*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1905, p.p. 117-118.

¹²⁹ Idem, *ibidem*, p. 121. Sobre a procura do espírito da época dos clássicos, ver p.p. 135-138. Para opinião parecida sobre a necessidade dos escritores voltarem aos mestres do século XVI, ver: Solidônio Leite, *A lingua portugueza no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1922, p.p. 25-31.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p.p. 140-141.

¹³¹ J. I. Roquete, *Diccionario da lingua portugueza de José da Fonseca*. Paris: J. P. Aillaud, Guillard & C., 1852, p. VI.

¹³² Respectivamente: C. de Figueiredo, *O que se não deve dizêr*. Lisboa: Tavares Cardoso, 1903, p. 10, e *Problemas da linguagem*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1905, p. 6. Ver dele ainda: *Nôvo diccionario da lingua portuguesa*, p. XXVII, e *Combates sem sangue em favor da lingua portuguesa*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1925, p. 6. Consultar de outros autores: Latino Coelho *Relatorio apresentado á Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca do diccionario da lingua portugueza*, p.p. 11-12.

¹³³ Antônio de Castro Lopes, *Neologismos indispensaveis e barbarismos dispensaveis*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1889, p. I.

¹³⁴ M. Barreto, *Através do dicionário e da gramática*. Brasília: Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Presença; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986 (4ª edição), p.p. 7-8. Reunião de artigos saídos na *Revista de Filologia Portuguesa*, de São Paulo, e publicados pela primeira vez no Rio de Janeiro pela Livraria Quaresma, em 1927.

- ¹³⁵ J. Ribeiro, *Paginas de esthetica*, p. 141.
- ¹³⁶ Laudelino Freire, *Galicismos*. Rio de Janeiro: Fluminense, 1921, p. VIII. Mais posições no mesmo sentido podem ser achadas em Heráclito Graça, *Factos da linguagem*. Rio de Janeiro: Azevedo & C., 1904, p.p. 8-9; Elpídio Pimentel, *Um punhado de galicismos. Pelo vernáculo!*. Vitória: Diário da Manhã, s.d. [1917], p.p. 81-87; Liberato Bittencourt, *Estudo da lingua portugueza*. Rio de Janeiro, Santos, São Paulo: Gymnasio 28 de Setembro, 1921, p.p. 26-34.
- ¹³⁷ A. N. Pereira, "Ensaio critico", tomo 4 (1793): 431-467.
- ¹³⁸ F. J. Freire, *Reflexões sobre a lingua portugueza*, p. 62.
- ¹³⁹ Idem, ibidem, respectivamente p.p. 63 e 64.
- ¹⁴⁰ Francisco Manuel do Nascimento, "Epistola sôbre o estudo da lingua e dos bons modelos, e meios de evitar o francesismo", in Joaquim Norberto de Souza e Silva, *Galicismos: palavras e phrases da lingua franceza introduzidas por descuido, ignorancia ou necessidade na lingua portugueza. Estudos e reflexões de varios auctores*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877, p.p. 88-89.
- ¹⁴¹ Elpídio Pimentel, *Um punhado de galicismos*, p. 21; J. Alcides Cunha, *Regras sobre a collocação dos pronome pessoal complemento; Alguns galicismos dispensaveis*. Porto Alegre: Americana, 1918, p. 59.
- ¹⁴² F. S. Luís [Saraiva], "Glossario das palavras e frases da lingua franceza..."
- ¹⁴³ *Obras completas do cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz)*, 1878, t. VIII, p. 4.
- ¹⁴⁴ Idem, ibidem, p. 6.
- ¹⁴⁵ Idem, ibidem, p. 7.
- ¹⁴⁶ Apenas um ano antes, Antônio Francisco Barata, sem o tom alarmista que logo marcaria as intervenções contra os galicismos, ponderava que a língua portuguesa necessitava de palavras de outras línguas, sobretudo no vocabulário industrial, tecnológico e científico. O que não se podia aceitar, contudo, eram as que vinham para substituir equivalentes em português: *Advertencias curiosas sobre a lingua portugueza*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1870, p. 20 e ss.
- ¹⁴⁷ F. A. Coelho, *Questões da lingua portuguesa*, p. 60. O livro havia um pouco antes aparecido com poucas diferenças no dicionário de Domingos Vieira, *Grande dictionario portuguez*, p. XVIII.
- ¹⁴⁸ Afrânio Coutinho, *A polémica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965, p.p. 147-148, 163-164 e 173-175.
- ¹⁴⁹ Idem, ibidem, p. 195.
- ¹⁵⁰ Idem, ibidem, p. 196.
- ¹⁵¹ R. Ventura, *Estilo tropical*, p.p. 87 e 141-49.
- ¹⁵² J. N. Souza Silva, *Galicismos*, p. 24.
- ¹⁵³ Idem, ibidem, p. 21 (itálicos no original).
- ¹⁵⁴ F. C. Barreto, *Archaismos e neologismos da lingua*. Rio de Janeiro: Typographia Litteraria, 1879, p.p. 36-37; Felipe José Alberto, *Archaismos e neologismos*. Rio de Janeiro: Soares & Reis, 1879, p.p. 25-26; C. Aulete, *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*, p. XXII.
- ¹⁵⁵ A. E. Costa e Cunha, *Manual do examinando de portuguez*, p. 357.
- ¹⁵⁶ Sylvio Dinarte (pseud. de Taunay), *Estudos criticos*, p.p. 141-148. Em Portugal *necrotério* demorou um pouco mais para ser adotado, e a insistência na *morgue*, resultou em inflamados artigos contrários de Cândido de Figueiredo. Ver C. de Figueiredo, *Os estrangeirismos*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1923 (4ª edição), p.p. 47-48.
- ¹⁵⁷ Taunay, *Estudos criticos*, p.p. 153-154.
- ¹⁵⁸ Idem, ibidem, p.p. 156-157.
- ¹⁵⁹ Taunay, *Philologia e critica*. São Paulo: Melhoramentos, 1921, p. 11. Trata-se da reunião póstuma de artigos, feita pelo seu filho, Affonso d'Escragnolle Taunay, uma vez que a publicação original, organizada a partir de 1897, foi interrompida pela morte do autor em 1899.
- ¹⁶⁰ Idem, ibidem, p. 12 e 37.
- ¹⁶¹ Taunay, *Estudos criticos*, p.p. 157-158.
- ¹⁶² Machado de Assis, crônica de 25/11/1894, in *A semana I*. São Paulo: Globo, 1997, p.p. 157-58. Também Mário de Andrade repudiou Castro Lopes em carta de 1924: *Cartas a Manuel Bandeira*. São Paulo: Ediouro, 2001, p. 26.
- ¹⁶³ A. Castro Lopes, *Neologismos indispensaveis e barbarismos dispensaveis*, p. VI.
- ¹⁶⁴ Idem, ibidem, p. XXII (itálicos no original).
- ¹⁶⁵ Antônio da Silva Tullio, *Aprende a lingua vernacula*. Rio de Janeiro: Alves & C., 1893, p.p. 51-64.

- ¹⁶⁶ E. Pimentel, *Um punhado de galicismos*, p. 21. Veja-se, ainda o vocabulário reunido por Antônio Trajano em *Estudo da lingua vernacula*, p.p. 105-112; o primeiro livro do posteriormente famoso gramático brasileiro Mário Barreto, *Estudos da lingua portugueza*; a indignação de Assis Pinheiro em *A physiologia*, p.p. 13-14; a inclusão dos estrangeirismos (sobretudo os de extração francesa) como “anomalias” da linguagem, por Gustavo de Andrade, *Cacolexias, ou vícios de linguagem*. Salvador: Cincinnato Melchhiades, 1910, p.p. 10-16 e 115-116; e a lista do professor J. Alcides Cunha, *Regras sobre a collocação dos pronome pessoal complemento; Alguns gallicismos dispensaveis*, p.p. 59-71.
- ¹⁶⁷ C. de Figueiredo, *Os estrangeirimos*, p. 18 (vol. 1).
- ¹⁶⁸ Idem, ibidem, p. 41 (vol. 1).
- ¹⁶⁹ Idem, ibidem, p. 59 (vol. 1).
- ¹⁷⁰ Idem, ibidem, p. 70 (vol. 1).
- ¹⁷¹ Idem, ibidem, p. 57 (vol. 1).
- ¹⁷² Idem, ibidem, p.p. 135-136 (vol. 2).
- ¹⁷³ Idem, ibidem, respectivamente pp. 88 e 89 (vol. 1).
- ¹⁷⁴ C. Figueiredo, *Falar e escrever*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1906.
- ¹⁷⁵ Sérgio Corrêa da Costa, *Palavras sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ¹⁷⁶ C. Figueiredo, *Os estrangeirismos*, p. 5 (vol. 1).
- ¹⁷⁷ Para alguns exemplos, ver *Falar e escrever*, p. 181 (vol. 1), p.p. 24-25 (vol. 2) e p. 178 (vol. 3).
- ¹⁷⁸ C. de Figueiredo, *Os estrangeirismos*, p. 10 (vol. 1).
- ¹⁷⁹ Idem, ibidem, p.p. 9-10 (vol. 1).
- ¹⁸⁰ Idem, ibidem, p. 127 (vol. 1).
- ¹⁸¹ Ver as referências a Castro Lopes e Saraiva em *Os estrangeirimos*, p.p. 129-130 (vol. 1) e p. 66 (vol. 2).
- ¹⁸² Carlos Góes, *Diccionario de gallicismos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1920.
- ¹⁸³ O dicionário possui 1451 entradas diferentes, mas há verbetes não para palavras, mas para aplicação de aspectos gramaticais do francês no português, como uso de pronomes, gerúndios, plurais e adjetivos possessivos. Há também vária repetições, na forma de termos derivados, como *chauvinismo* e *chauvinista*.
- ¹⁸⁴ L. Freire, *Gallicismos*, p.p. VII-VIII. Assim como o dicionário de Carlos Góes, o de Freire possui verbetes para fatos gramaticais, termos repetidos, além de quatro galicismos citados na introdução mas ausentes da lista seguinte.
- ¹⁸⁵ J. Ribeiro, *Colmeia*. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1923, p. 23.
- ¹⁸⁶ C. de Figueiredo, *Os estrangeirismos*, p. 146.
- ¹⁸⁷ J. Ribeiro, *Colmeia*, ambas citações da p. 19.
- ¹⁸⁸ J. Ribeiro, *Curiosidades verbaes*. Caireiras, Rio de Janeiro, São Paulo: Melhoramentos, s.d. [1927].
- ¹⁸⁹ Idem, ibidem, p. 100. *Silogeu* foi termo criado pelo helenista e professor de português Ramiz Galvão para designar o edifício localizado na Lapa, Rio de Janeiro, que alojou entre 1905 e 1923 a Academia Brasileira de Letras, a Academia de Medicina, o Instituto dos Advogados e o IHGB.
- ¹⁹⁰ Idem, ibidem, p. 101.
- ¹⁹¹ M. Barreto, “Minúcias de linguagem”, *Revista de Cultura*, 15, março de 1928: 148-149.
- ¹⁹² Em alguns momentos, contudo, Barreto pendeu para as posições ortodoxas dos puristas quanto ao estado do idioma e o papel deletério da literatura francesa: *Novos estudos da lingua portuguesa*. Brasília: INL. Rio de Janeiro: Presença; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980 (3ª edição fac-similar da 1ª edição de 1911), p.p. 370-371.
- ¹⁹³ M. Barreto, *Estudos da lingua portugueza*, p. 10.
- ¹⁹⁴ Idem, *Novos estudos*, p.p. 343-344.
- ¹⁹⁵ Idem, ibidem, p.p. 347-348.
- ¹⁹⁶ Idem, *Através do dicionário e da gramática*, p.p. 251-252.
- ¹⁹⁷ Idem, *De gramática e de linguagem*. Brasília: INL. Rio de Janeiro: Presença; FCRB, 1982 (3ª edição fac-similar da edição de 1922), p. 311.

Capítulo 4

DIREITO DE CIDADE

LITERATURA, LÍNGUA CULTA E LINGUAGEM POPULAR

Subentendida em alguns temas já tratados até aqui estava a concepção de que a linguagem cotidiana e oral andava precisando de corretivos. Embora mobilizando menos os cultores do idioma pátrio, este tema também mereceu seu quinhão de analistas, em busca de um mapeamento e diagnóstico do problema.

Diferente da ótica embutida na criação de língua brasileira ou na coleta dos brasileirismos, a preocupação analisada neste capítulo se dirige à linguagem popular enquanto fator perturbador da ordem lingüística ou como veículo de interpretação da sociedade brasileira. O significado dado ao termo foi bem menos homogêneo e sem o caráter de integração que o visto nos admiradores do falar do povo brasileiro. A abordagem aqui tendia para a lembrança da mácula à língua culta. Estabelecia-se desta forma uma outra relação entre o cultivo da língua e o papel exercido pelas classes populares. Estas, por seu turno, surgiram fracionadas: negros da cidade, negros do campo, portugueses, caboclos e caipiras, marginais, foram tipos destacados, identidades que às vezes se misturavam, evidenciando que a questão colocava mais problemas do que oferecia soluções. No entanto, nem sempre a visão sobre estes problemas era negativa. Ao contrário, a consciência das diferenças lingüísticas entre estados, classes, raças ou outras clivagens sociais às vezes questionava o dialeto brasileiro, o otimismo quanto à civilização do Brasil e a certeza de que o embranquecimento encontrava paralelo na posse orgulhosa de um idioma puramente europeu.

Em grande medida, isto mantinha estreita relação com as opiniões dos puristas sobre o papel regulador da literatura sobre a língua culta, pois era feita uma exclusão explícita da linguagem comum. Alguns autores passaram, ao final do século XIX, a defender o papel regulador dos escritores. Machado de Assis deixa claro esta maneira de pensar, ao criticar “os solecismos da linguagem comum” de parte da literatura pós-1870:

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transformação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

Mas se isso é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão.¹

Daí em diante vários autores compartilharam a noção de que a ação dos literatos era fundamental na contínua civilização do português.² No final do século este movimento se alojou na Academia Brasileira de Letras, criada em 1897 no Rio de Janeiro por um grupo que incluía a maioria dos principais literatos da época, como Machado de Assis, Olavo Bilac, José Veríssimo, Sílvio Romero, o visconde de Taunay, Araripe Júnior, Artur e Aluísio Azevedo, além de reputados cultores da correção da escrita e da oratória, cujo maior exemplo era Rui Barbosa. Embora não pertencentes ao quadro fundador, logo passaram a entrar na casa dos “imortais” filólogos e dialetologistas como João Ribeiro (empossado em 1898), Heráclito Graça (1906), Amadeu Amaral (1919), Laudelino Freire (1923) e Ramiz Galvão (1928).

Já quando dos debates sobre sua criação, em 1896, alguns dos futuros acadêmicos apontavam para esta vinculação entre literatura e língua. Em face dos empecilhos levantados à criação da agremiação sob a proteção do Estado, o escritor Valentim Magalhães reclamava do descaso governamental para com as letras e, em conseqüência, com seu veículo de expressão.

Lembrem-se os opositores que a República protege diretamente as belas-artes com a manutenção de uma escola e de um conservatório [...]. Por que especiosa e sutil razão há de a República reconhecer, com a existência, a utilidade do desenho, da pintura, da escultura, da música e manter o seu cultivo e *não fazer nada* em prol das letras? Não lhe reconhecer nem mesmo a existência? Porque? Desenhar bem, pintar a óleo, a pastel, a água, cantar de tenor ou barítono, tocar violino ou flauta é bom, é belo, é útil; mas não é indispensável. O mesmo não se pode dizer, entretanto, do falar e escrever corretamente a língua pátria; do conhecê-la nas suas origens, no seu mecanismo, de modo a manejá-la com facilidade; da idoneidade mental para compreender os monumentos da literatura universal e da do seu país em particular; do gosto pela leitura, pela meditação, pelo estudo. Isso não é somente belo, bom e útil: é indispensável. Ora, tudo isso viria fazer a Academia de Letras; tudo isso *só poderia ser feito por ela* - ouviram bem?³

O apelo de Magalhães não foi algo isolado, mas estava nas bases da agremiação, criada tendo como um de seus modelos a Academia Francesa, instituição máxima de controle da língua, famosa pelos seus dicionários e pela aversão a projetos de reforma ortográfica. No primeiro discurso de Machado de Assis como presidente da instituição, na cerimônia de fundação, a 20 de julho de 1897, deixava claro que a ABL tinha “as mesmas feições de estabilidade e progresso” de sua congênere gaulesa, e que “o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto”.⁴ Na sessão de encerramento do primeiro ano de vida, em 7 de dezembro de 1897, o mesmo Machado transmitia aos presentes que esta tradição incluía algo, entre outras coisas, bem específico. Em se tratando de uma instituição brasileira, seus membros deveriam obrar pelo estudo e preservação das contribuições do país à língua portuguesa, os chamados “brasileirismos”, algo que ele indicava como atividade que deveria ser empreendida sem demora.

A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas, - o povo e os escritores, - não confundindo a moda, que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impôr; nenhum de vós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois para guardar uma língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige, e é definitiva. Garret pôs na boca de Camões aquela célebre exortação em que transfere ao “Generoso Amazonas” o legado do casal paterno. Sejam os um braço do Amazonas; guardemos em águas tranquilas e sadias o que ele acarretar na marcha do tempo.⁵

No entanto, por causa das dificuldades internas dos primeiros anos, quando não tinha sede e dependia de contribuições irregulares dos membros para sobreviver, somente a partir de 1907 a Academia começou a fazer cumprir a determinação de Machado que, a rigor, era o corpo do artigo primeiro dos seus “Estatutos”. Naquele ano, Salvador de Mendonça propõe que se organize um *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, o que não foi levado adiante, provavelmente porque se preferiu levar adiante um dicionário de brasileirismos. Os “imortais” foram convidados a contribuir e vários passam a ler em sessão listas colhidas em escritores brasileiros (José de Alencar e Gonçalves Dias, dentre outros). Estas contribuições foram posteriormente publicadas na *Revista da Academia*.⁶

Fora da daquele cenáculo, a literatura também era valorizada como o campo onde a língua se enriquecia, era cultivada, preservada e engrandecida. O filólogo e professor

Manuel Said Ali Ida sistematizou a questão, seguindo a percepção de Machado de Assis e demonstrando certa condescendência para com o papel do povo, atitude que já se encontrava nas obras de Leite de Vasconcelos e Adolfo Coelho no século anterior em Portugal.

Ignora-se a data ou momento exacto do aparecimento de qualquer alteração linguística. Neste ponto nunca será a linguagem escripta, dada a sua tendencia conservadora, espelho fiel do que se passa na linguagem falada. Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos individuos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repelle-a a principio, mas com o tempo succumbe ao contagio. Imita o vulgo, [...] no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos annos, até que por fim a linguagem literaria, não vendo razão para enjeitar o que todo mundo diz, se decide tambem a aceitar a mudança. Tal é, a meu ver, a explicação [...] do apparecimento de todo o portuguez moderno.⁷

Ou seja, a força motriz é popular, mas a força controladora é erudita. Embora valorizando o papel do povo, cabe, neste esquema, aos homens cultos um papel superior. Afinal, tanto na época dos clássicos, quanto nas demais, eram os escritores quem tornavam a língua “elegante”, “expressiva” e “natural”.⁸

Mais ortodoxos eram Mário Barreto e Solidônio Ático Leite, advogado, político e membro do IHGB, que davam um papel ainda mais importante para os homens letrados. Preocupados com a particularidade brasileira frente a Portugal, ambos ampliaram a hierarquia entre os dois níveis da língua.

Acredita sobremaneira os nossos fóros de povo civilizado o conservarmos o idioma que nos herdaram os portugueses. Póde cada um de nós percorrer todos os Estados do Brasil, certo de que se fará comprehender perfeitamente, sem nenhuma difficuldade [...].

E porque não ha receio de estacionarmos no caminho da civilização, devemos ter por certo que augmentarão dia a dia as forças defensivas da unidade da nossa lingua. As correntes perturbadoras encontrarão, assim, resistencia cada vez mais efficaç. Embora continuem a influir, principalmente na massa dos illetrados, irão concorrendo sómente com expressões que logrem impor-se ao uso geral, consagrado pelos bons escritores.⁹

Dando sustentação a este posicionamento, havia, desde pelo menos a década de 1880, uma constante condenação da linguagem popular, dando-se especial atenção à corrupção que ela promovia na prosódia. Para estes autores, o “vulgo ignaro” nunca poderia controlar a língua e deveria ser corrigido. A partir de um certo momento, a ojeriza a esta corrupção levou a que as formas pelas quais ela se expressava fossem dissecadas, surgindo a figura dos “vícios de linguagem”, que incluíam solecismos,

cacofonias, gírias, regionalismos, entre outros.¹⁰ Muitas das características tinham sido ou eram classificadas como traços marcantes do brasileiro, mas sem a mesma carga negativa (ver capítulo 2). De qualquer forma, a irritação dos puristas dirigia-se não só contra as classes populares, mas também contra sua própria impotência.¹¹

A esta estigmatização da prosódia e de outras características da linguagem popular costumava-se contrapor uma elegia da linguagem das classes mais altas da sociedade, como neste exemplo do professor e pastor presbiteriano Antônio Trajano:

A entonação póde ser expressa em diversos graus de perfeição, desde o modo mais incorrecto e viciado pelo sotáque e outros defeitos da pronuncia até o modo mais correcto e natural que é quando a palavra sahe da bocca na sua mais perfeita limpidez sem affectação alguma. Este grau perfeito de entonação só póde ser notado nas pessoas illustradas que tem feito um estudo especial de nossa prosodia, e que falam com tanta correção e ao mesmo tempo com tanta naturalidade, que não se póde descobrir pela sua entonação se são do norte ou do sul, se do Brazil ou de Portugal. Mas desde que haja na palavra algum sotáque ou affectação que accuse o modo de falar de qualquer lugar, a entonação não tem chegado ainda á sua maxima limpidez nem está na condição de servir de modelo.¹²

Durante a reforma ortográfica de 1907, como já mostrei alhures, um dos problemas discutidos era: em se adotando uma ortografia fonética, qual a considerada padrão?¹³ Todos, reformistas e etimologistas respondiam que deveria ser a pronúncia dos homens cultos, divergindo apenas sobre onde ela estava (Portugal, Brasil, Lisboa, Coimbra, ou Rio de Janeiro?), havendo também os que acreditavam que ela era igual em toda parte.

Somente a partir da década de 1910 e, sobretudo na seguinte, alguns autores passaram a valorizar a forma de falar das classes populares, como João Ribeiro, que acreditava que a última palavra sobre o desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil estava com o povo, ou como o anarquista José Oiticica, que chegou mesmo a inverter os papéis, estudando os “vícios” da parcela culta da sociedade.¹⁴

Assim como na questão da língua brasileira, a dialetologia se inseriu num contexto intelectual mais amplo, em que ela era parte de uma descoberta de alteridades no seio da nação. Desde meados do século XIX a literatura se debateu com o problema da realidade lingüística conflitante com o ideal de pureza da língua portuguesa e com a noção de um dialeto nacional. O que se nota é que aos poucos foi surgindo na dialetologia e na literatura a fragmentação da linguagem: a do carioca, a dos escravos, a dos negros da cidade, a dos negros do interior, a dos caipiras e a dos imigrantes

portugueses. Esta descoberta guardou relações íntimas com o panorama mais amplo das idéias sobre a identidade nacional e com as mudanças nas relações sociais. Como e quando cada uma destas linguagens foi representada é o que passo a analisar.

COLOQUIALIDADE NAS “MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS”

Durante a maior parte do Império a representação das particularidades fonéticas, lexicais e sintáticas da variada população brasileira encontrou um forte empecilho na hegemonia exercida pelo indianismo, na ideologia da integração nacional sob o manto da sociedade branca, católica e de origem lusa, e na impossibilidade de se considerarem os escravos como parte do povo. Desta forma, um autor que se destaca pelo cuidado em registrar – ou criar a impressão disto – a linguagem cotidiana e as características da oralidade urbana foi Manuel Antônio de Almeida. Nas *Memórias de um sargento de milícias*, saído em folhetins entre 1852 e 1853, sendo publicada em livro nos dois anos seguintes, há a intenção da descrição do universo dos homens livres assalariados, agregados de famílias ricas, da baixa aristocracia e dos funcionários públicos de médio e baixo escalão do Rio de Janeiro da época da estadia de D. João VI na cidade. O romance descreve festas populares e religiosas, cantigas e modinhas, superstições e cerimônias religiosas afro-brasileiras, profissões formais e informais, sobretudo as ligadas ao policiamento da cidade e à medicina, curandeirismo e outras formas de cuidados com o corpo e a saúde, bem como vários hábitos de convivência social.

Antônio Cândido, no perspicaz e original ensaio *Dialética da malandragem* desvenda o mecanismo de funcionamento do texto.¹⁵ Basicamente, trataria-se, no nível mais superficial, da história de um malandro, o primeiro da literatura brasileira: Leonardo, um vadio que foge de qualquer trabalho remunerado como o diabo da cruz, tendo como único objetivo se divertir, o que o envolve em muitas confusões. Nas suas aventuras e desventuras, se revelam a cidade e uma miríade de personagens, desde a comadre (uma parteira), até o (padre) mestre-de-cerimônias; do padrinho (um barbeiro), até a dona de terras e viúva D. Maria; da extensa família de uma de suas amadas, a mulata Vidinha, até o implacável chefe das milícias, Major Vidigal, dentre tantos outros personagens. O notável é que, numa época em que os escravos, e, dentre estes, os

nascidos na África, eram a maioria da população, e que 15 mil nobres portugueses viviam numa cidade que até então tinha uma vida muito pacata, só haja figurantes destes estratos sociais. Por causa disto, Cândido descarta a feição de documento histórico do romance. Também por lhe faltar a orientação moralizante, não se trataria de um romance picaresco. As descrições de tipos e da cultura não comporiam, portanto, o nível organizador da trama. Estes seriam apenas um dos três veios condutores; os outros dois seriam os fatos narrados e as observações do narrador e do personagem. A verossimilhança da estória resultaria de uma visão profunda da sociedade, sobretudo da situação das camadas sociais espremidas entre os numerosos escravos e os poucos aristocratas. Tanto o romance quanto a sociedade descrita funcionavam segundo a dialética da ordem e da desordem, cujo centro se encontra na figura do malandro Leonardo. Em ambos há grande fluidez social, não há grandes transgressões que não possam ser perdoadas ou que não possam ter resultados positivos. Em ambos a autoridade é desafiada e vencida, ao mesmo tempo que persegue e também vence. Em suma: muitas vezes os papéis se invertem e os superiores se vêem impotentes e derrotados, e os desamparados e sem importância conseguem alcançar seus fins vencendo a vontade dos poderosos.

As *Memórias* atingiriam um grau inaudito de aguda percepção das condições sociais porque conseguiriam apresentar este movimento da sociedade sob fatos narrados baseados em peripécias inventivas e picarescas, sob o pano de fundo da simples exposição de usos e costumes, sob uma narração amoral e sob uma linguagem ágil. O narrador apresenta a mesma abertura dos personagens quanto à maleabilidade com que julga os atos e costumes, sem colocar padrões rígidos e claros que acarretem punições ou prêmios automáticos. Narrador e personagens despertam o mesmo grau de simpatia uns pelos outros e todos para o leitor. É como se o juízo crítico ficasse em suspenso, posto que o narrador retira de cena qualquer referencial para a apreciação de valores. Neste universo de acomodação e de penetração recíproca, a linguagem tenderia para o coloquialismo e para o ritmo popular, longe do estilo predominante de então.

O problema com a análise de Cândido é uma visão muito dicotômica e idílica tanto da sociedade quanto do resultado do livro (fora o anacronismo da noção de malandro em 1850). É preciso matizar esta falta de fronteiras, pois, como lembra o próprio Cândido, escravos e senhores habitavam o mesmo ambiente e suas posições,

funções e objetivos eram afirmados ou contestados cotidianamente. Havia barreiras, algumas muito rígidas, e elas cambiavam não porque a sociedade tanto colonial quanto imperial fosse por natureza complacente, mas por que cada uma delas e, dentro delas cada período, experimentou lutas que modificaram seus limites. Além disto, parece-me que há uma moralidade explícita que não foi devidamente explorada pelo notável crítico. Este afirma que por causa da perspectiva irônica e cética, Manuel Antônio de Almeida não expressaria uma visão da classe dominante, distinguindo-o dos autores da época. No entanto, os próprios elementos levantados acima e o resultado final da trama de Leonardo (que é perdoado por Vidigal, casa com a filha de D. Maria e se torna um sargento de milícias) apontam para um reforço da ordem. Afinal, embora muitas hierarquias tenham sido ridicularizadas ou relativizadas, isto não acaba com seus fundamentos nem as subvertem, pois a ausência de escravos e senhores retira as maiores tensões e limita os aspectos da desordem e a ação das forças de controle social. Leonardo, que representa um homem livre insubmisso, acaba cooptado e apadrinhado. O Major Vidigal continua temerário e vigilante, consegue sua antiga amante de volta e disciplina seu maior desafeto. D. Maria consegue manter sua fortuna, ameaçada pelo rival de Leonardo, José Manuel, que morre. Todos os outros personagens da mesma posição do vadio não têm nenhum ganho real, a não ser a satisfação de vê-lo subir seus degraus. De certa forma, os dois personagens mais bem situados são os que têm seus designos mais amplamente satisfeitos. A maneira pela qual a estória se resolve, em que a desordem se desfaz não pela punição, mas pela incorporação, é condicionada pelo escopo da narrativa. A grosso modo, as classes dominantes mantêm seu controle sobre os escravos e os homens livres dependentes mantêm sua relação de dependência para com elas, em troca da segurança de não serem submetidas ao tratamento dado àqueles postados na base da pirâmide social. A relativa aproximação entre o mundo dos situados no topo com o dos postados no meio da escala social – inclusive a permissão para que Leonardo ascenda socialmente – parece uma concessão que se insere na dinâmica que faz com que tudo permaneça igual.

A linguagem, que Cândido bem nota ser inovadora, também deve ser mais bem situada. É correto afirmar que é uma das coisas que mais dá sabor, verossimilhança e originalidade à narrativa das peripécias de Leonardo. A coloquialidade, a informalidade, as expressões típicas, o vocabulário cotidiano, os provérbios, as injúrias e os epítetos

populares são tratados como sendo um fundo comum dos cidadãos livres pobres e medianos da primeira metade do século. Com exceção dos momentos em que o narrador especifica que determinado termo ou expressão é típico da época de D. João VI, todo o resto passa como não tendo uma temporalidade muito fixa. Mas é preciso lembrar que também a linguagem está socialmente delimitada, pois exclui os dois extremos já aludidos. Daí ser ela uma inovação, mas não um rompimento com o padrão literário, pois é condizente tanto com o aspecto documental do nível mais superficial quanto com o princípio motor da obra. Manuel Antônio de Almeida não segue nenhum modelo dominante, muito menos se aproxima de elementos que pudessem se identificar com o falar ou a cultura dos africanos ou afro-descendentes. A mesma impressão de fidelidade com a dinâmica do mundo dos personagens é encontrada na linguagem, que se distingue da norma culta de então por fatores, que, a bem da verdade, não afetam a estrutura da língua (sintaxe, regência, concordância): exclamações, expressões metafóricas, injúrias e gírias – além da transcrição de versos e modinhas populares. A concatenação destes elementos num estilo e fraseado direto, irônico e sensual (no sentido de apelar para os sentidos dos leitores, como se eles estivessem no meio das conversas e sons da cidade), ajuda ao autor apresentar seu universo de ordem e desordem em constante conflito, mas sem nenhuma angústia ou instabilidade. Além disso há uma marca sutil que ajuda a obra a reforçar a estabilidade social sobre uma impressão de agitação, que vem a ser a distinção entre o discurso do narrador e o dos personagens. Este mantém seu controle sobre a linguagem. Embora irreverente, cuida em frisar que determinadas expressões eram populares no passado (“e babão, como se dizia naquele tempo”¹⁶), ou que são coloquiais no presente (“isto quer dizer, em linguagem chã e despida dos trejeitos da retórica, que ela era uma formidável namoradaira”¹⁷) ou ainda em itálico, mostrando ao leitor sua consciência de que se trata de termo vulgar (“achou-se de *esperanças*”¹⁸). É verdade que muitas vezes ele usa de gírias e locuções informais sem estes cuidados, fruto talvez de ter escrito o romance semanalmente para folhetins. Mas mesmo que conscientemente tenha deixado de lado estes pruridos, a impressão que fica é paralela ao sentido geral da obra: a autoridade (do narrador) prevalece, tanto por que tem uma consciência lingüística mais refinada do que a das personagens, como por que há um jogo entre ambos, em que o narrador é a ordem literária (que também transgride) e elas são a

desordem lingüística (que no fundo conformam e até recriam a língua). No cômputo geral, em um campo literário em que investidas assim eram raras, sua narrativa e diálogos correm ao natural, sem parecerem artificiais. Uma linguagem padrão é que seria algo a se estranhar.

Mas para não ficar apenas em comentários insossos, é tempo de mostrar mais claramente como as *Memórias* transmitem toda sua verossimilhança. Tendo em mente os elementos elencados acima, destaco alguns exemplos:

Em primeiro lugar, destaque-se a forma do narrador se referir aos personagens – que usam quase sempre *tu* ao conversarem. Tal qual num conto popular, muitos dos personagens centrais não possuem nome, sendo a “comadre” e o “padrinho” os principais. Ao lado deles, alguns tipos secundários, mas que aparecem em vários momentos da trama, possuem esta mesma indefinição, como o amigo de infância de Leonardo. Isso sem contar o mestre-de-cerimônias, o mestre-de-rezas, a cigana e outros mais.

Passando do narrador aos personagens, lembremos ainda da recorrência da exclamação “qual!” (equivalente ao nosso “não!”, ou “o quê?!”, de despeito, incredulidade ou espanto) no início de muitas frases, quando o usual eram os anódinos e teatrais “ah!” e “oh!”.

Mas o que mais chama a atenção são as dezenas (provavelmente mais de uma centena) de expressões coloquiais, gírias, injúrias e similares, cuja listagem demandaria um vocabulário à parte. Elas, obviamente, não são tomadas isoladamente, embora o seu avolumar nas *Memórias* acabe, com o passar da leitura, por perder seu efeito de choque sobre o leitor, para se amalgamar aos elementos narrativos mais tradicionais, dando ao texto aquela impressão de realidade que o tornou tão famoso. É difícil escolher um trecho que sintetize bem esta impressão, e os critérios que optei privilegiar foram o da densidade e o da maior integração entre norma culta e linguajar coloquial.

Neste primeiro caso está a conversa entre a comadre, as tias e a mãe de Vidinha (2ª parte, capítulo 11), que decidem com quem Leonardo – que fugira da casa do pai – iria morar. Diz a comadre:

- Rapaz dos trezentos demos, valham-te os serafins... tu tens nessa cabeça pedras em vez de miolos; o sol não cobre criatura mais renegada do que tu. És um vira-mundo; andas feito um valdevinos,

- sem eira nem beira nem ramo de figueira, sem ofício nem benefício, sendo pesado a todos nesta vida...
- Se é cá conosco que fala, acudiu uma das velhas, deixe-o estar donde está que está muito bem.
 - Qual! senhora, pois se vem levantar poeira na casa alheia! É um galo de brigas.¹⁹

No segundo caso está a descrição da vizinha do padrinho (1ª parte, capítulo 11), que implicava a todo instante com o Leonardo quando criança, por causa do que aprontava:

Era a tal vizinha uma dessas mulheres que se chamam de faca e calhau, valentona, presunçosa, e que se gabava de não ter papas na língua: era viúva, e importunava a todo o mundo com as virtudes do seu defunto. Serrazina e amiga de contrariar, não perdia ocasião de desmentir o vizinho em suas esperanças a respeito do afilhado, declarando que não lhe via jeito para coisa nenhuma, que não queria para coisa que lhe pertencesse o fim que ele havia de ter, e que quando ele crescesse o melhor remédio era dar-lhe com os ossos a bordo de um navio ou pôr-lhe o côvado e meio às costas. O barbeiro desesperava com isso; por muito tempo conseguiu conter-se, porém um dia não pôde mais, e disparatou com a sujeita.²⁰

A interpenetração do linguajar popular com a norma literária é mais evidente no narrador. Mas para não ficar a impressão de que ora Manuel Antônio de Almeida destaca a linguagem dos personagens, ora a incorpora ao narrador, em unidades estanques, destacarei um último exemplo, em que o que se nota é o equilíbrio entre narração e diálogos, numa fluidez entre os dois. Trata-se da briga entre o pai, Leonardo-Pataca, e a mãe, por causa das traições desta (1ª parte, cap. 2), e que acaba por jogar o herói no mundo:

À vista disto nada havia a duvidar: o pobre homem perdeu, como se costuma dizer, as estribeiras; ficou cego de ciúme. Largou apressado sobre um banco uns autos que trazia embaixo do braço, e endireitou para a Maria com os punhos cerrados.

- Grandessíssima!...

E a injúria que ia soltar era tão grande que o engasgou... e pôs-se a tremer com todo o corpo.

A Maria recuou dois passos e pôs-se em guarda, pois também não era das que se receavam com qualquer coisa.

- Tira-te lá, ó Leonardo!

- Não me chames mais pelo meu nome, não chames... que tranco-te essa boca a socos...

- Safe-se daí! Quem lhe mandou pôr-se aos namoricos comigo a bordo?²¹

Toda esta representação da linguagem popular se remete a camadas médias de homens e mulheres livres de uma cidade que convivia, ainda por cima, com várias línguas africanas, faladas abertamente nas ruas do Rio de Janeiro. Neste sentido, o romance define claramente o povo da cidade excluindo escravos e negros. Em 1850,

como se verá melhor mais adiante com José de Alencar, o problema de como se tematizar o povo, tendo em vista a presença maciça do elemento servil e de libertos, punha limites aos literatos. Os mais criativos, como Almeida, acabaram deslocando o foco, sem com isso abalar a ideologia dominante, apesar da ironia. Mas mesmo isso podia ser perturbador, pelo que só muitas décadas depois um interesse pelo popular e sua linguagem pôde encontrar campo onde prosperar.

As *Memórias de um sargento de milícias*, enfim, possuem um interesse lingüístico muito grande. Na parte a que me cabé, posso apenas lembrar que seria interessante uma compilação mais a fundo das gírias e expressões idiomáticas utilizadas. Deixando isto para outra ocasião, passo adiante para a próxima obra.

A VOZ DA CIDADE ENTRE 1890 E 1920

Devido não só à razão elencada acima, mas também ao indianismo, vozes de tipos como Leonardo ficaram caladas por muito tempo. O foco entre 1850 e 1890, na literatura, se voltou para a apropriação estética do tupi e para o problema da língua brasileira. Somente com o esgotamento do movimento a linguagem voltou a ser incorporada como elemento dramático caracterizador de personagens urbanos e de suas relações sociais.

Por volta de 1900 voltou-se a representar o registro da fala popular urbana. Aluísio Azevedo se destacou neste período, embora a distinção que trace não tenha contornos tão explícitos quanto outros autores a serem analisados neste capítulo. Em *O cortiço* (1890) encontra-se, apenas levemente, prosódias particulares, dando-se mais atenção ao vocabulário e aspectos comunicativos.

O romance trata da história de um cortiço, erguido pelo esforçado e ganancioso imigrante português João Romão, que explora seus moradores, os caixeiros de sua venda e Bertoleza, escrava fugida que ele toma também por amante. A estalagem aumenta, e a trama busca, no que se tornaria o modelo de um bom romance naturalista, mostrar com seus personagens o comportamento de vários tipos sociais, bem como encontrar as razões que explicam suas ações. Desta forma, há duas divisões principais – brasileiros e portugueses – e duas subdivisões – negros, mulatos e brancos de um lado, e imigrantes que prosperam e imigrantes que degeneram de outro. A rigor, Aluísio Azevedo não traça

muitas distinções de comportamento entre os brasileiros: são todos impulsivos, sexualmente bestializados, violentos e amantes de festas e de bebidas. Embora o narrador mostre maior preconceito para com negros e mestiços (a mulata Rita Baiana é “sensual” por natureza; a branca Pombinha se prostitui por viver em tão sórdido ambiente que a impele, para sobreviver, ao meretrício; o maior dos brigões é o capoeira negro Firmo) há um sentido geral de homogeneidade, uma vez que sua tese oscila entre mesológica (o que cria seres em vida tão abjeta é o meio) e racial (condições iniciais mais ou menos propícias). Assim, ao incansável e desonesto João Romão, que enriquece rápido, se opõe outro imigrante, o pedreiro Jerônimo, que de trabalhador correto, com família estável e futuro promissor, decai assim que chega ao cortiço e se apaixona por Rita Baiana, perdendo amor ao trabalho, ganhando amor à cachaça e tornando-se vingativo, até que abandona sua mulher. Ao mesmo tempo, o comerciante e proprietário português se mostra cruel, avaro e rude, não representando, exatamente, o melhor tipo da raça branca.

A linguagem segue com certo rigor a dicotomia básica: os brasileiros compartilham um modo de falar comum, marcado pelas interjeições constantes de um falar bruto e aos gritos, como se o próprio cortiço falasse por si só e com uma só voz. Nota-se também a inclusão de muitas palavras que se considerariam na época como não sendo de bom tom, além de provérbios e expressões idiomáticas populares. Há a clara intenção de retratar a linguagem popular do carioca. Já o narrador tem um papel onisciente realçado, como alguém que revela ao leitor um mundo estranho. O português culto típico da época só reforça sua posição.

Em um nível mais superficial é de se notar algo que já não era incomum: passagens “documentais” que retratam usos e costumes das classes populares, como aspectos do trabalho e das festas. O narrador então transcreve trechos (capítulo 3) do que seria o som ouvido, por exemplo, nas vendas coladas aos cortiços:

Ao balcão o Domingos e o Manuel não tinham mãos a medir com a criadagem da vizinhança; os embrulhos de papel amarelo sucediam-se, e o dinheiro pingava sem intermitência dentro da gaveta.

- Meio quilo de arroz!
- Um tostão de açúcar!
- Uma garrafa de vinagre!
- Dois martelos de vinho!
- Dois vinténs de fumo!
- Quatro de sabão!

E os gritos confundiam-se numa mistura de vozes de todos os tons.

Ouviam-se protestos entre os compradores:

- Me avie, seu Domingos! Eu deixei a comida no forno!
- Ó peste! dá cá as batatas, que eu tenho mais o que fazer!
- Seu Manuel, não me demore com esta manteiga!²²

Em vários capítulos impera esta impessoalidade, como se um povaréu inteiro falasse em uníssono, quase sempre aos berros e exaltada. É que para Aluísio Azevedo os moradores de cortiços são animais gregários, como uma malta ou rebanho, sempre prontos a se defender com unhas e dentes de uma agressão externa. Quando uma outra estalagem é aberta na mesma rua que a de João Romão, os moradores ficam alertas e nasce uma rivalidade que chega ao ponto de que cada um dos estabelecimentos hasteia em seu pátio uma bandeira, como se fossem grupos a demarcar seus territórios. Mas é mais significativo da forma como o narrador manipula a linguagem popular para ressaltar este espírito de bando o momento (cap. 9) em que uma das lavadeiras descobre que sua filha engravidou de um dos caixeiros de João Romão. Uma multidão, composta sobretudo pelas mulheres do lugar, vai exigir que o dito case com a menina. Ao receber a negativa, a mãe se indigna, atijando as outras, o que gera uma avalanche de expressões, de filosofia popular barata e ditados dignos de nota:

- Ah, sim?! Bradou esta. Pois veremos!
- E despejou da venda, gritando para todos:
- Sabe? O cara de nabo diz que não casa!
- Esta frase produziu o efeito de um grito de guerra entre as lavadeiras, que se reuniram de novo, agitadas por uma grande indignação.
- Como não casa?!...
 - Era só o que faltava!
 - Tinha graça!
 - Então mais ninguém pode contar com a honra de sua filha?
 - Se não queria casar pra que fez mal?
 - Quem não pode com o tempo não inventa modas!
 - Ou ele casa ou sai daqui com os ossos em sopa!
 - Quem não quer ser lobo não lhe vista a pele!²³

Como não poderia deixar de ser nesta população que passa quase todo o tempo a brigar, as injúrias, xingamentos e demais palavras de baixo calão se avolumam, como quando o ferreiro Bruno flagra a mulher, Leocádia, o traindo com o amante (cap. 8): este a chama de “vaca”, “biraia” (prostituta) e “galinha”, e ela retruca com “bêbedo”, “cornu” e “diabo do sem-préstimo”, mandando-o “à pata que o pôs”.²⁴

Quando o narrador quer dar uma idéia dos folguedos aos quais atendem os moradores do cortiço, vale-se de fados, canções sertanejas e de lundus.²⁵ E no resto dos diálogos pululam expressões distorcendo a norma culta, um vocabulário que uns chamariam de atentado à boa linguagem. Mas o que mais chama a atenção é o ritmo e a altura da voz que as reticências, pontos de exclamação e comentários do narrador se esmeram em descrever.

Para se ter uma idéia de como Aluísio Azevedo marca o linguajar coloquial popular, um bom trecho é o que descreve a atividade de Pombinha antes de se prostituir, quando escrevia cartas para os analfabetos do cortiço (cap. 6). É interessante notar que, a repetir o procedimento, o que é apresentado ao leitor é um modelo de carta, e não um ditado que tenha ocorrido em função da trama. Aquele que dita não é nem nomeado, seu monólogo alude a pessoas e fatos não citados no resto do romance. O personagem é apenas um tipo – pelo que pode o leitor tomar seu discurso como sendo também típico.

- Escreva lá, Nhan Pombinha! disse junto dela um cavouqueiro, coçando a cabeça; mas faça letra grande que é pra mulher entender! Diga-lhe que não lhe mando desta feita o dinheiro que me pediu, porque agora não o tenho e estou muito acossado de apertos; mas que lho prometo pro mês. Ela que se vá arranjan-do por lá, que eu cá sabe Deus como me coço; e que, se o Luís, o irmão, resolver de vir, que mo mande dizer com tempo, para ver se se lhe dá furo à vida por aqui; que isto de vir sem inda ter p'ronde, é fraco negócio, porque as coisas por cá não correm lá para que digamos!

E depois que a Pombinha escreveu, acrescentou:

- Que eu tenho sentido muito a sua falta dela; mas também sou o mesmo e não me meto em porcarias e relaxamentos; e que tenciono mandar buscá-la, logo que Deus me ajude, e a Virgem! Que ela não tem que se arreliar por mor do dinheiro não ir desta; que, como lá diz o outro: quando não há el-rei o perde! Ah! (ia esquecendo) quanto à Libânia, é tirar daí o juízo! Que a Libânia se atirou aos cães e faz hoje má vida na Rua de São Jorge; que se esqueça dela por vez e perca o amor às duas coroas que lhe emprestou!²⁶

É bem possível que Aluísio Azevedo estivesse tentando transcrever a linguagem de uma pessoa do interior, como se vê por algumas expressões normalmente associadas ao caipira ou sertanejo (“por mor”, “Virgem!”), mas a ausência de uma referência explícita deixa entendido que este linguajar já era comum de se ouvir no Rio de Janeiro, tornando-se mais uma feição daquilo que se chamava no tempo de língua do vulgo, do “Zé Povinho”.

Outros deste povo eram os portugueses. E se uma das divisões que o romance traçava era entre os imigrantes e os nacionais, nada mais condizente com uma obra tão

preocupada com o aspecto descritivo dos diálogos do que a inclusão de elementos lingüísticos que os identificavam. As características mais comuns dos personagens portugueses são duas: a ausência de algumas vogais e sílabas (“Jeromo”, “m’assustas”, “diz’-lo”, “stá bem”), locuções interjeitivas (“valha-me a Virgem”, “filhinho de Deus”, “mundo de Cristo”), e algumas outras expressões (“ó filha!”, “saber” no sentido de “ter gosto”).

O cortiço apresentava, portanto, um povo dividido em suas relações e em seus signos de identidade, mas unidos em algo mais essencial aos olhos do narrador: sua cultura abjeta, fruto da mistura racial que ocorria sob o teto daquele local. Escrito em um momento em que a mestiçagem era vista como a grande chave para o entendimento da realidade nacional, e como fardo da mesma, Aluísio Azevedo mostrava seus resultados: um povo embrutecido e vil. E, ao contrário da ideologia do branqueamento, popular no início do século XX, a relativa superioridade do imigrante lusitano – tipo que se adaptava logo aos trópicos, como testemunham o sucesso de João Romão e a vitória de Jerônimo sobre o mulato Firmo, que o mata e ganha dele a afeição de Rita Baiana – é apagada pela imoralidade de suas ações e adoção de parte da preguiça dos brasileiros. Talvez seja por tocar na corda sensível de um público letrado que partilhava desta idéia que o romance fez tanto sucesso. E daí resulta seu interesse em representar a linguagem pitoresca e errada de todos os tipos populares.

Já o irmão do romancista, Artur, deveu seu nome à maneira eficaz e direta com que suas peças e revistas de ano faziam humor com questões cotidianas. Grande parte desta eficácia se deveu à incorporação da linguagem coloquial, em oposição aos diálogos formais dos dramas importados ou nacionais. Além de falas curtas, as cançonetas que entremeavam as cenas de suas peças faziam rimas espirituosas, sem medo dos recursos que a língua oferece, com um vocabulário amplo, mas sem purismos, e com expressões e locuções usadas no dia-a-dia.

Esta abertura galhofeira, que não se media pelo apuro formal dos cânones literários, é levado ao máximo em uma de suas primeiras peças, escrita ainda quando adolescente e re-escrita na maturidade: “Amor por anexins”. Este “entreato cômico” em um ato ²⁷ explora as possibilidades de um único tipo simples e popular de expressão: os provérbios. Sobre um enredo inexpressivo e banal (uma jovem senhora pobre é assediada

por um velho viúvo e rico para que case com ela, o que ela recusa por preferir um marido jovem e gentil), o humor surge simplesmente do singelo fato de que o personagem masculino só consegue expressar suas idéias e intenções através dos tais anexins. Nas sete cenas que compõem a peça, contam-se dezenas deles.

Nas suas obras posteriores a linguagem coloquial continuou a tônica. Em *A Capital Federal* e *O badejo*, por exemplo, contam-se vários xingamentos e similares, como “babão”, “imbecil”, “ora, vá se catar”, “ora, não amola”, “pedaço d’asno”, “ora, vá pentear macacos”, “vá para o diabo”, e “idiota”.²⁸ Há uma profusão de expressões idiomáticas e gírias, como na cena de *A Capital Federal*, de 1897, em que uma multidão reclama em coro das extorsões aplicadas por uma imobiliária (ato I, quadro II, cena I):

Que ladroeira!
 Que maroteira!
 Que bandalheira!
 Pasmado estou!
 Viu toda a gente
 Que o tal agente
 Cínicamente
 Nos enganou!²⁹

Também os diálogos exibiam este apelo, numa fluidez que facilitava o desenvolvimento do enredo (do qual falaremos mais à frente), dando verossimilhança aos personagens e à ambientação urbana. Numa peça que tinha como um dos personagens a própria cidade do Rio de Janeiro, com seu perfil de metrópole cuja vida era regida pela malandragem, pela desconfiança, pela busca do lucro fácil, pela mundanidade e pelas grandes opções de divertimento, nada melhor do que conversas do tipo da *cocotte* Lola, que pergunta ao *playboy* apaixonado pelas mulatas Figueiredo se ele sabe onde está o amante, o viciado em jogo Gouveia (ato II, quadro V, cena III):

- Nunca o vi mais gordo!
- Que pena! Supus que o conhecesse.
- Pode ser que o conheça de vista, mas não ligo o nome à pessoa.
- Tenho-o procurado inúmeras vezes no hotel!... e não há meio! Não está! Saiu! Há três dias não aparece cá! Um inferno!...
- Continua a amá-lo?
- Sim, continuo, porque a primeira dúzia [dos números da roleta], pelo menos até a última vez que lhe falei, não tinha ainda falhado; mas como não o vejo há muitos dias, receio que a sorte finalmente se cansasse.
- Então o seu amor regula-se pelos caprichos da bola da roleta?

- É como diz! Ah! Eu cá sou franca!³⁰

Artur Azevedo apresentava as classes médias cariocas, de forma satírica, mas não condenatória. O contraste com o irmão mostra a ausência de negros, mulatos, e homens e mulheres pobres em geral. Desta forma, o popular que apresenta é menos angustiante e mais leve, tal como a linguagem divertida de seus personagens. O problema da mestiçagem ou de classes populares ameaçadoras não se põe, o que encontra um paralelo nesta visão irreverente do falar carioca.

O recurso ao vocabulário usual urbano foi um recurso que outros gêneros literários também teriam. à sua disposição dali em diante, mas que seriam pouco utilizados. Talvez Lima Barreto seja o que mais se valeu do recurso. Como trataremos de um romance seu em especial mais adiante, e como sua obra como um todo dá abrigo à linguagem popular, valerei-me apenas de um exemplo já do final da sua vida. O conto “Coisas de mafuá”, do livro *Marginália*, de 1921, é composto de um diálogo entre dois homens cuja cor da pele ou condição social não nos é fornecida, mas que, pelo teor da conversa, suspeita-se serem de baixa classe média. Embora usem de “qual!”, interjeição que veremos apontar ao longe deste capítulo na boca dos mais variados personagens, o que os distingue é um certo recurso às gírias, como “mafuá” (feira ou, no caso, quermesse), “cobres” (dinheiro), “xadrez” (prisão), “urucubaca”, “coisa à toa”, “fazer um lelé” (fazer um “escarcéu”) e “canao” (patrulha).³¹

As expressões populares ganhavam com isso o “direito de cidade” de que falou Machado de Assis? Para uma parte dos literatos, sim. Mas para outros segmentos ela ainda suscitava um misto de atração e repulsa que, junto com o purismo de outra parcela dos escritores, ajudou a manter sua imagem como o de algo marginal, compartimentado, exótico e limitado à linguagem oral. Controlado, portanto – tal como se desejava que as próprias classes populares permanecessem.³²

CALÃO E GÍRIA: LINGUAGENS MARGINAIS NO RIO DE JANEIRO

A passagem do século XIX para o XX não romperá totalmente com o incômodo causado pela representação do linguajar específico dos afro-decendentes, mas aboliu o

quase absoluto silêncio sobre o falar urbano. Revistas de variedades começaram a estampar um novo vocabulário em suas sátiras políticas e em suas charges sobre os acontecimentos do dia-a-dia. O tabu de que este vocabulário não podia ser incorporado à língua culta foi solapado ainda por autores como os irmãos Azevedo, Lima Barreto e outros. Mas, como vimos, também surgiu por essa época, um preciosismo vocabular que marcou uma vertente do realismo, como se vê em alguns romances de Coelho Neto e de Gonzaga Duque e em parte da poesia parnasiana de Olavo Bilac e Alberto de Oliveira. A dualidade dessas abordagens será de tal monta que o mesmo Coelho Neto também valorizou as gírias em alguns momentos, provavelmente para submetê-las ao princípio numérico de seu preciosismo; ou seja, quanto mais palavras, maior possibilidades de escolha e de criação semântica.

A originalidade ocorrida foi o súbito interesse pelos falares urbanos por parte de pessoas alheias ao universo literário. Tal como outros elementos da cultura popular, as chamadas “gírias”, quase sempre do Rio de Janeiro, foram, de repente, motivo de estudos detalhados, embora sem método ou domínio das técnicas dialetológicas. Nem filólogos, nem literatos; este foi um movimento envolvendo policiais ou outros membros da segurança pública. Como se inseriam no contexto carioca de “Regeneração” da Capital Federal, com sua perseguição aos capoeiras, sua higienização e destruição de alguns espaços populares (quase sempre identificados como sinônimos de locais de vadiagem, de vício, de doenças e de crimes) e sua europeização, estas coletas de palavras usadas no submundo carioca visavam instruir o aparelho policial, agentes da administração pública e até mesmo a população a identificar um inimigo, bem como registrar um mundo que otimisticamente se achava em vias de extinção. Isto talvez explique porque tais obras e o vocabulário registrado, embora extremamente ricos, tenham sido quase que completamente ignoradas por filólogos, lexicógrafos e escritores em geral. Tratando-se de uma linguagem estigmatizada, ainda por cima sem futuro digno, sem influência sobre a língua portuguesa, por que se importar com ela?

O primeiro a atinar para a importância deste registro foi o delegado de polícia Vicente Reis. Em apenas três anos na função, orgulhava-se de ter conseguido a antipatia de vagabundos, ladrões e outros desordeiros. Seu volumoso *Os ladrões no Rio*, de 1903,³³ é um rico exemplo do trabalho da polícia que se tentava formar na capital naquele

início de século, depois do trabalho de Sampaio Ferraz contra os capoeiras, e da polícia dos primeiros anos da República, envolvida também na repressão política. Este novo período testemunhou a tentativa de criação de uma polícia científica, nos moldes lombrosianos, não só afeita à repressão ao crime, mas também ao estudo dos criminosos, com vista a antecipar suas ações. Acreditava-se que se tratava de uma patologia social, sendo o criminoso um doente incurável, posto que tinha a propensão ao crime inculcada em sua formação física e psicológica. Somente estudando seus hábitos (formas de sociabilidade e de atuação) e suas características físicas seria possível classificar os “doentes” e se antecipar à sua ação.

O livro de Vicente Reis surge em plena recepção destas idéias vindas da Europa, que se aliaram no Brasil à noção de classes perigosas, noção desenvolvida com o fim da escravidão e a necessidade de controle de uma força de trabalho não mais submetida ao poder privado dos senhores. Em uma cidade que crescia rapidamente, com uma população etnicamente misturada, passou-se a aproximar classes populares de classes perigosas. Havia, portanto, a necessidade do conhecimento da vida e das feições dos criminosos, para, ao se olhar para a população pobre em geral se identificar com antecedência quem iria transgredir a lei e quem não iria. Neste sentido, se desenvolveria uma espécie de antropologia criminal que misturava registro lingüístico, exames craniométricos, etnografia física e cultural, romance de costumes, folclore e biografia.³⁴

O registro lingüístico é encontrado nos três itens finais: “A gíria”, “Conversa entre ladrões” e “Tradução”. Apesar de não ser filólogo ou folclorista, Reis parece ter tido um agudo senso expositivo, que, lamentavelmente, não explorou mais a fundo. No primeiro dessa série de itens, é apresentada uma lista de 222 gírias usadas pelos “rapinantes” cariocas, com o respectivo significado (ver *Anexo 2*). No seguinte, de apenas um parágrafo, ele transcreve a narração de um golpe por um ladrão. No último, vem a tradução em linguagem corrente. O leitor, assim, passa por três níveis: o dos signos-significados; o da enunciação; e o do esclarecimento, que dá lógica aos dois anteriores e lhe permite ver como a linguagem dos ladrões lhe é alheia – e, portanto, preocupante.

O espaço dedicado ao tema por Vicente Reis não ocupou mais do que uma dezena de páginas. Parece, portanto, que a “gíria” foi somente pressentida como algo interessante. Mas sua recorrência dali em diante em outros autores revela que surgia uma

viva inquietação, como que uma descoberta que transcendia os limites da mera identificação de vagabundos e ladrões.

Poucos anos depois aparecia um pequeno livro nos mesmos moldes de Ernesto Senna, jornalista que percebeu que os temas envolvendo o submundo carioca começavam a atrair o público, o que se vê no sucesso de João do Rio com *As religiões do Rio* (1904) e *A alma encantadora das ruas* (1908). Há no seu *Casa de detenção* um fôlego descritivo mais curto e menor rigor por detalhes. O número de gírias é menor: por volta de cem. Esta imprecisão se deve a um olhar mais acurado, que, no entanto, se submete a um tratamento descuidado, ou à dificuldade – ou talvez preconceito – de Senna penetrar no universo dos marginais que quer descrever. Na abertura da obra, transcrição de um artigo no *Jornal do Comércio* sobre os “pivetes” cariocas, há uma lista do “calão” usado por eles. São 33 termos ou expressões. Ao final do livro, há outra lista, desta vez com 93 verbetes, da gíria de “ladrões, gatunos e pivetes (menores gatunos e auxiliares de ladrões)”.³⁵ O problema, digamos assim, está nesta segunda lista, não na primeira, pois se trata da transcrição de um trabalho anterior, possivelmente incompleto. É que, como se vê no Anexo 2, onze verbetes dos pivetes não estão catalogados na lista geral (*achacador de otário; a la gorda; amarra; autópsia; escrunchante; está micho; irmão da opa; lunfa; majorengo mór; meter a lança; vento*). Além disso, há duas outras incongruências que o autor não soube ou não quis esclarecer: sete termos possuem explicação totalmente ou levemente distintas (*afanar; afanado; esparra; fuma; guela; otário; punguista*), e três estão grafados de forma distinta ou são tomados em expressões diferentes em cada lista (*Chafa-Chafra; Espiantar-Espiantar-se; Marroca-Maróca*). Somam-se ainda alguns casos especiais. Está registrado na lista dos pivetes que *diancú* é o dono de estabelecimento comercial que observa o movimento, ou seja, está atento ao que se passa em sua loja; mas na lista seguinte aparece com outra grafia (*diancum*), e significando um sinal que se faz quando se aproxima um policial – um alerta, enfim. No mesmo caso se encontra *esparro-esbarro*, *manjar o tempo-manja o tempo* e *levar o toco-toco*, como se vê no Anexo 2. Devo ressaltar, por fim, o caso de *micho*, que para os pivetes significaria “prata ou latão”, e para os criminosos, “ladrão sem dinheiro”. Ocorre que a expressão *está micho* só é identificada entre os menores infratores, e significaria a situação de “quando não se encontra dinheiro”. Como Vicente Reis registra *micho* isoladamente,

significando “sem vintém”, podemos concluir que a hipótese mais provável é que o que havia era uma expressão como “fulano é um micho”, ou “fulano anda micho”, ou ainda “fulano está micho”, significando que alguém é um *pé-rapado* (para ficar no terreno das gírias) ou anda sem dinheiro. *O micho* não significaria nada, e *micho*, sem artigo, poderia indicar um objeto de prata ou latão (talvez até dinheiro), objeto de pouco ou nenhum valor, termo usado exclusivamente pelos pivetes do Rio de Janeiro.

Encontra-se nas listas de Reis e Senna (bem como na de Elísio de Carvalho, que não é acompanhada de comentários ³⁶) uma mistura de desinformação sob a capa de conhecimento profundo da gíria da marginalidade, confusões advindas de uma revisão mal feita ou desatenciosa e elementos interessantes para uma história social da linguagem mais aprofundada do Rio de Janeiro da *Belle Époque*, algo que aqui tenho condições de apenas esboçar. Entre outras coisas, é possível perceber a circularidade do vocabulário, com palavras de cunho literário ou pouco usuais, ou ao menos assim assemelhadas na sua morfologia, como *interlineado* e *picardia*. Percebe-se isto ainda pelo uso de gírias em espanhol, vindas provavelmente de Buenos Aires, como *lunfardo*, *ventana* e *guita*. É possível encontrar também termos não exclusivos aos criminosos cariocas. Em 1912 a revista de notícias e de humor *A Lanceta*, de Fortaleza, estampou, sob a rubrica de “Curiosidades”, um singular vocabulário de gírias de gatunos da cidade. ³⁷ Entre 87 verbetes, encontram-se vários usados também no Rio de Janeiro, como *afanar* (furtar), *bacano* (pessoa endinheirada), e outros (ver *Anexo 2*).

De qualquer forma, notam-se algumas características desta descoberta do linguajar peculiar dos ladrões da cidade. Em primeiro lugar: ela não se confunde com a da população em geral. Em segundo lugar, é possível notarmos que a semântica dos “gatunos” contaminou, por assim dizer, o trabalho dos autores. Uma vez que eles não eram lexicógrafos, que se confrontaram com um vocabulário novo, ágil, difícil de registrar e pela primeira vez explorado (portanto sem exemplos anteriores aos quais se reportar para métodos e confirmações), deram vazão a um registro também ágil, sintético, alusivo, metafórico e coloquial das gírias coletadas. Desta forma, a estigmatização inerente ao fato de se tratar de termos próprios de uma camada marginal e perigosa se diluía sob este aspecto pitoresco. Eis alguns exemplos: *adoquim* é “esquina perto de parada de rodante”. Ora, *rodante* significa “carro”. Vicente Reis incorporava numa

explicação uma outra gíria, criando um discurso metalingüístico que jogava o leitor dentro do falar dos gatunos. ³⁸ *Acampantar* é para Senna o ato de estudar uma possível vítima. Para Reis é seguir alguém de perto. Devido ao grupo que usa esta gíria e à obra em que está inserida, se vê que aquilo que poderia em um dicionário geral da língua se tornar uma profunda diferença semântica, se dilui nas páginas das duas obras: Reis estava indicando o mesmo significado que Senna, apenas foi alusivo. ³⁹

Em último lugar, é possível traçar uma breve história do significado social dos termos “gíria” e “calão” no Brasil das duas primeiras décadas do século. Como vimos, Reis utiliza-se apenas de “gíria”, mas Senna não. Ele é até mesmo redundante: fala em “calão especial”, em “curiosa gíria” e “uma algaravia ou gíria”. ⁴⁰ O primeiro termo vem de *caló*, palavra em romani, a língua dos ciganos, povo originário da Índia. Mas ao chegar à Europa já haveria três variantes desta língua ancestral e *caló* passou a se referir ao idioma falado na península ibérica, onde os ciganos chegaram por volta do início do século XV. De uma maneira geral, o *caló* mantém sob uma estrutura espanhola ou portuguesa um vocabulário romani, em muitos aspectos parecido ao sânscrito, ou um vocabulário misto. ⁴¹ Desde cedo, o idioma foi estigmatizado junto com seu povo. Daí que “calão” tenha passado a servir para designar um linguajar impenetrável, quase secreto, restrito a um grupo marginalizado, ou que se marginaliza da sociedade. Francisco Adolfo Coelho, o pioneiro dos estudos sobre o *caló* tem uma atitude sintomática deste deslize semântico, que passou ao Brasil. Em *Os ciganos de Portugal*, de 1892, mas que congrega estudos publicados desde o início dos anos 80, ele inicia tratando da “língua dos ciganos”, mas logo passa a se referir ao “dialecto rumaño”. ⁴² Ao notar, contudo, a penetração de elementos castelhanos e portugueses na língua, e levando em conta a forma discriminatória com que foram tratados na península, ele logo adota a seguinte definição:

Calão, gira, gíria ou geringonça são os termos com que em português se designa o vocabulário especial dos criminosos de profissão, fadistas, contrabandistas, garotos e outra gente de hábitos duvidosos, que por aquelle meio buscam não se entendidos da sociedade geral. Por extensão dão-se ainda aquelles mesmos nomes à terminologia especial de uma classe, de uma profissão licita, e sobretudo ao conjuncto de termos particulares, muitas vezes de caracter comico, que usam certos grupos sociaes, como os estudantes, os actores, os pintores, os pedreiros, os typographos, os soldados. ⁴³

Adolfo Coelho se vê livre para chamar de “gíria” às línguas ciganas da Índia e Europa. E, bastante significativo para nós, critica um artigo publicado dois anos antes na

Revista de Portugal por tratar como gírias palavras que ele definiria como sendo tão somente populares. É que termos de gíria podem acabar caindo no uso popular, bem como termos populares podem ser pescados na boca dos falantes de alguma gíria e serem tomados erroneamente como palavras do seu calão.⁴⁴

Gíria e calão equivaliam-se nesta virada do século, mas no Brasil ainda não eram usadas para qualquer “classe” ou “profissão licita”. Ficaram restritos ao submundo. Gíria logo iria se sobrepor a calão no uso popular, mantendo a idéia de vocabulário semi-secreto de certos grupos. Calão perdeu este sentido, bem como o étnico e sociológico, mantendo apenas o significado pejorativo, de expressão grosseira.⁴⁵

A expressão “gíria de gatunos” começou a circular, a impressão de que era equivalente à “gíria de malandros” e que ambas estavam misturadas à linguagem popular logo surgiria. Em um meio que via a população pobre como sinônimo de quebra da ordem a definição mais restrita dos estudiosos como Coelho, Senna, Reis e Carvalho, se alargou. Um testemunho é o da revista *A Lanceta* que, na mesma época em que tratava do linguajar dos ladrões de Fortaleza, listava também um “Glossário cearense” de “expressões, corruptela, gíria e tupi; acepções e frases populares”⁴⁶, numa clara mistura de algo que os coletores do Rio de Janeiro não classificavam homogeneamente. Ainda.

Isto só ocorreria efetivamente na década de 20, como se vê no abrigo a esta mistura dado pelo caricaturista e professor da Faculdade de Direito, da Escola Nacional de Belas Artes e do Liceu de Artes e Ofícios, Raul Pederneiras. Seu *Geringonça carioca* se valia de uma palavra pouco usada⁴⁷ para tratar da linguagem popular do Rio de Janeiro. O subtítulo fazia ainda uma segunda aproximação: *Verbetes para um dicionário da gíria*. Nada mais de um gíria deste ou daquele grupo; tratava-se “da gíria”, singular e ampla. O prefácio deixava tudo bem claro:

a *geringonça*, a *lingua verde*, o *patuá*, ou que melhor nome tenha, designa expressivamente o calão dos malfeitores, da vadiagem, da escoria, que o fallar commum pouco a pouco adopta, por sua excentricidade ou por sua novidade [...]. Metaphorica, imaginosa aqui, brutalmente estúpida allí, a gíria provoca a atenção dos amadores das excentricidades dos idiomas, porque, muitas vezes generalizada pela frequente publicidade, a geringonça perde o character de classe e de integra no fallar commum do povo inculto.

Sua obra tratava, portanto, de testemunhar um momento peculiar: o da incorporação final das gírias ao falar do povo, com a curiosa característica de que este falar se transformava em gíria.

A geringonça carioca nasceu do vulgo híbrido, da mestiçagem que formou a nacionalidade. A primeira a destacar-se foi a do capoeira, essa entidade que teve fóros de instituição, esse exercício que alcançou as principais camadas da sociedade. A vida quasi em *commum* dos politiqueros demagogos de antanho com os capoeiras estabeleceu uma permuta de vocabulos; lugares *communis* [...] eram adoptadas ou adaptadas pelos *capadocios* [capoeiras], os tropos da rhetorica dos paes da patria transferiam-se para o vocabulario dos pernesticos guarda-costas. Assim se explica o genero rebuscado que floresceu na linguagem dos *guayamús* e *nagôas* [maltas de capoeiras da virada do século], assim se justifica a entrada dos termos *capadocios* no campo do *fallar commum*.⁴⁸

Enfim, seu dicionário continha palavras dos capoeiras, dos ciganos, dos ladrões e de uso popular, sendo importante por fornecer elementos para o entendimento de como se formava este vocabulário. “Estudal-os não é consagra-os, é pesquisar as causas das linguagens diferenciadas”.⁴⁹

Por volta do mesmo ano o professor Antenor Nascentes estudava numa de suas primeiras obras, o que havia de comum entre elas. Em *O linguajar carioca em 1922*, o filólogo buscava retirar a linguagem popular da compreensão de que era feita por um emaranhado de gírias. Ela era, na realidade, uma variante de um grande dialeto brasileiro, como vimos. Apesar disto, ele adotava um dos pressupostos dos estudiosos ou interessados nas gírias, o de que ela se mantinha em um nível abaixo da norma gramatical.

Pouco nos interessa a lingua das classes cultas, primeiro porque é correcta, segundo porque lhe falta a naturalidade, a espontaneidade da língua popular. Iremos ver os êrros, tentar explicar a razão de ser deles, do mesmo modo por que o médico estuda a etiologia das moléstias. Não os apadrinharemos embora reconheçamos que, por maior que seja a campanha contra o analfabetismo muitos deles hão de implantar-se na linguagem culta futura, como nos ensina a história da filologia.⁵⁰

Embora referindo-se à visão mais esclarecida de Adolfo Coelho, a imagem da linguagem popular ainda se filia a uma noção hierárquica que contrasta com seu otimismo quanto à vitória de um dialeto brasileiro. De qualquer forma, sua abordagem diferia de outras por não cair na questão das gírias. No vocabulário ao fim do volume, composto de por volta de oito centenas de palavras, Nascentes procurava ressaltar o “cosmopolitismo” do carioca, que exportava e incorporava muitas palavras.⁵¹

O ÁFRICO-PORTUGUÊS DE JOSÉ DE ALENCAR

É tempo agora de voltarmos no tempo para examinarmos um tema já citado em algumas obras analisadas, mas que foi não aprofundado nelas. Pouco tempo após o romance sobre as peripécias do malandro Leonardo, José de Alencar desceu a escala social e revelou marcas étnicas nas diferenças lingüísticas. Ele representou a fala de negros em duas peças que tratavam do tema da escravidão urbana: *O demônio familiar*, de 1857, e em *Mãe*, de 1860.

O teatro era um importante veículo em que se problematizaria a linguagem de negros e de escravos. Esta característica já foi notada por Míriam Mendes, que estudou os personagens negros em peças do século XIX e concluiu que muito cuidado era tomado na hora de dar a palavra a eles. Com a exceção de José de Alencar, e de J. P. da Costa Lima (*Os pupilos do escravo*, de 1870), os teatrólogos optavam por fornecer aos afro-brasileiros uma linguagem correta do ponto de vista da norma culta. Nos dramas, isso se deveria à seriedade dos temas – os erros e a pronúncia etnicamente marcadas poderiam causar riso. Este cuidado se refletia também nas comédias. De uma maneira geral, Mendes argumenta que o recurso à linguagem estropiada podia causar desconforto, mas ele não explica por que, aludindo vagamente aos preconceitos de cor e de origem social (escravidão).⁵² Uma resposta mais convincente é sugerida por Sílvia Souza, que mostra como um dos preceitos básicos do teatro de meados do século era o da propriedade e cuidado com os bons costumes.⁵³ Tendo uma indisfarçável tendência pedagógica, a norma mandava que tema, linguagem, vestuário e outros componentes das montagens das peças respeitassem a religião, a moral e tivessem caráter nacionalista. É bem verdade que a forma de se interpretar estas regras, bem como a rejeição a elas, também eram comuns. Mas para controlar os descuidados, os inconformados ou os inovadores, havia órgãos de censura atentos e com o poder de barrar a encenação de textos considerados afrontosos. Por fim, deve-se lembrar o problema, já aludido acima, de como representar artisticamente o povo em uma sociedade escravista, o que levava quase sempre à simples omissão dos escravos e ao escamoteamento do problema.

José de Alencar, contudo, conseguiu flexibilizar estas normas, que, de resto, seguia como poucos. Em *O demônio familiar* há todo um jogo lingüístico que cumpre, ao

menos, três funções: define o caráter dos personagens; é um esboço das teorias sobre a língua nacional defendidas mais consistentemente anos mais tarde (como vimos no capítulo 2); e sustenta uma tese moralizante, ideologicamente comprometida com a hierarquia social e o poder dos senhores de escravos.

A peça narra as aventuras amorosas entre o recém doutorado Eduardo e Henriqueta numa chácara de classe média do Rio de Janeiro, em que vivem D. Maria, seus três filhos – Eduardo (o chefe da família), a jovem Carlotinha e o caçula Jorge – e o escravo Pedro. O filho mais velho ama a empobrecida Henriqueta, amiga de infância da irmã de Eduardo. Esta irmã, por sua vez, ama o rico Alfredo. Mas estes pares se desfazem sob a manipulação do engenhoso, envolvente, insinuante, atrevido e infantil servo, pois este tenta a todo custo realizar seu maior sonho: se tornar cocheiro, vestir sobrecasaca de veludo e botas inglesas, servindo a um senhor rico. Para conseguir realizar isso, Pedro troca cartas, inventa confidências mentirosas e se faz de ingênuo, numa série de artimanhas cômicas que embaralham os pares amorosos. Desta forma, ele convence Henriqueta que Eduardo não a ama mais, o que a leva, desiludida e desamparada, a aceitar o pedido de casamento do esnobe e fútil Azevedo, amigo de Eduardo, de família de donos de terras e enfastiado com as coisas do Brasil, pelo que só sonha com seus bons tempos de vida mundana em Paris. Ao mesmo tempo, enviando as cartas dirigidas a Henriqueta para uma vizinha viúva e rica, Pedro consegue criar uma pretendente para seu dono. O escravo também tenta incentivar o amor de Carlotinha e Alfredo, posto que esta é muito tímida e não deixa campo para as investidas do amante. Por que Pedro faz isso? Porque crê que, com um ou outro casamento, morará num palacete e terá vários tálburis para dirigir. Mas o plano é descoberto, não a tempo de evitar o noivado entre Azevedo e Henriqueta. Eduardo se apressa a desfaze-lo, tentando desinteressar a amada aos olhos do concorrente. Mas Pedro intervém com suas diabruras e ataca em outra frente, fazendo Alfredo crer que Carlotinha e Azevedo se amavam. O próprio Azevedo é enganado, acreditando no amor da irmã do amigo. Ao final, tudo é descoberto e os pares Eduardo-Henriqueta e Carlotinha-Alfredo se reconciliam.

Um dos principais recursos de Alencar para construir os personagens é a linguagem. De um lado, temos as famílias médias brasileiras (a de D. Maria e a de Henriqueta), com seu perfeito português, mas com várias coloquialidades, como o uso

amplo de *você*, *nhanhã*, e *mano* (por irmão). De outro lado, temos as falas insinuantes, peraltas, gracejadoras e infantis de Pedro, que, mais tardiamente, Alencar definiu como “linguagem pitoresca”, cópia da real, e que teria a ver com sua pouca (e indefinida) idade.⁵⁴ É verdade que o irmão mais jovem de Carlotinha e Eduardo, Jorge, fala parecido com Pedro, mas suas intervenções são poucas para uma comparação, sendo que também não há outros personagens escravos para julgarmos se este fator era preponderante. O que fica é o efeito contrastante com as falas dos personagens livres ou senhoriais. Uma vez que Alencar difere da oralidade e se atém à norma culta lusitanizada no que se refere à colocação pronominal (ênclise) e que outras formas de se expressar tipicamente brasileiras são mais raras de serem apreendidas em um exemplo, pois os poucos termos que a identificam estão espalhados, vou me ater apenas à fala de Pedro, que cria um contraponto nítido com a dos outros personagens.

Iniciemos com um diálogo do primeiro ato (cena VI) em que Pedro tenta convencer Carlotinha a responder às cartas do namorado, algo que ela julga inapropriado a uma jovem de família.

- Mas *nhanhã* precisa casar! Com um moço rico como Sr. Alfredo, que ponha *nhanhã* mesmo no tom, fazendo figuração. *Nhanhã* há de ter uma casa grande, grande, com jardim na frente, moleque de gesso no telhado; quatro carros na cocheira; duas parelhas, e Pedro cocheiro de *nhanhã*,
- Mas tu não és meu, és de *mano* Eduardo.
- Não faz mal; *nhanhã* fica rica, compra Pedro; manda fazer para ele sobrecasaca preta à inglesa: bota de canhão até aqui (*marca o joelho*); chapéu de castor; tope de *sinhá*, tope azul no ombro. E Pedro só, trás, zaz, zaz! E moleque da rua dizendo “Eh! Cocheiro de *sinhá* D. Carlotinha!”
- Cuida no que tens que fazer, Pedro. Teu *senhor* não tarda.
- É já; não custa! Meio-dia, *nhanhã* vai passear na Rua do Ouvidor, no braço do marido. Chapeuzinho aqui na nuca, peitinho estufado, tundá arrastando só! Assim, moça bonita! Quebrando debaixo da seda, e a saia fazendo *xô, xô, xô!* Moço, rapaz deputado, tudo na casa do Desmarais de luneta no olho: “Oh! Que paixão...” o outro já: “V. Ex.a passa bem?” E aquele homem que escreve no jornal tomando nota para meter *nhanhã* no folhetim.
- Oh! Meu Deus! Que moleque falador! Não te calarás? (*lê*)
- Quando é de tarde, carro na porta; parelha de cavalos brancos, fogosos; Pedro na boléia, direitinho, chapéu de lado, só tenteando as rédeas. *Nhanhã* entra; vestido toma o carro todo, corpinho reclinado embalançando: “Botafogo!” Pedro puxou as rédeas; chicote estalou; tá, tá, tá; cavalo, toc, toc, toc; carro trrr!... Gente toda na janela perguntando: “Quem é? Quem é?” – “D. Carlotinha...” Bonito carro! Cocheiro bom!... E Pedro só deitando na poeira nos olhos de boleeiro de aluguel.⁵⁵

Linguagem infantilizada, telegráfica, aos saltos, parece que Pedro não domina as normas de sintaxe, intercalando frases e orações num *moto continuo* estafante. Sua prolixidade contrasta com seu domínio restrito do idioma português, o que realça o efeito

cômico. Repare-se, por exemplo, a quase ausência de artigos e da partícula *e* ou qualquer outro elemento de ligação que dê pausa ou diferentes andamentos ao discurso. Repare-se também no recurso constante à terceira pessoa no tratamento a si próprio, em vez do pronome *eu*, no recurso às onomatopéias, bem como no uso irregular dos tempos verbais, com a preferência para o presente do indicativo mesmo quando se trata do futuro ou do condicional. Além disso, outros erros são apresentados, como “tudo”, em vez de “todos” (“tudo na casa do Desmarais...”). Por fim, o uso da marca registrada dos criados de casa na referência a seus senhores, no caso, a sua jovem senhora: “*nhanhã*”. Em outras passagens, Pedro usa ainda de muitas frases metafóricas e interjeições tipicamente coloquiais, como “qual!”, “hum!”, “hô!”, bem diferente dos *ah/s* e *oh/s* dos personagens livres e brancos.

A linguagem de Pedro é um hábil instrumento para Alencar defender teses caras a si: a dos bons costumes na vida familiar e o da reforma da escravidão com a manutenção do poder senhorial. Na concepção tutelar das classes dominantes, a escravidão deveria ser controlada por quem de direito e educação controlava a família, que, por ser a base da sociedade, era uma imagem do próprio país (ou, ao menos, do que deveria ser).

Alfredo defende a sociedade familiar patriarcal, baseada em códigos morais restritos. Ele e Eduardo são espelho um do outro, embora um viva do seu trabalho como médico e o outro viva de renda. Quando Eduardo (ato III, cena V) descobre o flerte tímido entre o rico jovem e sua irmã, chama-o para uma conversa reveladora, na qual deixa claro que ele deve se portar respeitosamente com Carlotinha, o que significa por extensão respeitar a família toda, deixando claro suas intenções e não pretendendo que aquele seja apenas um namoro passageiro, uma conquista de salão. Alfredo se porta segundo a etiqueta e demonstra partilhar das mesmas idéias de forma convincente e autêntica.⁵⁶ Assim sendo, também sobre Alfredo recaem as idéias de Eduardo sobre o papel de um dono de escravos dentro de sua própria família. Dirigindo todos os passos de sua irmã, tentando controlar Pedro e deixando a mãe apenas em função alegórica, ele é o canal por onde passam todas as relações da família com o exterior, como mostra a submissão de Carlotinha (ato II, cena VI): “é verdade, suas palavras me decidem. Você é meu irmão, e o chefe da nossa família, desde que perdemos nosso pai. Devo dizer-lhe tudo; tem o direito de repreender-me!”⁵⁷ Não importa, portanto, a diferença social entre

ambos, pois são livres, senhores e moralmente equivalentes. Quando Alfredo acha que descobre o amor de Carlotinha por Azevedo – uma maquinação de Pedro – vai a Eduardo (ato IV, cena XIII), não para tirar satisfações ou romper o noivado, mas para respeitosamente mostrar seu sentimento de frustração. São dois iguais que conversam educadamente, chamando-se de amigos, louvando o caráter um do outro e a forma honrosa com que o interlocutor procede, pois o que querem é resolver a situação sem ofensas, escândalo ou mágoa.⁵⁸

Desta forma, o ato final de Eduardo pode ser um ato de Alfredo. Com a descoberta das confusões causadas por Pedro, o médico exclama:

Ah!... Escutem-me, senhores; depois me julgarão... É a nossa sociedade brasileira a causa única de tudo quanto se acaba de passar. [...] Os antigos acreditavam que toda casa era habitada por um demônio familiar, do qual dependia o sossego e a tranqüilidade das pessoas que nela viviam. Nós, os brasileiros, realizamos infelizmente esta crença; temos no nossa lar doméstico esse demônio familiar. Quantas vezes não partilha conosco as carícias de nossas mães, os folguedos de nossos irmãos e uma parte das afeições da família! Mas vem um dia, como hoje, em que ele na sua ignorância ou na sua malícia, perturba a paz doméstica; e faz do amor, da amizade, da reputação, de todos esses objetos santos, um jogo de criança. Este demônio familiar de nossas casas, que todos conhecemos, ei-lo.

O médico, notando todo o vício que a escravidão tal como configurada na intimidade das classes médias e altas traz para a sociedade, dá então a carta de alforria a Pedro, junto com o perdão pelos distúrbios cometidos, o que pode ser tomado como um ato de um tipo social consciente de sua posição: o pai de família senhorial.

Todos devemos perdoar-nos mutuamente; todos somos culpados por havermos acreditado ou consentido no fato primeiro, que é a causa de tudo isto. O único inocente é aquele que não tem imputação, e que fez apenas uma travessura de criança, levado pelo instinto da amizade. Eu o corrijo, fazendo do autômato um homem; restituo-o à sociedade, porém expulso-o do seio de minha família e fecho-lhe para sempre a porta de minha casa. (*a Pedro*) Toma: é a tua carta de liberdade, ela será a tua punição de hoje em diante, porque tuas faltas recairão unicamente sobre ti; porque a moral e a lei pedirão uma conta severa de tuas ações. Livre, sentirás a necessidade do trabalho honesto e apreciarás os nobres sentimentos que hoje não compreendes. (*Pedro beija-lhe a mão*)

O poder patriarcal retoma seu lugar de direito, expulsando o escravo incontrolável e corruptor. Pedro recebe, não por méritos ou por direito, mas por decisão inquestionável de seu senhor, a liberdade, tal qual um castigo e um peso, não havendo nela nada de idílico ou de premiado. Pelo contrário, o ex-escravo de linguagem infantil e descontrolada é tornado adulto através de um novo controle, em que somam à moral

patriarcal, a lei feita pelos governos e o trabalho contratado pela sociedade. Mudaria o ex-escravo? Adquiriria ele respeito, consciência, educação e linguajar condizentes entre si?

Somente muito tempo depois da abolição de 1888. Na literatura e teatro imediatamente posteriores a *O demônio familiar* a questão da linguagem ficou restrita ao problema da língua indígena e da língua brasileira. A explicação reside no impedimento estilístico já citado, que parece ter sido reforçado a partir de meados da década de 1875, pois, com o recrudescimento dos embates entre escravos e senhores e da campanha abolicionista, passou a ser de mau gosto ridicularizar os escravos, bem como contraproducente figurá-lo como incapaz de se portar sem a tutela de um dono (embora, para parte dos abolicionistas a liberdade devesse ser conseguida sem a participação direta dos maiores interessados nela). Isto fica claro na polêmica entre José de Alencar e Joaquim Nabuco em 1875. Apesar de todo o tempo que os separava da década de 1850, Nabuco atacou ferozmente a citada peça, que, longe de uma comédia de costumes, “deprime e desmoraliza a nossa família, sem mesmo ter o mérito da verdade. Pedro não é um tipo conhecido; não há entre os negros criados no seio das famílias do país um só que fale essa língua inventada pelo Sr. J. de Alencar, com a mesma paciência que inventou o seu dialeto tupi. Ninguém ouviu o singular idioma áfrico-português que fala o *Demônio familiar*”.⁵⁹ Por detrás da afirmação de que se tratava de um idioma inventado, que os moleques familiares nunca se portaram tão livremente, que a ingenuidade dos personagens era inverossímil, se escondia uma aversão à escolha de Alencar de justificar ideologicamente o poder senhorial, poder que Nabuco iria tentar derrotar pela via do parlamento e da força da lei. Além disso, havia a profunda recusa em permitir que a mácula da escravidão chegasse também à arte. É como se, fora dos círculos políticos, a simples menção aos escravos ou ao elemento servil rebaixasse a sociedade. Esse argumento não era, contudo, somente político, mas escondia um novo elemento, ausente do retrato feito por Alencar: a questão racial. Ao romancista não se punha o problema do peso da origem africana da linguagem de Pedro; é Nabuco quem afirma isso, o que, por si só lhe repugna. E há, por fim, um simples preconceito, uma defesa dos bons costumes que, ao fim e ao cabo, também Alencar defendia. Para Nabuco, mesmo que a forma de se expressar de Pedro existisse,

ainda não teria o direito de passar da bôca dos *clowns*, pintados de prêto, dos nossos circos para a dos atores. O negro, nascido no país e criado na família do senhor, como êsse Pedro, que teve a mesma educação dos filhos da casa, não suprime assim o artigo e não fala uma língua que nos parece bárbara. Falasse-a porém, ela não deveria ser repetida em cena. Já é bastante ouvir nas ruas a linguagem confusa, incorreta dos escravos; há certas máculas sociais que não se devem trazer ao teatro, como o nosso principal elemento cômico, para fazer rir. O homem do século XIX não pode deixar de sentir um profundo pesar, vendo que o teatro de um grande país, cuja civilização é proclamada pelo próprio dramaturgo escravagista (o seu teatro só abala a escravidão em nosso espírito, não no dêle) acha-se limitado por uma linha negra, e nacionalizado pela escravidão. Se isso ofende o estrangeiro, como não humilha o brasileiro! ⁶⁰

LÍNGUA DE NEGRO NA LITERATURA PRÉ-MODERNISTA

Às distinções entre livres/escravos, classes médias/classes cultas e variações entre estas dicotomias, juntaram-se na prosa pós-1900 os critérios étnicos e regionais. Destes dois novos fatores, o primeiro retomou aspectos da linguagem retratada por Alencar pra lhe dar um caráter ao mesmo tempo racial e social – e não só social como fizera o autor do *Guarani*. Lima Barreto é um bom exemplo. O interessante da maneira como ele fez isso foi identificando esta linguagem com a dos caipiras. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de 1911, um dos empregados do sítio do “Sossego”, para onde se muda o personagem-título, é o preto velho Anastácio. Há, com ele, a junção da figura do negro boçal e do caipira ignorante. Embora Barreto não figure ortograficamente a prosódia do personagem, ele deixa claro como o leitor, já habituado com outras caracterizações do mesmo tipo social e étnico, deveria lê-lo:

Estando certa vez Quaresma a ler o pluviômetro, Anastácio, ao lado, olhava-o espantado, como quem assiste a um passe de feitiçaria. O patrão notou o espanto do criado e disse:

- Sabes o que estou fazendo, Anastácio?
- Não “sinhô”.
- Estou vendo se choveu muito.
- Pra que isso, patrão? A gente sabe logo “de olho” quando chove muito ou pouco... Isso de plantar é capinar, pôr a semente na terra, deixar crescer e apanhar...

Ele falava com a voz mole de africano, sem “rr” fortes, com lentidão e convicção. ⁶¹

A aproximação entre a figura do negro e a do caipira é ainda reforçada por outros personagens secundários, todos negros, como a velha Maria Rita, que Quaresma e um amigo visitam na Leopoldina, na época um subúrbio do Rio de Janeiro. É o único momento em que o autor omite as aspas, talvez para não carregar demais o texto com elas.

- Não me conheces mais? Sou o general, o Coronel Albernaz.
 - Ah! É sô coroné!... Há quanto tempo! Como está nhã Maricota?
 - Vai bem. Minha velha, nós queríamos que você nos ensinasse umas cantigas.
 - Quem sou eu, ioiô!
 - Ora! Vamos, tia Maria Rita... você não perde nada... você não sabe o “Bumba-meu-Boi”?
 - Quá, ioiô, já mi esqueceu.
 - E o “Boi Espácio”.
 - Cousa véia, do tempo do cativoiro – pra quê sô coroné qué sabê isso?
- Ela falava arrastando as sílabas, com um doce sorriso e um olhar vago.
- É para uma festa... Qual é a que você sabe? [...]
 - Só sei o “Bicho Tutu”, disse a velha.
 - Cante lá!
 - Ioiô sabe! Não sabe? Quá, sabe!
 - Não sei, cante. Se eu soubesse não vinha aqui. Pergunte aqui ao meu amigo, o Major Policarpo, se sei.

Quaresma fez com a cabeça sinal afirmativo e a prêta velha, talvez com grandes saudades do tempo em que era escrava e ama de alguma casa, farta e rica, ergueu a cabeça, como para melhor recordar-se, e entoou:

- É vem tutu
 Por detrás do murundu
 Pra cumê sinhozinho
 Cum bucado de angu.
- Ora! Fez o general com enfado, isso é cousa antiga de embalar crianças. Você não sabe outra?
 - Não, sinhô. Já mi esqueceu.⁶²

É a “voz mole”, sem os rr finais, que domina em todos estes casos, em que a prosódia arrevesada e simplificada se junta aos tradicionais “sinhô”, “nhã” e “qual!”.

A mimetização da “língua de negro” começou a ser um recurso comum de caracterização étnica por volta de 1900. A explosão da questão racial na última década do Império e seguintes, assim como o interesse pelos brasileirismos e pelas características fonéticas dos brasileiros, retiraram a pedra que pousava sobre o assunto. Já era possível, e necessário, entender a influência africana sobre a cultura popular. Um manual de boa prosódia de 1896 ensinava que os muitos solecismos encontrado no país se deviam em boa parte à “raça ethiopica systematicamente embrutecida”, não sendo difícil escutar-se frases como “*nosso compadre Brabosa estima nós como quê!*”, ao que o manual ajuntava várias das características vistas em Lima Barreto.⁶³ Até Bilac as usou em crônicas.⁶⁴ Alguns chargistas mimetizaram o que seria a “língua de negro” em seus desenhos, como se vê no *Caderno de ilustrações*, nos anexos da tese. Lima Barreto, portanto, se insere no começo de algo que parecerá tradicional à época dos modernistas, por volta de 1930, mas que suscitou fortes reações contrárias na segunda metade do século XIX e que só começou a figurar nos meios de comunicação e na literatura depois de uma década passada a Abolição.

Antes disso, a “língua de negro” só teve expressão escrita em condições muito especiais. Não me refiro ao teatro de Gil Vicente, que tratou bastante do modo de falar dos escravos levados a Portugal no final do século XV, por se tratar de outro contexto e tradição. No Brasil, foi registrada durante a primeira metade do século XIX de maneira impressionista e genérica pelos viajantes estrangeiros de passagem pelo Rio de Janeiro, além de estilizado em alguns periódicos de forma ridicularizadora, como mostraram Mary Karash e José Honório Rodrigues.⁶⁵ Décadas depois, foi objeto de alguns poucos pasquins de sociedades carnavalescas e de pufes publicados em jornais de maior circulação nas épocas da folia de Momo. O interessante é notar que a “língua de negro” foi, nestes casos, exposta sem subterfúgios por homens de cor, provavelmente libertos, como uma forma de identidade afro-brasileira. Desta forma, a linguagem conscientemente macarrônica que apresentam é feita para fazer rir, mas um riso sem vergonha, um riso livre por que os próprios membros podiam rir de si mesmos, o que invertia a noção de poder incutida, por exemplo, no humor feito por José de Alencar, que ridiculariza e infantiliza o escravo. Ao mesmo tempo, como era usada por sociedades abolicionistas durante o carnaval, angariavam simpatia e não repulsa. Esta dupla sensação de liberdade e pouco caso com os puristas pode ter ajudado a que os textos invertessem os parâmetros da norma culta a um extremo que nenhum literato ou dialetologista iria alcançar. Um bom exemplo é o da sociedade carnavalesca porto-alegrense *O Congo*. Formada ao final da década de 1870, ela ostentava anúncios como este:

Nosso tomá riberação prá rearizá grandi foria ni 3 dia di cranavá; nosso vai zirifetuá com todo baruio esse fesita, a fim de nosso rancá di féra di cravidão uma nosso pracerô; po isso nosso turo bem trazê ni frente dus ôio di branco que gerita di ribredade, esse uato di grandi firantropia.⁶⁶

Na literatura, a representação mais ostensivamente ligada à esta herança africana está no romance *Rei negro* (1914), de Coelho Neto, que na descrição de uma fazenda de escravos, pinta um quadro próximo do traçado por Aluísio Azevedo, de degradação de costumes e de ignorância. Os personagens negros são ou libidinosos, ou supersticiosos ou violentos, como Macambira, o personagem título que enfrenta seu senhor, pela liberdade, e os instintos sensuais de seu povo.

O mecanismo básico é um contraste entre a linguagem do narrador, um certo apelo naturalista da descrição dos personagens e a “língua de negro” que os personagens usam. Nos primeiro e segundo casos, pode-se lembrar a passagem que sintetiza o caráter asceta e violento de Macambira, bem como lascivo e repugnante dos negros.

Uma cabrocha, Donária, d’alcunha *Vaca-brava*, antipática, atrevida e rixenta, virago no todo e nos vícios, desmazelada até a sordícia, sempre rôta, esbagachada, mascando talos de tamarindo, a cuspirhar, em pincho, por entre os dentes podres, certo dia, tomando a si um palavrão do negro, para afrontá-lo, subiu a uma pedra, levantou a saia de rapelão e, despudorada, pôs-se a bater palmadas no ventre flácido, dobrado em refegos, oferecendo-o:

- Oia, muxiba! Oia, já qu’ocê não cunhece. Tá vendo? É carne, muxiba. [...]

O negro arremeteu fulo, punhos cerrados, rangendo os dentes. [...] Tonta, cambaleando, escorregou na pedra, afocinou e, caindo de bôrcio, o negro pisou-a, atirando-lhe pontapés ao peito, aos flancos, rugindo num furor de loucura. *Vaca-brava*, espumando, com um regougo de fera, debatia-se procurando lançar-lhe as mãos e rebolcava-se aos bufos, mas resvalou dum lajedo e foi n’água em mergulho. Lesta, porém, agarrando-se às ervas, surgiu com a carapinha encharcada e pôs-se a atirar mancheias de lama, soprando a água que lhe escorria da grenha ao longo da caraça hedionda, a injuriá-lo em voz rouca, esfaldada.⁶⁷

Além deste estilo intenso e descritivo, o vocabulário é o que mais chama a atenção. A ida ao dicionário certamente era um requisito primordial para autor e leitor. O romance está recheado de palavras como “entono”, “gaforinha” e “esbagachado”. A linguagem dos personagens, umas menos e outras mais estigmatizadas, como que situam a etnicidade deles, sobretudo no contraponto com a linguagem empolada do narrador. É o que se vê no diálogo entre a mulata Lúcia e a preta velha Balbina, parteira e feiticeira da fazenda:

- Natureza às vez discansa. Podi sê qui não seja. Ixp’rimenta um chá d’erva cidrêra. – Meditou um momento. – Ocês já tem um mêz di casado?
- Quase... e eu esperava no fim da primeira semana.
- É... I ocê tá triste mod’isso?
- Mêdo, tia Balbina. É brincadeira!?
- Ah! Mêdo... Mêdo di quê? E as outra?... Oia Joana.... nem peito prá dá di mamá... não tá í cum molecão daqueles...? qu’ é qui teve? Ant’isso du qu’uma febre. Não faz maluquice i dêxa tá. Eu tenho parado muito moleque, páro o d’ocê tamém. Mêdo... quando a gente meno pensa bicho tá í, berrando. I Macambira já sabi?
- Não, pra quê?
- Uai! Cumu pra quê? Antonce êle não é u pai?
- Não, quando eu tiver certeza. Por ora não. Pode ser outra coisa, pra quê? Eu tomei água de côco, suada. Pode ser.

Os senhores, obviamente, falam um português claro e correto. As mulatas um mais simplificado, diferindo por ser um pouco mais telegráfico e alusivo. Já os escravos

usam uma “língua de negro” parecida com aquela da sociedade de libertos de Porto Alegre, de trinta anos antes. Mas de marca afirmadora de uma etnicidade orgulhosa, ela se torna aqui expressão da degradação trazida pela escravidão, podendo ser lida pelo público de 1914, envolvido num ambiente racista, também como demonstração do primitivismo cultural dos negros. Numa época em que havia a certeza de que o Brasil deixaria para trás a mácula cultural e racial africana, um romance como o de Coelho Neto oferecia o quadro que justificava o desejo pelo embranquecimento e a certeza da superioridade da língua portuguesa frente ao dialeto bárbaro dos negros. Mas esta não foi a única linguagem escolhida para identificar grupos populares; um outro grupo também despertou interesse e iria surgir como uma nova vedete.

CAIPIRAS NA CAPITAL FEDERAL DA BELLE ÉPOQUE

Ao lado da diferenciação étnica, a literatura do final do século XIX demonstrou certo interesse também pela delimitação regional, o que, aos poucos, resultaria numa aproximação entre as duas. No teatro temos Artur Azevedo, que ironizou a linguagem caipira em peças como *O tribofe*, de 1891 e *A Capital Federal*, de 1897. De maneira geral seu intuito era contrapor uma certa ingenuidade interiorana à malandragem, gosto pela diversão e vida agitada do Rio de Janeiro. Tanto é assim que os personagens vindo de Minas Gerais das duas peças citadas falam quase todos absolutamente iguais, embora se trate da família de um casal de fazendeiros (Eusébio e D. Fortunata) com sua criada, a mulata Benvinda. O interessante é que a única pessoa que fala “perfeitamente” é a filha do casal, Quinota, que é ponderada, não se assusta com a cidade grande e não é ludibriada de forma cômica (ou seja, não passa por otária). Sua única desmazela é que se apaixonara (em *O tribofe*) por Gouveia, um sujeito que quer apenas um namoro e é viciado no jogo da roleta. Encarnando uma espécie de personagem romântico, sofre aí a única ridicularização, e, ao final de *A Capital Federal*, desencanta-se com Gouveia e volta com a família para Minas. A impressão que se tem é que Artur Azevedo ironiza os enredos românticos, aproximando-os de sonhos de meninas alheadas da realidade, encarnada nos jogos de amores falsos das cocotes e outras personagens femininas de suas

peças. Para a ingenuidade com relação às trapaças financeiras, o autor se vale do caipira; para a ingenuidade com relação às trapaças amorosas, ele se vale da linguagem corrente.

O linguajar destes personagens se caracteriza pelo vocabulário especial, um certo fraseado e, principalmente, a prosódia escancaradamente caipira. Em resumo, surgem personagens estereotipadamente diversos de todos os outros, iniciando uma tradição que ainda hoje tem seus seguidores no teatro e na televisão. E quais são as características deste falar caipira? Omissão do r final dos verbos: *trazê, sabê*. Omissão do l medial e final e de r final de substantivos: *Capitá Federá, casá, difíce, hotezinho*. Troca de l por r no meio de palavras: *purso, argum*. Troca de lh por i, ou simples omissão: *muié, óio, le* (no lugar de *lhe*). Omissão de m no final de substantivos: *home, Virge (Maria)*. Erros no uso de pronomes: “a gente chama *ela* de Quinota” (ato I, quadro I, cena IX)⁶⁸; “o *sinhô* me dá *memo* casa pra *mim* morá” (ato I, quadro III, cena II)⁶⁹. Erros de concordância verbal: “diz um verso, menino!” (idem)⁷⁰; “eu te *amostro* se tu *vai* ou num *vai*” (ato III, quadro X, cena I)⁷¹. Fim do sinal de pluralidade: “a gente compra uns *traste*” (ato I, quadro II, cena IV)⁷², “as *nossa compra está feita*” (ato III, quadro X, cena I)⁷³. Trocas de vogais átonas: *menhã, fermosa, pera* (no lugar da preposição *para*), *premero*. Omissão da marca da regência da 2ª pessoa do plural do presente do indicativo: *vamo, estemo, mudemo*. Inclusão de a no início de verbos em le e re: *arreparado, alembro* e *arresorvê*. E outras trocas, geralmente em sílabas pretônicas: *estruída, dromi, precura, haverá de sê, incelência, sumana*. Há, ainda, o uso de vocabulário e de expressões especiais: *Ave Maria!*, *sinhô, casão* (casarão), *nhô, nhandã, quê dê, xi!*, *pro mode, fundura* (roupa, fantasia), *me deixe* (em vez de deixe-me). Por fim, há a pronúncia simplificada de várias palavras: *bão, munto, dum, co* (com), *cumo* (preposição *como*), *tá* e *tô*, *vei'se embora, inda, nôte, pru*.

Enfim, elementos muito parecidos com os da “língua de negro”. Esta representação da linguagem dos caipiras, a julgar pelo sucesso das peças, deve ter tido uma boa acolhida como elemento cômico. É bastante evidente que se pretendia fazer rir, através do contraste, o público carioca desacostumado com este tipo de linguagem no palco. Mas havia outra intenção, menos explícita, que suscitava um, digamos assim, segundo riso: o que relativizava o significado erudito e o senso comum da linguagem. Os ingênuos caipiras, afinal, não são os únicos otários da peça: há o próprio Gouveia, que se

deixa agarrar pela espanhola Lola, amante de tantos quantos lhe dêem jóias, dinheiro, jantares e diversão. Eusébio e sua família também aprendem logo que na cidade se encontram muitos lobos em pele de cordeiro, e logo só falam em sair dali, assim que consigam achar a antiga serviçal. Esta, aliás, é o gancho para as contra-ironias do autor.

Benvinda cai nas graças do malandro Figueiredo, o amante inveterado das mulatas, ou “trigueiras”, termo que lhe parece “menos rebarbativo”, como costuma alegar. Figueiredo, assim como outros personagens, é pego pelo autor em algo que deveria alfinetar também boa parte do público, e já criticado por Alencar: o deslumbramento com tudo que vem de fora – as *cocotes*, o *teatro lírico* e... o linguajar. Embora Figueiredo despreze a beleza das mulheres brancas, também se deixa tomar pela corrente geral da burguesia. Assim é que tenta seduzir e educar a sempre independente Benvinda. Apesar da atração, desgosta-lhe seu jeito e seu sotaque. Tenta ensinar-lhe como andar, como se vestir e, principalmente, como falar, para, em seus termos “lançá-la”.

- É preciso também corrigir o teu modo de falar, mas a seu tempo trataremos desse ponto, que é essencial. Por enquanto o melhor que tens a fazer é abrir a boca o menor número de vezes possível, para não dizeres *home* em vez de *homem* e quejandas parvoíces... Não há elegância sem boa prosódia. Aonde ías tu?
- Ia na Rua do *Ouvidô*.
- *Ouvidorr... Ouvidorr...* Não faças economias nos erres, porque apesar da carestia geral, eles não aumentarão de preço. E sibila bem os esses – Assim... Bom. Vai e até logo! [...]
- *Inté logo*.
- *Que inté logo!* Até logo é que é! Olha, em vez de *inté logo*, dize: *Au revoir!* Tem muita graça de vez em quando uma palavra ou uma expressão francesa.
- *Ó revoá.*⁷⁴

Mas as aulas são em vão. Seu andar não se emenda e seu falar ainda menos, o que satiriza a inautenticidade destas importações. Com o ridículo nome inventado por Figueiredo para circular pelas festas, D. Fredegonda passa a dizer a torto e a direito o seu “ó revoá” e seu repertório natural. Até que cansa-se do padrinho.

- Hei de *encontrá* quem me queira mesmo falando *cumo* se fala na roça!
- Estás bem aviada!
- Eu mesmo posso me *lançá* sem *percisar* do *sinhô!*
- Oh! Mulher, olha que tu não tens nenhuma experiência do mundo. És uma tola... uma ignorantona... não sabes o que é a Capital Federal!
- Como o *sinhô* se engana! Eu já *tou* meio capitalista-federalista!

- Bom; tua alma, tua palma! Estou com a minha consciência tranqüila. Mas vê lá: se algum dia precisares de mim, procura-me.
- *Merci!* (*Vai-se afastando*)
- Adeus, Fredegonda!
- Que Fredegonda! Assim é que o *sinhô* me *lançô!* Me deu logo um nome tão feio que toda a gente se ri quando ouve ele!
- É porque não sabem a história! Fredegonda foi uma rainha... era casada com Chilperico...
- Pois eu por minha desgraça não sou casada nem com seu *Borge* [Borges]. *Ô revoá.*⁷⁵

Como se vê, a pretendida cultura de Figueiredo também tem seu ponto fraco. Benvinda demonstra muito mais consciência e bom senso do que o adorador das mulatas – e, por extensão, de todos os que colocam o estrangeiro acima do nacional. Afinal, Artur Azevedo foi conhecido pela sua pregação por um teatro autenticamente brasileiro e para que as revistas e gêneros semelhantes de comédias populares fossem reconhecidas como arte.⁷⁶

Décadas depois, Lima Barreto também se valeu da linguagem caipira, ou, ao menos, interiorana, posto que se tratava do estado do Rio de Janeiro. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* há uma versão mais amena do falar dos matutos, que é usada apenas com fins de suporte para sua descrição do abandono político e estagnação econômica da lavoura não cafeeira.

Toda a segunda – das três que a compõem – ambientação da obra se passa na sítio do “Sossego”, onde o personagem título vai morar depois de desiludir-se com a reforma cultural através do tupi que pregara anteriormente. Dali em diante queria se dedicar à reforma econômica (a terceira parte do livro trata de seu engajamento político), pois, nos seus estudos “descobriu” que não havia clima, nem terras, nem lavouras melhores ou mais férteis que as do Brasil. Se ele fosse bem sucedido, seria o exemplo e teria os argumentos para uma campanha em prol da agricultura brasileira.

Além de Anastácio, Quaresma empregara Felizardo, que pareceria-nos hoje o protótipo do caipira: amante de uma “prosa”, para usarmos um termo apropriado, baseia seus conhecimentos do mundo na restrita experiência do vale onde vive, e é desconfiado, sobretudo de políticos e do governo. De maneira geral tem a mesma prosódia e vocabulário dos caipiras de Artur Azevedo, com o único adendo de uma preferência por certas expressões idiomáticas e ditados, como “urubu pelado não se mete no meio dos coroados”, “inchado que nem sapo” (irritado), “varrer a testada” (não assumir certa responsabilidade), “fino que nem cobra” (alguém que desconversa para não admitir algo).

⁷⁷ Para o resto, vale mais uma citação do que o elenco das características de sua linguagem, ainda mais que ela conjuga ao elemento dialetológico a função de testemunho histórico. Policarpo tem a notícia da eclosão da Revolta da Armada através de Felizardo.

- Seu patrão, amanhã não venho “trabaiá”.
- Por certo, é dia feriado... A independência.
- Não é por isso.
- Por que então?
- Há “baruio” na Corte e dizem que vão “arrecrutá”. Vou pro mato... Nada!
- Que barulho?
- “Tá” nas “foias”, sim “sinhô”. ⁷⁸

Além deste medo, vindo dos recrutamentos forçados do exército do tempo das revoltas regenciais e da Guerra do Paraguai (e que seria abolido formalmente por lei em 1908, mas só entraria em vigor a partir de 1916), o relato contém seguidas referências a coronéis e sua política oligárquica, negros que estão ligados aos hábitos da escravidão e um interior abandonado, que nada produz. Tudo está parado no tempo. As pequenas propriedades não são cultivadas por seus donos, cujos filhos passam fome. Policarpo, sem ainda se dar conta das dificuldades, do abandono governamental, das pragas e da opressão dos poderosos locais, apieda-se dos miseráveis camponeses. Mas não consegue entender o porquê de tanta miséria em terra tão rica. Felizardo, interrogado por uma igualmente atônita Olga, sobrinha de Quaresma, começa a desvendar o mistério:

- É grande o sítio de você?
- Tem alguma terra, sim senhora, “sá dona”.
- Você por que não planta para você?
- “Quá sá dona!” O que é que a gente come?
- O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro.
- “Sá dona tá” pensando uma cousa e a cousa é outra. Enquanto planta cresce, e então? “Quá sá dona”, não é assim. [...] Terra não é nossa... E “frumiga”?... Nós não “tem” ferramenta... isso é bom para italiano ou “alamão”, que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...

O uso constante de aspas pelo narrador o aproxima de Artur Azevedo e o distancia destas figuras. Embora ele se solidarize com elas, e com outros personagens, como o próprio Policarpo, é apenas o narrador que, escrevendo sobre ações ocorridas quase vinte anos antes e sobre uma realidade ainda presente, possui a visão de conjunto dos problemas nacionais, o que vai revelando aos poucos na obra. Olga e Policarpo vão se conscientizando disto a cada revés e a cada contato com outras realidades. Mas as

conclusões a que chegam são distintas. Policarpo, na prisão antes da morte, conclui que a noção de Pátria é uma entidade histórica, que ficava à mercê do jogo político, em nome da qual se cometiam os maiores crimes; Olga, vendo baldadas suas tentativa de salvar o tio da execução, descobre que o mundo poderia ser melhor, desde que mantivesse a certeza da superioridade moral em relação aos políticos e militares que matavam seu parente, e desde que persistisse menos ambiciosamente que Policarpo em incentivar a mudança das pequenas coisas do cotidiano. Numa visão, o pessimismo ante o patriotismo voluntarista que Lima Barreto via a seu redor; na outra, a possível saída para tanto os intelectuais que fossem espalhar novas idéias, quanto para o povo que quisesse uma vida melhor. A linguagem caipira, portanto, tem esta limitada função de fornecer um espelho de um dos componentes de atraso do Brasil, tanto em relação aos projetos de Quaresma, quanto em relação à consciência crítica do narrador.

Esta posição fica ainda mais clara em um conto de poucos anos depois, “Quase doutor”⁷⁹, no qual um estudante universitário é submetido a comentários sarcásticos do narrador simplesmente por que mantém seu sotaque interiorano. “A nossa instrução pública, cada vez que é reformada, reserva para o observador surpresas admiráveis”. Ou seja, como poderia um homem de saber, educado na cidade, manter uma forma de falar tão inculta? “Caxero, traz aí quarqué cosa de bebê e comê!” Conversa vai, conversa vem e o narrador fica cada vez mais indignado, até que seu “modo feio de falar”, o leva a concluir que o estudante “era a coisa mais preciosa que tinha encontrado em minha vida. Como era ilustrado! Como falava bem! Que magnífico deputado não iria dar? Um figurão para o partido da rapadura”.

O DIALETO CAIPIRA DE SÃO PAULO

A representação do linguajar caipira em Artur Azevedo e em Lima Barreto foi praticamente concomitante com o movimento de descentralização da literatura. Durante o Império todo e qualquer pretendente à carreira das letras se mudava para o Rio. Mas na última década do século XIX alguns autores começaram a firmar as bases de círculos literários mais fortes nos estados. Estes movimentos – que ganharam em alguns casos contornos mais firmes em 1910, 20 ou 30 – não foram apenas pela mudança da residência

dos escritores, mas também pela criação de literaturas que refletissem as (e sobre as) realidades regionais. Em vista da detecção do interesse pelo linguajar caipira de forma nacionalmente mais ampla, do surgimento de uma consciência paulista que tratou deste linguajar, da amplitude de novos temas e de uma nova cronologia às quais uma discussão mais aprofundada destes movimentos nos remeteria, me limitarei ao regionalismo de São Paulo.⁸⁰

O que se deu no caso paulista misturou literatura, história, antropologia e lexicografia no postulado de uma identidade específica.⁸¹ Já nos anos 80 os literatos paulistas passaram a se interessar pelo folclore regional, em especial pela linguagem caipira, com algumas tíbias tentativas de traçar uma genealogia dela com o tupi. Modas de viola foram coletadas e transcritas com certo respeito à fonética especial de seus cantadores. Havia um misto de atração e repulsa neste interesse. Paralelamente a isto, a história e a memória valorizada pela elite intelectual vinha privilegiando os séculos XVI e XVII como momento da criação da identidade paulista, calcada na mestiçagem entre brancos e tupis. Seria então o caipira o resultado deste processo histórico? Para uns sim, mas representando um tipo cultural, e não racial. Neste caso, apagava-se completamente o aporte de elementos africanos. Para outros, contudo, a questão era mais complexa, e a escravidão e a presença do africano não podiam ser descartados.

De qualquer forma, o caipira era descrito como um tipo dos sertões, vizinho da cidade e da cultura urbana, e que incluía posseiros, sitiantes, agregados em latifúndios, homens livres pobres, habitantes de pequenas cidades, e, às vezes, até mesmo indígenas desenraizados. No aspecto geral, ele era apresentado como supersticioso, ingênuo, crédulo, como tendo hábitos tradicionais, e algo bruto; mas, ao mesmo tempo, dono de uma sabedoria popular rica e poética. Quanto à fala, era dono de um modo arrevesado.

A partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Museu Paulista, detecta-se uma atitude mais combativa e mais ambiciosa de submeter a história do Brasil ao papel desempenhado pelos paulistas, resumindo na sua figura a essência da nacionalidade.⁸² A produção destes institutos dedicou uma boa parcela de sua atenção aos índios e – em menor medida – ao folclore, subordinando-a a uma visão que desaguava todo o processo histórico nos bandeirantes. Estes personagens coloniais eram entendidos como a fusão dos nativos com o português, incorporando o espírito guerreiro

e autonomista dos tupis com a cultura desbravadora, católica e civilizada dos colonizadores. Nas décadas de 1910 e 20, esta miscigenação é valorizada, se inserindo no contexto do auge da ideologia do branqueamento – ou seja, como uma resposta ao problema racial. O resultado do contato íntimo entre índias e luso-brasileiros teria sido um homem perfeitamente adaptado aos sertões americanos, base da identidade paulista, na medida em que tinha sido a ponte para os já perfeitamente brancos paulistas daquele início de século XX.⁸³

Desta forma, o caipira criado por esta curta mas logo difundida tradição não apresentava conotação racial. Mas alguns escritores destoaram, como Valdomiro Silveira, Amadeu Amaral – dos quais falarei mais adiante – e Monteiro Lobato. Na crônica “Urupês”, publicada primeiramente no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1914, e incluída em livro em 1918, Lobato vincula o caboclo ao sangue tupi, “porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre os estrangeiro recente e o aborígene de tabuinha no beíço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evoluir, impenetrável aos progresso”.⁸⁴ Este tipo, que ganha o nome de Jeca Tatu, está por todo o interior do país, vivendo na miséria, na insalubridade, na ignorância, como massa de manobra política. Todos seus defeitos (superstição, preguiça, apatia, nenhuma produção cultural ou artística etc.) advém da sua inferioridade atávica. Frente a este tipo repugnante e revoltante, não assombra que Lobato ironize os paulistas que dizem orgulhosos: “Sou raça de caboclo!”⁸⁵, criticando ainda a literatura regionalista por supostamente idealizar o caboclo assim como o romantismo idealizara o tupi.

Neste sentido, Lobato retoma um tema presente em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, que também satirizara o indianismo. Além disto, o caboclo de “Urupês” é tão avesso ao “reclutamento” militar como os personagens de Lima Barreto, ele é tão alienado politicamente e inerte quanto ao cuidado da terra quanto Anastácio e Felizardo. Mas o autor carioca não tem a abordagem fatalista do escritor de Taubaté, apontando para as razões sociais e políticas do abandono do homem do campo.

Embora Lobato não advogasse nenhuma solução para o problema, a crônica ganhou uma imensa repercussão, tendo o Jeca Tatu despertado outras interpretações para além da racista fornecida pelo seu criador, e incentivado a já forte corrente dos higienistas paulistas. Para estes, a figura do caipira mostrava que o problema da falta de

desenvolvimento no campo se dava pelo abandono de sua população, que, em meio à sujeira e sem acesso à medicina, vivia doente e fraca, inapta, portanto, ao trabalho. O próprio Lobato mudou de opinião em 1918, reforçando a campanha pela higiene pública no interior, culpando os governos pelo estado do Jeca, eximindo-o portanto de sua pobre condição.⁸⁶

O caipira ganhou no resto do regionalismo paulista características culturalmente relevantes que o afastavam da civilização e da pureza da língua portuguesa, sem, contudo, condená-lo ou torná-lo o simples oposto delas. Como vimos, ele não se identifica com as classes médias das grandes cidades do estado, nem com os grandes fazendeiros que dominavam a economia e a política nacionais. Socialmente poderia ser descrito como sendo o verdadeiro povo de São Paulo.

A literatura tratou do tema com afinco, apresentando, contudo diferentes respostas estéticas, que se ligavam, em alguns casos, a diferentes facetas dadas ao caipira. O que pode ser que explique, aliás, a diferente fortuna crítica dos autores na sua época. De um lado, temos o grande sucesso de Afonso Arinos, que despontou nas letras com a coleção de contos *Pelo sertão* (1898), ganhando com isso uma vaga na Academia Brasileira de Letras. O interior que se sobressai da obra é pacato, mítico e sereno. Seus personagens são supersticiosos e imponentes, sem serem brutos. A narrativa segue um ritmo pausado, com fartas descrições de tipos e paisagens, sem nem cair no palavrorio complicado do parnasianismo, nem adotar a postura etnográfica de transcrição literal do linguajar dos sertanejos. Tinha-se, portanto, uma pintura reconfortante e idealista que caiu no gosto dos leitores.

De outro lado, temos escritores como Valdomiro Silveira, que foi apreciado desde que surgiu na cena literária, em 1890, mas que só ganhou realmente fama com a reunião de contos *Os caboclos*, de 1920. Sua prosa se pautou por uma outra abordagem do interior e seus tipos humanos, bem mais ligada à idéia de verossimilhança, o que lhe permitiu ultrapassar em muito Afonso Arinos na apresentação da linguagem caipira. Como *Os caboclos* se tornou um clássico do regionalismo paulista, e como seria por demais extenso analisar todos seus contos, prefiro valer-me de uma estória publicado na revista *Kosmos* em 1904.⁸⁷ Ela contém um elemento que pode explicar por que Silveira não atingiu o ápice da fama como Arinos. “Pena de pato” narra um dia na vida do feitor

de escravos de uma fazenda de café. Assim, ao contrário da grande maioria da prosa regionalista de então, não só a presença negra era saliente, como a impressão de um tempo histórico indefinido caía por terra, pois a narrativa podia ser situada em algum momento do período entre 1860 a 1888. É bem verdade que a história transcorre sem nenhuma tensão entre o feitor e os escravos; pelo contrário, a vida na fazenda é bucólica e as atividades dos trabalhadores são descritas como harmoniosas. A simpatia do narrador por aquela vida pacata e simplória é clara. Mas isso podia não agradar a uma sociedade que queria apagar tanto a marca da escravidão quanto a do sangue africano, seja incentivando a imigração européia, seja valorizando a herança portuguesa.

Além disso, há várias aproximações entre este universo escravagista e o caipira, o que se dá por intermédio da linguagem. Se o narrador só se permite o uso de uma ou outra palavra ligada à esfera rural, mantendo no resto a perfeita norma culta, os personagens falam de forma totalmente diversa. Veja-se o caso do feitor, por exemplo: “Uiai! Pois você, brôco ansim, também tem medo de perder as pennas? Você ‘tá como gente sem vergonha: já não tem o que perder!” A fala dos escravos se situa na mesma esfera, como se vê nas suas canções de trabalho:

... Você era quem dizia,
 ai, lai! ai, lai!
 que até n'agua se enforcava,
 ai, lai! ai, lai!
 que triste vida de purga,
 miserave sorte magra!

Esta opção mimética resultava numa incômoda aproximação entre brancos e escravos, entre paulistas do século XX e os ligados ao regime servil, e entre a cultura caipira e a cultura negra (como se vê pelo fato do narrador chamar as canções de trabalho de “modas”, termo geralmente usado para a música sertaneja).

Do ponto de vista da linguagem, boa parte da literatura que tematizou o interior do Sudeste (nem toda ela foi produzida por paulistas) adotou uma postura parecida com a de “Pena de pato”, embora sem a referência aos escravos. Outra parte foi ainda mais conservadora – o que não impediu seu relativo sucesso junto ao público. A rigor talvez se possa dividir esta maioria entre os contos (gênero privilegiado pelo regionalismo) que incorporam o vocabulário, a sintaxe e a fonética caipira apenas nas falas dos personagens

⁸⁸, os que não se diferenciam das outras correntes literárias, embora usem um estilo limpo e sem rebuscamentos ⁸⁹, e os que adotam o mesmo exagero de um Coelho Neto ao usar palavras obscuras, arcaísmos ou mesmo neologismos inventados pelos autores ⁹⁰.

Na mesma *Kosmos*, curiosamente, apareceram contos de um escritor que, embora escrevendo de Minas Gerais, retratava o mesmo universo de seus pares paulistas. Mas a opção neste caso foi por uma forma mais radical de relação com a linguagem caipira, através da sua absorção não só nos temas ou nos diálogos, mas sobretudo na forma e na estrutura narrativa. A série, de Azevedo Júnior, se chamava “Tipos da roça”, não havendo exatamente histórias nem uma temporalidade muito definidas, mas descrições do aspecto físico, atividades, pensamentos e inserção no meio circundante de vários roceiros.

Tomemos, por exemplo, o conto “Bate-páu”, o quinto da série. ⁹¹ Há uma nítida tentativa de trazer o narrador para dentro do universo do tipo descrito: o narrador se quer um caipira. Ele adota suas imagens, figuras de linguagem, vocabulário e um modo de expressão que rompe com a lógica literária padrão. É de se notar em muitas passagens a omissão do artigo ou de pronomes. Os tempos dos verbos se misturam, retirando das ações a rigidez da sequencialidade

Como andasse sem *tacho* até mesmo para comprar um *corênta* de fumo para o pito ou tomar o seu gole de restillo, e estivesse enjoado de cavucar na terra todo o dia, numa toada, bateu p’ra cidade e aceitou ser bate-páu ou meréreca, fazendo parte do destacamento local.

Pega a manjuba com pouca canceira; tem nota na *iubeira* do paletó; e não está cuidando do *solão* que esturrica as plantas, nem do aguão descendo um mundo de chuva que até parece castigo.

Sob a capa de uma confusão estaria o modo pausado de falar do caipira, e o conto é como uma digressão ao acaso, como se o tipo – “filho do lugar, (...) elle é o Nhô, o Quim ou outro appellido assim familiar” – passasse pela frente do narrador e do leitor numa rua, na porta de uma venda, na beira da estrada, lhe despertando assim a memória.

No quatro conto da série, “Enrabichado” ⁹², há maior respeito pelo tempo, pois se trata da história de Maneca, tipo alegre que fica “jururu”, apaixonado que se tornara pela sinhazinha, filha de um major dono de terras. Pobre, mas trabalhador, tem a concorrência de um advogado, e, sem chances, se entrega à bebida. Tudo é relatado como num “causo” desprezioso, uma fofoca que diverte o narrador. Mas aqui o efeito de absorção é diferente: nos é dito que quem descobriu toda a história foi “Sá” Marica, que contou a

Quim, que contou ao narrador, que a repassa adiante com seus comentários que ordenam tudo de forma mais tradicional.

O mecanismo de absorção da linguagem acaba criando não só uma identidade caipira, mas duas, de acordo com a classe social. No segundo conto, por exemplo,⁹³ Azevedo Júnior descreve um major, fazendeiro já meio velho, antigo chefe político, que mantinha seus escravos na linha, com “couro” e “barriga cheia”. Alijado da política em 1889, cuida da criação do filho em Mariana, da fazenda e de lembrar o passado com os amigos. Em “Seu Major”, o narrador se transforma: usa a língua culta na sintaxe e ordenação dos fatos. Sua mímese, agora, é com algum letrado que conhece o jargão local, talvez alguém da condição do major. O único traço de caipirismo é o vocabulário (palavras como “pilordeia” e “chuchurrêam”), que, apesar de tudo, é suficiente para a sustentação da representação, tal sua impenetrabilidade para os leitores urbanos, não fosse a ajuda das frases que o esclarecem o sentido.

O caipira se tornou uma figura emblemática de São Paulo, e ganhou tal força que ultrapassou as fronteiras do estado – como se vê, aliás, em Azevedo Júnior. Duas figuras, em especial, foram responsáveis pela grande dimensão que ele adquiriu: Monteiro Lobato e Amadeu Amaral. Lobato forneceu o nome: Jeca Tatu, ou simplesmente Jeca – nome que, junto com seu dono, perdeu o caráter racial e atávico, para identificar o sertanejo pobre do centro-sul do Brasil e, em alguns casos, o próprio povo brasileiro. Já Amaral explicitou a vinculação, através da língua, do caipira com o tupi e com o africano, limitando-o, contudo, a São Paulo⁹⁴. Em *O dialeto caipira* temos, portanto, outro exemplo de vinculação racial, apesar do falante deste dialeto ser uma espécie em vias de extinção.

A substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência cotidiana dos brancos grande parte da população negra, modificando assim um dos factores da nossa diferenciação dialectal. Os genuínos *caipiras*, os roceiros ignorantes e atrasados, começaram também a ser postos em banda, a ser atirados à margem da vida colectiva, a ter uma interferência cada vez menor nos costumes e na organização da nova ordem de coisas. A população cresce e mesclou-se de novos elementos.⁹⁵

A modernização veio com o fim da escravidão, trazendo finalmente a civilização consigo. A influência do negro desaparecera. O dialeto ficara restrito a recantos do estado

de São Paulo, deixando somente algumas marcas no falar paulista, marcas fadadas a desaparecer com o tempo.

Era, portanto, o caipira mulato e sua linguagem um “áfrico-português”? Não, pois apesar de tudo, o negro era, dos três elementos formadores da raça e do dialeto, o mais fraco. O português do século XVI influenciara bastante a fonética, a morfologia e a sintaxe, além de fornecer locuções e arcaísmos. O tupi legara a toponímia, termos de flora e fauna, nomes de fenômenos da natureza, de doenças, utensílios etc., sendo responsável também por parte da pronúncia popular. Já o negro deixara apenas alguns vestígios na fonética e um vocabulário que era comum ao subsistente em outros estados. Desta forma, Amaral não silenciava sobre a influência africana, mas vinculava o caipira mais fortemente a uma identidade próxima da do bandeirante, como se fosse um sobrevivente das “entradas” do século XVI. Em ambos os casos o sangue e os traços portugueses foram vencendo os indígenas, sendo que o caipira fora ainda responsável por embranquecer ainda o negro. O paulista seria seu descendente como resultado final deste branqueamento – processo no qual era ajudado ainda pela recente imigração européia.

Mas enquanto isto não se completava, como ficava o caipira? Amaral também o via como um ser estagnado no tempo. Como o escritor defendia que ele “vive hoje, com pouca diferença, como vivia há duzentos anos, com os mesmo hábitos, os mesmos costumes, o mesmo fundo de ideias”⁹⁶, ligando-o aos bandeirantes, não podia pintá-lo com as características atávicas e radicais identificadas por Monteiro Lobato. O caipira era um estágio de adaptação do homem branco em São Paulo. A própria idéia do estudo – que trata dos aspectos lingüísticos como fatos válidos, sem caracterizá-los pela via da deturpação da língua portuguesa – evidencia esta divergência com o Jeca Tatu de “Urupês”.

Amadeu Amaral desceu a aspectos minuciosos do dialeto e seria fastidioso elencá-los aqui. O que me parece interessante é ressaltar que, apesar da defesa de um domínio dialetal paulista, muitos de seus elementos podem ser encontrados na linguagem popular carioca ou na “língua de negro”, algo que o próprio Amaral parece ter sentido em alguma medida. Ao apresentar o fato do caipira falar *osêle/zêle fôro zimbora*, ele afirma: “um facto que merece menção, apesar de pertencer mais ao linguajar dos pretos boçais do que pròpriamente ao dialecto caipira: a invariabilidade genérica do pronome *êle*, junta à

invariabilidade numeral".⁹⁷ De qualquer forma, listo a seguir alguns dos fatos semelhantes com os que vimos neste capítulo e no capítulo 2: apócope do *r* (*andá*); *l* final desaparece ou vira *r* (*jorná* ou *jornar*)⁹⁸; *l* medial é trocado por *r* (*craro*); *lh* é mudado para *i* (*fia*); fim do sinal de pluralidade (*vamo, papé*); uso de palavras simplificadas como *bão, nhô, siô, sô, nhá, siá, e num* (não); uso de *você* e *nóis*; troca do pronome pessoal oblíquo pelo direto na primeira pessoa do singular (*mim* por *eu*).

Não deixa de ser compreensível a abordagem de Amadeu Amaral. Mesmo que a historiografia e a antropologia paulistas privilegiassem o processo de embranquecimento dos paulistas, destacando apenas os elementos tupi e português, é preciso ter em vista que na literatura a escravidão e o negro não desapareceram totalmente da representação do caipira, como vimos em Valdomiro Silveira, Artur Azevedo, Lima Barreto e Coelho Neto. O que acaba por singularizar Amaral é que este é claro na referência a São Paulo, enquanto Barreto e Neto situam suas tramas no Vale do Paraíba fluminense, e Azevedo incorpora personagens mineiros.⁹⁹

Lima Barreto, por sinal, abrangeu as características lingüísticas dos tipos do interior para outros grupos. A parte final do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, que narra a Revolta da Armada na Baía de Guanabara contra o governo de Floriano Peixoto (1893), é mais um dos episódios que servem para que o leitor se veja frente à frente com o descaso com que a população mais pobre era tratada pela República. Logo ao começo das hostilidades, dois amigos de Policarpo, o general Albernaz e o almirante Caldas, vão inspecionar uma das linhas da frente de combate, interrogando um dos soldados. Ele é piauiense, branco, loiro e do interior do estado, tendo idêntico linguajar ao de Maria Rita e Anastácio.¹⁰⁰ Diversas identidades (caipiras, sertanejos, negros da cidade) voltavam a um modelo parecido ao subjacente à idéia de uma língua brasileira, só que, desta vez, própria apenas das camadas mais baixas da sociedade.

Esta aproximação tão clara em Lima Barreto resume em uma única obra o que se repete se tomarmos em conjunto boa parte dos outros testemunhos literários e dialetológicos entre 1900 e 1920. Registros que muitas vezes se queriam identificadores de grupos étnicos, de classes ou de tipos regionais, no fim se aproximavam. E se aos leitores mais costumeiros de livros nacionais isto passou em branco, a certos artistas – que em muitos casos eram colegas ou amigos destes escritores – não. E talvez tenham

sido estes artistas os que tenham mais explicitamente expressado isto. Refiro-me aos desenhistas dos periódicos cariocas desta época. Como se pode ver no *Caderno de ilustrações*, ao final da tese, há uma série de charges que, se vistas de forma isolada criam imagens específicas para grupos específicos; mas se tomadas em um ou mais grupos criam uma forte identidade entre os agentes retratados.

Mas isso só ocorre com o tempo, pois, embora só uma pesquisa mais aprofundada delineie melhor a cronologia, parece haver uma mudança perceptível na forma dos caricaturistas da imprensa carioca identificarem tipos do povo: entre 1900 e 1910 – época de auge de reformas por que passou a cidade e de repressão às práticas populares, bem como de um racismo ainda forte – negros, mulatos pobres, capoeiras, a soldadesca e outros tipos indefinidos foram retratados com o mesmo tipo de prosódia e sintaxe, apenas com um vocabulário levemente “especializado”, por assim dizer. Apenas o português tem uma linguagem exclusiva. Mas aos poucos, já a partir de meados da primeira década do século XX, estas características passam a ser coladas ao homem do interior, que, de início, não tinha caráter racial. Só a partir de 1920, mais ou menos, surge o Jeca, de traços ora caboclos ora brancos e que passa a deter o posto de caipira. No entanto, herda de todos estes outros tipos populares anteriores alguns elementos lingüísticos, que agora aparecem como apenas seus.

No primeiro período, tome-se o exemplo da charge com uma multidão de homens brancos, em que as falas da legenda, com os erros “típicos” de negros e gíria de capoeiras, não identificam quem as emite, abrangendo, com isso, uma imagem para toda a população (figura 1). Esta forma de falar é quase idêntica à dos marinheiros brancos de “A bordo” (figura 2), ou da mulher negra de “Opinião de cozinheira” (figura 3). Mesmo a linguagem dos capoeiras mantinha suas semelhanças, como se vê nos exemplos do *Caderno de ilustrações*. Apesar disto, há alguns poucos signos que diferenciam alguns personagens: os negros usam muito de interjeições (“uê!”, “eh!”) substituindo palavras, como a indicar seu limitado controle da língua, e os capoeiras mantêm sua pitoresca gíria.

Desta época são duas charges, aparentemente com temática ainda não comum, com situações envolvendo tipos da roça. Já se vê nelas (figuras 4 e 5) aspectos posteriormente calcados no caipira. O interessante é que tanto negros quanto brancos falam parecido. Mas na década de 1920 o aspecto geral desta linguagem popular (sintaxe

e pronúncia), retirados os elementos mais peculiares a um ou outro tipo urbano, se transfere para o caipira, que além de ser apresentado de forma genérica, ganha também um personagem que logo se ligará indissolavelmente a ele: o Jeca.

O Jeca, de baixa estatura, barbicha, chapéu de palha e vestuário puído, era uma clara alusão ao Jeca Tatu de Monteiro Lobato, mas recuperava elementos que não foram inventados pelo escritor de Taubaté, como vimos ao longo deste capítulo. A inserção de uma charge em que o caipira não é chamado por este nome também foi feita neste sentido (figura 6). O personagem foi um dos preferidos de J. Carlos, talvez o maior chargista brasileiro dos anos 20 a 50. A forma como ele é apresentado tem a clara intenção de substituir ou de fazer um contraponto ao já clássico “Zé Povinho” como imagem das classes populares. Embora o povo fosse apresentado com as várias facetas vistas, é preciso lembrar que mais popular do que eles entre 1900 e 1920 era esta figura de fala correta, usado sempre que os chargistas criticavam os políticos, mostravam os problemas da população ou exaltavam o patriotismo do povo. Pois o Jeca se immortalizou junto com seu linguajar característico, o que, por sua vez, ajudou a fixar a identidade do caipira como o homem típico do interior, simples e desconfiado, e que serviu para as sátiras políticas e sociais dos chargistas através do contraste entre esta imagem e as figuras ou situações sérias que queriam ironizar. Até mesmo a atitude patriótica do “Zé Povinho” se transfere para o Jeca.

O conjunto das charges aqui expostas nos revelam que a percepção da alteridade lingüística era bastante disseminada no início do século XX. Ele também revela que esta alteridade acabava servindo aos estudiosos do dialeto brasileiro, pois mesmo que os desenhistas delineassem alguns pontos lingüísticos distintos, bem como apresentassem um povo cindido por cores, raças e mesmo nacionalidades (como a presença de portugueses), os pontos essenciais do referido dialeto eram apresentados nos vários tipos populares. A língua se mantinha, a cara do povo é que mudava, o que acabaria por reforçar, desta época em diante, a idéia de uma nação miscigenada com uma linguagem homogênea. Em outras palavras, depois de um longo processo em que as camadas de baixo da sociedade ganharam várias representações através da fala, numa polissemia de sentidos, de acordo com a época em questão, os anos 20 testemunham o início da vitória

que os defensores dos “brasileirismos” antes não alcançaram: a aceitação de um povo ainda mestiço, falante de um português brasileiro que o identificava.

Com isso, reforça-se a hipótese de que o problema da relação entre identidade e língua nacional ainda foi encarado como importante após a década de 20, embora com feições que aparentam e devem ter sido distintas. Isto deixa ao autor desta tese o agradável prazer de sentir que pesquisas abrangendo épocas mais recentes devem trazer novos dados retificadores ou complementares ao aqui exposto.

NOTAS

¹ Machado de Assis, “Notícia da atual literatura brasileira – instinto de nacionalidade”, *Crítica e variedades*. Rio de Janeiro: Globo, 1997, p.p. 27-28. Originalmente publicado na revista *Novo Mundo*, vol. III, 24/03/1873: 107-108.

² João Manuel Pereira da Silva, *Nacionalidade, lingua e litteratura de Portugal e Brazil*. Paris: Guillard, Aillaud & C., 1884, p. 78. Raimundo Bizarria, *Trechos de lingua vernacula*. Salvador: Reis, 1899. Muito tempo depois, Laudelino Freire procedeu a empreendimento similar (*Classicos brasileiros*. Rio de Janeiro: Revista de Petropolis, 1923), mas, em vez de trechos, reuniu biografias dos autores nacionais que podiam ser considerados os legítimos fixadores da boa sintaxe da língua portuguesa (ele não considerava a questão da feição brasileira do idioma). Ver em especial p.p. 7-8.

³ Valentim Magalhães, “Semana litteraria”, *A Noticia*, 21/11/1896 (grifos no original). Os opositores a que ele se refere são os que não aprovavam o patrocínio estatal à futura Academia.

⁴ “Discurso do Sr. Machado de Assis”, in Academia Brasileira de Letras, *Discursos acadêmicos (1897-1906)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934, p. 11.

⁵ “Discurso do Sr. Machado de Assis”, in ABL, *Discursos acadêmicos*, op. cit., p.p. 26-27.

⁶ João Ribeiro, “Brasileirismos: apontamentos gerais sobre o estudo dos vocábulos brasileiros”, *RABL*, julho 1910: 145-159 e “Lexicografia – brasileiroismos – apontamentos finais: bibliografia hispano-americana”, *RABL*, out. 1910: 370-377. As listas estão em “Dicionário de brasileiroismos”, *RABL*, out. 1910: 378-421; continuadas nas edições de jan. 1911: 98-125; abril 1911: 390-411; jul. 1911: 134-169; out. 1911: 382-410; e abril 1912: 339-342.

⁷ Manuel Said Ali, *Lexeologia do portuguez historico*. São Paulo: Melhoramentos, 1921, p. IV.

⁸ Idem, *Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico*. São Paulo: Melhoramentos, 1923, p.p. 164-166. Paternalismo parecido pode ser encontrado ainda em Antenor Nascentes, *O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro: Livraria Scientifica Brasileira, s.d., p. 16.

⁹ Solidônio Leite, *A lingua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite, 1922, p.p. 14-15. Barreto adotou mesma posição em “Resposta a um critico”, *Revista de Cultura*, I (5), maio de 1927, p.p. 248-249 e 257-258. Consultar ainda a posição de Antônio Mauro, farmacêutico em Jaú (SP), em *Estudos de portuguez*. São Paulo: Duprat, 1921, p. 36.

¹⁰ Visconde de Araguaia, “Orthographia da lingua portugueza”, *RB*, 01/07/1880, p. 24; Alfredo Gomes, *Lições de portuguez*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1889, cap. 43 e 44; A. Luzes, *O guia phonologico, ou Regras de phonetica, prosodia e orthographia para fallar e escrever correctamente*. Rio de Janeiro: Moraes, 1896, p.p. 83-86; Gustavo de Andrade, *Cacolexias ou vicios de linguagem*. Salvador: Cincinnato Melchhiades, 1910; Felipe Franco de Sá, *A lingua portugueza*. São Luiz: Imprensa Official, 1915, p.p. 288-289; Domingos de Castro Lopes, *Erros de prosodia*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1917; A. Mauro, *Estudos de portuguez*, op. cit., p.p. 7-13.

¹¹ Ver, por exemplo, Antônio de Castro Lopes, *Neologismos indispensaveis e barbarismos dispensaveis*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1889, p. XXII (itálicos no original).

¹² Antônio Trajano, *Estudo da lingua vernacula*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1903, p. 64. Veja-se opinião semelhante em Franco de Sá, *A lingua portugueza*, op. cit., p. 287.

- ¹³ *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Cecult; Editora da Unicamp, 2001, p.p. 192-210. Mas já muito antes se considerava o problema, com Miguel Lemos respondendo que a ortografia deveria seguir a pronúncia da “classe cultivada”: *Ortografia positiva*. Rio de Janeiro: Sede do Apostolado Positivista do Brazil, 1888, p. XI.
- ¹⁴ João Ribeiro, *A língua nacional*. Petrópolis: Vozes, 1979, p.p. 51-57; José Oiticica, *Estudos de fonologia*. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas, 1916, p.p. 71-79. Consultar ainda Otoniel Mota, “Questões filológicas”, separata da *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, 1914, p.p. 3-5.
- ¹⁵ Antônio Cândido, “Dialética da malandragem (caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*)”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 8, 1970: 67-89.
- ¹⁶ Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: O Estado de S. Paulo; Click, 1997, p. 25.
- ¹⁷ Idem, *ibidem*, p.p. 112-113.
- ¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 83 (significa estar grávida).
- ¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 115.
- ²⁰ Idem, *ibidem*, p. 43.
- ²¹ Idem, *ibidem*, p. 17.
- ²² Aluísio Azevedo, *O cortiço*. São Paulo: Ática: 1990, p. 34.
- ²³ Idem, *ibidem*, p. 72.
- ²⁴ Idem, *ibidem*, p.p. 63-65.
- ²⁵ Idem, *ibidem*, p.p. 36 e 55.
- ²⁶ Idem, *ibidem*, p. 48.
- ²⁷ Artur Azevedo, “Amor por anexins”, *A Capital Federal; O badejo; A jóia; Amor por anexins*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p.p. 219-232.
- ²⁸ Idem, *A Capital Federal*, respectivamente p.p. 16, 16, 27, 31, 60 e 129.
- ²⁹ Idem, *ibidem*, p. 24.
- ³⁰ Idem, *ibidem*, p. 44.
- ³¹ Lima Barreto, *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática; Folha de S. Paulo, 1995, p.p. 55-57.
- ³² A literatura sobre as tentativas de controle das classes populares durante a República Velha é grande e foge aos nossos objetivos discuti-la. Remeto-me a: Sidney Chalhoub, *Cidade febril*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p.p. 20-29, e *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001 (1ª edição de 1986); Sandra Graham, *Proteção e obediência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992; Martha Abreu, *Meninas perdidas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ³³ Vicente Reis, *Os ladrões no Rio*. Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert, 1903.
- ³⁴ Nos livros de policiais não entram as análises antropométricas, circunscritas aos grupos de estudos da Escola de Polícia. Mas há uma detalhada descrição dos divertimentos, hierarquia, formas de trabalho e locais da cidade em que atuavam os criminosos, como num relato etnográfico ou folclórico. Muitas vezes o recurso adotado é o de fornecer alguns dados através de estórias e diálogos “típicos”, na forma da literatura naturalista ou realista. Por fim, listas de nomes de criminosos, às vezes com breves apanhados de suas vidas e fotos também são fornecidos.
- ³⁵ Ernesto Senna, *Através do carcere*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 47.
- ³⁶ Elísio de Carvalho, “Giria dos gatunos cariocas”, *Boletim Policial*, 4/5/6, abril-junho de 1912: 168-81.
- ³⁷ “Girias usadas pelos ladrões e gatunos e encontradas, ha dias, num pedaço de papel, no portão da Cadeia, quando um nosso reporter foi entrevistar um celebre *amigo do alheio* que lá está recolhido *por não ter feito coisa alguma*”, *A Lanceta*, 27/03/1912, p.p. 4-5.
- ³⁸ V. Reis, *Os ladrões no Rio*, p.p. 185 e 191.
- ³⁹ Idem, *ibidem*, p. 185.
- ⁴⁰ E. Senna, *Através do carcere*, p.p. 7, 8 e 47.
- ⁴¹ John Geipel, “Caló: a linguagem ‘secreta’ dos ciganos da Espanha”, in Peter Burke e Roy Porter (org.), *Línguas e jargões*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p.p. 133-166.
- ⁴² F. A. Coelho, *Os ciganos de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, respectivamente p.p. 7-53.
- ⁴³ Idem, *ibidem*, p. 56.
- ⁴⁴ Idem, *ibidem*, p.p. 58-68.
- ⁴⁵ Silvío Romero utilizara “jargão” em 1888 para definir depreciativamente a linguagem “das classes baixas e incultas”, influência do francês *jargon* retirado das *Notions elementaires de grammaire comparée* de

- Egger. Como se viu no capítulo 2, era possível Romero usar esta caracterização, pois ele se referia a um nível da linguagem que não se relacionava com a noção de língua e que era composta por elementos disformes. Consultar *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 237.
- ⁴⁶ “Glossario cearense: expressões, corruptela, giria e tupy; acepções e phrases populares”, *A Lanceta*, n° 7-11 (24 de fevereiro a 20 de março de 1912) e n° 13-14 (27 e 30 de março de 1912).
- ⁴⁷ “Geringonça” se assemelha ao castelhano *jeringonza* e possui a mesma origem de “jargão”: veio do francês e do provençal, significando uma fala ininteligível, que derivou em outras línguas para sinônimos de “lenga-lenga”, “tagarelice” e “gargarejo”. Durante muito tempo em Portugal e na Espanha “geringonça” se referia à esta qualidade, sendo usada para designar certas forma de falar distintas do padrão culto ou de grupos marginais.
- ⁴⁸ Raul Pederneiras, *Geringonça carioca*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1922, p. 3.
- ⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 4.
- ⁵⁰ Antenor Nascentes, *O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro: Livraria Científica Brasileira, s.d.
- ⁵¹ idem, *ibidem*, p. 87.
- ⁵² Miriam Mendes, *A personagem negra no teatro brasileiro entre 1838 e 1888*. São Paulo: Ática, 1982, p.p. 138-139 e 193-195.
- ⁵³ Sílvia Martins de Souza, *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: Cecult; Editora da Unicamp, 2002.
- ⁵⁴ Artigo de jornal de 1875, citado por Afrânio Coutinho (org.), *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965, p. 122.
- ⁵⁵ José de Alencar, *O demônio familiar*. Campinas: Pontes, 2002, p.p. 14-15.
- ⁵⁶ Idem, *ibidem*, p.p. 52-54.
- ⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 39.
- ⁵⁸ Idem, *ibidem*, p.p. 82-84.
- ⁵⁹ Afrânio Coutinho, *A polêmica Alencar-Nabuco*, op. cit., p. 105.
- ⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 106.
- ⁶¹ Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, São Paulo: Ática, 1990, p.p. 68-69.
- ⁶² Idem, *ibidem*, p. 32. Ver outros personagens negros nas p.p. 60 e 76.
- ⁶³ A. Luzes, *O guia fonológico*. Rio de Janeiro: Moraes, 1896, p.p. 83-84.
- ⁶⁴ Olavo Bilac, “Chronica”, *Kosmos*, janeiro de 1907 (a revista não é paginada).
- ⁶⁵ Ambos autores levantaram muito poucos exemplos, pelo que uma pesquisa mais extensa nos jornais cariocas entre 1822 e 1850 ainda está por fazer. José Honório Rodrigues, *Independência: revolução e contra revolução*, vol. I. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, p.p. 141-42; Mary Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p.p. 293-95.
- ⁶⁶ Anúncio de 1883, citado por Alexandre Lazzari, *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Cecult; Editora da Unicamp, 2001, p. 164. Esta “língua de negro” continuou sendo usada por grupos negros até pelo menos o início do século XX (p.p. 190-193).
- ⁶⁷ Coelho Neto, *Rei negro*, em *Obra seleta* (vol. 1). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1958, p.p. 1088-89.
- ⁶⁸ Artur Azevedo, “A Capital Federal”, *A Capital Federal*, p. 23 (itálico no original).
- ⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 32.
- ⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 23.
- ⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 89 (itálicos no original).
- ⁷² Idem, *ibidem*, p. 28 (idem).
- ⁷³ Idem, *ibidem*, p. 89 (idem).
- ⁷⁴ Artur Azevedo, “A Capital Federal”, p. 43 (idem).
- ⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 79 (idem).
- ⁷⁶ Sobre o assunto, consultar Fernando Mencarelli, *Cena aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: Cecult; Editora da Unicamp, 1999.
- ⁷⁷ Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, op. cit., p. 86.
- ⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 101.
- ⁷⁹ Idem, “Quase doutor”, *Crônicas escolhidas*, op. cit., p.p. 139-140. Originalmente publicado na revista *Careta*, 08/05/1915.
- ⁸⁰ Além do caso gaúcho, pode-se elencar o nordestino, que parece ter suplantado nos anos 20 movimentos estaduais que, por ventura, fossem mais salientes. Um bom indício disso é o grupo de folcloristas e literatos reunidos no Recife em prol das tradições culturais do Nordeste, grupo que defendia que o Brasil era

marcado por identidades regionais muito acima das particularidades estaduais. Consultar: Gilberto Freyre, *Manifesto regionalista de 1926*. Recife: Edições Região, 1952. Ainda sobre o caso do Rio Grande do Sul, consultar: Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, s.d., p.p. 238-40; Regina Zilmerman, “Regionalismo e pré-modernismo” e Lígia Moraes Leite, “Sobre João Simões Lopes Neto”, in Fundação Casa de Rui Barbosa, *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: FCRB, 1988, respectivamente p.p. 131-40 e 143-54.

⁸¹ Antônio Celso Ferreira, *A epopéia bandeirante*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002; Tânia de Luca, *A Revista do Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

⁸² A. Celso Ferreira, *A epopéia bandeirante*, p.p. 109-10.

⁸³ A. C. Ferreira, *A epopéia bandeirante*, p.p. 132-42. Um dos poucos a discordar foi Couto de Magalhães, que em discurso lido em 1897 no IHGSP afirmava que o mestiço ou o luso-brasileiro não eram a base da sua identidade: “forão elles [os índios] os donos e senhores do solo que nós possuímos, e uma das origens da raça que hoje domina o Brasil; são os verdadeiros brasileiros, os verdadeiros paulistas.” Mais, ainda: a perda do sangue tupi enfraquecia o paulista, fazendo-o perder nobres qualidades, *Anchieta, as raças e linguas indigenas*. São Paulo: Carlos Gerke, s.d., p. 11. Em *O selvagem*. Rio de Janeiro: Reforma, 1876, p. XX, Couto afirmara que o tupi “produziu essa raça energica que constitue a quasi totalidade da população de S. Paulo e Rio Grande”.

⁸⁴ Monteiro Lobato, *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (37ª edição), p. 167.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 167.

⁸⁶ T. de Luca, *A Revista do Brasil*, p.p. 202-35.

⁸⁷ Valdomiro Silveira, “Penna de pato”, *Kosmos*, julho de 1904.

⁸⁸ Ver, por exemplo, Coelho Neto, “Mau sangue”, *Kosmos*, janeiro de 1909.

⁸⁹ Como José Maria Belo, “Amor de caboclo”, *Kosmos*, janeiro de 1908, e Viriato Correia, “Aos pés da cruz”, *Kosmos*, abril de 1909.

⁹⁰ Consultar, por exemplo: Costa Macedo, “O delírio da pastora”, *Kosmos*, janeiro de 1909, e Godofredo Rangel em *Vida ociosa*, de 1920 (Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000).

⁹¹ Azevedo Júnior, “Typos da roça: Bate-páu”, *Kosmos*, novembro de 1904.

⁹² Idem, “Typos da roça: Enrabichado”, *Kosmos*, outubro de 1904.

⁹³ Idem, “Typos da roça: Seu major”, *Kosmos*, julho de 1904.

⁹⁴ Um indício de que esta vinculação racial teve alguma ressonância na esfera local pode ser encontrado na resenha do gramático Silvio de Almeida, “O dialecto caipira, de Amadeu Amaral”, *O Estado de S. Paulo*, 24/12/1920.

⁹⁵ Amadeu Amaral, *O dialecto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920, p. 12 (itálico no original).

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 41 (itálico no original).

⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 56.

⁹⁸ Outra característica que afirma ser mais forte entre os negros (p. 28).

⁹⁹ Abstraindo-se o sentido conferido por cada autor à linguagem interiorana e sua vinculação ao escravo e ao negro, é de se lembrar que, ao contrário dos que, especialmente em São Paulo, excluíam a presença destes, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro tiveram grandes contingentes de falantes de línguas africanas, especialmente da família banto, mas também do oeste da África, como se vê nas várias descobertas de resquícios destas línguas: Aires da Mata Machado Filho, *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944; Peter Fry e Carlos Vogt, *Cafundó, a África no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; Sônia Queiroz, *Pé preto no barro branco*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

¹⁰⁰ Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, op. cit., p. 104.

EPÍLOGO

Os anos 10, 20 e 30 testemunharam o progressivo declínio da certeza de o Brasil ter um dialeto especial que caminhava para se autonomizar, bem como a limitação do estudo do tupi como língua morta a certos departamentos universitários. Isto significou que o problema da língua nacional recebeu uma fissura. A interpenetração entre literatura, filologia, antropologia, política indigenista e teorias raciais de formação nacional foi seriamente solapada.

Filólogos e gramáticos aceitaram finalmente a unidade da norma gramatical entre Brasil e Portugal, países entre os quais havia apenas variantes que não comprometiam a identidade comum. Mais e mais estes eruditos ganhavam colunas em jornais e cargos proeminentes na educação pública, como Mário Barreto, Said Ali, Laudelino Freire e Souza da Silveira, institucionalizando a gramática normativa como o mais importante e difundido estudo lingüístico durante várias décadas do século XX. A falta de pesquisas de maior fôlego, para além da coleta de um léxico e de esparsos e repetitivos comentários sobre a fonética brasileira, é a amostra mais evidente deste processo. É de se lembrar as tentativas pioneiras coordenadas por Mário de Andrade a partir do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e que resultaram no Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, em 1937¹, de tal forma a orientar a busca por uma uniformidade fonética para transmissões radiofônicas, para o teatro, cinema e canção nacionais que reunisse as características de pronúncia, ritmo e entonação comuns a todas as partes do país. Neste sentido, limitava-se o problema a encontrar os fatores não que levariam a uma independência de um sistema lingüístico nacional, mas que explicassem apenas as características peculiares de um falar português no Brasil. Daí que os anos 30 tenham sido uma época em que tenha se dado a última polêmica sobre o papel das três raças na formação deste falar. De um lado estavam antropólogos e folcloristas defendendo que a nossa pronúncia vinha das línguas africanas e do tupi, tal como expresso por algumas contribuições do Congresso de 37 e por Renato Mendonça.² De outro, os filólogos, tais como Gladstone Chaves de Melo e Serafim da Silva Neto³, afirmando que tal prosódia era fruto de dois fatores: uma parte advinha do natural desenvolvimento da língua

portuguesa, sendo também encontrada em Portugal, e outra parte não era mais do que uma forma de falar remanescente do século XVI, uma vez que a população sertaneja teria vivido quase isolada durante séculos.

Mas não havia neste debate a continuação do aporte do problema étnico, por exemplo? Havia, mas de forma a separar as duas questões. Com o desaparecimento do racismo científico e com a “teoria do embranquecimento” sendo solapada pela nova valorização da mestiçagem e do negro, a questão da língua deixou de representar um ponto importante de discussão da identidade nacional. Embora Chaves de Melo e Silva Neto tenham, para refutar a influência tupi-africana no português do Brasil, se valido de idéias que remetiam a Sílvia Romero e Nina Rodrigues quanto à inferioridade de negros e índios (a de que, vivendo em condições que impediam a reprodução de sua cultura em solo americano, ficaram por isso passivos frente à cultura portuguesa), eles não entraram na discussão mais ampla sobre o papel destas raças na formação nacional, nem previram o futuro da identidade brasileira. Como resultado, reciclava-se o racismo para dissociar o problema racial do lingüístico. Uma nação mestiça podia manter uma língua européia. Talvez isso ajude a explicar porque os estudos dialetológicos e fonológicos não tenham se desenvolvido, pois, entre outras razões que só mais pesquisas poderão esclarecer, solidificou-se a idéia de que a história social e cultural do Brasil nada tinham que ver com a da língua portuguesa, entregue que estava ela a um desenvolvimento orgânico próprio. Não deixa de ser sintomático que somente a partir da década de 1970 novas gerações de lingüistas tenham tentado reaproximar as duas esferas ⁴, sem que, contudo, tenham conseguido seduzir seja historiadores e antropólogos, seja outros lingüistas.

Paralelamente, desenvolveu-se um nacionalismo militante que pregava a defesa da língua de Camões, aproximando seu discurso do patriotismo exaltado e conservador iniciado com a Liga de Defesa Nacional em 1916, e que teria muitas de suas feições adotadas pelo Estado Novo a partir de 1937, tais como: a noção da sociedade como corpo mobilizado pelo Estado, sempre em situação de alerta; e a centralidade do papel cívico da educação. Uma das marcas deixadas neste período – a pregação por uma efetiva política lingüística direcionada a impedir a existência das línguas dos imigrantes, disseminando entre eles o português – tem como componente a noção de latinidade em oposição ao arianismo germânico. ⁵ Não deixa de ser significativo, além disso, que seja justamente

nos anos 30 e 40 que os contatos entre brasileiros e portugueses em torno da ortografia – incentivados pelos regimes autoritários de Vargas e de Salazar – tenham se desenvolvido tanto. É preciso também lembrar que as querelas anteriores sobre a quem pertencia a língua portuguesa – se ao mais populoso Brasil ou se ao primeiro dono Portugal – desapareceram. Na esfera do Estado, parece que este momento marca a substituição do cerne da política lingüística do problema da integração dos índios e do uso do tupi, pela necessidade de se garantir a unidade nacional sob a língua portuguesa.

Também as novas propostas estéticas e históricas, sob a capa do modernismo, se envolveram no debate. No “Manifesto da poesia pau-brasil”, de 1924, Oswald de Andrade pregava “a língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos”.⁶ Ou, como afirmou Manuel Bandeira em “Poética”:

Estou farto do lirismo que pára e vai averiguar no dicionário o cunho vernáculo de um
vocábulo

Abaixo os puristas

Todas as palavras sobretudo os barbarismos universais

Todas as construções sobretudo as sintaxes de exceção⁷

Embora esta iconoclastia pudesse ser lida como um reforço da idéia de uma língua brasileira, deu-se a limitação dos esforços destes literatos, interessados em criar apenas uma linguagem poética. Mas um de seus principais nomes ajudou a difundir a impressão de que o assunto era a defesa da língua brasileira. Mário de Andrade valorizou a mestiçagem e as influências culturais negras e indígenas. Por outro lado, se debateu entre procurar a língua nacional e centrar a questão da identidade não em uma alteridade de idiomas entre Brasil e Portugal, mas em formas de falar o português e no papel que a literatura tinha em registrar esta fala.

Não vou aqui explorar a fundo a obra de Mário de Andrade, mas é interessante notar como este problema o perseguiu durante toda sua vida, em boa medida porque pouco se defendia publicamente das críticas de que ou inventava palavras e sintaxes, ou cometia erros gramaticais, ou ainda de que defendia uma língua brasileira. Outra razão pode ser a forte reação contrária, que classificava a posição de Mário como já ultrapassada. Nas cartas a Manuel Bandeira sente-se como as muitas reprimendas o

incomodavam.⁸ A bem da verdade, algumas de suas posições tinham um cunho de polêmica que facilitava a tarefa dos defensores da identidade lingüística com Portugal. É o que se vê em crônica de 1929, época na qual, na correspondência privada Mário já relativizava a questão:

porque o Brasil é uma nação possuidora de uma língua só. Essa língua não lhe é imposta. É uma língua firmada gradativa e inconscientemente no homem nacional. É a língua de que todos os socialmente brasileiros têm que se servir, se quiserem ser compreendidos pela nação inteira. É a língua que representa intelectualmente o Brasil na comunhão universal.⁹

Somando a esta opinião sua grande obra, *Macunaima*, de 1928, em que há uma notória preocupação com a sintaxe e com o vocabulário brasileiro, seja no narrador seja nos personagens, vê-se que era fácil chocar os gramáticos, levando-os a denunciar esta língua brasileira como simples elevação do erro à categoria literária. Um dos capítulos centrais do livro alimentava ainda mais a leitura de que Mário queria sobrepor uma língua brasileira ao português. “Carta pras icamiabas” é todo composto por uma missiva do herói sem nenhum caráter descrevendo São Paulo e, entre outros, sua elite letrada, na qual ele se utiliza da linguagem empolada e bacharelesca da mesma. Mário satiriza a todo o tempo a preocupação com a correção gramatical, com a vernaculidade e com o palavreado tirado dos dicionários, como citara Manuel Bandeira no poema. “Por estas paragens mui civis, os guerreiros chamam-se polícias, grilos, guarda-cívicas, boxistas, legalistas, mazorqueiros, etc.; sendo que alguns destes termos são neologismos absurdos – bagaço nefando com que os desleixados e petimetres conspurcam o bom falar lusitano.”

¹⁰ Mário se valia do estilo ligado ao purismo para, em um romance que pregava uma raiz positiva da identidade brasileira calcada na mistura cultural e racial, na incorporação criativa do folclore e na criação a partir disto de uma nova tradição, abalroar a idolatria da nossa latinidade. As ironias à pretensão são constantes: entre várias outras, em algumas passagens São Paulo é classificada como parte da “eviterna civilização latina”, “à feição tradicional de Roma”.¹¹

Contudo, as estocadas desviavam a atenção de uma outra forma de encarar o problema que dizia mais respeito aos críticos literários do que aos gramáticos. É o que Margarida de Souza Neves chamou de “drama da dualidade lingüística do Brasil”¹²; ou seja, o da existência de um modo de falar português no Brasil e uma literatura que ainda

não o refletia. Neste sentido, não se tratava da existência de dois idiomas, com sistemas gramaticais distintos, mas de dois registros diferentes. A própria “Carta pras icamiabas” deixava entrever esta concepção:

Ora sabereis que a sua riqueza de expressão intelectual é tão prodigiosa, que falam numa língua e escrevem noutra. Assim chegado a esta plagas hospitalares, nos demos ao trabalho de bem nos inteirarmos da etnologia da terra, e dentre muita surpresa e assombro que se nos deparou por certo não foi das menores tal originalidade lingüística. Nas conversas, utilizam-se os paulistas dum linguajar bárbaro e multifário, crasso de feição e impuro na vernaculidade, mas que não deixa de ter o seu sabor e força nas apóstrofes, e também nas vozes do brincar. [...] Mas si de tal desprezível língua se utilizam na conversação os naturais desta terra, logo que tomam da pena, se despojam de tanta asperidade, e surge o Homem Latino, de Lineu, exprimindo-se numa outra linguagem, mui próxima da vergiliana, no dizer dum panegirista, meigo idioma, que, com imperecível galhardia, se intitula: língua de Camões!¹³

Na sua correspondência pessoal, Mário de Andrade deixava claro que o principal não era a defesa de uma língua nacional própria.

Quando me senti escrevendo brasileiro primeiro que tudo pensei e estabeleci: Não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim. É o que fiz. Inda a pouco, João Ribeiro me chamou á fala num artiguete sobre si escrevo brasileiro ou português [...]. E concluia que escrevemos por mais nota forçada, português português. Respondi que isso não tinha a minima importancia, discutir criterio de linguas e dialetos pra saber se falavamos português e brasileiro. E que êle e Roquete Pinto estavam como quasi todos colocando o problema errado. Se tratava simplesmente duma questão pragmatica. Pouco me incomoda agora que eu esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal: o que eu escrevo é língua brasileira pelo simples fato de ser a língua minha, a língua de meu país, a língua que hoje representa no mundo muito mais o Brasil que Portugal: enfim: a língua do Brasil.¹⁴

Todo o problema era de semântica: qual o sentido de língua do Brasil ou brasileira. Mário parecia ter claro o que queria, mas não cuidava muito na adoção das expressões a utilizar, ainda mais tratando-se de tema com longa tradição de confrontos e polêmicas. Por exemplo: às vezes ele achava que o brasileiro iria se separar do português, mantendo com relação a ele a mesma distância deste para o castelhano.¹⁵ Ao mesmo tempo, seu projeto da uma “Gramatiquinha”, cujos planos não foram levados adiante, se apresentava como o da sistematização de um novo código lingüístico. Mário, contudo, não só se deu conta que o trabalho era muito mais complexo do que imaginava, como depurou suas idéias.

Ele acreditava num papel central dos modernistas em abrir caminho até o falar popular, de forma a fixar em regras suas características ao mesmo tempo em que a elevavam a material de uma linguagem autenticamente nacional. A Manuel Bandeira, em

1925, ele pedia que “os outros me ajudem pra que eu realize a minha intensão: *ajudar* a formação literária, isto é, culta da lingua brasileira”. Oito anos após, ele ia ainda mais fundo na explicitação de seu projeto: “Eu não tenho a mais minima pretensão de criar uma lingua. Creio até que das minhas maluquices nenhuma não se estriba sobre fato não escrito antes. Às vezes mesmo me assombro como tudo já foi dito. Eu me fiz instrumento duma coisa natural, é só.”¹⁶ Neste sentido, podemos afirmar que seu intento era o que poderíamos chamar de “alencariano” – sem a ilusão de um futuro de separação entre Brasil e Portugal. Ou seja, o criador de Macunaíma queria encontrar o que unificaria as variedades fonéticas e vocabulares brasileiras, para daí retirar uma linguagem literária autêntica. É instigante imaginar que Mário estava no entrecruzamento de um debate antigo, controverso, e que a tradição dos gramáticos e a modernidade dos escritores voltavam a se chocar exatamente em si.

Mas nem tudo em Mário de Andrade era “alencariano”. Na questão do papel das raças, ele diferia não só do romântico, mas também dos homens de letras do início do século XX, ao identificar um papel positivo aos africanos e aos tupis, no que ele, aliás, seria seguido por outros autores dali em diante, exceção feita aos gramáticos, como vimos. “Em compensação adquiri uma sonoridade mais familiar, um ritmo mais dengoso e balançado que é bem geito brasileiro desta nossa raça misturada do índio deslisante e do negro dansador.”¹⁷

Mas com tudo isso, como é possível afirmar que o purismo continuou incólume? A lexicografia, a dialetologia e a filologia acabaram sendo abandonadas pelos escritores, ficando a cargo de especialistas, em uma área onde o apego à língua portuguesa fincou pé durante algumas décadas após 1920. É justamente pela delimitação deste ambiente acadêmico, de onde os defensores da gramática normativa e da divulgação da noção de defesa da língua portuguesa poderiam controlar o ensino público e influenciar a imprensa e os governos que se pode afirmar que o purismo, se não ficou intacto, sobreviveu e se rearticulou.

Embora escape ao período e fontes aqui estudados, é possível que o motivo estivesse na percepção da modernidade que, se já vinha de algumas décadas, aflorou como problema central de uma sociedade já há muito distanciada do problema da escravidão e da integração do índio, que se urbanizava rapidamente, na qual a entrada de

imigrantes modificava o perfil e os problemas da mão-de-obra de algumas regiões, e que passava lentamente do momento mais agudo do darwinismo social para um de exaltação do caldeamento étnico. Depois de um tupi importante como vestígio do passado e da mitologia mestiçadora tupi-portuguesa, que servia para harmonizar a nação com sua formação histórica, veio o dialeto luso-brasileiro, em que o tupi e o “angolano” foram apresentados como exotismos diferenciadores que mostravam que a mestiçagem não degenerara a nação. Enquanto isso, se desenvolvia outra saída para os problemas identitários sentidos pelos homens letrados que viam na língua uma fonte de reflexão. Usando a imagem do casto e antigo português, esses homens contrapunham-se ainda mais efetivamente às teorias raeistas – ao mesmo tempo que as reforçava, no sentido de desprezar por completo as bárbaras línguas indígenas e africanas. A tradição era o escudo contra a modernidade. No novo contexto pós-anos 20, parece que a própria modernidade fornecia uma resposta, com a súbita valorização pelas vanguardas estéticas do primitivo, do folclórico, da África e das raças “subalternas”. Talvez daí a dissociação entre filólogos e escritores: uns ainda se apegaram ao classicismo; outros revisaram a origem da nacionalidade.

É isto que nos indica que há vias a serem investigadas, pelas quais o debate pode ter continuado, mesmo que com novos atores, novas teorias, novas áreas de expressão, e novos significados. Afinal, só conhecendo melhor a articulação tecida entre língua, literatura e identidade nacional nas décadas seguintes é possível se aproximar destes nossos dias atuais em que certos medos e receios da pós-modernidade reavivam o debate, parecendo reproduzir tantas vozes passadas.

NOTAS

¹ Consultar: Leonor Cabral, *As idéias lingüísticas de Mário de Andrade*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

² Discoteca Pública do Departamento de Cultura, “A pronúncia cantada e o problema do nasal brasileiro através dos discos”, *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p.p. 201-04; Renato Mendonça, *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933 e *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. Posições similares, mas menos seguras, estão em Jacques Raymundo, *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933, e Aires da Mata Machado Filho, *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944.

³ Gladstone Chaves de Melo, *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação GeTullio Vargas, 1975 (1ª edição 1946); Serafim da Silva Neto, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1977 (1ª edição 1950).

⁴ Yeda de Castro, "Antropologia e lingüística nos estudos afro-brasileiros", *Afro-Ásia*, junho de 1976, p.p. 211-227, *Os falares africanos na interação social do Brasil colônia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1980, e "A presença cultural negro-africana no Brasil: mito e realidade". Centro de Estudos Afro-Orientais; UFBA: *Estudos/Pesquisas*, 10, julho de 1981; Peter Fry e Carlos Vogt, *Cafundó, a África no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996; Sônia Queiroz, *Pé preto no barro branco*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

⁵ A pregação pela limitação se deu contra o italiano e, sobretudo, o alemão. Já em 1893 Machado de Assis alertava para a tarefa de disseminação do ensino de português entre os colonos (*A semana I*. São Paulo: Globo, 1997, p. 73). Mas só com a eclosão da I Guerra Mundial o tema se tornou candente e tons de alerta pela preservação da unidade nacional, como se vê em palestra de Olavo Bilac em Curitiba em 1916 ("A língua portuguesa", *Ultimas conferencias e discursos*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo: Francisco Alves, s.d., p.p. 208-10). Sobre o impacto da guerra no Brasil, o medo da invasão germânica e o papel de Bilac e da Liga de Defesa Nacional, consultar: Thomas Skidmore, *Back into white*. Durhan e Londres: Duke University Press, 1993, p.p. 152-70, e Tania de Luca, *Revista do Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p.p. 109-12 e 127-29. Sobre a proibição do ensino de alemão no Brasil, consultar: Cynthia Campos, *A política da língua na era Vargas*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

⁶ Oswald de Andrade, *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 1995, p. 42.

⁷ Manuel Bandeira, *Vou-me embora pra Pasárgada e outros poemas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 25.

⁸ Mário de Andrade, *Cartas a Manuel Bandeira*. São Paulo: Ediouro, 2001, p.p. 80, 149, 152, 157, 240.

⁹ Apud Margarida de Souza Neves, "Da maloca do Tietê ao império do mato virgem. Mário de Andrade: roteiros e descobrimentos", in Leonardo Affonso Pereira e Sidney Chalhoub, *A história contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 283.

¹⁰ M. de Andrade, *Macunaima*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Garnier, p. 71.

¹¹ Idem, *ibidem*, p.p. 76 e 77. Em cartas a Luís da Câmara Cascudo e a Bandeira, Mário disse que introduziu trechos de clássicos portugueses, de Rui Barbosa, de Mário Barreto e de outros, mas que havia outras intenções além de ridicularizar o pedantismo acadêmico. Consultar: M. S. Neves, "Da maloca do Tietê ao império do mato virgem", p. 283, e M. de Andrade, *Cartas a Manuel Bandeira*, p. 123.

¹² M. S. Neves, "Da maloca do Tietê ao império do mato virgem", p. 282.

¹³ M. de Andrade, *Macunaima*, p. 80.

¹⁴ M. de Andrade, *Cartas a Manuel Bandeira*, p.p. 157-58.

¹⁵ M. de Andrade, *Cartas a Manuel Bandeira*, p. 71. No posfácio não publicado de *Amar, verbo intransitivo* (1927), ele se mostrava mais indeciso, mas não descartava o paralelo.

¹⁶ M. de Andrade, *Cartas a Manuel Bandeira*, respectivamente p.p. 66 e 223. Ver ainda *Amar, verbo intransitivo*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Villa Rica, 1992, p.p. 151-52.

¹⁷ M. de Andrade, *Cartas a Manuel Bandeira*, p. 71.

Anexo 1

Vocabulário de galicismos mais citados entre 1820 e 1920

- Abajur.** Condenado por: Costa e Cunha; Antônio de Castro Lopes Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Abandonado.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Góes.
- Abandonar.** Condenado por: José freire; Andrade; Laudelino Freire.
- Abordar.** Condenado por: Barreto; Figueiredo; Laudelino Freire; Góes.
- Aclimatar.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Adresse.** Condenado por: Saraiva; Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Afazer.** Condenado por: Costa e Cunha; José freire; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Afetado.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Barreto; Laudelino Freire; Góes.
- Afetar.** Condenado por: Pimentel; Laudelino Freire.
- Alarmado.** Condenado por: Saraiva.
- Alarmante.** Condenado por: Alcides Cunha; Laudelino Freire; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Alarmar.** Condenado por: Saraiva; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Alarme.** Condenado por: Saraiva; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Apartamento.** Condenado por: Alcides Cunha; Laudelino Freire. Permitido por: Saraiva.
- Aplomb.** Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Assassinato.** Condenado por: Barreto; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Atacar.** Condenado por: Saraiva.
- Ataque.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Góes.
- Ateliê.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.
- Attaché.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Góes.
- Aturdido.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Andrade; Pimentel; Góes.
- Audacioso.** Condenado por: Saraiva; Costa e Cunha; Tullio; Alcides Cunha; Góes. Permitido por: Tullio.
- Avalanche.** Condenado por: Castro Lopes; Barreto; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Góes. Permitido por: Taunay; Barreto.
- Bal-masqué.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.
- Banal.** Condenado por: Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Banalidade.** Condenado por: Laudelino Freire; Góes.
- Barricada.** Condenado por: Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Barreto.
- Barricar.** Condenado por: Saraiva; Andrade; Laudelino Freire.
- Bicicleta.** Condenado por: Castro Lopes; Pimentel; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Figueiredo.
- Bijuteria.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Bizarro.** Condenado por: Saraiva; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Blague.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Boné.** Condenado por: Costa e Cunha; Trajano; Pimentel; Góes. Permitido por: Barreto; Figueiredo.
- Bonomia.** Condenado por: Saraiva; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Boudoir.** Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Buquê.** Condenado por: Costa e Cunha; Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Brusco.** Condenado por: Saraiva; Costa e Cunha; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Cabaré.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Góes. Permitido por: Laudelino Freire.
- Cabotagem.** Condenado por: Saraiva; Costa e Cunha; Castro Lopes; Tullio; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Cabriolé.** Condenado por: Figueiredo. Permitido por: Barreto.
- Cachenez.** Condenado por: Trajano; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Figueiredo.
- Cadastro.** Condenado por: Saraiva; Andrade; Pimentel; Laudelino Freire.
- Cair das nuvens.** Condenado por: Tullio; Trajano; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Barreto.
- Calembur.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Carnagem.** Condenado por: Saraiva; Costa e Cunha; Tullio; Barreto; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Carnê.** Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Chalé.** Condenado por: Castro Lopes; Pimentel; Góes. Permitido por: Figueiredo.
- Champanhe.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Góes. Permitido por: Barreto.
- Chance.** Condenado por: Castro Lopes; Laudelino Freire; Góes.
- Charivari.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.
- Chefe de obra.** Condenado por: Saraiva; Castro Lopes; Taunay; Tullio; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Chicana.** Condenado por: Saraiva; Taunay; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Claque.** Condenado por: Castro Lopes; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Figueiredo.
- Clichê.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.
- Coalisão.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- O cólera.** Condenado por: Costa e Cunha; Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Comitê.** Condenado por: Castro Lopes; Tullio; Figueiredo; Andrade;

Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Saraiva.

Comportamento. Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Laudelino Freire.

Comprometer. Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.

Conduta. Condenado por: José freire; Saraiva; Tullio; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Conduzir. Condenado por: Tullio; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Confecção. Condenado por: Taunay; Figueiredo; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Confeccionar. Condenado por: Castro Lopes; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Confinar. Condenado por: Saraiva; Costa e cunha; Tullio; Andrade; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Constatar. Condenado por: Castro Lopes; Tullio; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Contar com. Condenado por: Saraiva; Tullio; Barreto; Alcides Cunha; Góes.

Coquete. Condenado por: Saraiva; Costa e cunha; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Figueiredo.

Corbaille. Condenado por: Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Figueiredo.

Costume. Condenado por: Saraiva; Taunay; Barreto; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Crachá. Condenado por: Saraiva; Tullio; Andrade; Pimentel; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Figueiredo.

Creche. Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Crochê. Condenado por: Castro Lopes; Barreto; Trajano; Figueiredo; Andrade; Góes.

Croquis. Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Debauche. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Debochado. Condenado por: Laudelino Freire; Góes.

Debochar. Condenado por: Tullio; Alcides Cunha; Laudelino Freire.

Deboche. Condenado por: Saraiva; Taunay; Tullio; Barreto; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Début. Condenado por: Castro Lopes; Barreto; Trajano; Figueiredo; Andrade; Góes.

Debutante. Condenado por: Barreto.

Debutar. Condenado por: Castro Lopes; Barreto; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Degringolada. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Delivramento. Condenado por: Figueiredo; Góes.

Delivrar. Condenado por: Góes.

Délivrance. Condenado por: Pimentel; Laudelino Freire. Permitido por: Figueiredo.

Démodé. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Departamento. Condenado por: Saraiva; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Desapontado. Condenado por: Taunay; Tullio; Alcides Cunha; Góes.

Desapontamento. Condenado por: Taunay.

Descoberta. Condenado por: Saraiva; Taunay; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Desolado. Condenado por: Saraiva; Costa e cunha; Tullio; Barreto; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Destaque. Condenado por: Laudelino Freire; Góes.

Destacar. Condenado por: Saraiva; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.

Detalhadamente. Condenado por: Tullio.

Detalhado. Permitido por: Saraiva.

Detalhar. Condenado por: Tullio; Alcides Cunha; Góes. Permitido por: Saraiva.

Detalhe. Condenado por: Costa e cunha; Castro Lopes; Taunay; Tullio; Barreto; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Saraiva.

Doméstico. Condenado por: Tullio; Andrade; Pimentel; Góes. Permitido por: Saraiva.

Drapejar. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Ducha. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Góes. Permitido por: Barreto.

Eclusa. Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Saraiva.

Elite. Condenado por: Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Embalagem. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Embelecer. Condenado por: Saraiva; Andrade; Laudelino Freire; Góes.

Embelecido. Condenado por: Saraiva.

Embelecimento. Condenado por: Saraiva.

Embelezar. Condenado por: Pimentel; Góes.

Emoção. Condenado por: Castro Lopes; Saraiva; Taunay; Tullio; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Encorajar. Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Laudelino Freire.

Engrenagem. Condenado por: Castro Lopes; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Engrenar. Condenado por: Góes.

Ensemble. Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Entente. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Entrave. Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Envelope. Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Etagère. Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.

Etapa. Condenado por: Pimentel; Góes. Permitido por: Figueiredo.

Etiqueta. Condenado por: Castro Lopes; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Saraiva.

Evoluir. Condenado por: Taunay; Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire.

Faisandé. Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Laudelino Freire; Góes.

Fatigante. Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Laudelino Freire.

Fauteuil. Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Féérico. Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes;

Felicitações. Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Festival. Condenado por: Castro Lopes; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.

Finanças. Condenado por: Saraiva; Costa e cunha; Tullio; Góes.

Flanar. Condenado por: Figueiredo; Laudelino Freire; Góes.

Flaneur. Condenado por: Castro Lopes; Alcides Cunha; Laudelino Freire.

- Formato.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Formigar.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Fortuna.** Condenado por: Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Fuzil.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Fuzilar.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Gafe.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire.
- Garçom.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Garagem.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.
- Garantia.** Condenado por: Saraiva; Alcides Cunha.
- Garantir.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Laudelino Freire.
- Gare.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.
- Gaze.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Gestão.** Condenado por: Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Golpe de vista.** Condenado por: Saraiva; Castro Lopes; Figueiredo; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Governanta.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Grand monde.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Góes.
- Greve.** Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Guichet.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Habitué.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Hotel.** Condenado por: Figueiredo; Castro Lopes; Pimentel; Góes.
- Imbecil.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Laudelino Freire; Góes.
- Imbecilidade.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Imediações.** Condenado por: Saraiva; Costa e cunha; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Inconcebível.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Isolado.** Condenado por: Saraiva; Costa e cunha; Tullio; Figueiredo; Pimentel.
- Isolar.** Permitido por: Barreto.
- Jennessee dorée.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Madame.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Maionese.** Condenado por: Pimentel; Góes. Permitido por: Barreto; Figueiredo.
- Marche aux flambeaux.** Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Pimentel. Permitido por: Laudelino Freire.
- Massacrar.** Condenado por: Saraiva; Costa e cunha; Tullio; Figueiredo; Laudelino Freire; Góes.
- Massacre.** Condenado por: Saraiva; Costa e cunha; Taunay; Tullio; Barreto; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Massagem.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Andrade; Pimentel; Laudelino Freire.
- Matiné.** Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Menu.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Mise-en-scène.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Morgue.** Condenado por: Taunay; Figueiredo; Pimentel; Góes.
- Nuance.** Condenado por: Castro Lopes; Costa e cunha; Tullio; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Taunay.
- Nulo.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Omelete.** Condenado por: Figueiredo; Andrade; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Ouverture.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Paletó.** Condenado por: Pimentel; Góes. Permitido por: Barreto; Figueiredo.
- Passagem.** Condenado por: José freire.
- Penhoar.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Peife-mele.** Condenado por: Pimentel; Figueiredo; Laudelino Freire; Góes.
- Penível.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Perder a cabeça.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Góes. Permitido por: Barreto.
- Piquenque.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Pimentel. Permitido por: Taunay.
- Pince-nez.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Pimentel; Andrade; Laudelino Freire; Góes.
- Placar.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Figueiredo.
- Plaquette.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire.
- Plató.** Condenado por: Costa e cunha; Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire.
- Populaça.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Pose.** Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Pressante.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Andrade; Laudelino Freire; Góes.
- Quermesse.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Reclame.** Condenado por: Castro Lopes; Trajano; Figueiredo; Andrade; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Taunay.
- Regressar.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Laudelino Freire; Góes.
- Rendez-vous.** Condenado por: Saraiva; Costa e cunha; Castro Lopes; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Remarcável.** Condenado por: Saraiva; Costa e cunha; Tullio; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Renomado.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.
- Reprimenda.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Barreto.
- Resedá.** Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Ressurça.** Condenado por: Saraiva; Andrade; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.
- Restaurante.** Condenado por: Barreto; Pimentel; Laudelino Freire. Permitido por: Figueiredo.
- Revanche.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Barreto; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.
- Reveria.** Condenado por: Saraiva; Tullio; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Revoltar. Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Laudelino Freire.

Ridículo. Condenado por: Saraiva; Costa e Cunha; Tullio; Pimentel; Laudelino Freire.

Robe-de-chambre. Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.

Rotina. Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Salvaguardar. Condenado por: Saraiva; Tullio; Alcides Cunha; Laudelino Freire.

Secundar. Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.

Silhueta. Condenado por: Pimentel; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Figueiredo.

Soirée. Condenado por: Costa e Cunha; Figueiredo; Andrade;

Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Sucesso. Condenado por: Saraiva; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Barreto.

Ter lugar. Condenado por: Taunay; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Tête-à-tête. Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.

Tige. Condenado por: Barreto; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Toilette. Condenado por: Costa e Cunha; Castro Lopes; Figueiredo; Andrade; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Turnê. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Góes. *

Trenó. Condenado por: Saraiva; Tullio; Pimentel; Góes. Permitido por: Figueiredo.

Trupe. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Laudelino Freire; Góes.

Turismo. Condenado por: Figueiredo; Góes. Permitido por: Barreto.

Turista. Condenado por: Castro Lopes; Tullio; Trajano; Figueiredo; Andrade; Pimentel; Laudelino Freire; Góes. Permitido por: Barreto.

Verve. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Viável. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Laudelino Freire; Góes.

Virtuoso. Condenado por: Castro Lopes; Figueiredo; Pimentel; Góes.

Vitrine. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.

Viveres. Condenado por: Figueiredo; Pimentel; Alcides Cunha; Góes.

NOTA DE ESCLARECIMENTO: Os galicismos aqui listados foram citados no mínimo em quatro autores diferentes. Atualizei a ortografia e, no caso dos termos já terem sido abrigados, optei pela grafia atual.

FONTES:

ALCIDES CUNHA, J., *Regras do pronome pessoal complemento - Alguns gallicismos dispensáveis*. Porto Alegre: Americana, 1918.

ANDRADE, Gustavo de, *Cacolexias ou vícios de linguagem*. Bahia: Cincinnato Melchhiades, 1910.

BARRETO, Mário, *Estudos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Viuva Azevedo & C., 1903.

_____, *Novíssimos estudos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

_____, *Últimos estudos*. Rio de Janeiro: EPASA, 1944.

_____, *De gramática e de linguagem*. Brasília: INL. Rio de Janeiro: Presença; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.

_____, *Através do dicionário e da gramática*. Brasília: INL. Rio de Janeiro: Presença; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

COSTA E CUNHA, Antônio Estevão da, *Manual do examinando de português*. Rio de Janeiro: J. de Azevedo. Paris: Pillet et Dumoulin, 1883.

FIGUEIREDO, Cândido, *Falar e escrever*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1906.

_____, *Os estrangeirismos*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1923.

FREIRE, Francisco José, *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842.

FREIRE, Laudelino, *Gallicismos*. Rio de Janeiro: Fluminense, 1921.

GÓES, Carlos, *Dicionário de gallicismos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1920.

LOPES, Antônio de Castro, *Neologismos indispensáveis e barbarismos dispensáveis*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1889.

PIMENTEL, Elpidio, *Um punhado de galicismos. Pelo vernáculo!*. Vitória: Diário da Manhã, s.d.

SARAIVA, Francisco Justiniano, "Glossário das palavras e frases da língua franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na locução portuguesa moderna; com o juízo crítico das que são adoptáveis nella", *MACL*, 1816, 4, parte II: 1-146.

_____, *Estudos críticos*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1883.

TRAJANO, Antônio, *Estudo da língua vernacula*. Rio de Janeiro: Cia. Typographica do Brazil, 1903.

TULLIO, Antônio da Silva, *Aprende a língua vernacula*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves, 1893.

Anexo 2

Gírias de criminosos cariocas da Belle Époque

- Abafar.** Furtar (Elísio de Carvalho).
- Abrir o livro.** Discutir; injuriar (E. de Carvalho).
- Acampanado.** Pessoa sendo estudada; ou gatuno na mira da polícia (vocabulário de ladrões de Ernesto Senna; E. de Carvalho).
- Acampanar.** Estudar uma possível vítima (ladrões de Senna; E. de Carvalho).
- Seguir alguém de perto** (Vicente Reis).
- Acanalhar.** Atrapalhar um roubo; ridicularizar (E. de Carvalho).
- Achacador.** *Achacador de otário*; passador do conto do vigário (vocabulário de pivetes de E. Senna; V. Reis).
- Achacar.** "Atacar o próximo" (V. Reis). Pedir dinheiro; subornar; extorquir; enganar (E. de Carvalho).
- Aço.** Arma branca (E. de Carvalho).
- A dita.** Casa de Detenção (V. Reis; E. de Carvalho).
- Adoquim.** "Esquina perto de parada de rondante" (V. Reis). Posto policial; zona policiada; ponto de parada da polícia (E. de Carvalho).
- Aduana.** Roupas feitas (E. de Carvalho).
- Afanado.** Gatuno processado na Justiça (pivetes de E. Senna; V. Reis). Indivíduo roubado (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
- Afanar.** Furtar as amostras ou mercadorias (pivetes de E. Senna). Furtar ou roubar (ladrões de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
- Afanar o mudo.** Roubar de igreja (E. de Carvalho).
- Águia.** Sujeito astuto, manhoso (E. de Carvalho).
- A la gorda.** Muito dinheiro (pivetes de E. Senna). Cheio de dinheiro (V. Reis).
- Alarde.** Visita carcerária (E. de Carvalho).
- Alcagüeta.** Denunciante; delator (V. Reis; *acagüete* em E. de Carvalho).
- Alcides.** "Maricas" (E. de Carvalho).
- Alegre.** Relógio (V. Reis). Relógio de parede (E. de Carvalho).
- Aleijado.** Medroso, fraco (E. de Carvalho).
- Alfinete.** Punhal (V. Reis; E. de Carvalho).
- Aliviado.** Livre de processo judicial (E. de Carvalho).
- Aliviar.** Roubar (E. de Carvalho).
- Alívio.** Advogado, defensor (E. de Carvalho).
- Alveitar.** Médico (E. de Carvalho).
- Amarra.** Sinônimo de *marroca*. Corrente de relógio (E. de Carvalho).
- Amostrecas.** Gêneros expostos à venda (E. de Carvalho).
- Amostrequero.** Ladrão que rouba gêneros expostos à venda em lojas e armazéns (E. de Carvalho).
- Amputado.** Roubo abortado (E. de Carvalho).
- Ancú.** Grito de "alerta!" (V. Reis; E. de Carvalho). Sinal feito quando se aproxima um policial (sinônimo de *biancum*; E. de Carvalho).
- Andantes.** Pernas (E. de Carvalho).
- Angü.** Coisas falsas ou sem valor. Ver *araque* (E. de Carvalho).
- Antes que venha andana.** "Depressa que alguém pode acudir" (V. Reis). Depressa; rapidamente (E. de Carvalho).
- Araque.** Roubo que nada vale (V. Reis). Coisa sem valor (E. de Carvalho).
- Arataca.** Cassetete, porrete (E. de Carvalho).
- Arca de Noé.** Casa de penhor (E. de Carvalho).
- Ardosa.** Pinga (E. de Carvalho).
- Arifes.** Tesoura (E. de Carvalho).
- Aspirador.** Tubo respiratório para quando se esgueira pelo esgoto ou túneis (E. de Carvalho).
- Ataques.** Grito de "cuidado!" (V. Reis; E. de Carvalho).
- Atracador.** Ladrão que ataca viajantes em estradas (E. de Carvalho).
- Atracar.** Imobilizar vítima (E. de Carvalho).
- Atraco.** Roubo em estrada (E. de Carvalho).
- Autópsia.** Roubar tudo de um indivíduo (pivetes de E. Senna; E. de Carvalho, que registra como sinônimo *autopsiar*). Retirar tudo de alguém caído na rua (V. Reis; E. de Carvalho).
- Avilhetar.** Ter (V. Reis; E. de Carvalho).
- Azeiteiro.** Gigolô; amante (E. de Carvalho).
- Aznlar.** Fugir, desaparecer, escapar (E. de Carvalho).
- Bacam.** Homem rico (V. Rico).
- Bacano.** Rico em condições de ser roubado (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). Pessoa endinheirada (E. de Carvalho).
- Bachí.** Mau, perverso (E. de Carvalho).
- Bachicher.** Estrangeiro (V. Reis; *bachichá* E. de Carvalho).
- Baliza.** Mala de mão (ladrões de E. Senna). Marca feita na porta de casa a ser assaltada (V. Reis). Marca feita na porta de uma casa para saber se foi aberta (E. de Carvalho).
- Balizar.** Fazer marca em porta de forma a permitir saber se há alguém em casa (E. de Carvalho).
- Banda.** Comparsa que distrai a vítima para a ação do ladrão (E. de Carvalho).
- Banhista.** O ladrão de banho de mar (V. Reis; E. de Carvalho).
- Barata.** Freira (E. de Carvalho).
- Baratinar.** Trocar (V. Reis). Trocar objeto verdadeiro por falso (E. de Carvalho).
- Barbiana.** Mulher de ladrão que não o compromete (V. Reis; E. de Carvalho).
- Barbi.** Valente (V. Reis; E. de Carvalho).
- Bari.** Juiz instrutor (V. Reis). Juiz (E. de Carvalho).
- Barra.** Uma espécie de conto do vigário (ladrões de E. Senna). Certo objeto usado em um tipo de conto do vigário (E. de Carvalho).
- Barrado.** Impedido (E. de Carvalho).
- Barrar.** Impedir, obstar (E. de Carvalho).
- Barretim.** Papel imitando dinheiro usado em seu lugar na aplicação do conto do vigário (E. de Carvalho).
- Barretinar.** Subornar (E. de Carvalho).
- Barriga.** Determinada forma de abrir trincos de portas ou janelas pelo lado de fora (E. de Carvalho).
- Bater o justo.** Dizer a verdade (V. Reis; E. de Carvalho). **Bater sujo.** Revelar o que desmoralize o outro (V. Reis; E. de Carvalho). Denunciar (E. de Carvalho). **Bater**

o trinta e um. Morrer (E. de Carvalho).
Batuta. Chefe de quadrilha (V. Reis; E. de Carvalho).
Beabista. Assaltante de estrada (V. Reis).
Berrador. Delator; indiscreto; linguarudo (E. de Carvalho).
Berrante. Revólver (ladrões de Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
Betume. Gêneros de armazém (V. Reis; E. de Carvalho).
Biaha. Bordoada (ladrões de E. Senna). Assalto a mão armada (E. de Carvalho).
Biabista. Assaltante de viajantes.
Biancum. Sinônimo de *ancú* (E. de Carvalho). Ver *diancú*.
Bicuda. Faca (V. Reis; E. de Carvalho).
Biraia. "Prostituta de infima especie" (E. de Carvalho). Sinônimo de *boi*.
Bisuntão. Trapalhão; porco (em sentido figurado), sujo (E. de Carvalho).
Bitú. Manteiga (E. de Carvalho).
Bituca. Galo (E. de Carvalho).
Boamba. Roubo feito no mar (V. Reis). Ver *muamba*.
Bobo. Relógio (dois vocabulários de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
Boi. Sinônimo de *biraia* (E. de Carvalho).
Bonde. Grupo de pessoas (E. de Carvalho).
Bonzão. Valente, forte (E. de Carvalho).
Bordina. Surra (E. de Carvalho).
Botão. Soldado de polícia (E. de Carvalho).
Branca. Navalha espanhola (E. de Carvalho).
Brêt. Pão (ladrões de E. Senna; *brète* em E. de Carvalho).
Brilha. Brilhante (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). **Brilha de argola.** Anel de brilhantes (V. Reis; E. de Carvalho). **Brilha de amarra.** Medalha com brilhante (V. Reis). Medalha de corrente de relógio com brilhantes (E. de Carvalho).
Broca. Pé-de-cabra (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
Brocar. Arrombar com uma broca (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
Bronca. Escândalo; discussão (V. Reis; E. de Carvalho).
Bronze. Dinheiro (E. de Carvalho).
Bufosa. Pistola (V. Reis). **Bufosa (o).** Arma de fogo (E. de Carvalho).
Bule. Bom valor (V. Reis).
Bulim. Botaquim ou aposento em que fica a amante (E. de Carvalho).
Burrista. Menino que ajuda ladrões (E. de Carvalho).

Bute. Bom valor; objeto de valor (E. de Carvalho).
Cabeça baixa. Porco (E. de Carvalho).
Cabelo. Serra fina para metais (V. Reis; E. de Carvalho).
Cabra sarado. Esperto, malandro, sem escrúpulos (E. de Carvalho).
Cabreiro. Desconfiado, esquivo (E. de Carvalho).
Cadáver. Indivíduo caído na rua (V. Reis; E. de Carvalho).
Caixa da fumaça. Nariz (E. de Carvalho).
Calá. Carruagem (V. Reis; E. de Carvalho).
Calçantes. Calçado, sapato (E. de Carvalho).
Calô. "Linguagem especial de quem usam os gatunos, vadios e prostitutas. O mesmo que gíria, calão, geringonça" (E. de Carvalho).
Camisolim. Bolso de colete (V. Reis; E. de Carvalho).
Campana. Ladrão que fica de vigia (ladrões de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
Campaneada. Casa a ser roubada quando está sendo observada pelos ladrões (E. de Carvalho).
Campañear. Observar casa para roubá-la (E. de Carvalho).
Cana. Prisão (ladrões de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
Canasira. "Cercos de gatunos; prisão de gatunos (os jogadores dão-lhe o nome de *canoá*)" (ladrões de E. Senna).
Canastra. Diligência da polícia para prender ladrões (E. de Carvalho). Sinônimo de *canoá*.
Caneta. Ferro pequeno que se usa para empurrar uma chave de uma fechadura (ladrões de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
Canfufa. Má sorte, contratempo; indivíduo inoportuno (E. de Carvalho).
Canoa. Sinônimo de canastra (E. de Carvalho).
Cantante. Despertador (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
Capoeira. Luta corporal; quem sabe jogar capoeira (E. de Carvalho).
Capoeiragem. Vida de capoeira (E. de Carvalho).
Caqueirada. Bofetada.
Cardeal a quatro. Soldado da cavalaria da polícia (V. Reis; E. de Carvalho).
Cardeal rasteiro. Guarda noturno (V. Reis; E. de Carvalho).
Careca. Sujo; indivíduo desastrado (E. de Carvalho).
Careta. Mordaça (V. Reis; E. de Carvalho).
Carga. Justiça (V. Reis; E. de Carvalho).

Caridade. Morte. (E. de Carvalho).
Caridoso. Assassino (V. Reis; E. de Carvalho). Que gosta de derramar sangue; cruel; feroz (E. de Carvalho).
Carola. Libra esterlina (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
Carolina. Libra esterlina (V. Reis; E. de Carvalho).
Casaca encarnada. Ilha das cobras (V. Reis; E. de Carvalho).
Cavalete. Bolso de colete (sinônimo de *camisolim*, E. de Carvalho). **Cavaletes.** Bolsos da calça (V. Reis).
Caveira. Cabeça (E. de Carvalho).
Celestina. Enfermeira de ladrões (V. Reis; E. de Carvalho).
Celosa. Navalha de barbear (E. de Carvalho).
Chácara. Casa de Detenção (E. de Carvalho).
Chafa. Soldado de polícia (pivetes de E. Senna; E. de Carvalho; V. Reis - *Chafra* no voc. de ladrões de E. Senna).
Charlatão. Falador que exagera o que conta (E. de Carvalho).
Charuto. Homem negro (E. de Carvalho).
Cheiro de fobó. Indivíduo que se insinua para uma mulher (E. de Carvalho).
Choarra. Ponto de reunião de ladrões (V. Reis; E. de Carvalho).
Chocar os ovos. Preparar um roubo (E. de Carvalho).
Chocolateira. Rosto, cabeça (E. de Carvalho).
Choro. Festa dançante, baile (E. de Carvalho).
Chulca. Bolso de fora do paletó (V. Reis; E. de Carvalho, também registrado como *chuca*).
Chuva. Poste telegráfico (V. Reis; E. de Carvalho). Gazua, chave falsa (E. de Carvalho).
Ciscante. Galinha (E. de Carvalho).
Cocada. Pancada na cabeça (E. de Carvalho).
Colar. Corda com que se amarra a vítima (V. Reis). Corda que impede a vítima gritar (E. de Carvalho).
Continência. "Pavão" (V. Reis; E. de Carvalho).
Conto do vigário. História mentirosa contada à vítima de forma a conseguir dela dinheiro fazendo-a acreditar que está levando vantagem ou será reembolsada; "figuradamente significa embuste" (E. de Carvalho).
Convento. Casa de Correção (E. de Carvalho).
Copa. 500 mil réis (V. Reis). Nota de 500 mil réis (E. de Carvalho).
Cortume. "Casa de mulheres alegres que convivem com ladrões"

(V. Reis). Bordel frequentado por gatunos (E. de Carvalho).

Cotarro. Botequim onde se reúnem gatunos (E. de Carvalho).

Curioso. Juiz (V. Reis; E. de Carvalho).

Dança de rato. Conflito, luta (E. de Carvalho).

Dançar de urso. Iludir (E. de Carvalho).

Dar a batida. Resolução de confessar (V. Reis). Confessar (E. de Carvalho).

Dar a cara. Autoridade que aceita propina (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).

Dar à caridade. Matar a vítima do assalto (V. Reis; E. de Carvalho).

Dar o discurso. Zangar-se (E. de Carvalho).

Dar o estrilo (ver *estrilo/ar*). Gritar em desespero de causa (V. Reis).

Dar o fora. Fugir, escapar (E. de Carvalho).

Dar o nome. Confessar, traír-se (E. de Carvalho).

Dar o tiro. Assaltar (E. de Carvalho).

Dehute. Objeto de valor (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).

Dentosas. Chaves especiais para burras (V. Reis). Chave de abrir cofres fortes (E. de Carvalho).

Desceu. Entrou na detenção (V. Reis). Posto em liberdade (E. de Carvalho).

Descuido. Furto de objeto abandonado ou quando vítima está descuidada (E. de Carvalho).

Desengomar. Desabotoar; amarrotar; dar pancadas (E. de Carvalho).

Desinfetar a zorra. Afastar-se de um lugar (E. de Carvalho).

Diancú. Dono de estabelecimento que observa o movimento (pivetes de E. Senna).

Diancum. Sinal que se faz quando se aproxima um policial (ladrões de E. Senna).

Ver *ancú e biancú*.

Diaraque. Objeto sem valor (ladrões de E. Senna).

Dinamizar. Preparar uma chave, uma gazua (V. Reis; E. de Carvalho).

Dobraço. Valente, forte (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).

Domitília. Mulher de ladrão que o compromete (V. Reis). Mulher tola ou inexperiente; medrosa; que não serve para amante de ladrão (E. de Carvalho).

Donato. Morador de casa assaltada ou a ser assaltada (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).

Dragão. Dono de casa frequentada por ladrões (V. Reis). Dono de botequim frequentada por ladrões (E. de Carvalho).

Dromedário. Ladrão que mata (V. Reis; E. de Carvalho).

Em honde italiano. Andar a pé (E. de Carvalho).

Embrocar. Ver *trabalho* (V. Reis).

Espiar, ver, testemunhar um arrombamento (E. de Carvalho).

Embrochar. Verificar se possível vítima tem algo de valor (E. de Carvalho).

Encanado. Preso pela polícia (V. Reis). Encarar. Prender (E. de Carvalho).

Encantada. Burra cujo segredo não se conhece (V. Reis).

Encantado. Cofre forte cujo segredo não se conhece (E. de Carvalho).

Encarnador. Médico que trata ladrão sem denunciá-lo (V. Reis; E. de Carvalho).

Encrenca. Situação difícil; briga; confusão (E. de Carvalho).

Encrencado. Metido em encrenca (E. de Carvalho).

Engomar. Abotoar (E. de Carvalho).

Engrupir. Enganar (V. Reis; E. de Carvalho).

Enrustir. Esconder (ladrões de E. Senna; V. Reis). Enganar. (E. de Carvalho).

Enrustidor. Aquele que esconde (ladrões de E. Senna). Ladrão que burla os outros na divisão do lucro (V. Reis; E. de Carvalho).

Enrustido. Enganado na partilha do produto do roubo (E. de Carvalho).

Eshroncar. Arrombar sem ferramenta apropriada (E. de Carvalho).

Escabrio. Embriagado (V. Reis). Bebedeira (E. de Carvalho).

Escabriado. Bêbado (E. de Carvalho).

Escabrir. Beber (E. de Carvalho).

Escola. Casa de jogos de azar (E. de Carvalho).

Escolaça. Jogar jogos de azar (E. de Carvalho). Também *escolaçar*.

Escolaçador. Jogador de jogos de azar (E. de Carvalho).

Escova de paisano. Espada (E. de Carvalho).

Escracho. *Escracha:* retrato (ladrões de E. Senna). Retrato tirado na polícia (V. Reis; *escracha* em E. de Carvalho).

Escrachado. Ladrão com retrato na polícia (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).

Escrachista. Fotógrafo da polícia (E. de Carvalho).

Escrunchante. Arrombador (pivetes de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).

Escruncho. Roubo (ladrões de E. Senna). Arrombamento; invasão (E. de Carvalho).

Espadista. Que rouba usando uma gazua (E. de Carvalho).

Esparra. Ajudante do ladrão (V. Reis; *Esparro* no voc. de pivetes de

E. Senna). *Esharro:* ajudante do ladrão que esbarra na vítima (ladrões de E. Senna). *Esparro:* comparsa que distrai a vítima ou esconde o que o ladrão furta (E. de Carvalho).

Espiantador. O que furta amostras de armazéns, lojas e armarinhos (V. Reis; E. de Carvalho).

Espiantar. Fugir (pivetes de E. Senna; *Espiantar-se* no voc. de ladrões de Senna).

Espiar. Fugir desconfiado (V. Reis). Furtar amostras à venda em lojas, armazéns ou armarinhos (E. de Carvalho).

Espiante. Roubo de amostras (E. de Carvalho).

Espinafrar. Repreender duramente; ridicularizar (E. de Carvalho).

Esquinaço. Fuga bem sucedida (E. de Carvalho).

Está nicho. Quando não se encontra dinheiro (pivetes de E. Senna).

Estácio. Tolo; que se presta a ser roubado (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). Vítima de furto (V. Reis).

Estado maior. Prisão (E. de Carvalho).

Estafar. Matar (E. de Carvalho).

Estar em cana. Estar preso (E. de Carvalho).

Estar limpo. Não estar fichado na polícia, nunca ter tido problemas com a polícia (E. de Carvalho).

Estar sujo. Oposto de estar limpo (E. de Carvalho).

Estiante. "Padrão de amostras das portas dos armazéns" e afins (ladrões de E. Senna).

Estrilar. Falar muito; reclamar (ladrões de E. Senna).

Estrilo. Aquele que fala muito; que reclama muito (ladrões de E. Senna).

Desespero (V. Reis). Protestar; gritar por socorro; dar alarme; gritar quando preso em protesto (E. de Carvalho).

Falante. Advogado (E. de Carvalho).

Fanfarrá. Bravura, coragem (V. Reis; E. de Carvalho).

Farofa. Fanfarrão; vaidoso (E. de Carvalho).

Faro! Jogador que joga dinheiro da banca para atrair outros jogadores; anel de brilhante (E. de Carvalho).

Farra. Diversão; festa (E. de Carvalho).

Fazer cadáver. "Limpar" um bêbado (pivetes de E. Senna).

Furtar indivíduo caído na rua (V. Reis). Sinônimo de *autópsia*: roubar tudo de alguém caído na rua (E. de Carvalho).

Fazer coradouro. Roubar roupa que estiver no quintal (V. Reis; E. de

Carvalho). **Fazer de banda.** Ato de distrair a vítima para a ação do comparsa (E. de Carvalho). **Fazer descuidos.** Aproveitar-se da falta de atenção de alguém (V. Reis). Sinônimo de *descuido* (E. de Carvalho). **Fazer o fio.** Espreitar (V. Reis; *fazer o fio* em E. de Carvalho). **Fazer meia cena.** Matuto que se faz parecer janota e conhecedor da cidade (E. de Carvalho). **Fazer otário.** Aplicar o conto do vigário (V. Reis; E. de Carvalho). **Fazer pestana.** Dormir (E. de Carvalho). **Fedelho.** Roubo preparado com muita antecedência (E. de Carvalho). **Ferreiro.** Cachorro (V. Reis). Cão de vigia (E. de Carvalho). **Ferro de ventana.** Arame ou ferro próprio para levantar ou abrir trincos (V. Reis; E. de Carvalho). **Fetim.** Verdade (V. Reis; E. de Carvalho). **Fiança idônea.** Pagar advogado com dinheiro ganho desonestamente (E. de Carvalho). **Ficar belo.** Ser bem sucedido num roubo (E. de Carvalho). **Ficar tiririca.** Encolerizar-se (E. de Carvalho). **Fila.** Rosto (E. de Carvalho). **Fila de Donato.** Cara da vítima (V. Reis; E. de Carvalho). **Filar, vigiar** (E. de Carvalho). **Filar um otário.** Preparar a vítima para a aplicação do conto do vigário (E. de Carvalho). **Filosa.** Espada (E. de Carvalho). **Firma.** Objeto de ouro sem valor (V. Reis). Objeto de metal sem valor (E. de Carvalho). **Firme no pé direito.** Estar preparado; estar comprometido a fazer algo (E. de Carvalho). **Fogo.** Revólver (E. de Carvalho). **Fraga.** Flagrante (ladrões E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho). **Fragoso.** Aproximação de policial ou alguém que pode dar o alarme (V. Reis; E. de Carvalho). **Frigorífico.** Gigolô estrangeiro (E. de Carvalho). **Fronxo.** Medroso, covarde (E. de Carvalho). **Ful.** Falso (E. de Carvalho). **Fulastre.** Jóia falsa (E. de Carvalho). **Fulero.** Mentiroso (V. Reis; E. de Carvalho). **Fuma.** Objeto de ouro ou de valor (pivetes de E. Senna; E. de Carvalho). Jóia de valor (ladrões de E. Senna). **Funcionário.** Maneira de se chamar ou se referir a uma pessoa de forma indistinta (E. de Carvalho).

Fusta. Cadeia de relógio (E. de Carvalho). **Gafanhoto.** Varredor de rua (E. de Carvalho). **Gaita.** Carteira de bolso (E. de Carvalho). **Galinheiro.** Carro de levar presos (E. de Carvalho). **Gamba.** 100 mil réis (V. Reis; *Gambia* no voc. de ladrões de E. Senna). Nota de cem mil réis (E. de Carvalho). **Gambias.** Pernas (E. de Carvalho). **Ganso.** Bituca de cigarro (E. de Carvalho). **Garganta.** Buraco feito na parede para se passar de um prédio ou cômodo a outro (E. de Carvalho). **Gazeta.** Amante que quer regeneração do ladrão (E. de Carvalho). **Geriante.** Botequim de baixa condição; prostituta de rua (E. de Carvalho). **Geroma.** Lactante que, acordada, frusta um assalto (V. Reis). **Gipio.** Grito do dono da casa ao descobrir o roubo (V. Reis). Idem; último suspiro (E. de Carvalho). **Gracéla.** Amante de ladrão que quer regenerá-lo (V. Reis). **Grampo.** Mão (E. de Carvalho). **Granada.** Nota de 500 mil réis (E. de Carvalho). **Gravauço.** Comida (E. de Carvalho). **Gravata.** Chave de braço no pescoço que imobiliza a vítima (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). **Gravateiro.** Aquele que aplica a gravata como método de rouba (ladrões de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho). **Grego.** Quem rouba no jogo de azar (E. de Carvalho). **Grela.** Negócio que parecer dar bom resultado (E. de Carvalho). **Grelar.** Olhar, espiar, observar (E. de Carvalho). **Grilo.** Apito (ladrões de E. Senna). 1 mil réis (V. Reis). "Moeda sonante"; bolso das calças; apito de guarda noturno (E. de Carvalho). **Grinfo.** Negro (E. de Carvalho). **Grude.** Comida, sinônimo de *gravanço* (E. de Carvalho). **Grupista.** Mentiroso (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). **Grupo.** Mentira (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). Plano (V. Reis; E. de Carvalho). Cúmplice no conto do vigário (E. de Carvalho). **Guela.** Auxiliar de ladrão (pivetes de E. Senna). Fenda feita em porta para se introduzir um menor que fará o roubo (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). "O sujeito magro que entra em primeiro lugar, por mais estreito que seja o caminho"

(V. Reis). Menino que entra por fenda da porta em casa a ser roubada (E. de Carvalho). Aquele que recebe recompensa (E. de Carvalho). **Guil.** Recém chegado à cidade; forasteiro (V. Reis; E. de Carvalho). **Guinda.** Ato de subir (V. Reis). Determinada forma de roubar uma casa usando cordas usando um *guindaste* (E. de Carvalho). **Guindar.** Determinada forma de roubar uma casa usando *guindaste* (E. de Carvalho). **Guindaste.** Escada de nós (V. Reis; E. de Carvalho). **Guita.** Dinheiro (nos dois voc. de E. Senna; E. de Carvalho). Gorjeta (V. Reis). **Gunga.** "Pederasta passivo" (V. Reis; E. de Carvalho). **Guarda.** Que tem muito dinheiro (E. de Carvalho). **Guri.** Menino; moleque de rua (E. de Carvalho). **Imbronda.** Molde em cera de fechadura (V. Reis; E. de Carvalho). **Inanimado.** Ladrão medroso (V. Reis; E. de Carvalho). **Incertos.** Tipo de botina de borracha que não faz barulho (V. Reis; E. de Carvalho). **Interlineado.** Ponto onde há necessidade de operar mas há polícia; obstáculo (V. Reis; E. de Carvalho). **Intrução.** Comprador de furto ou roubo (V. Reis; E. de Carvalho; pivetes de E. Senna; também registrado como *Intruja* no voc. de ladrões de E. Senna). **Intrujar.** Comprar (ladrões de E. Senna). Negociar objetos roubados (E. de Carvalho). **Invulnerável.** "Gazua, para abrir fechaduras de bomba" (V. Reis; E. de Carvalho). **Irmão da opa.** O que exerce o mesmo tipo de crime (pivetes de E. Senna). **Jacaranhi.** Grade de ferro (V. Reis; E. de Carvalho). **Jape.** Cavalo selado (E. de Carvalho). **Jeremias.** Criança que chora e pode soar o alarme durante um rouba de casa (E. de Carvalho). **Jerô.** Rosto (V. Reis). *Jerô:* rosto; cabeça (E. de Carvalho). **Jeroma.** Ama-de-leite que, acordada à noite enquanto cuida de criança, pode soar o alarme (E. de Carvalho). **Jervão.** Café (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). **Jindama.** Medo (V. Reis; E. de Carvalho).

João meia dúzia. Revólver (E. de Carvalho).
Jogar no chão. Iludir, ocultar, furtar (E. de Carvalho).
Jopê. Cavalo encilhado (V. Reis).
Jorão. Muro (V. Reis; E. de Carvalho).
Juntar. Agarrar, ocultar, furtar (E. de Carvalho).
Josepes. Homem que agride o ladrão em autodefesa (V. Reis; E. de Carvalho especifica que este homem está armado).
Justa. Cadeira (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). "Polícia de Central" (V. Reis). **Justo.** Chefe de polícia (E. de Carvalho).
Lambada. Copo de aguardente (E. de Carvalho).
Lambaia. Calças (V. Reis; E. de Carvalho).
Lambão. Tolo (E. de Carvalho).
Lampana. Mentira (E. de Carvalho).
Lampaneiro. Mentiroso, fingido (E. de Carvalho).
Lamparina. Bofetada (E. de Carvalho).
Lança. "Dois dedos" (V. Reis). Método de se usar o polegar e o indicador para se retirar uma carteira de bolso (E. de Carvalho).
Lancear. Ato de bater uma carteira (E. de Carvalho).
Lanzudo. Rústico, ingênuo (E. de Carvalho).
Lapre. Roupas furtadas e usadas pelo ladrão (E. de Carvalho).
Laracha. Mentira (E. de Carvalho).
Larica. Fome (E. de Carvalho).
Larota. Fome (E. de Carvalho).
Latim. Falar letrado ou língua estrangeira (E. de Carvalho).
Levado. Vigia de casa de jogo de azar (E. de Carvalho).
Limpar. Roubar, furtar (E. de Carvalho).
Límpe. Quem não denuncia o ladrão; autoridade idem (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
Loló. "Menor ladrão e pederasta" (E. de Carvalho).
Lôro. Ladrão que confessa (V. Reis). **Loró:** ladrão medroso que compromete seus comparsas (E. de Carvalho).
Lorota. Mentira (E. de Carvalho).
Loroteiro. Mentiroso (E. de Carvalho).
Lorto. Bunda (E. de Carvalho).
Luca. 1 conto de réis (ladrões de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
Lucere. Policial que aceita propina (V. Reis; E. de Carvalho).
Lueque. Chapéu (E. de Carvalho).
Lunfa. Ladrão (pivetes de E. Senna). Ladrão novato (V. Reis; E. de Carvalho).

Lunfardia. "Gatunice" (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
Lunfardo. "Gatuno" (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). Ladrão (V. Reis).
Lunil. Ladrão que serve de agente de polícia (V. Reis). Gatuno que se torna policial (E. de Carvalho).
Lupae. Ladra (V. Reis; E. de Carvalho).
Lustroso. "Vagabundo" (E. de Carvalho; ladrões de E. Senna, também conhecido como *lustra*). Ladrão que anda mal vestido (V. Reis; E. de Carvalho).
Luz. Dinheiro (E. de Carvalho).
Luzio. Lampião (E. de Carvalho).
Madrugada. Que rouba de madrugada (E. de Carvalho).
Magnata. Bem vestido; rico (E. de Carvalho).
Majeró. Contrabando (V. Reis; E. de Carvalho).
Majoral. Condutor de bonde (V. Reis; E. de Carvalho).
Majorengo. Delegado de polícia (nos dois voc. de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho). **Majorengo mor.** Chefe de polícia (pivetes de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho) **Majorengo micho.** Inspetor de polícia (V. Reis; E. de Carvalho).
Malandro. O mesmo que lunfardo (ladrões de E. Senna). O mesmo que gatuno (E. de Carvalho).
Mambembe. Mal arranjado; furto de objetos sem valor; ordinário; reles (E. de Carvalho).
Mancar. Ser visto quando se está roubando (ladrões de E. Senna). Estragar um trabalho (V. Reis). Abandonar roubo quando se é surpreendido; se diz "trabalho mancou" (E. de Carvalho).
Mangar. Mendigar, solicitar (E. de Carvalho).
Manjar. Conhecer (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). Informar-se (E. de Carvalho). **Manjar o tempo.** Abreviar o que se está fazendo (pivetes de E. Senna). Observar sem ser visto; informar-se (E. de Carvalho). *Manja o tempo:* conhecedor de ladrões ou autoridades (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). Observar os passos de alguém (V. Reis).
Manso. Colchão (E. de Carvalho).
Marmota. Cofre (ladrões de E. Senna). Cofre que se pode transportar (V. Reis; E. de Carvalho).
Marreta. Bengala, porrete (E. de Carvalho).
Marroca. Corrente de relógio (E. de Carvalho; pivetes de E. Senna; *Maróca* no voc. de ladrões de E. Senna). Corrente (V. Reis).
Marroco. Pão (V. Reis; E. de Carvalho).

Martingal. Muito dinheiro (E. de Carvalho).
Mastigantes. Maxilares (E. de Carvalho).
Matulo. Malta, bando (E. de Carvalho).
Mazanga. Sujeito disforme (E. de Carvalho).
Melado. Sangue (E. de Carvalho).
Melro. Esperto, experimentado (E. de Carvalho).
Meter a cara. Agredir; fugir (E. de Carvalho). **Meter a lança.** Introduzir dois dedos num bolso para furtar (pivetes de E. Senna; V. Reis). Sinônimo de *lancear* (E. de Carvalho). **Meter o arco.** Fugir (E. de Carvalho). **Meter o chifre.** Agredir; brigar (E. de Carvalho).
Micha. Gazua (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). Nota falsa (V. Reis; E. de Carvalho). **Micho.** Prata; latão (pivetes de E. Senna). Ladrão sem dinheiro (ladrões de E. Senna). "Sem vintém" (V. Reis).
Mico. Menor de idade ladrão (E. de Carvalho).
Mina. Mulher (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). A mulher amada (V. Reis; E. de Carvalho). Mulher que trabalha para o amante (E. de Carvalho).
Minestra. Mulher de ladrão (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). Mulher que se queixa de haver sido vítima de ladrão (V. Reis).
Ministro. Peru (a ave; E. de Carvalho).
Miscaria. Amostra exposta em casa comercial (V. Reis; E. de Carvalho).
Moca. Porrete (E. de Carvalho).
Moço bonito. Rapaz inteligente, bem vestido, em roda alegre e elegante, mas que não tem modo de vida conhecido, decente ou lícito, até que cai nas mãos da polícia (E. de Carvalho).
Monsdrenço. Sujeito disforme, monstrenço (E. de Carvalho).
Mordaça. Soco no queixo (E. de Carvalho).
Morder. Pedir dinheiro (E. de Carvalho).
Morfar. Estar sem comer (V. Reis; E. de Carvalho).
Morfes. Almoço ou jantar (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
Morfilo. Comida em pequena quantidade (E. de Carvalho).
Muamba. Roubo de navios ancorados ou rouba da alfândega (E. de Carvalho). Ver *boamba*.
Munhecar. Agarrar; abraçar; fornicar (E. de Carvalho).
Música. Carteira de bolso (V. Reis; E. de Carvalho).
Não dá luz. Não resulta em nada (E. de Carvalho).

- Narciso.** Pivete que prefere trabalhar só (V. Reis; E. de Carvalho).
- Nariz.** Homem, pessoa (E. de Carvalho).
- Nejas.** Negar; negação (E. de Carvalho).
- Néri.** Nada; sem valor; sem resultado; inútilmente (E. de Carvalho).
- Nobre.** Ladrão que não fere nem mata (V. Reis; E. de Carvalho).
- Noé.** Bêbado (V. Reis; E. de Carvalho).
- Nuvem.** Agente de polícia (V. Reis E. de Carvalho).
- Ossada.** Corpo humano (E. de Carvalho).
- Oso.** Amante (E. de Carvalho).
- Otário.** Indivíduo que é roubado (pivetes de E. Senna; E. de Carvalho). Indivíduo "de boa fé" (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). Quem cai no conto do vigário (V. Reis; E. de Carvalho).
- Paca.** Tolo (E. de Carvalho). **Paco.** "Embrulho de jornaes velhos que serve para passar o *conto do vigário*" (ladrões de E. Senna). "Pacote de jornaes o qual o vigarista impinge como dinheiro" (V. Reis). Papéis usados com o mesmo fim (E. de Carvalho).
- Pacote.** Um conto de réis (E. de Carvalho).
- Paio.** Jogador inábil, inexperiente (E. de Carvalho).
- Palito.** Casaco (E. de Carvalho).
- Palomas.** "Mulheres que vagueiam durante a noite e estorvam o *trabalho*" (V. Reis). Prostitutas que trabalham à noite e atrapalham um trabalho de ladrões (E. de Carvalho).
- Pamplina.** Ladrão que se gaba de roubo feito por outro (V. Reis; E. de Carvalho).
- Panhi.** Água (V. Reis; E. de Carvalho).
- Papai grande.** Presidente da República (E. de Carvalho).
- Paquito.** Pequeno volume (E. de Carvalho).
- Paredista.** Ladrão que se posiciona de forma a ocultar a ação do companheiro (V. Reis; E. de Carvalho).
- Passar o beijo.** Endividar-se sem tencionar pagar; "passar calote" (E. de Carvalho).
- Patego.** Covarde (E. de Carvalho).
- Patola.** Mão (E. de Carvalho).
- Patota.** Grupo de agentes (E. de Carvalho).
- Patureba.** Sinônimo de paca (E. de Carvalho).
- Pau d'água.** Bêbado (E. de Carvalho). **Pau furado.** Arma de fogo (E. de Carvalho).
- Peltroncada.** Pancada (E. de Carvalho).
- Penante.** Chapéu (ladrões de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
- Penosa.** "O que rouba aves, canos e roupas" (V. Reis). Galinha (E. de Carvalho). **Penoso.** ladrão de galinhas (E. de Carvalho).
- Percha.** Ferro para subir as sacadas (V. Reis). Vara que serve de escada (E. de Carvalho).
- Pessoal da lira.** Vadios e desordeiros (E. de Carvalho).
- Pessoal do tombo.** Sinônimo de "pessoal da lira" (E. de Carvalho).
- Picanço.** Sujeito esperto, mas que é roubado (E. de Carvalho).
- Picardia.** Logro, fraude (V. Reis; E. de Carvalho).
- Picaro.** "Indivíduo fino" (ladrões E. Senna). "Fino, esperto" (V. Reis). Tratante; homem sem brios ou honra; astuto (E. de Carvalho).
- Pila.** Vagabundo (V. Reis; E. de Carvalho). Tipo sem valia (E. de Carvalho).
- Pilandrão.** "Sujeito que se veste bem, mas não tem meio de vida honesto" (V. Reis; E. de Carvalho).
- Pincel.** Instrumento de ferro para arrombamento (V. Reis; E. de Carvalho).
- Pinche.** Alfinete de gravata (nos dois voc. de E. Senna; *Pincho* em V. Reis e em E. de Carvalho).
- Pequeno pé-de-cabra;** cáften (E. de Carvalho).
- Pinga da madrugada.** Ladrão que opera em hotéis durante a madrugada (E. de Carvalho).
- Pirata.** Astucioso; malandro; tratante (E. de Carvalho).
- Pisante.** Botina (ladrões de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
- Pivete.** "Pequeno gatuno" (nos dois voc. de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
- Prajandi.** Cigarro (V. Reis; E. de Carvalho).
- Presepada.** Mentira; jactância (E. de Carvalho).
- Presepeiro.** Fanfarrão (E. de Carvalho).
- Profeta.** Acendedor de lampião (E. de Carvalho).
- Prudente.** Covarde (V. Reis; E. de Carvalho).
- Pula ventana.** Que rouba entrando pela janela (E. de Carvalho).
- Punga.** Pessoa roubada sem se dar conta (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). Produto do furto (V. Reis; E. de Carvalho). O próprio ladrão (E. de Carvalho).
- Punguiar.** Furtar (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho)
- Punguista.** Batedor de carteira (pivetes de E. Senna; E. de Carvalho). "Que faz *pungos*" (ladrões de E. Senna). Que furta objetos de bolsos (V. Reis).
- Purruca.** Que se irrita à toa (E. de Carvalho).
- Quebrado.** Bom de luta (E. de Carvalho).
- Queimar.** Investir, dar pancada com força (E. de Carvalho).
- Queimar fogo.** disparar com arma de fogo (E. de Carvalho).
- Quengo.** Cabeça (E. de Carvalho).
- Ragú.** Fome (V. Reis).
- Rana.** Ladrão do mar (E. de Carvalho).
- Ranzinza.** Renitente. (E. de Carvalho).
- Rasteira.** Golpe nas pernas que atira o oponente ao chão (E. de Carvalho).
- Rato de hotel.** Ladrão especializado em roubo de hotéis (E. de Carvalho).
- Receher.** Levantar "bordoadas" (E. de Carvalho).
- Recibo.** Retribuir pancadas (E. de Carvalho).
- Reduto.** Bairro (E. de Carvalho).
- Refilar.** Convidar (E. de Carvalho).
- Reglar.** Entrar em acordo com policial (V. Reis; E. de Carvalho).
- Reña.** Ladrão do mar (V. Reis).
- Reverso.** Que não entra em acordo com companheiros (E. de Carvalho).
- Rodante.** Carro (V. Reis; E. de Carvalho).
- Rodela.** Mentira (E. de Carvalho).
- Rodelista.** Mentiroso, que se jacta de feitos (E. de Carvalho).
- Rolo.** "Gato de ferro que é colocado nas costas do cofre para fazer saltar a porta" (V. Reis; E. de Carvalho).
- Ruste.** Ladrão que engana os comparsas na hora da divisão do lucro (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
- Rustidor.** Esconderijo (V. Reis; E. de Carvalho).
- Rustilo.** Furo na roupa para esconder qualquer coisa (V. Reis; E. de Carvalho).
- Rustir.** Enganar (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
- Rusto.** Enganar na partilha (E. de Carvalho).
- Sabido.** Gatuno (E. de Carvalho).
- Safo.** Lenço (V. Reis; E. de Carvalho).
- Sansoniche.** Silêncio (V. Reis; E. de Carvalho).
- Santeiro.** Informante de ladrão, que passa as dicas de roubos (V. Reis E. de Carvalho). Ladrão que, muito manjado pela polícia, abandona a profissão (E. de Carvalho).
- Santo.** Trabalho passado por um *santero* (V. Reis; E. de Carvalho).

- Sarceiro.** Briga, disputa (E. de Carvalho).
- Sardinha.** Navalha (V. Reis; E. de Carvalho).
- Sargento.** Galo (V. Reis; E. de Carvalho).
- Selerepe.** Ardiloso, esperto (E. de Carvalho).
- Sem osso.** Língua, o órgão do corpo humano (V. Reis; E. de Carvalho).
- Ser filado.** Ser preso (E. de Carvalho).
- Sestrar.** Certos passos de luta corporal (E. de Carvalho).
- Sestroso.** Que se entrega à apocoiragem (E. de Carvalho).
- Simorfilar.** Comer (V. Reis; E. de Carvalho).
- Sinagoga.** Cabeça (E. de Carvalho).
- Solante.** Chapéu (E. de Carvalho).
- Soltar o balão.** Embriagar-se; faltar com o prometido a alguém (E. de Carvalho).
- Sonambulante.** Ladrão narcotizador de vítimas (V. Reis).
- Sonambulista.** Narcotizador (E. de Carvalho).
- Sorna.** Sono (E. de Carvalho).
- Sornando.** Dormindo (V. Reis).
- Sornar.** Narcotizar (ladrões de E. Senna). Dormir (E. de Carvalho).
- Sotala.** Bolso de dentro do paletó (V. Reis E. de Carvalho).
- Soturno.** Guarda noturno (E. de Carvalho).
- Soupa.** Fácil; trabalho sem importância (E. de Carvalho).
- Subdelegado.** Peru (a ave; V. Reis; E. de Carvalho).
- Subiu.** Que deu entrada na Casa de Detenção (E. de Carvalho). *Subiu ontem.* Seguiu para a Casa de Detenção (V. Reis).
- Snino.** Passageiro de segunda classe (E. de Carvalho).
- Suja de buta.** Futura vítima (E. de Carvalho).
- Sujar.** Desmoralizar, comprometer alguém (V. Reis; E. de Carvalho).
- Sujão.** Delator (V. Reis; E. de Carvalho).
- Sujo.** Denunciante; dedo-duro; que não se pode confiar; que já teve contas a ajustar com a polícia (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
- Sulipa.** Sem brio ou dignidade (E. de Carvalho).
- Surupa.** Forte; valente (E. de Carvalho).
- Sutana.** Bolso interno do casaco (E. de Carvalho).
- Tabacada.** Bofetada (E. de Carvalho).
- Taca.** Porta (V. Reis; E. de Carvalho).
- Talagada.** Gole de pinga (E. de Carvalho).
- Tambo.** Casa de prostituta onde se reúnem gatunos (E. de Carvalho).
- Tampa.** Chapéu (E. de Carvalho).
- Tanoeiro.** Cão (E. de Carvalho).
- Tapar.** Iludir (E. de Carvalho).
- Teorga.** Bebedeira (E. de Carvalho).
- Tem luz.** Tem valor (E. de Carvalho).
- Tio.** Endinheirado; em condição de ser roubado; tratante (E. de Carvalho).
- Tira.** Agente de polícia (nos dois voc. de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
- Tiro.** Roubo; assalto (E. de Carvalho).
- Toca.** Porta (V. Reis; E. de Carvalho).
- Tocar.** Apalpar para averiguar se vítima tem dinheiro (E. de Carvalho).
- Tôco.** Quem "leva" para não descobrir um roubo; autoridade que aceita propina (ladrões de E. Senna). Parte que cabe a cada participante do roubo (V. Reis). *Levar o toco:* repartir o produto de um roubo (pivetes de E. Senna). *Toco mocho:* um tipo de golpe (E. de Carvalho).
- Toma.** Em quem se pode confiar (E. de Carvalho).
- Tomador.** Ladrão (E. de Carvalho).
- Tomar.** Furtar (E. de Carvalho).
- Tope.** Artifício para se roubar uma casa (E. de Carvalho).
- Topista.** Que usa o *tope* (E. de Carvalho).
- Touca.** Pessoa de confiança (V. Reis).
- Toqueiro.** Policial corrupto (E. de Carvalho).
- Toquista.** "Agente de polícia que vive de tôco" (V. Reis). Sinónimo de toqueiro (E. de Carvalho).
- Torre de piolhos.** Cabeça (E. de Carvalho).
- Touca.** De confiança (E. de Carvalho).
- Trabalhar.** Roubar, furtar (E. de Carvalho).
- Trabalho.** Roubo, furto (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho). O que o ladrão faz (V. Reis).
- Tralha.** Corrente de relógio (E. de Carvalho).
- Trágala.** Gravata (peça de roupa, E. de Carvalho).
- Trango.** Bonde (V. Reis; E. de Carvalho).
- Tribo.** Patifaria (E. de Carvalho).
- Trincha.** Ferro de arrombar (V. Reis; E. de Carvalho).
- Trincheta.** Chave (E. de Carvalho).
- Troços.** Qualquer coisa (E. de Carvalho).
- Trucha.** Muito experimentado; que não se pode confiar (E. de Carvalho).
- Truncha.** Certos instrumentos próprios para roubo (E. de Carvalho).
- Um do ful.** Que finge ser policial (E. de Carvalho).
- Unacopo.** Convite para a vítima beber com o ladrão (V. Reis; E. de Carvalho).
- Vacano.** Endinheirado (V. Reis; E. de Carvalho).
- Vacina.** Facada (E. de Carvalho).
- Vadiar.** Jogar capoeira (E. de Carvalho).
- Vadio.** Capoeira (E. de Carvalho).
- Valina.** Quarto, aposento (V. Reis; E. de Carvalho).
- Valente.** Guarda noturno (E. de Carvalho).
- Vassoura.** Que rouba uma casa levando tudo que pode indiscriminadamente (E. de Carvalho).
- Velante.** Guarda-noturno (ladrões de E. Senna).
- Ventana.** Janela (ladrões de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
- Vento.** Dinheiro (pivetes de E. Senna; V. Reis; E. de Carvalho).
- Ventosa.** Golpe de sabre (E. de Carvalho).
- Veneziana.** Rosto (E. de Carvalho).
- Veri.** Verdade (E. de Carvalho).
- Veró.** Casa de Correção (E. de Carvalho).
- Vicenzo.** Policial que não conhece os ladrões (V. Reis; E. de Carvalho). Tolo (*Vichencho* em E. Senna).
- Vigarista.** Passador do conto do vigário (ladrões de E. Senna; E. de Carvalho).
- Virar bicho.** Encolerizar-se (E. de Carvalho). **Virar frega.** Provocar desordem (E. de Carvalho).
- Viuva alegre.** Automóvel de socorro policial (E. de Carvalho).
- Xadras.** Prisão (V. Reis; E. de Carvalho).
- Xadrez.** Prisão (E. de Carvalho).
- Xereta.** Prisão (E. de Carvalho) (E. de Carvalho).
- Xilindró.** Prisão (E. de Carvalho).
- Xis.** Prisão (E. de Carvalho).
- Zaranza.** Atônito; perturbado (E. de Carvalho).
- Zareta.** Que tem um aborrecimento (E. de Carvalho).
- Zoeira.** Barulho (E. de Carvalho).
- Zungã.** Hospedaria de baixa classe que aloja gatunos (E. de Carvalho).

NOTA DE ESCLARECIMENTO: A ortografia e a acentuação dos verbetes foi atualizada e sistematizada, salvo quando achei que as originais possam indicar pronúncias específicas, quando foram, então, mantidas.

FONTES:

CARVALHO, Elísio de, "Gíria dos gatunos cariocas", *Boletim Policial*, 4/5/6, abril-junho de 1912: 168-81.

SENNÁ, Ernesto, *Através do carcere*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

REIS, Vicente, *Os ladrões no Rio*. Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert, 1903.

Anexo 3

CADERNO DE ILUSTRAÇÕES

A PORTA DOS JORNAES

Figura 1: *O MALHO*, 03/02/1906.

- Chi! Lá vai o velho cuéra pro Senado...
- Ah! Figueira d'uma figa!
- Quâ! Seu Vasconcello inda não roncô c'os ma-garefe de Santa Cruz!
- Farta tambem os pindoba de Guaratiba...
- E os jagunço de Campo Grande?...
- Afina farta ainda muito mellado que vai amargá os figo de Figueira...
- E lambuzá os beijo de Rapadura...

A BORDO



- Ih!... Agora é que são ellas: os argentinos tambem vão ter os tá *Drinauts*!...
- Que tem isso? A nossa esquadra vai ficá invencive... Si hou-vê guerra, nós engulimo tudo de uma só bordada!... Quanto mais navio e navião elles tivê, miê!...
- Isso é inzato! Elles já mandaram os espião vê si a gente si está si preparando-se, e tudo mais; mas a coisa é esta sem tirá nem pô: argentino só tem lingua...

Figura 2: *O MALHO*, 02/01/1909.

OPINIÃO DE COZINHEIRA

Figura 3: *O MALHO*, 03/02/1906.

—E o *Aquidaban*, hein? sôra Zefa!
 —Quâ, nada, seu Manué! Navio tava cas cardêra
 véia e secca. Quando nois bota chaleira veia no fogo, **sem**
 ana, ella tambem rébenta!
 Pobre dos móço!

NA ROÇA



— Uê! ...Dous tostão p'rum calis de paraty?!
 — Antão! ...Lei é lei! Lá na cidade só se pode ven-
 der uma garrafa inteira...Aqui eu vendo aos *catos*, p'ra
môr de *prutege*r vocês!

Figura 4: *O MALHO*, 13/01/1906.

FARDA NÃO É... PRESIDENCIA



Hermes: — Então, seu mineiro, como é isso? Você não pega no pão furado? Não se alista? Olhe, que as coisas estão pretas e precisamos nos preparar para a guerra...

Mineiro: — Quê o quê, seu marechá!... Seu conselheiro Penna diz que guerra é caraminhola pra si gastar-se dinheiro... Mais si o diabo da guerra vié mémo eu disparo p'ro malto, sem achá espinho. Com a graça de Deus, não só araza, seu marechá!...

Hermes: — Não é?... você e o conselheiro não são outra coisa: uns araras depennados!...

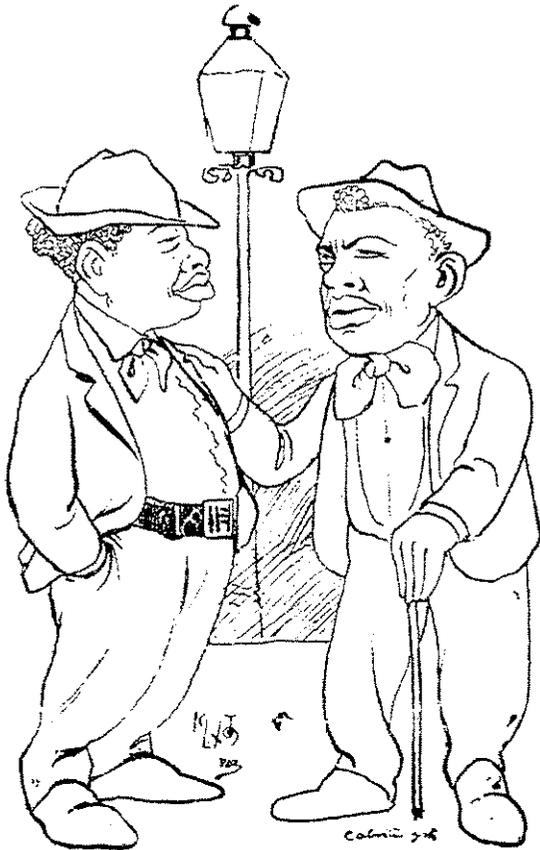
Figura 5: *O MALHO*, 02/01/1909.

O mineiro fluminense

Figura 6: *O MALHO*, 09/07/1921.

O ESPECTADOR — Eita, Chico! Ozé tá hi, tá ministro... sem pasta.

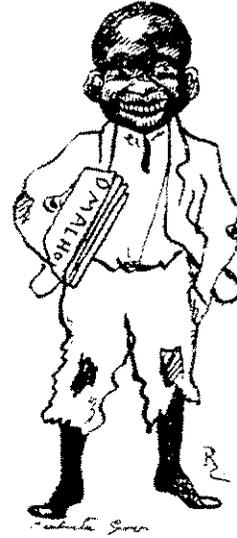
TURUNAS



—Você, seu coisa, si continúa a embromá a gente com historias sobre o gaz, chupita uma lamarina.

Figura 7: O MALHO, 17/01/1903.

Figura 8: O MALHO, 17/01/1903.



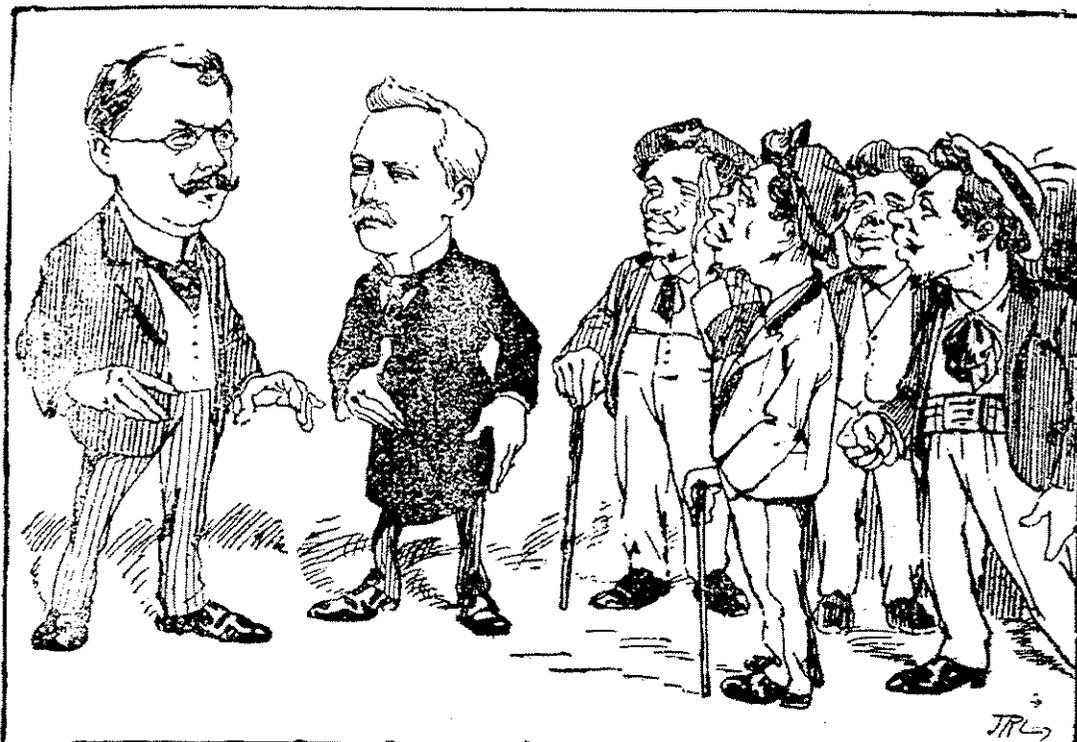
—Políga não pôde mais mandá cu p'rá correccioná. Eh! Eh! já tenho occupaço. E assim até vou passá por italiano!...



—Ninguem p6 le com nois ! E' só Arnoçó — p'ra machucá...

Figura 9: O MALHO, 10/01/1903.

METHODOS RIVAES NA CAMPANHA ELEITORAL



Thomas Delphino : — Já protestei contra a formação das mesas eleitoraes e hei de lançar a confusão do meu methodo em todas as peripecias do processo. Quero ser reeleito senador!

Augusto de Vasconcellos : — E eu tambem quero, não a reeleição, mas simplesmente a eleição. Por isso o meu methodo é tambem mais simples... Olhe só para esta bella rapaziada, hein? doutor!

O capataz dos cafagestes : — Prompto, chefe! Gente tá hi rente como pão quente, p'ra trabalhá d'accordos c'a nova lei cheirosa di seu Rosa. Não ha nuves! Pão tambem cheira que... dóe!

Figura 10: *O MALHO*, 06/01/1906.

Organizada para a 1.ª Conferência de Anchieta

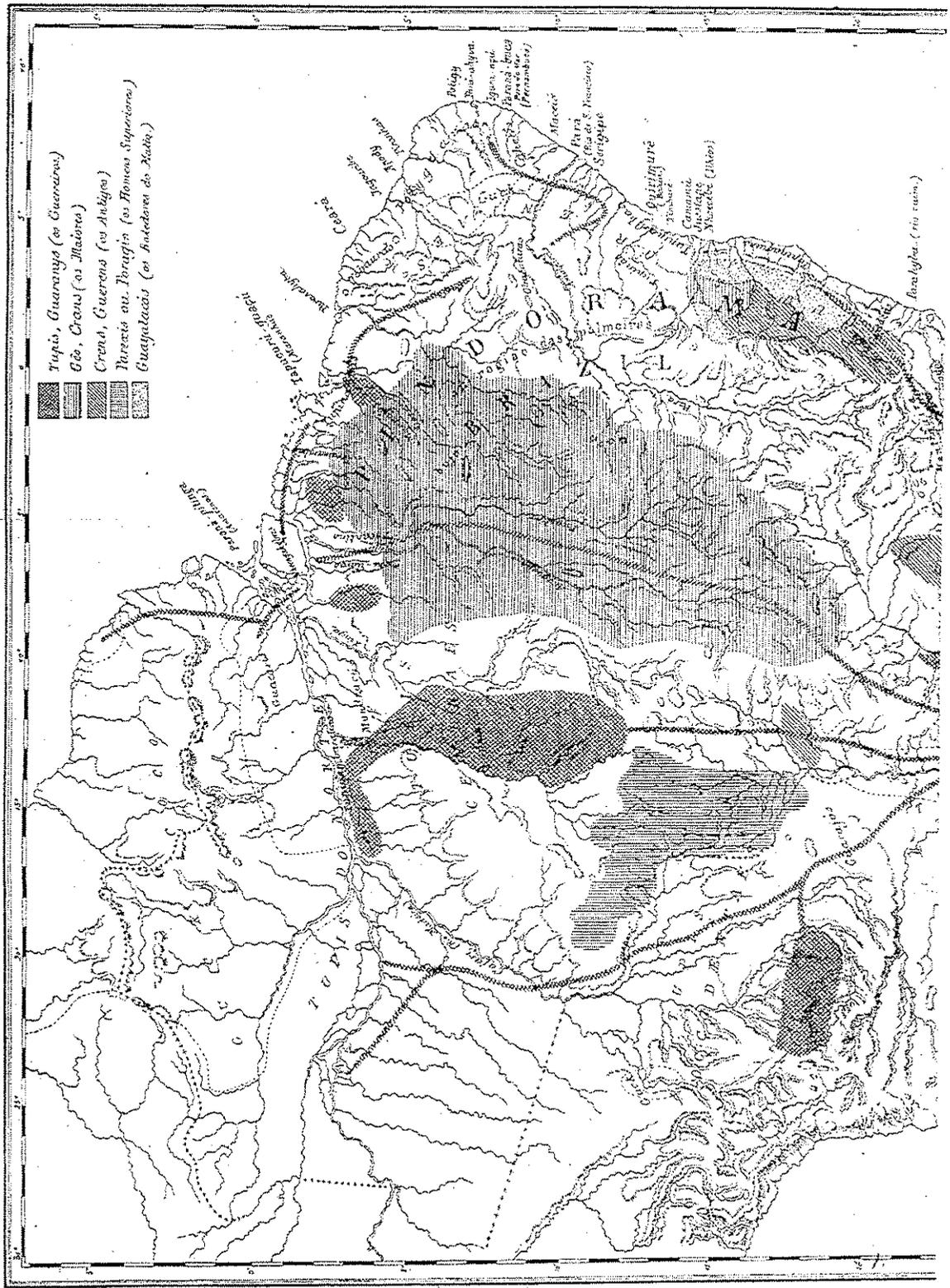


Figura 11: Mapa feito por Teodoro Sampaio que acompanha a edição do discurso de Couto de Magalhães, de 1897, para o tricentenário de José de Anchieta (*Anchieta, as raças e línguas indígenas*. São Paulo: Carlos Gerke, s.d.).

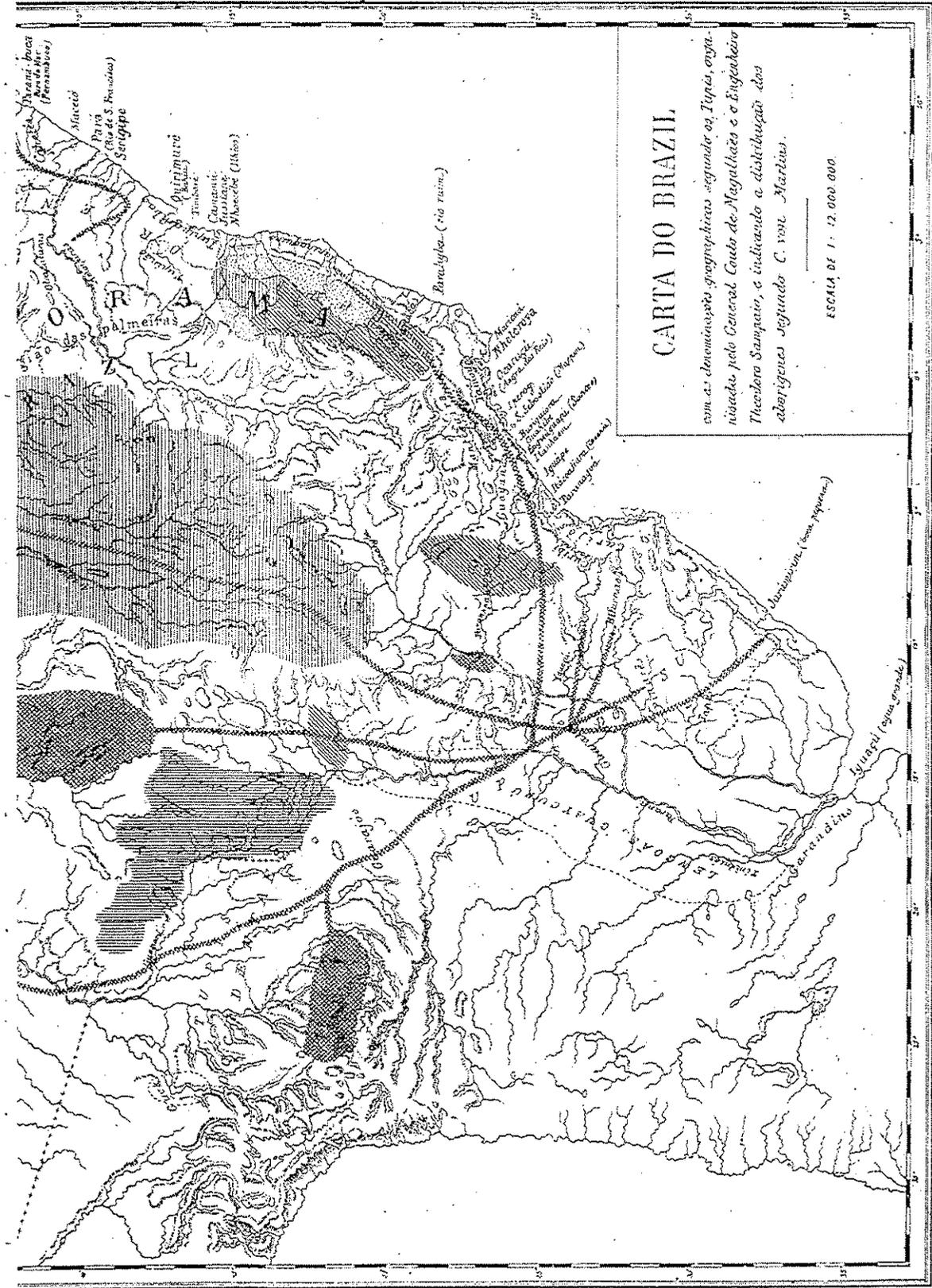




Figura 12: Capa da revista CARETA de 21/11/1921.

Bibliografia e fontes

FONTES

ABREU, Gustavo de Vasconcelos, *Importancia capital do sãskrito como base da glottologia árica no ensino superior das letras e da historia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

_____, *Principios elementares da grammatica da lingua sãskrita*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.

_____, *Manual para o estudo do sãskritó classico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

ABREU, João Capistrano de, *Rã-txa-hu-ni-ku-i: grammatica, textos e vocabulario caxinauás*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1914.

ACADEMIA Brasileira de Letras, *Discursos acadêmicos (1897-1906)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

ACADEMIA Real das Ciências de Lisboa, *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina da Academia, 1793.

_____, *Catalogo dos livros, que se hão de ler para a continuação do diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia, 1799.

_____, *Relatorio da comissão encarregada de propor à Academia Real das Sciencias de Lisboa o modo de levar a efeito a publicação do diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia, 1870.

ADAM, François Lucien, *Matériaux pour servir à l'establissement d'une grammaire comparée des dialectes de la famille tupi*. Paris: J. Maisonneuve, 1896.

_____, *Matériaux pour servir à l'établissement d'une grammaire comparée des dialectes de la famille kariri*. Paris: J. Maisonneuve, 1897.

ALBERTO, Felipe José, *Archaismos e neologismos*. Rio de Janeiro: Soares & Reis, 1879.

ALENCAR, José de, *Senhora.Diva*. São Paulo: Dicopel, s.d.

_____, *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

_____, *O nosso cancioneiro*. Campinas: Pontes, 1993.

_____, *O demônio familiar*. Campinas: Pontes, 2002.

_____, *Ubirajara*. São Paulo: Ática, 1996.

_____, *Iracema*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

ALENCAR, Renato de, *Traições da lingua portuguêsã*. Recife: G. R. Dantas, 1922.

ALI, Manuel Said, *Lexeologia do portuguez historico*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

_____, *Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

_____, *Investigações filológicas*. Rio de Janeiro: Grifo. Brasília: INL, 1975.

ALMEIDA, João Mendes de, *Diccionario geographico da provincia de S. Paulo, precedido de um estudo sobre a estrutura da lingua tupi e trazendo, em appendice, uma memoria sobre o nome America*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1902.

ALMEIDA, Manuel Antônio de, *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: O Estado de S. Paulo; Click, 1997.

- ALMEIDA, Sílvio de, *O antigo vernaculo (ensaio elucidativo)*. São Paulo: Carlos Gerke, 1902.
- _____, "O dialecto caipira, de Amadeu Amaral", *O Estado de S. Paulo*, 24 de dezembro de 1920.
- AMARAL, Amadeu, *O dialecto caipira*. São Paulo: O Livro, 1920.
- AMORIM, Francisco Gomes de, *Diccionario de João Fernandes: lições de lingua portugueza pelos processos novos ao alcance de todas as classes de Portugal e Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.
- ANCHIETA, José de, *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio Mariz, 1595.
- ANDRADE, Mário de, *Cartas a Manuel Bandeira*. São Paulo: Ediouro, 2001.
- ANDRADE, Francisco Lino Soares de, *Palavras-alteradas pela etymologia e mudanças de significação. These de concurso ao logar de professor de portuguez do curso anexo á Eschoça Militar*. Rio de Janeiro: Machado & C., 1880.
- ANDRADE, Francelino de, *O vernaculo*. Bahia: Romualdo dos Santos, 1920.
- ANDRADE, Gustavo de, *Cacolexias ou vicios de linguagem*. Bahia: Cincinnato Melchiades, 1910.
- ANDRADE, João Nunes de, *Noções geraes de orthographia elementar da lingoa portugueza*. Lisboa: Viuva Coelho e Comp., 1843.
- _____, *Novo dicionario classico portuguez das palavras acabadas em Ç e dous SS, nomes, verbos, regras, exepções*. Rio de Janeiro: Nicoláo Lobo Vianna Junior, 1852.
- ANDRADE, Boaventura Plácido Lameira de, *Philologia portugueza (notas de leitura): da negação intensiva*. Vassouras: Vassourense, 1885.
- _____, *Philologia portugueza (notas de leitura): vestigios da declinação latina*. Vassouras: Typographia do Vassourense, 1886.
- ANDRADE, Boaventura Pácido Lameira, e SILVA JÚNIOR, Manuel Pacheco da, *Grammatica da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: Alves, 1894.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão Alencar de, *Obra critica, volume I: 1868-1887*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.
- _____, *Obra critica, volume II: 1888-1894*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1960.
- ASSIS, Machado de, *Crítica e variedades*. São Paulo: Globo, 1997.
- _____, *Crisálidas, Falenas e Americanas*. São Paulo: Globo, 1997.
- _____, *A semana I*. São Paulo: Globo, 1997.
- AULETE, Caldas, e VALENTE, Antônio Lopes dos Santos, *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- AZEVEDO, Aluísio, *O cortiço*. São Paulo: Ática: 1990.
- AZEVEDO, Artur, *A Capital Federal; O badejo; A jóia; Amor por anexins*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.
- AZEVEDO, Jerônimo, *Repertorio lexicographico da lingua portugueza ou Diccionario dos dictionarios*. São Paulo: F. Machado & Comp., 1911.
- BACELAR, Bernardo de Lima e Melo, *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Jozé de Aquino Bulhoens, 1783.
- BAIÃO, Domingos Vieira, *Elementos de gramática ganguela, idioma falado na região do Cubango, provincia de Angola, segundo os estudos do Rev. Pe. Lecomte*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, s.d.

- BALBI, Adriano, *Atlas ethnographique du globe, ou Classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues*. Paris: Rey et Gravier, 1826.
- BARATA Antônio Francisco, *Advertencias curiosas sobre a lingua portugueza*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1870.
- BARRETO, Lima, *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____, *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática; Folha de S. Paulo, 1995.
- BARRETO, Mário, *Estudos da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Viuva Azevedo & C., 1903.
- _____, *Novísimos estudos da língua portuguesa: collecção de artigos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.
- _____, *Últimos estudos*. Rio de Janeiro: EPASA, 1944.
- _____, *De gramática e de linguagem - correio de consulentes*. Brasília, INL. Rio de Janeiro: Presença; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.
- _____, *Através do dicionário e da gramática: correio de consulentes*. Brasília, INL. Rio de Janeiro: Presença; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- BASTOS, José Timóteo da Silva, *Diccionario etymologico, prosodico e orthographico da lingua portugueza*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1912.
- BATALHA, Ladislau, *Linguas d'Africa*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1889.
- BELLEGARDE, Guilherme Cândido, *Vocabulos e locuções da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Alves & C., 1887.
- BESSA, Alberto, *A gíria portugueza: esboço de um dicionario de "calão" contendo uma larga copia de termos e phrases empregadas na linguagem popular de Portugal e Brazil*. Lisboa: Central, 1919.
- BILAC, Olavo, *Ultimas conferencias e discursos*. Belo Horizonte. Rio de Janeiro: São Paulo: Francisco Alves, s.d.
- _____, *Obra reunida*. (org. Alexei Bueno). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.
- _____, *Vossa insolência: crônicas* (org. Antônio Dimas). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BITTENCOURT, Liberato, *Estudo da lingua portugueza*. Rio de Janeiro; Santos; São Paulo: Gymnasio 28 de Setembro, 1921.
- BIZARRIA, Raymundo, *Trechos de lingua vernacula*. Bahia: Reis & Comp., 1899.
- BLEEK, Wilhelm Heinrich Immanuel, *The languages of Mosambique. Vocabularies of the dialects of Lourenço Marques, Inhambane, Sofala, Tette, Sena, Quelimane, Mosambique, Cape Delgado, Anjoane, the Maravi, Mudlãu, &c. Drawn up from the manuscripts of Dr. Wm. Peters, M. Berl. Acad., and from other materials*. Londres: Harrison and Sons, 1856.
- _____, *A comparative grammar of South African languages*. Londres e Cidade do Cabo: Trübner & Co., 1862.
- BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.
- _____, *Supplemento ao Vocabulario portuguez, e latino*. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 1727-28.
- BOPP, Friederich, *Grammaire comparée des langues indo-européenes*. Paris : Imprimerie Impériale, 1866-74.
- _____, *A comparative grammar of the Sanscrit, Zend, Greek, Latin, Lithuanian, Gothic, German, and Slavonic languages*. Londres: Madden and Malcom, 1845-50.

- BRUNSWICK, Henrique, *Diccionario da antiga linguágem portugueza, intercalado, com grande número de vocábulos hodiernos de obscura significação*. Lisboa: Empreza Lusitana, s.d.
- CABRAL, Alfredo do Valle (org.), *Bibliographia da lingua tupi ou guarani, tambem chamada lingua geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1880.
- CALLAGE, Roque, *Vocabulario gaúcho*. Porto Alegre: Globo, 1926.
- CAMPOS, Francisco Antônio de, *A lingua portugueza é filha da latina, ou Refutação da memoria em que o senhor patriarcha eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*. Lisboa: M.J. Coelho, 1843.
- CANNECATTIM, Bernardo Maria de, *Diccionario da lingua bunda, ou angolense, explicada na portuguesa, e latina*. Lisboa: Imprensa Regia, 1804.
- _____, *Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda ou angolense e diccionario abreviado da lingua congueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.
- CARVALHO, Alfredo de, *Phrases e palavras: problemas historico-etymologicos*. Recife: J. W. de Medeiros e Cia., 1906.
- _____, *O tupi na chorographia pernambucana: elucidario etymologico*. Recife: Jornal do Recife, 1907.
- CARVALHO, Antônio José de, e DEUS, João de, *Diccionario prosodico de Portugal e Brazil*. Rio de Janeiro: Lisboa; Rio de Janeiro, Pacheco & Barbosa; Lopes do Couto & Filhos, 1878.
- CARVALHO, Elísio de, "Giria dos gatunos cariocas (vocabulario organizado para os alumnos da Escola de Policia)", *Boletim Policial*, 4/5/6, abril-junho de 1912: 168-81.
- CARVALHO, Henrique Augusto Dias de, *Methodo pratico para fallar a lingua da Lunda contendo narrações históricas dos diversos povos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- CATURRA JÚNIOR, ver FIGUEIREDO, Cândido de.
- CAVALCANTI, Amaro, *The brazilian language and its agglutination*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- COELHO, Francisco Adolfo, *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1868.
- _____, *O relatorio do Sr. Latino Coelho ácerca do diccionario da Academia*. Lisboa: Lallemand Frères, 1870.
- _____, *A sciencia allemã e a ignorancia portugueza (no. 1 - Hübner versus Levy)*. Lisboa: Typographia Luso-Britannica, 1870.
- _____, *Sobre a necessidade da introdução do ensino da glottica em Portugal*. Lisboa: Lallemand Frères, 1870.
- _____, *Questões da lingua portugueza*. Porto: Ernesto e Eugenio Chardron, 1874.
- _____, *Os dialectos romanicos ou neo-latinos na Africa, Asia e America*. Lisboa: Casa da Sociedade de Geografia, 1881.
- _____, *Diccionario manual etymologico da lingua portugueza, contendo a significação e prosodia*. Lisboa: P. Plantier, s.d.
- _____, *Os ciganos de Portugal, com um estudo sobre o calão - Memoria destinada á X sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- _____, *A lingua portugueza: noções de glottologia geral e especial portugueza*. Porto: Magalhães & Moniz, 1896.
- COELHO, José Maria Latino, *Relatorio apresentado á Academia Real das Sciencias de Lisboa ácerca do diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia, 1887.

- COELHO NETO, Henrique Maximiano, *Obra seleta* (vol. 1). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1958.
- CONCEIÇÃO, José Mariano da, *Diccionario portuguez, e brasiliano, obra necessaria aos ministros do altar, que emprehenderem a conversão de tantos milhares de almas que ainda se achão dispersas pelos vastos certões do Brasil, sem o lume da Fé e Baptismo*. Lisboa: Officina Patriarcal, 1795.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano, *Novo diccionario critico e etymologico da lingua portugueza*. Paris: Casimir, 1836.
- CORREIA, J. Romaguera, *Vocabulario sul rio-grandense*. Pelotas e Porto Alegre: Carlos Echenique, 1898.
- CORTESÃO, A. A., *Subsídios para um diccionário completo (histórico - etymológico) da lingua portuguesa comprehendendo a etymologia, as principais noções e leis phonéticas, muitos elementos de dialectologia e de onomatologia, tanto topônimoica como anthropônimoica, archaismos, neologismos, etc., etc.* Coimbra: França Amado, 1900.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da, *Vocabulário pernambucano*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1976.
- COSTA, Pereira, *Noticia biographica do dr. Antonio de Moraes Silva, autor do primeiro diccionario da lingua portugueza*. Recife: Do Almanach de Pernambuco de 1907, 1906.
- COUTINHO, Afrânio, *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- COUTO, Antônio Maria do, *Diccionário da maior parte dos homónimos, e equívocos da língua portugueza*. Lisboa: Antonio Joze da Rocha, 1842.
- CUNHA, Antônio Estevão da Costa e, *Manual do examinando de portuguez, repertorio philologico grammatical e litterario da lingua materna erigido sobre os trabalhos dos philologos mais modernos e exemplificado com a dicção dos mais primorosos escriptores portugueses e brasileiros*. Rio de Janeiro: J. de Azevedo. Paris: Pillet et Dumoulin, 1883.
- CUNHA, J. Alcides, *Regras do pronome pessoal complemento - Alguns gallicismos dispensaveis*. Porto Alegre: Americana, 1918.
- CUST, Robert Needhan, *A sketch of the modern languages of Africa*. Londres: Trübner & Co., 1883.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo, *Glossário luso-asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.
- DAUPIÁS, Jorge Guimarães, *O dialecto capiau*. Rio de Janeiro: Empresa de Publicação Modernas, 1922.
- DENIS, Ferdinand, *Rapport sur quelques ouvrages de linguistique brésilienne publiés en ces derniers temps*. Paris: Veuve Bouchard-Huzard; Jules Tremblay, gendre et successeur, 1877.
- DIAS, Antônio Gonçalves, *Diccionario da lingua tupy, chamada lingua geral dos indigenas do Brazil*. Leipzig: F. A. Bockhaus, 1858.
- Diccionario geral da lingoa portugueza, de algibeira. Por tres literatos nacionaes*. Lisboa: Imprensa Regia, 1818-19.
- DINARTE, Sílvio, ver TAUNAY, Alfredo d'Escragnoille.
- D. PEDRO II, "Algumas notas sobre a língua tupi", in E. Levasseur, *O Brasil*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2000, p.p. 172-175.
- DOZY, R., e ENGELMANN, W. A., *Glossaire des mots espagnols et portugais derivés de l'arab*. Leyde: E. J. Brill, 1869.

- DUTRA, Francisco Pereira, "Investigações sobre a origem da raça tupi, sua linguagem, tradições, mythos e costumes", *Jornal do Commercio*, 05 de dezembro de 1854.
- FARIA, Francisco Raimundo Correia de, *Compendio da lingua brazilica para uzo dos que a ella se quizerem dedicar*. Belém: Santos & Filhos, 1858.
- FARIA, Eduardo de, *Novo dictionario da lingua portugueza*. Lisboa: José Carlos d'Aguiar Viana, 1850-53.
- FERREIRA, Antônio, *Poemas lusitanos* (org. de T. F. Earle). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- FIGUEIREDO, Cândido de, *Lições práticas da lingua portugueza*. Lisboa: Ferreira, 1891.
- _____, *Nôvo dictionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899.
- _____, *O que se não deve dizêr - Bosquejos e notas de filologia portuguesa*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1903.
- _____, *Problemas de linguagem - Complemento critico e exegetico das Lições Práticas da Lingua Portuguêsa e de outras obras do mesmo autôr*. Lisboa: A.M. Teixeira, 1905.
- _____, *Tosquia de um grammático dedicada aos filologos mirandezes, aos críticos extremenhos e aos boticarios de Palmella*. Lisboa: O Dia, 1891.
- _____, *O golpe de misericordia - execução literaria de Zé Filólogo Leite de Vasconcellos acusado de varios delitos contra a grammatica, o bom senso e a salubridade publica*. Lisboa: 1892.
- _____, *Falar e escrever: novos estudos práticos da lingua portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1906.
- _____, *A cólera-morbo, nas suas relações com a lingua portuguesa*. Lisboa: A.M. Teixeira & Cia., 1911.
- _____, *Os estrangeirismos: resenha e comentário de centenas de vocábulos e locuções estranhas á lingua portuguesa*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1923.
- _____, *Combates sem sangue em favor da lingua portuguesa*. Lisboa A.M. Teixeira & Cia. (Filhos), 1925.
- FONSECA, José da, e ROQUETE, José Inácio, *Diccionario dos synonymos poeticos e de epithetos da lingua portugueza*. Lisboa e Paris: Aillaud & Bertrand, s.d.
- FONSECA, Pedro José da, *Diccionario portuguez, e latino*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1823.
- FONTES, Alexandre, *A escripta nacional ou A orthographia portugueza etymologica e tradicional*. Lisboa: Anuario Commercial, 1910.
- FRANÇA, José Correia Nobre, *A philologia perante a historia (ensaio de critica á sciencia allemã e a varias sciencias)*. Porto: A. F. Vasconcellos, 1890-91.
- FREIRE, Francisco José, *Diccionario poetico*. Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1765.
- _____, *Reflexões sobre a lingua portugueza*. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842.
- FREIRE, Laudelino, *Conferencia sobre o thema a defesa da lingua nacional*. Rio de Janeiro: Rohe, 1920.
- _____, *Gallicismos*. Rio de Janeiro: Fluminense, 1921.
- FREIRE, Laudelino, *Classicos brasileiros: breves notas para a historia da literatura philologica nacional*. Rio de Janeiro: Revista de Petropolis, 1923.
- FREYRE, Gilberto, *Manifesto regionalista de 1926*. Recife: Edições Região, 1952.

- FREITAS, Afonso A. de, *Vocabulário nheengatu vernaculizado pelo português falado em São Paulo (língua tupi-guarani)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de, *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984.
- GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz, *Vocabulário etymológico, orthographico e prosodico das palavras portuguezas derivadas da língua grega*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Garnier, 1994.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos, *Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim, *Diccionario de brasileirismos (peculiaridades pernambucanas)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.
- GARRET, Almeida, *Camões*. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira, 1825.
- GOBINEAU, Arthur de, *Essai sur l'inegalité des races humaines*. Paris: Firmin Didot, 1853-55.
- GÓES, Carlos, *Diccionario de áffixos, desinencias e outros elementos de composição*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia., Editores, 1913.
- _____, *Diccionario de gallicismos*, Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1920.
- GOMES, Alfredo, *Lições de português*. Rio de Janeiro: Perseverança, 1889.
- GRAÇA, Heráclito, *Factos da linguagem: esboço critico de alguns assertos do Snr. Candido de Figueiredo*. Rio de Janeiro: Viuva Azevedo & C., 1904.
- GUERREIRO, Miguel do Couto, *Diccionario de consoantes*. Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1784.
- GUIMARÃES, João Joaquim da Silva, *Diccionario da língua geral dos indios do Brasil*. Salvador: Camillo Lellis Masson, 1854.
- HERDER, Johann Gottfried, e ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Two Essays on the Origin of Language*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1966.
- HERVÁS, Lorenzo, *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeracion, division, y clases de estas segun la diversidad de suas idiomas y dialectos*. Madrid: Administracion del Real Arbitrio de Beneficiencia, 1800-05.
- HOEFER, Carlos, *Por que alterações e transformações passarão as letras da língua latina quando delas se formou a língua portugueza? Ensaio etymológico offerecido aos cultores da língua*. Rio de Janeiro: Pinheiro & C., 1869.
- HOVELACQUE, Abel, *Langues, races, nationalités*. Paris: Ernest Leroux, s.d.
- HUMBOLDT, Alexander von, *Vue des cordillères, et monuments des peuples indigènes de l'Amérique*. Paris, 1816.
- HUMBOLDT, Wilhelm von, *The diversity of human language-structure and its influence on the mental development of mankind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- JÉHAN, L. F., *Dictionnaire de linguistique et de philologie comparée*. Paris: J.-P. Migne, 1858.
- JONES, William, *Discourses delivered before the Asiatic Society; and miscellaneous papers, on religion, poetry, literature, etc. of the nations of India*. Londres: Chiswick, 1824.
- KOELLE, S. W., *Polyglotta africana; or A comparative vocabulary of nearly three hundred words and phrases, in more than one hundred distinct african languages*. Londres: Church Missionary House, 1854.

- LACERDA, José Maria de Almeida e Araújo Corrêa de, *Novissimo diccionario dos synonymos da lingua portugueza*. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1860.
- _____, *Diccionario encyclopedico ou Novo diccionario da lingua portugueza pra uso dos portuguezes e brasileiros*. Lisboa: F. Arthur da Silva, 1859.
- LATHAM, Robert Gordon, *Elements of Comparative Philology*. Londres: Walton and Maberly, 1862.
- LEÃO, José Barbosa, *Colêção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.
- _____, *A Academia Real das Ciências de Lisboa e a comissão de reforma ortográfica do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1879.
- LEITE, Solidônio Ático, *A lingua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1922.
- LEME, Lino de Moraes, *Ensaio de glottologia*. Campinas: Livro Azul, 1919.
- LE MOS, Miguel, *Ortografia positiva: nota avulsa à tradussão do Catessismo Positivista de Augusto Conte*. Rio de Janeiro: Séde do Apostolado Positivista do Brazil, 1888.
- _____, *La question de la réformé orthographique*. Rio de Janeiro: Siège de l'Apostolat Positiviste, 1888.
- _____, *Aviso: sobre algumas modificações no nosso sistema ortografico*. Rio de Janeiro: Tipografia Central, 1890.
- _____, *Simplificações ortograficas, praticadas desde já por todos, e uzadas em nossas publicações*. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1893.
- LEONI, Francisco Evaristo, *Genio da lingua portugueza*. Lisboa: Panorama, 1858.
- LIMA, José Joaquim Lopes de, *Diccionario carcundatico ou explicação das phrases dos carcundas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.
- LIMA, Manuel de Oliveira, *La langue portugaise. La littérature brésilienne. Conférences faites le 18 et le 25 janvier à l'Université de Louvain*. Antuérpia: Ch. Thibaut, 1909.
- LOBATO, Monteiro, *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LOPES, Antônio de Castro, *Origens de anexins, proloquios, locuções populares, siglas etc.*. Rio de Janeiro: Moreira Maximino & C., 1886.
- _____, *Neologismos indispensaveis e barbarismos dispensaveis com um vocabulario neologico portuguez*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1889.
- _____, *Artigos philologicos*. Rio de Janeiro: Instituto Profissional, 1910.
- LOPES, Domingos Leonardo Peres de Castro, *Erros de prosodia*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1917.
- LOPES, João de Castro, *Palestras com o povo. Pronuncia viciada*. Lisboa: Gomes de Carvalho, 1901.
- LUSITANO, Cândido, ver FREIRE, Francisco José.
- LUZES, A., *O guia phonologico ou Regras de phonetica, prosodia e orthographia para fallar e escrever correctamente*. Rio de Janeiro: Moraes, 1896.
- MAGALHÃES, Couto de, *O selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.
- _____, *Anchieta, as raças e linguas indigenas*. São Paulo: Carlos Gerke & Cia., s.d.
- MAGALHÃES, Valentim, "Semana litteraria", *A Noticia*, 21/11/1896.
- MANIQUE, Francisco Antônio da Cunha de Pina, *Ensaio phraseologico, ou Collecção de phrases metaphoricas, elegancias, idiotismos, sentenças, proverbios e anexins da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia da Nação, 1856.

- MARQUES, Gaspar Álvares, *Vocabulario orthographico da lingua portugueza; ou, Methodo seguro de escrever correctamente todas as palavras do nosso idioma*. Lisboa: Typographia Universal, 1873.
- MARTIUS, Karl Friedrich von, *Glossaria linguarum brasiliensium. Glossarios de diversas lingoas e dialectos, que fallao os indios no Imperio do Brazil. Wörtersammlung brasilianischer sprachen*. Erlangen: Druck von Junge & Sohn, 1863.
- MAURO, Antônio, *Estudos de portuguez*. São Paulo: Casa Duprat, 1921.
- MESQUITA, Raul, *Analyse das particulas e das locuções da lingua portugueza*. Porto Alegre: Carlos Echenique, 1909.
- MIRANDA, Vicente Chermont de, *Glossario paraense*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.
- _____, *Estudos sobre o nhêengatú*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- MONTAIGNE, Michel de, *Essais*. Paris : Flammarion, 1969.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de, *Arte y bocabulario de la lengua guarani*. Madri: Juan Sanchez, 1639.
- MOREIRA, Júlio Gonçalves, *Estudos da lingua portuguesa*. Lisboa: A. M., Teixeira, 1922.
- MOTTA, Otoniel, *Questões philologicas*, Separata da *Revista do Centro de Sciencias, Letras e Artes de Campinas*, 1914.
- MOURA, Américo de, *Ensaio de philologia (paginas esquecidas)*. Campinas: Livro Azul, 1913.
- MÜLLER, Friederich Max, *The languages of the seat of war in the East, with a survey of the three families of language, Semitic, Arian, and Turanian*. Londres: Williams and Norgate, 1855.
- _____, *Lectures on the science of language*. Londres: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1861.
- _____, *Lecture on the stratification of Language*. Londres: Longman, Green, Reader, and Dyer, 1868.
- _____, *Three lectures on the science of language and its place in general education*. Londres: longman, Green & Co., 1891.
- NABUCO, Joaquim, *Camões*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.
- NASCENTES, Antenor, *Um ensaio de phonetica diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol. Trabalho apresentado em concurso para provimento da cadeira de espanhol do Collegio Pedro II*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1919.
- _____, *O linguajar carioca em 1922*. Rio de Janeiro: Livraria Scientifica Brasileira, s.d.
- _____, *Rascunhos sobre a grammatica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: A. dos Santos, 1881.
- NOGUEIRA, Júlio, *O menor esforço na linguagem. These de concurso para substituto da cadeira de portuguez no Collegio Pedro II*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1916.
- OITICICA, José, *Estudos de phonologia. These de concurso ao Collegio Pedro II*. Rio de Janeiro: Ophicinas Typographicas, 1916.
- PARISSIER, J.-B., *Essai de lingua geral ou tupi*. Abbeville: F. Paillart. Paris : Procure Générale, 1903.
- PEDERNEIRAS, Raul, *Geringonça carioca: verbêtes para um dicionario da gíria*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1922.

- PEREIRA, Antônio das Neves, "Ensaio critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nossos bons Escritores do século XV, e XVI", *MACL*, 4 (1793): 339-467, e 5 (1794): 152-252.
- PIMENTEL, Elpídio, *Um punhado de galicismos. Pelo vernáculo! These de concurso para lente catedrático da cadeira de português, no Ginásio Espírito Santense*. Vitória: Diário da Manhã, 1917.
- PINHEIRO, Assis, *A physiologia, a psychologia, a phonologia e a esthetica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Gutemberg, 1905.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, "Estudos ethnographicos - os tupys", *Revista Popular*, XIII, março de 1862: 286-289.
- PINTO, Alfredo Moreira, *Apontamentos para o dictionario geographico do Brazil*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1887-88.
- PINTO, Edith Pimentel, *O português do Brasil: 1820-1920*, vol. I. São Paulo: EdUSP, 1978.
- PINTO, Luís Maria da Silva, *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- PORTUGAL, Tristão da Cunha, *Orthographia da lingoa portugueza*. Paris: J. P. Aillaud, 1837.
- RANGEL, Godofredo, *Vida ociosa*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000.
- Regras para mais facil intelligencia do difficil idioma do Congo reduzidas á forma de grammatica por Fr. Jacintho Brusciotto de Vetralla pregador capuchinho e traduzidas do latim pelo bispo de Angola e Congo D. Antonio Thomaz da Silva Leitão e Castro seguidas do Diccionario abreviado da lingua Congueza e de alguns vocabularios para uso da escola de linguas africanas, estabelecida em Loanda pelo dito Prelado*. Luanda: Imprensa Nacional, 1886.
- REIS, Vicente, *Os ladrões no Rio*. Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert, 1903.
- RENAN, Ernest, *Oeuvres complètes*. Vol. II. Paris: Calman-Lévy, 1948.
- _____, *Histoire générale et système comparé des langues sémitiques*. Paris: Imprimerie Impériale, 1855.
- RIBEIRO, João, *Estudos philologicos*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 1884.
- _____, *Diccionario grammatical contendo em resumo as materias que se referem ao estudo historico-comparativo da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Alves & Comp., 1889.
- _____, *Paginas de esthetica*. Lisboa: Livraria Classica, 1905.
- _____, *Paginas escolhidas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906.
- _____, *A lingua nacional e outros estudos lingüísticos*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____, *Colmeia (segunda serie de Notas de um estudante do mesmo autor)*. São Paulo: Monteiro Lobato & C., 1923.
- _____, *Curiosidades verbaes: estudos applicados á lingua nacional*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- RODRIGUES, João Barbosa, *Vocabulario indigena com a orthographia correcta (complemento da Poranduba Amazonense)*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1894.
- ROHAN, Henrique de (Visconde de) Beaurepaire, *Diccionario de vocabulos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- ROMERO, Sívio, consultar: *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

- ROQUETE, José Inácio, *Diccionario da lingua portugueza de José da Fonseca*. Paris: J. P. Aillaud, Guillard & C., 1881.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Do contrato social; Ensaio sobre a origem das linguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- RUBIM, Braz da Costa, *Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Dous de Dezembro de Paula Brito, 1853.
- SÁ, Felipe Franco de, *A lingua portuguesa (difficuldades e dúvidas)*. Maranhão: Imprensa Official, 1915.
- SALGADO, Plínio, "A língua tupy", *Revista de Antropofagia*, 1, maio 1928: 6, e 2, junho 1928: 7.
- SAMPAIO, Teodoro, *O tupi na geographia nacional*. São Paulo: O Pensamento, 1914.
- SÃO LUÍS, Francisco de, ver SARAIVA, Francisco Justiniano.
- SARAIVA, Francisco Justiniano, *Obras completas do cardeal Saraiva*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomos VIII-IX, 1878-80.
- _____, "Glossario das palavras e frases da lingua franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na locução portugueza moderna; com o juizo critico das que são adoptaveis nella", *MACL*, 1816, 4, parte II: 1-146.
- SAYCE, Archibald Henry, *The principles of comparative philology*. Londres: Trübner & Co., 1874.
- _____, *Introduction to the science of language*. Londres: C. Kegan, 1880.
- SCHLEGEL, Frederik von, *The philosophy of life, and philosophy of language*. Londres: Henry G. Bohn, 1847.
- SCHLEICHER, August, *A Compendium of the comparative grammar of the Indo-European, Sanskrit, Greek and Latin languages*. Londres: Trübner, 1874.
- SEGURO, Visconde de Porto, ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo de.
- SEIXAS, Manuel Justiniano de, *Vocabulario da lingua indigena geral para o uso do seminario Episcopal do Pará*. Belém: Mattos, 1853.
- SENNA, Ernesto, *Através do carcere*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.
- SILVA, Antônio de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza, *Galicismos: palavras e phrases da lingua franceza introduzidas por descuido, ignorancia ou necessidade na lingua portugueza. Estudos e reflexões de varios autores*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.
- _____, *História da literatura brasileira* (org. de Roberto Acízelo de Souza). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro; Zé Mário, 2001.
- SILVA, João Manuel Pereira da, *Nacionalidade, lingua e litteratura de Portugal e Brazil*. Paris: Guillard, Aillaud e C., 1884.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. Santos: Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Santos; Instituto de Estudos Políticos, 1965.
- SILVA, José Jorge Paranhos da, *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brazil por um brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia de Lourenço Winter, 1879.
- _____, *Algûs artigos què já forão e ôtros què ião ser publicados na Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: L. Winter, 1882.

- SILVA JÚNIOR, Manuel Pacheco da, *Estudos da lingua vernacula: phonologia*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1877.
- _____, *Noções de analyse phonetica, etymologica e syntaxica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- SILVEIRA, Valdomiro, *Os caboclos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- PESSOA, Fernando, *Livro do desassossego por Bernardo Soares* (org. Jacinto do Prado Coelho, Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha). Vol. I. Lisboa: Ática, 1982.
- SOUZA, Gabriel Soares de, *Noticias do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989.
- SOUZA, João de, *Vestigios da lingua arabica em Portugal*. Lisboa: Real Academia de Ciências de Lisboa, 1830.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, *Lexico de termos technicos e scientificos ainda não apontados nos dictionarios da lingua portugueza*, São Paulo, Separata do Anuario da Escola Polytechnica de S. Paulo, 1909.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle, *Insufficiencia e deficiencia dos grandes dictionarios portuguezes. Polemica com o Snr. Candido de Figueiredo*, Tours, Arnault & C., 1928.
- TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (Visconde de), *Philologia e critica (impressões e estudos)*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.
- _____, *Estudos criticos*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1883.
- TESCHAUER, Carlos, *Porandüba riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1903.
- _____, *Apostillas ao Diccionario de vocabulos brasileiros*. Petrópolis: Vozes, 1912.
- _____, *Novo vocabulario brasileiro: 2ª serie das Apostillas ao Diccionario de vocabulos brasileiros*. Petrópolis: Vozes, 1918.
- TRAJANO, Antônio, *Estudo da lingua vernacula*. Rio de Janeiro: Cia. Typographica do Brazil, 1903.
- Tratado elementar da pontuação da lingua portugueza ensinada por meio de exemplos extrahidos dos melhores classicos, acompanhado de ensaio sobre o uso das letras capitaes. Opinião do conselheiro Castilho acerca do uso do accento agudo sobre a letra A e catalogo de erros de pronuncia com a emenda ao lado*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1870.
- TULLIO, Antônio da Silva, *Aprendei a lingua vernacula*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves, 1893.
- VALLE, Quintino do, *Da influencia do tupi no português. These de concurso para uma das cadeiras de português do Collegio Pedro II*. Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza, 1926.
- VALVERDE, F. L., *Novo methodo de leitura para a infancia brasileira aprender a ler em breve espaço de tempo sem pronunciar syllabas vazias de sentido*. Santo Amaro (Bahia): Imprensa Municipal, 1916.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, s.d.
- _____, *L'origine touranienne des américains tupi-caribes et des anciens égyptiens indiquée pricipalement par la philologie comparée*. Viena: Faesy & Frick, 1876.
- VASCONCELOS, Augusto Pinto Duarte de, *Diccionario homophologico da lingua portuguêsã*. Porto: Antonio Figueirinhas, 1901.
- VASCONCELOS, José Leite de, *O dialecto mirandez. Contribuição para o estudo da dialectologia romana no dominio glottologico hispano-lusitano*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & Cia., 1882.

- VASCONCELOS, José Leite de, *Dialecto brasileiro. Ensaio glottologico, precedido de algumas notas sobre tradições populares do Brazil*. Porto: A. J. da Silva Teixeira, 1883.
- _____, *Sub dialecto alemtejano. Estudo glottologico*. Elvas: Samuel F. Baptista, 1883.
- _____, *Dialectos beirões (contribuições para o estudo da dialectologia portugueza)*. Porto: A. J. da Silva Teixeira, 1884.
- _____, *Dialectos extremenhos (contribuições para o estudo da dialectologia portugueza)*. Porto: A. J. da Silva Teixeira, 1885.
- _____, *Dialectos minhotos (contribuições para o estudo da dialectologia portugueza)*. Porto: A. J. da Silva Teixeira, 1885.
- _____, *Dialectos interamnenses (contribuições para o estudo da dialectologia portugueza)*. Porto: A. J. da Silva Teixeira, 1885-86.
- _____, *A evolução da linguagem. Ensaio anthropologico apresentado á Eschola Medica do Porto como dissertação inaugural*. Porto: Typographia Occidental, 1886.
- _____, *Dialectos algarvios (contribuições para o estudo da dialectologia portugueza)*. Póvoa do Varzim: A Independencia, 1886.
- _____, *Dialectos interamnenses (contribuições para o estudo da dialectologia portugueza)*. Porto: Typographia Occidental, 1891.
- _____, *Dialectos interamnenses (contribuições para o estudo da dialectologia portugueza)*. Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphicas, 1891.
- _____, *As lições de linguagem do Sr. Candido de Figueiredo*. Porto: Magalhães e Moniz, 1893.
- _____, *O gralho depennado: réplica ás "caturrices" philologicas do Sr. Candido de Figueiredo*. Porto: Magalhães & Moniz, 1894.
- _____, *Dialectos crioulos portugueses de Africa (contribuições para o estudo da dialectologia portuguesa, Separata da Revista Lusitana, vol. V, fascículo 4, novembro de 1898*.
- _____, *Estudos de philologia mirandesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900-01.
- _____, *Esquisse d'une dialectologie portugaise: thèse pour le doctorat de l'Université de Paris*. Lisboa e Paris: Aillaud & Cie., 1901.
- _____, *Estudos de filologia portuguesa (org. Serafim Silva Neto)*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1961.
- VELOSO, José Mariano da Conceição, *Diccionario portuguez, e brasiliano, obra necessaria aos ministros do altar, que emprehenderem a conversão de tantos milhares de almas que ainda se achão disersas pelos vastos certões do Brasil, sem o lume da Fé e Baptismo*. Lisboa: Officina Patriarcal, 1795.
- VERGARA, Oswaldo, *Questões vernaculas*. Porto Alegre: Carlos Echenique, 1913.
- VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves, *Exposição da pronuncia normal portuguesa para uso de nacionaes e estrangeiros. Memoria destinada á X sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
- _____, *Apostilas aos dicionários portugueses*. Lisboa: A. M. Teixeira & C., 1906.
- _____, *Palestras filológicas*. Lisboa: A. M. Teixeira & Cia., 1910.
- VIEIRA, Domingos, *Grande diccionario portuguez ou Thesouro da lingua portugueza*. Porto: Ernesto Chardron & Bartholomeu H. de Moraes, 1871.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usavam e que hoje regularmente se ignoram*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

_____, *Diccionario portatil das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usárão, e que hoje regularmente se ignorão*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1825.

WHITNEY, William Dwight, *Language and the study of language*. Nova York: Charles Scribner, 1867.

_____, *Oriental and linguistic studies. The Veda; the Avesta; the science of language*. Nova York: Scribner, Armstrong & Co., 1873.

_____, *A Sanskrit Grammar*. Leipzig, Breitkopf and Härtel, 1879.

_____, *Max Müller and the science of language*. Nova York: D. Appleton, 1892.

PERIÓDICOS

A Lanceta, Fortaleza – 1912.

A Noite – 1916 e 1919.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – 1877 a 1938.

Brasiliana, Rio de Janeiro – 1925 a 1928.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro – 1922, 1930.

Ensaio de Sciencia por diversos amadores – 1876.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro – 1916, 1928, 1933 a 34.

Kosmos, Rio de Janeiro – 1904 a 1909.

Revista Brasileira, Rio de Janeiro – 1879 a 1881.

Revista da Academia Brasileira de Letras – 1910 a 1913.

Revista de Cultura – 1927 e 1928.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 1839 a 1928.

Revista Philologus – 1984 a 2002.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, *Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial: novos súditos cristãos do Império português*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ALTER, Stephen G., *Darwinism and the linguistic image: language, race, and natural theology in the nineteenth century*. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1999.

ANDERSON, Benedict, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres e Nova York: Verso, 1999.

BOSI, Alfredo, *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, s.d.

BUESCO, Maria Leonor Carvalhão, *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa:

- Ministério da Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1978.
- BURKE, Peter, *A cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____, *A arte da conversação*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- BURKE, Peter e PORTER, Roy (org.), *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- _____, *História social da linguagem*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- _____, *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- BROCA, Brito, *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.
- _____, *Teatro das letras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- BROOKSHAW, David, *Race and color in Brazilian literature*. Londres e Mettchen: The Scarecrow Press, 1986.
- CABRAL, Leonor Scliar, *As idéias lingüísticas de Mário de Andrade*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.
- CÂNDIDO, Antônio, “Dialética da malandragem (caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*)”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 8, 1970: 67-89.
- CASANOVA, Pascale, *A república mundial das letras*, São Paulo : Espaço Liberdade, 2002.
- CASTRO, Ivo (org.), *Poemas de Fernando Pessoa, 1921-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2001.
- CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado e TORGAL, Luís Reis, *História da história em Portugal - Séculos XIX-XX*. Lisboa: Temas & Debates, 1998.
- CHALHOUB, Sidney, *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____, “What are noses for? Paternalism, social Darwinism and race science in Machado de Assis”, *Journal of Latin American Cultural Studies*, 10 (2), 2001: 171-191.
- _____, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org.), *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- COSTA, Sérgio Corrêa da, *Palavras sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.), *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.
- DAOU, Ana Maria, *A Belle Époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DARNTON, Robert, *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DIAS, Luís Sérgio, *Da “turma da lira” ao “cafageste”: a sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro na Primeira República*. Rio de Janeiro: tese de doutorado em história, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- ESTEVES, Martha Abreu, *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FÁVERO, Leonor Lopes, *As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- FERREIRA, Antônio Celso, *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

- FODOR, István, *Introduction to the history of umbundu: L. Magyar's records (1859) and the later sources*. Budapeste: Akadémiai Kiadó. Hamburgo: Buske, 1983.
- FRY, Peter e VOGT, Carlos, *Cafundó, a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: FCRB, 1988.
- GEERTZ, Clifford, *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico, 1989.
- GRAHAN, Sandra L., *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRUPIONI, Luís (org.), *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- GUIMARÃES, Ângela, *Uma corrente do colonialismo português - a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Porto: Horizonte, 1984.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, "Nação e civilização nos trópicos", *Estudos Históricos*, I (1), 1988: 5-27.
- HOBSBAWM, Eric, *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence, *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p.p. 43-100.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- HOLTUS, Günter, METZELIN, Michael e SCHMITT, Christian (org.), *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, VI (2), 1994.
- KARASCH, Mary C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KEY, Mary Ritchie (org.), *Language change in South American Indian languages*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991.
- LANGER, Johnni, "A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império", *Revista Brasileira de História*, 43, 2002: 127-52.
- LARA, Sílvia Hunold, "Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII", in Miguel Vale de Almeida, Cristiana Bastos e Bela Feldman-Bianco (org.), *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, p.p. 205-225
- LAZZARI, Alexandre, *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Cecult; Editora da Unicamp, 2001.
- LIMA, Ivana Stolze, *Cores, marcas e falas: a polissemia da mestiçagem no Império do Brasil*. Niterói: Tese de doutorado em história, Universidade Federal Fluminense, 2000.
- LUCA, Tânia Maria de, *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- LUSTOSA, Isabel, *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MACHADO, Álvaro Manuel, *A geração de 70 - uma revolução cultural e literária*. Lisboa: Ministério da Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata, *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1944.
- MAR-MOLINERO, Clare e SMITH, Angel (org.), *Nationalism and the nation in Iberian*

- Peninsula*. Oxford; Washington D. C.: Berg, 1996.
- MATEUS, Maria Helena Mira (org.), *Caminhos do português: exposição comemorativa do ano europeu das línguas (catálogo)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.
- MATTOS, Cláudia Neiva de, *A poesia popular na república das letras: Sílvio Romero folclorista*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Funarte, 1994.
- MATTOSO, Jorge (org.), *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Vol. 3. Lisboa: Estampa, 1990, p.p. 357-364.
- MENCARELLI, Fernando Antônio, *Cena aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: Cecult; Editora da Unicamp, 1999.
- MENDES, Miriam Garcia, *A personagem negra no teatro brasileiro entre 1838 e 1888*. São Paulo: Ática, 1982.
- MONTEIRO, John Manuel, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____, *Tupis, tupias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência em etnologia, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- MOREIRA, Maria Eunice e ZILBERMAN, Regina (org.), *O beijo do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- NEEDELL, Jeffrey D., *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NORA, Pierre (org.), *Les lieux de la mémoire II. La nation*. Paris: Gallimard, 1986.
- NUNES, José Horta, *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Tese de doutorado em lingüística, Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- ODALIA, Nilo, *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- OLENDER, Maurice, *The languages of paradise: race, religion and philology in the nineteenth century*. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1992.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli, *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp. São Paulo: Cortez, 1990.
- PICCHIO, Luciana Stegagno, "Cannibals of Brazil: the problem of the 'other'", *Portuguese Studies*, 6, 1990: 71-84.
- PIRES, António M. Bettencourt Machado, *A ideia de decadência na geração de 70*. Ponta Delgada: Instituto Universitário dos Açores, 1980.
- PUNTONI, Pedro Luís, *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão norte do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- QUEIROZ, Sônia, *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- RAEDERS, Georges, *O conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.
- RAMINELLI, Ronald, *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. São Paulo: Edusp; FAPESP, 1996.
- REIS, João José, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____, "Magia jeje na Bahia: a invasão do calundu do Pasto de Cachoeira, 1785", *Revista Brasileira de História*, 8, mar-ago. 1988.
- RENFREW, Colin, *Archaeology and Language: the Puzzle of Indo-European Origins*. London: Jonathan Cape, 1987.

- RIBEIRO, Gladys, "Pés-de-chumbo e garrafeiros: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831)", *Revista Brasileira de História*, 12, set. 1991-ago. 1992: 141-165.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna, "Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas", *D.E.L.T.A.*, (9) 1: 83-103.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza, *A dança das cadeira: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Cecult; Editora da Unicamp, 2001.
- RODRIGUES, José Honório, *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- SAHLINS, Marshall Sahlins, *Islas de historia: la muerte del Capitán Cook. Metáfora, antropología e historia*. Barcelona: Gedisa, 1997.
- SALLES, Ricardo, *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SCHWARCZ, Lília Moritz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SERRA, Tânia, "Língua brasileira e nacionalismo no romance romântico de José de Alencar", *Cadernos do Colloque International Lusographie/Lusophonie*. Rennes: Université Rennes 2, vol. 2, setembro 1994, p.p. 151-158.
- SILVEIRA, Luís Silveira (org.), *Obra nova de língua geral de mina de António da Costa Peixoto*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945.
- SKIDMORE, Thomas E., *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. Londres e Durham: Duke University Press, 1993.
- SOUZA, Iara C. Lis, *A Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SOUZA, Sílvia Cristina Martins de, *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: Cecult; Editora da Unicamp, 2002.
- TRAUTMANN, Thomas T., *Aryans and British India*. Berkeley, Londres e Los Angeles: University of California Press, 1997.
- TREECE, David, "Introdução crítica à *Muhraida*", *ABN*, 109, 1989: 205-225.
- _____, *Exiles, allies, rebels: Brazil's Indianist movement, Indigenist politics, and the imperial Nation-State*. Londres e Westport: Greenwood Press, 2000.
- VENTURA, Roberto, *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VILLALTA, Luís Carlos, "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura", in Laura de Mello e Souza (org.), *História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.p. 331-386.
- YAI, Olabiyi, "Texts of enslavement: Fon and Yoruba vocabularies from eighteenth and nineteenth-century Brazil", in Paul Lovejoy, *Identity in the shadow of slavery*. Londres e Nova Iorque: Continuum, 2000, p.p. 102-112.
- WEBER, Eugen, *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- WINCHESTER, Simon, *O professor e o demente: uma história de assassinato e loucura durante a elaboração do dicionário Oxford*. Rio de Janeiro: Record, 1999.